



Departamento de Sociologia

Vidas reflectidas:
sentidos, mecanismos e efeitos da reflexividade individual

Ana Caetano

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de
Doutor em Sociologia

Orientador:
Doutor António Firmino da Costa, Professor Catedrático,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Janeiro, 2013

Departamento de Sociologia

**Vidas reflectidas:
sentidos, mecanismos e efeitos da reflexividade individual**

Ana Caetano

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de

Doutor em Sociologia

Júri:

Doutor João Teixeira Lopes, Professor Catedrático, Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Doutor José Manuel Resende, Professor Associado com Agregação, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Doutor Vítor Sérgio Ferreira, Investigador, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Doutor Rui Pena Pires, Professor Auxiliar, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Doutor António Firmino da Costa, Professor Catedrático, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Janeiro, 2013

Agradecimentos

A elaboração de uma tese de doutoramento é, em muitos momentos, um processo solitário, marcado por uma permanente conversação interna, particularmente nos períodos de escrita. Mas mesmo nessas ocasiões os espaços vazios e as palavras estão permeados de pessoas. A tese é feita de muitas componentes que não se restringem apenas ao que ganha visibilidade nos capítulos escritos. Nas entrelinhas estão relações e afectos, diálogos e discussões epistemológicas, partilha de experiências e lamentações, momentos de entusiasmo e de desânimo, telefonemas e troca de emails, reuniões de trabalho e conversas informais. É por isso que não posso deixar de reconhecer o papel importante que algumas pessoas desempenharam neste processo.

Antes de mais, devo um agradecimento especial a todas as pessoas entrevistadas, que gentilmente me receberam na intimidade das suas vidas e na privacidade das suas casas. Mesmo sem terem plena noção, pelo menos numa fase inicial, do que implicaria a participação nesta pesquisa, acederam prontamente ao desafio que lhes foi colocado e receberam-me sempre com simpatia e vontade de colaborar. Sem a partilha que definiu os momentos de entrevista, esta investigação não teria sido possível. Agradeço também aos amigos e familiares que, através das suas redes de contacto, me ajudaram a identificar as pessoas que entrevistei: em especial Helena Caetano, Pedro Macedo, António Candeias, Sara Pífano e Bernardo Candeias.

O meu orientador, o Professor António Firmino da Costa, foi uma figura central na realização da tese de doutoramento. A presença constante, a disponibilidade permanente e o interesse com que sempre discutiu o meu trabalho e ouviu as minhas questões, dúvidas e reflexões enriqueceram a minha pesquisa, bem como a minha própria experiência como investigadora.

Quero também agradecer à Professora Maria das Dores Guerreiro que, não sendo minha orientadora, acompanhou todo o percurso desta investigação (e o meu trajecto pelo ISCTE-IUL), incutindo motivação e promovendo a integração dos meus interesses de investigação nas linhas de pesquisa do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL).

A elaboração da tese foi aliás feita em simultâneo com a participação em diversos projectos no CIES-IUL. O enquadramento proporcionado pelo centro, neste âmbito, bem como o contacto com colegas que estas pesquisas ocasionaram constituíram uma plataforma importante de partilha de experiências e conhecimento.

Agradeço também à Fundação para a Ciência e Tecnologia, que apoiou o meu projecto de doutoramento através da atribuição de uma bolsa (referência SFRH/BD/43350/2008), com financiamento participado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do Ministério da Ciência e Educação.

Quero ainda agradecer à Maria do Mar Pereira, com quem partilhei angústias, dúvidas e experiências, por ter sempre uma palavra de encorajamento.

Devo um agradecimento especial à Linda e ao Vicente, companheiros de vida, que, sem o saberem, tantas vezes me fizeram relativizar o peso da tese e olhar o trabalho de forma mais distanciada.

Não posso ainda deixar de destacar e de reconhecer o apoio inesgotável, a compreensão incessante e a paciência infinita dos meus pais.

O último agradecimento vai para o Eduardo Rodrigues, que me ajudou todos os dias a ser melhor, em sociologia e na vida.

Resumo

O foco analítico desta investigação direcciona-se para os mecanismos sociais da reflexividade individual. Pretende-se compreender como pensam as pessoas sobre si mesmas, que sentidos atribuem às suas opções passadas, como interpretam a sua situação presente e que projecções de futuro elaboram, tendo em consideração as suas circunstâncias sociais, os contextos por onde se movem e as relações em que investem. Mais concretamente, a análise centra-se nos processos de formação de competências reflexivas, nas suas modalidades de exercício, bem como nos efeitos que as mesmas podem ter na acção. Para o efeito foi operacionalizado o conceito de reflexividade através da construção de um modelo de processos reflexivos ao nível individual, que combina elementos do realismo crítico com propostas da teoria disposicionalista e da teoria da estruturação, distinguindo as dimensões interna e externa da acção e estruturando-se em torno de diferentes níveis de análise, a que correspondem processos distintos de mediação entre estrutura e agência. A prossecução dos objectivos definidos concretizou-se na aplicação de uma estratégia metodológica qualitativa assente na realização de vinte entrevistas de cariz biográfico, cada uma delas decorrendo em duas sessões distintas, a um conjunto diversificado de pessoas. Com base na análise destes casos foi identificada uma tipologia de perfis reflexivos, composta por cinco categorias, definidas a partir da conjugação variável de processos de formação, exercício e eficácia causal da reflexividade: auto-referencial, pragmático, funcional, resistente e resiliente. Esta diferenciação de perfis reflexivos permitiu perceber a natureza tripartida da reflexividade individual: é uma capacidade partilhada por todas as pessoas enquanto requisito da existência em sociedade, mas também uma competência que pode ser desenvolvida em diferentes contextos ao longo do percurso biográfico, bem como um recurso mobilizável para dar resposta às diferentes circunstâncias que os sujeitos enfrentam quotidianamente e ao longo das suas vidas.

Palavras-chave: Reflexividade, sentido prático, acção, estrutura-agência, biografias

Abstract

The analytical focus of this research is directed at the social mechanisms of personal reflexivity. The aim is to understand how people think about themselves, what meanings they attach to their past options, how they interpret their present situation and what future projects they elaborate, taking into account their social circumstances, contexts and relationships. More specifically, the analysis focuses on the formation of reflexive skills, on how they are exercised and on the effects they may have on action. An analytical model of reflexive processes at the individual level was elaborated, combining elements from critical realism, with propositions from dispositionalist theory and structuration theory. This model distinguishes internal and external dimensions of action and it is structured around different levels of analysis, according to distinct processes of mediation between structure and agency. In order to accomplish the research goals a qualitative methodological device was designed, consisting on the realization of 20 biographical interviews, each one taking place in two different sessions, to a social diverse set of people. The analysis of these cases allowed for the identification of a typology of reflexivity profiles, defined by a variable articulation between the means of formation, the modalities of exercise and the causal efficacy of reflexive processes: self-referential, pragmatic, functional, resistant and resilient. This differentiation of modes of reflexivity revealed the tripartite nature of personal reflexivity: it is a capability shared by all people as a condition of existence in society, but also a skill that can be developed in different contexts throughout the biographical pathway, as well as a resource mobilized as a response to the different circumstances subjects face on a daily basis and throughout their lives.

Key-words: Reflexivity, practical sense, action, structure-agency, biographies

Índice

INTRODUÇÃO.....	1
PARTE I: O LUGAR DA REFLEXIVIDADE NA TEORIA SOCIOLOGICA	13
CAPÍTULO I: A DEFINIÇÃO DO PROBLEMA ESTRUTURA-AGÊNCIA	15
1.1. Interioridade/exterioridade.....	15
1.2. Capacitação/constrangimento	18
CAPÍTULO II: O DIFÍCIL EQUILÍBRIO ENTRE O PESO DAS ESTRUTURAS E A CAPACIDADE AGENCIAL DOS SUJEITOS	25
2.1. Paradigma funcionalista.....	25
2.2. Micro-sociologias interpretativas.....	26
2.3. Propostas de síntese	30
CAPÍTULO III: SENTIDO PRÁTICO E MODOS DE RELAÇÃO COM AS PRÁTICAS	33
3.1. A teoria da prática	33
<i>Implicações</i>	39
3.2. A análise da reflexividade individual no quadro de uma teoria disposicionalista	45
<i>Competências reflexivas e sentido prático</i>	47
<i>Práticas e discursos sobre as práticas</i>	50
<i>Pluralidade e reflexividade</i>	52
<i>Contributos</i>	53
CAPÍTULO IV: REFLEXIVIDADE E MUDANÇA SOCIAL	59
4.1. Modernização reflexiva	59
4.2. Individualização, fragmentação e desestruturação.....	63
4.3. Notas críticas.....	65
CAPÍTULO V: REFLEXIVIDADE E CONVERSAS INTERNAS.....	73
5.1. Vida interior e diálogos internos.....	75
5.2. Mediação entre estrutura e agência.....	78
5.3. Reflexividade e mudança social.....	79
5.4. Modos de reflexividade.....	81
5.5. Continuidades	83
5.6. Notas críticas.....	87
PARTE II: PARÂMETROS OPERATÓRIOS	95
CAPÍTULO VI: MODELO DE PROCESSOS REFLEXIVOS AO NÍVEL INDIVIDUAL.....	97
6.1. Dualidade e dualismo.....	97
6.2. Acção e agência	99
6.3. Subjectividade, consciência, reflexividade	101

6.4. Posições, papéis, identidades	104
6.5. A análise de processos reflexivos ao nível individual	107
CAPÍTULO VII: O ESTUDO EMPÍRICO DA REFLEXIVIDADE INDIVIDUAL: CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	113
7.1. Problemas e desafios	113
7.2. Estratégia metodológica	116
7.3. As entrevistas biográficas	123
7.4. As pessoas entrevistadas	131
PARTE III: OS MECANISMOS SOCIAIS DA REFLEXIVIDADE INDIVIDUAL.....	139
CAPÍTULO VIII: PERFIS DE REFLEXIVIDADE	141
8.1. Reflexividade auto-referencial	145
<i>Rita: “O sono é leve, como de vigia”</i>	156
8.2. Reflexividade pragmática	163
<i>José: “Foi uma vida sempre de gente pobre e amigo de trabalhar”</i>	171
8.3. Reflexividade funcional	175
<i>Miguel: “O meu navio, quem o comanda sou eu, portanto, eu assumo responsabilidade se ele encalhar”</i>	182
8.4. Reflexividade resistente	189
<i>Filomena: “Eu pensava que podia dar um futuro melhor aos meus filhos”</i>	196
8.5. Reflexividade resiliente	204
<i>Cláudio: “A partir desse dia comecei a olhar para a frente, nunca mais pensei nas pernas que tive. Tive, não tenho”</i>	210
8.6. Relação entre perfis.....	222
CAPÍTULO IX: FORMAÇÃO DE COMPETÊNCIAS REFLEXIVAS	229
9.1. As primeiras grelhas de interpretação do mundo.....	229
9.2. A construção de uma relação distanciada com o real	234
9.3. Reflexividade e socializações concorrentes	239
9.4. O impacto das situações de crise	243
CAPÍTULO X: O EXERCÍCIO DA REFLEXIVIDADE.....	249
10.1. Modalidades de exercício	249
<i>Conversas internas</i>	249
<i>Conversas externas</i>	258
<i>Práticas de escrita</i>	263
10.2. Diversidade contextual e pluralidade disposicional.....	267
10.3. As rotinas do quotidiano e as situações de crise	275
10.4. Emoções e reflexividade	280

CAPÍTULO XI: OS EFEITOS DA REFLEXIVIDADE NA ACÇÃO	285
11.1. Modelo de acção reflexiva	285
11.2. Reflexividade e paralisação da acção.....	292
11. 3. Reprodução e mudança	295
11.4. Reflexividade e mediação entre estrutura e agência	298
CONCLUSÃO	303
<i>Reflexividade enquanto capacidade</i>	304
<i>Reflexividade enquanto competência</i>	306
<i>Reflexividade enquanto recurso</i>	310
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	317
ANEXOS.....	I
Anexo A: Guião de entrevista.....	III
Anexo B: Retratos sociológicos do perfil de reflexividade auto-referencial	XIII
<i>Marta: “Ter poder é uma coisa muito complicada”</i>	XIII
<i>Helena: “Sou muito chata, preciso de perceber as coisas”</i>	XVIII
<i>Margarida: “Aponto tudo na minha agenda e na minha cabeça”</i>	XXIII
<i>Rosa: “Deixei parecer ser muitas vezes uma pessoa, sendo outra”</i>	XXVII
<i>Gil: “Por vezes sinto-me diferente pela minha atitude, que entendo como misto de curiosidade pessoal e ímpeto social”</i>	XXXIV
Anexo C: Retratos sociológicos do perfil de reflexividade pragmática.....	XLI
<i>Patrícia: “Nunca fui muito pensativa”</i>	XLI
<i>Regina: “Nunca tive ambição de nada”</i>	XLIV
<i>Fernando: “Uns dias bons, uns dias maus, é preciso ter paciência”</i>	XLVIII
Anexo D: Retratos sociológicos do perfil de reflexividade funcional.....	LI
<i>Lourenço: “Desde o berço que estava ali uma outra pessoa, por isso eu valorizo imenso estar sozinho”</i>	LI
<i>Nuno: “A gente tem que fazer pela vida”</i>	LVI
<i>João: “Sem ovos não se fazem omeletas”</i>	LXI
<i>Diogo: “Muito cedo me tornei independente”</i>	LXVII
Anexo E: Retratos sociológicos do perfil de reflexividade resistente	LXXIII
<i>Irina: “Manter, pelo menos, já é muito bom”</i>	LXXIII
<i>Palmira: “Consegui mudar a minha vida, mas agora está difícil”</i>	LXXIX
Anexo F: Retrato sociológico do perfil de reflexividade resiliente	LXXXIII
<i>Luís: “Não há outra solução a não ser andar para a frente”</i>	LXXXIII

Índice de quadros

7.1: Caracterização socioeconómica das pessoas entrevistadas.....	137
8.1: Tipologia de perfis de reflexividade individual.....	142

Índice de figuras

6.1: Estrutura da vida interior dos sujeitos.....	104
6.2: Constituição social dos indivíduos.....	106
6.3: Modelo de processos reflexivos ao nível individual.....	108
8.1. Distâncias entre perfis de reflexividade.....	223
11.1: Modelo de acção reflexiva.....	285

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem por objectivo central analisar os mecanismos sociais da reflexividade individual, ou seja o modo como cada pessoa se pensa a si mesma por referência às suas circunstâncias sociais. Trata-se de uma investigação empírica de um conceito teórico.

Está-se perante um momento histórico particularmente interessante para estudar a reflexividade. Antes de mais, a mesma tem vindo a assumir progressivo destaque na investigação sociológica. Não se tratando de um conceito novo em sociologia, ganhou, contudo, nas últimas décadas, autonomia e um estatuto analítico próprio, seja para dar conta (ou como reflexo) de dinâmicas de transformação das sociedades contemporâneas, seja para destacar os poderes agenciais das pessoas em relação aos seus constrangimentos estruturais. Há, por um lado, um reconhecimento alargado da sua relevância na explicação da acção dos indivíduos, o que permite que, actualmente, a análise da reflexividade ancore em reflexões e trabalhos empíricos prévios. Mas, por outro lado, sendo um conceito que tem gerado especial atenção em épocas mais recentes, carece ainda de trabalho adicional de aprofundamento, estimulando, por isso, a imaginação sociológica (Mills, 1982) na procura de instrumentos teóricos, operatórios e analíticos para o seu estudo. A equação entre o saber acumulado sobre o tema e as possibilidades de pesquisa que o mesmo suscita criam um espaço de possibilidades na sociologia particularmente favorável à investigação da reflexividade.

Não pode também deixar de ser referida a relevância do estudo deste conceito na actual conjuntura social, cultural e económica de Portugal. Numa fase em que tanto se houve falar de entidades abstractas, como a economia, os sistemas financeiros ou os mercados, tende muitas vezes a perder-se de vista as experiências concretas das pessoas, nomeadamente o impacto que têm as dinâmicas estruturais nas suas vivências quotidianas, que sentido atribuem ao que está a acontecer no país e nas suas vidas, de que modo lidam com os efeitos da crise e que margem têm para alterar as suas circunstâncias. A análise da reflexividade pode desempenhar um papel importante a este nível.

A decisão de estudar sociologicamente esta noção representa também um ponto de chegada de um percurso pessoal de investigação, a diferentes níveis: teórico, metodológico, analítico e substantivo. Do ponto de vista teórico, o primeiro contacto com o conceito de reflexividade ocorreu ainda na licenciatura (em sociologia), por via dos autores da denominada modernização reflexiva. Rapidamente me entusiasmei com uma abordagem que permitia relativizar, até certo ponto, as primeiras aprendizagens do curso que enfatizavam sobretudo o modo como as configurações estruturais contribuíam para explicar a acção social. No fundo, abria a possibilidade de conceptualizar a agência humana, a forma como cada pessoa se relaciona com as suas propriedades estruturais e, assim, as singularidades individuais e desvios face a padrões e tendências sociais. Com a complexificação das aprendizagens na licenciatura tornaram-se progressivamente mais claras as limitações e dificuldades colocadas por este tipo de perspectivas. Ainda assim, e mesmo face à necessidade de as mesmas serem selectivamente complementadas e combinadas com outras concepções analíticas, permanecem

como referência incontornável, independentemente da aceitação, rejeição ou crítica parcial dos seus princípios básicos, no estudo sociológico do conceito de reflexividade.

Do ponto de vista metodológico, atendendo à multiplicidade de escolhas disponíveis que marcaram o percurso de formação em sociologia, desenvolvi um interesse particular e investi, assim, predominantemente em pesquisas assentes em dispositivos metodológicos qualitativos, de cariz intensivo. Enquanto investigadora dei continuidade a essa orientação, realizando inúmeras entrevistas, subordinadas a diferentes temáticas, muitas delas de cariz biográfico. Aquilo que sempre considerei ser a componente mais interessante deste processo foi ouvir e perceber o modo como as pessoas explicavam, racionalizavam e atribuíam sentido às suas opções e condutas. Foi constatar que na generalidade dos casos, os indivíduos tinham sempre “boas razões” para as suas acções. Foi compreender como a singularidade individual, e o discurso produzido a esse respeito, se enquadravam em dinâmicas sociais mais vastas, que, muitas vezes, ultrapassavam a própria consciência dos sujeitos. Foi criar uma plataforma de confiança e abertura para as pessoas entrevistadas, que as levava a partilharem aspectos da sua intimidade sem contrapartidas. Esta capacidade identificada em todas as pessoas que entrevistei, e com quem falei de modo mais informal, de se observarem a si mesmas e produzirem explicações para aquilo que sentem, pensam e fazem sempre me suscitou particular interesse e pareceu-me pouco problematizada em algumas pesquisas.

O que, do ponto de vista analítico, me causava alguma estranheza, pelo facto de nem sempre ser dado espaço à componente reflexiva dos indivíduos na explicação das suas acções. E quando a reflexividade é apontada como factor na compreensão de determinado fenómeno, surge muitas vezes mencionada sem ser problematizada. É comum o conceito ser referido de forma mecanizada sempre que surgem referências aos processos de mudança das sociedades contemporâneas e a fenómenos da modernidade, ou das suas manifestações mais tardias. Assume-se que as pessoas são reflexivas e que, por isso, são capazes de exercer a sua capacidade agencial, sem que fique claro como operam esses processos de reflexividade, como se constituem e que efeitos concretos têm nas condutas humanas.

Na realidade, o nível de conhecimento cumulativo sobre a importância das estruturas sociais na explicação das práticas não parece ser equivalente ao saber sociológico sobre o papel da agência e, num plano aproximado, da reflexividade. Esta surge muitas vezes como variável explicativa, sem que se perceba concretamente qual o seu papel e de que modo se articula com outros factores sociais, bem como as variáveis que estão na sua origem. De facto, não deixa de ser surpreendente que à frequência com que a palavra é referida na pesquisa sociológica não corresponda atenção equiparada em estudos sobre o conceito. Estou consciente que afirmações deste tipo podem assumir um cariz polémico junto de sensibilidades e olhares sociológicos mais afastados daqueles que são os fundamentos da presente pesquisa. Esta argumentação decorre directamente da minha experiência de investigação e das opções teóricas, operatórias e metodológicas que fui fazendo ao longo do meu

percurso de investigação. Nesse sentido, e reconhecendo a existência de outras interpretações sobre a produção sociológica a este respeito, estas considerações actuam como marcadores simbólicos daquele que defino como o meu posicionamento enquanto investigadora face à multiplicidade e diversidade de perspectivas e abordagens sociológicas.

A noção de reflexividade, enquanto componente de explicação da acção e elemento de capacitação dos sujeitos, tem vindo a assumir particular proeminência em trabalhos de autores anglo-saxónicos, sobretudo britânicos, em estreita articulação com a análise dos conceitos de self, agência, identidade, mudança ou individualização. É por esse motivo que o vocabulário característico do estudo da reflexividade tem uma base fortemente anglo-saxónica (Conde, 2011a: 5). Embora o conceito tenha tradução directa em diversas línguas, não deixa de ser curioso que, por exemplo, outras noções-satélite, como a de self, continuem a ser mobilizadas na análise sociológica, nomeadamente em Portugal, sem que exista um equivalente linguístico traduzido¹.

Estas diferenças linguísticas na conceptualização da vida interior dos sujeitos e da sua componente agencial é notória não apenas no vocabulário sociológico, como também no discurso corrente. Veja-se, por exemplo, que Margaret Archer (2003b, 2007a, 2012), uma das autoras de referência na análise da reflexividade individual, não encontrou dificuldades junto dos seus entrevistados com as noções de “conversa interna” (*internal conversation*) ou de “conversar consigo mesmo” (*having a conversation with oneself*). A transposição deste tipo de linguagem para a presente pesquisa, em Portugal, revelou-se bastante mais problemática, como se poderá ver em capítulos posteriores, pelo facto de esse tipo de expressões remeter, junto dos entrevistados, mais para condições patológicas do que para a relação que as pessoas mantêm consigo mesmas.

A referência ao conceito de reflexividade surge também frequentemente na tradição francesa de análise da subjectividade, da singularidade e das experiências individuais. Assume, neste âmbito, centralidade, facultando elementos importantes para o estudo do modo como os indivíduos se percebem no mundo, mas não é alvo de uma análise focalizada, direccionada para o modo como operam especificamente os processos reflexivos.

Em Portugal, tem sido dada continuidade a abordagens deste tipo, embora também com a incorporação de elementos da tradição anglo-saxónica, mas sem que o conceito de reflexividade tenha assumido autonomia analítica. Destaque para dois exercícios de reflexão teórica sobre o conceito (Conde, 2011a; Pais, 2008) e para dois casos de aplicação desta noção em análises empíricas: Casanova (2004) trabalhou a reflexividade social numa abordagem quantitativa, e Correia (2012) mobilizou o conceito para a análise empírica das práticas de medicina.

Por fim, do ponto de vista substantivo, fui observando que a reflexividade tem vindo a assumir crescente visibilidade social e mediática nas últimas décadas, fora do contexto académico. O destaque atribuído a esta noção noutras esferas sociais pode ser pensado em articulação, pelo menos

¹ Para uma reflexão sobre as dificuldades decorrentes da tradução para português deste tipo de vocabulário ver Almeida (2001).

em parte, com a proliferação, ou com o maior relevo que a terapia (em vertentes mais e menos profissionalizadas) e a literatura de auto-ajuda têm vindo a assumir nas sociedades contemporâneas (Giddens, 2001). Neste âmbito, a reflexividade surge com frequência conectada à meditação e ao fomento do auto-conhecimento que conduzem, potencialmente, a processos de superação de problemas ou a formas de existência mais serenas e equilibradas. Produzem-se discursos sobre a capacidade individual de as pessoas se ajudarem a si próprias e sobre o poder que têm de transformar as suas vidas. O enfoque é muitas vezes colocado em indivíduos que partilham uniformemente a capacidade de se pensarem a si mesmos, aparentemente desenquadrados de contextos sociais que dificultam e possibilitam este tipo de exercícios reflexivos e que condicionam as consequências pessoais e sociais que os mesmos podem vir a ter. Tendo noção que nestes processos de circulação dos conceitos pelas esferas pública e mediática se corre o risco de perda de significado e de acuidade analítica (Costa, 2003b: 179), maior se tornou o interesse pela clarificação e estudo da reflexividade do ponto de vista sociológico.

A articulação destes elementos (teóricos, metodológicos, analíticos e substantivos) do meu percurso pessoal de investigação (que é ele próprio indissociável das dinâmicas do campo da sociologia em Portugal) está na origem do conjunto de questionamentos em que a presente pesquisa ancora. Como é que as pessoas fazem sentido de si mesmas no mundo? Que papel desempenha a reflexividade nesse processo? Será a reflexividade uma capacidade individual universal ou decorre especificamente de processos de transformação das sociedades contemporâneas? Pensarão todos os sujeitos sobre si mesmos de forma similar? Será a reflexividade mobilizada de modo diferenciado? Com base em que factores? Que consequências sociais e para a vida dos indivíduos tem o exercício da reflexividade? Que papel desempenha na explicação das práticas? Qual a relação entre reflexividade e capacidade agencial? Como se articula a forma como as pessoas pensam sobre si mesmas com os seus enquadramentos estruturais? É possível observar a reflexividade em sociologia? É possível reconstruir processos reflexivos?

Estas questões implicam logo à partida uma delimitação analítica. O objectivo da presente investigação é o estudo sociológico da reflexividade *individual*, assumindo que a mesma adquire também outras formas. Como afirma Wacquant (2007: 37) a propósito do trabalho de Anthony Giddens, a reflexividade pode ter três referentes: agência, sociedade e ciência.

Pode reportar-se, como no caso da presente análise, a indivíduos que pensam sobre si mesmos no mundo, sobre aquilo que pensaram e fizeram no passado, sobre as suas opções, sobre as suas práticas, papéis, pensamentos e sentimentos presentes, sobre projectos e planos de futuro, sobre as suas condições de vida, contextos e relações, sobre a sociedade em geral e sobre o país ou localidade em que vivem. Mas pode também ter por referente instituições e estruturas sociais, nomeadamente no que diz respeito às suas normas, valores e condutas, bem como aos efeitos da sua esfera de acção. A reflexividade é sempre exercida por indivíduos, mas neste caso toma por objecto

de reflexão não os sujeitos, mas as práticas de colectivos e agrupamentos sociais, como sejam, por exemplo, os sistemas periciais de que fala Giddens (2000a, 2001). Sociedades reflexivas, de modernização reflexiva, do conhecimento, da informação e do risco são exemplos de designações comuns que, pelo menos em parte, remetem, não apenas para a auto-reflexividade das pessoas, mas também para a componente reflexiva das instituições que compõem uma dada sociedade. A reflexividade pode ainda ter por referente a prática científica, tal como preconizada por Pierre Bourdieu (2004). É entendida como instrumento de vigilância epistemológica e requisito do campo. Ou seja, a ciência (por via dos cientistas) tem de se tomar a si mesma como objecto de modo a monitorizar a sua acção e, assim, a garantir a validade científica das suas práticas.

Esta diferenciação entre três eixos de reflexividade (agência, sociedade e ciência) é útil do ponto de vista analítico, mas não é estanque e inflexível. Quem exerce a reflexividade são sempre as pessoas, ainda que por vezes o referente não esteja no plano individual, mas numa dimensão institucional/social. Para além disso, sendo este um trabalho inserido no campo científico da sociologia, a reflexividade é também encarada como instrumento de trabalho. O que se pretende aqui transmitir é que o foco analítico desta pesquisa é especificamente a *reflexividade individual*, ou seja, aquela que toma os sujeitos como referente: os indivíduos reflectem sobre si mesmos e monitorizam as suas acções, tendo por referência as suas circunstâncias sociais. Isto sem perder de vista as outras formas assumidas pela reflexividade.

O enfoque na análise dos mecanismos sociais da reflexividade individual decompõe-se em três objectivos centrais: (i) compreender como se constitui a capacidade reflexiva dos sujeitos, (ii) como é exercida (iii) e que efeitos tem na acção. Subjacente a estes fins analíticos está a noção de que é possível estudar sociologicamente a reflexividade individual porque ela é socialmente produzida, é exercida em contextos sociais concretos e tem eficácia causal nas práticas dos sujeitos e na configuração dos seus percursos biográficos.

Ao nível da formação da reflexividade, pretende-se compreender se todas as pessoas partilham esta capacidade, quais as condições favoráveis e desfavoráveis para a sua constituição e desenvolvimento, que processos e factores estão associados, em que fases de vida se desenvolve e qual o papel da socialização (familiar, escolar, profissional, por via das sociabilidades e lazeres). Mais concretamente, procura-se perceber se indivíduos posicionados diferentemente no espaço social experienciam processos de formação distintos.

Quanto ao exercício da reflexividade, o objectivo é entender como se manifestam os processos reflexivos, nomeadamente em que modalidades. No fundo, pretende-se compreender se a reflexividade é um mecanismo exclusivamente mental ou se tem existência para lá de dinâmicas internas à mente individual. Para além disso, deve ser também considerado o que despoleta a activação de competências reflexivas, em que contextos e em que circunstâncias.

O enfoque da análise direcciona-se ainda para a eficácia causal da reflexividade, ou seja, para os efeitos que o seu exercício pode ter nas práticas dos indivíduos. Importa perceber em que circunstâncias e como opera na orientação da acção, bem como que relação estabelece com a agência individual, com processos de mudança e de reprodução social.

A prossecução destes objectivos implicou, em primeiro lugar, dedicar particular atenção à componente teórica da pesquisa, já que o ponto de partida da investigação é uma noção que se pretende estudar empiricamente. Pode falar-se, neste âmbito, da “função de comando da teoria” (Almeida e Pinto, 1995: 88-92), embora o sentido da pesquisa tenha também implicado o permanente retorno reflexivo a esta primeira componente, nas diferentes etapas da investigação, numa lógica mais aproximada daquela que é proposta pela “grounded theory” (Glaser e Strauss, 2008). É, no fundo, uma “investigação empírica teoricamente orientada” (Costa, 1999: 7-9).

A primeira parte deste trabalho, que engloba cinco capítulos, corresponde precisamente à apresentação da problemática da reflexividade individual, mediante a discussão teórica das abordagens e autores que aqui se considera serem mais relevantes para o estudo sociológico do conceito. Com a organização desta parte pretendeu-se apresentar e discutir contributos centrais para a análise da reflexividade e, simultaneamente, realçar a progressiva integração e relevância que o conceito tem vindo a assumir na história da sociologia. A discussão sociológica sobre o tema não se esgota necessariamente nos trabalhos dos autores seleccionados. São, contudo, perspectivas que, no contexto desta investigação, facultam os instrumentos cognitivos e operativos mais relevantes para a construção de uma abordagem empírica sobre este problema teórico. É feito um mapeamento do trabalho desenvolvido e simultaneamente são destacados os elementos que maior importância assumem para a operacionalização da pesquisa. O objectivo fundamental deste processo é a identificação de teorias de médio alcance, no sentido de Merton (1968: 39-72), que permitam fazer a ponte entre um problema teórico abstracto e as suas manifestações empíricas.

Numa primeira fase, e atendendo às perspectivas de autores clássicos da disciplina, a reflexividade não surgia ainda como conceito com estatuto epistemológico próprio, mas o seu significado integrava já o debate mais alargado do binómio estrutura/agência. O capítulo um discute a colocação do problema com base no trabalho de Karl Marx, Émile Durkheim, Max Weber e Georg Simmel. O segundo capítulo focaliza-se no modo como a discussão prosseguiu, de forma cumulativa, em abordagens posteriores. As propostas de Talcott Parsons e as perspectivas dos autores das designadas micro-sociologias interpretativas (Harold Garfinkel, Alfred Schutz, Erving Goffman) evidenciam a dificuldade em conceptualizar a reflexividade individual procurando equilibrar propriedades estruturais e capacidades agenciais. Estes dois capítulos funcionam como localização histórica do problema estrutura-agência e da introdução do conceito de reflexividade na sociologia, identificando as bases das abordagens debatidas nos capítulos teóricos seguintes, que assumem um cariz mais operativo nesta pesquisa.

No capítulo três, o mais extenso desta componente teórica pela centralidade dos argumentos expostos, são discutidas duas abordagens fulcrais para a operacionalização da reflexividade individual. Primeiro a de Pierre Bourdieu, que apesar de minimizar o cariz explicativo das racionalizações individuais, problematiza outra componente da acção (o sentido prático que leva os agentes a saberem o que fazer sem terem de pensar sobre isso), em articulação com a qual a reflexividade deve sempre ser pensada. O trabalho de Bernard Lahire, dando continuidade à estrutura teórica de Bourdieu, cria espaço analítico para a incorporação da reflexividade na análise das práticas e evidência, assim, a possibilidade de o conceito ser estudado no quadro de uma teoria disposicionalista.

O quarto capítulo centra-se na já referida abordagem da modernização reflexiva, mediante a discussão dos trabalhos de autores como Ulrich Beck, Anthony Giddens e Scott Lash. Sendo a reflexividade um conceito central nas suas propostas de interpretação das sociedades de modernidade tardia e da própria mudança social, é fundamental atentar ao modo como é problematizada a capacidade de os sujeitos se pensarem a si mesmos e aos efeitos que o exercício da reflexividade tem nas suas biografias, sem deixar de apontar também as limitações que estas abordagens encerram.

A problematização do conceito de reflexividade fecha, no capítulo cinco, com a discussão do trabalho de Margaret Archer. Esta abordagem assume centralidade na presente investigação pelo facto de a autora ter desenvolvido uma análise empírica da noção de reflexividade e ter, nesse sentido, contrariamente às perspectivas discutidas anteriormente, apresentado uma proposta concreta de operacionalização do conceito. O trabalho de Archer é, de facto, aquele que mais se aproxima dos objectivos desta pesquisa, mas existem também inúmeras divergências no olhar direccionado a determinadas questões analíticas, que exigem uma discussão crítica da problematização da noção de reflexividade.

A organização destes cinco pontos, para além de mapear contributos fundamentais para a estruturação da pesquisa, expressa também a crescente centralidade e a progressiva integração da problemática da reflexividade na teorização sociológica.

Optou-se pela segmentação da problemática em cinco capítulos, sendo que, na maior parte dos casos, cada um deles se centra em apenas uma abordagem ou em determinada orientação teórica, pelo facto de ser possível, desta forma, debater com um maior grau de aprofundamento as diferentes perspectivas em análise. O objectivo prosseguido com estes cinco capítulos iniciais não é, por um lado, o de reproduzir mecanicamente teorias e propostas consagradas e já testadas, nem, por outro lado, o de rebater o conhecimento sociológico já produzido sobre esta temática. Pretende-se antes articular diversas abordagens, que trazem diferentes contributos, a diferentes níveis, na construção de um estudo empírico de um conceito teórico. Colocar em diálogo as propostas discutidas em cada um dos cinco capítulos permite construir pontes de entendimento entre autores que, numa primeira leitura, podem parecer irreconciliáveis. Não é inédito, por exemplo, procurar combinar perspectivas

aparentemente tão diferentes como as de Bourdieu e Archer. Nos últimos anos têm surgido alguns apelos teóricos no sentido de articular os dois autores para uma maior complexificação da análise da acção². Contudo, é preciso saber como ambos se podem combinar não só do ponto de vista teórico, como também ao nível operacional e metodológico. Essa é actualmente a grande lacuna da pesquisa sobre a reflexividade individual em sociologia.

Com base nesse esforço de articulação entre abordagens, apresenta-se uma proposta de operacionalização na segunda parte da dissertação. No capítulo seis são discutidos os parâmetros de definição de um modelo analítico, que combina os elementos teóricos, identificados na primeira parte, que melhor permitem dar resposta aos objectivos definidos na pesquisa. O modelo de processos reflexivos ao nível individual assenta na noção de que a realidade social tem uma existência material mas também mental, pelo que importa distinguir as dimensões externa e interna da acção para analisar a reflexividade. A relação entre estas duas componentes é mediada ao nível estrutural (pelo sentido prático), ao nível contextual (pelos enquadramentos e parâmetros de interacção) e ao nível individual (pela reflexividade). Esta distinção é ainda particularmente importante pelo facto de permitir conceptualizar a reflexividade não apenas como mecanismo interno da mente individual, mas também nas suas manifestações externas, nomeadamente através do discurso (oral e escrito). O principal objectivo deste modelo é o de combinar as perspectivas que preconizam a dualidade da estrutura – nomeadamente através da recursividade das estruturas sociais (Giddens, 2004) e dos processos de interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade (Bourdieu, 2002) – com aquelas que defendem o dualismo analítico para dar conta da separação ontológica entre estrutura e agência de modo a que a sua interacção seja analisada (Archer, 2003b). Não sendo necessário efectuar escolhas unilaterais entre as possibilidades de uma ou outra teoria, assume maior proficuidade operatória e analítica combinar a ontologia das diferentes propostas para que uma análise mais problematizada e complexa seja desenvolvida.

O sétimo capítulo representa já a transposição destas componentes operatórias para a construção de um dispositivo metodológico ajustado às especificidades da análise empírica da reflexividade. Considerou-se que para fazer face aos desafios de uma pesquisa deste tipo seria mais proficuo recorrer a uma estratégia metodológica qualitativa, de cariz intensivo. Foram realizadas entrevistas biográficas a um conjunto relativamente diversificado de pessoas, sobretudo do ponto de vista do sexo, da idade, da escolaridade, da actividade profissional e das origens sociais³.

Porque o foco analítico desta pesquisa são os próprios processos de reflexividade, e não o modo como os mesmos operam para um determinado grupo de indivíduos, ou em circunstâncias e contextos específicos, optou-se por não circunscrever a análise a uma esfera concreta de observação. Desta forma, não se recorreu a critérios rígidos de selecção das pessoas entrevistadas, mantendo apenas a preocupação de garantir alguma diversidade do ponto de vista socioeconómico, de modo a

² Ver, por exemplo, Adams (2006), Elder-Vass (2007), Fleetwood (2008), Sayer (2010) e Sweetman (2003).

³ O mapeamento da caracterização socioeconómica das pessoas entrevistadas encontra-se no quadro 7.1.

realizar exercícios de comparação. Houve ainda o cuidado de não multiplicar em demasia o número de casos, para que fosse possível empreender análises que aprofundassem e pormenorizassem como operam os mecanismos de reflexividade de cada indivíduo. Foram entrevistadas 20 pessoas, sendo que para cada uma delas foram realizadas, pelo menos, duas sessões de entrevista. A apresentação e discussão desta estratégia metodológica encontra-se presente no capítulo sete.

Trata-se de uma reflexão produzida a partir da reflexividade gerada pelo próprio processo de investigação. Nesta pesquisa há um entrelaçamento particular entre diferentes níveis e planos de reflexividade, que estimula dinâmicas de recursividade. Enquanto investigadora tenho a reflexividade como objecto de estudo, fazendo uso, para esse efeito, da reflexividade sociológica enquanto instrumento de trabalho e de vigilância epistemológica. Ao entrevistar um conjunto diversificado de pessoas procurei identificar as suas competências reflexivas, sendo que a própria entrevista é um momento de estímulo da sua reflexividade. Estas dinâmicas geram reflexividade sobre os procedimentos metodológicos e sobre a relação de pesquisa, o que me levou a direccionar um novo olhar ao conceito de reflexividade e à sua operacionalização.

Em todo este processo, a minha própria experiência na investigação constitui-se também como ferramenta de análise. Um trabalho com estas características tem subjacente um envolvimento pessoal e um trabalho emocional que não devem ser encapsulados por detrás da formalidade e distanciamento que o papel de investigadora simultaneamente exige. Sem colocar em causa todas as precauções teóricas, operatórias, metodológicas e analíticas do presente trabalho, o meu modo de relacionamento com o tema e sobretudo com as pessoas que entrevistei foi fulcral na estruturação da pesquisa. É nesse sentido que optei por destacar na introdução da tese a forma como o meu percurso pessoal de investigação está na origem da decisão de estudar a problemática da reflexividade. É também por esse motivo que sempre que me reporto a aspectos da pesquisa que estão mais directamente relacionados com a minha experiência concreta enquanto investigadora, e que tiveram um impacto mais visível no modo como a pesquisa se delineou, optei por usar o discurso na primeira pessoa, por contraste com o restante texto, escrito num registo mais impessoal.

A última parte da investigação é composta por quatro capítulos e corresponde à análise dos mecanismos sociais da reflexividade individual, elaborada com base nos 20 casos. O capítulo oito está estruturado em torno de uma tipologia de perfis de reflexividade. Tendo por base as diferenças e proximidades dos modos de cada pessoa se pensar a si mesma por referência às suas circunstâncias sociais, foram identificados cinco perfis predominantes entre o conjunto dos entrevistados: auto-referencial, pragmático, funcional, resistente e resiliente. É feita uma análise conjunta dos casos que integram cada um destes perfis, seguida do retrato sociológico que melhor ilustra o respectivo modo reflexivo. Foram elaborados retratos sociológicos para cada pessoa entrevistada, no sentido de ilustrar a singularidade individual que compõe cada perfil de reflexividade, mas pela sua extensão é

apenas apresentado um no corpo do texto, tendo os restantes sido remetidos para anexo. Num último subponto são ainda discutidos os critérios de proximidade e distanciamento entre perfis.

Os três capítulos seguintes correspondem à análise dos três principais objectivos da pesquisa, tendo sempre por referência os parâmetros de definição da tipologia. O capítulo nove centra-se nos processos de formação da reflexividade. É dado particular destaque à forma como os contextos familiares contribuem para a construção das primeiras grelhas de interpretação do mundo, ao papel da escola no fomento de uma relação distanciada com o real, à importância dos enquadramentos profissionais, das sociabilidades e dos lazeres, bem como ao impacto das situações de crise na criação de competências reflexivas. No capítulo dez é discutida a forma como a reflexividade é mobilizada, em termos das três modalidades de exercício identificadas (conversas internas, conversas externas e práticas de escrita). Esta discussão é feita em diálogo com o modo como a reflexividade pode ser diferentemente requerida em contextos diversos, de acordo com a pluralidade disposicional dos sujeitos e consoante se trate de circunstâncias associadas a rotinas quotidianas ou a situações de crise. Num último subponto é ainda examinada a componente emocional do exercício da reflexividade. O capítulo onze, que encerra a análise, é focalizado na relação entre reflexividade e acção. É discutido um modelo de acção reflexiva, que analisa o papel orientador da reflexividade relativamente às práticas, mas é também debatido o impacto que a mesma pode ter na suspensão da acção. A análise termina com a discussão dos efeitos da reflexividade nas dinâmicas de reprodução e transformação social, e do papel mediador que a mesma desempenha na relação entre estrutura e agência.

Os quatro capítulos de análise têm por base o diálogo permanente mantido com o material empírico. No caso do capítulo oito a referência mais directa às entrevistas surge sob a forma de retratos sociológicos, pontuados por ocasiões de discurso directo das pessoas entrevistadas. Para os três capítulos seguintes recorreu-se ao uso de citações retiradas das entrevistas, sempre que se considerou pertinente. Nalguns casos, estas citações são particularmente longas, na medida em que se procurou dar-lhes o destaque que assumem na globalidade da investigação. A análise dos capítulos nove, dez e onze estrutura-se ainda em torno da tipologia de perfis reflexivos definida no ponto oito.

O presente trabalho constitui-se como um exercício de investigação que implicou explorar empiricamente uma temática que não tem ainda acumulado um corpo consolidado de conhecimento. Os estudos empíricos produzidos especificamente sobre esta problemática são ainda escassos (quando comparados com a produção sociológica sobre outros temas) e apesar de existirem já algumas propostas concretas de operacionalização do conceito de reflexividade, o seu alcance não foi ainda suficientemente testado, até pelo facto de serem relativamente recentes (como é o caso da abordagem de Archer). Neste sentido, esta pesquisa é também uma proposta analítica, que procura, através dos recursos teóricos mobilizados, do dispositivo metodológico aplicado e das conclusões decorrentes da análise empírica levada a cabo, contribuir para o corpo cumulativo de conhecimento

que começou recentemente, de modo mais direccionado, a ser delineado. É uma forma de gerar reflexão sobre a noção de reflexividade no sentido de se criarem e adaptarem instrumentos cognitivos da sociologia para tornarem visíveis e explícitos os mecanismos sociais, muitas vezes invisíveis e implícitos na investigação sociológica, pelos quais opera a forma como as pessoas pensam sobre si mesmas no mundo.

PARTE I: O LUGAR DA REFLEXIVIDADE NA TEORIA SOCIOLÓGICA

CAPÍTULO I: A DEFINIÇÃO DO PROBLEMA ESTRUTURA-AGÊNCIA

A problemática da reflexividade individual tem vindo a ser apresentada, em diversos contextos de produção sociológica, como uma questão emergente, indissociável dos processos de mudança das sociedades modernas. Mas este conceito tem marcado presença em múltiplas frentes de debate desde a origem da disciplina, ancorando em discussões teóricas e empíricas que remontam aos autores fundadores e clássicos da sociologia. Marx, Weber, Durkheim ou Simmel não abordaram de forma directa a problemática da reflexividade individual, mas todo o trabalho que desenvolveram permitiu criar os fundamentos da discussão mais alargada sobre a relação entre indivíduo e sociedade, entre estrutura e agência. A análise da reflexividade localiza-se precisamente no centro deste debate.

Dos quatro autores mencionados, Weber e Simmel foram aqueles que mais contribuíram directamente para estabelecer os fundamentos da análise da agência humana. Não porque os trabalhos de Durkheim e Marx não tenham sido igualmente importantes, mas porque as suas perspectivas não se focam na subjectividade individual, como o fazem as de Weber e Simmel.

Os contributos, bem como as diferenças entre estes quatro autores podem ser pensados como estando estruturados em torno de dois eixos: interioridade/exterioridade e capacitação/constrangimento.

1.1. Interioridade/exterioridade

O primeiro eixo remete para a análise da relação entre indivíduo e sociedade e é indissociável do próprio objecto da sociologia.

Apesar das diferenças que marcam os seus trabalhos, para Marx (1963, 1995) e Durkheim (1984, 1998, 2001, 2002) a sociedade é entendida como uma realidade exterior, autónoma e irreduzível aos indivíduos. Embora as formações sociais sejam compostas por agregados humanos, essa associação cria uma realidade emergente, diferente da soma das suas partes, com propriedades específicas distintas das características individuais. A sociedade assume, neste sentido, primado ontológico sobre o indivíduo (Silva, 1988: 36), enquanto força externa capaz de agir coercivamente sobre ele. A concepção de exterioridade nestes dois autores remete para a noção de que as estruturas sociais são anteriores aos indivíduos e que os posicionam em determinados enquadramentos e relações sociais, independentemente da sua vontade (ver, por exemplo, Durkheim, 1998: 23; Marx, 1995: 73).

Este tipo de abordagem requer a aplicação de um método sociológico, no sentido de Durkheim (1998: 41-68), centrado na análise dos factos sociais como coisas exteriores, isoladas das suas manifestações individuais. A explicação para os fenómenos sociais deve ser procurada, de acordo com Marx (1995: 113), não nas consciências individuais, mas nos modos de produção dominantes.

Nas perspectivas de Weber (1995, 2005, 2006) e Simmel (1982, 1997, 2004), por outro lado, e apesar das dissemelhanças que caracterizam os seus trabalhos, o foco analítico é invertido e direccionado para os indivíduos. Os dois autores não estabelecem uma distinção rígida entre indivíduos e sociedade, como se de duas entidades ontologicamente diferentes se tratassem. Para ambos, os colectivos sociais não são realidades em si, constituindo antes entidades cujo sentido resulta das relações que se estabelecem entre as acções individuais. Enquanto abstracção conceptual, não é possível atribuir à sociedade a capacidade de raciocínio, sentimento e compreensão; apenas os indivíduos singulares têm a capacidade de agir com sentido. Neste âmbito, a análise sociológica deve partir de uma escala individual, atendendo aos sentidos que os próprios agentes atribuem às suas acções.

Weber (1995: 584) desenvolveu uma sociologia compreensiva, enquanto “ciência que se propõe compreender interpretativamente a acção social, para deste modo a explicar causalmente no seu desenrolar e nos seus efeitos”. As causas de um determinado acontecimento podem ser encontradas nos significados que lhe são atribuídos pelos indivíduos, o que constitui, aliás, um dos aspectos centrais que distingue as teorias que conceptualizam a agência das restantes abordagens sociológicas. A sociologia toma por objecto analítico as acções humanas dotadas de significado, com um cariz intencional, racional e que se dirigem a, ou que tomam em consideração outras pessoas: a denominada acção social⁴.

A acção social deve ser compreendida mediante o sentido que lhe atribuem os indivíduos, sendo que esse significado é, não apenas subjectivo, mas também intersubjectivo, uma vez que os agentes atribuem sentido à sua própria acção tendo em conta a resposta que podem antecipar dos outros. O significado é socialmente construído por todos os seres humanos que interpretam e constroem o sentido do mundo social (Holton, 1996: 41).

Georg Simmel desenvolveu uma abordagem com diversos pontos de contacto com a de Weber no que diz respeito à conceptualização dos indivíduos e da sua capacidade de acção. A sua principal contribuição teórica, neste âmbito, foi a de enfatizar os aspectos intersubjectivos da vida social. De acordo com o autor, as dinâmicas sociais são fundamentalmente compostas por processos psicológicos, sendo que a existência da sociedade assenta na consciência dos indivíduos que estão ligados entre si (Frisby, 1992: 14). Se a sociedade é entendida como uma unidade de cognição (Waters, 2000: 20) e se encontra, então, contida nas mentes dos indivíduos, não pode constituir uma entidade objectiva externa, mas antes um agregado das partes que o compõem.

If society is merely a... constellation of individuals who are the actual realities then the latter and their behaviour also constitutes the real object of science and the concept of society evaporates... What

⁴ Ainda que Weber (1995: 602) reconheça que a acção se desenrola “na grande maioria dos casos, na obscura semi-consciência ou na inconsciência do seu «sentido visado». O agente (...) actua na maioria dos casos instintivamente ou por hábito”. Contudo, para o autor (*ibidem*), “tal não deverá (...) impedir que a sociologia construa os seus conceitos por classificação do «sentido visado» possível, ou seja, portanto, como se o agir se desenrolasse efetivamente com orientação consciente de sentido”.

palpably exists is indeed only individual human beings and their situations and activities: therefore the task can only be to understand them, whereas the essence of society, that emerges purely through an ideal synthesis and is never to be grasped, should not form the object of reflection directed toward the investigation of reality. (Simmel em Frisby, 1992: 31).

Tal como Weber, Simmel assume, portanto, que a sociologia deve recorrer à análise das acções dos indivíduos nos seus contextos sociais.

Esta perspectiva tem por principal implicação a valorização da vida interior dos sujeitos na explicação da acção. Este é, aliás, um dos pontos centrais de divergência face a Marx e Durkheim. Weber, e sobretudo Simmel, entendem a subjectividade humana e a sociedade como duas faces da mesma moeda, no sentido em que a sua constituição é mútua.

The mind creates the world – the only world that we can discuss and that is real for us – according to its receptivity and its ability to construct forms. But on the other hand, this world is also the original source of the mind. (...) Considered historically, the mind with all its forms and contents is a product of the world – of the same world which is in turn a product of the mind because it is a world of representations. (Simmel, 1982: 112-113)

O reconhecimento da importância da vida mental para a análise sociológica provém sobretudo de Simmel, mas é igualmente identificável no trabalho de Weber. Se a acção social se distingue de outro tipo de condutas pelo facto de as práticas dos outros serem tomadas em consideração, e não por se dirigirem a outras pessoas, então a acção só é social se os indivíduos a definirem como tal nas suas mentes, espaço privilegiado da sua subjectividade (Waters, 2000: 17).

É verdade que quer Durkheim, quer Marx reconhecem a existência de um espaço individual de privacidade interna, que apelidaram de consciência. Durkheim (2002), por exemplo, sublinhou que os fenómenos morais têm também uma realidade subjectiva porque são interiorizados pelos actores⁵. O constrangimento exercido a partir do exterior não actua, assim, de acordo com Scott (2004: 18), de forma directa, dependendo, em larga medida, das ideias e valores interiorizados previamente⁶. Marx (1963, 1995) reporta-se frequentemente à dialéctica entre condições materiais de existência e consciência individual, nomeadamente através da análise da consciência subjectiva de classe (classe para si) e da alienação. Contudo, esta vida interior dos indivíduos está, de acordo com ambos os autores, subjugada à ordem social e não assume, nesse sentido, cariz explicativo (Lopes, 2000: 34).

Embora a sociologia se defina como a ciência das sociedades, na realidade, ela não se pode referir a grupos humanos, que são o objecto imediato das suas investigações, sem atingir finalmente o indivíduo, elemento último de que estes grupos são constituídos. Pois a sociedade só se pode constituir na condição de penetrar nas consciências individuais e de as moldar «à sua imagem e semelhança»; sem querer dogmatizar excessivamente, pode-se portanto dizer com segurança que muitos dos nossos estados mentais e dos mais essenciais têm uma origem social. (Durkheim, 1975: 289)

⁵ Ver Bergesen (2004).

⁶ Neste sentido, e como afirma Pires (2007: 30), é possível identificar em Durkheim uma concepção de estrutura social decomposta em duas dimensões: externa e internalizada. Ver também Craib (1997: 32).

Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, inversamente, o seu ser social que determina a sua consciência. (Marx, 1995: 74)

Porque as estruturas sociais são interiorizadas, os valores e práticas que chegam aos actores a partir do exterior estão marcados, de acordo com Durkheim, pela sua singularidade enquanto indivíduos (Lehmann, 1993: 78-116). As crenças e ideais colectivos individualizam-se (Durkheim, 2002: 431): “Eis porque cada um de nós cria, em certa medida a *sua* moral, a *sua* religião, a *sua* técnica” (Durkheim, 1998: 24). Contudo, o autor faz questão de realçar que isso “não impede que o campo das variações permitidas seja limitado.” (*ibidem*) Estas “matizes individuais” (*ibidem*) mais não são, no fundo, do que “formas individualizadas de forças colectivas” (Durkheim, 2002: 431), pelo que não contrariam os princípios centrais da exterioridade e constrangimento que definem a abordagem de Durkheim.

1.2. Capacitação/constrangimento

Todas estas considerações têm efeitos no modo como a acção é entendida pelos quatro autores e moldam as suas perspectivas relativamente à capacidade agencial dos sujeitos face aos efeitos causais das estruturas sociais.

Conceber, como Marx e Durkheim, a sociedade como uma entidade exterior, anterior e autónoma, que molda as consciências individuais, que posiciona involuntariamente os indivíduos em relações e enquadramentos sociais, e sobretudo assumir esta relação entre sociedade e indivíduo como sendo de apenas um sentido conduz, de certa forma, a um conceito de acção desprovido de criatividade.

É possível identificar na obra de Marx (1963, 1995), num certo sentido, a noção de agência humana. O autor considera que são os actores que fazem a história e constituem a sociedade. Fazem-no, contudo, em circunstâncias sociais que não escolheram. A acção encontra-se circunscrita pelo contexto de condições materiais no qual ocorre e que estabelece os seus limites organizacionais e estrutura as relações sociais que emergem entre os membros da sociedade e as formas institucionais. Marx reconhece que as condições que estruturam as relações sociais no contexto de um determinado modo de produção podem ser alteradas pela acção humana. Mas para que tal possa acontecer, os sujeitos devem estar conscientes do modo como uma determinada organização do modo de produção (neste caso, a capitalista) determina as suas vidas e as suas opções. Apenas nesse sentido podem desenvolver novas formas de produção que geram relações sociais que respondem aos seus interesses e necessidades.

É importante destacar que isto exige acção colectiva e não individual. Para além disso, esta mudança torna-se apenas possível se as forças de produção tiverem já iniciado um processo de

transformação. No fundo, para Marx, o proletariado pode tornar-se agente de produção de uma sociedade mais próxima dos seus interesses apenas se ocorrer a emergência de um sistema de produção que cria as condições para tal (Walsh, 1998: 18)⁷. O que fica subjacente a esta abordagem é que a reflexividade não é entendida como capacidade geral dos sujeitos, mas antes como plataforma de transformação social que tem de ser construída em circunstâncias particulares.

Não se encontra também em Durkheim desenvolvida uma teoria da acção centrada na capacidade de agir dos indivíduos. Os actores aceitam a legitimidade da ordem social, sem que essa aceitação tenha necessariamente por base uma consciência clara, por parte dos indivíduos, do seu carácter coercivo (Giddens, 2000d: 137). O facto de ser interiorizada, conduz os actores a tornarem sua esta coerção, que pode, assim, ser vivida como uma vocação, um imperativo moral ou uma escolha (Dubet, 1996: 23)⁸.

A relação entre indivíduos e colectividade foi particularmente explorada por Durkheim (1984) na sua análise das sociedades de solidariedade mecânica e orgânica⁹. Com o intensificar da divisão do trabalho, a natureza das relações sociais é alterada. Os indivíduos passam a interconectar-se sobretudo em termos de interdependência funcional, o que dá origem a uma nova forma de solidariedade, a orgânica, característica de sociedades industriais complexas. A criação de tarefas especializadas intensifica o fenómeno do individualismo, uma vez que o desempenho de actividades particulares pelos seus membros distingue cada indivíduo de todos os outros. Para este processo contribui também o enfraquecimento da consciência colectiva. O valor da individualidade é institucionalizado, partilhado por todos e assume um lugar central na cultura das sociedades modernas¹⁰.

Isto não significa, contudo, que as estruturas sociais sejam constituídas, para Durkheim, por indivíduos que prosseguem os seus interesses pessoais. É importante perceber que as crenças e os sentimentos comuns não desaparecem. Na realidade, tal como o individualismo é um facto social

⁷ Na realidade, de acordo com Marx (1995), não surgiram as condições estruturais necessárias para que todo o potencial criativo dos seres humanos se concretize. Numa fase histórica anterior à emergência do capitalismo, as pessoas encontravam-se ainda demasiado ocupadas na busca de alimento, abrigo e protecção para que pudessem desenvolver as suas capacidades. E apesar do capitalismo ter potencialmente resolvido estas questões, o seu ambiente revela-se demasiado opressivo para permitir que os indivíduos desenvolvam plenamente o seu potencial humano (Ritzer, 1996: 158).

⁸ De acordo com Giddens (2000d: 305), “A aceitação de requisitos morais não equivale assim à aceitação de um constrangimento estranho ao indivíduo, mas antes a um reconhecimento do racional.”

⁹ Esta distinção estabelecida por Durkheim tem alguns pontos em comum com a abordagem de Tönnies, que diferencia também as sociedades tradicionais das sociedades modernas. Contudo, a distinção elaborada por Tönnies (1995) assenta antes em dois tipos de vontade humana: a vontade essencial, que é sobretudo espontânea, instintiva e irreflectida, e a vontade arbitrária, que se caracteriza por ser racional, deliberada e calculadora. Embora a proposta de Durkheim seja, a muitos níveis, mais complexa e operacional, não deixa de ser interessante destacar o facto de Tönnies reconhecer estas duas componentes da vontade individual. Como afirma Collins (2009: 206), “Tönnies psicologiza e subjetiviza a sociedade, tornando-a uma projecção do processo mental do indivíduo em uma tela grande.”

¹⁰ Durkheim apelidou a nova configuração da consciência colectiva nas sociedades modernas de “culto do indivíduo”. Difere das formas tradicionais da consciência colectiva, na medida em que esta consiste em crenças e sentimentos comuns, e o “culto do indivíduo” se centra no valor e na dignidade do indivíduo, mais do que da colectividade. Esta noção conceptualiza o individualismo como o sistema moral da sociedade moderna.

estruturalmente produzido pela divisão do trabalho, também a preservação da sociedade assenta na coerção externa do indivíduo e no controlo do interesse pessoal. Para que as relações sociais se mantenham é necessário que a liberdade individual seja controlada através da regulação institucional e normativa do colectivo. No fundo, ainda que o individualismo moderno seja uma consequência necessária da divisão do trabalho social, exige, em simultâneo, um fortalecimento da interiorização do social. Como afirma Walsh (1998: 20), a agência tem, neste contexto, que dar lugar à estrutura para que a sociedade seja preservada.

As abordagens de Weber e Simmel, apesar das diferenças existentes entre elas, ao enfatizarem o papel que os indivíduos desempenham na produção social da realidade, afastam-se dos trabalhos de Marx e Durkheim, no sentido em que dão particular destaque à capacidade agencial dos sujeitos como traço da acção individual.

A perspectiva da agência humana em Weber (1995, 2006) assenta, em larga medida, na distinção que o autor elabora entre quatro tipos de acção social significativa, que variam de acordo com o seu significado e a sua racionalidade: acção social tradicional (por referência não consciente a hábitos e tradições), acção social afectivo-emocional (orientada por emoções e afectos), acção social racional por relação a um valor (guiada por crenças e compromissos conscientes) e acção social racional por relação a um fim (ancorada na escolha racional de meios para concretizar determinados fins)^{11 12}.

O indivíduo é, portanto, conceptualizado pelo autor como um agente racional, capaz de compreender e de atribuir sentido ao mundo em que se insere e de agir sobre o mesmo. As pessoas têm as suas próprias noções e explicações sobre as suas acções, sendo capazes de apresentar as razões que as levaram a agir de determinada forma e não de outra. Isto porque, não sendo as condutas orientadas por forças sociais inflexíveis, os indivíduos enfrentam a necessidade de fazerem opções. Neste sentido, as ideias e as explicações que as pessoas associam às suas acções são indispensáveis para uma análise compreensiva das condutas sociais (Parkin, 2000: 1-4).

Contudo, é necessário ressaltar aqui que a assunção fundamental do autor é sempre a de que os indivíduos se encontram dotados de vontade e escolhem entre acções alternativas, mas estas encontram-se sempre circunscritas por condições histórico-estruturais¹³.

¹¹ Apesar de ter diferenciado quatro formas ideal-típicas de acção, Weber reconhece que dificilmente uma acção se orienta num único sentido, resultando, na maior parte das vezes, de complexas combinações dos diferentes tipos identificados.

¹² Deste conjunto de tipos-ideais, apenas duas modalidades de acção podem ser enquadradas num modelo real de racionalidade. Há inclusive quem questione o cariz inteiramente racional das acções orientadas por valores, na medida em que neste grupo podem inserir-se condutas guiadas por crenças religiosas (Craib, 1997: 48). É também debatido se as acções tradicional e afectiva serão realmente acções sociais orientadas por um significado (Waters, 2000: 19).

¹³ Tal como Marx, também Weber reconheceu a existência de constrangimentos objectivos à liberdade da acção individual. Contudo, se Marx se reporta à alienação decorrente do facto de os actores não controlarem os meios de produção, Weber remete antes para a “gaiola de ferro”, decorrente de poderosos sistemas burocráticos, em que os indivíduos muitas vezes se encontram (Turner, Beeghly e Powers, 2001: 176).

É ainda importante referir que apesar de o “indivíduo weberiano” ter a capacidade de combinar meios e fins e de avaliar as eventualidades que se lhe apresentam, isso não significa que para Weber os actores sociais tenham, em quaisquer circunstâncias, definida uma escala de preferências explícita, que disponham de informação exhaustiva sobre as situações e que construam matrizes completas dos recursos de que dispõem. Como afirmam Boudon e Bourricaud (2006: 681), o racionalismo sociológico de Weber consiste simplesmente em supor que o sentido das acções se determina por relação às intenções e expectativas dos indivíduos, tendo por referência as intenções e expectativas dos outros.

Para além disso, apesar de Weber enfatizar as acções sociais intencionais dotadas de significado, ou seja, as acções racionais que deliberada ou conscientemente se tomam por referência a outras pessoas, as consequências das mesmas podem não se enquadrar nas expectativas dos indivíduos. A noção de estrutura em Weber é edificada, num certo sentido, em torno da noção de “consequências não intencionais da acção” (Walsh, 1998: 22). Veja-se o caso da pequena burguesia protestante dos séculos XVII e XVIII que não tinha por objectivo contribuir para a criação de uma sociedade capitalista, mas que, devido ao estímulo de determinados valores e condutas, teve o efeito não intencional de criar tipos de personalidades cuja abordagem de vida potenciava o empreendedorismo (Weber, 2005).

A perspectiva de Weber relativamente à agência humana assemelha-se, em muitos aspectos, à abordagem de Simmel. A ênfase atribuída por este autor ao indivíduo e aos seus processos mentais remete para uma conceptualização dos actores sociais como estando dotados de capacidade para, recebendo estímulos externos, avaliá-los e agir com base nessa ponderação. Se, por um lado, a mente reifica a realidade social, através de múltiplos processos de socialização nas diversas esferas por onde as pessoas se movem, por outro lado, é precisamente a mente dos indivíduos que impede que os mesmos fiquem prisioneiros de forças externas.

Veja-se o ensaio de Simmel sobre a metrópole e a vida mental (1997), na qual o autor reflecte sobre a situação dos indivíduos na sociedade moderna, através das dinâmicas particulares das grandes cidades, como pontos de intersecção de múltiplas esferas sociais.

Os problemas mais complexos da vida moderna decorrem da vontade do indivíduo de preservar a sua independência e individualidade perante os poderes supremos da sociedade, o peso da herança histórica, a tecnicidade e a cultura da vida contemporânea. (Simmel, 1997: 31)

Neste contexto, os indivíduos encontram-se numa situação que favorece a adopção da denominada “atitude blasé”, enquanto conduta de reserva e distanciamento face aos diversos estímulos externos, como estratégia de defesa para a manutenção da sua individualidade e singularidade. Os indivíduos são, portanto, capazes de utilizar a diversidade social da cidade para criarem um espaço pessoal de individualidade (Holton, 1996: 46).

Na sua obra *A Filosofia do Dinheiro*, Simmel (1982) analisou as consequências sociais das relações de troca entre seres humanos, enfatizando particularmente aquelas em que o dinheiro é utilizado como medida abstracta de valor. Apesar de, segundo o autor, o dinheiro contribuir para o isolamento, atomização e mesmo alienação dos indivíduos face aos outros e aos objectos do seu meio, por outro lado possibilita maior liberdade e novas formas de contacto com as outras pessoas. Neste sentido, embora consciente dos aspectos atomistas e impessoais da troca monetária de mercadorias (*commodities*), Simmel reconhece também a forma activa mediante a qual os indivíduos respondem e agem face a esses desafios.

O autor não conceptualiza de forma explícita a noção de reflexividade individual, mas aponta, em várias passagens da sua obra, para os processos mentais que estão na sua origem. Enfatizando o cariz activo da vida interior (Ray, 1999: 149), Simmel refere frequentemente que os indivíduos se tomam a si mesmos como objecto na sua mente, o que potencia dinâmicas de auto-conhecimento (Turner, Beeghley e Powers, 2001: 268-269).

...the fundamental ability of our mind to judge itself and to establish its own law over itself. This is nothing but the expression or expansion of the basic fact of self-awareness. Our mind has no substantial unity, but only the unity that results from the interaction between the subject and object into which the mind divides itself. (...) To have a mind means nothing more than to execute this inner separation, to make the self an object, to be able to know oneself. (Simmel, 1982: 117-118)

As abordagens de Weber e Simmel distanciam-se substancialmente das perspectivas de Marx e Durkheim no que diz respeito à capacidade agencial dos sujeitos e à racionalidade que subjaz a componentes da acção individual. Se para os primeiros os indivíduos se encontram dotados de consciência e atribuem um sentido às suas escolhas e condutas, por outro lado, Marx e Durkheim defendem o princípio da não-consciência das práticas¹⁴. Para ambos não é possível encontrar no indivíduo, nomeadamente nas suas percepções ou na sua consciência (ou falsa consciência, no sentido de Marx), a chave explicativa da acção social. É antes necessário procurar os factores de explicação da conduta humana, em exclusivo, na sociedade e nas relações sociais.

As concepções quer de Durkheim, quer de Marx ancoram, neste âmbito, numa realidade social decomposta em dois níveis. Por um lado, as representações e valores que compõem a consciência individual. Por outro, a estrutura inconsciente dos processos de determinação social que opera sem que os indivíduos dela se apercebam e que os conduz à ilusão de serem verdadeiramente racionais e protagonistas das suas escolhas (Collins, 2009: 166). Marx e Durkheim divergem, contudo, na ideia de continuidade face ao nível não consciente do real. Se para Marx a ideologia que encobre a estrutura de dominação deve ser revelada para que a sociedade seja transformada, para Durkheim o nível ideológico das crenças é um requisito do funcionamento societal (*ibidem*). É precisamente neste ponto que Marx se aproxima mais da conceptualização dos indivíduos enquanto

¹⁴ Noção contrariada, por exemplo, pela leitura que Kenny (2010) faz da obra de Durkheim.

agentes com poder transformador, ainda que essa capacitação possa apenas ocorrer em determinadas circunstâncias sociais, como foi já referido.

*

A comparação estabelecida entre estes quatro autores não deve conduzir à ideia de que as suas perspectivas se tratam de propostas mutuamente exclusivas de análise e explicação da realidade social. Para além de poderem ser combinadas (pelo menos parcialmente), como se verá em capítulos posteriores, em determinadas circunstâncias uma ou outra abordagem é mais profícua para abordar um dado aspecto da realidade social. É precisamente nesse sentido que os trabalhos de Weber e Simmel, mais focados na agência humana, se direccionam de modo mais imediato para o estudo da problemática da reflexividade individual. Face aos dois binómios aqui explorados posicionam-se ambos mais próximos dos eixos da interioridade e da capacitação. De acordo com Waters (2000: 22), o trabalho de Weber tem, contudo, revelado maior influência na sociologia pelo facto de a sua abordagem possibilitar a análise de estruturas sociais como o capitalismo ou a burocracia, sem as reduzir aos processos psicológicos dos indivíduos.

Isso não significa, contudo, afirmar que Marx e Durkheim não deram também contributos importantes neste âmbito. Estes autores enfatizaram as dimensões menos conscientes das práticas, em relação às quais a acção consciente dotada de sentido deve ser situada. Para além disso, apesar de os quatro autores terem sido aqui apresentados em pares, numa lógica de oposição, as dinâmicas de proximidade e distanciamento entre eles são bastante mais complexas, sobretudo atendendo à totalidade da sua obra. Aqui foram apenas considerados alguns elementos dos seus trabalhos, com um objectivo muito específico, de localização do debate direccionado para a relação entre estrutura e agência, nos eixos interioridade/exterioridade e capacitação/constrangimento.

Mas independentemente dos focos analíticos dos quatro autores, há um conjunto de noções fulcrais em todos eles que tem sido recuperado e trabalhado ao longo de toda a história da disciplina, numa lógica de cumulatividade do conhecimento científico, no qual ancoram também as premissas das análises mais recentes sobre os mecanismos de reflexividade e sobre as componentes da acção individual em termos mais gerais. Como se verá em capítulos posteriores, noções como o princípio da não-consciência das práticas, o papel dos hábitos interiorizados na orientação da acção, concepções do dualismo ou da dualidade da estrutura, consequências não intencionais da acção e articulação entre racionalidade e hábitos na explicação das condutas humanas, constituem as bases de desenvolvimento das abordagens centradas na agência dos indivíduos.

CAPÍTULO II: O DIFÍCIL EQUILÍBRIO ENTRE O PESO DAS ESTRUTURAS E A CAPACIDADE AGENCIAL DOS SUJEITOS

A discussão em torno da relação estrutura-agência tem marcado presença ao longo de toda a história de desenvolvimento da sociologia. Os fundamentos deste debate foram definidos, em grande medida, pelos autores clássicos e fundadores da disciplina, como se viu no capítulo anterior. Estabeleceram eixos de análise que têm vindo a ser retomados e prolongados pelos trabalhos de reflexão teórica e pesquisa empírica que os procederam. O peso atribuído a cada eixo do binómio estrutura-agência na explicação dos factos sociais tem sido fulcral na orientação analítica das diferentes abordagens.

Neste capítulo pretende-se precisamente compreender como se estruturou esta discussão a partir da proposta de Talcott Parsons, considerado o fundador da teoria sociológica moderna (Mouzelis, 2008: 12). O seu trabalho de síntese e de discussão crítica de autores como Durkheim, Weber, Pareto e Marshall foi particularmente influente e mereceu reacções de adesão, mas também fortes críticas que a partir da década de 1960 se consubstanciaram na emergência de um conjunto de abordagens interpretativas que procuraram enfatizar o que consideravam ser negligenciado na proposta analítica de Parsons. A principal diferença entre estas perspectivas e o paradigma funcionalista de Parsons passa precisamente pela importância conferida a cada um dos eixos do binómio estrutura-agência na explicação da acção. Apesar de posicionadas, em certa medida, em pólos opostos, não são, contudo, inconciliáveis, revelando a sua articulação maior proficuidade analítica do que a sua mobilização isolada, como aliás têm vindo a demonstrar propostas mais recentes de síntese.

2.1. Paradigma funcionalista

Parsons (1937) desenvolveu o que apelidou de teoria voluntarista da acção. A proposta do autor ancora no conceito de acto elementar, que destaca a importância da escolha na conduta humana: o actor define um determinado fim, escolhe os meios adequados às suas condições e age com base em certas normas e valores partilhados para atingir o seu objectivo. Esta formulação sugere a importância do ponto de vista dos indivíduos na explicação da acção. Contudo, nos seus trabalhos subsequentes, Parsons redirecciona as suas preocupações analíticas para a orientação normativa da acção, minimizando a capacidade agencial dos actores (Pires, 2007: 25).

Atendendo à obra global do autor, os indivíduos são concebidos mais como produto das determinações sistémicas do que como produtores da ordem social. Na distinção que Parsons elabora entre sistema cultural, social e de personalidade fica particularmente esta noção de alguma passividade dos actores: os valores culturais institucionalizam-se em papéis sociais, cujas exigências

normativas são interiorizadas pelos indivíduos através dos processos de socialização¹⁵. São, portanto, as estruturas emergentes da conexão entre actos elementares (que compõem os sistemas de acção) o que constitui a personalidade individual (Scott, 2004: 39). A acção decorre da conformidade às orientações culturais (Layder, 1994: 22). Os processos de construção e transformação dos valores, bem com a atribuição de sentido por parte dos actores aos papéis que desempenham não são, assim, problematizados por Parsons (Joas e Knöbl, 2010: 51; Mouzelis, 2008: 13).

A estrutura funcionalista da abordagem de Parsons serviu de enquadramento para a concepção de perspectivas mais matizadas, que trouxeram elementos adicionais e complementares quanto ao papel das estruturas sociais na definição da acção. Robert K. Merton, por exemplo, trabalhando em larga medida com base em concepções partilhadas com Parsons, apresenta um programa de investigação que concede mais espaço à agência dos actores. Fá-lo sobretudo atribuindo maior flexibilidade à noção de papel social.

Este conceito assume, para ambos, um cariz de certa forma mediador, na medida em que estabelece uma conexão entre sistema e indivíduo (Layder, 1994: 19). Se para Parsons o foco se centra nas dinâmicas de conformismo às expectativas e exigências normativas dos papéis sociais, por outro lado Merton introduz elementos de tensão e conflito no desempenho desses papéis. Em virtude de ocupar uma dada posição social, o actor estabelece relações com indivíduos que desempenham um conjunto diversificado de papéis (“role-set”), o que potencia espaço para conflito entre expectativas contraditórias (Merton, 1957: 112).

O nível de autonomia que Merton concede aos indivíduos reside, em grande medida, no facto de serem os próprios actores quem procura harmonizar a ambivalência manifesta nas diferentes exigências normativas associadas a um papel ou a um status social (Merton, 1968: 42-43, 170-171; 1996: 123). O autor admite a intencionalidade da acção individual. É nesse sentido que distingue as funções manifestas, enquanto fins que os actores prosseguem de forma consciente, das funções latentes, produto do sistema social (1968: 114-136). Ainda assim, como afirma Crothers (1994: 93), no conjunto da proposta teórica de Merton, a problematização do indivíduo como elemento analítico encontra-se pouco desenvolvida¹⁶.

2.2. Micro-sociologias interpretativas

Nas décadas de 1960 e 1970 emergiu um conjunto relevante de abordagens vincadamente críticas do paradigma funcionalista de Parsons. Criticando a visão sistémica deste autor, as perspectivas fenomenológica, etnometodológica e interaccionista centraram o foco analítico precisamente no cariz

¹⁵ O mesmo se verifica quanto à subdivisão do sistema social em quatro subsistemas (esquema AGIL), na medida em que retira igualmente espaço teórico à conceptualização dos actores (Mouzelis, 2008: 13).

¹⁶ De destacar ainda, relativamente a Merton, a referência à cognição humana na explicação da acção, ou das suas consequências (intencionais ou não), expressa, por exemplo, na ênfase atribuída ao “teorema de Thomas”: “If men define situations as real, they are real in their consequences” (Merton, 1968: 475).

deliberado e criativo da acção descurado por Parsons¹⁷. Estas abordagens partilham a noção de que o trabalho da sociologia consiste na análise da acção consciente e intencional dos indivíduos que, no seu quotidiano constroem activamente o mundo em que agem. Ao invés de conceptualizarem a influência das predeterminações exteriores das estruturas, como o fez Parsons, problematizam antes a realidade social como sendo o produto da conduta humana subjectivamente orientada. O foco analítico centra-se não na conformidade às expectativas normativas do desempenho de papéis, mas no modo como esses papéis são entendidos e interpretados. Os actores assumem, neste âmbito, um papel activo na avaliação e construção das condições sociais em que actuam.

A fenomenologia de Schutz (1972, 1979) e a etnometodologia de Garfinkel (1999, 2002) têm em comum a ênfase que atribuem ao conhecimento de senso comum como base para a acção intencional dos actores. Schutz refere-se ao stock subjectivo de conhecimento para dar conta dos esquemas de percepção e interpretação que os sujeitos mobilizam para fazer sentido do mundo. Este conhecimento, produto da multiplicidade de experiências passadas dos actores, pode assumir formas mais conscientes e declarativas, até configurações mais rotinizadas e automáticas. Para Garfinkel é neste tipo de conhecimento colectivo que ancoram os métodos práticos usados pelos actores na produção de sentido e na consequente construção da ordem social. A organização social da realidade assenta, no fundo, para ambos, no conjunto de significados intersubjectivos partilhados pelos actores. É neste sentido que a vida quotidiana, enquanto província finita de significado no sentido de Schutz, é, em grande medida, tomada por adquirida. Os indivíduos agem com base na noção, não necessariamente consciente, de que os outros actores entendem a realidade de forma similar.

O que mais importa destacar destas abordagens é o facto de conceberem os actores sociais como detendo competências reflexivas assentes num conhecimento aprofundado do real, sendo que esse conhecimento é mobilizado de forma criativa nas escolhas que efectuam e nos projectos que elaboram. A vida em sociedade implica reflectir sobre aquilo que os rodeia e mesmo os hábitos e rotinas mais incorporados requerem monitorização reflexiva (Giddens, 1993: 5-6).

Os argumentos da fenomenologia foram prolongados, e de certa forma complexificados, por Berger e Luckmann (2004) na abordagem que desenvolveram sobre a construção social da realidade. Estes autores realçam, tal como Schutz, a importância do conhecimento de senso comum e dos processos de habituação na ordenação e construção da vida social. A principal diferença face à perspectiva de Schutz reside no facto de decomporem e problematizarem a sociedade nas suas dimensões objectiva e subjectiva. As estruturas sociais, que precedem os indivíduos, são experienciadas como entidades exteriores e objectivas e são interiorizadas pelos sujeitos mediante os processos de socialização. É através destas dinâmicas de interiorização que os indivíduos

¹⁷ Fizeram-no, contudo, num sentido diferente das teorias da acção racional, que procuravam igualmente contrariar o essencialismo de paradigmas holísticos, realçando o cariz utilitarista da acção.

compreendem os outros e apreendem o mundo como realidade significativa e social, tornando-se membros da sociedade¹⁸.

Deve ainda ser referido o modo como a criatividade da conduta humana se encontra expressa na perspectiva dramaturgica do interaccionismo simbólico de Goffman (1993). A existência em sociedade é entendida como performance, na qual os actores desempenham criativamente os seus papéis sociais. A interpretação desses papéis permite aos indivíduos transmitirem uma determinada imagem de si mesmos e mobilizarem os meios necessários para criarem e manterem essa impressão face aos outros. Em situação de interacção face-a-face, os actores engendram a sua auto-apresentação através da manipulação de guiões culturais, linguagem verbal e não-verbal, cenários e adereços. É precisamente neste ponto, naquilo que Goffman (1993: 245) denominou “arte de administrar impressões” (“impression management”), que se manifestam as competências reflexivas dos indivíduos. Em contextos de copresença os actores sociais revelam um elevado nível de auto-controlo, bem como a capacidade de seleccionarem os atributos pessoais que pretendem revelar aos outros. Significa que estão conscientes daquilo que querem mostrar, ocultar e do que é mais ou menos adequado relativamente à definição da situação e face à audiência com que estão a interagir.

Estes processos são possíveis porque Goffman atribui ao indivíduo um espaço pessoal, privado, de subjectividade. Essa zona de privacidade pode concretizar-se numa área propriamente física de bastidores, para onde os actores se retiram e onde podem descansar e preparar as suas performances, como num espaço mental de definição de um sentido subjectivo de si¹⁹. Esta identidade do eu, construída a partir das experiências de vida dos sujeitos, é distinta da imagem que os outros constroem do actor a partir dos contextos de interacção (identidade pessoal), bem como da identidade social dos indivíduos, enquanto conjunto de atributos socialmente reconhecidos como sinal de pertença a determinadas categorias sociais (Goffman, 1990). As diferentes camadas e dinâmicas identitárias tornam possível aos actores criarem um certo distanciamento face aos papéis sociais que desempenham (Goffman, 1986a: 105-115; Layder, 1994: 67-68; Raffel, 1999). A distância promovida neste âmbito permite aos indivíduos tomarem-se a si mesmos e às suas performances como objecto de reflexão.

¹⁸ Um dos desenvolvimentos mais interessantes do trabalho dos dois autores, face à abordagem de Schutz, é o facto de, como afirma Lopes (2000: 64), “ao falarem de toda a armazenagem de conhecimentos e experiências que preexistem a existência individual e são permanentemente transmitidos às gerações vindouras, Berger e Luckmann transcendem em muito a realidade do ‘aqui e agora’ fenomenológico.”

¹⁹ Como afirma o autor (1986b: 224), “one must allow for the fact that a participant may communicate to himself privily or, if more than one additional participant is present, to another, in a secret, collusive way, thereby establishing a self for himself different from the one that officially and openly applies.” Esse espaço mental é também um espaço de imaginação e de ensaio performativo: “it is known, although perhaps not sufficiently appreciated, that the individual spends a considerable amount of time bathing his wounds in fantasy, imagining the worst things that might befall him, daydreaming about matters sexual, monetary, and so forth. He also rehearses what he will say when the time comes and privately formulates what he should have said after it has come and gone. Not being able to get others to speak the lines he wanted to hear from them, he scripts and commands these performances on the small stage located in his head.” (*idem*: 551)

A construção do self não é, contudo, um processo individual, sendo antes entendida, para Goffman, como um resultado colaborativo. É através da interacção face-a-face e da cooperação com os outros que a identidade dos actores é definida (Scott, 2004: 107; Smith, 2006: 99).

Importa ainda referir, a respeito da abordagem de Goffman, a conceptualização do actor como sendo capaz de lidar com os diversos níveis do real, movendo-se permanentemente entre diferentes “frames” (Goffman, 1986b).

A perspectiva de Goffman apresenta inúmeras diferenças face às abordagens fenomenológica de Schutz e etnometodológica de Garfinkel (Collins, 2009: 225-239). O que importa aqui destacar, contudo, é o contributo comum dos três autores para a análise da reflexividade individual, pela centralidade que atribuíram à capacidade agencial dos actores, ao seu conhecimento sobre o real e aos processos mediante os quais constroem permanentemente o mundo social em que interagem.

Os seus trabalhos foram fundamentais para complexificar a análise da acção social. O enfoque na consciência, na intencionalidade, na interpretação e subjectividade da conduta individual facultou instrumentos teóricos e empíricos de grande valor para o entendimento do papel dos indivíduos na sociedade, e que permitem complementar abordagens mais sistémicas como a de Parsons²⁰. Não só destacaram, embora em níveis distintos e de formas diferentes, as competências reflexivas dos actores, como não deixaram de reconhecer também o cariz rotineiro da acção quotidiana. A interacção é, de facto, ritualizada, assente em guiões culturais partilhados, em regras implícitas muitas vezes activadas de forma não consciente; mas esses rituais podem também ser objecto de reflexão e manipulação por parte dos actores. A articulação entre estas duas componentes da acção nem sempre é explicitada e problematizada. Não deixa, ainda assim, de ser muito relevante o seu reconhecimento.

A ênfase atribuída à agência individual, e a tentativa de contrariar a reificação dos sistemas sociais, resultou, contudo, na minimização (e mesmo rejeição) do poder causal das estruturas. Esta é, aliás, uma das críticas mais comuns direccionada a estas abordagens (Layder, 1994: 89; Mouzelis, 1995: 26, 2008: 16, 39). Os factores estruturais não são considerados na análise das práticas individuais e interaccionais. Esta visão do constrangimento e exterioridade das estruturas é mais radicalizada na fenomenologia de Schutz, mas sobretudo na etnometodologia de Garfinkel (Collins, 2009: 242; Layder, 1994: 75, 89).

Para além disso, a conduta dos actores sociais tende, num certo sentido, a ser apresentada, particularmente em Goffman, como sendo excessivamente racional e manipulativa (Elliott, 2011: 42). O cariz menos previsível da acção é negligenciado pelo autor (Layder, 1994: 72). De acordo com Smith (2006: 95), Goffman apresenta uma imagem negativa dos indivíduos, na medida em que estes se concentram, fundamentalmente, no controlo da informação e na gestão de impressões.

²⁰ Precisamente pelo enfoque na subjectividade individual, estas abordagens estão na base daquilo que veio a ser designado por sociologia cognitiva, que explora as conexões entre as dinâmicas mentais dos sujeitos e os seus ambientes sociais (ver, por exemplo, Cerulo, 2002; Cicourel, 1973; DiMaggio, 1997; Zerubavel, 1999).

Um aspecto interessante das abordagens fenomenológica, etnometodológica e interaccionista é o facto de, apesar de conceptualizarem a capacidade interpretativa e reflexiva dos actores, essas competências serem mobilizadas, acima de tudo, na adequação às normas implícitas da existência social que a compreensão mútua e intersubjectiva exigem (Raffel, 1999). Aos actores é atribuída a capacidade para reflectirem e interpretarem, mas não necessariamente para “fazerem diferente” e transformarem as suas condições sociais.

2.3. Propostas de síntese

Mais recentemente, tem-se assistido à emergência de propostas teóricas de síntese que combinam elementos da abordagem parsoniana com elementos das perspectivas mais subjectivistas. Importa aqui destacar sobretudo o trabalho de Jeffrey C. Alexander e de Hans Joas.

Alexander (1988, 1998) procura reestruturar o esquema analítico de Parsons, mas mantendo e consolidando algumas das suas propostas. É o caso da distinção entre os sistemas cultural, social e de personalidade, que para além de ser reforçada é ainda associada a ambientes da acção: o sistema social como ambiente externo e os sistemas cultural e de personalidade como ambientes internos aos actores sociais. Mas, distanciando-se de Parsons, para Alexander não reside apenas aqui a explicação da acção dos indivíduos. É necessário combinar e articular estes três ambientes com a agência humana para se compreender realmente o que conduz a uma determinada conduta. A agência é entendida como dimensão analítica da acção, o que significa que pode ou não fazer parte das condutas humanas. A criatividade da acção depende do modo como a agência se articula com os ambientes externo e interno. Neste sentido, nem todas as acções são necessariamente reflexivas, pelo que os actores sociais não devem ser caracterizados globalmente como sendo criativos e reflexivos. Podem sê-lo, mas em circunstâncias sociais específicas. Apesar de esta proposta de Alexander não estar presente no programa de sociologia cultural que o autor tem vindo a desenvolver, faculta elementos importantes que devem ser retidos para se pensar, de forma mais complexa, na acção individual e na agência humana.

Joas (1996; e Beckert, 2001) procura também, tal como Alexander, ultrapassar algumas limitações da abordagem de Parsons. E fá-lo centrando a sua análise na criatividade da acção e nas dinâmicas de interacção. O contexto em que os actores sociais agem não é apenas um cenário que estabelece limites ao que pode ou não ser feito. De acordo com Joas, a situação de interacção é ela própria definidora dos fins prosseguidos pelos indivíduos e dos meios mobilizados para atingi-los. O autor não exclui a componente normativa da acção, mas ao contrário de Parsons, considera que os valores e normas sociais e culturais são interpretados e utilizados reflexivamente de forma criativa pelos actores sociais.

O que importa destacar das perspectivas de Alexander e Joas é que ao considerarem a possibilidade de a acção ser interpretativa e criativa – e de o fazerem conjugando elementos analíticos de abordagens tão diferentes como o funcionalismo, a fenomenologia, a etnometodologia e o interaccionismo simbólico – abrem a possibilidade de incorporar a componente reflexiva no estudo da acção sem perder de vista os enquadramentos estruturais e interaccionais dos sujeitos (Mouzelis, 2008: 65-94). São propostas que fomentam não só a cumulatividade do conhecimento científico, como também o equilíbrio entre os dois eixos da relação entre estrutura e agência. E é precisamente na procura de harmonização teórica e complexidade operacional que deve assentar o estudo da reflexividade individual.

A importância do mapeamento das abordagens discutidas neste capítulo (mas também no anterior) explica-se sobretudo pelo facto de o trabalho dos autores debatidos nos pontos seguintes incorporar os elementos que têm vindo até aqui a ser destacados, prolongar e complexificar os seus argumentos e, assim, facultar instrumentos teóricos, operatórios e metodológicos que mais se aproximam daqueles que são os objectivos concretos desta pesquisa.

CAPÍTULO III: SENTIDO PRÁTICO E MODOS DE RELAÇÃO COM AS PRÁTICAS

Os fundamentos da teoria disposicionalista que Pierre Bourdieu desenvolveu têm vindo a assumir lugar central nas abordagens sociológicas mais recentes da reflexividade. Independentemente do estatuto que lhe é conferido nestas reflexões, é mantido um diálogo expressivo com o seu corpo de trabalho. A mobilização, neste âmbito, de uma abordagem que assenta, em grande medida, numa componente pré-reflexiva das práticas, não é imediatamente óbvia. Importa, por isso, compreender quais as suas implicações e os seus contributos para o estudo da reflexividade.

O recurso à teoria disposicionalista para este tipo de análise deve também considerar os prolongamentos críticos do trabalho de Bernard Lahire, na medida em que reitera os fundamentos da abordagem de Bourdieu, sem deixar, por outro lado, de criar espaço para a articulação entre a teoria da prática e a reflexividade individual.

É precisamente sobre as perspectivas destes dois autores que o presente ponto se debruça.

3.1. A teoria da prática

A proposta de Bourdieu procura ultrapassar a oposição tradicional entre estrutura e acção, defendendo que uma não pode ser compreendida sem a outra. O autor rejeita, por um lado, o determinismo de explicações mecanicistas da vida social e, por outro, o centramento nas deliberações conscientes dos indivíduos para explicar as práticas. De acordo com o autor, a articulação entre constrangimentos sociais e capacidade agencial na análise da acção é possível.

On n'a pas à choisir entre les structures et les agents, entre le champ, qui fait le sens et la valeur des propriétés objectivées dans des choses ou incorporées dans des personnes, et les agents qui jouent de leurs propriétés dans l'espace de jeu ainsi défini. (Bourdieu, 1989: 448)

É através do conceito de habitus que Bourdieu pretende transcender analiticamente a oposição entre objectivismo e subjectivismo, inscrevendo na subjectividade dos indivíduos a objectividade das estruturas sociais. O habitus constitui, então,

...sistemas de disposições duradouras, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como tal, ou seja, enquanto princípio de geração e de estruturação de práticas e de representações que podem ser objectivamente «reguladas» e «regulares» sem em nada serem o produto da obediência a regras, objectivamente adaptadas ao seu fim sem suporem a mira consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para os atingir, e sendo tudo isto, colectivamente orquestradas sem serem o produto da acção organizadora de um maestro ou orquestra. (Bourdieu, 2002: 163-164)

A noção de disposições é aqui utilizada no sentido de transmitir a ideia de tendência e de propensão para agir, o que contraria potencialmente a actuação de processos mecânicos e deterministas de condicionamento da acção (*idem*: 163). As disposições são, por um lado, estruturadas pelas condições sociais que enquadram as biografias individuais, e, por outro, estruturam as práticas levadas a cabo pelos agentes nos seus contextos de vida.

A objectividade das estruturas sociais é incorporada nas mentes dos indivíduos, gerando esquemas de percepção e de apreciação que predisõem para agir, mas a interiorização assume também uma dimensão material. O habitus tem igualmente uma inscrição física no corpo, materializando-se na hexis corporal de cada agente, na maneira como este posiciona o corpo, como anda, fala, come e gesticula (Bourdieu, 1998: 127; 2002: 185).

O processo de incorporação decorre de aprendizagens e experiências socializadoras. O habitus é uma “subjectividade socializada” (Bourdieu e Wacquant, 2007: 126). As vivências sociais primárias, geralmente as familiares, assumem, neste âmbito, maior peso na estruturação das disposições, na medida em que as experiências que os agentes vão tendo nos contextos sociais por onde se movem são vividas e percebidas de acordo com os esquemas de percepção gerados por experiências passadas. É neste sentido que Bourdieu se reporta à relativa irreversibilidade do habitus (*idem*: 133). Assim, apesar do carácter cumulativo das disposições relativamente às aprendizagens, a socialização familiar tende a ser a que modela de forma mais duradoura e consolidada o habitus dos agentes.

A durabilidade que caracteriza os esquemas de disposições concretiza-se na sua permanência alargada no tempo, mesmo diante de mudanças sociais conjunturais. A sua longevidade resulta, portanto, da estabilidade estrutural que possibilita a reprodução continuada das circunstâncias sociais que estão na origem do habitus. Esta concepção tem sido particularmente criticada pelo facto de não possibilitar reconfigurações, mesmo que parciais, dos sistemas de disposições (ver sobretudo Jenkins, 1992). Como resposta a essas críticas, Bourdieu afirma que o habitus é um sistema aberto de disposições que se encontra permanentemente sujeito aos efeitos das experiências dos agentes. Nas suas palavras: “It is durable but not eternal!” (Bourdieu e Wacquant, 2007: 133). Mas logo em seguida clarifica: apesar da relativa mutabilidade do habitus, o pré-ajustamento entre condições sociais objectivas e esquemas subjectivos de acção torna muito provável que os agentes encontrem, na maior parte das vezes, situações similares às que estão na origem dos seus habitus. Esta concepção, no fundo, remete mais para processos de actualização, numa lógica de cumulatividade, do que para dinâmicas de mudança profunda.

A permanência do habitus no tempo permite ainda perceber o papel que este desempenha na delimitação do espaço social, enquanto conjunto de posições que representa a posse diferencial de recursos na sociedade. A distribuição dos agentes neste espaço decorre da detenção de capital (económico e cultural), enquanto princípio diferenciador, segundo três dimensões: o volume global e a estrutura do capital, bem como a evolução de ambos ao longo do percurso de vida dos agentes em termos das suas trajectórias no espaço social (passadas e possíveis). Esta concepção traduz uma noção relacional da realidade, na medida em que as posições se definem por referência uma às outras.

De acordo com Bourdieu, existe uma relação de homologia entre posicionamentos sociais e conjuntos de práticas. E é precisamente o habitus o princípio gerador e unificador que retraduz as

condições sociais objectivas em atitudes, acções e escolhas. O grupo de práticas associado a cada posição no espaço social integra um estilo de vida particular, coerente e unitário.

É ainda fulcral referir que estes posicionamentos, resultantes da posse diferencial de capital, delimitam um espaço de possibilidades das práticas, onde se inscrevem trajectórias e movimentações possíveis pelo espaço social (Bourdieu, 2001: 37; 2003: 255).

O que estas considerações permitem perceber é que o *habitus*, enquanto expressão das diferenças configuradas pelas condições de existência dos indivíduos, desempenha o papel de mediação entre as circunstâncias estruturais objectivas e as práticas dos agentes. É um princípio sistemático, uma matriz organizadora de experiências e percepções que predis põe a acção dos agentes em diferentes contextos sociais. A transponibilidade é, de facto, outra das características do *habitus*, que tem, neste sentido, a capacidade de gerar práticas adaptáveis, não correspondendo apenas a um reportório de respostas apropriadas para situações sociais particulares.

Todos os elementos de caracterização dos sistemas de disposições aqui apresentados pressupõem que a matricialidade do *habitus* opera ao nível da não-consciência. As práticas sociais ocorrem sem necessariamente se reportarem de forma consciente a normas e princípios de acção. O *habitus* não acarreta introspecção ou cálculo, ou seja, as disposições dos agentes e as suas posições no espaço social e nos campos em que se movem conduzem a práticas sem a activação de estratégias assentes na racionalidade. Os agentes não conhecem inteiramente as implicações das suas circunstâncias sociais e, nesse sentido, não as consideram reflexivamente nas decisões que tomam.

Esta concepção das práticas decorre da solidez e do cariz duradouro do processo de incorporação das estruturas sociais objectivas na subjectividade individual ao longo das trajectórias biográficas dos agentes. Os indivíduos não precisam de reflectir sobre as suas opções porque incorporaram no decorrer das suas vidas os limites das suas práticas, o campo de possíveis das suas acções. O *habitus* engendra aspirações e práticas compatíveis e ajustadas às condições sociais de existência dos indivíduos e às suas probabilidades objectivas²¹. É pelo facto de os agentes estarem, “como costuma dizer-se, todos no que fazem” (Bourdieu, 2001: 109), e porque existe “entre os agentes e o mundo social uma relação de cumplicidade infraconsciente, infralinguística” (*idem*: 107), que as práticas podem ocorrer sem resultarem da mobilização de qualquer tipo de cálculo ou racionalidade. O agente “sente-se em sua casa no mundo porque o mundo está também nele sob a forma de *habitus*” (Bourdieu, 1998: 126). Os actores de Bourdieu, como afirma Jenkins (1992: 70), não confrontam as suas circunstâncias sociais, na medida em que são parte integral das mesmas²².

²¹ É neste sentido que o inconsciente é percebido por Bourdieu: “L’«inconscient» (...) n’est jamais en effet que l’oubli de l’histoire que l’histoire elle-même produit en réalisant les structures objectives qu’elle engendre dans ces quasi-natures que sont les *habitus*.” (Bourdieu, 2008: 94).

²² Ainda segundo Jenkins (*ibidem*): “Within them they have grown up, learning and acquiring a set of practical cultural competences, including a social identity (...) which renders them largely incapable of perceiving social reality, in all of its arbitrariness, as anything other than ‘the way things are’, necessary to their own existence as *who* they are. Most people, most of the time, take themselves for granted: they do not think about it because they do not have to.”

O habitus actua, assim, como sentido prático que leva os agentes a saberem como agir em determinados contextos, sem que tenham necessariamente de deliberar de forma consciente sobre as suas opções.

Os «sujeitos» são na realidade agentes actuantes e cognoscentes dotados de um *sentido prático* (...), sistema adquirido de preferências, princípios de visão e de divisão (aquilo a que habitualmente se chama um gosto), de estruturas cognitivas duradouras (que são no essencial o produto da incorporação das estruturas objectivas) e de esquemas de acção que orientam a percepção da situação e a resposta adaptada. O habitus é essa espécie de sentido prático do que se deve fazer numa situação dada. (Bourdieu, 2001: 26)

É o sentido prático que orienta a acção, que define o que é ou não razoável, que permite aos agentes agir “como deve ser” e que faz com que as opções individuais sejam vividas como óbvias e evidentes²³.

Procurando afastar-se de concepções deterministas da acção, Bourdieu ressalva que as práticas não são produzidas pelo sentido prático do habitus de forma inteiramente automática e mecanicista. “Human action is not an instantaneous reaction to immediate stimuli” (Bourdieu e Wacquant, 2007: 124) As disposições geram orientações para a acção que se traduzem numa capacidade de improvisação permanente e necessária. De acordo com Bourdieu, não faz sentido pensar que a vida social assenta na prescrição de normas para toda e qualquer situação. Num lógica de transponibilidade, e face às circunstâncias colocadas pelos diferentes contextos sociais, o habitus permite aos agentes mobilizarem, embora de forma não consciente, os esquemas de acção mais adequados a cada situação. As práticas são sempre o resultado do encontro entre disposições e situações sociais.

As disposições implicam, assim, num certo grau, uma capacidade inventiva. Mas deve, contudo, ser referido que se trata de uma “invenção sem intenção do imprevisto regulado” (Bourdieu, 2002: 175). O habitus possibilita espontaneidade sem consciência (Bourdieu, 2008: 94), intencionalidade sem intenção (Bourdieu, 1987: 22; Bourdieu e Wacquant, 2007: 19).

A este respeito Bourdieu recorre frequentemente a metáforas relacionadas com o desporto, utilizando a noção de jogo. Um jogador de ténis, por exemplo, na urgência do momento, consegue antecipar os movimentos do seu adversário e age em conformidade, sem recorrer a processos de deliberação reflexiva, precisamente porque tem incorporado um sentido prático, ou, noutras palavras, um “sentido de jogo” (2002, 2008). “Ter o sentido do jogo é ter o jogo na pele; é dominar no estado prático o porvir do jogo; é ter o sentido da história do jogo.” (Bourdieu, 2001: 110).

Os agentes são movidos por estímulos e interesses específicos de cada campo. O conceito de interesse assume aqui contornos distintos dos usos utilitaristas do termo. Neste sentido, Bourdieu opta antes pela noção de *illusio* para dar conta do reconhecimento do que está em jogo em cada

²³ “It is because this world has produced me, because it has produced the categories of thought that I apply to it, that it appears to me as self-evident.” (Bourdieu e Wacquant, 2007: 128)

campo e do domínio prático das suas normas. Ter um determinado interesse é, no fundo, estar investido e ser tomado pelo jogo de um dado campo (Bourdieu, 1987: 125; Bourdieu e Wacquant, 2007:116). O autor utiliza também a noção de investimento para se referir à capacidade, histórica e socialmente constituída, que os agentes têm de “jogar o jogo”.

Os interesses assim percebidos não pressupõem, portanto, qualquer tipo de intenção estratégica, no sentido da prossecução de fins calculados. Como destaca Bourdieu (2001: 110), “os agentes sociais têm ‘estratégias’ que só raramente têm por origem uma verdadeira intenção estratégica.” Esta noção refere-se, antes, a linhas de acção objectivamente orientadas pelos sistemas de disposições (Bourdieu, 1987: 79).

Interesse, investimento e estratégia, enquanto noções importantes na análise da acção, não assumem, portanto, no quadro da teoria da prática de Bourdieu, um sentido avaliativo, consciente e racional. Estes conceitos são introduzidos na sua abordagem para dar conta da razoabilidade (e não racionalidade) das práticas dos agentes.

Habitus is what you have to posit to account for the fact that, without being rational, social agents are *reasonable* – and this is what makes sociology possible. People are much less bizarre or deluded than we would spontaneously believe precisely because they have internalized, through a protracted and multisided process of conditioning, the objective chances they face. (Bourdieu e Wacquant, 2007: 129-130)

Para além de serem razoáveis, os agentes, de acordo com Bourdieu, são produtores activos da ordem social, ainda que não o façam de forma consciente (Bourdieu e Wacquant, 2007: 140). Procurando afastar-se da ideia de passividade, o autor considera que a reprodução social só pode ocorrer com base nas estratégias e práticas dos indivíduos. No fundo, os agentes determinam os esquemas de acção e percepção que, por sua vez, os determinam a eles. “One can even say that *social agents are determined only to the extent that they determine themselves.*” (*idem*: 136).

Na medida em que todos estes processos decorrem num nível infraconsciente, Bourdieu não atribui espaço às deliberações reflexivas na explicação das práticas. A reflexividade surge na sua abordagem quando o autor se reporta a duas situações específicas, que assumem um cariz de excepção face ao que é a orientação habitual das condutas sociais.

A primeira diz respeito às situações de crise. Do ajustamento entre disposições e posições no espaço social decorre a modalidade mais frequente (e não única) da acção, mas esse ajuste nem sempre ocorre de forma harmoniosa e coincidente.

O facto de as respostas que o *habitus* engendra sem cálculo nem projecto se mostrarem, as mais das vezes, como adaptadas, coerentes e imediatamente inteligíveis não deve levar-nos a fazer do *habitus* uma espécie de instinto infalível, capaz de produzir a todo o momento respostas miraculosamente apropriadas a todas as situações. O ajustamento antecipado do *habitus* às condições objectivas é um *caso particular*, sem dúvida particularmente frequente (nos universos que nos são familiares), mas que devemos evitar universalizar. (Bourdieu, 1998: 141)

Quando os agentes enfrentam, ao longo das suas trajetórias de vida, circunstâncias sociais diferentes das que levaram à inculcação do habitus (*histerese* do habitus ou *efeito Dom Quixote*²⁴), a reflexividade e a estratégia racional assumem proeminência, na medida em que as pessoas se vêem confrontadas com a necessidade de adotarem modos de acção mais calculados e reflexivos. Como afirma o autor, “la conscience et la réflexivité sont à la fois cause et symptôme du défaut d’adaptation immédiate à la situation qui définit le virtuose.” (Bourdieu, 1987: 22) Nestas circunstâncias, a mudança é enfrentada pelos agentes através de decisões conscientes.

Times of crises, in which the routine adjustment of subjective and objective structures is brutally disrupted, constitute a class of circumstances when indeed ‘rational choice’ may take over, at least among those agents who are in a position to be rational. (Bourdieu e Wacquant, 2007: 131).

Bourdieu procurou com esta excepção atribuir não só “uma certa margem de jogo” às “estratégias práticas do habitus” (1998: 144), como também a possibilidade de mudança, revisão e de actualização do mesmo em condições diferentes daquelas em que as disposições foram incorporadas. O autor refere-se neste âmbito à possibilidade de o habitus apresentar falhas e desfasamentos, momentos em que pode emergir um tipo específico de “reflexão prática” (*idem*: 143-4).

Mas se Bourdieu não exclui a possibilidade de as respostas do habitus serem acompanhadas, excepcionalmente, por cálculo estratégico, enfatiza, por outro lado, que essa racionalidade se encontra orientada para a prática e não para quem a realiza (*idem*: 143). Os sujeitos não são, assim, tomados como objectos para si mesmos. As novas respostas que emergem nestas circunstâncias de desfasamento continuam a inscrever-se num campo de possibilidades objectivamente delimitado. Ou seja, admitir a possibilidade de cálculo racional significa afirmar que as operações que levam à prática ocorrem de modo “quase” consciente (2002: 164) sob a forma de estimativa de probabilidades e do cálculo de custos e benefícios, mas o que orienta a acção continua a ser o habitus, o passado incorporado.

Todo este raciocínio leva ainda Bourdieu a afirmar que, em termos gerais, toda a prática, independentemente de resultar ou não de situações de harmonia entre posições e disposições, não exclui tomadas de consciência parciais.

...uma forma de consciência parcial, lacunar, descontínua, acompanha sempre as práticas seja sob a forma desse mínimo de vigilância que é indispensável para controlar o funcionamento dos automatismos, quer sob a forma de discursos destinados a racionalizá-los (no duplo sentido do termo). (*idem*: 200)

Contudo, estas tomadas de consciência remetem mais para a razoabilidade que Bourdieu atribui aos agentes do que para o papel que a reflexividade pode assumir na orientação das práticas.

A reflexividade é ainda abordada por Bourdieu quando se reporta a uma categoria particular de sujeitos, nomeadamente os cientistas sociais. Enquanto procedimento incorporado no seu habitus

²⁴ Bourdieu (1998: 142; 2002: 179; 2003: 158).

científico, a reflexividade é entendida como forma específica de vigilância epistemológica, como pré-requisito constituinte do campo científico no sentido de reflexão crítica sobre as condições sociais e as operações concretas de construção do objecto (Bourdieu, 1984, 1998, 2004).

O autor centra a sua análise sobretudo no campo sociológico, propondo uma sociologia reflexiva que direcciona o olhar científico para a própria disciplina, procurando questionar e compreender a incorporação (semi-consciente) dos corpos de teorias, procedimentos e categorias de observação do mundo social. No fundo, propõe a objectivização do sujeito objectivante através da aplicação das mesmas estruturas conceptuais que são mobilizadas para a análise da realidade social (Bourdieu, 1987: 112-116). Enquanto dimensão fundamental da epistemologia sociológica, o olhar reflexivo da ciência sobre si mesma é um pré-requisito necessário para qualquer prática rigorosa em sociologia (ver também Pinto, 2003).

No fundo, Bourdieu reconhece a possibilidade de desenvolvimento e activação da reflexividade individual, mas apenas como opção aberta a determinados agentes e não como necessidade inerente à vida em sociedade. Neste sentido, a orientação das práticas por deliberações reflexivas é apenas possível sob condições sociais específicas.

L'art d'estimer et de saisir les chances, l'aptitude à devancer l'avenir par une sorte d'induction pratique ou même à jouer le possible contre le probable par un risque calculé, sont autant de dispositions qui ne peuvent être acquises que sous certaines conditions, c'est-à-dire dans certaines conditions sociales. (Bourdieu, 2008: 107).

Implicações

A estrutura conceptual da teoria da prática reconhece o papel da reflexividade na explicação da acção, mas num nível distinto daquilo que são as condutas quotidianas e habituais dos agentes. Esta conceptualização tem implicações na sua mobilização para o estudo sociológico das deliberações reflexivas. Importa, neste sentido, compreender quais as fragilidades e potencialidades desta abordagem para a análise da reflexividade individual.

As principais dificuldades que a teoria da prática de Bourdieu coloca podem ser sintetizadas em quatro aspectos.

1) O problema central desta abordagem está relacionado com o facto de não lidar verdadeiramente com o subjectivo (Jenkins, 1992). Bourdieu procura ultrapassar a dualidade objectivismo-subjectivismo com o conceito de habitus, mas a sua atenção está sobretudo centrada num dos eixos deste dualismo: a componente objectiva. A ênfase atribuída às estruturas sociais na sua análise não tem equivalente relativamente às estruturas mentais. A mente humana é entendida como um mero reflexo das condições sociais de existência, numa visão aproximada das perspectivas de Marx e Durkheim destacadas no capítulo um. Aos agentes não é atribuída uma vida interior subjectiva, no

sentido de Weber, Simmel e também dos autores das micro-sociologias interpretativas, composta por reflexões, deliberações e projecções conscientes que orientam potencialmente a acção. A incorporação das estruturas sociais permite-lhes agir, com a orientação do sentido prático, sem que tomem consciência dos processos que operam nas suas escolhas e acções. A reprodução social é apenas possível porque, como afirma o autor, “determinisms operate to their full only by the help of unconsciousness, with the complicity of the unconscious.” (Bourdieu e Wacquant, 2007: 136).

Ao atribuir uma origem não consciente ao habitus, Bourdieu reitera o “princípio da não-consciência das práticas” (Bourdieu, 2008: 87-109, 135-165; Bourdieu, Chamboredon e Passeron, 1983: 29-34). A acção é despoletada por mecanismos que operam a um nível não consciente devido ao seu grau de incorporação ao longo das trajectórias biográficas. “É porque os sujeitos não sabem, para falarmos com propriedade, aquilo que fazem, que aquilo que fazem tem mais sentido do que eles sabem” (Bourdieu, 2002: 175-176).

O papel da sociologia é precisamente o de perceber o sentido e o princípio que se encontram por detrás das práticas dos agentes. As explicações que os indivíduos dão para as suas condutas são insuficientes porque decorrem do domínio prático do mundo e não encerram, assim, os princípios que estão na base das suas acções. Os agentes acreditam que agem com base na definição de objectivos que procuram alcançar. Para Bourdieu trata-se de uma ilusão que deve ser ultrapassada, procurando a explicação para as práticas no habitus. Como afirma Jenkins (1992: 97), “it is a world where behaviour has its causes, but actors are not allowed their reasons”.

A concepção da não-consciência das práticas não permite, portanto, considerar os agentes como mobilizando frequentemente as suas capacidades de racionalizar, calcular, projectar. Estas actividades mentais pressupõem um grau de consciência que a teoria da prática não reconhece.

2) Daqui decorre a dificuldade em considerar outra modalidade da prática que não a do ajustamento pré-reflexivo do sentido prático às condições sociais de existência. Apesar de Bourdieu utilizar noções como as de interesse, estratégia e investimento, não reconhece a existência de acção criativa por parte dos agentes, nem o papel que a reflexividade pode desempenhar na orientação da acção. Este tem sido, aliás, um dos aspectos mais destacados por diversos autores (Archer, 2010c, 2010d, 2012; Atkinson, 2010a, 2010e; Calhoun, 1993; Casanova, 1995a, 1995b; Costa, 1999, 2007; Jenkins, 1992; King, 2000; Mouzelis, 2007)²⁵. O individualismo metodológico de Boudon (2001), por exemplo, tem precisamente na sua base a crítica a esta abordagem holista que minimiza a importância da racionalidade individual na explicação da acção.

Bourdieu refere que os agentes conhecem as probabilidades objectivas das suas vidas, sabem o que é ajustado ou não para eles. Mas sabem-no sem terem de pensá-lo conscientemente devido à orientação facultada pelo sentido prático. Têm um conhecimento prático do real. Neste âmbito, os

²⁵ Ver também Adams (2006), Alexander (1988, 1995), Crossley (2001), Elder-Vass (2007, 2010), Reay (2004), Sayer (2005a) e Sweetman (2003).

indivíduos não efectuam verdadeiramente escolhas no sentido de reflectirem sobre as suas opções, delinearem estratégias e tomarem decisões. O habitus é o “*principe non choisi de tous les «choix»*” (Bourdieu, 2008: 102). As resoluções dos agentes são na realidade o que o autor considera ser uma ilusão, na medida em que constituem um reflexo da acção do habitus e fazem parte do seu reportório (Jenkins, 1992: 77).

Mesmo quando Bourdieu analisa as dinâmicas dos campos e se reporta a lutas e a estratégias e transmite, assim, uma ideia mais aberta e flexível do mundo social, continua a ser o habitus, determinado à partida pela posição objectiva que ocupam no campo, a orientar as práticas dos agentes (King, 2000: 425; Lopes, 2003).

Curiosamente, este modelo de acção contraria, de certa forma, a capacidade reflexiva expressa nos testemunhos da obra *La misère du monde* (Bourdieu, 1993). As realidades sociais apresentadas neste livro assentam nas considerações, racionalizações e deliberações dos agentes, embora as suas reflexões não sejam analisadas como tal.

A conceptualização da reflexividade é inviabilizada não só pelo princípio da não-consciência das práticas, mas também, indissociavelmente, pela forma como a relação entre estrutura e agência é abordada. O conceito de habitus pressupõe a confluência de ambas, o que não promove o distanciamento necessário para que os sujeitos se tomem a si mesmos como objecto (Archer, 2003b). Para reflectirem sobre si próprios, os agentes têm de se pensar como sendo exteriores às circunstâncias sociais que os rodeiam. A análise da reflexividade individual implica, assim, uma separação ontológica entre estrutura e agência que não tem espaço na abordagem conflacionista de Bourdieu. Como afirma Atkinson (2010b: 13), “Bourdieu has not really done the theoretical work to accommodate all this.”

Ainda assim, o autor reporta-se a duas situações de excepção. Em situações de crise a racionalidade é necessária para que os indivíduos definam as suas respostas face a novas circunstâncias sociais. Mas mesmo nestas condições, Bourdieu assegura que o cálculo estratégico requerido tem sempre por base as disposições incorporadas pelos agentes. Apesar de pretender ultrapassar a dualidade sujeito-objecto com o conceito de habitus, o autor acaba por acentuar mais a componente objectivista da equação.

Para Bourdieu, os sujeitos apenas se tomam habitualmente como objecto de si mesmos no campo científico. Esta concepção tem por implicação que os cientistas, em particular os sociólogos, desenvolvem habitus reflexivos, o que, atendendo à definição de habitus como ajustamento pré-reflexivo das práticas, pode parecer um pouco paradoxal. Como afirma Adams (2006: 515), a reflexividade torna-se, de certa forma, o sentido do jogo contra o qual é inicialmente definida.

3) A ausência de criatividade nas práticas dos agentes coloca também problemas à conceptualização da mudança social. O ajustamento pré-reflexivo e quase-automático entre disposições e condições

objectivas de existência tem como resultado estrutural a reprodução social. Neste sentido, e sendo esta a modalidade predominante das práticas, Bourdieu apresenta uma concepção societal preponderante de estabilidade e manutenção da ordem social. Qual então o lugar da mudança na sua abordagem?

De acordo com King (2000), se o habitus assegura que os agentes agem da forma mais adequada aos contextos em que se inserem, a acção ocorreria sempre em consonância com as estruturas objectivas que os indivíduos encontram, o que impossibilitaria a existência de mudança. A relação entre habitus e campo é para Bourdieu uma relação mimética (Adkins, 2003: 36). Mesmo o efeito de histeresis do habitus não seria possível pelo facto de as práticas tenderem para a reprodução.

Bourdieu admite, de facto, a possibilidade de mudança, reportando-se à adaptabilidade do habitus e a situações de desfasamento e crise, contudo, assegura que a transformação nunca é radical e assenta sempre nos fundamentos do princípio unificado gerador das práticas. Não fica claro na sua abordagem como conjugar os esquemas de acção e percepção com a mudança a dois níveis: em termos do papel explicativo do habitus, por um lado, e da adaptação do sistema de disposições à mudança, por outro (Casanova, 1995b: 60). A perspectiva de Bourdieu não é esclarecedora relativamente às circunstâncias em que podem ocorrer transformações: se decorrem apenas de situações de crise – nas quais o cálculo racional emerge, mas sempre sob orientação de disposições não conscientes –, se resultam de transformações progressivas e lentas que permitem o correspondente ajustamento do habitus, ou se são o resultado da acção criativa dos agentes e das suas deliberações reflexivas. Esta última hipótese é, sem dúvida, a que menos se enquadra nos fundamentos da teoria da prática.

4) Um último aspecto que dificulta a conceptualização da reflexividade no quadro da abordagem de Bourdieu é a secundarização da dimensão interaccional na análise das práticas. O autor centra-se sobretudo na relação mimética entre posições e disposições, ou seja, entre os lugares que os agentes ocupam no espaço social e nos campos por onde se movem, e os seus esquemas de acção e percepção.

Bourdieu overemphasizes the *normative* logic of positions and the *practical* logic of dispositions and underemphasizes the *strategic/rational* logic of interactions. (Mouzelis, 2008: 132)

Mas é nas situações de interacção que melhor se observam as componentes da relação entre posições e disposições, bem como a dimensão mais estratégica e racional das práticas de que o habitus não dá conta (Costa, 2007: 21; Mouzelis, 2008: 132). Na realidade, Bourdieu reporta-se às lutas pela aquisição de diferentes tipos de capital que ocorrem na interacção de agentes posicionados diferentemente num dado campo. Contudo, como afirma Mouzelis (2008: 132), o autor não atribui qualquer grau de autonomia aos aspectos estratégicos e racionais desses processos de luta na explicação das práticas. É nesse sentido que as noções de estratégia e interesse, implicadas nessas lutas, são definidas sempre por referência quer aos sistemas de disposições que operam de modo não

consciente para os agentes, quer às dinâmicas próprias do campo, que o habitus, por sua vez, reproduz.

Precisamente porque a abordagem de Bourdieu se centra nos mecanismos não conscientes da acção, todas as noções que remetem para elementos de reflexividade são secundarizados ou reconceptualizados no sentido de não se reportarem a uma componente racional e estratégica.

As dificuldades enumeradas para a problematização sociológica da reflexividade individual não devem, contudo, sobrepor-se à importância dos contributos de Bourdieu na compreensão dos mecanismos da acção. Caso contrário, não faria sequer sentido discuti-los no quadro de uma análise centrada na reflexividade. A mobilização da estrutura conceptual do autor implica também a sua discussão crítica e o reconhecimento dos seus limites interpretativos: “an invitation to think with Bourdieu is of necessity an invitation to think beyond Bourdieu, and against him whenever required.” (Bourdieu e Wacquant, 2007: xiv)

O principal contributo da abordagem de Bourdieu é o que decorre da conceptualização da dialéctica da interiorização da exterioridade e da exteriorização da interioridade. O paralelo que o autor estabelece entre estruturas sociais e estruturas mentais permite incluir na análise sociológica das práticas a vida interna dos sujeitos. Longe de se circunscrever apenas a processos neurológicos e psicológicos, a mente humana é pensada por relação aos contextos sociais em que os indivíduos se movem: “il existe une correspondance entre les divisions objectives du monde social (...) et les principes de vision et de division que les agents leur appliquent.” (Bourdieu, 1989: 7)

Segundo Bourdieu, há uma relação de homologia entre as divisões sociais e os esquemas mentais dos agentes. As práticas podem assim ser analisadas não só de acordo com as suas manifestações exteriores, mas também em estreita articulação com os esquemas mentais de percepção que estão na sua origem e que foram constituídos na relação que mantêm com as condições sociais de existência dos indivíduos. Procurando transcender as dualidades estrutura-acção e objectivismo-subjectivismo, o autor recusa demarcações rígidas entre o interno e o externo, mobilizando o conceito de habitus como mecanismo de mediação e de adaptação ao campo.

Social reality exists, so to speak, twice, in things and in minds, in fields and in habitus, outside and inside of agents. And when habitus encounters a social world of which it is the product, it is like a ‘fish in the water’: it does not feel the weight of the water, and it takes the world about itself for granted. (Bourdieu e Wacquant, 2007: 127)

Importa, contudo, destacar que a componente subjectiva das práticas nunca assume a mesma importância na abordagem de Bourdieu do que a componente objectiva. A relação entre mente humana e estruturas sociais é de apenas um sentido na teoria da prática. São as condições estruturais que compõem as estruturas mentais, mas estas não podem, por outro lado, agir criativamente sobre aquelas, na maior parte das situações. O habitus é entendido como uma subjectividade socializada, pelo que a mente dos agentes está sempre delimitada pelo campo de possibilidades correspondente

aos seus habitus, às categorias de pensamento que foram incorporadas ao longo dos seus trajectos biográficos.

Bourdieu (e Wacquant, 2007: 127) afirma que a ligação entre o habitus e o campo é uma relação não só de condicionamento, mas também de construção cognitiva, na medida em que são os esquemas de disposições que permitem atribuir sentido e significado ao real. Ainda assim, continua a ser sobretudo uma relação de um só sentido, na qual o condicionamento precede a construção cognitiva e, na maior parte dos casos, não pode ser modificado por ela.

Isto não diminui, contudo, a importância do facto de Bourdieu ter incorporado na sua análise a componente social da vida interior dos sujeitos. A questão pode não ter sido colocada exactamente desta forma pelo autor, mas na realidade a sua abordagem, ao considerar um paralelo entre estruturas sociais e mentais, estabelece a possibilidade de estudar sociologicamente a mente humana, sempre por referência aos contextos sociais dos agentes.

Não se pode afirmar que o trabalho de Bourdieu é indiferente à problemática da reflexividade. Como foi já referido, o autor admite as condições de possibilidade das deliberações reflexivas na orientação das práticas. Portanto, Bourdieu reconhece que a reflexividade pode resultar numa modalidade diferente de acção. Mas o peso que lhe é conferido na sua abordagem é proporcionalmente ajustado à ênfase que pretende atribuir ao ajustamento pré-reflexivo das práticas, como sendo a configuração mais frequente na vida em sociedade. Embora esta afirmação careça de pesquisa empírica mais aprofundada em diferentes contextos sociais, não deixa de ser verdade que a análise das práticas requer que esta componente da acção seja devidamente considerada.

É neste sentido que o contributo de Bourdieu é tão importante. Perceber que papel pode a reflexividade desempenhar na orientação da acção implica ter noção de que as deliberações reflexivas não são o único mecanismo de definição das condutas humanas. Para que um indivíduo seja um agente socialmente competente não pode estar num estado permanente de alerta e pensar em cada passo do seu quotidiano. Muitas das acções rotineiras do dia-a-dia processam-se precisamente sob a orientação do sentido prático. Os indivíduos fazem “«la seule chose à faire».” (Bourdieu, 1987: 21). Têm incorporadas competências práticas para concretizarem um conjunto diversificado de actividades sem terem de reflectir sobre as mesmas; têm um conhecimento tácito do mundo que lhes permite agir sem mobilizarem mecanismos conscientes. Não significa, por outro lado, que actividades habituais e rotineiras não possam ser objecto de reflexão por parte dos sujeitos em determinadas circunstâncias, como momentos de crise e desajuste, tal como Bourdieu preconizou. Ainda assim, esses momentos tendem a ser mais frequentes do que o autor estava disposto a admitir.

3.2. A análise da reflexividade individual no quadro de uma teoria disposicionalista

“Avoir de la suite dans les idées” (Lahire, 2002a: 1). É desta forma, dando destaque à importância da cumulatividade do conhecimento científico, que Bernard Lahire inicia a apresentação e discussão da sua proposta de uma sociologia experimental. Tendo como matriz teórico-analítica central a importância do passado incorporado dos indivíduos na análise das suas práticas e comportamentos, o autor retoma, direccionando um olhar crítico, a tradição teórica disposicionalista, em particular o trabalho desenvolvido por Pierre Bourdieu (2001b, 2002b).

O prolongamento crítico que constitui a obra de Lahire, e que assenta sobretudo na extensão e reelaboração de conceitos de Bourdieu, criou novas possibilidades de análise sociológica. Aquilo que o autor designou por inovações teóricas e metodológicas da sua proposta (Lahire, 2002a: 8-10, 2004b: 49-50) abriu novos campos de possibilidade e de pertinência em sociologia.

O trabalho de Lahire revelou, neste âmbito, ser um contributo fundamental para pensar e operacionalizar o conceito de reflexividade. Aquilo que se pretende aqui apresentar é precisamente uma discussão em torno dos principais elementos do trabalho do autor que possibilitam a análise desta problemática e que permitem combinar condições sociais e modos de relação individuais com as estruturas (ver também Caetano, 2012).

Esta reflexão passa, em primeiro lugar, por compreender quais os prolongamentos críticos face ao trabalho de Bourdieu que tornam possível conceptualizar as competências reflexivas dos indivíduos sem perder de vista a importância dos processos de incorporação das suas experiências passadas. Podem identificar-se sobretudo três elementos fulcrais a este nível.

1) *Pluralidade disposicional*. O primeiro diz respeito, desde logo, ao conceito de disposições. Relativizando as noções de coerência e de transponibilidade do habitus, Lahire refere-se antes ao património disposicional dos indivíduos destacando a sua composição heterogénea (2001a, 2002a, 2004a, 2012). De acordo com o autor, numa mesma pessoa coexistem disposições múltiplas, resultantes de diferentes tipos de socialização (familiar, sociabilidades, trabalho, escola, etc.), que constantemente se vão actualizando. Cada actor, ao longo do seu trajecto de vida, contacta, com maior ou menor intensidade, com essa diversidade estrutural (que vai incorporando) e, simultaneamente, interage com um vasto conjunto de indivíduos, cujos sistemas de disposições se adequam contextualmente aos seus. A multiplicidade de universos sociais e contextos de interacção por onde os actores se movem, quer ao longo das suas biografias, quer quotidianamente, contribuem para a constituição de disposições heterogéneas, sincréticas e mesmo dissonantes.

A noção de disposições permite enquadrar uma análise centrada nos modos de cada indivíduo se pensar a si mesmo tendo por referência as suas circunstâncias sociais. A ênfase na pluralidade disposicional e na activação contextual desse património incorporado é fundamental para se compreender não só a aquisição, mas também o desenvolvimento de competências reflexivas em

diferentes esferas sociais, tanto numa perspectiva diacrónica, como sincrónica. Os diversos processos de socialização implicam, de forma mais ou menos explícita, dinâmicas de aprendizagem conscientes relativamente ao que fazer, dizer e como agir em cada contexto específico.

Um dos exemplos mais utilizado por Lahire é o do ensino formal (2001a: 175-199, 2008a). De acordo com o autor, a escola tem por principal objectivo ensinar e fomentar nos alunos uma relação distanciada e reflexiva com a linguagem, na medida em que esta é trabalhada como objecto que deve ser analisado e manipulado e cuja estrutura interna deve ser aprendida e posta em prática. Em contexto escolar a reflexividade é também estimulada com outros objectivos e por outras vias, nem sempre totalmente explícitas. É o caso da postura corporal em sala de aula e dos modos de relação com professores e colegas. Os alunos são encorajados a monitorizarem reflexivamente os seus comportamentos até incorporarem essas disposições e passarem a fazê-lo sem terem de pensar na conduta mais ajustada a cada situação.

O trabalho de Lahire permite-nos também perceber que estes processos de reflexividade em meio escolar não encontram em todos os alunos a mesma receptividade e articulam-se de forma variada com estímulos, oportunidades e constrangimentos associados a outros contextos sociais, nomeadamente à família e às redes de sociabilidade. As competências ensinadas e aprendidas na escola podem ter uma maior ou menor proximidade face ao que é privilegiado noutras esferas. Nalguns casos verifica-se um reforço mútuo a este nível, noutros uma ruptura ou descontinuidade e isso é determinante para configurar a força das suas disposições.

Competências gerais de reflexividade, por exemplo as que são estimuladas na escola, podem estender-se para lá desse contexto específico e serem activadas noutras esferas. Essa transponibilidade tende sobretudo a ocorrer quando se verifica algum grau de proximidade em termos de estrutura e conteúdo entre as diferentes esferas. O grau de fixação e a força ou fragilidade das disposições dependem, em grande medida, da frequência com que são requeridas, activadas e actualizadas contextualmente.

No fundo, os indivíduos podem ter diferentes níveis de reflexividade em contextos sociais diferentes. Alguns contextos podem estimular mais do que outros a aquisição, o desenvolvimento e a activação de competências reflexivas. A noção de pluralidade disposicional desenvolvida por Lahire alerta precisamente para a necessidade de se compreender as dinâmicas de compatibilidade inter (mas também intra) domínios sociais na definição da imagem que os actores têm de si mesmos e na elaboração de projectos individuais.

2) *Uma sociologia à escala individual.* Analisar a reflexividade individual acarreta algumas exigências teóricas e metodológicas que se podem enquadrar naquilo que configura a sociologia à escala individual proposta e desenvolvida por Lahire.

Centrar o foco analítico no indivíduo assume a maior importância quando se procura compreender os modos como uma pessoa pensa sobre si mesma e sobre os contextos por onde se move. Mas é também importante perceber que não se trata apenas de uma simples mudança de escala de observação. O trabalho desenvolvido pelo autor tem vindo a ser orientado por uma problemática teórica específica direccionada para a compreensão da produção social dos indivíduos, designadamente através da análise das variações inter e intraindividuais dos comportamentos.

Os processos de reflexividade só podem ser realmente analisados tendo em conta a complexidade interna de cada actor, manifesta no que Lahire designa por pregas singulares do social (2001a: 341). O que implica abordar a singularidade individual sem esquecer que se tratam de sujeitos socializados, que se encontram na intersecção de diferentes esferas e forças sociais.

As competências reflexivas de cada pessoa não existem fora do mundo social. A capacidade de um indivíduo reflectir sobre a sua vida, as suas opções e os seus constrangimentos deve ser pensada em estreita articulação com a combinação única entre, por um lado, conhecimentos, competências, apetências e, por outro, os contextos sociais da acção.

3) *Princípio da não-consciência das práticas*. Talvez um dos prolongamentos críticos mais importantes de Lahire, face ao trabalho de Bourdieu, para a análise da reflexividade individual seja a perspectiva sobre o designado princípio da não-consciência.

Como já referido, para Bourdieu o habitus actua como sentido prático que leva os agentes a saberem como agir em determinados contextos, sem que tenham necessariamente percepção do conjunto de factores sociais que intervêm nas suas condutas (2008: 135-165; Bourdieu, Chamboredon e Passeron, 1983: 29-34).

É possível encontrar na obra de Lahire referências ao princípio da não-consciência das práticas (2002a: 10-16, 2005a: 141-142). Contudo, é necessário estabelecer aqui uma distinção fundamental que não se encontra em Bourdieu. Lahire reitera este princípio do ponto de vista metodológico, mas, contrariamente a Bourdieu, não o faz ao nível teórico. Aquilo que se pretende aqui destacar são as preocupações *teóricas* de Lahire em conceptualizar os indivíduos como estando dotados de competências reflexivas que põem em prática numa base quotidiana, sem, por outro lado, perder de vista a preocupação *metodológica* de considerar que os actores nem sempre estão conscientes do conjunto de determinações sociais por detrás das suas acções. Os próximos dois pontos do texto correspondem precisamente à discussão mais aprofundada desta distinção.

Competências reflexivas e sentido prático

Um dos principais pontos de divergência face ao trabalho de Bourdieu diz precisamente respeito à conceptualização da reflexividade. De acordo com Lahire, a teoria da prática deve incorporar a noção

de que os indivíduos são capazes de racionalizar e de atribuir sentido às suas acções e opções (2001a, 2002a, 2008c). E essas competências reflexivas não são mobilizadas apenas em situações de crise ou para um conjunto limitado de sujeitos. Para o autor a reflexividade implica, de certa forma, um corte com o sentido prático. Mas essa ruptura é mais comum no quotidiano do que Bourdieu admitia e nada tem de uma situação de crise.

Esta problemática encontra-se particularmente aprofundada no trabalho de Lahire na análise que faz das práticas mais comuns de escrita (1995b, 1997, 2001a, 2008a, 2008c). Anotações num calendário ou numa agenda, escrita diarista, bilhetes, recados, listas do que fazer, comprar ou dizer, roteiros de viagem constituem, de acordo com o autor, rupturas com a lógica prática da acção, na medida em que implicam domínio simbólico e racionalização de actividades e do tempo, bem como um retorno reflexivo à acção e a sua preparação.

Práticas habituais e mais rotineiras, por exemplo, não surgem geralmente anotadas numa agenda. São os acontecimentos menos frequentes, mais esporádicos e, por essa razão, os que podem ser esquecidos mais facilmente, que são, em termos gerais, apontados em calendários ou agendas. Se, por um lado, grande parte das acções quotidianas ocorre sem que se tenha a necessidade de escrevê-las para que não sejam esquecidas, por outro lado a escrita pode actuar como um instrumento de memória em circunstâncias em que o sentido prático não é suficiente. A reflexividade que Lahire associa às práticas de escrita é, no fundo, indissociável do acto de colocar em palavras actividades e experiências quotidianas que, de outro modo, permaneceriam num estado semi-consciente.

Mas a referência à reflexividade encontra-se também presente na restante obra de Lahire. Os retratos sociológicos de *Portraits Sociologiques* (2002a) e de *La Culture des Individus* (2004a), bem como as narrativas de escritores de *La Condition Littéraire* (2006) e de *Franz Kafka* (2010) estão permeadas de racionalização de práticas, estratégias, planos e cálculos.

A leitura destes retratos permite-nos perceber que os indivíduos, independentemente dos seus posicionamentos sociais (embora o possam fazer de forma diferente), reflectem sobre si mesmos no mundo e são capazes de identificar, até certo ponto, influências internas e externas. E procuram muitas vezes, inclusive, transformar aquilo que vivem como constrangimentos. O conhecimento de si abre a possibilidade de os actores exercerem, em certa medida, algum controlo sobre aquilo que são e sobre aquilo que fazem. Tomando consciência dos seus hábitos pessoais, das formas mais frequentes de agir e de pensar, os indivíduos procuram, muitas vezes, minimizar a força e o impacto daquilo que consideram ser certas tendências ou traços de personalidade. Esta procura de controlo pode direccionar-se também para as situações de interacção e para as disposições de outras pessoas.

Afirmar que Lahire tem como preocupação teórica enfatizar as competências reflexivas dos indivíduos, não implica, por outro lado, declarar que o autor atribui, em contrapartida, menor importância ao sentido prático das disposições na orientação da acção. A reflexividade não faz a mediação de todas as influências sociais. Para Lahire, em consonância com Bourdieu, uma grande

parte das práticas quotidianas ocorre com base em ajustamentos pré-reflexivos e em reactivações de hábitos não conscientes. Contudo, Lahire considera que explicar a acção tendo apenas por base o sentido prático não é suficiente. É também necessário introduzir a componente de planificação, cálculo e racionalidade das práticas.

Aquilo que é mais importante destacar da perspectiva do autor é que reflexividade e sentido prático não são incompatíveis, coexistem na acção humana e estão permanentemente a suceder-se e a intercalar-se no quotidiano. Não é possível, por um lado, viver apenas com base na escolha racional, no interesse ou na estratégia e as práticas, por outro, não são exclusivamente orientadas pelo hábito e pela rotina. Os indivíduos não se limitam a agir tendo apenas por base o conhecimento tácito incorporado ao longo dos seus trajectos de vida, mas têm também a capacidade consciente de reflectir sobre o que fizeram, o que devem ou não fazer e o que estão a fazer no momento presente.

O acto de planificar uma actividade, por exemplo – que não é necessariamente consequência de uma situação de crise –, não exclui a lógica prática da acção, na medida em que requer saberes e experiências incorporadas que permitam identificar constrangimentos e possibilidades e, assim, definir cursos de acção.

Considerar o conceito de reflexividade na análise das práticas permite perceber que os indivíduos se relacionam diferentemente com as suas disposições. Os hábitos incorporados não conduzem necessariamente, e de forma directa, a determinado tipo de práticas se não se verificar uma apetência para as concretizar. Os constrangimentos sociais podem não ser vividos como tal numa lógica da “necessidade feita virtude” (Bourdieu, 2003: 433-461), em que se verifica algum grau de adesão aos princípios constituintes dessas disposições, ou pelo menos a não rejeição das mesmas. Por outro lado, a ausência de apetência para determinado tipo de práticas pode conduzir, inversamente, a alguma resistência e a sentimentos negativos face a essas disposições. A apetência é indissociável das competências reflexivas dos indivíduos, mas também dos contextos de constituição e actualização das disposições.

Neste âmbito, de acordo com Lahire, assume centralidade o direccionamento do foco analítico para a pluralidade das lógicas de acção e das formas de relação com a acção. Este é, de facto, um contributo central para a concretização de uma análise da reflexividade individual em estreita articulação com o património disposicional dos indivíduos.

A activação de mecanismos pré-reflexivos, bem como a ponderação e o cálculo devem ser pensados de acordo com o tipo de prática e com o tempo específico da acção. Esta combinação pode variar consoante se trate de uma acção curta ou mais longa, simples ou complexa, comum ou esporádica.

Plutôt que de postuler *a priori* et une fois pour toutes l’existence d’une théorie de la pratique singulière (...), il est préférable de reconstituer selon les univers sociaux et les milieux sociaux, selon les types d’acteurs et les types d’action, les différents temps de l’action et les différentes logiques d’action : temps de la concertation, de la délibération (...), de la préparation, de la planification, temps de la mise en œuvre des schèmes d’action incorporés dans l’urgence relative – selon la nature de

l'action – accompagnés parfois de temps de pause, de réflexion et de correction, temps du retour sur l'action, sur soi, etc. (Lahire, 2001a: 275)

A teoria da prática de Bourdieu assenta, em larga medida, num modelo de acção urgente, em que os agentes se vêm forçados a agir no preciso instante sem terem possibilidade de se distanciarem, de alguma forma, para pensarem no que devem fazer nesse contexto específico. Aquilo que o trabalho de Lahire nos permite perceber é que a acção não se organiza, em exclusivo, em torno desta modalidade. Práticas que se prolongam no tempo, por exemplo, possibilitam, com maior probabilidade, a ocorrência de momentos de reflexão. Para além disso, é importante realçar que a reflexividade não é apenas exercida face a acções passadas ou futuras, mas no próprio tempo da acção.

O autor recorre, tal como Bourdieu, a exemplos desportivos para ilustrar as suas considerações. Um atleta, no decurso de um jogo, por exemplo, tem de improvisar de acordo com a forma como o mesmo decorre. Mas esse jogo pressupõe, grande parte das vezes, um intenso trabalho prévio de preparação, planificação e definição de estratégias. O mesmo sucede noutras vivências em sociedade, no sentido em que os indivíduos, ao longo dos seus trajectos de vida, e em diferentes contextos sociais, articulam mecanismos não conscientes das práticas com planificações de longo prazo em diferentes tempos da acção.

Práticas e discursos sobre as práticas

A preocupação teórica com o reconhecimento de competências reflexivas nos indivíduos não invalida que Lahire reitere, por outro lado, o princípio da não-consciência das práticas do ponto de vista metodológico. Uma coisa é conceber que os actores, no seu quotidiano e ao longo das suas biografias, racionalizam, atribuem sentido e definem estratégias; outra é considerar que os indivíduos estão sempre conscientes da combinação de influências sociais que explicam as suas condutas. Esta distinção é fulcral para se poder empreender uma análise empírica da reflexividade individual.

De acordo com o autor, se as pessoas têm competências para descreverem pormenorizadamente o que fazem e o que pensam, por outro lado não conseguem racionalizar de forma rigorosa e distanciada as suas acções e representações com base em determinações externas e internas.

Não se trata de considerar os indivíduos como sendo incapazes de atribuírem sentido às suas acções. O que Lahire pretende, fundamentalmente, realçar com o princípio da não-consciência é que o conhecimento corrente não conceptualiza as acções e representações dos indivíduos como resultando de um conjunto complexo e multidimensional de operações cognitivas e sociais.

Uma das funções da sociologia é precisamente tornar visíveis realidades que permaneceriam ocultas se sobre elas não recaísse um olhar especificamente científico.

Autant il peut être facile de déclarer que l'on sait lire, écrire et compter ou que l'on est capable de résoudre une équation du second degré, autant il est difficile de designer les compétences et les dispositions construites indépendamment de tout *dispositif pédagogique explicite*. (Lahire, 2005a: 144).

A prática sociológica procura compreender o hiato existente entre aquilo que os indivíduos dizem fazer e o que fazem realmente. Este desajuste decorre, em parte, da maior visibilidade que algumas práticas assumem face a outras, que tendem a permanecer mais ocultas nos discursos individuais. Na descrição das suas actividades quotidianas uma pessoa facilmente se refere, por exemplo, à deslocação para o trabalho e menos frequentemente se reporta ao que fez quando entrou no carro, que rádio sintonizou, que caminho tomou, onde optou por estacionar o veículo, o que pensou durante a viagem, etc.

Práticas enquadradas em contextos mais formais são geralmente mais visíveis e, por conseguinte, mais facilmente declaráveis. Para além do seu grau de legitimidade, as actividades tendem ainda a assumir maior visibilidade em função do seu modo de inserção nos cursos de acção.

No decurso de uma entrevista, por exemplo, as pessoas tendem a apresentar as razões explicativas dos seus comportamentos e a estabelecer relações entre factores para justificarem as suas práticas. Como afirma Lahire (2002a: 391-393), os indivíduos têm a sua própria grelha de análise para explicar o que são e o que fazem. Em circunstâncias prévias à realização da entrevista, poderão ter tido oportunidade de se apresentarem e de falarem sobre si mesmos recorrendo aos elementos passados e presentes que consideram melhor caracterizar a sua personalidade. Estas narrativas resultam de auto-observação e de reflexão pessoal, mas também da observação que os outros actores deles fazem.

Mas pôr em prática uma análise sociológica implica não só explorar aquilo que integra o campo de consciência das pessoas nos discursos que elaboram, como também procurar aceder a aspectos das suas vidas (passadas e presentes) que não são relatados espontaneamente. É fulcral integrar na análise tudo aquilo que é relatado pelos indivíduos, sem que se privilegie necessariamente os aspectos que eles mais destacam dos seus comportamentos e representações. Num quadro de plurisocialização é difícil que um actor tenha plena noção de todas as influências sociais das suas práticas. Essa dificuldade pode inclusive conduzir a sentimentos de liberdade face a constrangimentos sociais.

Uma análise da reflexividade individual tem de assentar nos discursos individuais como forma de aceder às estruturas mentais e aos mecanismos sociais que despoletam a activação de competências reflexivas. O que não significa, contudo, que a chave explicativa dos modos de reflexividade seja dada nessas narrativas de forma explícita. Aquilo que a obra de Lahire nos permite perceber é que a adopção do princípio da não-consciência das práticas ao nível metodológico está na base da própria pertinência e validade do trabalho sociológico e da sociologia enquanto ciência. Os processos de descrição, interpretação e objectivação dos discursos dos actores são um requisito

fulcral para a análise de qualquer problemática do ponto de vista sociológico. “Ni mépris, ni oppression, mais la recherche d’une vérité au-delà de l’évidence.” (Lahire, 2002a: 16)

Não é, portanto, incompatível, como à partida poderia parecer, estudar mecanismos conscientes, como são os de racionalização, cálculo e planificação, e em simultâneo considerar que os indivíduos não têm necessariamente consciência de todas as forças internas e externas que intervêm nas suas acções. São duas ordens distintas de dinâmicas internas que interferem nas práticas.

Pluralidade e reflexividade

A pluralidade interna dos actores gera variações inter e intraindividuais. Lahire identifica, neste âmbito, diferenças entre grupos e entre indivíduos de um mesmo grupo, e ainda dissemelhanças internas a uma mesma pessoa. As “distinções de si a si” podem ocorrer diacronicamente (entre um estado actual e um estado anterior) ou sincronicamente (entre estados paralelos), sendo que estas últimas geram, potencialmente, aquilo que o autor designa por lutas de si contra si.

De acordo com Lahire, a coexistência de esquemas de acção heterogéneos num indivíduo não produz, necessariamente, conflitos internos (2001a: 68-70). A activação contextual de disposições ocorre, em termos gerais, de forma pacífica em esferas sociais distintas. Pode também implicar conflitos limitados e parciais em domínios de existência específicos. Contudo, a existência dessas tensões não coloca em causa, grande parte das vezes, a ilusão de coerência pessoal que permite aos indivíduos conviverem bem com as suas diferenças internas.

Mas esta pluralidade interna surge implicitamente associada, ao longo de toda a sua obra – mas sobretudo numa das suas últimas publicações (2010) –, à possibilidade de um incremento da reflexividade individual. Poderá esta relação ser pensada desta forma? Existirá, de facto, uma ligação directa entre a heterogeneidade disposicional e a capacidade de uma pessoa se pensar a si mesma tendo por referência as suas circunstâncias sociais? Estas questões não são respondidas empiricamente pelo autor e tendem a ser referidas geralmente como hipóteses de trabalho.

A questão fundamental que se coloca a estas noções de Lahire é que a participação em esferas sociais diversificadas, sendo a norma, não deveria implicar desajustes contextuais permanentes que potenciam um incremento de reflexividade.

A presença em contextos sociais heterogéneos conduz a processos de socialização múltiplos e, em muitos casos, simultâneos. Os indivíduos interiorizam os quadros de conduta de cada uma das esferas sociais em que participam, o que significa que, em termos gerais, aprendem a ajustar as suas práticas e as suas expectativas contextualmente desde muito cedo nos seus trajectos biográficos.

Aquilo que encontramos, em concreto, na obra de Lahire é um reforço de reflexividade, não associado necessariamente à pluralidade disposicional por si mesma, como o autor tende a considerar, mas aos conflitos e tensões que essa pluralidade pode gerar nalguns casos, nomeadamente às lutas de

si contra si. Só quando se verifica confrontação entre universos sociais distintos se pode falar de uma ligação lógica entre pluralidade e reflexividade.

Apesar de Lahire considerar que a reflexividade individual não se cinge a momentos de crise, é sobretudo nesses contextos que encontramos na sua obra, tal como em Bourdieu, mais referências a esta problemática. De acordo com o autor, as situações de desajuste são mais frequentes em sociedades com um grau elevado de complexidade e pluralidade. Fazem parte da existência em sociedade (muitas vezes sem grandes implicações), contradições culturais, rupturas nos trajectos de vida, desfasamentos entre disposições e posições, conflitos entre hábitos incorporados concorrentes. Estas ocasiões, associadas a quadros de plurisocialização, são potencialmente geradoras de insatisfação, angústia e tensão e potenciam a activação de competências reflexivas na orientação da acção.

A ligação mais directa que Lahire estabelece entre pluralidade e reflexividade encontra-se presente na sua última publicação sobre a teoria da criação literária, baseando a análise na obra de Franz Kafka (2010). Mesmo admitindo a excepcionalidade do caso, muitos dos elementos de análise identificados na singularidade deste escritor foram também apontados em investigações anteriores, noutros actores sociais. Neste caso em particular é dado especial destaque à vida interna de Kafka, que se caracteriza pela luta permanente entre esquemas de acção e de percepção relativos a diversas componentes da sua vida. Essas tensões são fundamentais para explicar a configuração da reflexividade expressa em textos diaristas e literários.

Contributos

Todos os elementos da obra de Lahire aqui referidos permitem perceber que a reelaboração e extensão da teoria da prática viabiliza, de facto, o alargamento do campo de possibilidades da investigação em sociologia, sem contudo comprometer premissas básicas do quadro teórico disposicionalista. Os contributos do autor foram aqui discutidos com um enfoque no conceito de reflexividade, mas esta discussão ultrapassa as fronteiras dessa problemática, na medida em que ancora no debate clássico da relação entre estrutura e agência.

A obra de Lahire não soluciona todos os problemas que uma análise deste tipo coloca, mas faculta instrumentos cognitivos fundamentais não só para pensar e trabalhar estas questões, como também para dialogar, de forma profícua e complementar, com outras abordagens e autores.

Com base na discussão apresentada, quais são então os principais elementos a mobilizar do trabalho de Lahire para a análise da reflexividade individual? Essas contribuições, bem como as suas implicações, podem sintetizar-se nos seguintes pontos.

1) Desde logo, a possibilidade de relação entre *disposições e reflexividade*. Se a acção é, grande parte das vezes, orientada por esquemas de acção que foram incorporados ao longo das trajectórias biográficas dos indivíduos, por outro lado, as práticas incorporam também uma componente de racionalização, cálculo e estratégia. As duas lógicas da acção não são incompatíveis, coexistem, articulam-se e sucedem-se quotidianamente.

Esta discussão remete para o debate em torno da relação estrutura-agência. Encontra-se em Lahire, na esteira de Bourdieu, a confluência destes dois elementos (Archer, 2003b). De acordo com os autores, a oposição entre estrutura e agência deve ser ultrapassada, já que uma não pode ser compreendida sem a outra e ambas são essenciais no processo de estruturação. “«Structures objectives» et «structures mentales» ne sont pas deux réalités différentes, l’une («les structures mentales») étant le produit de l’intériorisation de l’autre (les structures objectives), mais bien deux appréhensions d’une même réalité sociale.” (Lahire, 2001a: 310)

A confluência da estrutura e da agência pode, contudo, comprometer a conceptualização e operacionalização do conceito de reflexividade. De acordo com Archer (2007a: 34-36, 41-44; 2010c: 128-129) – uma das autoras que mais se tem debruçado sobre a temática da reflexividade –, a deliberação reflexiva exige uma separação clara entre sujeito e objecto para que a interacção entre ambos possa ser analisada. A sua constituição mútua retira à subjectividade humana o grau de independência e distanciamento necessários face aos contextos sociais para que os indivíduos possam reflectir sobre os mesmos.

Como explicar então que Lahire reconheça o papel da reflexividade na orientação da acção no enquadramento de uma teoria disposicionalista?²⁶ Na realidade, ao enfatizar as competências reflexivas dos indivíduos o autor está, implicitamente, a conceber a separação entre sujeito e objecto. As pessoas têm de se distanciar de si mesmas face às suas oportunidades e aos seus constrangimentos para conseguirem reconhecê-los e sobre eles reflectir e deliberar. O que encontramos em Lahire não é, contudo, um dualismo ontológico, tal como concebido por Archer, mas sobretudo um dualismo metodológico no sentido de Mouzelis (2008: 203-205, 226-227). De acordo com este autor é mais útil metodologicamente evitar reduzir as estruturas aos indivíduos e vice-versa, do que assumir a separação do ponto de vista ontológico. E é uma condição central para que uma análise da reflexividade individual possa ser concretizada.

2) Esta análise implica também o reconhecimento de diferentes *níveis de consciência*. Identificar a reflexividade como lógica específica da acção não pressupõe assumir que os indivíduos vivem num estado de alerta e de consciência permanentes. É necessário tomar também em consideração o

²⁶ Reconhecendo a importância da abordagem de Bourdieu e simultaneamente a relevância sociológica da conceptualização da reflexividade no contexto das sociedades contemporâneas, tem-se assistido à emergência de propostas-síntese que procuram introduzir no conceito de *habitus* uma componente associada às deliberações reflexivas das práticas (ver, por exemplo, Adams, 2006; Adkins, 2003; Elder-Vass, 2007; McNay, 1999; Mouzelis, 2008; Sayer, 2010; Sweetman, 2003).

sentido prático de que fala Bourdieu e que é reiterado por Lahire. Ao longo das suas vidas, os actores incorporam um conjunto de conhecimentos tácitos que os faz saberem como agir nas situações sociais sem terem de pensar acerca da melhor forma de o fazerem.

O conceito de sentido prático pode ser pensado em articulação com o que Giddens (2004: 5-7, 41-45) define como consciência prática, na medida em que entra em diálogo com a discussão em torno das competências reflexivas dos sujeitos²⁷.

3) Conceber a vida interior dos sujeitos, tomando em consideração a sua complexidade e *pluralidade interna*, é um requisito da análise da reflexividade individual. Se atentarmos à definição que Archer (2007a: 2, 4) dá de reflexividade como sendo uma capacidade mental exercida através de conversas internas, que ocorrem em silêncio nas mentes dos sujeitos, é fundamental considerar este espaço interior na análise, dando-lhe o mesmo destaque que é habitualmente dado a espaços sociais geralmente considerados mais visíveis ou mais facilmente observáveis.

Isto não significa afirmar que a análise se deve centrar nos mecanismos internos do cérebro. O foco analítico deve, por outro lado, ser direccionado para os enquadramentos sociais que levam ao desenvolvimento e à activação de competências reflexivas e para as implicações sociais dessa activação. “Tout la vérité du cognitif ne réside pas dans l’ordre cognitif” (Lahire, 2008b: 102). A observação da vida interior dos indivíduos não deve, portanto, ser encarada como uma tarefa que não se enquadra no âmbito de acção da sociologia. As estruturas mentais são permanentemente objectivadas nos discursos e comportamentos dos sujeitos. Nesse sentido, esse espaço interno é acessível através da análise das maneiras de fazer e de dizer.

Mesmo adoptando a perspectiva do dualismo (metodológico) estrutura-agência, a heterogeneidade dos esquemas de acção incorporados pelos indivíduos ao longo das suas experiências passadas, sendo produto da multiplicidade de contextos de socialização e interacção, permite perceber que não existe uma barreira rígida entre o interior/mental e o exterior/social. Para além disso, a sociologia dispõe de instrumentos teóricos e metodológicos capazes de dar respostas ao desafio que este tipo de análise implica, como, aliás, a discussão da obra de Lahire tem permitido perceber.

4) Outro aspecto central do trabalho de Lahire é o facto de enfatizar a *componente externa da reflexividade individual*. Pode ocorrer em interacção com outras pessoas através do discurso oral, mas pode também assumir a forma de discurso escrito. O autor debruça-se sobretudo sobre as práticas de escrita, encarando-as não como expressão directa e posterior de uma reflexão anterior criada nas mentes dos indivíduos, mas como constituindo, elas próprias, um momento específico de activação de competências reflexivas (2001a: 297). O processo de escrita – independentemente de ser

²⁷ Ver capítulo quatro, ponto 4.1.

de cariz mais literário e pessoal, ou mais quotidiano associado à planificação de actividades – implica racionalização e domínio simbólico da linguagem, bem como aquilo que considera serem rupturas com o sentido prático. É também indissociável da literacia dos indivíduos, enquanto capacidade para utilizarem e interpretarem informação escrita (Ávila, 2008; Benavente et al., 1996; Gomes, 2005).

Ao reconhecer a capacidade de os indivíduos reflectirem sobre si mesmos por referência às suas circunstâncias sociais numa base quotidiana, Lahire distancia-se de Bourdieu e possibilita, simultaneamente, complementar abordagens como a de Archer. Bourdieu centra-se na análise das propriedades objectivas que contribuem para a formação de sistemas de disposições, enquanto Archer analisa os diálogos internos que os actores mantêm com essas propriedades e que conduzem potencialmente a cursos de acção. Mas se Bourdieu não reconhece o papel da reflexividade na orientação da acção, Archer, por outro lado, não tem em consideração mecanismos externos de mediação da relação estrutura-agência.

O que o trabalho de Lahire permite perceber (embora nem sempre de forma explícita) é que os sujeitos activam capacitações e constrangimentos interiores, mas também exteriores.

5) É ainda importante destacar a forma como Lahire conceptualiza as *situações de ruptura* e crise. Nas suas vivências quotidianas, e ao longo dos seus trajectos de vida, os indivíduos experimentam múltiplos desajustes contextuais e biográficos, uns com mais impacto do que outros nas suas formas de agir e de pensar. Estes momentos, potencialmente geradores de incerteza e de tensão, estimulam a activação de competências reflexivas. Contudo, a reflexividade individual não se restringe apenas a situações de crise, nem a situações de desajuste com fortes implicações nas vivências dos agentes, como preconizava Bourdieu. Os momentos de ruptura com o sentido prático são frequentes no quotidiano. A própria organização diária das vivências individuais assenta, em maior ou menor grau, em pequenas acções ou momentos em que é necessário que as pessoas estabeleçam algum distanciamento face a si mesmas e às suas práticas como forma de orientar a acção (Lahire, 2001a).

6) Por fim, não pode deixar de ser referida a articulação entre *teoria e pesquisa empírica* que permeia todo o trabalho de Lahire. O autor parte de uma problemática bem definida de análise da produção social dos indivíduos, enfatizando em particular as variações inter e intraindividuais. Mas fá-lo em permanente diálogo com a observação e com os questionamentos por ela suscitados.

Tem vindo a tornar-se implícita (mais do que explícita), nos trabalhos sociológicos mais recentes, a noção de reflexividade como componente integrante das vivências quotidianas dos indivíduos nas sociedades contemporâneas. Mas pouco tem sido feito no sentido de compreender a forma como operam os processos através dos quais as pessoas reflectem sobre aquilo que as rodeia e o modo como agem nos contextos sociais em que se inserem. Falta precisamente trabalho de investigação empírica que sustente essas noções.

A obra de Lahire é um claro exemplo de como se pode partir de um problema teórico para analisá-lo empiricamente. Mesmo quando o objecto empírico é *aparentemente* menos visível e observável, como é o caso da reflexividade.

*

No capítulo seguinte, a discussão sobre a problemática da reflexividade prossegue com abordagens centradas na análise da mudança social, que contrariam muitos dos princípios da teoria disposicionalista de Bourdieu, mas também de Lahire, aqui apresentados. Ainda assim, como se verá, os enfoques distintos destas perspectivas podem assumir, a respeito de determinados elementos, um cariz complementar na compreensão do modo como as pessoas se pensam a si mesmas, sobretudo face a dinâmicas de transformação estrutural.

CAPÍTULO IV: REFLEXIVIDADE E MUDANÇA SOCIAL

Uma das questões mais debatidas no âmbito das dinâmicas de transformação das sociedades contemporâneas diz respeito aos processos associados à reflexividade. Este conceito é recorrentemente mobilizado para dar conta das mudanças decorrentes da modernidade, em particular nas suas manifestações mais tardias e avançadas. A reflexividade tende a ser reportada, em termos gerais, ao nível sistémico, mas, em muitos casos, em estreita articulação com as implicações que a mesma pode ter na capacidade agencial dos indivíduos.

Uma parte expressiva das abordagens que têm assumido maior destaque no campo de problematização sociológica aponta para o enfraquecimento e perda de enquadramento das estruturas e laços tradicionais de integração social em sociedades crescentemente diferenciadas, para a globalização do risco e para o forte incremento da reflexividade. Algumas perspectivas enfatizam as potencialidades que emergem da emancipação do sujeito (Dubet, 1996; Kaufmann, 2003, 2004; Martuccelli, 2002, 2006a, 2006b; Pais, 2008, 2010; Singly, 1996), outras apresentam uma visão mais pessimista, centrando-se na sua desintegração (Castel, 1995; Pais, 2006; Sennett, 2001).

Os trabalhos de Beck, Giddens, Lash e Bauman têm vindo a assumir centralidade na problematização destes processos de mudança, integrando de forma variável elementos mais optimistas com aspectos menos positivos dos processos de individualização. Embora a relevância das perspectivas destes autores não sejam consensuais, a sua importância no contexto desta investigação reside no facto de colocarem o conceito de reflexividade no centro da análise dos processos de mudança social. E é nesse sentido que assume pertinência compreender de que forma podem contribuir para o estudo dos mecanismos da reflexividade individual.

4.1. Modernização reflexiva

Em 1994 Beck, Giddens e Lash (2000), conscientes dos múltiplos pontos comuns que uniam as suas abordagens, apresentaram conjuntamente o que designaram por *teoria da modernização reflexiva*. Os três autores convergem na centralidade que atribuem à reflexividade na configuração das estruturas sociais e das vivências individuais, mas também na relevância que conferem aos processos de destradicionalização e às questões ecológicas. A ideia principal que o conceito de modernização reflexiva pretende transmitir é a noção de que o conhecimento (e o auto-conhecimento) se encontram embutidos na estruturação dos sistemas globais, alargando a sua influência às vivências quotidianas dos indivíduos²⁸. Em última instância, o processo de modernização reflexiva das sociedades de modernidade tardia caracteriza-se, fundamentalmente, pela capacitação da agência face à estrutura. Como afirma Lash:

²⁸ Embora de formas diferentes, autores como Bauman (2001, 2006), Castells (1997) e Heelas, Lash e Morris (1996) destacam também o incremento da reflexividade assente no conhecimento como elemento central das sociedades contemporâneas.

Se a modernização simples significa subjugação, então a modernização reflexiva implica a capacitação dos sujeitos. (...) abre possibilidades positivas de subjectividade autónoma em relação aos nossos ambientes natural, social e psíquico. (Lash, 2000: 108)

Uma tese elementar da modernização reflexiva afirma o seguinte: quanto mais modernizadas são as sociedades, mais os agentes (sujeitos) adquirem a capacidade de reflectir sobre as condições sociais da sua existência e de as mudar dessa maneira. (Beck, 2000a: 165)

De acordo com estes autores, as biografias e identidades individuais, não se restringindo a parâmetros previamente atribuídos e inteiramente determinados por factores externos, tornam-se crescentemente auto-reflexivas e continuamente auto-produzidas²⁹. No sentido de Beck (*idem*: 15), são “biografias faça você mesmo”. A diferença crucial face a épocas históricas anteriores passa precisamente pelo facto de as orientações modernas compelirem para a auto-organização das biografias pessoais.

Cada um de nós não só «tem» como *vive* uma biografia organizada reflexivamente em termos de fluxos de informação social e psicológica acerca de possíveis modos de vida. A modernidade é uma ordem pós-tradicional, na qual a pergunta «como hei-de viver?» tem de ser respondida através de decisões diárias acerca de como comportar-se, o que vestir e o que comer – e muitas outras coisas –, bem como interpretada no desenrolar temporal da auto-identidade. (Giddens, 2001: 13)

Neste âmbito, os aspectos que os indivíduos não podem controlar nas suas vidas e sobre os quais não podem tomar decisões e efectuar escolhas têm vindo a decrescer de importância para darem lugar a uma contínua construção biográfica e identitária assente nas projecções e opções individuais. Como afirma Giddens (*idem*: 75), “em condições de modernidade tardia, não só todos nós prosseguimos estilos de vida, como somos sobremaneira forçados a isso – não temos outra escolha senão escolher”.

O que estas abordagens sugerem é que a responsabilidade pelas trajectórias individuais passa, cada vez mais, para o nível individual, no sentido em que se verificam pressões e expectativas sobre todas as pessoas para se tornarem crescentemente reflexivas, para deliberarem sobre si mesmas por referência às suas circunstâncias sociais.

Há, contudo, diferenças assinaláveis entre os três autores no modo como conceptualizam a reflexividade, que importam aqui compreender.

Beck centra a sua abordagem na crescente importância que o risco tem vindo a assumir nas sociedades modernas (1992, 2000a, 2000b). O autor refere-se à emergência de uma sociedade de risco para dar conta não só da diferente natureza dos riscos na contemporaneidade, como também da mudança de escala desses riscos, que ocorrem cada vez mais a nível global. A reflexividade (sistémica) da modernidade é neste contexto entendida como autoconfrontação com os efeitos (desafios, contradições e tensões) da sociedade de risco (Beck, 2000a: 5-6). A utilização do conceito de reflexividade neste sentido levanta algumas dúvidas quanto ao seu real significado, na medida em que remete mais para a ideia de reflexo do que para a noção de reflexão.

²⁹ Ver também Fernandes (2008) para uma reflexão, aproximada destas abordagens, sobre a produção de identidades reflexivas.

Este tipo de confrontação entre as bases da modernização e as suas consequências deve ser claramente distinguido do incremento do conhecimento e da ciência, no sentido de auto-reflexão sobre a modernidade. À transição autónoma, indesejada e imperceptível da sociedade industrial para a sociedade do risco chamamos *reflexividade* (de modo a distingui-la e a contrastá-la com a noção de *reflexão*). (*idem*: 6)

Beck nunca clarifica devidamente esta questão. De qualquer forma, o seu argumento aponta para um entendimento da reflexividade como sendo uma acção reflexa ao risco (Archer, 2007a; Heaphy, 2007; Lash, 2000). As biografias “faça você mesmo” a que o autor se refere serão, no fundo, um reflexo da perda de bases identitárias sólidas.

A abordagem de Lash (1993, 2000, 2003) é substancialmente diferente. Embora reconheça convergências com Beck e Giddens, procura demarcar-se do que considera ser uma perspectiva mais utilitarista da modernização reflexiva. De acordo com o autor, a dimensão cognitiva da reflexividade deve ser complementada por uma dimensão estética que diz respeito “a uma outra economia de signos no espaço”, composta por símbolos miméticos e conceptuais (Lash, 2000: 131). Na contemporaneidade, segundo Lash, a reflexividade ancora em estruturas de informação e de comunicação, através das quais flui conhecimento, mas onde circulam também símbolos, signos e imagens. A diferenciação social passa a ser definida precisamente pelo posicionamento nestas novas estruturas comunicacionais. É a possibilidade de acesso à informação que cria o que Lash considera serem os “vencedores da reflexividade”. A exclusão destes sistemas informacionais e comunicacionais define, por conseguinte, uma classe de “perdedores”.

Dos três autores da modernização reflexiva, Giddens (2000a, 2000b, 2001) é quem apresenta uma abordagem mais complexa e multidimensional da reflexividade, pelo que importa compreender mais aprofundadamente os seus contributos, em articulação com o corpo teórico que desenvolveu.

Desde logo, dedica especial atenção às implicações que o incremento da reflexividade institucional tem nas vivências individuais. De acordo com o autor, tanto o self, como os programas institucionais onde o mesmo se insere, têm de ser construídos reflexivamente (Giddens, 2000a, 2001). A reflexividade da modernidade, fazendo parte da própria base de reprodução do sistema, refere-se à “possibilidade de a maioria dos aspectos da actividade social, e das relações materiais com a natureza, serem revistos radicalmente à luz de novas informações ou conhecimentos” (Giddens, 2001: 18)³⁰. Mas o self incorpora também a reflexividade que caracteriza a modernidade tardia, naquilo que Giddens denomina “projecto reflexivo do self”, que “consiste na manutenção de narrativas biográficas coerentes ainda que continuamente revistas” (*idem*: 4).

Esse trabalho de revisão (ao nível sistémico, mas também individual) e de auto-produção, permeado pelo conhecimento, ocorre num contexto em que novas relações de confiança se

³⁰ Giddens refere-se à reflexividade como a terceira grande influência sobre o dinamismo das instituições modernas, sendo a primeira a separação do tempo e do espaço e a segunda a descontextualização das instituições sociais.

estabelecem. A confiança está intimamente ligada ao sentimento de segurança ontológica, sendo “fundamental para a criação de um «casulo protector» que vigia e guarda o *self* nas suas interações com a realidade quotidiana, pondo «entre parênteses» ocorrências potenciais que, a serem seriamente contempladas pelo indivíduo paralisariam a vontade ou produziriam sentimentos de sufoco” (*idem*: 3). De acordo com Giddens, nas sociedades pré-modernas as relações de parentesco, a comunidade local, a religião e a tradição desempenhavam um papel fundamental no estabelecimento de um ambiente de confiança e no reforço da segurança ontológica. Por outro lado, nas sociedades de modernidade tardia, esse ambiente de confiança é fundamentalmente depositado em sistemas abstractos, particularmente nos sistemas periciais.

Esta perspectiva contrasta claramente com a abordagem de Beck, para quem a reflexividade significa liberdade e inclusive alguma desconfiança face aos sistemas periciais. Para Beck, as causas que estão na origem da reflexividade acrescida das sociedades contemporâneas não são, como em Giddens, os novos contextos de escolha e de conhecimento que vieram substituir o papel da tradição, mas antes as próprias instituições de *welfare* das sociedades industriais, como o sistema educativo e o mercado de trabalho, que descontextualizaram os indivíduos e os recontextualizaram nos novos parâmetros de auto-produção biográfica (Atkinson, 2007a: 541).

Embora a perspectiva que preconiza o incremento da reflexividade nas vivências individuais quotidianas se distancie, em certa medida, de reflexões anteriores de Giddens – nomeadamente no que diz respeito ao peso atribuído às estruturas na explicação da acção (Atkinson, 2007a; Alexander, 1996: 135) – ganha novos contornos quando enquadrada, complementada e articulada com a teoria da estruturação desenvolvida pelo autor (2000c, 2004)³¹. Esta abordagem, que assenta no teorema da dualidade da estrutura, indissociável do carácter recursivo da vida social, permite dar conta da dependência mútua entre estrutura e agência. De acordo com o autor, as estruturas são simultaneamente condição e resultado da acção humana, não devendo, assim, ser entendidas como barreiras que impedem a acção dos indivíduos, uma vez que se encontram envolvidas na sua produção, tanto numa lógica de capacitação, como de constrangimento. A noção de estruturação assume dois sentidos fundamentais. Por um lado, refere-se à padronização da acção através do accionamento da estrutura como meio para agir; por outro, a padronização do sistema social ocorre por via da acção estruturada que o reproduz.

De acordo com esta concepção, os actores sociais encontram-se dotados de competências reflexivas. O ser humano é entendido como agente que tem razões para agir de determinada forma e, se solicitado, é capaz de reflectir discursivamente sobre essas razões. Giddens (2004) conceptualiza a acção humana através de um modelo estratificado que permite distinguir a monitorização reflexiva da

³¹ Heaphy (2007: 91) identifica a mediação como elo de ligação de todo o trabalho de Giddens: “his analysis of structuration is focused on how structure and agency mediate each other; his analysis of late modernity foregrounds how electronic communications mediate global and local experience; his analysis of self in late modernity focuses on how mediating expert systems generate resources for self-identity; and his analysis of intimacy emphasizes how relationships are mediated in the sense of their negotiation according to an egalitarian ideal.”

acção (conhecimento que os agentes têm relativamente ao que fazem), da racionalização da acção (razões para agir de determinada forma) e ainda da motivação da acção (que pode ou não ser consciente). A reflexividade implica, neste sentido, a monitorização da acção (dos próprios indivíduos e dos outros) e do contexto mais vasto em que essas acções têm lugar.

Embora esta monitorização evidencie a intencionalidade como traço rotineiro da acção humana, isso não significa que os actores tenham sempre objectivos conscientemente definidos no decurso das suas práticas. Na realidade, as condutas humanas assentam também, de acordo com o autor, no conhecimento tácito mobilizado para a acção, mas sobre os quais os actores geralmente não se pronunciam discursivamente. É neste sentido que Giddens distingue três níveis de consciência: inconsciente, consciência prática e consciência discursiva. A conduta humana pode ser motivada por fins dos quais os indivíduos não estão conscientes, mas pode também ser moldada ao nível da consciência prática (acção organizada por rotinas) ou ainda da reflexividade discursiva, mediante a qual os actores justificam as suas razões para agirem de determinada forma³².

Giddens destaca sobretudo a consciência reflexiva como característica de toda a acção humana, sem deixar, contudo, de fazer também referência a aspectos não conscientes das condutas individuais. Na realidade, de acordo com o autor, nem todos os efeitos da acção humana são pretendidos pelo indivíduo, podendo traduzir-se em consequências não intencionais da acção que se tornam condições para acções futuras. No fundo, para Giddens, os actores têm noção do que fazem, mas podem não saber o que fizeram realmente, no sentido em que o conhecimento que detêm pode não descrever adequadamente as condições responsáveis pelas suas acções, bem como as ramificações das suas condutas.

4.2. Individualização, fragmentação e desestruturação

As dinâmicas implicadas na modernização reflexiva, tal como descritas por Beck, Giddens e Lash, têm na sua base, em grande medida, a intensificação dos designados processos de individualização. A capacitação da agência a que estes autores se referem significa, acima de tudo, que as condutas individuais assentam, mais do que nunca, na escolha dos agentes que têm, de forma continuada, de produzir livremente as suas biografias. É precisamente nesta noção de universalização da escolha e de auto-produção biográfica que ancora o processo de individualização³³.

De acordo com esta perspectiva, a capacitação dos agentes tem por principal implicação a perda de enquadramento estrutural dos indivíduos. De facto, num contexto de intensas e vincadas

³² De acordo com Giddens, os modelos das teorias da acção racional tendem a sobrevalorizar a importância da consciência discursiva. O autor contrapõe a estas abordagens o facto de uma parte significativa das condutas quotidianas envolverem apenas a consciência prática dos actores, numa acepção próxima ao que Bourdieu preconizava com a noção de sentido prático. O que significa que, segundo Giddens, os actores sabem como fazer determinadas coisas, mas podem não formular esse conhecimento discursivamente.

³³ Para um mapeamento das dinâmicas envolvidas nos processos de individualização, ver também Dortier (2006), Mills (2007) e Molénat (2006).

transformações, tem vindo a ser crescentemente questionada a pertinência e continuidade das estruturas sociais nas sociedades de modernidade tardia ou avançada.

Dos três autores da teoria da modernização reflexiva, Beck foi talvez quem mais enfatizou estes processos na sua tese da individualização (Beck e Beck-Gernsheim, 2006). Reconhecendo não se tratar de um conceito novo em sociologia, o autor pretende com a noção de individualização dar conta do modo como os indivíduos lidam com o intenso fluxo de mudanças sociais, bem como das implicações dessas mudanças nos seus percursos biográficos. Num contexto de modernidade avançada, ou de segunda modernidade, a individualização significa, para Beck, a libertação dos agentes face a constrangimentos sociais e a papéis tradicionais. Este processo ocorre em dois momentos:

...primeiro, a descontextualização e, segundo, a recontextualização dos modos de vida da sociedade industrial substituindo-os por outros novos, nos quais os indivíduos têm que produzir, encenar e montar des próprios as suas biografias. (Beck, 2000a: 13)

A família, a classe, o trabalho ou os papéis de género perderam neste contexto o seu poder de enquadramento, pelo que todo o trabalho de definição identitária passa a ser uma tarefa individualizada. Como afirmam Beck e Beck-Gernsheim (2006: xxii), o indivíduo tornou-se, assim, na unidade básica de reprodução social, constituindo a individualização a própria estrutura social da segunda modernidade. É verdade que Beck se reporta a dinâmicas de recontextualização, procurando clarificar que a individualização não ocorre num vazio institucional. Contudo, o que o autor pretende transmitir não é a ideia de integração institucional, mas antes a noção de que as instituições centrais da sociedade moderna se encontram crescentemente engrenadas nos indivíduos e não tanto em colectividades. É neste sentido se refere a um “individualismo institucionalizado”³⁴.

Algumas das ideias centrais de Beck, nomeadamente no que diz respeito ao processo de individualização, são partilhadas por Bauman, outro autor que tem dedicado grande parte do seu trabalho à análise da mudança nas sociedades contemporâneas. Bauman (2006) concebe a contemporaneidade como um período de *modernidade líquida* para designar a fragmentação e desagregação de instituições como a família, as classes sociais ou o trabalho. Uma das principais demarcações face a Beck reside no facto de se reportar a dinâmicas de descontextualização que não são seguidas por processos de recontextualização (Bauman, 2001: 41-56, 140-52; 2006: 30-8).

There is no prospect of a ‘final re-embeddedness’ at the end of the road; being on the road has become the permanent way of life of the (now chronically) disembedded individuals. (Bauman, 2001: 146)

³⁴ Respondendo a críticas à sua abordagem, que se centram sobretudo na discordância face à perspectiva que preconiza o declínio das classes (Atkinson, 2007b), Beck (2007) procurou recentemente clarificar a noção de individualização com base nos seus trabalhos sobre o cosmopolitismo (2006). De acordo com o autor, a individualização deve ser entendida como um processo macro-estrutural, observável a partir, não das condutas individuais, mas do modo como o Estado concebe os sujeitos, nomeadamente no que diz respeito à emergência de legislação, direitos e regulações do mercado de trabalho direccionados para os indivíduos e não para colectividades. As considerações que Beck faz a este respeito não alteram, contudo, o essencial do seu argumento.

De acordo com Bauman, a solidez que caracterizava as estruturas sociais tradicionais foi substituída pela fluidez de opções disponíveis para os agentes construírem as suas identidades. “Needing to *become* what one *is* is the feature of modern living” (*idem*: 144) A responsabilidade de produção biográfica é atribuída aos indivíduos que, desintegrados de laços e referências estruturais “solidificadas”, enfrentam sentimentos permanentes de insegurança e indefinição.

O objectivo da discussão de determinados elementos dos trabalhos de Beck e Bauman é o de destacar a centralidade que é atribuída à reflexividade nos processos de mudança das sociedades contemporâneas. As noções de reflexividade, individualização, fragmentação, desestruturação, desinstitucionalização e desintegração são mobilizadas continuamente nos discursos destes autores, bem como nos trabalhos de Giddens e Lash. Não necessariamente como sinónimos, mas as conexões estabelecidas entre elas revelam as suas implicações mútuas, por remeterem para os mesmos processos de transformação social.

4.3. Notas críticas

Para levar a cabo uma análise centrada da reflexividade individual é fundamental atender aos contributos das abordagens que atribuem um papel central às deliberações reflexivas em contextos de intensos fluxos de mudança. Estas perspectivas não deixam, contudo, de colocar um conjunto alargado de problemas cruciais à definição e operacionalização do conceito. As suas implicações podem ser sintetizadas nos seguintes pontos.

1) A complexidade imputada às sociedades contemporâneas conduz, por vezes, a uma certa simplificação do passado e de formas sociais anteriores (Alexander, 1996). Apesar de surgir habitualmente associada ao contexto da modernidade, é importante ter presente que a individualização não é exclusiva das sociedades contemporâneas, nem é necessariamente um produto das mesmas. Como afirma Norbert Elias (2004: 81), não existe um “grau zero” de individualização em formas humanas de organização societal: “*A sociedade não só é o igualador e tipificador mas também o individualizador*”. Em 1893 já Durkheim (1984) se referia a estes processos, a propósito da divisão do trabalho^{35 36}. O que Beck, Giddens, Lash e Bauman, pretendem sobretudo destacar é o facto de ser em sociedades altamente diferenciadas, de modernização reflexiva, que este processo mais se acentua. Mas nas comparações entre formas sociais de épocas históricas diferentes tendem, por vezes, a minimizar o efeito dos processos de individualização em sociedades prévias às de modernidade tardia.

³⁵ Ver também Durkheim (2001) para a relação entre individualização e suicídio.

³⁶ Para uma reflexão em torno das abordagens de Durkheim e Elias a este respeito ver Resende (2001).

Apesar de a contemporaneidade não ser entendida pelos autores referidos como um modo de organização social em ruptura com configurações sociais anteriores, as sociedades de modernidade tardia (ou de segunda modernidade) são apresentadas em acentuado contraste com as sociedades tradicionais ou até, em menor grau, com as sociedades de modernidade simples ou de primeira modernidade, particularmente no que diz respeito ao papel da reflexividade. A forma como as sociedades e os indivíduos se pensam a si mesmos é indissociável, de acordo com estas abordagens, da centralidade que o conhecimento e a informação passaram a assumir. Este argumento conduz à noção de que em formações sociais anteriores a reflexividade (societal e individual) era inexistente, ou o seu papel era reduzido, porque as condições sociais de forte integração e de confiança nos laços sociais não seriam favoráveis ao seu desenvolvimento. Mesmo admitindo o seu incremento nas sociedades de modernidade tardia, a reflexividade não deve ser pensada apenas por relação ao conhecimento e à informação da contemporaneidade.

A alternativa proposta por Lash de uma reflexividade estética, como complementar a uma dimensão cognitiva dos processos reflexivos assente no conhecimento, não soluciona este problema. Como afirma Giddens (2000b: 186), é difícil conceber um tipo de reflexividade assente numa economia de signos que actua independentemente dos símbolos cognitivos.

Existe, sem dúvida, uma ligação importante entre deliberações reflexivas e conhecimento, mas restringir a definição alargada de reflexividade a determinadas condições sócio-históricas é limitativo e não permite dar conta de todas as dimensões do conceito. As relações sociais, independentemente do seu contexto temporal, estão permeadas por mecanismos de reflexividade. A análise que Norbert Elias (2006) faz, em 1939, do processo civilizacional é disso um claro exemplo. O autor evidencia inúmeras situações de negociação e de auto-controlo relativamente a práticas quotidianas cujos moldes se têm vindo a alterar substancialmente.

2) Fica implícito nas abordagens da modernização reflexiva e da individualização que reflexividade implica mudança. Embora os dois conceitos não sejam necessariamente tratados como sinónimos, os seus significados por vezes confundem-se nos argumentos destes autores. Quando se referem à capacitação da agência que o incremento de reflexividade proporciona reportam-se ao facto de os agentes poderem conceber acções afastadas daquilo que são as suas condições estruturais. Ou seja, os indivíduos podem “fazer diferente” no sentido de não estarem constrangidos estruturalmente e de não terem, assim, orientações pré-definidas.

Mas porque é que a capacidade de mudar tem de ser um corolário directo de saber mais e de ter mais escolhas disponíveis? O auto-conhecimento pode, de facto, proporcionar, em determinadas circunstâncias, vontade e competências para transformar aspectos das vivências individuais, no sentido em que dota os agentes da capacidade de se analisarem a si mesmos e às suas condições

sociais e de reconhecerem a existência de outros caminhos possíveis³⁷. Mas não é sempre esse o caso. Reflexividade, capacitação da agência e mudança não podem ser entendidas como sinónimos, ainda que possam, em determinadas situações, estar associadas. Reflectir sobre uma determinada questão das suas vidas não conduz necessariamente os indivíduos a agir sobre ela e alterá-la. Até porque isso não ocorre num vazio social. Essas mudanças só podem ser concretizadas fazendo uso dos recursos estruturais de que os agentes dispõem e atendendo aos contextos por onde eles se movem.

3) O que conduz a outra importante limitação destas abordagens, que diz precisamente respeito à ausência, ou ao fraco valor atribuído à componente estrutural na explicação da acção. A leitura destas perspectivas sugere, de algum modo, um “jogo de soma nula” na relação entre estrutura e agência: o incremento de uma implica o enfraquecimento da outra. Em contexto de modernidade tardia prevalece a capacitação da agência face a uma estrutura fraca. Nas sociedades tradicionais a situação era inversa: enquadramentos estruturais fortes e fraca capacidade agencial. Os poderes causais da estrutura e da agência não podem, neste sentido, coexistir; é necessário escolher entre a preponderância de uns ou de outros: “Modernity replaces the *determination* of social standing with a compulsive and obligatory self-determination.” (Bauman, 2001: 145)

De acordo com estas perspectivas, a auto-produção biográfica assenta em escolhas e decisões desconectadas da disponibilidade de recursos para concretizá-las. Esta tem sido, aliás, uma das críticas mais comuns às abordagens da modernização reflexiva e da tese da individualização³⁸. A experiência individual é universalizada, não sendo feita uma diferenciação das vivências individuais de acordo com o seu enquadramento estrutural. As mudanças sociais afectam, no fundo, de forma indiferenciada, todos os indivíduos. Alguns autores referem-se, neste âmbito, à universalização da experiência das classes médias, particularmente evidente no trabalho de Giddens (Atkinson, 2007a; Savage, 2000; Skeggs, 1997, 2004).

As abordagens da individualização e da modernização reflexiva reconhecem a existência de desigualdades sociais. É nesse sentido que, por exemplo, Lash e Bauman se reportam, embora de formas distintas, a dois grupos sociais polarizados: os vencedores e os perdedores³⁹. Beck preconiza a

³⁷ É verdade que Beck (Adam, Beck and Loon 2005: 218) reconhece que nas sociedades contemporâneas o acréscimo de risco cria um ambiente de impotência que pode conduzir à inacção. Giddens também se refere a uma atmosfera geral de impotência, na medida em que os indivíduos podem sentir que não têm controlo sobre o mundo. Mas mesmo neste tipo de enquadramento social, permeado pelo risco e pela incerteza, os indivíduos têm sempre de efectuar escolhas e de produzir as suas próprias biografias; são forçados a isso. Portanto, estas considerações não alteram substancialmente o essencial do foco analítico de ambos os autores quanto à capacitação da agência. Os sujeitos de Beck e Giddens não são inactivos, mas criadores das suas trajectórias.

³⁸ Ver, por exemplo, Adams (2007, 2008), Adkins (2003), Atkinson (2007a, 2007b, 2007c, 2008), Bendle (2002), Brannen e Nilsen (2005), Devine et al. (2005), Duncan (2011), Gilding (2010), Hay, O’Brien e Penna (1996), Heaphy (2007), McNay (1999), Savage (2000) e Skeggs (2004).

³⁹ Lash (2000:123-130) fala de vencedores e perdedores da reflexividade em termos de acesso às estruturas comunicacionais e informacionais. Bauman (2001: 114-122) reporta-se a estes dois grupos por referência ao acesso ao consumo, à mobilidade, aos recursos económicos e a oportunidades de vida.

classe social como uma categoria *zombie*⁴⁰, mas reforça a importância das crescentes desigualdades sociais como um efeito do intenso fluxo de mudanças sociais: “the end of social classes is not the end of social inequality, but the beginning of radicalized inequalities” (Beck, 2007: 680). De acordo com Giddens (2000b: 177):

Nalgumas circunstâncias, a expansão de reflexividade é libertadora. A outros respeito, e numa diversidade de contextos, produz o contrário: uma intensificação da estratificação. Lash tem muita razão em enfatizar este ponto. A crescente liberdade para alguns, regularmente, é acompanhada, ou é mesmo causa, de maior opressão para outros.⁴¹

Mas, para estes autores, as desigualdades não se encontram distribuídas e materializadas em grupos sociais como em fases históricas anteriores. A fluidez e movimento das estruturas não proporciona a ocupação de posicionamentos estáticos como sugere a noção de uma estrutura de classes; promove antes posições sociais ambivalentes, precárias, permanentemente sujeitas a mudança e realocações⁴².

A tendência para sobre-enfatizar a capacidade agencial dos sujeitos face aos poderes causais das estruturas é, contudo, contrariada por vastos conjuntos de trabalhos empíricos que confirmam a permanência do poder enquadrador de estruturas sociais tradicionais, como a classe, a família ou o género. Em Portugal tem sido desenvolvido um importante corpo de trabalho cujos resultados apontam precisamente nesse sentido. Mas fazem-no sem, por outro lado, descurar a dimensão agencial das práticas. Existe aliás uma forte tradição na sociologia portuguesa de combinar e complementar a componente estrutural com a agência individual na análise dos fenómenos sociais, seja a respeito das desigualdades em termos mais gerais (Carmo, 2010; Costa, 2012; Pinto e Pereira, 2008), ou especificamente em relação às classes sociais (Costa et al., 2000; Costa, Machado e Almeida, 2007; Estanque, 2000; Pereira, 2005; Pinto e Queirós, 2010), à literacia e qualificações formais (Ávila, 2007, 2008; Benavente et al., 1996; Costa e Ávila, 1998; Costa, Machado e Ávila, 2007; Gomes, 2003, 2005), às questões de género (Aboim, 2010; Guerreiro, Torres e Capucha, 2007; Pereira, 2012; Torres, 1996, 2002), à juventude (Pais, 1993; Pais, Bendit e Ferreira, 2011), à etnicidade (Machado, Roldão e Silva, 2011; Pires, 2003), a estilos de vida (Mauritti, 2011), a práticas culturais (Lopes, 2000; Lopes et al., 2010) ou a processos identitários (Costa, 1999). Na última década surgiram também diversas pesquisas, sobretudo no Reino Unido, assentes na matriz teórica de Pierre Bourdieu que elaboram uma crítica empiricamente fundamentada aos princípios das

⁴⁰ Ou seja, como uma realidade que já não existe, mas que continua a ser conceptualizada na sociologia (Beck e Beck-Gernsheim, 2006: 202-213).

⁴¹ O posicionamento de Giddens a este respeito é mais ambivalente do que o dos restantes autores, particularmente se a sua obra prévia (1981, 2004) for tida em conta (Alexander, 1996; Bagguley, 2003). Ainda assim, nos seus trabalhos mais recentes (2000a, 2001), prevalece também a noção de que as classes sociais perderam o seu poder enquadrador (Atkinson, 2007a).

⁴² Esta concepção é criticada por autores como Atkinson (2008: 7) e Gane (2001: 273) que se reportam, em particular, à abordagem de Bauman. Apesar da ênfase atribuída à fluidez, a visão polarizada de vencedores e perdedores deste autor aponta para diferenças rígidas de classe.

abordagens da modernização reflexiva (Atkinson, 2010e; Bennett et al., 2009; Devine et al., 2005; Savage, 2000; Skeggs, 2004).

De acordo com estes autores, não significa que as estruturas sociais não tenham sido alvo de mudança. O que estes trabalhos permitem perceber é que o papel que estruturas como a classe social desempenham na definição das vivências individuais persiste, mesmo admitindo que essa influência possa ocorrer em novos moldes. A complexidade das estruturas sociais não pode ser reduzida à polarização entre vencedores e perdedores. Admitindo, no sentido de Giddens, que a monitorização reflexiva da acção é parte integrante das práticas, não faz sentido pensar, como Lash, que uma subclasse de agentes se encontra excluída do exercício da reflexividade.

Muitas vezes a crítica efectuada aos processos de desestruturação a que os autores da modernização reflexiva se referem tende a reproduzir os próprios princípios com que discorda. É o caso do trabalho de Atkinson (2010a, 2010c, 2010d, 2010e) que ao criticar a ênfase excessiva atribuída à capacidade agencial dos sujeitos, tende para o outro extremo do “jogo de soma nula” na relação entre estrutura e agência. Uma das principais conclusões da sua investigação é que a reflexividade dos sujeitos consiste numa “falsa reflexividade”: uma sociologia espontânea produzida pela consciência prática dos indivíduos, que cria a ilusão de conhecimento, mas que não consegue conceber os reais efeitos causais dos enquadramentos estruturais. Isto porque consiste na mera consideração das opções disponíveis previamente delimitadas pelo campo de possibilidades objectivas. Ou seja, não são opções abertas e ilimitadas e as deliberações sobre as decisões a tomar não consideram de forma consciente todos os factores que podem intervir na acção. Os agentes de Atkinson são, no fundo, os agentes de Bourdieu.

A crítica que Atkinson (2007a, 2007b, 2007c, 2008, 2010a) faz a uma concepção enfraquecida das estruturas, presente nas abordagens da modernização reflexiva, assume toda a pertinência, mas não tem de ter como corolário o seu oposto, isto é, o enfraquecimento da capacidade agencial dos sujeitos. Não existe fundamentação empírica para que estrutura e reflexividade não possam ser pensadas conjuntamente, como participando no mesmo processo de definição das condutas humanas. Nem Beck, Giddens, Lash e Bauman, por um lado, nem os seus opositores como Atkinson, por outro, demonstraram e fundamentaram devidamente essa impossibilidade.

Os processos de individualização não são incompatíveis e são, aliás, simultâneos com dinâmicas contínuas de integração e reintegração, o que contraria perspectivas que concebem os indivíduos como se encontrando perdidos e isolados sem qualquer tipo de referentes simbólicos. Com o enfraquecimento dos laços tradicionais deixou de se poder pensar numa pertença única e unívoca dos indivíduos a um grupo social. Como apontam autores como Bernard Lahire (2002a, 2004a) e Gilberto Velho (1986, 1987, 1994), as identidades tendem, cada vez mais, a derivar de uma conjunção variada de pertenças, identificações e diferenciações – consoante as relações sociais em que estão inseridos – que podem mesmo contradizer-se. Os indivíduos não possuem, assim, uma identidade fixa, essencial e

permanente, mas historicamente construída num processo contínuo e inacabado (Pinto, 1991)⁴³.

A capacitação da agência não ocorre num vazio institucional, mas inscreve-se em contextos dinâmicos de plurisocialização que constroem e simultaneamente possibilitam a acção humana. Como afirma Gilberto Velho (1987: 25), “o processo de individualização não se dá fora de normas e padrões por mais que a liberdade individual possa ser valorizada”.

4) A capacitação da agência possibilitada pelas sociedades de modernização reflexiva pressupõe indivíduos libertos, livres para escolher, decidir e produzir as suas biografias. É, contudo, difícil conciliar esta ideia com a outra face destes processos de mudança que gera indivíduos isolados que enfrentam com esforço a imprevisibilidade e os efeitos negativos das novas configurações sociais.

Por um lado, podemos facilmente discernir muitas oportunidades novas que, potencialmente, nos libertam das limitações do passado. Por outro, quase por toda a parte, vemos a possibilidade de catástrofe. (Giddens, 2000b: 175)

A reflexividade é apresentada como liberdade, mas simultaneamente como algo que vitimiza os agentes, no sentido em que os mesmos são forçados a ser reflexivos. Beck afirma mesmo que os indivíduos são vítimas da própria individualização (Beck, Bonss e Lau, 2003: 24). É difícil compreender como a noção de indivíduos em controlo das suas vidas pode ser compatibilizada com a de um mundo hostil povoado por perigos que fogem ao controlo dos agentes. O mesmo em relação à ideia de actores simultaneamente capacitados e vítimas. Faz sentido pensar que os indivíduos se sintam incertos e inseguros quanto aos caminhos a tomar face a um leque alargado de opções. Menos perceptível é a noção de que os agentes, tendo mais controlo sobre si mesmos, vivam num mundo fora de controlo. Giddens ainda recorre à ideia de consequências não intencionais da acção para dar conta de resultados não esperados das práticas, mas Beck, Lash e Bauman nunca esclarecem este paradoxo.

Na origem desta questão está, no caso particular de Beck, a mobilização de um conceito de reflexividade despojado do seu real significado. Para o autor,

‘Reflexive’ does *not* mean that people today lead a more conscious life. On the contrary. ‘Reflexive’ signifies not an ‘increase of mastery and consciousness, but a heightened awareness that mastery is impossible’ (Latour, 2003). (Beck, Bonss e Lau, 2003: 3)

Trata-se de uma utilização ambígua do conceito que leva a questionar os ganhos que o mesmo pode trazer para a compreensão dos processos de mudança da modernidade (Donati, 2010).

5) Uma das principais fragilidades das teorias da individualização e da modernização reflexiva é a sua fraca fundamentação empírica.

⁴³ Alguns autores, na sequência destas transformações, falam mesmo em surto (Wieviorka, 2002) ou proliferação e multiplicação (Costa, 2002) das identidades culturais que, ao invés de se esbaterem ou desintegrarem, tendem a acentuar-se e diversificar-se.

...the individualisation thesis has become so commonly accepted in the social sciences that it is neither tested nor operationalised adequately through appropriate research designs and conceptualisation. (Brannen e Nilsen, 2005: 413)

Diversos estudos têm vindo a contrariar os fundamentos destas teorias precisamente através da sua operacionalização e verificação empírica (Adams, 2007: 51-52). As conclusões destes trabalhos apontam fundamentalmente para a importância que as estruturas sociais mantêm nos processos identitários e na organização das vivências individuais e sociais (Atkinson, 2010a, 2010c, 2010d, 2010e; Brannen e Nilsen, 2005; Mills, 2007; O'Connor, 2006; Phillips e Western, 2005; Plumridge e Thomson, 2003; Skeggs, 2004).

Para além da ausência de fundamentação empírica, é também preciso assinalar que as abordagens de Beck, Giddens, Lash e Bauman remetem, em grande medida, para mudanças de larga escala observáveis sobretudo em determinados contextos nacionais, cuja transposição para estudos empíricos em realidades sociais concretas nem sempre é fácil, nem pode ser feita de forma directa. Os conceitos não são a-históricos, nem podem ser aplicados de forma descontextualizada. Os trabalhos empíricos que têm vindo a ser feitos em Portugal, já citados, que contrariam o enfraquecimento dos enquadramentos estruturais, são um claro exemplo de como as propostas dos autores da modernização reflexiva devem ser matizadas contextualmente. A singularidade do caso português, caracterizada pela coexistência de traços de modernidade avançada e défices de modernização (Almeida, Costa e Machado, 1994; Almeida et al., 2000; Machado e Costa, 1998), não pode ser analisada nos mesmos parâmetros mobilizados para o estudo das configurações estruturais que estão na base da teoria da modernização reflexiva. É preciso pensar a pertinência dos conceitos e propostas analíticas à luz da especificidade do objecto de análise, procedendo para isso a adaptações e recorrendo a perspectivas complementares que permitam dar resposta às particularidades contextuais. É também por isso que o trabalho empírico é tão importante.

As fragilidades enumeradas colocam algumas limitações à mobilização destas abordagens na operacionalização do conceito de reflexividade individual. Mas a sua discussão não deixa, contudo, de ser enriquecedora por definir uma plataforma a partir da qual se podem pensar, em concordância ou em desacordo com alguns elementos, as dinâmicas de mudança na contemporaneidade e o papel que a reflexividade aí assume.

O principal contributo parte de Giddens, sobretudo pelo seu trabalho prévio à análise das transformações sociais, no qual desenvolveu ideias fulcrais como aquela que prevê a existência de diferentes níveis de consciência e a que concebe a monitorização reflexiva da acção como parte integrante da conduta humana.

Mas a importância destas abordagens reside sobretudo no facto de posicionarem a reflexividade (independentemente de ser causa ou efeito) no centro da análise dos processos sociais.

Para além disso, permitem pensar no impacto profundo que mudanças ao nível sistémico podem ter no modo como as vivências individuais estão organizadas.

No capítulo seguinte, com a discussão da proposta de Margaret Archer, fica mais claro o modo como o conceito de reflexividade individual pode ser operacionalizado tendo em vista a realização de pesquisa empírica, incorporando, de forma crítica e selectiva, elementos das abordagens da modernização reflexiva, nomeadamente no que diz respeito aos processos de mudança social.

CAPÍTULO V: REFLEXIVIDADE E CONVERSAS INTERNAS

Como se viu nos pontos anteriores, é possível identificar em diferentes abordagens e correntes de análise sociológica a problematização do modo como os indivíduos pensam sobre si mesmos e sobre as suas condições sociais, independentemente de a referência à reflexividade surgir de forma mais ou menos explícita, por vincada ênfase ou por ausência intencionada⁴⁴. A presença notória desta noção na teoria sociológica pode ser compreendida pelo facto de remeter para um problema central: o da relação entre estrutura e agência. Ainda assim, e mesmo reconhecendo a popularidade que o conceito tem vindo a assumir nos últimos 20 anos – particularmente nas abordagens da mudança social das sociedades modernas, como se viu anteriormente –, na realidade, só recentemente surgiu uma proposta de operacionalização efectiva, sociologicamente ancorada e fundamentada, da noção de reflexividade.

A possibilidade de análise sociológica da reflexividade individual tem vindo a ser explorada e explicitada por Margaret Archer, particularmente nas suas últimas obras (2000, 2003b, 2007a, 2010b, 2010c, 2010d). Esta proposta, enquadrada nos princípios do realismo crítico, tem por base o trabalho prévio que a autora desenvolveu naquilo que designou por abordagem morfogenética (1982, 2003a, 2007b). Na medida em que esta análise define as condições de possibilidade do estudo da reflexividade em sociologia, é importante compreender as suas fundações.

A abordagem morfogenética parte da preocupação de Archer em ligar estrutura e agência sem incorrer em práticas de reducionismo ou de confluência⁴⁵. Uma parte importante da sua obra consiste, aliás, na crítica e demarcação face a três tipos diferentes de confluência. O primeiro, designado por confluência *ascendente*, e associado sobretudo ao individualismo metodológico e à teoria da acção racional, apresenta a estrutura social como um conjunto de relações interpessoais, sendo a realidade constituída pela acção agregada dos indivíduos. Os autores que incorrem no tipo de confluência *descendente*, como os estruturalistas ou os culturalistas, tendem, por outro lado, a reificar as estruturas sociais, concebendo as acções individuais como meras emanações estruturais. Mas é ao terceiro tipo de confluência, a *central*, que Archer dedica mais atenção, criticando o modo como estrutura e agência são consideradas numa lógica de fusão e interdependência. A autora demarca-se em particular das abordagens estruturacionistas de Pierre Bourdieu e de Anthony Giddens, argumentando que a constituição mútua da estrutura e da agência impede que a interacção entre ambas seja analisada⁴⁶.

Considerando-as duas entidades distintas e autónomas, Archer propõe, em alternativa, a noção de dualismo analítico para problematizar a relação entre estrutura e agência, sustentando o primado

⁴⁴ Ver também Tsekeris (2010), e Tsekeris e Katrivesis (2008).

⁴⁵ E sem deixar de promover a consistência interna entre ontologia social, metodologia interpretativa e teorização social prática (Archer, 2003a, 2003b, 2007a).

⁴⁶ Embora seja aqui discutível se os dois autores podem, de facto, ser colocados ao mesmo nível de confluência, já que, como se viu nos capítulos anteriores, tendem a atribuir pesos diferenciados à causalidade estrutural e à componente agencial.

ontológico da primeira sobre a segunda. Embora, tal como Giddens e Bourdieu, reconheça a relação de interdependência entre ambas – na medida em que sem pessoas não existiriam estruturas e vice-versa⁴⁷ –, considera, por outro lado, que estrutura e agência operam em diferentes escalas de tempo.

O processo de estruturação social é descrito pela autora através do recurso ao que designou por ciclo morfogenético, consubstanciado em três fases distintas: condicionamento estrutural, interação social e elaboração estrutural. Significa, portanto, que (1) os indivíduos enfrentam e interagem em enquadramentos sociais pré-existentes, que têm o poder de constringer e capacitar as suas condutas, sendo que (2) do processo de interação (condicionado, mas não determinado) com outros indivíduos (3) resulta a transformação da estrutura inicial. Quando estas dinâmicas sociais originam reprodução e não mudança estrutural, Archer utiliza a designação de morfoestase. O cariz cíclico destes processos é explicado pelo facto de a estrutura resultante enquadrar um contexto similar de acção para os agentes futuros e a estrutura inicial pré-existente ser, ela própria, o resultado da elaboração estrutural gerada pela acção de agentes anteriores.

Daqui resulta uma visão em linha com os princípios centrais do realismo crítico: a natureza estratificada da realidade social (ao nível ontológico, mas também temporal), os mecanismos causais e a emergência de novas propriedades tendo por base propriedades já existentes (princípio da emergência). Esta abordagem ancora numa dimensão temporal que permite pensar a estrutura como sendo anterior à agência, tendo autonomia face à mesma e exercendo uma influência causal na acção subsequente através das suas propriedades emergentes.

Se a referência à antecedência estrutural significa que a estrutura condiciona a agência, predispondo-a a diferentes cursos da acção, não se pode, por outro lado, falar de determinação, na medida em que, de acordo com Archer, qualquer forma de condicionamento está sujeita à avaliação reflexiva dos agentes devido às suas propriedades emergentes de auto-consciência e auto-monitorização. No fundo, os poderes causais das estruturas são mediados pela agência humana.

Em síntese, estrutura e agência constituem estratos distintos da realidade social e detêm propriedades diferentes. Perceber a interação entre ambas implica analisar a relação entre estes dois tipos de poderes. Daqui decorrem duas implicações: é necessário compreender quer a forma como os poderes estruturais condicionam os agentes, quer a utilização que os indivíduos fazem dos seus poderes causais em contextos sociais concretos.

A resposta a estas questões é dada por Archer com recurso às noções de constringimento e capacitação das estruturas face às acções individuais. Para que as estruturas tenham eficácia causal é necessário que estejam enquadradas numa relação em que possam colocar obstáculos ou auxiliar os

⁴⁷ Archer (1982: 456) aponta dois aspectos comuns à teoria da estruturação (Giddens, 2000c, 2004) e à abordagem morfogenética. Ambas reconhecem que (1) a padronização estrutural assenta nos processos de interacção e que (2) as práticas sociais são moldadas por condições não reconhecidas da acção, gerando consequências não intencionais que formam os contextos da acção subsequente.

projectos individuais⁴⁸. A activação dos poderes causais depende sempre da forma como as propriedades emergentes das pessoas são mobilizadas, ou seja, do modo como os agentes interpretam e avaliam as suas circunstâncias sociais, mobilizam os recursos disponíveis, procuram soluções e optam por um determinado curso de acção. Caso contrário, os constrangimentos e as capacitações não são exercidos. Deve, portanto, ser mantida uma distinção clara entre propriedades estruturais e o exercício dos seus poderes causais.

São três os elementos que permitem perceber como se concretiza a influência causal das estruturas sociais: (1) a causalidade só é activada pela existência de projectos humanos; (2) os factores estruturais constroem ou capacitam com base nas relações de congruência ou incongruência com os projectos individuais; (3) e a eficácia causal das estruturas depende das deliberações reflexivas dos agentes.

O objectivo central de Archer, com o desenvolvimento da abordagem morfogenética, é criar as condições teóricas e operatórias fundamentais para a análise da relação entre estrutura e agência, sem as confluir. E é nesta separação analítica que ancora o estudo sociológico da reflexividade individual. A confluência da estrutura e da agência, de acordo com a autora, compromete a conceptualização e operacionalização do conceito de reflexividade, já que a deliberação reflexiva exige uma separação clara entre sujeito e objecto para que a interacção entre ambos possa ser analisada.

O conceito de reflexividade, tal como é trabalhado por Archer, refere-se então aos diálogos intra-individuais com base nos quais as pessoas equacionam as opções face às suas circunstâncias sociais e optam por agir de determinada forma.

... 'reflexivity' is the regular exercise of the mental ability, shared by all normal people, to consider themselves in relation to their (social) contexts and vice versa. Such deliberations are important since they form the basis upon which people determine their future courses of action – always fallibly and always under their own descriptions. (Archer, 2007a: 4)

Para uma melhor compreensão dos aspectos que compõem esta definição importa percorrer um conjunto de elementos de caracterização da reflexividade individual, tal como conceptualizada por Archer.

5.1. Vida interior e diálogos internos

O reconhecimento da vida interior dos sujeitos é um dos aspectos mais importantes da abordagem de Archer. Outros autores reconheceram-na também, contudo, sem a operacionalizarem ou a incorporarem necessariamente na análise dos fenómenos sociais. Analisar sociologicamente a reflexividade individual implica ter em conta o domínio mental em que ela ocorre.

⁴⁸ Segundo Archer (2007a: 7), estes projectos implicam a prossecução de um fim, mais ou menos definido, bem como a identificação, mesmo que imprecisa, das formas possíveis de concretizá-los.

A vida interior é apenas conhecida pelos próprios sujeitos que a vivem, na sua subjectividade. O domínio de privacidade mental a que Archer se reporta é composto, no fundo, pelas actividades da mente de que o sujeito está consciente. Este espaço interior é vivido na primeira pessoa, sem que dele decorra qualquer tipo de manifestação exterior. Um aspecto fundamental na sua caracterização é que não consiste meramente na observação interior que os sujeitos fazem de si mesmos. Archer, na esteira da corrente pragmatista⁴⁹, propõe substituir a noção de introspecção pela de conversa interna. Esta mudança conceptual significa passar de uma ideia passiva do sujeito como observador/observado, que se limita a ver o que espontaneamente e de forma contingente compõe a sua vida mental, para uma concepção em que os indivíduos têm um papel activo, dialogando permanentemente consigo mesmos na definição das suas crenças, objectivos e deliberações.

Este diálogo corresponde ao que Archer designa por conversa interna.

The 'internal conversation' is a personal emergent property (a PEP) rather than a psychological 'faculty' of people, meaning some intrinsic human disposition. This is because inner conversations are relational properties, and the relations in question are those which obtain between the mind and the world. (Archer, 2003b:94)

O principal pressuposto desta noção é o de que um individuo pode ser simultaneamente sujeito e objecto de si mesmo. As conversas internas consistem nos diálogos em que, interiormente, as pessoas definem e clarificam crenças, atitudes e objectivos, avaliam as suas circunstâncias sociais e definem projectos com base nas suas preocupações centrais. E fazem-no colocando questões a si mesmas e respondendo, num diálogo alternado entre sujeito e objecto. É este processo que Archer considera ser a prática da reflexividade.

Em síntese, as conversas internas podem ser caracterizadas por três elementos fundamentais. São *interiores*, na medida em que ocorrem, em silêncio, no espaço de privacidade mental, não são directamente observáveis a partir do exterior e não têm necessariamente manifestações comportamentais. Apesar da sua existência objectiva, têm uma *ontologia subjectiva* porque assentam num conhecimento experienciado apenas na primeira pessoa⁵⁰. E têm *eficácia causal*, já que as deliberações reflexivas dos indivíduos têm efeitos na realidade e podem conduzir, dessa forma, à transformação do social.

Os diálogos internos diferenciam-se substancialmente das conversas externas pelo facto de não mobilizarem apenas a linguagem como forma de expressão. Símbolos, formas visuais, imagens, emoções e sensações são alguns elementos que compõem também estas conversas. Precisamente porque o diálogo resulta da conversação que os sujeitos têm consigo mesmos, e estes sabem

⁴⁹ Para os fundamentos do pragmatismo que inspiraram o trabalho de Archer, nomeadamente a noção de conversa interna, ver Colapietro (2010), Vandenberghe (2010) e Wiley (1994, 2006, 2010).

⁵⁰ O que contrasta, de acordo com Archer (2003b: 37-38), com outras componentes da realidade que existem na terceira pessoa, sendo que a existência dos objectos ou elementos que compõem essas outras partes do real não dependem do facto de os mesmos serem conhecidos ou experienciados pelos sujeitos. Recorrendo a um exemplo utilizado pela autora, uma montanha existe, mesmo que ninguém por ela caminhe. O mesmo não sucede no que diz respeito às conversas internas.

exactamente aquilo que querem dizer, é frequente a utilização de abreviaturas e atalhos, tornando estes diálogos, de alguma forma, elípticos. A singularidade é outra das características das conversas internas, pelo que cada sujeito tem uma forma única de pensar as suas preocupações, circunstâncias e condutas, ainda que se possa identificar algum grau de padronização pelo facto de os diálogos interiores dependerem, num determinado grau, dos contextos sociais.

Os indivíduos têm o poder de escolher reflexivamente as suas acções, mas não o podem fazer em circunstâncias da sua escolha⁵¹. Neste âmbito, as conversas internas, das quais podem resultar deliberações reflexivas sobre cursos de acção, têm sempre por referência os condicionamentos estruturais, que podem ser activados como constrangimentos ou possibilidades. É neste âmbito que Archer se reporta ao ciclo morfogenético das pessoas, que no fundo mais não é do que o modo como se processam, de forma contínua no tempo e ao longo dos percursos de vida dos sujeitos, os diálogos internos: o *Eu* (presente) dialoga com o *Mim* (passado) projectando e elaborando para o *Tu* (futuro). Esta separação analítica entre diferentes elementos da vida interior dos sujeitos permite compreender como a reflexividade pode ter impacto nas trajectórias individuais, sem perder de vista a importância dos condicionamentos estruturais.

Os diálogos internos ocorrem, de acordo com a autora, em três fases que compõem o esquema dialógico da agência humana: discernimento, deliberação e dedicação. Os sujeitos procuram discernir cursos de acção possíveis, deliberam sobre as implicações (vantagens e desvantagens) de cada uma dessas condutas e tomam uma decisão com base no balanço mental das etapas prévias. É importante destacar que as decisões podem sempre ser reformuladas. Aliás, como Archer destaca, o conhecimento que resulta dos processos de diálogo interior não é infalível, omnisciente, incontestável e incorrigível.

O conhecimento proveniente destas dinâmicas internas traduz-se em auto-conhecimento. Enquanto propriedade relacional que emerge da reflexividade, este saber sobre si mesmo é produzido internamente e não é algo que cada pessoa descobre dentro de si através da introspecção: “Self-knowledge is an accomplishment not a discovery.” (Archer, 2007a:104)

Todas as considerações apresentadas podem conduzir erroneamente à ideia de que conversas internas e reflexividade são sinónimos, duas designações para o mesmo processo. Contudo, deve ser destacado que os diálogos internos não se esgotam nas reflexões dos sujeitos, incorporando igualmente conversas sobre questões que não remetem para crenças, projectos e cursos de acção pensados à luz das circunstâncias sociais envolventes. Nem todas as actividades mentais tomam o sujeito como objecto, nem têm necessariamente de se reportar a pessoas ou aos contextos sociais. A resolução de problemas matemáticos é um dos exemplos de diálogos abstractos dados pela autora

⁵¹ Esta afirmação é bastante próxima de frases célebres de Marx (1963, 1995), tal como destacado no capítulo um.

(2007a: 63). Archer centra-se apenas nas conversas internas como espaço onde decorre a reflexividade⁵².

5.2. Mediação entre estrutura e agência

Precisamente porque a reflexividade é o processo através do qual os indivíduos pensam e deliberam sobre si mesmos na relação que estabelecem com as suas circunstâncias sociais, Archer atribui a esta propriedade pessoal emergente um carácter mediador entre estrutura e agência. A reflexividade, exercida através dos diálogos internos, não só faz a mediação do impacto que as estruturas sociais têm nos agentes, como condiciona também as respostas dos indivíduos nas situações sociais.

Deste modo, os factores estruturais não exercem a sua eficácia causal directamente nos sujeitos. Os poderes sociais não interagem directamente com as propriedades agências, mas antes com os projectos criados pelos agentes.

No decurso dos diálogos internos os sujeitos definem as suas preocupações, projectam cursos de acção e desenvolvem práticas consonantes com as suas prioridades e projectos. A concretização de cursos de acção é assim definida a partir da sequência *preocupações -> projectos -> práticas* (Archer, 2003b: 133; 2007a: 89).

Três aspectos devem ser destacados a partir da conceptualização do poder pessoal da reflexividade. (1) É a constelação singular de preocupações de um indivíduo que assegura a sua identidade pessoal, permitindo diferenciá-lo dos outros sujeitos. (2) Os projectos individuais podem ser alterados com base na sua exequibilidade contextual, o que implica destacar a falibilidade dos objectivos estabelecidos pelos agentes. (3) Grande parte das vezes os sujeitos são activos e não passivos, na medida em que adaptam os seus projectos às práticas que conseguem concretizar, com base nos recursos que detêm e nos contextos em que se movem.

Como se concretiza, então, o processo de mediação? Através de um modelo trifaseado que dá destaque tanto à objectividade como à subjectividade, e que incorpora de forma explícita a sua interacção através do processo de mediação reflexiva, Archer defende que (1) as propriedades estruturais moldam as situações que os agentes confrontam involuntariamente e possuem poderes geradores de constrangimento e de capacitação relativamente (2) às preocupações subjectivamente definidas dos agentes; (3) assim, os cursos de acção são produzidos a partir de deliberações reflexivas dos sujeitos que subjectivamente determinam os seus projectos por referência às suas circunstâncias sociais objectivas (2003b: 135; 2007a: 17).

O modo involuntário de estruturação das circunstâncias sociais dos agentes deriva do princípio de antecedência temporal da estrutura. Archer concebe a importância das deliberações reflexivas dos sujeitos, mas destacando que não pode ser definido subjectivamente qualquer curso de

⁵² A autora (Archer, 2007a: 3) reitera, neste âmbito, a distinção entre acção e acção social proposta por Weber (1995).

acção, uma vez que os agentes se vêem confrontados com factores estruturais, como a distribuição de recursos, que não podem controlar.

Mas a eficácia causal destes factores depende do exercício da reflexividade. Através das dinâmicas de discriminação, deliberação e dedicação, os sujeitos definem e clarificam as suas preocupações, estabelecem prioridades e criam projectos pessoais. Como afirma a autora (2003b: 139), “our subjectively defined concerns, and especially our ultimate concerns, act as a sounding board for our reception of and response to the objective situations that we confront.” Significa, portanto, que a causalidade das estruturas é reflexivamente mediada através daquilo que assume maior importância para os agentes e do conhecimento que os mesmos têm das suas circunstâncias sociais. Da mesma forma que a capacitação de um dado curso de acção implica deliberação reflexiva por parte dos sujeitos, também o efeito de constrangimento da acção requer que os indivíduos activem os poderes causais das estruturas.

É, então, mediante a definição de preocupações e do mapeamento contextual das possibilidades e dificuldades dos factores estruturais, que os indivíduos optam por um curso de acção que seja simultaneamente expressão dos seus projectos e exequível.

De acordo com Archer, deste processo decorre a procura daquilo que designa por *modus vivendi*. Os agentes desejam prosseguir um conjunto satisfatório de práticas que dê resposta aos seus projectos e prioridades, embora circunscrito pelos contextos sociais que as enquadram. A solidez destes *modus vivendi* é indissociável da falibilidade dos compromissos individuais e do auto-conhecimento dos sujeitos.

5.3. Reflexividade e mudança social

Archer considera que a reflexividade é parte integrante (e mesmo condição) de qualquer formação social, não estando, portanto, ausente, em períodos históricos anteriores⁵³. A autora critica abordagens que tendem a estereotipar formas prévias de organização social e que afirmam que nas sociedades tradicionais o seguimento de crenças e normas colectivas assenta sobretudo na acção rotineira, não deixando espaço para a reflexividade individual. Archer contra-argumenta afirmando que as regras e as tradições só são seguidas e adoptadas pelos indivíduos se forem filtradas pela agência humana e pelo sentido contínuo que os sujeitos têm de si mesmos.

Para além disso, a tradição e a rotina não facultam orientações para a acção extensíveis a todo o tipo de situações sociais. Os sujeitos enfrentam a necessidade de efectuarem escolhas e de improvisarem face às contingências de qualquer formação social. A manutenção do aparente equilíbrio das sociedades tradicionais assenta precisamente na capacidade agencial dos indivíduos em encontrarem soluções capazes de ultrapassarem as contradições internas ou lacunas sociais.

⁵³ “No reflexivity, no society” (Archer, 2007a: 25).

Estas considerações não invalidam, contudo, que a extensão e o alcance dos processos de reflexividade individual tenham vindo a crescer, de acordo com Archer, a partir da modernidade. As mudanças sociais das últimas décadas tornaram o exercício da reflexividade necessário em cada vez mais aspectos da vida dos indivíduos. É neste sentido que a autora considera que algumas formas de organização social promovem, mais do que outras, a reflexividade individual; ainda que as deliberações reflexivas sejam condição de existência de qualquer sociedade.

No seu livro mais recente, Archer (2012) dedica especial atenção à crescente centralidade da reflexividade em sociedades em permanente mudança. A autora refere-se ao “imperativo reflexivo” para dar conta da necessidade cada vez mais premente de os indivíduos serem reflexivos em contextos nos quais as orientações sociais perderam a sua eficácia na elaboração de escolhas e na definição de condutas.

A este nível, Archer vai ao encontro dos autores da denominada modernização reflexiva (Beck, Giddens e Lash, 2000). Contudo, a autora critica esta abordagem, identificando um paradoxo no centro da sua conceptualização. O facto de a reflexividade das sociedades contemporâneas implicar auto-monitorização e auto-controlo não parece ser compatível com a caracterização que Giddens faz das sociedades de modernidade tardia como um Jagrená fora de controlo, ou ainda com os riscos e os perigos decorrentes da contemporaneidade identificados por Beck.

É, aliás, a este autor que Archer dirige grande parte das suas apreciações. De acordo com a autora não faz sentido que Beck enfatize na sua abordagem os processos de individualização, sem ter como corolário o incremento da diferenciação pessoal. O próprio conceito de reflexividade de Beck assume contornos um pouco ambíguos. Archer considera que o autor não aborda a reflexividade na real acepção do conceito, na medida em que se reporta apenas à auto-confrontação, não de quem originou os efeitos indesejados da sociedade de risco, mas antes de quem sente as consequências desses efeitos.

Estabelecendo estas diferenciações face à abordagem da modernização reflexiva, Archer destaca, no entanto, duas conclusões importantes dela decorrentes: o declínio da acção rotineira e o aumento do alcance da reflexividade nas sociedades contemporâneas⁵⁴.

Estas noções levam a autora a questionar a pertinência da análise de outro autor. Se se verifica um decréscimo da rotinização, Archer contesta a validade do conceito de habitus desenvolvido por Bourdieu. A abordagem disposicional é particularmente adequada para situações de continuidade contextual, como as que dominam nas sociedades tradicionais. Face a situações sociais em fluxo acelerado de mudança as respostas dadas pelo sentido prático das disposições deixam de ser adequadas. De acordo com a autora, a adaptabilidade do habitus é, assim, colocada em causa por não ser compatível com o aumento da descontinuidade e incongruência contextuais. O próprio conceito de socialização familiar é questionado por Archer (2010c, 2010d, 2012), por considerar que, face às

⁵⁴ De acordo com a autora, é importante destacar que uma não decorre necessariamente da outra.

aceleradas mudanças, o contexto familiar já não é capaz de preparar adequadamente as crianças para as situações, crescentemente inéditas, com que se irão defrontar no seu futuro enquanto jovens e adultos.

Mas tudo isto não significa que Archer esteja de acordo com Beck (2000a: 15) quando este se refere à dissolução de estruturas como a classe social ou a família e às consequentes “biografias faça você mesmo”; nem que concorde com a ideia de Giddens (2000a, 2000b, 2001) de indivíduos mais libertos das influências estruturais; ou mesmo com a noção de indivíduos desintegrados e descontextualizados de Bauman (2001, 2006). A capacidade agencial dos sujeitos não actua em circunstâncias que os próprios escolheram. O intenso fluxo de mudanças sociais a que a autora se refere não tem por implicação o surgimento de vivências individuais desestruturadas. Na linha de Bourdieu, Archer considera que os agentes têm oportunidades de vida diferentes que decorrem dos seus posicionamentos no espaço social. Na contemporaneidade as sociedades atravessam um processo de reestruturação, não de desestruturação. Estas mudanças significam que a reflexividade assume uma centralidade sem precedentes no modo como contribui para moldar as vivências em sociedade; mas sem perder de vista a eficácia causal das estruturas sociais.

5.4. Modos de reflexividade

Tendo por objectivo central compreender como se caracterizam as conversas internas dos sujeitos e perceber se ocorrem de forma similar para todos os indivíduos, Archer (2003b, 2007a) desenvolveu um conjunto de entrevistas aprofundadas, com base nas quais delineou uma tipologia de modos de reflexividade. As investigações levadas a cabo pela autora permitiram concluir que os processos associados à reflexividade individual não são modos homogêneos de deliberação interna, sendo antes exercidos em diferentes modalidades, cuja predominância deriva da relação que as pessoas estabelecem com os seus contextos sociais de origem e com as suas preocupações. Os diferentes tipos de reflexividade, enquanto mecanismos geradores, têm consequências internas para os sujeitos e efeitos exteriores nas dinâmicas sociais. A cada tipo corresponde uma postura face à sociedade, que actua como orientação básica da acção, regulando a relação entre sujeito e contextos sociais e definindo a trajectória dos sujeitos em termos de mobilidade social.

A *reflexividade comunicativa* resulta de conversas internas que exigem confirmação por parte de outros indivíduos, antes de resultarem em cursos de acção específicos. Caracteriza-se por uma forte componente de continuidade contextual, o que significa que os agentes que exercem sobretudo este modo de reflexividade movem-se por meios sociais similares entre si, as suas preocupações são ancoradas nesses contextos e a concretização dos seus projectos resulta em processos de reprodução social (morfoestase). Assumem, neste sentido, uma postura evasiva perante a sociedade e protagonizam dinâmicas de auto-renúncia, no sentido em que abdicam de

oportunidades de vida que implicariam rupturas e descontinuidade contextual e não formulam projectos que extravasam as barreiras dos seus contextos. O que não implica menor grau (ou mesmo ausência) de deliberações reflexivas, já que, como foi referido anteriormente, para as estruturas serem reproduzidas é necessário que os seus poderes causais sejam activados pelos indivíduos. O principal investimento destes agentes é, portanto, o da manutenção das suas condições sociais e das suas redes familiares e de amigos, elas próprias fundamentais para os processos de tomada de decisão. Têm, assim, um importante contributo para a manutenção da coesão social e para a solidariedade intergeracional.

A *reflexividade autónoma* é definida por Archer pelas conversas internas auto-contidas que conduzem directamente à acção, sem necessidade de confirmação por parte de outros sujeitos. Este tipo de deliberações reflexivas predomina em agentes cujos contextos iniciais de vida se caracterizam por algum grau de instabilidade, tendo atravessado diversos períodos de mudança. A descontinuidade contextual que prevalece nos trajectos biográficos destes sujeitos traduz-se na procura de contextos favoráveis à concretização das suas preocupações em projectos, direccionados principalmente para a esfera do trabalho. Assumem, neste sentido, uma orientação estratégica nas suas acções, sendo a auto-disciplina o que caracteriza os seus processos de auto-monitorização. Das condutas destes sujeitos resultam processos de mobilidade social ascendente e, por conseguinte, dinâmicas de morfogénese, que impactam sobretudo no crescimento económico das sociedades.

A *meta-reflexividade* define-se pela crítica reflexiva que os indivíduos fazem às suas próprias conversas internas, o que tende a intensificar o stress pessoal e a desorientação social. As preocupações centrais destes sujeitos são definidas desde muito cedo nas suas vidas e correspondem a ideais culturais e à promoção de valores sociais alternativos. Porque os contextos por onde se movem são, em termos gerais, inadequados à realização das suas preocupações, os percursos de vida destes indivíduos caracterizam-se por algum grau de volatilidade biográfica e social, e por incongruência contextual. As dinâmicas de auto-crítica e de crítica social destes agentes traduzem-se em orientações para a acção subversivas e em processos de auto-transformação que tendem a contribuir principalmente, em termos sistémicos, para o terceiro sector da sociedade.

Por fim, Archer refere-se ainda à *reflexividade fracturada*, embora não a incorpore inteiramente na sua tipologia, na medida em que incluiu neste grupo sujeitos cujas conversas internas não lhes permitem lidar adequadamente com as suas situações sociais. No fundo, os diálogos que têm consigo mesmos contribuem não para a definição de cursos de acção específicos, mas para a desorientação pessoal. Quando este tipo de reflexividade é dominante produz agentes passivos, sem preocupações ou projectos delineados, à mercê dos contextos sociais por onde se movem. O modo fracturado pode assumir um cariz temporário, face a um problema específico, ou pode ser de carácter permanente, embora neste caso se esteja perante indivíduos desintegrados.

É importante referir que uma mesma pessoa pode exercer os quatro modos de reflexividade desta tipologia, como aliás Archer verificou no conjunto dos seus entrevistados. Mas embora os tipos de reflexividade se sobreponham, fazem-no em níveis diferentes consoante as especificidades de cada agente, o que levou a autora a identificar o modo predominante de estruturação das conversas internas para cada sujeito.

O que esta tipologia permite perceber é que as diferenças encontradas entre modos de reflexividade resultam da interacção entre pessoas e estruturas, preocupações e contextos. Significa, portanto, que a concretização de alguns projectos depende mais dos contextos sociais do que outros e que os sujeitos definem quanto de si mesmos investem na ordem social.

Mais recentemente, Archer (2007a, 2010c, 2010d, 2012) tem procurado compreender de que modo esta tipologia se enquadra nos fluxos de mudança das sociedades contemporâneas. A autora considera que se assiste crescentemente a condições favoráveis ao desenvolvimento da reflexividade autónoma, da meta-reflexividade e também da reflexividade fracturada, e ao correspondente decréscimo da reflexividade comunicativa. O aumento da mobilidade geográfica, a melhoria das qualificações escolares (sobretudo ao nível do ensino superior) e a maior diversidade cultural com que os indivíduos contactam são factores adversos à continuidade contextual, na medida em que aumentam a probabilidade de os sujeitos delinearem os seus percursos biográficos por contextos diferentes daqueles em que iniciaram as suas vidas. Os meios sociais de partida revelam ser, aliás, cada vez mais, inadequados para prepararem os indivíduos para os intensos fluxos de mudança que afectam os seus trajectos de vida. Neste sentido, o aumento da descontinuidade e da incongruência contextuais é indissociável do crescimento da reflexividade autónoma e da meta-reflexividade. Por outro lado, o imperativo reflexivo torna mais crítica a falibilidade dos projectos individuais. Verifica-se também, por isso, um aumento da proporção de sujeitos que, mesmo que temporariamente, não conseguem orientar as suas condutas reflexivamente, evidenciando uma reflexividade fracturada.

5.5. Continuidades

Apesar de relativamente recente, o trabalho de Archer sobre a reflexividade individual tem tido algum impacto em diversos meios académicos europeus, embora a sua repercussão seja maior no Reino Unido. São já relativamente numerosos os textos sociológicos produzidos com o objectivo de dar continuidade ao trabalho da autora, seja aplicando empiricamente a sua abordagem, seja reflectindo sobre lacunas ou hiatos da sua proposta.

A principal crítica que tem sido dirigida a Archer decorre da ênfase que atribui a um dos lados da relação entre estrutura e agência. Ao colocar na linha da frente da análise a capacidade agencial dos sujeitos tende a atribuir um papel secundário à consolidação das estruturas e aos efeitos que as mesmas podem ter na acção. Estas apreciações são feitas em diálogo com Bourdieu, um autor

criticado por enfatizar precisamente o outro extremo da relação estrutura-agência. É argumentado, neste âmbito, que a proposta de Archer deve ser complementada com a noção de habitus, considerando a acção rotineira em articulação com as deliberações reflexivas na análise das condutas individuais (Kemp, 2010).

Apesar de existirem algumas divergências a este nível, o debate em torno destas questões tem sido feito de forma muito próxima entre Archer e diversos autores em redes formadas e fomentadas em encontros científicos e publicações especializadas⁵⁵. Neste sentido, Archer tem respondido de forma directa a estas críticas, identificando e simultaneamente rebatendo três tipos de combinação entre a reflexividade e o habitus propostas por diversos autores.

A primeira resulta de uma tentativa de articulação empírica entre os dois conceitos protagonizada por Fleetwood (2008) e Sayer (2009, 2010). Os dois autores criticam o distanciamento de Archer face a Bourdieu, argumentando que a análise da acção social requer que as deliberações reflexivas sejam consideradas em articulação com a acção rotineira. Esta proposta analítica implica combinar as duas abordagens, sem que seja necessário efectuar concessões significativas em cada uma delas. As condutas humanas, de acordo com ambos, são resultado, em algumas situações, de deliberações reflexivas, mas noutras ocasiões podem também decorrer dos hábitos incorporados pelos agentes. Archer e Bourdieu estarão, neste âmbito, a referir-se a diferentes componentes da acção que podem e devem ser pensadas em conjunto. Fleetwood e Sayer destacam o papel que a reflexividade desempenha na mediação das influências causais das estruturas, mas enfatizam, por outro lado, contra-Archer, a permanência das dinâmicas de socialização como um importante factor na estruturação das condutas humanas. Os indivíduos não poderiam ser actores sociais competentes sem esse sentido prático orientador decorrente do habitus.

Outra proposta para combinar os dois conceitos é a de hibridização através da noção de habitus reflexivo. Esta abordagem, implicando também articulação, requer por outro lado ampliar o âmbito dos conceitos. De acordo com Adams (2003, 2004, 2006, 2007) e Sweetman (2003), em contexto de modernidade tardia, a reflexividade torna-se habitual e é incorporada no habitus de forma flexível. Bourdieu admitia a possibilidade de ocorrerem deliberações reflexivas no decurso de crises, como já referido; Sweetman afirma que essa disrupção entre habitus e campo se tornou permanente na contemporaneidade. Esta perspectiva é criticada por Archer (2007a, 2010c, 2010d, 2012), que considera inviável articular dois conceitos – os sistemas de disposições que constituem o habitus e a reflexividade como consciência dos mesmos – que Bourdieu insistiu em distinguir analiticamente. De acordo com a autora, o facto de as pessoas terem disposições que as levam a reflectir sobre as suas

⁵⁵ Ver sobretudo o livro editado por Archer em 2010 (Archer, 2010a), que reúne um conjunto de autores particularmente interessados nas questões subjacentes à reflexividade. Esta publicação decorre de um workshop de cinco dias realizado na Universidade de Warwick em 2007. Mais recentemente, em 2010, no XVII Congresso Internacional de Sociologia, a rede de investigação em teoria sociológica contou com uma sessão dedicada inteiramente à reflexividade, coordenada precisamente por Archer, e que contou com a participação de alguns destes autores.

circunstâncias sociais altera substancialmente o significado da noção de habitus. Para Archer, este conceito não é o mais adequado para caracterizar o incremento da reflexividade individual num contexto de intensos fluxos de mudança.

A terceira abordagem que propõe a combinação dos conceitos de habitus e reflexividade é protagonizada por Elder-Vass (2007, 2010) e consiste no que o autor designa por teoria emergente da acção. Das três aqui apresentadas é a que implica uma revisão mais profunda dos conceitos. Para que a reflexividade possa ser analisada como elemento da acção, Elder-Vass considera que a abordagem de Bourdieu deve ser lida à luz de uma ontologia emergente e não conflagacionista. Por outro lado, quanto à proposta de Archer, a reflexividade deve ser pensada por referência à interiorização da exterioridade e aos efeitos que os contextos sociais podem ter nas disposições e na subjectividade dos agentes. Só assim é possível, de acordo com o autor, conciliar os dois conceitos e analisar a acção como sendo, na maior parte das vezes, codeterminada pelas deliberações reflexivas e pelo habitus.

Embora Archer (2007a, 2010c, 2010d, 2012) argumente contra estas três propostas, na realidade todas elas apresentam elementos importantes para o desenvolvimento de uma análise sociológica da reflexividade individual mais completa e complexa.

A relevância de complementar a abordagem de Archer com uma maior ênfase nos efeitos causais das estruturas sociais está também na base de outras críticas fundamentadas ao seu trabalho. Se por um lado é apontada a necessidade de considerar a interiorização da exterioridade através do conceito de habitus, alguns autores argumentam que Archer não reconhece a importância da localização diferenciada dos agentes no espaço social (Mouzelis, 2008; Mutch, 2004⁵⁶). De acordo com Mouzelis, a dimensão temporal da abordagem morfogénica deve ser cruzada com uma dimensão hierárquica, na medida em que agentes com diferentes posicionamentos, recursos e status sociais têm também, potencialmente, diferentes capacidades agenciais para alterar as suas condições de vida.

Ainda segundo Mouzelis, não só a autora se refere de forma indiferenciada aos indivíduos, como não se reporta aos sujeitos em situação de interacção. A ênfase que atribui à acção interna tende a resultar numa secundarização da interacção como mecanismo de mediação entre estrutura e agência. Neste âmbito, vários autores têm sublinhado a necessidade de considerar igualmente as conversas externas, mediante as quais expectativas, objectivos e projectos são também negociados contextualmente na presença e com a participação de outros sujeitos (Chalari, 2009; Dépelteau, 2008; Mouzelis, 2008; Oliveira, 2011; Vandenberghe, 2005).

Apesar das críticas dirigidas a determinados aspectos da abordagem de Archer, Mouzelis reconhece a importância de os diálogos internos serem considerados na análise da acção e elabora um prolongamento do conceito de reflexividade individual, tal como definido pela autora. De acordo com Mouzelis (1999; 2008: 135-136; 2010), a reflexividade pode assumir duas formas: catofática e

⁵⁶ Mutch critica também o facto de Archer não explorar a durabilidade dos modos de reflexividade.

apofática. A primeira dá conta, pelo menos parcialmente, dos processos analisados por Archer, remetendo para uma relação activa entre sujeito e objecto, orientada para a concretização de objectivos e projectos. A segunda reporta-se antes a dinâmicas de desconstrução direccionadas para o enfraquecimento da componente mais racional e calculadora das conversas internas. A reflexividade apofática consiste, no fundo, na eliminação de obstáculos internos que dificultam a emergência de modos espontâneos de ser e de agir⁵⁷.

A pertinência desta distinção carece ainda de comprovação empírica. Alguns dos parâmetros de definição da reflexividade apofática não ficam claros na argumentação do autor. Para já, a reflexividade dificilmente se restringe apenas a estas duas formas, na medida em que o exercício de diálogos internos pode não resultar em acção ou ter sempre por base a concretização de objectivos específicos, sem que daqui decorra um modelo apofático de esvaziamento interior. A negação de dinâmicas internas pode constituir um processo tão activo como o da definição de projectos. Para além disso, é difícil conceber objectivos desconectados dos enquadramentos estruturais, que emergem espontaneamente numa espécie de vazio social.

O trabalho de Archer tem também servido como ponto de partida para a reflexão sobre temáticas como sejam as práticas de consumo (Garcia-Ruiz e Rodriguez-Lluesma, 2010), as transições familiares (Donati, 2011b) ou o impacto que as mudanças organizacionais podem ter nos modos de reflexividade (Mutch, 2004, 2010⁵⁸). Noutros casos, a sua abordagem é aplicada empiricamente noutros contextos nacionais. Porpora e Shumar (2010) desenvolveram uma investigação com o objectivo de perceberem se nos Estados Unidos da América existiriam diferentes estilos de reflexividade. Tratou-se de um estudo exploratório que resultou na aplicação de um inquérito por questionário a estudantes universitários. A partir da análise de dados propuseram uma tipologia relativamente diferente da de Archer. Usando como referência dois dos modos de reflexividade identificados pela autora, Porpora e Shumar complementaram a reflexividade autónoma e comunicativa com outros dois tipos: reflexividade total (comunicativa e autónoma) e não-reflexividade.

Mas o trabalho empírico mais consistente realizado com base na proposta de Archer é o que Mrozowicki e outros autores (Mrozowicki, 2010, 2011; Mrozowicki e Hootegem, 2008; Mrozowicki, Pulignano e Hootegem, 2010) desenvolveram tendo por referência a classe operária na Polónia. O principal objectivo deste trabalho foi o de perceber se as teorias que enfatizam a capacidade agencial dos sujeitos, nomeadamente a de Archer, seriam aplicáveis na análise de contextos sociais mais desfavorecidos. Através de uma abordagem biográfica, os autores analisaram os processos de monitorização, adaptação, reprodução e resistência de um grupo de trabalhadores de uma região industrial da Polónia. Desta análise resultou uma tipologia de quatro estratégias de vida que cruza o

⁵⁷ Ver também Tsekeris (2010: 32-33).

⁵⁸ De acordo com este autor, em contextos organizacionais, as tecnologias de informação e comunicação fomentam um modo de reflexividade autónomo.

modo dominante de reflexividade (mais individualizado ou mais centrado na comunidade) com o modo de estruturação dos projectos de vida individuais (em termos do papel estruturador da agência ou da dependência estrutural): integração, incorporação, construção e sobrevivência (*getting by* no original em inglês).

O contributo mais importante deste trabalho é o de permitir perceber empiricamente que as lógicas de constrangimento social se combinam com traços de resistência e de criatividade da acção que não se explicam exclusivamente pelos posicionamentos estruturais dos agentes. Mas não deixa, por outro lado, de ser também fundamental para apoiar algumas das considerações acima descritas, nomeadamente as críticas que alguns autores fazem ao papel que a posse diferencial de recursos pode ter na configuração de diferentes modos de reflexividade.

5.6. Notas críticas

A abordagem de Archer tem o mérito de introduzir de forma explícita na problematização sociológica um conceito muitas vezes entendido como estando na fronteira com outras disciplinas. Não só enfatizou a pertinência da sua análise do ponto de vista sociológico, como mobilizou instrumentos teóricos e metodológicos da disciplina para estudar a reflexividade empiricamente. A sua obra constitui, no fundo, um trabalho de síntese e de diálogo, nomeadamente com parte significativa das perspectivas discutidas nos capítulos anteriores, embora atribuindo estatutos diferenciados a cada uma delas. Ancorou a análise nos fundamentos do dualismo analítico, que permitem pensar a reflexividade como mecanismo mediador da relação estrutura-agência. O seu principal contributo está na forma como define o conceito, enquanto conversa interna, condição de existência em sociedade, que activa os poderes causais das estruturas e permite aos sujeitos projectarem as suas acções com base na articulação entre preocupações pessoais e condições de possibilidade para concretizá-las. Outro aspecto fundamental é o facto de considerar que a reflexividade é exercida de forma variável por diferentes pessoas, ainda que seja uma capacidade comum a todos os indivíduos, enquanto propriedade pessoal emergente.

As diversas componentes da sua obra apresentam contributos elementares para o estudo da reflexividade, nas várias dimensões que têm vindo até aqui a ser discutidas. Ainda assim, a sua proposta acarreta um conjunto de implicações que importa aqui percorrer. Antes de mais, a ênfase que atribui à capacidade agencial, que decorre do foco central nas deliberações reflexivas, resulta numa certa secundarização do peso das estruturas no condicionamento da acção. Em linha com os princípios do realismo crítico, Archer destaca, sobretudo na explicitação teórica da sua abordagem, a importância dos efeitos causais das estruturas e a sua antecendência temporal. Mas a análise empírica que desenvolve nem sempre é coerente com estes princípios. A noção de estruturas sociais surge neste âmbito com um considerável grau de maleabilidade. As propriedades emergentes das pessoas

tendem a sobrepor-se, com alguma facilidade, aos poderes causais das estruturas. Se, como argumenta Archer, as condutas humanas só podem ser realmente explicadas pela análise da interação entre estes dois tipos de poderes, não se compreende o papel secundário que atribui às origens sociais e aos processos de socialização nas suas obras mais recentes.

Como foi referido, a autora considera que os contextos sociais de origem não conseguem preparar as novas gerações para os enquadramentos e fluxos de mudança das sociedades contemporâneas. Mas os argumentos que mobiliza não são empiricamente fundamentados para postular o declínio da influência da socialização. Nenhum dos exemplos a que recorre para ilustrar o seu raciocínio vai realmente ao encontro do que afirma no plano teórico.

No seu livro mais recente, Archer (2012: 82-84) refere o caso de uma estudante de Direito no Reino Unido, Han-Wing, originária do sudeste asiático, com origens sociais favorecidas⁵⁹. Os pais desejam que a filha, tal como os irmãos, termine a formação e regresse ao país de origem para exercer advocacia. Han-Wing, por outro lado, não tem ainda projectos definidos quanto à sua carreira profissional, recusa os ideais familiares, que considera demasiado conservadores, e valoriza o afastamento espacial da família por lhe permitir ter maior liberdade de acção. A rejeição da socialização familiar, e da consequente reprodução dos recursos económicos e qualificacionais da família, produz o efeito contrário ao esperado por parte dos pais. De acordo com Archer, este é um exemplo de incongruência contextual.

É difícil compreender como pode ficar claro, a partir deste exemplo, que “a socialização já não é o que era” (Archer, 2010c: 136; 2012: 82). A situação descrita pela autora repete-se em diferentes países, em diferentes contextos sociais, para diferentes gerações. Mesmo na abordagem de Bourdieu (2008: 104) surge este tipo de situação. Os conflitos geracionais com estas configurações não são exclusivos da situação contemporânea. As investigações realizadas sobre a juventude e sobre as transições para a vida adulta relatam frequentemente desacordo entre pais, mães e filhos face a valores e estilos de vida, independentemente das origens sociais em questão. Estes conflitos podem redundar em trajectos sociais alternativos (descontinuidade ou incongruência contextuais), mas podem também acabar por resultar em reprodução das condições socioeconómicas e culturais da família (continuidade contextual). A reflexividade pode, de facto, ser um factor-chave para ajudar a compreender as diversas condutas sociais possíveis. Mas daqui não decorre o declínio da socialização na explicação da acção.

Pelo contrário. Aquilo que este exemplo permite perceber é que esta jovem, por ter determinadas origens sociais, teve a oportunidade de sair do seu contexto de origem, tomar contacto com outros meios, valores e normas, repensar as suas opções e as da sua família, e definir novos projectos. Podem não ir ao encontro daquilo que os seus pais esperariam, mas não são totalmente incongruentes com o seu contexto de origem. Para além disso, se a socialização familiar não tivesse

⁵⁹ Para outros exemplos ver Archer (2007a: 58-60).

sido eficaz, como poderia esta jovem ir estudar num contexto nacional diferente e ter capacidade para se organizar sozinha numa base quotidiana? É aqui que entra a importância das disposições incorporadas que Archer tende a contestar.

Os problemas colocados à abordagem de Bourdieu parecem resultar de um entendimento restrito do significado do conceito de habitus. Afirmar que os pais não conseguem transmitir recursos adequados aos filhos para prepará-los para um futuro de intensas mudanças, porque eles próprios tiveram outras experiências de vida que os filhos não terão, seria o mesmo que dizer que um jovem não consegue aprender a utilizar meios informáticos porque os seus pais nunca o fizeram e, nesse sentido, não o prepararam adequadamente.

Correspondingly, and especially over the last quarter of a century, socialization has been decreasingly able to 'prepare' for occupational and lifestyle opportunities that had not existed for the parental generation: for social skills that could not become embodied (stock-market trading or computer programming), needed continuous upgrading, and readiness to re-locate, re-train and re-evaluate shifting *modi vivendi*. (Archer, 2010c: 136)

Uma das características do habitus, tal como definido por Bourdieu, é precisamente a sua transponibilidade. Por exemplo, a aprendizagem que requer a utilização de um computador pode ser fomentada pela incorporação de disposições que não direccionadas directamente para a informática, mas que desenvolvem competências e apetências mais gerais, aplicáveis em diferentes contextos. Para além disso, e pensando para lá dos limites da teoria da prática, na linha de Lahire,

...em muitas outras circunstâncias, não se trata de transponibilidade de um mesmo núcleo de disposições, mas do accionamento de outras disposições e gramáticas geradoras, de outros critérios e outras competências, de outros esquemas de apreciação e acção, com outras lógicas básicas, adquiridos em contextos sociais diversos. (Costa, 2007: 26)

Caso contrário, grande parte das crianças nascidas em Portugal, particularmente nas décadas de 1970 e 1980, com pais e mães com qualificações médias e baixas, não estariam em condições de aprender a utilizar as tecnologias informáticas para diferentes fins. A realidade portuguesa actual, permeada por dinâmicas de modernidade avançada e simultânea permanência de traços estruturais mais tradicionais, demonstra precisamente o contrário e permite, mais uma vez, perceber a necessidade de matização contextual dos conceitos. Para além disso, o recurso a meios informáticos é um dos pilares de aprendizagem e de reforço noutros contextos fulcrais de socialização que não a família, como sejam a escola e as redes de sociabilidade.

Os próprios pais e mães, que, de acordo com Archer, não prepararam adequadamente as suas crianças para mudanças como as que foram introduzidas pelos meios informáticos, podem também eles protagonizar processos de aprendizagem, nem que seja por via do contacto frequente, possibilitado pelos filhos, com esses meios. Não são apenas as gerações mais novas quem tem de lidar com o intenso fluxo de mudanças sociais. Nesse caso, as origens sociais poderão ser fundamentais para explicar diferenças de aprendizagem por parte das gerações mais velhas.

Archer reconceptualiza a socialização recorrendo à noção de “reflexividade relacional”⁶⁰. Esta proposta surge em contraponto a um conceito de socialização circunscrito à recepção de mensagens consensuais, à criação de expectativas claras e duráveis quanto ao desempenho de papéis sociais e à promoção de consistência normativa. No fundo, pretende dar conta do dinamismo dos processos de socialização, destacando que os indivíduos se relacionam diferentemente com as normas e recursos transmitidos nos seus meios de origem.

Com base nesta noção associou uma tipologia de modos de relação com os bens relacionais da família à tipologia de modos de reflexividade (Archer, 2012: 98-104). Os sujeitos com uma reflexividade comunicativa são, neste âmbito, entendidos como identificadores (*identifiers*), na medida em que se identificam com o *modus vivendi* dos pais e definem-no como projecto de vida, sem terem de recorrer a escolhas alternativas. Os independentes (*independents*), com um modo reflexivo autónomo, experienciaram disrupções familiares, que os levaram a seleccionar apenas os elementos dos seus contextos de origem que se combinam com as escolhas que autonomamente prosseguem. Os desengajados (*disengaged*), integrados no perfil meta-reflexivo, são aqueles que valorizando, por um lado, os bens relacionais dos seus contextos familiares, desenvolveram uma visão crítica do *modus vivendi* dos pais, operando processos de selecção nos múltiplos contextos por onde se movem no sentido de definirem projectos ajustados às suas preocupações. Por fim, os recusantes (*rejecters*), com um modo reflexivo fracturado, repudiam os seus contextos de origem, por serem entendidos como fonte dos seus problemas de vida e procuram deles distanciar-se, embora sem conseguirem definir projectos concretos de vida.

Esta diferenciação de modos de relação com os contextos de origem, que resulta da procura de distanciamento face a noções mais tradicionais de socialização, evidencia, à partida, uma visão redutora do conceito. A reconceptualização empreendida pela autora não resulta, na realidade, em nada de novo face àquelas que são noções mais complexas do conceito. No fundo, quer destacar que os indivíduos são agentes activos na socialização, que recebem mensagens heterogéneas e por vezes contraditórias no contexto familiar, que se relacionam diferentemente com os seus contextos de origem, que as suas preocupações são definidas relacionalmente, que é um processo inacabado e que não se circunscreve à família, estendendo-se também às redes de relações. Isto em nada contradiz aquelas que são as teorizações e análises empíricas da história da sociologia (ver, por exemplo, Abrantes, 2011), pelo que não fica clara a utilidade de uma nova noção para dar conta daquilo que também cabe no conceito original.

De acordo com estes fundamentos da abordagem de Archer percebe-se melhor que a autora não tenha encontrado qualquer tipo de correlação entre os diferentes modos de reflexividade e as origens sociais dos sujeitos com quem trabalhou. O foco da sua análise centra-se na capacidade avaliativa dos indivíduos face às suas condições sociais, não deixando espaço para uma

⁶⁰ Em articulação com a proposta de uma sociologia relacional de Donati (2006, 2010, 2011a).

problematização articulada com a dimensão hierárquica da vida social⁶¹. Para além disso, como aliás a própria afirma, Archer interessa-se mais pelas consequências e efeitos dos modos de reflexividade, do que pelos seus processos de formação, que implicariam considerar a importância das origens sociais⁶².

Importa ainda referir que toda a argumentação de Archer se insere nas dinâmicas próprias do campo sociológico. Porque a proposta da autora consiste em dar relevância ao que Bourdieu colocou em segundo plano, o âmago da teoria disposicionalista é particularmente colocado em causa como meio de legitimar a sua proposta.

Outro elemento ausente da sua problematização diz respeito ao processo de interiorização da exterioridade, como foi aliás já referido como sendo uma das críticas mais comuns ao seu trabalho. A abordagem de Archer é também construída em contraponto à análise de Mead (1967). Este autor tende a ser identificado como o grande precursor da noção de diálogo interno, mas, de acordo com Archer, as três características fundamentais das conversas internas (interioridade, subjectividade e eficácia causal) são negadas na sua abordagem. Segundo Archer, Mead sobre-socializa estes diálogos, na medida em que os sujeitos, nas suas mentes, não conversam consigo mesmos, mas com a sociedade personificada na noção de “outro generalizado”. Reagindo contra esta proposta, que considera ser insuficiente, Archer retira das conversas internas, em certa medida, esta presença societal.

Precisamente pela pouca relevância que atribui às origens sociais, aos posicionamentos diferenciados e aos processos de socialização na contemporaneidade, a estrutura mental dos sujeitos não espelha as condições sociais por onde estes se movem. A reflexividade é sobretudo analisada como causa de cursos de acção específicos e menos como efeito de processos sociais. Recorrendo a uma citação de Norbert Wiley, Archer (2012: 14) afirma mesmo que os indivíduos são como deuses nos seus mundos internos, podendo orientar intencionalmente as suas reflexões em qualquer sentido e sobre qualquer temática: “no rules govern what we choose to dwell upon in the privacy of our own heads”.

A presença das estruturas sociais nas conversas internas é apenas garantida pelo facto de serem avaliadas na articulação com as preocupações principais dos indivíduos. A eficácia causal das estruturas não se faz sentir directamente na subjectividade em si mesma, mas antes num produto dessa subjectividade, que são precisamente os projectos individuais, a partir dos quais são definidos potenciais cursos de acção. Fica de fora a possibilidade de as próprias preocupações individuais serem, em certa medida, produto dos contextos sociais.

⁶¹ Esta dimensão é negligenciada tanto do ponto de vista externo, como interno. Autores como Reay (2005), Sayer (2002, 2005a, 2005b, 2011) e Skeggs (1997, 2004a) têm vindo a trabalhar precisamente sobre a dimensão interior e consciente das estruturas, nomeadamente da classe social.

⁶² “The present study makes its contribution less in relation to the social origins than to the social consequences of endorsing a particular mode of reflexivity as the dominant one, particularly in defining subjects’ trajectories of social mobility.” (Archer, 2007a: 97)

A noção de dualismo analítico permite, de facto, ultrapassar algumas das limitações impostas por abordagens que tendem a confluir estrutura e agência. Mas, por outro lado, considerar as estruturas como entidades sempre externas impossibilita um outro entendimento da influência causal das estruturas: aquela que pode ocorrer *internamente* sob a forma de constrangimento ou capacitação. O condicionamento estrutural não tem de partir exclusivamente do exterior; o social existe igualmente de forma interiorizada nas mentes dos sujeitos, consolidado em sistemas de disposições que, tal como a reflexividade, têm a potencialidade de orientarem a acção (Bourdieu, 2002, 2003, 2008).

Foi também já mencionado que uma das críticas que mais frequentemente é dirigida a Archer está relacionada com o facto de a autora circunscrever o processo de mediação entre estrutura e agência às deliberações reflexivas. O que explica a pertinência da proposta de Archer passa, em grande medida, por relevar o papel que a reflexividade desempenha neste âmbito. Mas na realidade não é o único meio de mediação. As conversas externas que os sujeitos mantêm uns com os outros em contextos sociais específicos devem também ser tomadas em consideração na explicação das condutas humanas, na medida em que contribuem igualmente para a definição e negociação de preocupações e projectos pessoais. Os trabalhos de autores como Goffman, Schutz e Garfinkel, mas também Weber e Simmel, permitem precisamente perceber a importância desta componente dos relacionamentos sociais.

Archer consente essa possibilidade no caso da reflexividade comunicativa, admitindo que potencialmente todos os indivíduos, em algumas circunstâncias e independentemente do modo predominante de reflexividade, sentem necessidade de recorrer à opinião das pessoas que os rodeiam para tomarem uma decisão. Mas este processo é entendido pela autora mais como uma extensão dos diálogos internos e menos como uma forma de mediação distinta com as suas próprias especificidades. Dos restantes modos de reflexividade está ausente qualquer elemento que remeta para dinâmicas de interacção.

Na abordagem de Archer as deliberações reflexivas parecem conduzir de forma directa à acção. Contudo, é necessário ter em conta o facto de as decisões serem sempre filtradas pelo contexto de interacção em que os sujeitos actuam. Em última instância, não é possível prever inteiramente todos os elementos que compõem os contextos em que os indivíduos agem. A escolha de um determinado curso de acção pode implicar recuos, reformulações e adaptações *in loco*.

Archer também não problematiza a possibilidade de um mesmo indivíduo poder exercer diferentes modos de reflexividade contextualmente. Nas suas investigações, a cada sujeito foi atribuído um modo de reflexividade predominante que é mobilizado em qualquer contexto de interacção. A autora não admite, assim, que uma pessoa possa ser altamente reflexiva face a certas situações sociais, mas fortemente orientada por condicionamentos estruturais noutras circunstâncias. Desta problematização está também ausente uma dimensão temporal que permita compreender a

durabilidade, por um lado, e o potencial de mudança, por outro, dos modos de reflexividade ao longo das trajectórias biográficas dos indivíduos.

Por fim, importa ainda mencionar as implicações que a perspectiva de Archer sobre a mudança social acarreta. De acordo com a autora, o intenso fluxo de transformações sociais das sociedades contemporâneas contribui para diminuir a continuidade contextual, o que é indissociável do declínio da acção rotineira na orientação da acção. Contudo, os contornos desta quebra nunca ficam claros na sua argumentação, nem surgem empiricamente fundamentados. A autora parece referir-se neste âmbito a acções que remetem para decisões importantes nas biografias individuais e não tanto àquilo que são as práticas quotidianas dos sujeitos. Como afirma Sayer (2009: 120; 2010: 121; 2011: 74), dificilmente os indivíduos conseguiriam ser actores sociais competentes se parte das suas acções não assentasse no sentido prático de que fala Bourdieu.

Embora procure distanciar-se da lógica de soma nula da abordagem da modernização reflexiva, Archer preconiza processos de reestruturação societal que parecem encaminhar-se, de alguma forma, para o enfraquecimento estrutural que critica nesses autores. Se decresce a continuidade contextual e aumentam a descontinuidade e a incongruência contextuais, então as consequências sociais destas dinâmicas sugerem, por um lado, que a reprodução social está em declínio e, por outro, que a mobilidade social ascendente, bem como a volatilidade social tendem a ser predominantes. Isto significa que os contextos sociais de origem passam a desempenhar um papel cada vez menos importante na definição dos cursos de vida individuais face ao imperativo reflexivo, ou seja, à importância crescente das deliberações reflexivas. A distribuição desigual de recursos e as diferentes oportunidades de vida deixariam, assim, progressivamente, de estruturar de forma duradoura e efectiva as vidas dos sujeitos.

O cenário de possibilidades ilimitadas que resulta destas considerações está em desacordo com aquilo que são as análises das estruturas sociais dos diferentes contextos nacionais, nomeadamente em termos de classes sociais. Aquilo que diversos trabalhos mostram é a permanência da influência estruturadora dos diferentes posicionamentos no espaço social relativamente aos campos de possibilidade dos sujeitos. Veja-se, por exemplo, o impacto das competências de literacia nas vivências quotidianas dos indivíduos em Portugal (Ávila, 2007, 2008; Benavente et al., 1996; Gomes, 2003, 2005), o que é também indissociável das qualificações formais e das assimetrias escolares do país. Atendendo ao facto de que a literacia representa a capacidade de cada pessoa mobilizar e interpretar informação escrita (aqui entendida como instrumento de reflexividade), é difícil imaginar como podem os modos reflexivos não ser constituídos de forma socialmente diferenciada, em consonância com a distribuição desigual destas competências.

Para além disso, as conclusões de Archer, particularmente na sua última publicação (2012), ancoram na análise da especificidade de um número de casos que não permite inferir e fundamentar extrapolações para dinâmicas sociais mais vastas. Apesar de a autora fazer questão de iniciar a

conclusão deste livro com a ideia de que é necessário ser prudente na formulação de hipóteses⁶³, na realidade todo o seu discurso, inclusive em obras anteriores, remete para conclusões abrangentes, sustentadas por amostras não representativas. Os títulos dos seus livros são disso um claro exemplo.

⁶³ “These are largely qualitative findings about educated young people in late modernity. Tempting as these findings are for hypothesis formation, various forms of inference or extrapolation simply cannot be supported from the empirical work undertaken” (Archer, 2012: 292).

PARTE II: PARÂMETROS OPERATÓRIOS

CAPÍTULO VI: MODELO DE PROCESSOS REFLEXIVOS AO NÍVEL INDIVIDUAL

O mapeamento dos principais contributos da produção sociológica existente sobre a temática da reflexividade (e da relação estrutura-agência em termos mais gerais) permitiu identificar instrumentos teóricos que podem ser mobilizados para a construção de uma investigação empírica centrada nessa problemática. A prossecução da pesquisa implica, num segundo momento, compreender de que modos esses contributos podem ser articulados com os objectivos concretos desta investigação. Neste ponto do trabalho serão precisamente explicitados os parâmetros operatórios nos quais assenta a elaboração de um modelo de análise da reflexividade individual (ver também Caetano, 2011).

6.1. Dualidade e dualismo

Um dos elementos centrais das abordagens discutidas no ponto anterior diz respeito ao modo como a relação entre estrutura e agência é conceptualizada do ponto de vista ontológico. Ou seja, se ambas são entendidas como mutuamente exclusivas ou se são antes perspectivadas como entidades distintas com propriedades específicas. A importância desta questão prende-se com o facto de a possibilidade de análise da reflexividade ancorar, em grande medida, no posicionamento que se toma a este respeito.

Os fundamentos da abordagem de Archer (2003a, 2003b, 2007a) são, num determinado nível, incontornáveis: é, de facto, necessário conceber analiticamente uma separação entre estrutura e agência para que se possa analisar a sua interacção. Estrutura e agência operam em diferentes escalas de tempo; o primado ontológico das estruturas concretiza-se no facto de os indivíduos nascerem em enquadramentos estruturais pré-existent. Se determinado tipo de relações e papéis sociais (como os familiares, por exemplo) pré-existem e sucedem aos indivíduos, então o estatuto ontológico das estruturas não pode ser redutível ao das pessoas (Brante, 2001: 181).

As estruturas sociais são anteriores, exteriores, autónomas e exercem influência causal sobre os indivíduos. Mas para que essa influência seja exercida, é necessário que os poderes causais das estruturas sejam activados pelos agentes. Como afirma Archer, para que a acção de constringimento ou capacitação estruturais se concretizem é necessário que exista algo sobre o qual actuam. O modo como estes poderes causais são activados depende da forma como as propriedades emergentes das pessoas são mobilizadas. Neste sentido, a existência de propriedades estruturais é distinta do exercício dos seus poderes causais.

É precisamente a este nível que o papel da reflexividade deve ser concebido, como mecanismo que medeia e torna eficaz a influência estrutural. Mediante o exercício da reflexividade, os sujeitos elaboram projectos e definem estratégias com base nas circunstâncias sociais em que estão inseridos e nos recursos a que têm acesso. A resposta aos factores estruturais é filtrada pelas

preocupações, prioridades e objectivos de cada indivíduo. Nalguns casos, esses factores actuam como constrangimento à concretização de projectos, noutros como capacitação para realizarem os seus objectivos.

Os poderes emergentes das pessoas, por sua vez, têm também eficácia causal sobre as estruturas. A activação dos poderes agenciais dos sujeitos pode resultar naquilo que Archer apelida de elaboração estrutural, que consiste no terceiro momento do ciclo morfogenético.

Se estrutura e agência forem confluídos, torna-se impossível compreender quais as propriedades que as caracterizam e quais os efeitos causais que ambas exercem. Neste sentido, a análise da reflexividade individual tem por pressuposto o dualismo analítico preconizado pelo realismo crítico.

Isto não implica, contudo, negar a importância dos fundamentos das teorias da estruturação, como o fez Archer. O dualismo analítico não tem necessariamente de ser entendido como incompatível com a noção de dualidade da estrutura proposta por Giddens (2000c, 2004) por dois motivos.

Desde logo porque as estruturas sociais não devem ser pensadas sempre na sua componente externa às consciências individuais. Uma das principais fragilidades da proposta de Archer passa, aliás, como já discutido no capítulo anterior, pela ausência da vertente de interiorização da exterioridade de que falava Bourdieu (2002, 2003). A influência causal das estruturas, constrangendo ou capacitando os projectos individuais, faz-se também sentir por via interna. A noção de disposições permite precisamente dar conta desses processos: o social encontra-se enraizado nas mentes dos sujeitos sob a forma de esquemas de percepção e interpretação que orientam a acção.

É aqui que se situa o segundo motivo. Precisamente porque as estruturas assumem também esta componente interiorizada, a reflexividade não deve ser entendida como o único mecanismo de mediação entre estrutura e agência. O sentido prático desempenha um importante papel na definição das condutas humanas. Os indivíduos têm um conhecimento tácito do mundo que lhes permite agir sem que tenham de reflectir sobre as suas opções ou activar estratégias assentes na racionalidade.

A combinação das duas ontologias (do dualismo analítico e da dualidade da estrutura) é mais profícua para a análise das práticas, e da sua componente reflexiva em particular, do que a escolha unilateral entre as possibilidades de uma ou de outra. Como argumenta Stones (2001), não se tratando de propostas teóricas mutuamente exclusivas, a sua articulação permite abarcar um conjunto de questões e problemáticas mais alargado do que permitiria a eleição de apenas uma delas.

Embora não se verifique uma incompatibilidade irreconciliável entre a ontologia proposta pelas duas abordagens, a combinação entre ambas pode também ser pensada apenas do ponto de vista metodológico, como sugere Mouzelis (2008, 203-205, 226-227). Para o autor, que propõe a noção alternativa de dualismo metodológico, é mais importante distinguir metodologicamente estruturas e actores, evitando a sua confluência, do que estabelecer essa separação ao nível ontológico. A realidade

social deve ser analisada quer do ponto de vista interno dos actores, quer sob uma perspectiva externa respeitante às estruturas⁶⁴.

A análise da reflexão dos sujeitos acerca das suas opções e do seu lugar no mundo social implica que as estruturas sejam perspectivadas como entidades externas porque são tomadas como objecto que capacita ou constrange. Mas, por outro lado, as deliberações reflexivas não assumem em exclusivo o papel de orientação da acção. Os processos de interiorização das estruturas sociais permitem desenvolver nos sujeitos um conhecimento prático do real que engendra acções ajustadas às suas probabilidades objectivas. O que importa reter desta discussão é que o dualismo e a dualidade se reportam a diferentes componentes da relação entre estrutura e agência. Como tal, devem ser entendidos como variáveis (Costa, 1999: 488) e devem ser combinados para que se consiga elaborar um entendimento mais completo e complexo das práticas sociais.

6.2. Acção e agência

Como se viu na explicitação de diferentes propostas teóricas relevantes para a análise da problemática em estudo, a referência à reflexividade surge geralmente associada à conceptualização da agência humana e integrada, em muitos casos, na discussão sobre a relação entre estrutura e agência. Contudo, nem sempre é esclarecida a ligação entre estes conceitos. Acção, agência e reflexividade surgem, muitas vezes, como noções intermutáveis para designar os mesmos processos sociais, o que potencia alguma confusão e pouco rigor na utilização dos conceitos. É, por isso, fundamental compreender como se definem, como se articulam e que lugar ocupam na elaboração de um modelo de análise da reflexividade individual.

A clarificação destas noções implica transpor duas ambiguidades relativamente comuns: (1) a confluência entre acção e agência, por um lado, e (2) a oposição entre estrutura e agência, por outro.

O conceito de agência é geralmente utilizado para dar conta do grau de liberdade exercido pelos indivíduos face aos seus constrangimentos sociais (Walsh, 1998: 33; Waters, 2000: 15-16). Reporta-se à capacidade de os actores, face a uma mesma situação, poderem conscientemente agir de forma diferente, tendo por referência os seus objectivos e projectos pessoais.

Mas este conceito tem vindo a ser mobilizado no pensamento sociológico de formas bastante diferentes e muitas vezes pouco precisas (Emirbayer e Mische, 1998: 962). A utilização da agência como sinónimo do conceito de acção é uma das principais confusões que daí decorrem. A associação entre os dois conceitos é legítima, já que ambos remetem potencialmente para o nível individual de análise. Mas esta ligação tem também, muitas vezes, implícita a referência à criatividade dos sujeitos em contraponto à influência causal das estruturas. Neste sentido, assumir que os dois conceitos designam as mesmas dinâmicas sociais significaria admitir que os actores são permanentemente

⁶⁴ Ver também Mouzelis (1994: 25-47).

criativos porque as suas acções derivam sempre da sua capacidade de inovar. Ora, esta ideia é dificilmente sustentável se se tiver em conta os processos de reprodução social protagonizados pelos indivíduos. O principal contributo das teorias disposicionalistas é precisamente o de contrabalançar esta noção realçando o cariz pré-reflexivo e, num certo sentido, mesmo passivo de uma parte substancial das acções individuais.

De facto, como tem vindo a ser defendido até aqui, a acção pode assumir diferentes formas. Independentemente das designações utilizadas para dar conta das suas diversas modalidades, o que importa salientar é que a acção é composta por elementos racionais, utilitaristas, interpretativos e estratégicos, mas também práticos, rituais e pragmáticos. O que significa que a componente agencial é apenas uma dimensão possível na explicação da acção (Alexander, 1988, 1992; Mouzelis, 2008; Pires, 2007). Os actores não são sempre agentes, no sentido de exercerem a sua capacidade agencial, assente num conhecimento aprofundado da realidade social.

If we do not conflate actors with agents, we are forced to recognize that actors are not merely as heroic as these accounts imply. They are often befuddled, passive, self-deceptive, thoughtless, and vicious. (Alexander, 1992: 11)

Falar em criatividade ou passividade nas condutas humanas implica fazê-lo sempre por referência às estruturas sociais. Diz-se que os indivíduos são passivos “devido a” e que têm liberdade “face a” (ou “apesar de”). Se a acção for entendida como contemplando ambas as dimensões, então não faz sentido pensar as estruturas sociais como entidades que se opõem à capacidade agencial dos actores. As estruturas constroem, mas também capacitam e criam condições de possibilidade para o exercício dos poderes causais das pessoas, nomeadamente da reflexividade. Não é, por isso, necessário escolher entre estrutura e agência na compreensão das condutas sociais. Essa escolha apenas faria sentido se se pretendesse adoptar perspectivas (excessivamente deterministas ou voluntaristas) que não integram a combinação dos poderes causais de ambas na explicação do mundo social.

Como afirma Elder-Vass (2010: 87), porque a acção não é determinada pela estrutura, ainda que seja por ela afectada, não existe qualquer tipo de inconsistência na análise da agência em articulação com os contextos sociais em que ela é exercida. A capacidade agencial dos sujeitos não emerge num vazio social. O exercício da agência é feito através e não em contraponto com o sistema cultural, no sentido de Alexander (1988, 1998). Até porque a criatividade e inovação da acção dos sujeitos é atravessada pela dimensão hierárquica da vida social. Os poderes agenciais dos indivíduos são variáveis consoante os seus posicionamentos no espaço social, os contextos por onde se movem e as redes em que se encontram inseridos. O que significa que nem todos os actores têm necessariamente a mesma possibilidade de serem criativos na definição das suas condutas sociais (Alexander, 1998: 218; Mouzelis, 2008: 232; Walsh, 1998: 33).

Contrariar a confluência da acção e da agência, por um lado, e a oposição entre estrutura e agência, por outro, permite compreender melhor que conexões se estabelecem entre estes conceitos diferentes, embora interconectados. A reflexividade surge habitualmente mais conotada com a agência. De facto, pode ser pensada, num determinado nível, como forma de exercício da capacidade agencial dos sujeitos, no sentido em que os indivíduos se pensam a si mesmos por referência às suas circunstâncias sociais e tomam as estruturas como objecto, podendo ponderar diferentes opções e conceber trajectos alternativos. Mas é importante destacar que reflexividade e agência não são sinónimos. Embora seja uma possibilidade, dos processos reflexivos não resulta sempre o exercício da capacidade agencial dos sujeitos. A reflexividade não origina necessariamente criatividade e inovação na acção: pode não só resultar em reprodução, como nem sequer dar origem a qualquer tipo de conduta. O que resulta do exercício da reflexividade depende sempre da articulação entre factores estruturais, contextuais e pessoais. Para compreender a relação entre reflexividade e agência é, por isso, necessário ter em conta quais as condições sociais de possibilidade que permitem que as deliberações reflexivas se transformem em acção criativa.

6.3. Subjectividade, consciência, reflexividade

Ao conceito de reflexividade surge geralmente associado um conjunto de conceitos-satélite, como as noções de subjectividade, cognição, pensamento, consciência, mente e vida interior. Não se tratando de sinónimos dos processos reflexivos dos sujeitos, são sobretudo concepções de enquadramento, que constituem o espaço onde decorrem as deliberações reflexivas de cada indivíduo. A este respeito é importante esclarecer um conjunto de noções:

1) A vida interior de cada sujeito encontra-se localizada na sua mente. É nesse espaço de interioridade que decorrem as conversas internas e os processos reflexivos. Apenas nesse sentido surge a referência à mente individual. Não importa no contexto desta investigação compreender os mecanismos neurológicos do cérebro que contribuem para a sua constituição. Interessa fundamentalmente conceber a vida interior dos sujeitos na sua relação com a realidade social exterior (Mills, 1982) na definição de um espaço de privacidade mental onde decorrem processos reflexivos.

2) É, em grande medida, através das conversas internas que a reflexividade é exercida. Os sujeitos mantêm diálogos consigo mesmos, nas suas mentes, mediante os quais estabelecem objectivos, definem prioridades, ponderam opções e dificuldades e elaboram projectos. Tal como Archer (2003b: 21-34) defende, a noção de diálogo é mais pertinente do ponto de vista analítico para dar conta destas dinâmicas do que a de introspecção, na medida em que permite conceber os indivíduos como agentes

activos no seu espaço interior. Os sujeitos não são meros observantes da sua vida interna; são também participantes centrais na sua constituição.

3) A noção de subjectividade tem vindo a ser associada, sobretudo pela tradição weberiana, ao sentido atribuído pelos sujeitos às suas acções e à realidade social em geral. É habitualmente utilizada para designar o espaço pessoal dos indivíduos, a que só os próprios sujeitos têm acesso. É neste lugar de individualidade e singularidade que decorrem as conversas internas. As duas noções podem, aliás, ser pensadas conjuntamente. Os diálogos interiores são subjectivos porque vividos na primeira pessoa e, nesse sentido, dizem apenas respeito ao sujeito. A subjectividade, por sua vez, pode assumir a forma de conversas internas porque é através desses diálogos consigo mesmas que as pessoas definem os parâmetros do seu espaço de privacidade mental⁶⁵.

4) Os diálogos internos em que o sujeito se toma como objecto são processos mentais, privados, conscientes, sem que tenham necessariamente qualquer tipo de manifestação externa. São expressos por elementos linguísticos, mas também por imagens e símbolos. A reflexividade é ainda alimentada, como afirma Pinto (2008: 200), por um conjunto articulado de “saberes, competências, referência a valores, disposições éticas e juízos morais, gostos, investimentos afectivos, expectativas, aspirações e projectos, representações e pulsões identitárias”. A este nível as emoções, enquanto componente fulcral da vida interior dos sujeitos, podem desempenhar um papel importante. Se as mesmas forem entendidas como comentários às preocupações individuais, que expressam a importância dos diferentes tipos de situação para os indivíduos, desencadeiam reflexões acerca do que os sujeitos sentem e das respostas emocionais das outras pessoas (Archer, 2004; Holmes, 2010; Rosenberg, 1990; Sayer, 2011). As emoções podem também, por outro lado, conduzir directamente à acção, sem suscitar qualquer tipo de deliberação reflexiva: os indivíduos agem sem cálculo consciente em resposta ao que sentem no momento imediato.

5) A cognição é o que permite aos indivíduos conhecerem e compreenderem o mundo. É, em grande medida, através de processos cognitivos que a reflexividade é exercida. Mas não são sinónimos, no sentido em que, contrariamente à cognição, a reflexividade, na acepção que lhe é aqui atribuída, tem sempre um referente social: os indivíduos compreendem não só o mundo, como também o lugar que nele ocupam. A cognição, bem como o pensamento que dela decorre, podem ser exercidos para dar resposta a questões de outra natureza, como por exemplo a resolução de problemas matemáticos. O que significa afirmar que a vida interior dos sujeitos não se esgota nos seus processos reflexivos.

A fronteira entre o que é ou não reflexivo, o que tem ou não um referente social, é incerta e pouco clara. Pode sempre argumentar-se, de modo coerente, o cariz social da actividade matemática

⁶⁵ Como defende Martuccelli (2002, 2006a), a reflexividade sedimenta a subjectividade.

ou de outras acções cognitivas similares, o que dificulta a distinção que se procura aqui estabelecer. Dificilmente se pode identificar um objecto a ser considerado pelo sujeito que não tenha esse referente social, mesmo quando se tratam de questões biológicas, por exemplo. Na prática, a distinção entre o que é ou não reflexivo é de difícil demarcação. Analiticamente, por outro lado, é possível considerar que existe uma diferença, nem que seja de grau, entre uma pessoa que se questiona acerca da cor do móvel que tem à sua frente, e outra que pondera a procura de um novo emprego. Ambas podem ter um referente social, mas neste último caso essa ligação é mais evidente, na medida em que implica que o próprio sujeito seja tomado como objecto.

Quotidianamente colocamo-nos questões como “será que hoje há muito trânsito?”, ou “estará a chover amanhã?” Este tipo de questionamento faz parte das dinâmicas do dia-a-dia. O que diferencia estes diálogos internos dos processos reflexivos que se pretende aqui analisar é o elemento auto-referencial de colocar o self em perspectiva.

6) A vida interior dos sujeitos não é composta apenas por dinâmicas conscientes. Os indivíduos não se encontram em estado permanente de alerta. A análise da reflexividade individual requer que seja dada especial atenção aos mecanismos conscientes, mas na verdade a interioridade de cada pessoa é também constituída por processos que decorrem sem que os indivíduos deles se apercebam. O conceito de disposições permite precisamente dar conta dessa vertente pré-reflexiva, materializada em esquemas de percepção e interpretação que têm o potencial de orientar as condutas humanas (Bourdieu, 2002, 2003; Lahire, 2001a, 2002a). Essas matrizes podem ser tomadas como objecto pelos sujeitos, mas tendem a operar sem serem questionadas.

Estas considerações permitem pensar a vida interior dos sujeitos num modelo estratificado, como o que se encontra representado na figura 6.1. A interioridade é composta por uma vertente não consciente, que remete para a acção dos sistemas de disposições individuais. Convém, no entanto, ressaltar que o posicionamento das disposições no lado não consciente da vida interior não exclui a possibilidade de, em certas situações, estes esquemas tácitos interpretativos serem alvo de reflexão individual. A componente consciente consiste na subjectividade expressa através das conversas internas dos sujeitos que, tomando por referência as suas circunstâncias sociais, resultam em processos de reflexividade. A inexistência desse referente social redundando em pensamento reflexivo direccionado para questões de outra natureza. Estas distinções, nomeadamente entre o que opera ou não a um nível consciente, são na realidade mais fluidas do que uma representação gráfica permite expressar. Ainda assim, a delimitação esquemática é útil por permitir circunscrever analiticamente, de forma mais clara, o lugar da reflexividade nas dinâmicas internas dos sujeitos.

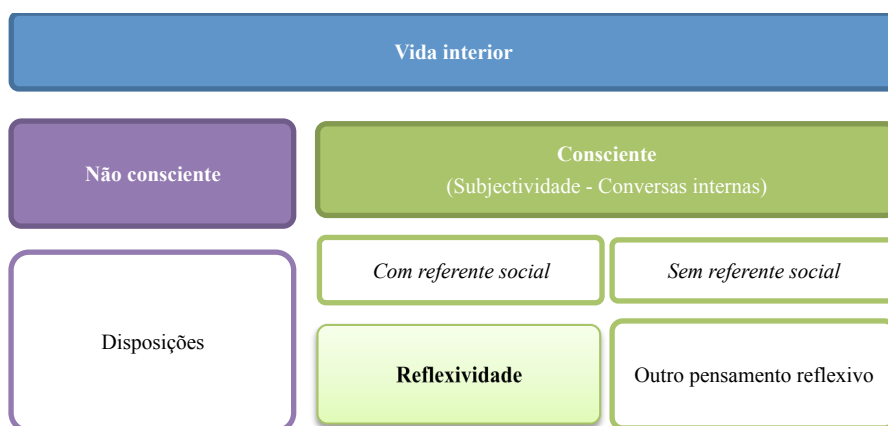


Figura 6.1: Estrutura da vida interior dos sujeitos

Em suma, o conceito de reflexividade é entendido no contexto desta investigação como uma propriedade emergente das pessoas que permite aos indivíduos pensarem conscientemente sobre si mesmos, tendo por referência as suas circunstâncias sociais. É um processo subjectivo, que se manifesta sob a forma de diálogo e que pressupõe sempre a relação com o lugar que os indivíduos ocupam no espaço social e nos contextos por onde se movem. O seu exercício conduz a auto-conhecimento, mas fomenta também, indissociavelmente, a compreensão da realidade exterior. Os processos reflexivos não esgotam as dinâmicas da vida interior e não se esgotam na interioridade das mentes individuais, como se verá no ponto seguinte.

6.4. Posições, papéis, identidades

Pelas tensões que o conceito de reflexividade potencialmente sugere, o recurso a esta noção na investigação sociológica requer que os parâmetros da sua utilização sejam devidamente explicitados. Como afirma Holland (1999: 463), “the word [*reflexivity*] is used in so many different senses that it often sustains confusion rather than clarifying any underlying issues.” Em contexto académico os problemas colocados à sua utilização prendem-se sobretudo com o facto de evocar tradições sociológicas assentes em “compromissos unilaterais” (Alexander, 1988: 312). Na esfera pública e mediática os obstáculos que o uso do conceito coloca têm a ver com a valorização do afastamento do indivíduo face ao mundo social, particularmente em contextos de fomento da auto-ajuda e auto-conhecimento. O principal problema da mobilização do conceito reside, portanto, na posição de confronto em que é muitas vezes colocado relativamente às condições materiais de existência.

A reflexividade remete, de facto, a muitos níveis, para a autonomia individual. Contudo, não deve deixar de ser reforçado que o exercício da reflexividade é indissociável dos posicionamentos dos agentes face à distribuição de diferentes tipos de recursos.

Esta investigação assenta num conjunto de noções acerca da agência individual. Os actores sociais têm um conhecimento aprofundado acerca das suas realidades sociais, são criativos, efectuam escolhas, têm alguma autonomia na definição dos seus percursos, atribuem sentido às suas acções, têm intenções, razões e motivações para agir, projectam e reflectem e têm poderes causais. Mas tudo isto não significa controlo absoluto sobre as suas condutas. O grau de autonomia que exercem não decorre em condições sociais da sua escolha. Os indivíduos encontram-se inseridos em enquadramentos estruturais que delimitam as possibilidades objectivas das suas condutas. E mesmo da acção racional planeada podem sempre emergir consequências não intencionais, precisamente porque os sujeitos não controlam todos os efeitos estruturais e contextuais que decorrem das suas opções, nem as respostas dos outros às suas condutas.

O que não significa, por outro lado, que a reflexividade individual seja “falsa”, no sentido de Atkinson (2010e), ou que as suas opções não sejam reais. Face às mesmas circunstâncias sociais, que não são determinantes, os agentes podem sempre efectuar escolhas diferentes e delinear percursos alternativos, precisamente porque a eficácia causal das estruturas depende sempre da sua activação como constrangimento ou capacitação.

Esse processo de activação é exercido, em parte, pela reflexividade individual, tal como representado no modelo trifaseado de Archer (2003b, 2007a)⁶⁶, na medida em que os sujeitos ponderam os seus objectivos e projectos face às possibilidades objectivas de concretizá-los, antes de definirem as suas condutas. Mas a reflexividade não deve ser entendida como o único mecanismo de mediação. Como tem vindo a ser explicitado até aqui, as estruturas podem ser pensadas como entidades externas com propriedades específicas, mas têm também uma existência interna sob a forma de disposições. A ideia de interiorização da exterioridade permite complementar a noção de dualismo analítico na explicação da acção. O sentido prático que resulta das disposições individuais tem um papel tão importante quanto as deliberações reflexivas na análise da relação entre estrutura e agência.

É ainda fulcral ter em conta que a reflexividade, apesar de consistir, em grande medida, num processo mental e de não ter necessariamente qualquer manifestação externa, pode ainda assim ser exercida discursivamente em contextos de interacção. É necessário complementar os diálogos internos de Archer com as conversas externas que decorrem em situações de copresença (mesmo que mediada) na identificação dos mecanismos de mediação entre estrutura e agência. No decurso das dinâmicas de interacção os indivíduos definem, negociam e reelaboram os seus objectivos e projectos. Estes enquadramentos sociais despoletam e fomentam processos mentais, mas também, e em simultâneo, o exercício daquilo que Giddens (2004) denominou como consciência discursiva.

Até porque mesmo que a tomada de decisão, que orienta a acção num determinado sentido, resulte em deliberações reflexivas (o que nem sempre acontece), na realidade os sujeitos não podem

⁶⁶ Ver capítulo cinco, ponto 5.2.

prever inteiramente quais os parâmetros dos contextos de concretização dessa decisão. Há sempre um grau de imprevisibilidade dependente dos enquadramentos conjunturais e das respostas dos outros agentes. Como afirma Elder-Vass (2010: 95), as decisões são sempre causas indirectas e parciais das condutas humanas. Para além disso, a tomada de decisão nem sempre resulta em acção como sugere o modelo deste autor. De acordo com Elder-Vass, as decisões tomadas são armazenadas e implementadas, num momento posterior, de forma não consciente, em condutas sociais concretas. Mas as decisões não têm de ser necessariamente executadas, precisamente porque o contexto filtra as deliberações reflexivas dos agentes e pode levá-los a reconsiderar as suas opções. Parece também pouco viável concordar que a sua implementação possa sempre ocorrer sem que os sujeitos dela se apercebam, principalmente porque as decisões resultam de processos conscientes e para serem concretizadas exigem, muitas vezes, a mobilização de meios e recursos, bem como a sua adaptação e reelaboração contextual.

Todas estas considerações implicam desenvolver uma noção de indivíduo que incorpore de forma integradora e articulada a eficácia causal quer das estruturas sociais, quer dos sujeitos. Até aqui tem-se falado de forma indiferenciada de actores, agentes e sujeitos para designar o indivíduo. Mas para melhor se compreender a relação entre indivíduo e sociedade é útil distinguir analiticamente essas três noções num modelo tripartido da composição social dos indivíduos, tal como representado na figura 6.2.

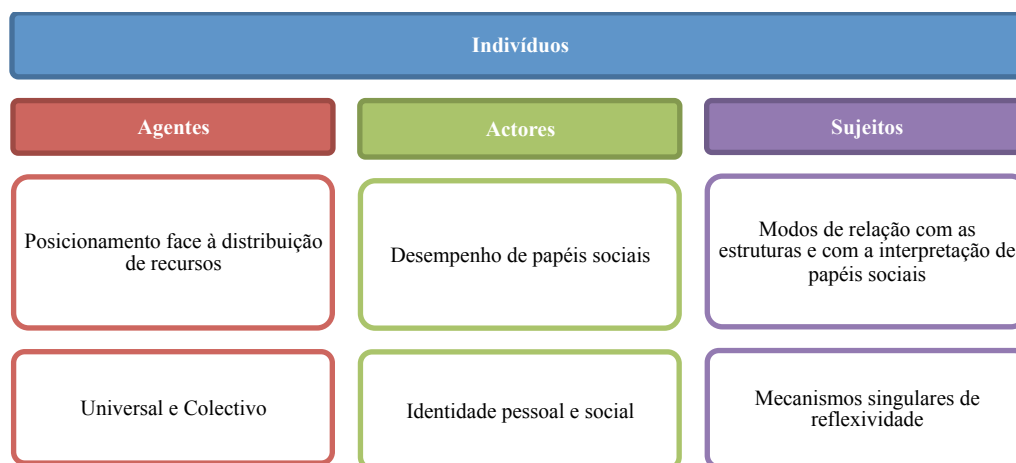


Figura 6.2: Constituição social dos indivíduos

As noções de agente, actor e sujeito remetem, de facto, para diferentes aspectos da relação que as pessoas estabelecem com a realidade social (Archer, 2003b: 118-119). Antes de mais, todos os indivíduos são agentes, no sentido em que se encontram posicionados involuntariamente, por via das

suas origens sociais, no espaço de distribuição de recursos económicos, culturais e sociais (Bourdieu, 2001, 2003). Partilham, nesse sentido, hipóteses de vida similares com as pessoas que têm a mesma localização no espaço social. A noção de agente remete, por isso, para atributos colectivos e para uma condição universal.

São, por outro lado, actores pelo desempenho de papéis sociais nos diferentes contextos por onde se movem. O leque de papéis interpretados depende, em larga medida, do lugar que os indivíduos ocupam enquanto agentes. Mas esses papéis são personificados e desempenhados de forma singular por cada actor, o que contribui para definir a sua identidade pessoal e social (Goffman, 1990).

São também sujeitos enquanto criadores e executores de projectos pessoais (Archer, 2003b, 2007a). A elaboração e implementação dos seus objectivos expressa os modos de relação que estabelecem quer com os seus enquadramentos estruturais enquanto agentes, quer com os seus papéis sociais enquanto actores. É por ser sujeito que o indivíduo, através de mecanismos singulares de reflexividade, atribui sentido às suas acções, toma por objecto os limites e possibilidades das suas condições e contextos e opta por orientar as suas condutas num determinado sentido, que pode ou não contrariar os seus posicionamentos como agente e como actor.

Este modelo tripartido é particularmente útil do ponto de vista analítico porque permite compreender como se combinam numa mesma pessoa não só os poderes causais das estruturas e dos indivíduos, como também os níveis estrutural, contextual e individual.

6.5. A análise de processos reflexivos ao nível individual

Com base nos contributos teóricos e nos parâmetros operatórios que têm vindo até aqui a ser discutidos, importa agora compreender como se articulam os objectivos desta investigação num modelo teórico de análise empírica.

O objectivo central deste trabalho é, em termos globais, o de compreender os mecanismos sociais da reflexividade individual⁶⁷. Em concreto, procura-se perceber:

- a) como se constitui e se desenvolve numa pessoa a capacidade de pensar sobre si mesma e sobre as suas condições sociais;
- b) como se caracterizam esses processos reflexivos, ou seja, como ocorrem, em que parâmetros e circunstâncias, em que contextos;
- c) e que efeitos têm na definição de cursos de acção específicos.

⁶⁷ Na linha da problematização do realismo crítico, entende-se por mecanismo “the *modus operandi* that makes a situation transform or not transform into something else. More specifically, I propose that ‘mechanism’ is defined as a cause of a (causal) conjunction, a *cause that has a (causal) relationship as its effect*.” (Brante, 2001: 175)

São, portanto, objectivos que remetem para três processos distintos com diferentes localizações temporais: formação (passado), definição (presente) e eficácia causal (futuro) da reflexividade. Compreender os modos como as pessoas pensam acerca de si mesmas tendo por referência as suas circunstâncias sociais pressupõe a construção de um modelo analítico que incorpore dinâmicas, recursos e contextos que permitam precisamente dar conta desses diferentes momentos.

A figura 6.3 representa graficamente os níveis, dimensões, conceitos e relações entre conceitos que se considera serem centrais para a análise da reflexividade individual.

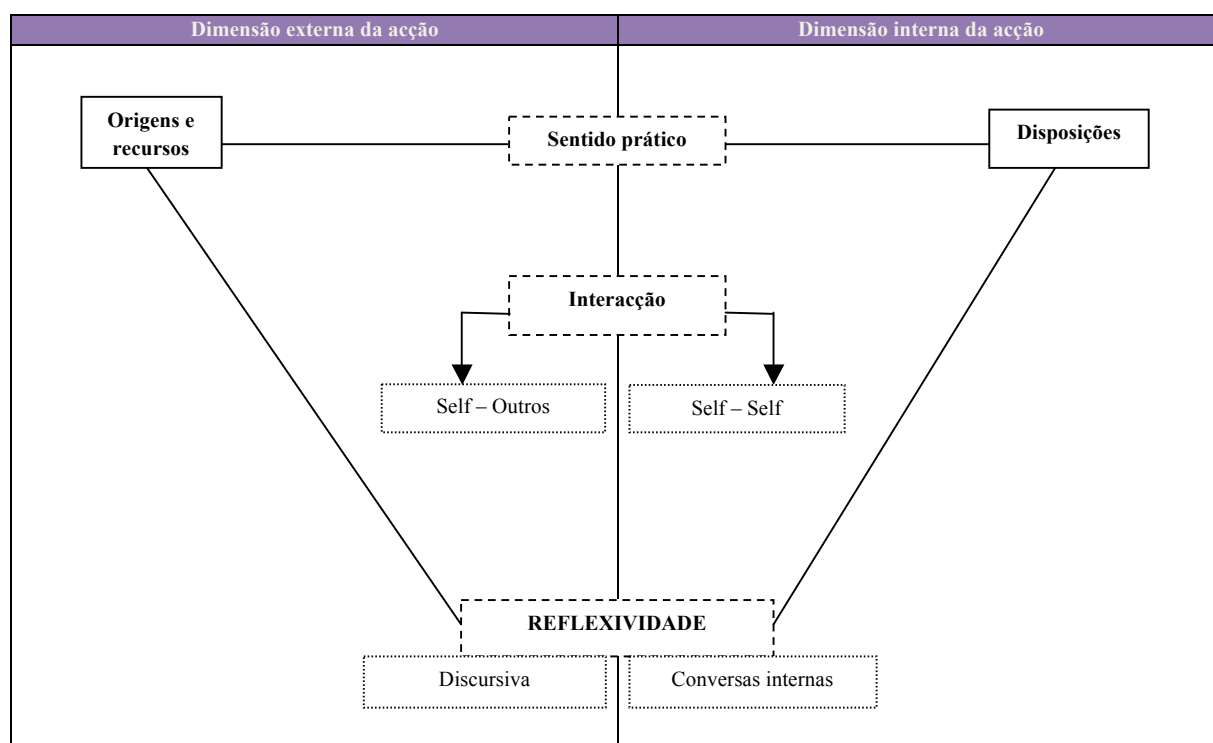


Figura 6.3: Modelo de processos reflexivos ao nível individual

Este modelo de análise dos processos reflexivos ao nível individual ancora fundamentalmente em quatro noções.

1) Antes de mais, assenta na distinção entre as *dimensões externa e interna da acção* (Alexander, 1988, 1998; Mouzelis, 2008). Assumindo que a realidade social tem uma existência material e mental (Brante, 2001: 172), é importante estabelecer esta diferenciação para dar conta quer da dualidade, quer do dualismo que caracterizam a relação entre a eficácia causal das estruturas e a capacidade agencial dos sujeitos.

A dimensão externa remete, desde logo, para a posse de recursos económicos e culturais, quer no que concerne as origens sociais, quer no que diz respeito à localização presente dos indivíduos no espaço social. Pretende-se, neste âmbito, compreender quais as suas condições materiais de existência. Os contextos de interacção integram também esta componente exterior das condutas por corresponderem aos enquadramentos, possibilitados em larga medida pelo posicionamento social dos agentes, que são palco dos contactos face-a-face (mesmo que mediados) entre actores sociais. Os indivíduos podem ter diferentes níveis de reflexividade em contextos sociais diferentes, até porque alguns domínios podem estimular, mais do que outros, o desenvolvimento e activação de competências reflexivas. É nestes contextos, nos quais os actores interpretam diferentes papéis, que se manifesta a componente externa da reflexividade individual. No decorrer da interacção, os indivíduos podem discursivamente, na presença de outros e com a sua colaboração, reflectir oralmente sobre problemas, questões, objectivos, planos e intenções, ponderando as suas possibilidades e limitações.

Mas a componente discursiva da reflexividade pode ainda manifestar-se por via da escrita, na medida em que se trata de um processo que implica racionalização, domínio simbólico da linguagem e distanciamento, tal como o trabalho de Lahire (1995b, 2001a, 2008c) permitiu perceber. A este nível é particularmente importante mobilizar também o conceito de literacia (em prosa, documental e quantitativa) para dar conta do modo como a informação escrita é mobilizada e interpretada pelos sujeitos enquanto instrumento de exercício da reflexividade (Ávila, 2007, 2008; Benavente et al., 1996; Costa, 2003b; Gomes, 2003, 2005). No contexto português assume ainda maior relevância atentar a este conceito, na medida em que, sendo o domínio da escrita uma competência-chave numa sociedade que tem crescentemente na sua base de estruturação a informação e o conhecimento, se verificam discrepâncias acentuadas na sua distribuição. A literacia pode ajudar a perceber modos diferenciais de recurso à escrita para exercício da reflexividade e até a própria constituição dos mecanismos reflexivos em termos gerais.

Quanto à dimensão interna, é tida em conta a componente mental dos mecanismos de reflexividade, bem como a sua articulação, no espaço privado das mentes individuais, com os sistemas de disposições. Importa, portanto, atentar aos processos de interiorização da exterioridade, bem como à relação que os sujeitos estabelecem consigo mesmos e com as suas disposições, tomando-se como objecto no decurso dos diálogos internos que mantêm numa base regular.

2) A relação entre as dimensões interna e externa da acção é *mediada* a três níveis. No nível estrutural o sentido prático representa o ajustamento pré-reflexivo entre disposições e condições materiais de existência e actua como mecanismo orientador das condutas (Bourdieu, 2003, 2008). O que significa que os agentes conhecem, de forma implícita, porque interiorizaram ao longo dos seus trajectos de vida esquemas de interpretação, as possibilidades objectivas dos seus recursos e

contextos e agem em conformidade, sem que as suas acções resultem de processos de racionalização. Os enquadramentos contextuais assumem também um cariz mediador, na medida em que as deliberações reflexivas que resultam da interacção que os actores mantêm consigo mesmos são sempre filtradas, e por isso potencialmente implementadas, negociadas, reformuladas ou anuladas em contextos concretos de interacção com outros actores sociais (Goffman, 1986a, 1986b, 1993). Ao nível individual situa-se a reflexividade como mecanismo mediador, já que os constrangimentos e possibilidades delimitados pelas estruturas e contextos são, em diversos momentos, activados pelas competências reflexivas dos sujeitos, que se manifestam através das conversas que estabelecem consigo mesmos (Archer, 2003b, 2007a). Tal como proposto pelo modelo trifaseado de Archer, os poderes causais das estruturas são activados como constrangimentos ou possibilidades por parte dos sujeitos, que definem os seus projectos com base na articulação entre as suas preocupações e as condições objectivas dos contextos sociais em que actuam.

3) Sendo o objectivo central da investigação a análise da formação, composição e eficácia causal da reflexividade individual, é fundamental compreender como se *combinam as diferentes dimensões e factores* e que efeitos têm nas competências reflexivas dos sujeitos.

Um dos implícitos mais frequentes nas abordagens que se tem vindo até aqui a discutir é o de que qualificações escolares mais elevadas, mais recursos económicos, mais capital cultural e social, maior diversidade de papéis, contextos e redes, maior frequência de situações de crise e maior dissonância intrapessoal são factores que conduzem potencialmente a um incremento da reflexividade individual. São hipóteses que, para além de carecerem de verificação empírica, não devem ser pensadas de forma simplista e unidirecional, sendo antes necessário examinar as combinatórias que potenciam as capacidades reflexivas dos sujeitos. Nem interessa propriamente medir competências no sentido de identificar quem é mais ou menos reflexivo. A questão fulcral é perceber o que leva a que a reflexividade seja exercida, em moldes específicos, em determinados contextos, e que efeitos tem na definição das condutas.

Por exemplo, um mesmo indivíduo pode passar muito tempo a reflectir sobre as suas opções de carreira e ser particularmente estratégico na esfera profissional, em muito devido às suas origens sociais e às suas aprendizagens formais, mas, por outro lado, ter uma orientação mais ancorada nas disposições que incorporou ao longo da vida na esfera familiar. Ou seja, pode reflectir bastante sobre o seu papel enquanto especialista de uma dada área, contribuindo activamente para melhorar a sua situação profissional, mas não sobre o seu papel enquanto marido ou pai, acabando por reproduzir uma divisão genderizada de tarefas domésticas.

É necessário entender o indivíduo simultaneamente na sua singularidade e pluralidade, como sendo detentor de disposições múltiplas relativamente flexíveis, com orientações plurais da acção e

com diferentes níveis de envolvimento e distanciamento em diferentes contextos (Costa, 2007; Lahire, 2001a, 2002a).

Deve também conceber-se a relação entre factores sociais e a reflexividade como sendo de duplo sentido. O que significa que para além de se compreender que efeitos podem os recursos e os contextos ter na forma como os sujeitos se pensam a si mesmos, deve igualmente ser considerada a eficácia causal da reflexividade nos enquadramentos sociais e condições materiais de existência. É ainda importante perceber se esta capacidade agencial dos indivíduos é diferenciada de acordo com os seus posicionamentos sociais. Como afirma Mouzelis (2008: 227), para sujeitos com escassos recursos as estruturas podem assumir um cariz menos maleável do que para indivíduos com maior volume de capital. O que deve ser analisado em articulação com o grau de permeabilidade de diferentes contextos à acção transformadora dos indivíduos.

4) Todos estes factores e eixos de análise são ainda atravessados por uma *dimensão temporal*. A capacidade de uma pessoa se pensar a si mesma por referência às suas circunstâncias sociais é formada e evolui, possivelmente de forma variável para diferentes contextos, ao longo do percurso biográfico. Mudanças que afectam a distribuição de recursos e a configuração dos contextos no decurso dos trajectos individuais podem ter impacto nas dinâmicas de reflexividade. Importa, neste âmbito, atentar à importância das situações de crise. Ao longo dos seus trajectos de vida, e nas suas vivências quotidianas, os indivíduos experimentam múltiplos desajustes contextuais e biográficos, uns com mais impacto do que outros nas suas formas de agir e de pensar. Estes momentos, potencialmente geradores de inerteza e de tensão, estimulam a activação de competências reflexivas, como aliás Bourdieu destacou (Bourdieu e Wacquant, 2007: 131). Contudo, essas situações de crise são mais frequentes do que o autor preconizou e, tal como o trabalho de Lahire (2001a: 81-86) permite perceber, não têm necessariamente implicações decisivas nas existências individuais.

Ainda na vertente diacrónica da análise, importa perceber que papel desempenha a reflexividade em momentos decisivos do percurso de vida dos indivíduos, em diferentes esferas sociais, e como se articula nesse âmbito com outras formas de orientação da acção. Essa articulação deve ser pensada em conjunção com o grau de inculcação das disposições e com a sua maior rigidez ou flexibilidade face à mudança.

É ainda fundamental atentar às circunstâncias e moldes em que a reflexividade é exercida em situações comuns do quotidiano e não apenas em momentos determinantes ou em ocasiões de crise. A questão central aqui é perceber que papel desempenha a reflexividade no domínio da acção rotineira.

Outro aspecto importante, que remete também para a dimensão temporal, é o que diz respeito aos tempos da acção. Assumindo que o modelo de acção urgente da teoria da prática de Bourdieu não é a única modalidade de organização das condutas, é necessário ter em conta se a acção é mais ou

menos curta, se se prolonga no tempo, se é habitual ou esporádica. Quanto mais prolongada no tempo for uma determinada prática, maior possibilidade existe de distanciamento e reflexão sobre a mesma. Contudo, isso não invalida que a reflexividade seja exercida no próprio tempo da acção. É preciso compreender as lógicas plurais da acção em articulação com os diálogos reflexivos.

Estes quatro pontos têm de ser pensados nas suas múltiplas articulações e intersecções para que seja possível dar resposta às questões que estão no âmago da investigação. Perceber como se forma, define e que impactos tem a reflexividade implica combinar condições materiais objectivas com avaliações subjectivas sobre as mesmas, dimensões internas com dimensões externas da acção, posições com disposições, circunstâncias passadas com contextos presentes e projectos de futuro, posse diferencial de recursos com modos de relação com a acção, relações de interação em copresença com dinâmicas de relacionamento intrapessoal, deliberações reflexivas com a orientação do sentido prático, decisões e opções com configurações contextuais, componentes internas com manifestações externas de reflexividade. Estas dimensões e elementos de análise pressupõem um olhar sobre o real que atravessa diferentes esferas de vida, tempos biográficos e ambientes da acção.

O modelo de processos reflexivos ao nível individual representa a importância de encontrar pontes e elementos de articulação entre abordagens diferentes para que o cariz abstracto de conceitos teóricos possa ser transposto e aplicado a contextos concretos de pesquisa, neste caso tendo por enquadramento as dinâmicas estruturais próprias da sociedade portuguesa. Neste sentido, para que a sua implementação tenha lugar tem ainda que ser transponível para um dispositivo metodológico adequado, que reflecta aquelas que foram as principais opções e orientações teóricas. Requer, neste sentido, uma atenção especial aos métodos escolhidos para prosseguir os objectivos definidos pela pesquisa.

CAPÍTULO VII: O ESTUDO EMPÍRICO DA REFLEXIVIDADE INDIVIDUAL: CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

A aplicação do modelo de processos reflexivos ao nível individual na pesquisa implica transpor os parâmetros teóricos de conceptualização da reflexividade para instrumentos concretos de análise da realidade social. O presente capítulo centra-se precisamente na componente metodológica da investigação, discutindo os principais desafios colocados pela problemática em estudo, delineando um dispositivo metodológico adequado aos objectivos da pesquisa e reflectindo sobre a sua implementação.

7.1. Problemas e desafios

A transposição do modelo analítico definido no capítulo anterior para uma estratégia metodológica concreta coloca um conjunto relevante de desafios operatórios que devem ser devidamente considerados. É possível identificar, a este nível, três ordens distintas de problemas: de acesso, de expressão e de interpretação.

As primeiras dificuldades encontradas na análise sociológica da reflexividade individual dizem respeito a problemas de *acesso* ao fenómeno em estudo. É uma questão que se traduz, no fundo, num problema de observação. A escolha da problemática da reflexividade tem subjacente esta preocupação primordial, sob a qual assenta a própria viabilidade da pesquisa. A decisão de prosseguir o estudo implica, por isso, dar resposta a esta inquietação.

A apreensão inicial que o estudo sociológico da reflexividade pode suscitar está relacionada com o facto de o objecto de análise ser à partida menos “visível” e imediato. Como aceder a modos de pensar, ponderar e deliberar que, apesar da sua componente externa, tendem a ser sobretudo associados à privacidade mental de cada indivíduo?⁶⁸ Toda a discussão teórica prévia aponta precisamente para o cariz social da vida interior dos sujeitos. Vale a pena lembrar que “un comportement solitaire est tout autant social qu’un comportement avec autrui et ce parce qu’un «individu isolé» est intersubjectif par nature et que son activité mentale «intérieure» est dépendante de ses expériences sociales passées et présentes.” (Lahire, 2001a: 331). Neste sentido, as dinâmicas sociais internas dos sujeitos podem ser analisadas pela sua exterioridade⁶⁹.

Não sendo possível observar de forma directa processos internos da mente, a resposta tem de estar na observação das suas manifestações, nomeadamente através do discurso. Pode pedir-se a cada pessoa que se pronuncie sobre a forma como exerce a sua reflexividade, em diferentes contextos, em diferentes momentos do tempo. Esta é, aliás, a opção metodológica seguida para a análise de um vasto leque de problemas sociológicos, nomeadamente aqueles que não podem ser observados

⁶⁸ Para uma discussão similar, reportada à análise do pensamento, ver Collins (2004: 184-190).

⁶⁹ “Pour comprendre l’«intérieur», il n’y a alors qu’une seule solution: faire l’étude la plus fine, la plus circonstanciée et la plus systématique possible de l’«extérieur».” (Lahire, 2001a: 344-345)

directamente. Neste âmbito, o estudo da reflexividade está ao mesmo nível e enfrenta as mesmas dificuldades de investigação que, por exemplo, a análise de disposições incorporadas ou de atitudes (Archer, 2003b: 154-156). Aquilo a que um/a investigador/a pode aceder é à sua materialização em declarações e práticas, que são, aliás, a sua forma de existência social.

O hiato de tempo entre o exercício da reflexividade em momentos específicos e o discurso que é produzido por cada indivíduo sobre esse processo no contexto de investigação coloca outro problema de acesso ao objecto de estudo. Pode solicitar-se a uma pessoa que fale sobre reflexões passadas, mas esse distanciamento temporal tem por implicação uma possível reconstrução de sentidos e significados. O discurso de cada indivíduo é nesse sentido filtrado pela memória⁷⁰, pela experiência e pelas circunstâncias sociais e estados emocionais presentes, o que dificulta o acesso ao que foi concretamente pensado num dado momento da sua vida. Mais uma vez, esta dificuldade coloca-se para um leque considerável de temáticas sociológicas, não sendo exclusiva da análise da reflexividade. A remissão para práticas e representações do passado tem sempre subjacente dinâmicas de reinterpretação de acontecimentos, relações e decisões tomadas. Numa pesquisa que se centra precisamente nos sentidos individuais porque constituiria um obstáculo trabalhar com significados reconstruídos?

Para já, o discurso sobre acontecimentos passados não está, geralmente, desconectado em absoluto daquilo que realmente teve lugar, baseando-se em situações concretas. Cada indivíduo tem também competências para descrevê-las e memória para falar, de modo mais ou menos aproximado ou detalhado, daquilo que sucedeu e do que sentiu e pensou na altura. Para além disso, mesmo adoptando uma perspectiva diacrónica, a investigação sobre um dado tema representa sempre um recorte particular e temporal do real. O discurso de cada pessoa sobre as suas experiências e reflexões pode evoluir ao ponto de se estruturar de forma diferente se fosse contactada noutra momento da sua vida. Estas dinâmicas devem, portanto, ser reconhecidas como problemas gerais de investigação em sociologia e não como obstáculos acrescidos ao estudo da reflexividade.

Uma segunda ordem de dificuldades metodológicas remete para problemas de *expressão* que derivam do facto de a análise da reflexividade assentar sobretudo no discurso dos indivíduos. O processo de recolha de informação ancora, em grande medida, nas competências discursivas de cada pessoa e na sua capacidade de dar resposta às diferentes solicitações que lhe são feitas. O que significa que os indivíduos têm de transpor para palavras processos mentais que, como foi já discutido, não se concretizam apenas em linguagem, mas também em símbolos e imagens. Se pode ser difícil fazê-lo para si mesmos, a tarefa torna-se ainda mais complicada quando têm de transmitir e explicitar essas conversas internas a uma terceira pessoa⁷¹. Não sendo viável reproduzi-las com

⁷⁰ Entendida aqui como resultando de uma “*configuração de efeitos produzidos na interioridade por presenças, acordos e dissídios relacionais com a exterioridade.*” (Conde, 1994: 60)

⁷¹ Ver também Correia (2012: 48) e Elias (2002: 71).

exactidão no que à forma diz respeito, aquilo que sucede é a apresentação, por parte dos sujeitos, de uma sùmula interpretativa daquilo que consideram ser mais importante (Archer, 2003b: 155).

Mas isto ocorre para a generalidade das investigações em sociologia que recorrem a uma estratégia metodològica assente no discurso individual. No decorrer de entrevistas subordinadas aos mais diversos temas, como sejam a família, o trabalho ou a escola, cada pessoa centra o seu discurso naquilo que se recorda e no que considera ser mais relevante para o que lhe é pedido e para a imagem que pretende transmitir de si nesse contexto. O trabalho sociològico é, neste âmbito, feito com base na informação que é selectivamente dada a conhecer por cada pessoa⁷².

As dificuldades que derivam deste processo de construção e apresentação de sentido remetem para a terceira ordem de problemas metodològicos na análise da reflexividade: os de *interpretação*. A pesquisa tem de assentar na interpretação sociològica de sujeitos interpretativos. O facto de os indivíduos terem os seus próprios conceitos e esquemas de sentido do mundo social em que vivem torna o processo de dupla hermenêutica incontornável na análise da reflexividade individual (e na pesquisa sociològica em geral). Ou seja, para compreender as condutas e esquemas mentais dos sujeitos, a investigação deve debruçar-se sobre o conhecimento que os mesmos têm do real, bem como das suas práticas e representações. Por outro lado, o conhecimento científico da sociologia pode ser incorporado, nem que seja parcialmente e de forma segmentada, no discurso interpretativo dos indivíduos. É uma relação de duplo sentido que deve ser devidamente reconhecida nos processos analíticos da pesquisa (Giddens, 1993: 5-13)⁷³.

Mas, como afirma Archer (2003b: 154), apesar de a dupla hermenêutica ser inevitável, não deve constituir-se como obstáculo à investigação, particularmente quando o objecto de estudo é precisamente o modo como cada pessoa pensa sobre si mesma no mundo. É necessário encontrar um equilíbrio, como Archer (*idem*: 156) defende, que não implique minimizar o cariz interpretativo das declarações individuais, nem maximizar as dificuldades que daí advêm, na medida em que representam preocupações gerais de investigação. Os indivíduos são detentores de um grau aprofundado de conhecimento sobre si mesmos a que não é possível aceder plenamente pelos instrumentos metodològicos da sociologia. O seu auto-conhecimento pode ser interpretado na pesquisa sociològica com lacunas, falhas e hiatos. Mas isso sucede na interpretação do discurso individual sobre qualquer temática e independentemente do processo de recolha de informação. Se a resposta a uma dada questão num inquérito por questionário pode ocultar muitas vezes a complexidade de uma representação ou prática, o mesmo pode acontecer em contexto de entrevista. O acesso à multiplicidade de sentidos e significados das experiências individuais é sempre parcial e orientado pelas questões de investigação. Neste sentido, considerar inexecuível o estudo da

⁷² A análise das conversas internas por via da sua exteriorização não assume, por isso, um cariz necessariamente “duvidoso”, contrariamente ao que é apontado em Oliveira (2011: 130).

⁷³ Ver também Hamel (2007).

reflexividade implicaria inviabilizar também a análise de representações, atitudes, crenças e intenções.

Aquilo que a discussão em torno deste conjunto de problemas metodológicos permite perceber é que o estudo da reflexividade se enquadra inteiramente nos parâmetros de análise sociológica e não coloca dificuldades essencialmente diferentes das que surgem na pesquisa de outras temáticas. Uma investigação centrada na reflexividade individual requer um conjunto de preocupações e cuidados operatórios e metodológicos que são partilhados por outras problemáticas. A questão central aqui remete sobretudo para o modo como o tema é tratado (Lahire, 2001a: 334).

Na análise sociológica da reflexividade individual entrecruzam-se três níveis distintos de reflexividade: a do/a investigador/a, a das pessoas entrevistadas e a que é especificamente suscitada pelo contexto de entrevista. É pedido ao sujeito entrevistado que fale sobre assuntos que permitam aceder aos seus mecanismos de reflexividade, sendo que a produção de discurso nesse âmbito é em si mesmo um acto reflexivo. Com base na informação recolhida, cabe depois ao/a investigador/a analisar estes processos, exercendo uma “reflexividade reflexa”, ou seja, pondo em prática as suas competências sociológicas de reflexividade, enquanto instrumento de vigilância epistemológica (Bourdieu, 1984, 1993, 1998, 2004)⁷⁴. O que implica accionar, de acordo com May (1998), uma reflexividade endógena, direccionada para o modo como as práticas científicas actuam no real, mas também, e sobretudo, uma reflexividade referencial, centrada nos efeitos produzidos pelo encontro entre a reflexividade dos actores sociais e a dos investigadores. Estes procedimentos epistemológicos são comuns aos estudos com uma metodologia de recolha de dados assente no discurso individual. A diferença reside no facto de a reflexividade ter nesta investigação uma tripla função: é o objecto de estudo e não apenas um meio para obter informação ou um instrumento de vigilância epistemológica.

7.2. Estratégia metodológica

Tendo em conta que a presente investigação se centra nos modos de pensar dos indivíduos, por referência às suas circunstâncias sociais, o discurso constitui, como tem vindo a ser discutido, uma via de acesso privilegiada a esses processos mentais. O que implica recorrer a uma abordagem qualitativa, de cariz intensivo. Para analisar os mecanismos sociais de reflexividade é, de facto, indispensável atender às narrativas de racionalização, interpretação e atribuição de sentido produzidas por cada pessoa para descrever, explicar e justificar as suas representações e condutas. Os relatos individuais (independentemente de serem orais ou escritos) são, no fundo, a forma privilegiada de aceder não apenas às experiências biográficas de cada pessoa, mas sobretudo ao modo como cada situação foi vivida, interpretada e racionalizada. O recurso a terceiros pode

⁷⁴ Para uma discussão sobre o papel da reflexividade no processo de investigação ver também Adkins (2009), Finlay (2002) e Skeggs (2009).

constituir uma outra via de acesso a esses processos reflexivos, mas assume neste contexto um cariz complementar, não substituindo a narrativa produzida na primeira pessoa.

O centramento no discurso individual como estratégia metodológica privilegiada deve, contudo, atender a três aspectos operatórios. Primeiro, o exercício do princípio da não-consciência das práticas *do ponto de vista metodológico* deve ser assegurado. Contrariamente a Bourdieu (2008; Bourdieu, Chamboredon e Passeron, 1983), não se reitera esse princípio do ponto de vista teórico, ou seja, considera-se que os indivíduos têm competências reflexivas que podem, em determinados momentos, debruçar-se sobre as disposições que habitualmente operam de forma não consciente. Cada pessoa é considerada capaz de descrever, interpretar e atribuir sentido às suas opções e circunstâncias. Mas isso não significa que os indivíduos tenham sempre plena consciência da combinação complexa de factores e determinações sociais que explicam as suas acções. É necessário ir além do campo de consciência dos sujeitos e explorar também dinâmicas e mecanismos sociais que operam, geralmente, a um nível não consciente⁷⁵. Aquilo que uma pessoa destaca como sendo o mais relevante para explicar as suas condutas pode não ser necessariamente o factor mais determinante do ponto de vista sociológico. As narrativas de cada sujeito são, neste âmbito, entendidas também como meio de acesso a mecanismos sociais que os próprios indivíduos não conseguem necessariamente verbalizar ou reconhecer nas suas representações e condutas.

Em segundo lugar, deve ser considerado o cariz excepcional que pode assumir a narração produzida especificamente para fins de investigação. Os momentos de entrevista, por exemplo, constituem situações extraordinárias e representam uma ruptura com o sentido prático do quotidiano. O discurso de quem é entrevistado resulta sempre do encontro entre as suas disposições e expectativas e as do/a investigador/a (Denzin, 1989: 82; Fontana e Frey, 2000: 646, 663; Holstein e Gubrium, 1997: 113-114; Lahire, 2001a: 133-134; Mason, 2009: 226-227; Nilsen, 1996: 17). Há dinâmicas de omissão consciente e aspectos menos conscientes que não são discutidos. Mas apesar de se produzir uma interacção particular e se estimular um determinado tipo de discurso reflexivo, na realidade são múltiplas as situações ao longo do percurso de vida de uma pessoa em que a mesma se pronuncia sobre as suas atitudes e acções e racionaliza para si mesma e para os outros as escolhas que fez. Não o faz certamente de modo tão concentrado e pormenorizado, mas os relatos interpretativos fazem parte do quotidiano dos sujeitos (Garfinkel, 1999; Goffman, 1986a, 1993; Lahire, 2001a, 2008b; Orbuch, 1997). Os indivíduos têm a sua própria grelha de análise do mundo que lhes permite reflectirem sobre si mesmos, bem como explicarem o que são e o que fazem. As suas narrativas resultam de auto-observação, mas também da interpretação que os outros indivíduos deles fazem.

Estes processos de auto-análise não se restringem a situações excepcionais como sejam momentos de entrevista ou sessões de terapia, por exemplo. A existência em sociedade, em particular

⁷⁵ Como afirma Bachelard (1970: 38), “Il n’y a de science que de ce qui est caché.”

face aos processos de mudança das últimas décadas, implica que os indivíduos relatem, expliquem e justifiquem os seus comportamentos e as suas concepções do real, seja na esfera do trabalho, da família ou das sociabilidades. A interacção com os outros tem subjacente estas dinâmicas de racionalização e de apresentação de si (Garfinkel, 1999; Goffman, 1993); faz parte das competências do actor social. No decorrer de uma entrevista essas visões de si, dos outros e do mundo são mobilizadas consoante as solicitações específicas da investigação. Não apenas no sentido de tornar visível um discurso pré-existente, mas sobretudo de promover uma reflexão com base nas experiências e percepções de cada pessoa. Neste âmbito articulam-se elementos discursivos habitualmente partilhados noutros contextos com aspectos que emergem apenas no decurso da entrevista, seja porque nunca foram pensados previamente, seja porque os indivíduos têm a oportunidade de actualizar as suas visões ao longo da narração que aí fazem. A situação de entrevista pode, de facto, constituir uma experiência nova e estranha para quem é entrevistado, mas é uma técnica metodológica que consiste, no fundo, em estimular processos de reflexão que ocorrem de forma mais dispersa e segmentada ao longo das suas vidas.

Em terceiro lugar, numa pesquisa centrada no discurso individual é fundamental ter em conta a existência de diferenças nas competências discursivas dos sujeitos (Conde, 1993b; Poliak, 2002). As narrativas produzidas em contexto de entrevista decorrem sempre da capacidade de expressão verbal de cada pessoa. O modo como os indivíduos falam de si mesmos pode depender de uma articulação singular de factores, como sejam os níveis de escolaridade, as actividades profissionais, as socializações de género ou outras experiências biográficas. Importa, contudo, realçar que no âmbito da presente investigação a forma do discurso é secundarizada face aos conteúdos veiculados na narração. O foco analítico centra-se no que é dito e não tanto no modo como é dito. Os sujeitos falam sobre si mesmos nos seus próprios termos e são sempre falíveis na transposição de reflexões, experiências passadas e emoções para o discurso oral. Como afirma Conde (1994: 42), na narração biográfica cruzam-se a capacidade reflexiva dos sujeitos, as suas competências expressivas e ainda a comunicabilidade das suas experiências vividas. Mas, tal como foi já discutido, estas questões encontram-se presentes na análise de outros objectos de estudo que não podem ser observados directamente. O trabalho sociológico tem de assentar, neste sentido, em sínteses interpretativas produzidas por cada sujeito, que permitem aceder ao recorte do real definido pela pesquisa.

Atendendo ao facto de que o objectivo central da presente investigação é o de analisar a formação, o exercício e os efeitos na acção da reflexividade individual, o centramento no discurso dos sujeitos tem necessariamente de assumir uma perspectiva diacrónica. O que conduziu, nesta pesquisa, ao recurso a entrevistas biográficas para captar experiências passadas, interpretações presentes e projectos de futuro. Uma biografia pode, aliás, ser definida como: “a story told in the *present* about a person’s life in the *past* and his or her expectations for the *future*” (Brannen e Nilsen, 2011: 609)

A abordagem biográfica conta já com uma longa tradição em sociologia (ver, por exemplo, Becker, 2002; Bertaux, 1981, 2001; Chamberlayne, Bornat e Wengraf, 2000; Conde, 1993a, 1993b, 1993c, 1994, 1999, 2011b; Denzin, 1989; Desmarais e Grell, 1986; Giele e Elder Jr., 1998; Lewis, 1970; Passeron, 1990; Poirier, Clapier-Valladon e Raybaut, 1995; Pujadas, 1992; Smith, 1998; Thomas e Znaniecki, 1984; Wengraf, 2001)⁷⁶. São muitas as designações formais utilizadas para definir um tipo de análise sociológica ao nível individual que se centra no percurso de vida de um indivíduo, enquanto sujeito “portador de história” (Conde, 1993b: 41), integrando-o em processos sociais mais abrangentes: biografias, histórias de vida, relatos de vida, entrevistas biográficas, método biográfico, perspectiva do curso de vida, etc.

Cada uma destas denominações remete para parâmetros analíticos diferentes. Há que distinguir aquilo que é uma técnica de recolha de informação, como as entrevistas biográficas, daquilo que consiste num programa de investigação específico como o método biográfico. Existem diferenças consoante se esteja a falar da reconstrução de uma história de vida com base no relato pessoal, no de terceiros, em documentos biográficos, ou na combinação dos três. Uma abordagem quantitativa a trajectos de vida, como a perspectiva do curso de vida, assenta em procedimentos diferentes dos que são mobilizados por uma análise qualitativa.

No entanto, respeitando estas diferenças, mais do que optar por uma designação, o que é fundamental destacar no âmbito desta investigação é que a história de vida de uma pessoa, num sentido mais lato, constitui um instrumento de análise da singularidade de cada caso individual, no contexto de dinâmicas estruturais mais vastas (Bertaux, 2001; Brannen e Nilsen, 2011; Conde, 1993b, 1993c, 1994; Roberts, 2002). No fundo, “*singulariza* no indivíduo a *universalidade* da estrutura social” (Conde, 1993b: 41). A reconstrução de um trajecto pessoal permite delinear um retrato sociológico, no sentido de Lahire (2002a), que evidencia em simultâneo a pluralidade contextual e a peculiaridade de cada opção individual, bem como a articulação entre ambas.

O recurso à biografia individual nesta pesquisa cumpre um propósito específico: o de compreender, numa perspectiva diacrónica, os mecanismos de reflexividade individual, no que à sua formação, activação e efeito causal diz respeito. No sentido de Denzin (1989: 14), a investigação assenta “upon the subjective verbal and written expressions of meaning given by the individuals being studied, these expressions being windows into the inner life of the person.” O percurso de vida é, assim, entendido como meio para aceder ao objecto de análise, como “via de conhecimento” (Bertaux, 2001; Conde, 1993b). O que implica atentar aos acontecimentos que ocorreram ao longo da vida de um sujeito (Nico, 2012), mas também aos seus estados, ou seja, à subjectividade associada a cada um desses momentos (Bertaux, 2001: 87; Brannen e Nilsen, 2011: 609; Clandinin e Connelly, 1998: 158; Conde, 1993b: 49, 1993c: 214, 2011b: 20; Denzin, 1989: 30; Gerson e Horowitz, 2009: 206; Lawler, 2009: 243). A narração de uma história de vida não é apenas feita da descrição de

⁷⁶ Ver também Atkinson (1998), Bertaux e Kohli (1984), Bertaux-Wiame (1986), Bessin (2009), Brandão (2007), Demazière e Dubar (1999), Ferrarotti (1983, 1991), Lechner (2009) e Mayer (2009).

situações factuais; não corresponde apenas à sucessão, mais ou menos cronológica, de eventos (Bertaux-Wiame, 1986: 92; Grell, 1986: 162). E é precisamente aí que reside o seu potencial na análise da reflexividade individual, na medida em que a exposição das circunstâncias de um trajecto de vida é geralmente feita em articulação com a apresentação de razões para agir, com o balanço de opções passadas, com a atribuição de sentido às condutas sociais.

Não significa, por outro lado, considerar a biografia apenas por relação ao sujeito interpretativo. Para evitar a “ilusão biográfica” de unidade de um percurso permeado em exclusivo de intenções, estratégias e projectos, é fundamental atentar à estrutura das relações e contextos sociais em que cada indivíduo se encontra inserido (Bourdieu, 2001: 58). Para além disso, deve ser tido em conta que o discurso produzido por uma pessoa numa entrevista biográfica é mediado a vários níveis. Não só pelas disposições incorporadas ao longo do trajecto individual no espaço social, mas também, como foi já referido, pela memória, pelas capacidades discursivas, pelas competências reflexivas, pela selectividade das situações narradas, por dinâmicas de exposição e ocultação de ocorrências e pelo próprio contexto simbólico e material da entrevista (Bertaux, 2001: 36; Poirier, Clapier-Valladon e Raybaut, 1995: 25).

A presente investigação assenta, por isso, na reconstrução do percurso biográfico individual através da combinação de relatos factuais, interpretações pessoais e configurações estruturais, sem perder de vista o efeito dos processos de mediação do discurso. A realização de entrevistas biográficas permite precisamente captar a articulação entre estas dinâmicas.

Para o efeito foi construído um guião de entrevista que estimula o discurso em torno dessas componentes de análise (ver anexo A). O guião estrutura-se em três blocos de questões. O primeiro diz respeito ao percurso biográfico e procura explorar o trajecto de vida da pessoa entrevistada, centrando-se na descrição e reflexão sobre condições, contextos, preocupações centrais e projectos. Porque o objectivo da investigação passa por analisar os mecanismos sociais de reflexividade numa perspectiva abrangente, não se centrando em áreas particulares de existência, este bloco da entrevista atravessa diferentes esferas de vida e períodos temporais. Neste sentido, foi pedido a cada indivíduo que partilhasse as suas experiências e percepções relativamente a diferentes domínios de vida como a família, a escola, o trabalho e as sociabilidades e lazeres, nas diferentes fases dos seus percursos biográficos. Para cada uma destas esferas procurou-se compreender, diacronicamente, as condições estruturais, os modos de relacionamento pessoais e as opções individuais dos entrevistados e entrevistadas. Na parte final deste bloco foi ainda solicitado aos indivíduos que avaliassem o seu trajecto de vida, destacando momentos e pessoas importantes, pontos de viragem⁷⁷, contextos e decisões que gostariam de mudar no passado, preocupações centrais de vida e sua evolução, bem como projectos de futuro.

⁷⁷ Também designados por momentos críticos, decisivos ou de viragem (Denzin, 1989; Giddens, 2001; Holland e Thomson, 2009; Thomson et al, 2002), ou por epifanias (Denzin, 1989).

Este momento final do primeiro bloco de entrevista permitiu a cada pessoa fazer um balanço com base nas situações biográficas previamente descritas, mas introduzindo uma maior componente interpretativa em relação às suas condições estruturais e agenciais. Para além disso, acabou também por constituir um momento importante de revelação de acontecimentos que não tinham sido ainda mencionados. A adopção de uma visão de conjunto do percurso de vida, bem como a reflexão feita em torno do que assume maior importância nas suas vidas criou um espaço propício para introduzir novos relatos e reflexões.

É a informação conseguida neste primeiro bloco de entrevista que permite reconstruir, em grande medida, os processos de formação, activação e causalidade da reflexividade individual.

O segundo bloco do guião de entrevista centra-se no quotidiano das pessoas entrevistadas, numa perspectiva sincrónica. O foco incide nos hábitos diários, nas possíveis rupturas a essas rotinas e nos seus protagonistas. Com a informação obtida através destas questões pretende-se compreender como se articulam no dia-a-dia a componente incorporada dos hábitos quotidianos, com situações de crise, planeamento e ponderação.

Por fim, o terceiro bloco é o que diz respeito, de forma mais directa e explícita, às dimensões da reflexividade individual. Num primeiro momento foi solicitado aos indivíduos que falassem sobre as suas conversas internas. A opção de Archer (2003b:161; 2007a: 91) por perguntar de forma directa às pessoas entrevistadas se estão conscientes que conversam consigo mesmas, silenciosamente nas suas mentes, revelou ser desadequada no contexto desta investigação. Não só era difícil para alguns entrevistados (geralmente os menos qualificados) compreenderem a ideia de falarem para si próprios, como essa noção remetia frequentemente para uma condição patológica. Algumas pessoas pensavam estar a ser questionadas sobre a prática de falarem oralmente sozinhas, o que consideravam ser sinal de demência.

A palavra “conversar” teve, portanto, de ser substituída por outra que remetesse para o mesmo tipo de dinâmicas internas, mas que não tivesse uma conotação negativa. A solução passou por usar, com alguns entrevistados e entrevistadas, o termo “pensar” ou a expressão “pensar para si mesmo”. Embora em termos teóricos o conceito de conversa interna não se restrinja à noção de pensar, metodologicamente revelou ser a melhor opção. Noutros casos, nomeadamente entre as pessoas com níveis de escolaridade mais elevados e com competências discursivas mais desenvolvidas, foi possível utilizar noções como as de “introspectivo/a” ou “reflexivo/a”. A linguagem mobilizada para as questões deste último bloco foi sempre ajustada de acordo com o discurso nas duas secções anteriores da entrevista.

Toda a conversação em torno destas noções assentou, em grande medida, na listagem de dez actividades mentais proposta por Archer (2003b: 161; 2007a: 91). Foi perguntado a cada pessoa se tem por hábito planear, ensaiar, ponderar, decidir, reviver, estabelecer prioridades, imaginar, clarificar, estabelecer conversas imaginárias e calcular. Sempre que se justificou – nomeadamente

quando as respostas eram mais apressadas, não eram dadas ilustrações e se pretendia aprofundar o assunto – foram mobilizadas situações já narradas nos dois blocos anteriores da entrevista para colocar estas questões. Apesar de para Archer estas actividades serem sobretudo mentais, e de no guião de entrevista desta investigação surgirem na subsecção das conversas internas, deve ser destacado que não foi feita essa especificação no momento da entrevista. Cada pessoa falou destas actividades sem as restringir à sua forma de expressão. Caso contrário, ficariam de fora, por exemplo, diversos modos de planear, calcular ou ponderar, que são exercidos exteriormente.

Na segunda parte do último bloco do guião foi dado destaque a formas de reflexividade discursiva, oral e escrita. Relativamente à vertente oral, as questões direccionam-se para os modos de reflexividade em situações de copresença e para a importância que os outros podem ter no modo como cada pessoa exerce as suas competências reflexivas. Quanto à componente escrita, e na linha das conclusões do trabalho de Lahire (1990, 1993a, 1993b, 1995b, 1997, 2001a, 2008a, 2008b)⁷⁸, o objectivo é compreender o exercício da reflexividade através das práticas de escrita, independentemente do contexto onde as exercem, da forma que as mesmas assumem e do modo como são expressas.

A informação obtida nesta última parte da entrevista foi ainda complementada, sempre que possível, por documentos escritos. Algumas pessoas permitiram o acesso a textos produzidos por si mesmos, nomeadamente escrita partilhada na Internet, em blogs ou redes sociais. Não foi possível aceder a outro tipo de documentos escritos, mais privados, como os diários por exemplo, embora tenham sido frequentemente referidos nas entrevistas. Os materiais textuais analisados enquadram-se, tal como a informação das entrevistas biográficas, no conjunto daquilo que é geralmente denominado por “documentos de vida” (Denzin, 1989: 7). Não assumem, no contexto desta investigação o mesmo papel que as entrevistas, até porque foram poucos os que disponibilizaram este tipo de documentos. Ainda assim, permitem complementar e ilustrar determinados aspectos da análise da reflexividade individual

No final das entrevistas era geralmente perguntado a cada pessoa se gostaria de falar sobre algum assunto que não tivesse sido ainda referido ou sobre algo que fosse importante reforçar sobre si mesma. Na maior parte dos casos os indivíduos não acrescentaram nada às suas narrações. Outros, porém, aproveitaram para reforçar e aprofundar avaliações e balanços relativamente aos seus percursos biográficos.

A estrutura do guião pode, à partida, parecer algo rígida pela quantidade de secções e perguntas em cada bloco. Ao invés do que sucede em muitas investigações centradas em histórias de vida, não foi pedida uma narração espontânea da biografia individual. Como foi já referido, o objectivo passava mais por obter informação sobre um conjunto diversificado de dimensões, do que por analisar a forma do discurso. Deve, contudo, ser destacado que não houve duas entrevistas

⁷⁸ Ver também Aníbal (2011), Chaudron e Singly (1993), Fabre (1993, 1997, 2002), Fossé-Poliak (1993), Laé e Kempeneers (2008) e Torronen e Maunu (2009).

semelhantes do ponto de vista dos conteúdos, do encadeamento de temas e da sucessão de fases de vida narradas. Em última instância, a estrutura de uma entrevista deste tipo depende sempre dos elementos biográficos relatados. É a partir dessa informação que se opta, no preciso instante, por colocar determinadas questões, em momentos específicos, que não seguem necessariamente a ordenação proposta no guião. É, aliás, necessário criar novas perguntas para compreender percepções e factos descritos e aprofundar assuntos abordados. A utilidade do guião assenta sobretudo na orientação que proporciona face ao conjunto de temáticas que se pretende abordar. Em nenhuma das entrevistas foram colocadas todas as questões listadas. Não só o número de perguntas foi diferente para cada pessoa entrevistada, como as próprias questões colocadas variaram bastante de caso para caso. Há sempre uma dose elevada de imprevisibilidade e de espontaneidade no decorrer de uma situação de entrevista.

7.3. As entrevistas biográficas

Para a prossecução dos objectivos definidos na investigação optou-se, então, pela realização de entrevistas biográficas. Considerou-se que para dar resposta aos desafios epistemológicos e metodológicos colocados pela análise sociológica da reflexividade, a melhor estratégia seria realizar as entrevistas em duas sessões distintas. Para o efeito, o guião foi dividido em duas partes: a primeira corresponde, em grande medida, ao bloco A (biografia), com excepção da última secção (A5) relativa à componente mais avaliativa da biografia pessoal; a partir desse ponto é então retomada a segunda sessão, prosseguindo com os blocos B (quotidiano) e C (dimensões da reflexividade).

Logo no primeiro contacto com os possíveis entrevistados e entrevistadas era feita essa solicitação de uma entrevista em dois momentos. Nos casos em que a disponibilidade dos indivíduos apenas permitia realizar uma sessão, o contacto não era prosseguido. Apesar de limitar, em certa medida, a selecção das pessoas, as entrevistas só tinham lugar com quem acesse à realização de duas sessões, bem como à possibilidade de as entrevistas serem algo demoradas. O tempo entre sessões foi variável, mas procurou-se que decorresse pelo menos uma semana entre a primeira e a segunda. Em dois dos casos não foi possível e as duas sessões foram feitas em dois dias seguidos; noutras situações decorreu mais de um mês entre os dois momentos de entrevista.

A opção por segmentar a entrevista em duas partes decorreu de um conjunto de razões metodológicas e operatórias. Desde logo pela extensão do guião, que estimula um discurso demorado sobre um conjunto alargado de dimensões de vida, em diferentes momentos temporais. Distribuir por duas sessões o vasto leque de assuntos a abordar não só permite um maior aprofundamento de cada tópico, como torna também a situação de entrevista menos cansativa para as pessoas entrevistadas⁷⁹.

⁷⁹ Para uma discussão centrada nas potencialidades das entrevistas realizadas em diversas sessões, ver, por exemplo, Lahire (2002a) e McLeod (2003).

Outra vantagem importante que deriva desta opção metodológica, e que remete especificamente para o objecto de análise, é o facto de estimular a reflexividade entre sessões. Para muitos dos entrevistados e entrevistadas o período que decorreu entre a primeira e a segunda sessões foi propício para clarificarem e aprofundarem percepções sobre si mesmos, bem como para reflectirem sobre determinados aspectos das suas condições e opções que não tinham antes considerado. Foi frequente retomarem, por sua iniciativa, determinados tópicos discutidos na sessão anterior, apresentando noções mais definidas e aprofundadas de algumas das situações relatadas.

Pode questionar-se a pertinência destas reflexões produzidas pelo próprio contexto de investigação. Mas, como tem vindo a ser discutido, o discurso individual numa situação de entrevista resulta sempre do encontro entre os objectivos de pesquisa do investigador e os esquemas de percepção e acção de quem é entrevistado. Articulam-se, neste âmbito, ideias e representações anteriormente discutidas noutros contextos sociais, com assuntos sobre os quais pensam pela primeira vez, ou que consideram sob outra perspectiva. Para além disso, as reflexões produzidas especificamente entre as duas sessões de entrevista resultam da activação de combinatórias variáveis entre disposições individuais, competências reflexivas, contextos e experiências, o que consiste no próprio objecto de análise da investigação.

Segmentar a entrevista biográfica em dois momentos tem ainda a vantagem de permitir preparar a segunda sessão com base na primeira, estimulando também a reflexividade sociológica. Pode ser mobilizada informação para actualizar e reajustar determinadas questões, nomeadamente as mais abstractas que se reportam às conversas internas. Por exemplo, as perguntas relativas às dez actividades mentais propostas por Archer (2003b: 161; 2007a: 91) podem ser colocadas utilizando ilustrações de situações narradas na primeira sessão de entrevista. Possibilita ainda adequar a linguagem e a formulação das questões, bem como colocar perguntas que, com o desenrolar próprio da entrevista, foram esquecidas, e aprofundar outras, menos desenvolvidas.

A opção por duas sessões foi também uma forma de estimular alguma proximidade e fomentar uma relação de confiança entre investigadora e pessoas entrevistadas, num contexto de investigação que exigia a partilha de aspectos da intimidade pessoal. Foi notório, em praticamente todas as entrevistas, que na segunda sessão os indivíduos se sentiam, de modo geral, mais confortáveis. A tensão associada à primeira sessão, pelo facto de não dominarem exactamente os parâmetros da entrevista e por não conhecerem directamente a pessoa que os iria entrevistar, foi eliminada, pelo menos parcialmente, na segunda sessão. Alguns dos entrevistados e entrevistadas referiram que passaram algum tempo, na véspera das entrevistas, a pensarem no que poderia ser perguntado e no que seria esperado deles. Com o decorrer da primeira parte da entrevista, e já na segunda sessão, o receio de não responderem “acertadamente” foi minimizado.

Na segunda parte da entrevista sentiram-se também, nalguns casos, confiantes para partilharem aspectos mais privados dos seus percursos. Uma das entrevistadas, por exemplo, não

referiu o problema da toxicod dependência do filho na primeira sessão, mas optou por fazê-lo na segunda parte da entrevista, depois de ter consultado o filho e lhe ter pedido permissão para falar sobre este assunto. Neste caso específico a entrevista prolongou-se para uma terceira sessão, na qual se sentiu, por sua vez, confortável para abordar outro assunto que não tinha ainda sido narrado, que diz respeito à infidelidade do marido. Com o decorrer das sessões a confiança para partilharem a sua intimidade aumentou substancialmente.

Esta segmentação abriu também espaço para captar diferentes “estados de espírito” das pessoas entrevistadas. As diferenças de humor entre as duas sessões originaram, nalguns casos, reflexões pessoais sobre os motivos que os levavam a sentirem-se mais tristes ou, pelo contrário, mais felizes desde a última sessão. Este tipo de considerações foi particularmente evidente quando algo marcante sucedeu entre sessões, como por exemplo um acidente de viação, um contacto com um amigo de longa data, ou um assalto. O relato destas situações foi aliás iniciado antes de o gravador ter sido ligado no início da segunda sessão.

A maioria das entrevistas teve lugar em casa dos próprios entrevistados e entrevistadas. No momento de agendar o primeiro encontro era sugerido que a entrevista decorresse num espaço sossegado, onde se sentissem confortáveis a falar da sua vida. Ao serem informados que as entrevistas já realizadas no âmbito da investigação tinham ocorrido nas habitações próprias dos indivíduos contactados, a maior parte acabou por sugerir o encontro em suas casas. Ainda assim, em cinco casos as entrevistas tiveram lugar noutros espaços: uma foi realizada num café, duas numa sala no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), uma num bar de uma faculdade em Lisboa e outra no gabinete de trabalho do entrevistado. A opção por outro local de realização da entrevista decorreu, para duas entrevistadas, do facto de não se sentirem confortáveis em falar sobre aspectos das suas vidas num espaço onde estariam presentes as pessoas com quem partilham casa. Noutra situação, um dos entrevistados considerou que em sua casa a entrevista não decorreria calmamente porque os dois filhos pequenos exigiriam a sua atenção e provocariam muito ruído. Noutro caso ainda, um entrevistado sugeriu um espaço próximo do seu local de trabalho pelo facto de residir longe e a entrevista ter sido agendada para um horário pós-laboral. Numa última situação, o entrevistado considerou mais cómodo e adequado realizar a entrevista no gabinete da universidade onde lecciona.

A opção de privilegiar o espaço doméstico para a realização das entrevistas decorreu da convicção de que tornaria a situação mais confortável para as pessoas que concordaram colaborar na pesquisa. O local onde as entrevistas têm lugar pode ter efeitos no modo como as mesmas se estruturam e na informação que é partilhada (Herzog, 2005). E, de facto, esta estratégia metodológica teve um conjunto importante de implicações positivas. Desde logo, ao serem entrevistadas em suas casas, não se colocava o problema da privacidade na partilha de aspectos da intimidade das suas vidas. Na maioria dos casos não se encontrava mais ninguém em casa e mesmo quando estavam presentes familiares, como o cônjuge e/ou filhos, a entrevista decorreu numa divisão do espaço

doméstico com a porta fechada e sem interferências externas⁸⁰. A importância deste “isolamento” ficou patente nas poucas ocasiões em que as entrevistas foram interrompidas por um membro da família. Mesmo tratando-se de momentos breves, a atitude alterou-se: a sua postura corporal ficou mais tensa, o discurso focado em aspectos mais descritivos e menos interpretativos e, nalguns casos, interrompendo mesmo a narração até que a pessoa em causa abandonasse a divisão da casa.

O facto de as entrevistas decorrerem num espaço que lhes é familiar e que apenas eles dominam, contribui para equilibrar a relação de pesquisa. Existe uma tensão subjacente à situação de entrevista que decorre do encontro entre duas pessoas relativamente estranhas, sendo que quem é entrevistado não conhece os parâmetros da entrevista e o/a investigador/a desconhece aquilo que lhe vai ser relatado (Bertaux, 2001: 17; Bertaux-Wiame, 1986: 91; Desmarais e Grell, 1986: 14). Ainda assim, a entrevista tem de proporcionar um espaço de confiança que estimule a partilha da intimidade pessoal. Nesse sentido, deve ser feito um esforço para deslocar a centralidade do investigador para a pessoa entrevistada, enquanto detentora da informação que alimenta a entrevista (Desmarais, 1986: 69).

O desconforto que os sujeitos sentiam inicialmente por estarem numa situação nova e desconhecida, guiada por outra pessoa, foi, de alguma forma, minimizado pela familiaridade do espaço, que apenas eles conheciam e onde assumiam um papel orientador. O local, em suas casas, onde decorreram as entrevistas ficou inteiramente ao critério de cada pessoa. Geralmente tiveram lugar na sala, mas algumas decorreram também na cozinha, no escritório ou num dos quartos. Sempre que consideraram relevante, tiveram a iniciativa de mobilizar elementos do espaço doméstico. Fotografias, quadros, livros e outros objectos pessoais permitiram ilustrar e reforçar determinados aspectos da narração, pela ligação emocional e identitária que com eles mantêm (Caetano, 2006, 2007a, 2007b; Hoskins, 1998). Nalguns casos optaram ainda por colocar música durante a entrevista. Estas opções só puderam ser concretizadas pelo facto de a entrevista decorrer precisamente em suas casas, onde as possibilidades de apresentação de si se multiplicam e não se cingem apenas ao discurso oral.

O conforto do espaço doméstico teve, de facto, um papel importante na criação de um ambiente informal, que aliviou, até certo ponto, a tensão de muitas pessoas face à pressão de “responder acertadamente” (Nilsen, 1996: 229). Com o decorrer da entrevista foi-se gerando um espaço de partilha emocional, com um tom por vezes de desabafo. E esse ambiente prolongou-se ainda, nalguns casos, para lá da situação concreta de entrevista, sempre que quem tinha sido entrevistado fizesse questão de conversar mais um pouco.

⁸⁰ O que não significa afirmar que as situações de interacção doméstica não são também importantes para a análise da reflexividade individual, como aliás tem vindo até aqui a ser discutido. Apenas se pretende destacar os efeitos que a presença de outras pessoas pode ter no modo como os sujeitos partilham informação pessoal no decorrer das entrevistas.

O período que decorreu entre o momento de desligar o gravador e a saída de casa dos entrevistados e entrevistadas revelou, em muitas situações, ser particularmente interessante do ponto de vista analítico. Os “rituais de despedida” (Warren et al., 2003) facultaram informação adicional e complementar à que ficou registada na gravação. Nalguns casos, embora em número reduzido, a postura confortável assumida ao longo de uma narração fluida do trajecto biográfico transformou-se numa atitude mais constrangida e inibida depois de o gravador ter sido desligado. O contexto específico de interacção definido entre ambas as partes para a entrevista tinha terminado, pelo que estas pessoas entrevistadas tiveram mais dificuldade em transitar para um novo quadro de relação, não apoiado por um guião, com uma pessoa que lhes era relativamente estranha, mas com quem tinham acabado de partilhar aspectos da sua intimidade. Nestes casos, os rituais de despedida foram rápidos e não foi fomentado qualquer tipo de contacto posterior.

Por outro lado, algumas pessoas optaram por continuar a narração biográfica, seja aprofundando ou reforçando o que tinha sido já contado, seja introduzindo novos elementos ao relato, confidenciando acontecimentos e emoções numa lógica de “off the record”. Nalguns casos, foi mesmo difícil terminar a entrevista. Quando iniciei o momento de despedida, algumas pessoas, satisfeitas com a atenção de que estavam a ser alvo, faziam questão de me mostrar mais fotografias, de fazer uma visita guiada à sua casa, ou de oferecer um café. Surgiu também frequentemente alguma curiosidade direccionada a mim e ao meu trabalho. Depois de terminada a gravação da entrevista, os papéis invertiam-se por vezes, passando a investigadora a ser a pessoa interrogada. Queriam saber a minha idade, o meu percurso escolar e profissional, o tipo de relação que tinha com quem me facultou o seu contacto e se achava que o seu percurso de vida tinha alguma coisa em comum com os das pessoas que tinha já entrevistado.

As possibilidades da opção metodológica de realizar as entrevistas em casa dos/as entrevistados/as são ainda mais evidentes quando contrastadas com as poucas entrevistas levadas a cabo em espaços exteriores. Para as que tiveram lugar em cafés as questões de privacidade foram o principal problema. Mesmo escolhendo uma mesa mais isolada, com o passar do tempo as mesas circundantes acabavam por ser ocupadas. O discurso sobre alguns assuntos não pareceu ser particularmente afectado. Por outro lado, a narração de temas associados à sexualidade, emoções, ou a elementos que permitissem identificar de forma específica a pessoa entrevistada, como o local de trabalho, de residência ou os espaços de lazer, foi, mesmo que ligeiramente, afectado pela envolvente exterior. Nestes casos, reduziram o volume da voz, baixaram a cabeça ou olharam em volta para ver quem poderia estar a ouvir.

Para as entrevistas que decorreram em salas do ISCTE-IUL a questão da privacidade não se colocou. Contudo, o contexto académico desequilibró, em certa medida, a relação de pesquisa. Ao invés do que sucedeu com as restantes entrevistas, os indivíduos não tinham qualquer tipo de domínio do espaço, nem a opção de agir sobre o ambiente, colocando música, mobilizando objectos

peçoais ou oferecendo comida. Apesar de as entrevistas terem decorrido sem sobressaltos, na realidade gerou-se um ambiente que as pessoas entrevistadas compararam, no final, a uma consulta de psicologia⁸¹.

No caso da entrevista realizada no local de trabalho do entrevistado, não surgiram problemas de privacidade, já que se tratava de um gabinete individual. Para além disso, foi uma situação em que o entrevistado tinha o domínio do espaço. Não deixou, contudo, de transparecer um certo grau de formalidade no decorrer da entrevista, que não foi identificado em nenhuma das entrevistas que tiveram lugar no espaço doméstico.

Convém, no entanto, realçar que a informação relativa ao percurso biográfico das cinco pessoas entrevistadas em locais exteriores ao espaço doméstico não é menos válida ou relevante para a análise. Relativamente às restantes entrevistas, foram abordadas as mesmas questões, a duração foi idêntica e houve também partilha emocional e um tom de confiança. Apenas se quer realçar que realizar entrevistas biográficas em espaços exteriores tem um conjunto de limitações que, não inviabilizando o processo de pesquisa, colocam dificuldades adicionais.

Procurou-se minimizar esses problemas aplicando os mesmos procedimentos de condução da entrevista, independentemente do contexto onde as mesmas decorreram. Apesar de o guião ser extenso e abranger um leque diversificado de temáticas e períodos temporais a preocupação de dar muito espaço ao discurso pessoal esteve sempre presente. As pessoas entrevistadas eram, aliás, estimuladas a demorarem-se em cada resposta, o que muitas vezes as levava a falarem em simultâneo de várias questões presentes no guião, sem que as mesmas tivessem de ser colocadas. Procurou-se também, sempre que possível e justificável, adaptar as perguntas, quer em termos de linguagem e formulação, quer remetendo para situações previamente narradas. Houve ainda a preocupação de não interromper o discurso dos sujeitos, de respeitar os momentos de silêncio, de mostrar interesse pelas suas experiências e percepções, de não emitir comentários ou apreciações, de não insistir em questões difíceis sobre as quais não estão dispostos a falar e de dar espaço para a manifestação de emoções associadas aos acontecimentos descritos.

A componente emocional das entrevistas foi aliás uma das maiores surpresas da pesquisa, constituindo um elemento de serendipidade da investigação (Merton, 1968: 157-162). A incursão no processo de inquirição foi iniciada tendo a noção de que as emoções são parte integral da narração biográfica. Como foi já referido, o exercício da reflexividade é, aliás, atravessado por emoções (Archer, 2003b, 2004, 2007a; Holmes, 2010; Mills e Kleinman, 1988; Rosenberg, 1990). No contexto desta pesquisa cruzam-se as emoções de quem é entrevistado, que fala sobre os seus sentimentos, com as da investigadora que procura controlar as suas emoções para estabelecer uma ligação empática com quem entrevista (Brownlie, 2011; Laé, 2002).

⁸¹ Para uma discussão sobre a proximidade entre a entrevista sociológica biográfica e uma consulta terapêutica, ver Birch e Miller (2000) e Gerson e Horowitz (2009).

Mas a intensidade e o investimento afectivo por parte de muitos entrevistados e entrevistadas foi, de alguma forma, inesperado. Se, num certo sentido, pode ser admirável que as pessoas participem num processo de pesquisa tão intimista e que abram as portas de suas casas e da sua privacidade, mais ainda é o tipo de entrega que muitas vezes lhe dedicam (Clark, 2010; Dickson-Swift et al., 2007). Em vários casos, a entrevista foi encarada como momento catártico, permeado por ocasiões de riso, lágrimas, tristeza, irritação, arrependimento, felicidade. Se para algumas pessoas a entrevista foi pontualmente marcada por este tipo de manifestações, para outras constituiu uma “montanha-russa” emocional. Foi comum que se comovessem ao falar, por exemplo, de situações de perda, nomeadamente da morte de familiares e amigos mais próximos. Outros, porém, choraram por longos períodos de tempo, ou mesmo durante toda a entrevista, em simultâneo com a narração biográfica.

A estratégia metodológica para lidar com o choro das pessoas entrevistadas no decorrer de uma entrevista deste tipo não é algo que surja frequentemente nos manuais de metodologia sociológica⁸². A opção a tomar numa situação destas não é fácil e exige que a especificidade de cada caso seja considerada no preciso instante em que o/a investigador/a se depara com essas circunstâncias. Se a pessoa se recusasse a falar sobre o assunto que a fazia chorar, a sua vontade foi respeitada. Procurou-se, nestes casos, abordar esses assuntos de forma indirecta e mais dispersa. Mas, na realidade, aquilo que ficou bem claro no decorrer das entrevistas é que os entrevistados e entrevistadas queriam continuar a falar, mesmo que isso implicasse exporem-se emocionalmente e lidarem com as suas fragilidades perante uma pessoa relativamente estranha. Não seria, portanto, boa solução mudar imediatamente de assunto e colocar novas questões.

Aquilo que se pretendeu fazer foi dar espaço para se manifestarem e se sentirem confortáveis a expressar a sua vulnerabilidade, o que implicou, por vezes, respeitar longos silêncios. Foi comum dizerem no final da entrevista que lhes fez bem chorarem e “deitarem cá para fora” as suas emoções. De facto, a entrevista, nestes casos, criou uma oportunidade para falarem sobre si mesmos que não encontram frequentemente noutros contextos das suas vidas. Muitos dos indivíduos agradeceram no final a possibilidade de serem ouvidos, de reviverem o passado e de reflectirem sobre si mesmos (Birch e Miller, 2000; Gerson e Horowitz, 2009)⁸³.

As entrevistas acabaram, no fundo, por constituir momentos de troca: as pessoas entrevistadas partilharam as suas experiências e percepções para efeitos académicos e, por outro lado, encontraram no contexto da pesquisa a possibilidade de serem ouvidas; obtive a informação necessária para a concretização da investigação e simultaneamente proporcionei um espaço seguro de auto-análise para quem estava a entrevistar. Nalguns casos, a satisfação de serem ouvidas levou

⁸² Para algumas considerações sobre esta questão ver Chase (2011: 424), Walkerdine, Lucey e Melody (2009: 187) e Wengraf (2001: 128).

⁸³ Alguns pediram mesmo para ficar com a transcrição da entrevista ou com o ficheiro áudio da sua gravação.

algumas pessoas a quererem retribuir a atenção que lhe tinha sido dedicada, oferecendo um café ou chá, lanche, almoço ou mesmo, em duas ocasiões, sacos com fruta.

Algumas pessoas acederam à entrevista com a noção de que tinham algo interessante e excepcional a relatar, principalmente aquelas cujos percursos biográficos foram marcados de forma determinante por acontecimentos negativos, como ferimentos de guerra, acidentes de trabalho ou doenças prolongadas. Outros consideravam que as suas vidas não tinham nada de particularmente interessante para narrar, embora no final da entrevista acabassem por reconhecer a sua própria singularidade.

Para que as pessoas sintam que as suas experiências e percepções têm relevância, por mais banais que lhes possam parecer, é necessário criar empatia com elas. Em última instância, a qualidade da interação repercute-se na “qualidade” do material empírico (Desmarais, 1986: 70). Como afirma Bertaux (2001: 62),

Ce type d’entretien est émotionnellement éprouvant; plus d’une fois vous en sortirez littéralement ‘vidé’. Il faut bien que la réalité vous touche, qu’elle touche non seulement votre intellect, mais vos nerfs pour qu’elle puisse bousculer un tant soit peu ces préjugés et présupposés que vous portez en vous inconsciemment.

A pesquisa biográfica exige, no fundo, um certo tipo de trabalho emocional (Dickson-Swift et al., 2007, 2009; Hochschild, 1983; Hubbard et al., 2001; Seear e McLean, 2008). Os investigadores têm de lidar com as emoções que os indivíduos veiculam ao longo dos seus relatos, no sentido em que as suas histórias de vida expressam uma relação emocional com o mundo. Por outro lado, é necessário realizar um trabalho de gestão emocional quer na procura de empatia com os sujeitos, quer no esforço para não deixarem as suas próprias emoções interferirem na pesquisa.

A maior dificuldade neste processo é criar um equilíbrio entre a empatia com as pessoas entrevistadas e a objectivação da relação de entrevista, entre a proximidade da adopção do ponto de vista dos sujeitos e simultaneamente o necessário distanciamento científico face ao que é narrado.

En effet, elle associe la disponibilité totale à l’égard de la personne interrogée, la soumission à la singularité de son histoire particulière, qui peut conduire, par une sorte de mimétisme plus ou moins maîtrisé, à adopter son langage et à entrer dans ses vues, dans ses sentiments, dans ses pensées, avec la construction méthodique, forte de la connaissance des conditions objectives, communes à toutes une catégorie. (Bourdieu, 1993: 1393-1394)

A estratégia metodológica que tem vindo até aqui a ser discutida foi crucial para ultrapassar estas dificuldades, promovendo um espaço de partilha emocional, mas simultaneamente regulando, dentro de parâmetros metodológicos concretos, a relação de troca que se estabelece no decorrer das entrevistas biográficas.

7.4. As pessoas entrevistadas

No âmbito desta investigação foram realizadas, entre 2010 e 2012, 20 entrevistas biográficas, o que correspondeu a 40 sessões de entrevista⁸⁴. Foram, em termos gerais, bastante demoradas, prolongando-se, na maior parte dos casos, por cerca de seis horas (três horas em cada sessão). As diferenças de duração das entrevistas decorrem sobretudo da articulação entre a disponibilidade de tempo de cada pessoa, as suas competências discursivas e a especificidade do percurso biográfico narrado. As entrevistas foram gravadas em áudio e posteriormente transcritas na íntegra.

Embora não se tenha qualquer propósito de representatividade, até porque a metodologia da pesquisa não o permite, procurou-se que este grupo de 20 pessoas espelhasse alguma diversidade em termos de sexo, idade, nível de escolaridade, actividade profissional e origens sociais. Optou-se por não estabelecer limites quanto à idade das pessoas entrevistadas, bem como à sua presença no mercado de trabalho. A escassez de informação sobre a esfera do trabalho por parte dos mais jovens foi sempre contrabalançada pela importância que outras dimensões assumem nas suas vidas, como sejam as sociabilidades e os lazeres, que adquirem, nalguns casos, um papel secundário para os mais velhos. Contrariamente ao que se poderia pensar, as entrevistas mais curtas não foram realizadas com os mais novos. Ainda que um jovem possa, à partida, ter menos experiências de vida para relatar, isso não pode ser encarado como factor de exclusão. Até porque não é sempre esse o caso e alguns dos jovens entrevistados viveram situações pelas quais muitos dos mais velhos nunca passaram.

Tendo esta diversidade como critério, a estratégia privilegiada de acesso às pessoas entrevistadas assentou principalmente em contactos pessoais. O cariz intimista das entrevistas biográficas e os parâmetros da sua realização inviabilizavam o contacto, por um lado, com desconhecidos e, por outro, com pessoas muito próximas (Lahire, 2002a: 26-28). Sujeitos com quem não existe qualquer tipo de ligação ou conhecimento mútuo, dificilmente concordariam em participar. A existência de um grau mínimo de confiança interpessoal é fundamental quer para quem é entrevistado, quer para a investigadora, que tem de se sentir minimamente segura ao isolar-se com outra pessoa para a realização da entrevista. Mas uma proximidade grande constitui também um problema, pelo constrangimento mútuo que acarreta. Um dos elementos que torna possível a partilha de tantos elementos da intimidade pessoal no contexto de pesquisa sociológica é precisamente o facto de a investigadora desaparecer depois da entrevista e de não fazer parte das redes sociais da pessoa que entrevista (Gerson e Horowitz, 2009: 210). Nesse sentido, os sujeitos não precisam de recear que a informação confidenciada seja contada a pessoas de conhecimento mútuo.

Optou-se, nesse sentido, por recorrer principalmente às redes de sociabilidade de amigos, colegas e familiares. Foi também seguida uma estratégia de “bola de neve”, sendo perguntado às

⁸⁴ Em termos globais, foram feitas duas sessões de entrevista com cada pessoa, à excepção de dois entrevistados. Um deles tornou-se incontactável depois da primeira sessão, pelo que, após várias tentativas mal-sucedidas de aproximação, optou-se por deixar esta entrevista incompleta. Num outro caso, a entrevista prolongou-se por três sessões.

próprias pessoas se conheçam alguém que pudesse ser entrevistado nos mesmos parâmetros. Apesar de alguns contactos resultarem na realização de entrevistas, esta opção acabou por não ser muito explorada, pelo facto de muitas das pessoas sugeridas serem bastante próximas dos entrevistados e entrevistadas em termos de perfil socioeconómico.

Cada pessoa foi inicialmente contactada por telefone, tendo sido explicado o âmbito da investigação e o objectivo das entrevistas. A apresentação da pesquisa foi feita de forma relativamente abstracta, remetendo para a realização de histórias de vida. Apenas mais tarde, já depois de uma sessão realizada e somente com alguns indivíduos, foi explicado em maior pormenor a análise que seria feita com base nos seus relatos biográficos. Os contactos posteriores foram feitos de acordo com a disponibilidade de cada pessoa, por telefone, telemóvel, email ou SMS.

A maior parte das entrevistas foi realizada na área metropolitana de Lisboa, abrangendo os concelhos de Lisboa, Cascais, Sintra, Loures e Almada. Quatro entrevistas, porém, tiveram lugar numa cidade interior do Baixo Alentejo. Esta opção metodológica decorreu da dificuldade em encontrar naqueles locais, junto das redes de contacto pessoais, potenciais entrevistados e entrevistadas sem qualquer tipo de qualificação escolar formal. Optou-se, assim, por procurar este perfil qualificacional numa zona do país onde havia maior facilidade em identificar e contactar pessoas que não sabiam ler, nem escrever.

Estas quatro entrevistas constituem, num certo sentido, uma sub-amostra na pesquisa porque introduzem, de forma mais evidente, dimensões de análise relacionadas com as assimetrias socioeconómicas associadas à distribuição regional do país e com dinâmicas locais do espaço. De facto, o processo de entrevista assumiu contornos um pouco diferentes neste contexto. A estratégia de acesso aos sujeitos foi exactamente a mesma mobilizada nos restantes 16 casos, através de uma pessoa de contacto. Mas a partir dessa etapa o processo foi diferente. A marcação das entrevistas foi feita presencialmente, depois de conhecer pessoalmente cada uma das pessoas a entrevistar. Esta interacção prévia revelou ser importante para fomentar proximidade e confiança. Por exemplo, quando falaram apenas com a pessoa de contacto, duas destas pessoas estavam inicialmente renitentes quanto a receberem-me em suas casas. Mas quando as conheci presencialmente disponibilizaram de imediato as suas habitações para a realização das entrevistas.

Recebi várias indicações, por parte de diferentes fontes, de que estas quatro pessoas seriam uma boa escolha para entrevistar por terem o hábito e o gosto de “falarem muito” em contexto de interacção. Curiosamente, foram as quatro entrevistas mais curtas do processo de pesquisa. A inibição que demonstraram no decurso das entrevistas pode ser explicada pela combinação de diferentes factores. Desde logo pelo distanciamento simbólico originado pela relação de entrevista: era-lhes pedido por uma jovem, de Lisboa, inserida num contexto académico, que respondessem a um conjunto de questões que não conheciam. Receavam, pelo menos numa fase inicial, não compreender e não saber responder acertadamente às perguntas que iam sendo colocadas. Por outro

lado, a especificidade das dinâmicas locais de relacionamento estreito entre vizinhança e família contribuiu para gerar um certo receio de que se ficasse a saber o que tinham contado na entrevista.

Mas o que se tornou mais evidente foi a dificuldade no exercício de competências discursivas. As suas respostas não só eram mais curtas, como a narração foi, em geral, mais confusa e desordenada do ponto de vista cronológico. Os episódios biográficos foram narrados por sequências incompletas e com lacunas temporais importantes, o que exigiu um esforço maior de orientação da entrevista e de adaptação das perguntas do guião. Estas especificidades derivam, contudo, mais da relação destas quatro pessoas com o sistema de ensino formal, do que do facto de estarem inseridas num contexto geográfico distinto. Por outro lado, foi com estes quatro entrevistados e entrevistadas que passei mais tempo depois de terminada a situação concreta de entrevista e desligado o gravador, o que permitiu complementar a narração registada. Num dos casos o período em que permaneci em casa da entrevistada após concluir a entrevista foi inclusive mais demorado do que o da própria gravação. Noutros casos, tive a possibilidade de conversar adicionalmente com os entrevistados em espaços como cafés ou jardins.

A particularidade destes quatro casos não deve, contudo, desencorajar a análise conjunta com as restantes 16 entrevistas. As precauções metodológicas que têm vindo a ser discutidas permitiram, de alguma forma, minimizar as dificuldades encontradas. Para além disso, não faria sentido excluir casos pela sua especificidade quando o fulcro da investigação é precisamente analisar a singularidade individual. Estas entrevistas são fundamentais para compreender, de forma comparada, o papel desempenhado pelas competências escolares no exercício da reflexividade.

É ainda importante referir que o modo como as pessoas entrevistadas lidaram com a situação de entrevista é indissociável do perfil da própria investigadora⁸⁵. Três factores terão sido os que mais impacto tiveram naquilo que os sujeitos optaram por dizer e/ou ocultar e na sua atitude geral no decorrer das entrevistas. Elementos relativos à minha caracterização pessoal, como a idade, o sexo e a inserção académica conjugaram-se de forma variável para cada pessoa.

A minha juventude constituiu uma mais-valia junto das pessoas mais velhas, que sentiam ter algo a ensinar e a transmitir a alguém mais novo e inexperiente. Por outro lado, junto das mais jovens, a proximidade etária foi uma vantagem, no sentido da partilha de certas experiências e referências e por se verificar um certo sentimento de “solidariedade”, de apoio intra-geracional. Foi precisamente entre estes dois grupos de sujeitos, com idades situadas entre os 20-30 anos e os 60-80 anos, que foi mais fácil encontrar disponibilidade para colaborar na pesquisa.

O impacto decorrente do género foi também notório (Broom, Hand e Tovey, 2009; Padfield e Proctor, 1996; Pereira, 2010). A abertura que encontrei na generalidade dos entrevistados e entrevistadas na partilha da sua intimidade pessoal pode, pelo menos em parte, estar relacionada com

⁸⁵ A atitude das pessoas entrevistadas foi anotada num “caderno de campo” após cada entrevista, juntamente com considerações sobre os contactos efectuados, o modo como decorreu a entrevista e algumas notas preliminares de análise.

o facto de eu ser do sexo feminino, o que tem vindo a ser apontado como factor importante no estabelecimento de confiança na relação de entrevista (Brannen, 1988: 555). É, contudo, um factor cuja interferência no processo de recolha de informação só poderia ser comprovada com uma comparação entre experiências similares com investigadores de ambos os sexos.

Mas a este nível os efeitos de género foram mais evidentes em dois casos de entrevistados do sexo masculino, cuja atitude em momentos específicos das entrevistas introduziram parâmetros de desigualdade na relação de pesquisa. Quando falavam acerca das suas relações conjugais implicaram-me directamente na conversa, nomeadamente a respeito da vida sexual do casal. Tratam-se de dois homens, de baixas qualificações, que expressaram ao longo das suas narrações biográficas visões bastante estereotipadas das relações entre mulheres e homens. Um deles aparentava estar ligeiramente alcoolizado. Não pareceu ser comum para ambos partilharem a sua intimidade pessoal com uma mulher, o que poderá ter contribuído para pensarem na relação de entrevista noutros parâmetros e para terem uma performance de género mais proeminente. Face a questões que me foram colocadas ou a comentários que geraram algum desconforto, a estratégia adoptada foi prosseguir a entrevista, redireccionando o foco de atenção para os aspectos dos relatos biográficos mais relevantes para a análise.

Estas ocorrências circunscreveram-se a um momento específico em cada uma das entrevistas, tendo sido possível reorientar e redefinir a situação sem dificuldade e sem encontrar resistência por parte dos dois entrevistados. Em termos gerais, o contexto de pesquisa não foi afectado, nem o relato biográfico prejudicado. Ambas as entrevistas tiveram, em média, a mesma duração que as restantes e abordaram o mesmo tipo de assuntos. Mas não deixa de ser importante referir este tipo de experiências, que geralmente não surge mencionado nas reflexões sobre a investigação empírica ou nos manuais de metodologia sociológica. Aquilo que é importante destacar destas situações é que os efeitos de género na pesquisa, não sendo intrinsecamente problemáticos ou benéficos, podem, em certas circunstâncias constituir-se como obstáculo à investigação. É por isso que o papel dos investigadores e investigadoras não se circunscreve apenas à recolha de informação, mas também ao estabelecimento de fronteiras de relacionamento e à gestão de impressões para mitigar dinâmicas mais problemáticas.

É ainda importante referir o estatuto de estudante de doutoramento/investigadora. Procurei que o meu posicionamento académico não se constituísse como obstáculo e não gerasse assimetrias sociais no relacionamento com os entrevistados e entrevistadas, sobretudo junto de quem tem menos recursos escolares e económicos, recorrendo ao conjunto de cuidados metodológicos já discutidos. Senti, de facto, que algumas pessoas, particularmente as mais carenciadas, tinham uma preocupação mais evidente de compreenderem correctamente as perguntas colocadas e de responderem acertadamente. Contudo, essa tensão inicial foi-se dissipando com o decorrer da entrevista, à medida que se foram sentindo mais confortáveis. Este conjunto de entrevistados e entrevistadas com menos

recursos, nem sempre compreendendo inteiramente o contexto académico da entrevista, revelou um interesse especial em “ajudar uma jovem estudante”, referindo-se particularmente às dificuldades enfrentadas pelos jovens no contexto socioeconómico do país.

Para outro grupo de pessoas entrevistadas, o mais qualificado, com formação académica ao nível do ensino superior, particularmente pós-graduada, a minha inserção no meio académico constituiu um factor de “solidariedade de campo”. Neste âmbito, reconheceram a importância de colaborar seja porque já estiveram numa situação similar, seja por compreenderem a importância deste tipo de pesquisas.

Em termos gerais, a questão da proximidade/distanciamento social entre investigadora e pessoas entrevistadas não constituiu um problema determinante. Apesar do impacto que pode ter na estruturação da experiência de entrevista, os seus efeitos estão longe de se resumir a uma relação linear entre maior proximidade e menor violência simbólica. É verdade que se a pessoa que entrevista tiver um posicionamento no espaço social similar ao de quem é entrevistado, a relação de pesquisa pode ser mais equilibrada (Bourdieu, 1993: 1394-1399). Mas pode, por outro lado, ter efeitos menos positivos, no sentido em que certas questões podem ser tomadas como implícitas, sem que seja necessário aprofundar o assunto. Quando os posicionamentos sociais são mais distantes a necessidade de esclarecimentos adicionais sobre diversas temáticas é maior.

A situação de entrevista pode ser encarada pelos sujeitos com menos recursos escolares e económicos como uma oportunidade de se fazerem ouvir, de se explicarem e justificarem. Como afirma Bourdieu (1993: 1408), constitui uma possibilidade de evidenciar “reflexões reservadas ou reprimidas”. Outros autores consideram que os indivíduos das classes médias são aqueles que maior propensão têm para falar de si mesmos e das suas vidas, pelo maior impacto que a psicologia e a psicanálise têm nestes segmentos sociais (Poliak, 2002: 7).

Os efeitos de classe no processo de pesquisa empírica não são, portanto, lineares e podem também ocorrer de forma articulada com outras variáveis, como a idade ou o sexo, como foi já discutido. A relação entre investigador/a e investigado/a não se reduz a uma relação de poder unidirecional. As pessoas entrevistadas têm um papel fulcral na definição da situação em contexto de entrevista, podendo inverter lógicas de poder e violência simbólica (Brannen, 1988: 554-555; 1993: 334, Queirós, 2010: 77-78).

Na presente investigação, todos os sujeitos, independentemente dos seus posicionamentos socioeconómicos, falaram abertamente das suas experiências e percepções, abordaram um conjunto diversificado de assuntos e criaram uma narrativa de apresentação biográfica. A diferença fundamental reside aqui nas formas discursivas como concretizaram essa narração.

O quadro 7.1. apresenta a distribuição das pessoas entrevistadas, referenciadas por um nome fictício, de acordo com as variáveis sexo, idade, nível de escolaridade, actividade profissional e origens sociais (escolaridade e profissão dos pais).

Como é possível verificar, os entrevistados e entrevistadas distribuem-se de forma similar em termos de sexo: 10 mulheres e 10 homens. No que diz respeito à idade, têm entre 21 e 80 anos, repartindo-se por diferentes faixas etárias. Procurou-se que tivessem uma relação diferenciada com o sistema de ensino formal: dois não frequentaram qualquer nível de ensino, sete completaram o ensino básico (dois têm o 1º ciclo, um tem o 2º ciclo e quatro têm o 3º ciclo), quatro terminaram o ensino secundário, um concluiu o ensino médio e seis têm um diploma do ensino superior (três licenciados, um mestre e dois doutorados). Apenas duas pessoas (as mais jovens) não exercem uma profissão, sendo que as restantes estão em situações diversas quanto à condição perante o trabalho: nove trabalham, sete estão reformadas e duas estão desempregadas. Quanto às actividades profissionais, são bastante diversificadas, cobrindo um espectro de profissões mais e menos qualificadas, desde a actividade de pastor até à de professor universitário. Relativamente às origens sociais, o panorama é também variado, com entrevistados e entrevistadas que configuraram percursos de mobilidade ascendente e outros que protagonizaram dinâmicas de reprodução social.

Embora não surja no quadro, é ainda relevante referir que apesar de a maioria das pessoas residir na área metropolitana de Lisboa, a maior parte protagonizou trajectos migratórios, dentro e fora do país. Integram este grupo indivíduos originários dos concelhos de Aveiro, Guarda, Viseu, Santarém, Portalegre, Beja, Moura, Santiago do Cacém e Portimão. Uma das entrevistadas é oriunda da Ucrânia. Para além disso, alguns viveram, por períodos de tempo variados, em países como Venezuela, França ou Suíça.

Esta diversidade de perfis socioeconómicos, não sendo representativa, é contudo fundamental para explorar semelhanças e diferenças, consoante os posicionamentos sociais, relativamente à formação, exercício e eficácia causal da reflexividade individual, como se verá nos capítulos seguintes.

Quadro 7.1: Caracterização socioeconómica das pessoas entrevistadas

Nome	Sexo	Idade	Nível de escolaridade	Actividade profissional (actual ou última desempenhada)	Origens sociais		
					Escolaridade	Actividade profissional	
01	Cláudio	M	60	Ensino Médio	Gestor de conta (Reformado)	Mãe: Sem grau de escolaridade Pai: Ensino Básico – 3º Ciclo	Mãe: Assalariada agrícola Pai: Serralheiro
02	Diogo	M	35	Ensino Secundário (frequência de Ensino Superior)	Designer	Mãe: Ensino Secundário Pai: Ensino Secundário	Mãe: Técnica de electrocardiograma Pai: Empresário (porto de contentores)
03	Fernando	M	66	Ensino Básico – 1º Ciclo (não sabe ler nem escrever)	Servente de pedreiro (Reformado)	Mãe: Sem grau de escolaridade Pai: Sem grau de escolaridade	Mãe: Agricultora Pai: Carpinteiro de carros
04	Filomena	F	58	Ensino Básico – 2º Ciclo (Novas Oportunidades)	Operária (Reformada) Empregada doméstica	Mãe: Ensino Básico – 1º Ciclo Pai: Ensino Básico – 1º Ciclo	Mãe: Empregada doméstica Pai: Pedreiro
05	Gil	M	21	Ensino Superior – Licenciatura Estudante de Mestrado	-	Mãe: Ensino Secundário Pai: Ensino Básico – 3º Ciclo	Mãe: Empregada de balcão Pai: Administrativo
06	Helena	F	33	Ensino Superior – Licenciatura	Técnica Superior da Administração Pública na área do Direito	Mãe: Ensino Superior – Bacharelato Pai: Ensino Secundário	Mãe: Educadora de infância Pai: Administrativo
07	Irina	F	34	Ensino Secundário (frequência de Ensino Superior)	Empregada doméstica	Mãe: Ensino Básico – 3º Ciclo Pai: Ensino Básico – 2º Ciclo	Mãe: Empregada de balcão Pai: Operário
08	João	M	60	Ensino Básico – 3º Ciclo (Curso Comercial)	Técnico de recursos humanos	Mãe: Ensino Básico – 1º Ciclo Pai: Ensino Básico – 1º Ciclo	Mãe: Auxiliar de laboratório Pai: Agente de cais
09	José	M	80	Sem grau de escolaridade (não sabe ler nem escrever)	Pastor (Reformado)	Mãe: Sem grau de escolaridade Pai: Sem grau de escolaridade	Mãe: Doméstica Pai: Pastor
10	Lourenço	M	45	Ensino Superior – Doutoramento	Professor universitário	Mãe: Ensino Secundário Pai: Ensino Secundário	Mãe: Doméstica Pai: Empresário (construção industrial)
11	Luís	M	60	Ensino Básico – 3º Ciclo (Curso Industrial)	Electromecânico de elevadores (Reformado)	Mãe: Ensino Básico – 1º Ciclo Pai: Ensino Básico – 1º Ciclo	Mãe: Guarda de passagem de nível Pai: Ferroviário
12	Margarida	F	21	Ensino Secundário Estudante de Licenciatura	-	Mãe: Ensino Superior – Licenciatura Pai: Ensino Secundário	Mãe: Professora (3º Ciclo e Secundário) Pai: Gerente bancário
13	Marta	F	48	Ensino Superior – Doutoramento	Investigadora, Professora universitária, Psicóloga clínica	Mãe: Ensino Básico – 2º Ciclo Pai: Ensino Básico – 3º Ciclo	Mãe: Costureira Pai: Empresário (exportação de cortiça)
14	Miguel	M	28	Ensino Superior – Licenciatura Estudante de Mestrado	Técnico Superior da Administração Pública na área da Construção Civil	Mãe: Ensino Básico – 1º Ciclo Pai: Ensino Básico – 1º Ciclo	Mãe: Empregada doméstica Pai: Agricultor
15	Nuno	M	37	Ensino Secundário	Vigilante	Mãe: Ensino Básico – 1º Ciclo Pai: Ensino Básico – 1º Ciclo	Mãe: Proprietária de restaurante Pai: Proprietário de restaurante
16	Palmira	F	62	Sem grau de escolaridade (não sabe ler nem escrever)	Empregada doméstica (Reformada)	Mãe: Sem grau de escolaridade Pai: Sem grau de escolaridade	Mãe: Assalariada agrícola Pai: Pescador
17	Patrícia	F	54	Ensino Básico – 3º Ciclo (Novas Oportunidades)	Empregada de balcão (Desempregada)	Mãe: Sem grau de escolaridade Pai: Ensino Básico – 1º Ciclo	Mãe: Empregada doméstica Pai: Vendedor ambulante
18	Regina	F	56	Ensino Básico – 1º ciclo (a frequentar 9º ano – Novas Oport.)	Empregada de limpeza (Desempregada)	Mãe: Sem grau de escolaridade Pai: Sem grau de escolaridade	Mãe: Operária Pai: Agricultor
19	Rita	F	29	Ensino Superior – Mestrado	Produtora de eventos	Mãe: Ensino Superior – Licenciatura Pai: Ensino Superior – Bacharelato	Mãe: Professora de educação especial Pai: Engenheiro agrónomo
20	Rosa	F	70	Ensino Básico – 3º Ciclo (Curso Industrial)	Preparadora química (Reformada)	Mãe: Ensino Básico – 1º Ciclo Pai: Ensino Secundário	Mãe: Doméstica Pai: Corticeiro

PARTE III: OS MECANISMOS SOCIAIS DA REFLEXIVIDADE INDIVIDUAL

CAPÍTULO VIII: PERFIS DE REFLEXIVIDADE

Um dos pressupostos centrais desta investigação é a noção de que a reflexividade individual, longe de constituir um privilégio de grupos sociais específicos, é uma competência partilhada por todas as pessoas, enquanto requisito da vida em sociedade. E, de facto, tornou-se claro, desde os momentos iniciais do trabalho empírico, que os entrevistados, sem excepção, reflectem sobre si mesmos e sobre os outros tendo em consideração as suas circunstâncias sociais. Porém, ficou também evidente que fazem-no de forma diferenciada, sendo possível identificar diversos estilos de exercício da reflexividade. Essas diferenças podem ser tipificadas, na medida em que representam padrões de proximidade e distanciamento entre entrevistados. No fundo, é possível definir uma tipologia de modos de reflexividade, de acordo com um conjunto de parâmetros analíticos.

O agrupamento de um corpo diversificado de indivíduos num número reduzido de perfis pode conduzir, em certa medida, à redução da complexidade que caracteriza os casos individuais. Mas, por outro lado, a tipificação assume-se como um instrumento crucial para trabalhar essa diversidade, evitando que a investigação se perca nas peculiaridades pessoais e que descure os traços que aproximam e diferenciam as pessoas quanto à forma como pensam sobre si mesmas no mundo. Na realidade, é um exercício analítico que permite compreender como a singularidade individual representa dinâmicas sociais mais vastas e como cada indivíduo se posiciona de forma diferente face a esses processos societais.

Tendo em consideração que tipificar possibilita mapear diferentes perfis, que agrupam, mas que também integram e respeitam as singularidades individuais, foram identificados cinco modos distintos de reflexividade individual: auto-referencial, pragmática, funcional, resistente e resiliente.

A definição desta tipologia é indissociável do próprio sentido do conceito de reflexividade, que tem vindo até aqui a ser discutido. Atendendo às dimensões analíticas do modelo de processos reflexivos ao nível individual, a tipologia entrecruza condições estruturais, estímulos contextuais e perspectivas individuais sobre diferentes momentos de vida, no que diz respeito à formação, exercício e efeitos causais da reflexividade. O quadro 8.1 representa o mapeamento dos respectivos parâmetros de definição, com base nesses três patamares de análise: estrutural (origens e recursos), contextual (contextos de activação da reflexividade) e individual (preocupações centrais de vida, olhar sobre o passado, elaboração de projectos, processo de tomada de decisão e modo de exercício da reflexividade).

A reflexividade auto-referencial caracteriza um modo de reflexão orientado para as próprias conversas internas. Este perfil, fortemente qualificado e feminizado, integra um grupo de pessoas que questiona permanentemente as suas ideias e acções (passadas, presentes e futuras) relativamente a diferentes esferas de vida, bem como as daqueles que o rodeiam. Movendo-se por contextos que estimulam este estilo reflexivo, orientam as suas preocupações centrais de vida para a realização

peçoal, exercendo a sua reflexividade sobretudo através da activação de conversas internas e da escrita.

Quadro 8.1: Tipologia de perfis de reflexividade individual

	REFLEXIVIDADE AUTO-REFERENCIAL	REFLEXIVIDADE PRAGMÁTICA	REFLEXIVIDADE FUNCIONAL	REFLEXIVIDADE RESISTENTE	REFLEXIVIDADE RESILIENTE
Definição	Orientada para os modos de pensar sobre si e sobre os outros	Orientada para questões práticas do quotidiano: organização doméstica, tarefas laborais	Orientada para fins específicos e bem definidos associados à necessidade de tomada de decisão	Orientada para manter a posição social alcançada face a dificuldades económicas que vão surgindo	Orientada para a transposição dos esquemas mentais activados em momentos difíceis para as diferentes esferas de vida
Origens e recursos	Inserções sociais mais qualificadas	Inserções sociais desfavorecidas	Diferentes inserções sociais	Inserções sociais desfavorecidas	Diferentes inserções sociais
Contextos de activação da reflexividade	Fortes estímulos em diferentes contextos de vida	Estímulos fracos nos diferentes contextos por onde se movem	Estímulos moderados em diferentes contextos de vida	Diferenciação social actua como estímulo	Contingências da vida com um efeito intenso de estímulo
Preocupações centrais de vida	Realização pessoal	Trabalho e família	Concretização de projectos académicos ou profissionais	Trabalho e situação económica	Saúde, família, sociabilidades
Elaboração de projectos	Projeções a longo prazo	Projeções a curto prazo	Projeções a curto-médio prazo	Projeções a curto prazo.	Projeções a curto-prazo
Olhar sobre o passado	Questionamento permanente sobre opções e decisões	Não alterariam nada no passado porque não tinham meios para fazê-lo	Não mudariam as suas opções; olham para o passado como estando resolvido	Gostariam de mudar dificuldades passadas, mas têm noção de que não poderiam ter agido de outra forma	Aceitam as contingências passadas, sem remorsos ou lamentações
Processo de tomada de decisão	Muita ponderação	Pouca ponderação	Ponderação moderada, muito focada	Muita ponderação para questões financeiras, menor ponderação para outras questões	Ponderação moderada
Exercício predominante da reflexividade	Conversas internas e escrita pessoal	Conversas internas e em interacção com a família	Conversas internas	Conversas internas e em interacção com a família e amigos	Conversas internas e em interacção com a família e amigos
Entrevistados/as	<i>Rita, Marta, Helena, Margarida, Rosa, Gil</i>	<i>José, Patrícia, Regina, Fernando</i>	<i>Miguel, Lourenço, Nuno, João, Diogo</i>	<i>Filomena, Irina, Palmira</i>	<i>Cláudio, Luís</i>

A reflexividade pragmática define um modo de reflexividade activado principalmente para questões práticas do quotidiano, como sejam a organização doméstica e as tarefas laborais. Os entrevistados integrados neste perfil inserem-se em meios sociais desfavorecidos, quer do ponto de vista escolar, quer económico, e movem-se por contextos de fracos estímulos das suas competências reflexivas, exercidas internamente e em interacção com a família. Reflectem pouco sobre as suas

vivências passadas e presentes e não gostam de pensar no futuro, preocupando-se sobretudo com o trabalho enquanto meio de sustento familiar.

A reflexividade funcional representa uma forma de pensar subordinada a fins específicos e bem definidos, decorrentes da necessidade de tomada de decisão. Os entrevistados inseridos neste perfil são exclusivamente do sexo masculino e provêm de diferentes contextos socioeconómicos. Não apreciam remoer o passado ou fazer projecções a longo prazo e preocupam-se particularmente com a concretização de projectos académicos ou profissionais. A sua reflexividade é sobretudo activada quando têm de ponderar sobre um problema concreto ou opção a tomar e é exercida principalmente através de conversas internas, sem necessidade vincada de validação externa.

A reflexividade resistente diz respeito a um tipo de reflexão orientado para manter o posicionamento social alcançado, face ao surgimento de dificuldades económicas que põem em risco a continuidade contextual. Integram este grupo pessoas com inserções sociais mais desfavorecidas, que conseguiram ultrapassar um conjunto inicial de dificuldades de vida e que vêem actualmente em risco os seus contextos socioeconómicos. Os problemas que vivenciaram no passado, sobretudo ao nível económico, contribuíram para estimular as suas competências reflexivas, que se direccionam sobretudo para as preocupações laborais e financeiras e que são exercidas internamente e em interação com família e amigos.

A reflexividade resiliente caracteriza-se pela transposição de esquemas mentais activados em momentos particularmente difíceis para as diferentes esferas e circunstâncias de vida. As duas pessoas inseridas neste grupo, oriundas de diferentes contextos sociais, viram os seus projectos de futuro ser comprometidos por acontecimentos traumáticos que alteraram profundamente os seus percursos biográficos e que estimularam as suas competências reflexivas e capacidade agencial. Aceitam as contingências passadas sem remorsos ou lamentações, até porque estas lhes permitem colocar em perspectiva os problemas que enfrentam e as opções que têm de tomar no presente. Assumem a saúde e as relações interpessoais como preocupações centrais e exercem a sua reflexividade sobretudo através de conversas internas e externas com a família.

Esta tipologia constitui-se como um conjunto de ideais-tipo que sistematiza padrões gerais de formação, exercício e eficácia causal da reflexividade. Coloca-se a hipótese de os modos reflexivos auto-referencial, pragmático e funcional poderem, com maior probabilidade, ser encontrados em grupos mais alargados de pessoas, pela delimitação clara do perfil socioeconómico e das características sociodemográficas. No fundo, estão intimamente associados à dimensão hierárquica da vida social e, nesse sentido, os indivíduos que neles se integram, para além de partilharem diferentes tipos de recursos (escolares, económicos, de género) com pessoas que têm posicionamentos similares no espaço social, podem também partilhar esquemas mentais de auto-conhecimento e de avaliação do mundo. É, contudo, uma afirmação que careceria de análise concreta, possivelmente em desenvolvimentos posteriores deste trabalho.

Já os perfis resistente e resiliente assumem um estatuto diferente por estarem mais conectados a momentos das trajetórias individuais, marcadas por questões conjunturais ou por contingências de vida. Embora assumam aqui autonomia analítica podem ser entendidos como subtipos que ilustram o impacto e o alcance das situações de crise nos percursos biográficos e na própria reflexividade. É precisamente por estas razões que se optou por apresentar primeiro os perfis auto-referencial, pragmático e funcional, seguidos dos modos resistente e resiliente.

Os parâmetros de definição destes cinco tipos são analisados em maior detalhe nos pontos seguintes. A análise dos traços gerais de cada perfil é levada a cabo através de um exercício de agrupamento e padronização que implica destacar os elementos comuns e agregadores dos casos em análise. Mas porque os modos reflexivos são compostos também por diversidade interna, é fundamental complementar o texto de conjunto de cada perfil com a singularidade dos casos analisados. Com esse objectivo, foram elaborados retratos sociológicos para cada pessoa entrevistada, sendo que cada um deles ilustra os principais parâmetros de definição da tipologia, mas espelha também as peculiaridades e desvios inerentes a todos os modos reflexivos.

O recurso a retratos sociológicos, no sentido de Lahire (2002a, mas também Elias, 2005; e Velho, 1986), surge aqui como instrumento analítico da singularidade individual à imagem do que tem sido feito em estudos recentes, nomeadamente em Portugal (Bóia e Lopes, 2012; Coelho, 2012; Costa e Lopes, 2008; Machado e Silva, 2009; Machado, Roldão e Silva, 2011; Mauritti, 2009). É uma ferramenta de análise, decorrente de uma metodologia qualitativa geralmente apoiada em entrevistas de cariz biográfico, que permite compreender a produção social dos indivíduos, evidenciando aquilo que Lahire (2001a: 341) designa por “pregas singulares do social”. Na presente pesquisa a elaboração de retratos sociológicos foi fulcral para se perceber como se articulam em cada pessoa entrevistada os diferentes níveis de análise do modelo de processos reflexivos ao nível individual. Ou seja, como se traduzem os perfis reflexivos identificados, e sobretudo os mecanismos sociais mais gerais associados a cada um deles, em histórias de vida concretas e nas particularidades dos percursos biográficos dos sujeitos. Através do relato dos episódios e situações que constituem a biografia individual vão sendo destacados os enquadramentos de vida que estão na origem de um determinado modo de pensar sobre si no mundo, as suas modalidades contextuais de exercício e o impacto que a reflexividade pode ter nas trajetórias. A componente diacrónica do retrato sociológico permite compreender como foram as competências reflexivas dos entrevistados evoluindo, em que tempos, em que contextos, com que pessoas, com que práticas, com que dissonâncias, com que padrões e em articulação com que disposições.

Aquilo que se pretende aqui deixar bem claro é que os retratos, no fundo, contrabalançam o carácter mais unificador da construção tipológica em cinco perfis. Ou seja, esta categorização tipifica – e, nesse sentido, simplifica –, mas não fica refém dessa agregação, dando visibilidade e

problematizando os parâmetros de proximidade e distanciamento de cada caso individual na caracterização da pluralidade interna dos modos de reflexividade.

Pela sua extensão, decorrente da complexidade inerente a cada caso, é apenas apresentado o retrato sociológico que melhor ilustra o perfil reflexivo em análise. O cariz paradigmático dos casos apresentados não dispensa, contudo, a consulta dos restantes retratos, situados em anexo, para uma leitura mais completa e problematizadora de cada perfil reflexivo.

8.1. Reflexividade auto-referencial

Pessoas entrevistadas que integram o perfil auto-referencial

Rita, 29 anos, mestrado, produtora de eventos

Marta, 48 anos, doutoramento, professora universitária

Helena, 33 anos, licenciatura, técnica superior da administração pública na área do Direito

Margarida, 21 anos, estudante de licenciatura

Rosa, 70 anos, 3º ciclo do ensino básico, preparadora química (reformada)

Gil, 21 anos, licenciatura, estudante de mestrado

O perfil de reflexividade auto-referencial foi o que mais cedo se evidenciou no trabalho empírico, pelo acentuado contraste registado entre o estilo reflexivo das pessoas que integram este grupo e o dos restantes entrevistados. Desde logo pela atitude face à entrevista: foram as pessoas para quem o acto de falarem sobre si mesmas revelou ser mais familiar e habitual. O momento de entrevista não constituiu uma situação demasiadamente estranha, na qual se viram forçadas a responder a questões sobre as quais nunca tinham antes reflectido. O discurso narrativo deste grupo de entrevistados consistiu, de forma mais evidente do que para os restantes perfis, numa súpula de reflexões pessoais previamente levadas a cabo em diferentes contextos.

Os entrevistados com uma reflexividade auto-referencial evidenciam, aliás, uma capacidade de auto-análise particularmente desenvolvida. Reflectem intensamente não apenas sobre si mesmos, sobre os outros e sobre as suas circunstâncias, como assumem também essas reflexões como assunto das suas conversas internas e externas. A reflexividade é ela própria tomada como objecto de reflexão.

As suas competências de auto-análise evidenciam-se concretamente na capacidade que têm de compreender as razões, implicações e alcance das opções que têm vindo a tomar ao longo dos seus percursos de vida. Identificam as escolhas que fizeram e aquilo que puderam ou não controlar nos seus trajectos, avaliam os seus contextos de vida e analisam as relações que têm desenvolvido em diferentes esferas de vida. A forma como se pronunciam acerca do passado é disso evidência. Estabelecem lógicas de causalidade entre a sua identidade e determinados aspectos da sua socialização familiar, nomeadamente a relação com os pais, irmãos e avós. Enquadram opções profissionais e escolares em contextos marcados por oportunidades e constrangimentos. Identificam

escolhas que tomaram que gostariam de alterar à luz do conhecimento que actualmente têm de si e das suas circunstâncias. Apontam aspectos da sua personalidade que consideram necessário trabalhar para melhorarem a relação que têm consigo mesmos e com os outros.

Embora dediquem mais tempo a pensar no passado, distinguem-se também pela forma como olham e encaram o futuro. Mais do que os restantes entrevistados, elaboram projecções a longo prazo, avaliam os recursos que têm disponíveis e ponderam opções viáveis nos diferentes contextos de vida. Mesmo que os seus projectos assumam muitas vezes um cariz algo vago e que os desejos e ambições se sobreponham a estratégias concretas para levá-los a cabo (como sucede sobretudo juntos dos mais jovens), na realidade perspectivam o futuro como espaço-tempo de possibilidades e de concretização de escolhas. Até os entrevistados mais velhos, como seja o caso de Rosa, de 70 anos, projectam actividades que querem ainda realizar.

O presente é também objecto de reflexão, em estreita articulação com decisões que tomaram no passado e com objectivos de vida que pretendem concretizar. Avaliam a sua situação actual, o que os levou até esse momento presente, o que gostariam que fosse diferente, em que medida se identificam com a posição que alcançaram e o que consideram ser preciso fazer para atingir as suas metas.

Não só reflectem sobre estas questões, como tornam-nas objecto de reflexão. Um dos aspectos que melhor caracteriza este perfil de reflexividade é, de facto, o permanente questionamento sobre as suas próprias noções, racionalizações e escolhas. Reflectem sobre a validade dos seus pensamentos, interrogam-se se os seus argumentos são justos para si e para os outros, procuram perceber o que os leva a pensarem de determinada forma e examinam os efeitos das suas decisões. Este processo de auto-análise permite-lhes conhecerem-se melhor a si mesmos e extraírem aprendizagens de todos os acontecimentos das suas vidas, independentemente de terem um impacto mais ou menos positivo nos seus percursos.

Para além disso, conseguem ainda pronunciar-se discursivamente sobre esta dupla vertente de reflexividade: expressam verbalmente não só o que pensam, como também o modo como avaliam esses pensamentos. Os entrevistados que se inserem neste perfil revelaram ao longo das entrevistas competências discursivas particularmente desenvolvidas. Tiveram bastante facilidade em expor as suas ideias e em seguir linhas de argumentação estruturadas relativamente ao que lhes era proposto discutir. Não será, portanto, de estranhar, que se encontrem neste grupo as entrevistas mais demoradas. A mais longa prolongou-se por mais de 15 horas, em três sessões diferentes. Não só lhes foi fácil compreender as perguntas colocadas, como faziam questão de introduzir novas questões que consideravam relevantes para uma melhor compreensão dos seus percursos. A narrativa biográfica seguiu, na medida do possível e tendo em conta a estrutura do guião de entrevista, uma ordenação cronológica, sem que se detectassem grandes saltos temporais.

Todos os aspectos de caracterização do modo de reflexividade auto-referencial, que têm vindo até aqui a ser discutidos, enquadram-se num perfil social particular que torna possível o desenvolvimento desta forma específica de olhar para si mesmo e para os outros. Antes de mais trata-se de um grupo fortemente feminizado: das seis pessoas que integram este perfil, cinco são mulheres. Embora as suas origens sociais sejam relativamente diversificadas, está-se perante o grupo de pessoas cujos pais e mães têm, globalmente, os níveis de escolaridade mais elevados. São também os entrevistados mais qualificados: com excepção de um caso, todos frequentaram o ensino superior.

A generalidade dos indivíduos que se inserem neste perfil é oriunda de contextos familiares que desempenharam um papel fundamental no estímulo de uma reflexividade auto-referencial. Apesar de não terem sentido grandes dificuldades económicas ao longo dos períodos de infância e adolescência, têm a noção de que as finanças domésticas eram geridas com alguma prudência pelos seus pais. Um elemento comum à maioria destes entrevistados diz precisamente respeito à preocupação que os pais lhes inculcaram relativamente ao valor do dinheiro e à importância de uma boa gestão financeira. O contacto precoce que tiveram com outros meios de vida, nomeadamente na escola, na vizinhança ou no círculo de amigos dos pais, foi também crucial para tomarem consciência de que existiam pessoas que viviam em condições materiais diferentes das suas. Tudo isto contribuiu para desenvolverem, desde muito cedo, um forte sentido de responsabilidade face aos gastos monetários, bem como uma noção de desigualdade e injustiça sociais.

Muitos dos relatos deste grupo de entrevistados partilham memórias de infância e adolescência junto da família associadas ao estímulo, mais ou menos directo, da leitura, da escrita e de outras actividades culturais, ou mesmo políticas. Seja pela presença de livros em casa, pela leitura conjunta, pela partilha de prosa literária, pelo envolvimento em grupos de teatro, ou ainda pelo contacto com pessoas próximas das redes familiares com fortes ideais políticos.

Outro elemento partilhado pela maior parte destes entrevistados diz respeito à importância atribuída pela família à escola e às qualificações formais. Como foi já referido, os pais deste grupo de indivíduos têm os níveis de escolaridade mais elevados do conjunto das 20 pessoas entrevistadas. Estas provêm de agregados em que pelo menos a mãe ou o pai concluíram o ensino superior (três), o ensino secundário (dois) ou o 3º ciclo do ensino básico (um). Convém referir que as idades destes entrevistados oscilam entre os 21 e os 70 anos, o que significa que os pais dos mais velhos estudaram num período histórico do país em que grande parte da população era analfabeta ou pouco escolarizada. Não só tiveram um percurso mais prolongado no sistema de ensino, como estimularam também os filhos a prosseguir os estudos até ao ensino superior.

O gosto pela escola e pelo estudo demonstrado pelos entrevistados com uma reflexividade auto-referencial enquadra-se, portanto, num contexto familiar de valorização das qualificações formais, mas, mais do que isso, da aprendizagem, da procura de conhecimento e do investimento cultural. São os próprios entrevistados que se descrevem como “muito certinhos e responsáveis”

quando falam da sua relação com a escola. Reconheceram desde muito cedo a importância dos estudos, o que, indissociavelmente das disposições incorporadas de valorização da escola, contribuiu para que se tornassem bastante autónomos na gestão dos seus percursos, quer no que diz respeito à organização do trabalho escolar, quer no que concerne às escolhas de áreas de formação e instituições de ensino. Nunca precisaram de ser pressionados para estudarem ou para seguirem um determinado caminho formativo, até porque os pais reconheciam e valorizavam neles um forte sentido de responsabilidade e autonomia. Foi-lhes atribuída liberdade para fazerem as suas opções, que contaram sempre com o apoio material e moral dos pais.

Este grupo de entrevistados faz uma avaliação positiva dos seus trajectos académicos, nalguns casos ainda em curso, destacando não só o trabalho lectivo, como também a relação com os colegas e com os professores. A formação escolar é entendida, em termos gerais, como algo mais do que aprendizagens formais. Sentem que para além do estudo de conteúdos programáticos, desenvolveram uma perspectiva crítica e analítica face àquilo que os rodeia.

A escola e a família actuaram, assim, no mesmo sentido de valorização do estudo e constituíram-se como socializações complementares na inculcação do gosto pelo conhecimento e pela procura permanente de aprendizagens a diferentes níveis. Investem não só na obtenção de um grau académico no patamar do ensino superior, em muitos casos prosseguindo mesmo para mestrado ou doutoramento, como também na frequência de cursos e formações de outro tipo, ligadas aos seus interesses pessoais ou profissionais.

A convergência destes dois contextos de vida contribuiu também, de forma indissociável, para o desenvolvimento de um forte sentido de autonomia pessoal, que se manifesta de diferentes formas. Em primeiro lugar, no processo de tomada de decisão. Apesar de reconhecerem que, em algumas situações, recorrem à opinião de familiares ou amigos, as deliberações que tomam resultam da ponderação levada a cabo sobretudo através de diálogos internos, mediante os quais reflectem sobre as razões, enquadramento e implicações das suas opções. A responsabilidade que desde cedo lhes foi inculcada, bem como a racionalidade que desenvolveram ao longo dos seus percursos de vida dá-lhes confiança para decidirem autonomamente, de forma bastante ponderada, o curso das suas acções, sem que sintam uma necessidade premente de recorrer ao apoio de terceiros.

Em segundo lugar, o elevado grau da autonomia deste grupo de entrevistados consubstancia-se também na importância atribuída à realização pessoal, assumindo-se como a sua preocupação central de vida. O que significa que priorizam a concretização dos seus projectos individuais, independentemente de terem sido formulados a respeito de diferentes esferas de existência. O bem-estar e a satisfação destas pessoas dependem, em grande medida, do modo como conseguem articular capacidades, recursos e contextos na materialização de planos académicos, profissionais, culturais, familiares, residenciais ou de lazer. Têm objectivos claros e bem definidos quanto ao rumo que os

seus trajectos devem tomar, mesmo que elaborados num plano ideal-típico, e o seu ânimo resulta da maior ou menor proximidade dos seus percursos reais face a essas projecções virtuais.

Este patamar de autonomia articula-se também com a valorização da independência económica e residencial. A maioria destes entrevistados saiu de casa dos pais antes dos 20 anos, ou imediatamente após a conclusão da licenciatura. Nalguns casos esta separação implicou inclusive a deslocação para outro ponto do país para estudarem. A sua autonomia viu-se reforçada num novo contexto residencial, no qual passaram a assumir novas responsabilidades. No que diz respeito à autonomia financeira, algumas entrevistadas, por exemplo, ingressaram no mercado de trabalho antes dos 20 anos de idade para que não tivessem de recorrer ao apoio monetário dos pais para organizarem actividades de lazer e viagens de férias. Nestes casos, a importância atribuída à independência económica é mais evidente pelo facto de os pais terem recursos disponíveis para financiarem esse tipo de iniciativas.

Os seus projectos são bastante diversificados, abarcam diferentes esferas de vida e são, geralmente, simultâneos, ou seja, procuram ser idealmente concretizados de forma paralela. É precisamente neste sentido que se está perante pessoas que apesar de terem quotidianos muito preenchidos – na medida em que estes entrevistados fazem questão de se envolver em múltiplas actividades ao mesmo tempo – têm relativa facilidade em articular as diferentes esferas de vida. Em termos globais, procuram trabalhar naquilo que mais apreciam, secundarizar os elementos mais desagradáveis da sua actividade profissional, desenvolver actividades culturais e desportivas, investir na formação académica, promover a dinamização cultural, dedicar mais tempo aos amigos e aos lazes e concretizar planos familiares. Para além disso, não só tentam enquadrar-se em diversas acções e investir nos seus projectos pessoais, como, nalguns casos, a sua vontade de fazer e experimentar condu-los a criarem eles próprios iniciativas orientadas para os seus ideais. Por exemplo, algumas entrevistadas procuram complementar vocacional e monetariamente as suas actividades profissionais principais com outras, que consideram mais satisfatórias, ou contrabalançar as suas carreiras com um investimento acentuado nos lazes.

As pessoas que integram o perfil de reflexividade auto-referencial desenvolveram, de facto, um estilo reflexivo bastante autónomo, possuem confiança nas suas competências a vários níveis e têm à sua disposição recursos para concretizar, pelo menos parte, dos seus projectos pessoais. Prezam muito a sua independência e privacidade, que encaram como conquistas dos seus trajectos, constituindo elementos centrais das suas identidades. Partilham a sua intimidade de forma selectiva, com um conjunto específico de pessoas muito próximas e procuram não expor-se em demasia. A este respeito, por exemplo, muitos destes entrevistados optaram por não criar conta no Facebook, ou, aqueles que o fizeram, resguardam, geralmente, aspectos mais pessoais de si mesmos, da sua vida e dos seus pensamentos.

O sentido de autonomia deste grupo de entrevistados não é sinónimo de egoísmo ou de fechamento interno. A intensidade com que a sua vida interior é vivida espelha e reflecte-se nas suas vivências exteriores. Apesar de as suas preocupações centrais remeterem sobretudo para a realização pessoal, na realidade, a importância que atribuem à vida interna desenvolveu-se em paralelo, por um lado, com a valorização das redes familiares e de sociabilidade, e, por outro, com preocupações sociais de justiça e igualdade sociais.

Todos os entrevistados inseridos neste perfil relataram vivências intensas e laços muito estreitos com a família. Os pais e os avós, mas também os tios, os primos e os padrinhos, constituem um suporte fundamental nas suas vidas, a nível monetário, mas sobretudo no plano emocional. A autonomia que alcançaram não é dissociável dos seus contextos de socialização familiar, tanto no que diz respeito aos estímulos e valores transmitidos, como no que concerne os recursos que lhes foram disponibilizados para esse efeito. A autonomia económica, residencial e reflexiva coexiste com a necessidade de manter contactos regulares e rotinas associadas a determinadas actividades com a família, em particular com os pais e os avós. Esta proximidade familiar espelha aquilo que foram os enquadramentos quotidianos da infância e adolescência destes entrevistados. Não só mantiveram uma relação estreita com a família mais alargada, como a maior parte deles viveu inclusive, durante períodos de tempo variáveis, com os avós. Muitas das suas memórias de infância estão ligadas, por exemplo, aos momentos que passavam com os avós após a saída da escola ou a determinadas actividades que desenvolviam em conjunto.

A valorização dos laços familiares manifesta-se relativamente às relações presentes, mas direcciona-se também para as suas projecções futuras. A constituição de família e o desejo de terem filhos são partilhados por todos os entrevistados com este perfil. Enquanto alguns concretizaram já esse projecto, os mais novos planeiam levá-lo a cabo após a conclusão dos seus percursos académicos.

Para além da família, as redes de sociabilidade constituem outro dos elementos fulcrais das suas vivências exteriores. Os amigos são considerados parte fulcral das suas existências, com eles partilhando a sua intimidade, experiências de vida, actividades de lazer e mesmo profissionais. Os seus grupos de amizade são, geralmente, de longa data e resultam da sua passagem por diferentes contextos, em diferentes períodos das suas vidas, como sejam a escola, o local de residência, actividades de grupo ou o espaço de trabalho. Muitas vezes são grupos sem contacto entre si, sendo que cada um deles desempenha um papel diferente na vida dos entrevistados. Foi comum referirem-se a determinados amigos como sendo aqueles com quem confidenciam, outros com quem mais se divertem, outros com quem desenvolvem certas actividades de lazer, outros ainda com quem têm conversas mais intelectuais. Verificam-se sobreposições a este nível, mas também segmentações bem delimitadas.

Num outro plano, a viragem para o exterior deste grupo de entrevistados reflecte-se nas preocupações sociais que desenvolveram ao longo dos seus percursos biográficos. Como foi já referido, desde cedo tomaram consciência e contacto com modos de vida diferentes dos seus, com determinadas ideias políticas e com actividades culturais e intelectuais de questionamento da realidade que os rodeava. Ao longo das entrevistas referiram-se frequentemente a questões associadas a injustiças na distribuição de recursos materiais, nomeadamente em contexto de crise, a desigualdade na relação entre escola e alunos, a disparidades e dificuldades no acesso à cultura e ao pensamento político e a desigualdades de género e sexuais. A este respeito consideram-se privilegiados, por terem recursos materiais e intelectuais para questionarem e reconhecerem estas questões e para que as mesmas não constituam um problema nas suas vidas.

Outro aspecto interessante partilhado por este grupo de entrevistados diz respeito ao seu posicionamento face à religião. Socializados, na sua maioria, em enquadramentos familiares pouco, ou mesmo nada, direccionados para ideias e práticas religiosas, desenvolveram uma noção flexível de religião. Reconhecem o valor e a importância de diferentes crenças, nalguns casos identificam-se mesmo com determinados valores fomentados por diversas religiões, mas consideram que a sua espiritualidade pode ser vivida sem vínculos religiosos.

A convergência entre competências reflexivas particularmente consolidadas, contextos de estímulo da reflexividade e condições estruturais favoráveis para a elaboração e concretização de projectos pessoais resulta, para este grupo de entrevistados, no fortalecimento das suas capacidades de agência. Todo o seu discurso aponta precisamente para a noção de que têm poder para mudar-se a si mesmos, através das opções que vão tomando ao longo dos seus percursos. Consideram, neste sentido, que são, em grande medida, as decisões que tomaram. A ponderação, racionalidade e auto-disciplina que orientam, em termos gerais, as suas condutas decorrem da ideia de que podem e devem controlar aquilo que é controlável nas suas vidas. Referem-se sobretudo à atitude que assumem face a dificuldades, problemas e opções com que se vão deparando. Procuram, neste sentido, entender os percalços que enfrentam como momentos de aprendizagem, que lhes permitem ganhar alguma resistência, conhecer-se melhor e adaptar de forma fundamentada as suas ideias e comportamentos em situações futuras. Não quer dizer que o façam a todo o momento e que vivam em permanente estado de alerta; apenas que, contrariamente a muitos outros entrevistados, têm as competências para fazê-lo.

As preocupações sociais que desenvolveram e o reconhecimento da existência de desigualdades sociais são indissociáveis do argumento a que frequentemente recorreram no decorrer das entrevistas, que remete para as dificuldades inerentes à vida, que tornam necessário fazer e lutar para se conseguir concretizar objectivos pessoais. Apesar de se considerarem relativamente privilegiados em termos de acesso a recursos para levarem a cabo pelo menos parte dos seus

projectos, consideram que nada lhes é dado (nem queriam que assim fosse), pelo que precisam de ser proactivos para conquistarem o seu espaço e meios de vida.

Duas das questões que exemplificam esta noção de poder individual para agirem sobre si mesmos remetem para o trabalho e para as relações de género. Dos seis entrevistados que integram este perfil de reflexividade, três exercem uma actividade profissional remunerada e manifestam-se insatisfeitos com a sua profissão. Seja porque não se identificam com o tipo de tarefas, com as pessoas com quem trabalham, com o ambiente do local de trabalho, seja ainda porque se vêem forçados a realizar determinado tipo de tarefas que se sobrepõem às que mais apreciam. Como não encaram o abandono dessas actividades profissionais, tendo em conta as dificuldades estruturais do mercado laboral, procuram estratégias para minimizarem e lidarem com essa insatisfação. É nesse sentido que investem em formação como plataforma de mudança para outro contexto laboral ou criam um projecto profissional paralelo por conta própria.

É também notório que os seus discursos se encontram marcados por preocupações de género, sobretudo para as cinco mulheres que integram este grupo. Não podendo controlar dinâmicas estruturais de desigualdade que reconhecem existir a este nível, estas entrevistadas evidenciam, em diversos momentos das suas entrevistas, processos de afirmação e a procura de equilíbrio das relações de género nos contextos familiares, laborais e de sociabilidade por onde se movem. A autonomia e a independência (material e de pensamento) surgem mais uma vez como elementos fulcrais de constituição identitária e como base para garantir igualdade na relação com os outros. Para a entrevistada mais velha, por exemplo, esta consciência surgiu apenas numa fase mais tardia da sua vida, mas assume centralidade na imagem que procura transmitir de si mesma.

Para metade das pessoas com o perfil auto-referencial (Rita, Marta e Rosa), a auto-disciplina que incutem a si mesmas resulta também de um trabalho interno promovido pelo recurso a terapia profissional. Precisamente porque têm uma disposição muito forte de auto-controlo, em situações em que se sentiram impotentes ou que foram incapazes de resolver pelos seus próprios meios, consideraram que a solução passava por consultar um especialista que as ajudasse e orientasse. Os restantes três entrevistados nunca sentiram essa necessidade, recorrendo sobretudo a amigos e família para apoio emocional, mas reconhecem a importância que a terapia pode ter em situações mais difíceis e não excluem a possibilidade de a ela recorrerem em situações futuras.

O controlo que exercem sobre as suas atitudes e condutas revelou-se também no decorrer da própria entrevista. Com excepção de uma pessoa, todos revelaram um acentuado controlo na expressão de emoções ao longo das suas narrações biográficas. Não se emocionaram, não choraram e não se manifestaram de modo mais efusivo, mantendo sempre uma postura mais distanciada face àquilo que relatavam.

Importa, contudo, referir que a única pessoa que não se enquadra nesta descrição assumiu a atitude contrária, chorando ao longo de três sessões de entrevista. Rosa é a entrevistada deste grupo

mais velha, menos escolarizada e com origens sociais mais desfavorecidas, o que explica, em parte, alguns dos elementos de distanciamento face às outras pessoas com uma reflexividade auto-referencial, como se terá a oportunidade de analisar no respectivo retrato sociológico.

O trabalho interno destes entrevistados, para além de ser levado a cabo na privacidade das suas mentes e em interacção com as pessoas que lhes são mais próximas, é também exercido através da escrita. Todas as pessoas que integram este grupo mantêm, ou já tiveram em algum momento dos seus percursos, práticas de escrita auto-biográfica, sob a forma de diários, blogs, cartas ou emails, prosa literária ou poesia. A escrita neste âmbito assume-se como um exercício de reflexão individual sobre determinados acontecimentos, sobre relações pessoais e sobre o futuro, e tem a finalidade de desabafo, catarse ou clarificação. Tende a ocorrer com maior frequência na adolescência, mas ressurgue em períodos posteriores, geralmente associados a situações de crise. Em momentos difíceis das suas vidas os entrevistados sentem a necessidade de objectivarem, através da exteriorização, as suas reflexões e emoções internas, mantendo-as, ainda assim, privadas. É um meio de transposição e materialização em palavras de, pelo menos parte, dos diálogos internos, embora assumam um estatuto diferente. Desempenha uma função imediata de reflexão, mas quando relida mais tarde estimula também um olhar reflexivo mais distanciado sobre os estados de espírito e os pensamentos passados expressos nesses textos.

O facto de a escrita ser assumida como um instrumento de reflexividade auto-biográfica é indissociável do perfil socioeconómico destes sujeitos. A construção de uma relação reflexiva com a linguagem resulta, em grande medida, do contacto prolongado e do estímulo directo de contextos de valorização da leitura e da escrita. A convergência das disposições familiares, com o percurso escolar, com a actividade laboral, bem como com as redes de sociabilidade e actividades de lazer desempenhou um papel central a esse nível. Nestes diferentes enquadramentos sociais, e em particular na escola, aprenderam a tomar a linguagem como objecto de conhecimento, distanciado de si mesmos e da realidade. No fundo, desenvolveram um domínio simbólico da expressão escrita que lhes permite instrumentalizar as palavras para objectivarem as suas práticas e pensamentos e analisá-las de forma distanciado. As suas competências reflexivas de escrita foram formadas na convergência de múltiplos contextos favoráveis e continuam a ser permanentemente actualizadas nos seus contextos de vida presentes, em particular na actividade profissional que desenvolvem, que exige, ou exigia, para a maior parte dos sujeitos, a redacção de textos escritos. O mesmo se aplica para aqueles que se encontram ainda a estudar.

Um outro tipo de escrita remete para a elaboração de listas, lembretes, planificações e apontamentos em agendas. Os entrevistados com uma reflexividade auto-referencial são também aqueles que mais investem nestas práticas de escrita. A auto-disciplina e o auto-controlo que exercem sobre si mesmos reflectem-se na forma como gerem o seu tempo e as suas actividades. Sentem, nesse sentido, necessidade de criar instrumentos de organização e planeamento. Muito desse trabalho de

gestão horária de compromissos e tarefas é feito internamente nas suas mentes. Contudo, para a maior parte destes entrevistados é fundamental complementar lembretes e planos mentais com ferramentas materiais. Permitem não só apoiar a memória, como também tornar mais visível e evidente o planeamento do tempo e das actividades. A objectivação de acções futuras, originando distanciamento face a essas práticas, possibilita o retorno reflexivo, bem como a preparação ponderada da acção.

Acções rotineiras, repetidas quotidianamente, como sejam refeições, hábitos de higiene pessoal, deslocações casa-trabalho ou momentos de relaxamento após um dia de trabalho não são geralmente anotadas em agendas, lembretes ou outras formas de planificação do tempo. O grau de incorporação deste tipo de actividades é de tal forma intenso que as mesmas não precisam de ser lembradas porque são orientadas pelo sentido prático.

O recurso a meios de objectivação do tempo ocorre habitualmente para lembrar acções não rotineiras e tende a ser particularmente frequente para as pessoas que integram o perfil auto-referencial pelo facto de terem quotidianos bastante preenchidos, em diferentes esferas de vida. São os entrevistados com um dia-a-dia menos rotineiro, marcado pela multiplicidade e complexidade das suas práticas. Com excepção dos horários de trabalho ou de aulas, que não podem geralmente contornar, os seus dias estruturam-se de forma muito diferente. No local de trabalho não só desempenham tarefas particularmente diversificadas, como têm de articular várias actividades em simultâneo, o que exige uma maior preocupação organizativa e planificadora. Para os entrevistados com filhos, esta preocupação de gestão horária é ainda maior. Conciliam também estas esferas de vida com múltiplos encontros com familiares e amigos que têm lugar ao longo da semana, após a saída do trabalho. Precisam de recorrer a meios de objectivação do tempo não só para se lembrarem de tudo o que têm de fazer num determinado dia, como também para planificarem o tempo e o lugar de cada uma dessas actividades. Garantem assim o cumprimento daquilo que se propuseram concretizar.

As práticas de escrita mais comuns abrangem também a elaboração de listas de compras e de tarefas domésticas, lembretes de aniversário, registo de contas, planificação financeira, itinerários de viagens e recados deixados a colegas, amigos e familiares. São levadas a cabo em diferentes suportes (papel, computador ou telemóvel), consoante o contexto e objectivo do texto. Em particular as listas de compras, os guias de viagem e a planificação financeira constituem instrumentos de auto-controlo, através da imposição de constrangimentos internos, embora os mesmos tenham sempre algum grau de flexibilidade.

A organização e o planeamento do tempo e das actividades a desenvolver surgem no contexto desta investigação como traços disposicionais manifestos sobretudo pelas entrevistadas do sexo feminino. É nesse sentido que estes elementos contribuem para caracterizar um perfil de reflexividade fortemente feminizado. E é também nesse âmbito que o único elemento masculino que

integra este grupo apresenta elementos de distanciamento face às restantes cinco entrevistadas. Esta diferença decorre, acima de tudo, de processos de socialização de género diferenciados. As cinco entrevistadas viram recair sobre si mesmas, desde muito novas, responsabilidades de gestão do dinheiro, de apoio à família, de cuidado dos irmãos e de investimento escolar. Reconhecem que os irmãos do sexo masculino não geraram o mesmo tipo de expectativas por parte dos pais, investindo menos na escola e revelando-se mais desorganizados na gestão do tempo e das tarefas, bem como no suporte prestado à família. Esta diferença expressa, acima de tudo, uma divisão tradicional de papéis de género.

O único entrevistado do sexo masculino com este perfil de reflexividade não passou por experiências similares no seio da família e nunca sentiu que lhe fosse exigido outro tipo de conduta a respeito do planeamento do tempo e da organização das suas tarefas. É também importante referir que este entrevistado não apresenta um quotidiano tão preenchido como as restantes cinco pessoas que integram este grupo. Não se aplica, portanto, da mesma forma, a necessidade de planificação presente de um conjunto alargado e complexo de actividades simultâneas.

As disposições orientadas para a organização e para o planeamento resultam do entrecruzamento de diferentes socializações, em dimensões distintas de vida, mas foi sobretudo no discurso sobre a família que se tornou mais evidente esta diferenciação. Os entrevistados que integram este perfil reconhecem num dos pais o mesmo tipo de tendência para a planificação. Não só observavam as práticas familiares a esse respeito, como eram incentivados a adoptar o mesmo tipo de conduta. O contexto escolar surge depois como um reforço e complemento fundamental dessa orientação. A socialização prolongada nestas duas esferas de vida contribuiu para que os sujeitos adquirissem um conjunto de hábitos reflexivos associados à gestão do tempo e ao planeamento de actividades.

A reflexividade constitui-se, para o conjunto dos seis entrevistados com um perfil auto-referencial, como instrumento mental que potencia a sua capacidade de agência, em conjugação com as suas condições estruturais, e que lhes permite, nesse sentido, agir sobre si mesmos e sobre as suas circunstâncias. Fica subentendido nos seus discursos que as suas competências reflexivas têm um efeito causal na possibilidade de alterarem, em certa medida, as suas condições de vida. Contudo, é necessário realçar que a relação de causalidade faz-se também no sentido inverso, na medida em que, como tem vindo até aqui a ser discutido, os seus enquadramentos estruturais contribuíram acentuadamente para a formação, desenvolvimento e activação desse tipo de reflexividade e dessa capacidade agencial.

Por outro lado, importa destacar que a reflexividade não é sinónimo, para estas pessoas, em todas as circunstâncias, de agência e possibilidade de mudança. Para além de terem, tal como os restantes entrevistados, diversos momentos em que o sentido prático se sobrepõe à reflexividade na orientação das práticas, importa referir que competências reflexivas ampliadas acarretam também

uma vertente de paralisia da acção. Estas pessoas caracterizam-se a si mesmas como sendo ocasionalmente obsessivas, neuróticas, complicadas e pouco claras. Consideram que reflectem em demasia sobre tudo e investem um esforço desmedido, muitas vezes em questões sem grande relevância. Esse excesso origina angústia e desorientação. Por um lado, gastam demasiada energia, o que gera cansaço intelectual. Por outro, a auto-disciplina e auto-controlo que exercem sobre si mesmas torna-as muito exigentes consigo próprias. Num outro plano, mas de forma indissociável, ao identificarem aspectos que outras pessoas não conseguem reconhecer, sentem-se responsáveis por agirem sobre essas questões. Por fim, ponderam tanto tempo sobre um leque tão amplo de assuntos, opções e formas alternativas de concretizar planos e projectos, que acabam por não conseguir tomar uma decisão. Esta desorientação não resulta sempre, nem sequer numa base muito frequente, do exercício das competências reflexivas, mas a sua ocorrência evidencia o facto de a reflexividade potenciar simultaneamente a orientação da acção e a sua suspensão.

Todos os elementos de caracterização do modo de reflexividade auto-referencial, que têm vindo até aqui a ser discutidos, poderiam conduzir à ideia de que a capacidade de auto-exame dos entrevistados está de tal forma desenvolvida que não seria necessário tomar os seus discursos como objecto de análise. Na realidade, mais do que quaisquer outros sujeitos envolvidos nesta pesquisa, revelaram a capacidade de articular elementos de diversa ordem para explicarem os seus comportamentos e representações. Mas isso não invalida o facto de estas pessoas não terem plena consciência da conjunção complexa de factores e determinações sociais que estão por detrás das suas condutas e que explicam a orientação dos seus percursos biográficos.

Mesmo reconhecendo as competências reflexivas dos sujeitos, o princípio da não-consciência das práticas tem de ser devidamente considerado para se levar a cabo a análise dos seus modos de pensar. O conhecimento que estes entrevistados têm de si mesmos é apresentado nos seus próprios termos, é falível e está num plano distinto do do conhecimento sociológico. O cariz mais escolástico das suas reflexões torna a fronteira que existe entre estes dois tipos de saberes mais esbatida, mas ela não deixa de existir. A realidade social não se reduz à sua dimensão simbólica (Lahire, 2005a: 97). Não basta descrever as interpretações que os entrevistados fazem de si mesmos, é necessário perceber e explicar as condições de produção dos seus modos de pensar, evidenciando a estabelecendo nexos lógicos entre a componente subjectiva dos percursos biográficos e as realidades objectivas ocultas nos seus discursos.

Rita: “O sono é leve, como de vigia”

O caso de Rita é um dos que melhor ilustra o modo de reflexividade auto-referencial. Rita é uma jovem de 29 anos, que se define como sendo muito organizada, dinâmica, preocupada, ponderada e por vezes um pouco obsessiva. No decorrer das duas sessões de entrevista o seu

discurso foi bastante fluído, estruturado e descontraído. Demorou-se em cada questão colocada e explorou diferentes aspectos do assunto em discussão, apresentando ideias bem definidas relativamente a todos os assuntos propostos.

A sua capacidade de auto-análise ficou bem expressa ao longo de toda a narração

biográfica. Analisou o presente estabelecendo relações causais entre os seus contextos de vida passados e a sua identidade presente. Fê-lo em contexto de entrevista, mas ficou claro que se trata de uma prática em que investe frequentemente. Por exemplo, em várias ocasiões se referiu à importância que a educação liberal, e simultaneamente muito acompanhada e controlada, por parte dos pais teve no modo como a sua personalidade se estruturou. Considera que desenvolveu uma identidade própria que balança a necessidade de controlo, de organização e planificação da mãe, com a maior desconstracção do pai. Reconhece também como elemento central da sua socialização familiar a valorização do conhecimento e da cultura transmitida sobretudo pelos pais.

Rita nasceu no seio de uma família com elevadas qualificações formais. Tanto o avó materno, como o paterno tinham um diploma de ensino superior e a avó paterna completou o ensino secundário. Era aliás com esta avó que Rita e o irmão, um ano mais velho, passavam as tardes, após a saída da escola, até ao regresso do trabalho dos pais.

Ajudava-nos sempre nos trabalhos da escola, ensinava-nos imensas coisas. Muita da educação que nós temos, da maneira de estar, vem dela porque passávamos lá o dia inteiro. (...) E eu adorava (...) queria ser como ela. Quando eu era miúda ela lia muito e eu admirava-a imenso. Ela falava-me dos livros que lia e eu achava aquilo tudo maravilhoso.

Da parte dos pais contou também com o mesmo tipo de estímulo e apoio à leitura, à escrita e ao trabalho escolar. A mãe, que tem um mestrado e é professora de educação especial, é assumida como uma referência central na sua vida. Descreve-a como sendo controladora e intrusiva, algo de que não se apercebeu inteiramente ao longo da sua infância e adolescência: “na verdade ela controlava, mas sem dar a ideia de que estava a ser controladora”. A mãe forçou-a a ingressar em diversas actividades desportivas e culturais e a persistir quando perdia a motivação para continuar, como foi o caso do teatro e da música. Na infância, considerava-a, a par da avó, como modelo para um futuro imaginado. A decisão de prosseguir os estudos com o objectivo de se tornar professora é indissociável da actividade profissional da mãe e do desejo que a avó paterna também manifestava em ter sido professora. Rita mantém com a mãe

uma relação de grande proximidade, cumplicidade e intimidade.

Quando eu era miúda, eu queria mesmo ser como ela, achava que ela era o máximo. Hoje ainda acho, claro, mas na altura achava tudo o máximo, a atitude dela com a vida muito positiva, sobretudo a energia. (...) E divertia-se. É uma pessoa culta, lê imenso. (...) Antes eu lia os livros da minha mãe, hoje a minha mãe lê os meus. (...) Falamos imenso destas coisas. Vamos sempre ao cinema juntas, vamos ao teatro juntas, vamos a concertos juntas e é muito giro.

Com o pai, engenheiro agrónomo, tem também uma relação chegada, embora num sentido diferente. Nas suas palavras, era um pai mais distante, mas um “pai fixe”, que lhe dava muita liberdade e que convivia e recebia com satisfação os seus amigos em casa. Um dos aspectos que destaca como mais positivos da sua infância e adolescência é precisamente a abertura por parte dos pais relativamente aos seus interesses pessoais e aos relacionamentos com amigos e namorados. Quando tinha 20 anos, os pais divorciaram-se e ficou a viver com a mãe. Aceitou bem a nova situação familiar, embora se tivesse gerado alguma preocupação relativamente ao modo como os pais lidariam com o divórcio.

Rita tem um irmão um ano mais velho, com quem manteve uma relação de grande proximidade até à adolescência: “eu não precisava da minha mãe para nada, nem do meu pai. Eu tinha o meu irmão”. Brincavam sempre juntos e mais tarde partilhavam o grupo de amigos. Com formação superior em cinema, o irmão trabalha como assistente de imagem nessa área. Actualmente têm uma relação próxima, mas Rita considera-o muito diferente de si, “mais desligado” da família e com um percurso mais errático em termos escolares e profissionais. Nesse sentido, e sendo ela “mais desenrascada”, sente que é direccionada maior preocupação por parte da família para o irmão.

Em geral, a relação que mantém com a família é bastante próxima, sobretudo com os pais e o irmão, mas também com a avó paterna, o tio paterno e uma prima materna. Contactam-se frequentemente e partilham as suas preocupações e situações: “eu costumo dizer que somos um bocado mafiosos porque sabemos tudo, ninguém tem segredos para nós”.

Foi educada num ambiente familiar com preocupações políticas de esquerda, relacionadas com a desigualdade e a discriminação, que ainda hoje mantém. Quando frequentava o ensino secundário Rita criou, aliás, uma iniciativa de luta contra a forma como os estudantes eram escolhidos para frequentarem a sua escola, que, apesar de pública, considerava ser muito elitista.

Ao longo de todo o seu percurso escolar, Rita teve sempre um interesse apurado pela aprendizagem, pelo estudo e pelo trabalho escolar. Para além do contacto familiar precoce com livros, beneficiou ainda da experiência escolar do irmão, aprendendo a ler quando ele ingressou na escola primária. Considera que foi sempre boa aluna, muito aplicada, “daquelas muito betinhas, que se sentam à frente”.

A escola foi muito importante para mim, foi um percurso muito feliz, muito tranquilo, sem problemas. Adorei estudar, adorava estudar, era mesmo muito betinha. Eu estudava mesmo muito. Nos exames do 12º, os exames nacionais, fazia mapas de estudos dois meses antes. Aquilo era tudo muito certinho e muito organizado.

A sua motivação prolongou-se por um trajecto que prosseguiu para o ensino superior, quando ingressou na licenciatura de Línguas e Literaturas Modernas, variante de Português-Francês, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL), com o objectivo de se tornar professora. Apesar de criticar muitos aspectos do curso em que ingressou, faz um balanço positivo, em particular da sua experiência de Erasmus, mediante a qual esteve seis meses em Paris. Ainda completou um ano no ramo de formação educacional, após a conclusão da licenciatura, mas cedo percebeu que não queria ser educadora, pelo facto de o processo pedagógico se sobrepôr, em contexto educativo, à partilha de conhecimentos numa dada área. Optou, assim, por procurar trabalho noutras áreas de actividade.

Para além da análise que Rita faz do passado, questiona permanentemente as suas ideias, decisões e acções, tomando a sua própria reflexividade como objecto de reflexão. Face às mais diversificadas situações que vão ocorrendo numa base quotidiana é comum deter-se algum tempo a pensar sobre tudo o que aconteceu, de modo a compreender melhor o que disse, o que lhe foi dito, como reagiu, o que pensou, porque tomou

determinada atitude e o que poderia ter feito de diferente para alterar as circunstâncias.

Não sou muito do deixa andar, sou um bocadinho obsessiva. (...) Por exemplo, se tenho uma discussão com um amigo meu (...) até resolver, fico a pensar imenso naquilo: “E porquê? E será que fui eu? E será que ele tem razão? E será que não tem?” E fico a relembrar as coisas que disse e a forma como disse, a reviver outra vez a conversa, a pensar na conversa.

Tem uma maior preocupação com o tempo presente, monitorizando permanentemente a compatibilidade entre os seus objectivos pessoais e os seus contextos actuais. Uma das suas principais inquietações quotidianas é a de fomentar e manter um certo dinamismo individual associado à realização de actividades culturais e ao investimento nas relações interpessoais e lazeres.

Penso muito no presente, no que é que quero fazer agora, no que é que estou a fazer agora. Não sou muito futurista, não penso muito naquilo que vai acontecer, naquilo que se vai passar. No presente, sim. Às vezes acho até que me preocupo demais. Sou incapaz de ter uma vida normal, de trabalhar, ir para casa. Estou sempre preocupada em fazer coisas, em dinamizar coisas, em ter eventos e isso é uma preocupação constante.

Dedica muito tempo à leitura, sobretudo de literatura portuguesa contemporânea, embora os seus interesses sejam mais vastos. Reúne-se frequentemente, numa base quase quotidiana, com amigos para irem ao cinema, ao teatro ou organizam jantares em suas casas. Rita tem uma vida social bastante intensa, que exige algum esforço de articulação, já que os seus amigos, que considera constituírem o seu “círculo da felicidade”, provêm de contextos e fases de vida diferentes e nem sempre se cruzam. O que significa que tem de se dispersar e encontrar tempo para as diferentes redes de sociabilidade, com quem mantém também relações diferenciadas, sobretudo ao nível da partilha da sua intimidade.

Outra actividade de lazer em que gosta de investir, em particular com amigos, são as viagens para fora do país, que procura fazer todos os anos. Mas mesmo em circunstâncias em que não tem companhia, mantém o projecto de viajar e faz a viagem sozinha, como sucedeu no ano passado quando foi à Argentina.

Esta atitude de dinamização que caracteriza as suas práticas assume maior importância num contexto de insatisfação profissional. Após a conclusão da licenciatura, e já depois de desistir da ideia de ser professora, Rita teve uma passagem não remunerada, de cinco meses, por um projecto do Ministério da Educação, que consistia na gravação em áudio de manuais escolares. Trabalhou em seguida, e durante cerca de três anos, na livraria de uma empresa de distribuição e venda de bens tecnológicos e culturais. A fraca remuneração, bem como a pressão exercida por familiares e amigos para que abandonasse essa actividade, por não se enquadrar naquilo a que suas qualificações permitiam aceder, levaram-na a enveredar novamente pela formação académica tendo em vista uma viragem profissional. Terminou o mestrado em Edição de Texto, em 2008, também na FCSH-UNL, estagiou numa editora portuguesa, mas não conseguiu uma inserção profissional nessa área. Seis meses depois deixou o trabalho na livraria, por via de conhecimentos do namorado que tinha na altura, pela sua actual actividade, enquanto produtora de eventos numa ordem profissional.

Toda a entrevista de Rita é marcada pelo sentimento de frustração por não conseguir trabalhar na sua área de formação, embora não se arrependa das escolhas académicas que fez. O modo que encontrou para lidar com essa insatisfação face à sua vida profissional foi desenvolver actividades paralelas que fossem ao encontro dos seus interesses reais. Enquanto trabalhava na livraria criou, juntamente com seu o namorado da altura, uma associação cultural que tinha por objectivo proporcionar meios (sobretudo o espaço) para a realização de actividades culturais e educativas, como sejam exposições, concertos ou cursos. Era uma forma de aliar os seus interesses culturais, às suas competências de planeamento e organização e ainda às suas preocupações de criar oportunidades para os outros. A associação ficou entretanto inactiva pela escassez de colaboradores voluntários.

Posteriormente, e ainda quando trabalhava na livraria, Rita decidiu criar cursos de literatura como actividade remunerada paralela à sua profissão principal. Desde então tem estabelecido parcerias com livrarias e outros espaços culturais, onde regularmente organiza formações especializadas em diferentes tipos de literatura contemporânea. Rita tem alguma

dificuldade em considerar estas acções paralelas como trabalho, pela ideia negativa que foi construindo sobre a sua actividade profissional.

Para mim o trabalho não é uma coisa muito boa, nem nos salva como algumas pessoas acham, nem pensar. Nem acho que seja extremamente necessário. É necessário ter alguma autonomia financeira, teres dinheiro e poderes ter a tua vida, não precisares de ninguém, mas habituei-me a ver o trabalho como uma coisa negativa.

Rita entende o desempenho de uma actividade profissional sobretudo como garante de autonomia financeira. A sua autonomia assume-se, aliás, como elemento central da sua identidade. Desde os 15 anos que desempenha pequenas tarefas remuneradas para conseguir financiar viagens e actividades de lazer. Não solicita o apoio financeiro dos pais, tanto para estas iniciativas, como para a sua gestão quotidiana, precisamente por valorizar a sua capacidade de auto-sustento. Teve uma primeira saída de casa dos pais aos 24 anos, tardia na sua perspectiva, para viver com uma amiga. Esta experiência não correu bem, pelo que Rita regressou à habitação familiar por mais dois anos. Quando ingressou na sua actividade profissional actual, que lhe garante melhores condições salariais e maior estabilidade, juntou-se novamente com uma amiga no aluguer de uma casa em Lisboa, onde ainda hoje se mantém.

Rita permanece numa actividade profissional que não a satisfaz precisamente porque conseguiu atingir um nível de estabilidade que lhe garante autonomia. Admite, contudo, que se o país atravessasse outra conjuntura socioeconómica, talvez arriscasse mais na sua vida profissional. De qualquer forma, e apesar da frustração que sente, conseguiu criar uma plataforma de realização pessoal através das suas iniciativas individuais.

Foi importante decidir que não queria ser carreirista, nesse sentido de ter uma profissão toda a vida, sempre igual, e que poderia fazer muitas coisas pequeninas e soltas e ver o que é que poderia dar.

Esta segmentação é, no fundo, parte de um processo de construção identitária, ainda em processo, com múltiplas possibilidades e caminhos.

Apesar de estar a chegar aos 30 anos, ainda estou a definir todos os dias o que é que eu quero fazer. (...) Quando fechas uma porta, abrem-se mil, não é?

Rita considera ter capacidade individual para mudar certos aspectos da sua vida. E não podendo alterar circunstâncias que limitam a sua acção, pelo menos trabalha a sua atitude face a essas dificuldades, encarando-as como desafios e formas de aprendizagem. Em termos gerais, quando define um objectivo pessoal procura os meios ao seu alcance e persiste até concretizá-los: “Acho sempre que tudo é possível, posso fazer tudo”. Nesse sentido, não sente grande necessidade de estabelecer prioridades porque entende ser capaz de lidar com diferentes tarefas em simultâneo.

A multiplicidade de actividades que Rita tem de conciliar quotidianamente, em conjugação com uma disposição incorporada para a organização, levam-na a elaborar planificações semanais para organizar o seu tempo e, assim, perceber que duração e esforço pode dedicar a cada uma delas. Quando não está a trabalhar, passa pouco tempo em casa, seja porque está a dinamizar cursos de literatura, seja porque tem combinações múltiplas com amigos e família. Recorre sobretudo a anotações numa agenda e a listas de tarefas para se organizar: “para não me esquecer, para não estar angustiada”.

Há pessoas que até se passam um bocado comigo, porque chego ao domingo e tenho a semana toda na cabeça, tudo muito planeado. Isso planeio imenso, deixo muito pouco espaço à improvisação.

Dedica também especial atenção à elaboração de orçamentos, por mais pequenos que sejam, relativamente aos seus diferentes gastos.

Rita planifica sobretudo as diferentes actividades do seu quotidiano e evita fazer planos a longo prazo pela ansiedade que isso provoca. Tem, contudo, preocupações gerais e desejos que pretende concretizar num horizonte temporal que ainda não sabe definir, como sejam a alteração de contexto profissional e a constituição de família.

Às vezes pareço que tenho tudo sob controlo e não, sou muito preocupada. (...) Às vezes penso que pode acontecer não conseguir [mudar de trabalho e constituir família], não acontecer e isso preocupa-me um bocado.

Rita não está numa relação amorosa há cerca de dois anos. Teve vários namorados desde os 15 anos, embora destaque sobretudo os últimos três relacionamentos, que foram mais duradouros, e “levados mais a sério”. O final das relações

constituíram sempre momentos difíceis de ultrapassar, independentemente de quem teve a iniciativa para terminar o namoro. Rita passa muito tempo a questionar-se sobre a sua atitude e comportamento, sobre o que pensava e o que poderia ter feito diferente para que o relacionamento tivesse corrido melhor. Actualmente não se sente muito pressionada (por si mesma e pelos outros) pelo facto de não ter namorado, mas estar numa relação amorosa faz parte do seu desejo de constituir família no futuro.

Rita preza bastante a sua privacidade, partilhando ocasionalmente as suas preocupações apenas com amigos e familiares muito próximos. Quando tem de tomar uma decisão, fá-lo geralmente de modo bastante autónomo, sem consultar ou, por vezes, sem valorizar muito opiniões de terceiros. É bastante ponderada, analisa as situações em pormenor, reflectindo sobre possibilidades e dificuldades, sobre os meios ao seu alcance e sobre as implicações das suas decisões.

Passa também algum tempo a reviver situações passadas, analisando o seu comportamento e o das pessoas que com ela interagiram, como forma de aprendizagem.

Passava o dia a pensar: “será que fiz bem? Será que fiz mal? Será que...?” Hoje em dia tomo um bocadinho disso como aprendizagem e quando me acontece alguma coisa, penso sempre quando é que isso já me aconteceu antes. Para tirar daí alguma lição, aprender alguma coisa com isso.

Tem ainda por hábito ensaiar e imaginar conversas antes de concretizá-las (e mesmo que nunca chegue a tê-las), nos diferentes contextos por onde se move.

Até é um bocadinho irritante para mim própria, ir no caminho a ensaiar a conversa toda na minha cabeça. Ou então, imagina que tenho um problema (isto acontece-me imenso), preciso de desabafar com alguém. Se for de manhã, eu marco um encontro com uma amiga minha para o final do dia. Sou capaz de estar o dia inteiro a fazer a conversa na cabeça. O que é que eu lhe vou dizer, como é que eu lhe vou expor a questão, não me posso esquecer de lhe dizer qualquer coisa. E, portanto, às vezes até prefiro nem combinar nada e combinar na hora, porque senão é demasiado cansativo.

Outro elemento importante das suas conversas internas é a clarificação das próprias

ideias e representações relativamente a certos acontecimentos, pessoas e mesmo em relação a si mesma. Na única ocasião, após o fim de um namoro, em que Rita não se sentiu capaz de compreender a sua atitude e de agir sobre ela, recorreu a consultas de psicologia.

Achava que, além de estar muito em baixo, não estava a conseguir perceber o que é que se estava a passar. E isso é que me assustou, porque normalmente eu percebo o que é que se está a passar comigo, eu sei avaliar.

Acabou por desistir da terapia por não encontrar respostas concretas para o seu problema, a que apenas ela poderia responder: “foi perceber que não preciso nada disso [*terapia*] e eu é que tenho é que resolver isto”.

O trabalho interno de Rita é feito sobretudo de forma autónoma, através do exercício de conversas internas, mas também pelo recurso à escrita. Aos sete anos de idade, e até cerca dos 13 anos, manteve um diário, depois substituído, no período da adolescência, por aquilo que designa como cadernos, onde apontava o que acontecia, o que sentia e o que pensava. Este tipo de escrita mais diarista está associado a fases da sua vida mais turbulentas emocionalmente, tal como as muitas cartas que trocava com amigos. Era uma forma de partilhar, desabafar, compreender-se melhor e obter algum conforto por parte dos outros. Neste momento sente-se mais tranquila e, por isso, com menos necessidade de se expressar por estas vias.

Escrevi muitas cartas. (...) A altura em que eu era mais reflexiva era a escrever para outros, para amigos. (...) Tinha imensa necessidade de falar sobre o que estava a acontecer, sobre as relações, sobre as amizades. Mas por outro lado também era um espírito mais aberto, mais dinâmico, para fora, para os amigos. Era muito emotiva com tudo e com todos e precisava exteriorizar essa emoção. Hoje estou muito mais controlada.

A releitura ocasional dos seus textos permite-lhe reviver situações passadas e, assim, reflectir sobre si mesma e sobre a sua evolução em momentos posteriores. A escrita assume-se, neste sentido, como instrumento que permite múltiplas activações e reactivações da reflexividade individual, em diferentes fases de vida.

Paralelamente a esta escrita autobiográfica, Rita tem também investido em práticas de escrita literária, sobretudo poesia. Concorreu

inclusive a concursos e chegou mesmo a preparar um livro para publicação, que acabou por não se concretizar. A sua poesia tem ainda vindo a ser partilhada através de um blog criado com esse fim. Rita mantém também dois outros blogs, onde articula a divulgação dos cursos que organiza, com relatos mais pessoais e com os seus interesses em música e literatura.

Já depois da realização das duas sessões de entrevista tive conhecimento, pela pessoa que me facultou o seu contacto, que Rita estava hospitalizada. Tinha-lhe sido detectado um problema de saúde, ainda por identificar, no cérebro, pelo que permaneceu no hospital três semanas para fazer exames e chegar a um diagnóstico. Durante esse período Rita esteve particularmente activa nas redes sociais, partilhando a sua experiência de internamento no Facebook e nos seus blogs. A escrita assumiu-se mais uma vez, num momento de particular vulnerabilidade, como um instrumento importante de reflexão individual, especificamente numa lógica de partilha. Apesar de não ter falado directamente com ela sobre esta fase posterior da sua vida, foi possível perceber, pelos textos autobiográficos que escreveu a este respeito, que a mesma representou um forte momento de crise, de ruptura com o sentido prático e de paragem, que a levou a repensar a sua vida e a repensar-se a si mesma.

Muitas das questões discutidas nas entrevistas surgem na sua escrita. No essencial, identificam-se nestes textos as mesmas disposições e o mesmo modo de reflexividade evidenciados em contexto de investigação. Verifica-se, no fundo, um aguçar de certas preocupações e da sua atitude perante a vida: pensar de forma demorada e analisar o que aconteceu sob diferentes pontos de vista, escrever para relembrar, fundamentar e facilitar essa auto-análise em diferentes momentos do tempo, retirar aprendizagens de momentos menos positivos, reflectir e trabalhar o modo como encara os problemas, lutar para ultrapassar dificuldades e valorizar as redes de relacionamento (família e amigos).

Penso que isto não custa, que podia ser pior se eu fosse outra pessoa e estivesse dentro de outra cabeça. (...) Preciso só de ânimo para começar a tomar notas. Para não me esquecer. Porque há coisas que não se podem esquecer. (...) Não que isto seja uma tragédia. É mais um tropeçar. Um afinar a pontaria. Cada desencanto pode ser visto como uma tragédia

peçoal. Se a soubermos reescrever sem pressas nem ansiedades. Se a soubermos ler e entender. A tragédia verdadeira é deixarmos passar por nós estes momentos e quereremos esquecê-los. (...) E a vida normal, por favor, a vida normal. Não há nada melhor, meus caros, que a vida normal. Viver todos os dias é a única aventura que vale a pena. (...) Às vezes há tanto que tomamos por certo, tanto do nosso quotidiano que tomamos por certo, que já não sabemos o que fazer aos dias se eles não forem nossos. (...) E portanto a partir de agora vai ser diferente, minhas caras e meus caros. Não me vou queixar mais. Os meus olhos abriram-se à volta da cabeça e vêem mais longe. (...) graças a vocês, a maior parte do tempo, sinto-me uma super-mulher. Não há ninguém em lado nenhum como vocês. (...) E depois, claro, há a família como uma máfia das boas que não nos deixa um minuto de solidão. E os amigos que se multiplicam. (*Excertos do blog pessoal, Dezembro de 2011*)

Ver-se privada das práticas que estruturam o seu quotidiano levou-a também a questionar as suas rotinas e a sua forma de abordar o dia-a-dia. A ruptura que este momento de crise significou, operou em Rita a vontade de mudar aspectos menos satisfatórios da sua vida, já evidenciados nas entrevistas, nomeadamente a nível profissional e no que diz respeito à organização do tempo e ao seu investimento em actividades culturais, como a escrita: “imaginar sempre outra coisa. pensar em formas de mudar a vida (...) nunca parar de pensar em como se muda de vida, se é isso que se quer” (*Excertos do blog pessoal, Janeiro de 2012*).

Algumas semanas mais tarde da sua saída do hospital, e face ao regressar aos seus contextos e rotinas, Rita sentiu necessidade de fazer nova paragem reflexiva e pensar sobre a sua experiência e sobre o modo como a encarou, numa espécie de alerta a si mesma para continuar permanentemente a questionar o que tomou por garantido e que se tornou visível quando disso se viu privada.

Acho que chegou a altura de parar outra vez. Pensar tudo o que pensei outra vez naquelas três semanas de “cativeiro”. Percebi que me tinha esquecido de tudo quando fui ler o que escrevi. E não pode acontecer porque não podemos desaprender mesmo que queiramos esquecer as provações mais tristes. (...) Tenho medo. De saber o que me aconteceu. De que me aconteça outra vez. De fazer os mesmos erros do passado. (...) Mas tenho mais medo

de desistir. Nunca em nenhum dia desisti. (...) E a minha cabeça nunca quis descansar. Mesmo quando estive exausta. Mesmo quando saí de lá e nada era como dantes. (...) Agora preciso de pegar em todos estes ensinamentos e deixar que eles me guiem. (*Excertos do blog pessoal, Fevereiro de 2012*)

O que os textos sobre esta experiência evidenciam é que o seu modo de reflexividade não se alterou, no essencial, face a uma situação de crise. Verificou-se uma exacerbação dos seus exercícios reflexivos, tornando-se certos aspectos da forma como Rita se pensa a si mesma no mundo, mais evidentes.

Nestas circunstâncias, e de modo geral ao longo de todo o percurso biográfico, a reflexividade pode desempenhar um papel de reforço positivo, de apoio à acção, ajudando a prepará-la. Mas o modo de reflexividade de Rita incorpora também uma vertente que a própria sente ser menos positiva. Em várias ocasiões, ao longo das entrevistas, refere-se à angústia e ansiedade provocadas por “pensar demasiado nas coisas”. Torna-se frustrante e cansativo pensar e antecipar acontecimentos que não podem ser alterados pela sua acção, ou que não dependem em exclusivo das suas opções.

Porque não deixo ir, não deixo andar, não deixo... olha, aconteceu. Aquela ideia de: olha, foi assim que aconteceu, pronto, paciência. Não consigo ser assim, mas acho que devia ser. Às vezes devia deixar andar um bocadinho as coisas e não consigo.

A reflexividade assume, em determinadas circunstâncias, um cariz mais estéril na orientação da acção, seja porque considerar a possibilidade de múltiplas opções pode fomentar a desorientação, seja porque as deliberações reflexivas têm de ser completadas contextualmente⁸⁶.

⁸⁶ Ver Anexo B para os restantes retratos sociológicos do perfil de reflexividade auto-referencial.

8.2. Reflexividade pragmática

Pessoas entrevistadas que integram o perfil pragmático

José, 80 anos, não sabe ler nem escrever, pastor (reformado)

Patrícia, 54 anos, 3º ciclo do ensino básico (Novas Oportunidades), empregada de balcão (desempregada)

Regina, 56 anos, 1º ciclo do ensino básico, empregada de limpeza (desempregada)

Fernando, 66 anos, não sabe ler nem escrever, servente de pedreiro (reformado)

O modo de reflexividade pragmática é definido pelo facto de se orientar sobretudo para questões práticas do quotidiano. O que significa que os entrevistados que integram este perfil direccionam, predominantemente, os seus pensamentos sobre si mesmos e sobre as suas circunstâncias para os procedimentos comuns de organização da sua vida doméstica, familiar e laboral. Focam as suas reflexões no modo como gerem as finanças, conciliam tempos e organizam tarefas: por exemplo, projectam horários de trabalho, planeiam actividades laborais, organizam tarefas domésticas, adaptam os calendários familiares, calculam e controlam gastos.

Contrariamente aos entrevistados com um perfil de reflexividade auto-referencial, não têm por hábito questionar e pensar de forma demorada sobre tudo aquilo que os rodeia e sobre as suas próprias condutas em diversos momentos do tempo e em diferentes contextos sociais. Não se pretende com isto afirmar que nunca o tenham feito, apenas que, a acontecer, essa orientação é esporádica e assume um cariz secundário face ao foco principal em questões de ordem prática. Aliás, a reflexividade pragmática define-se praticamente em oposição à reflexividade auto-referencial, nas suas várias dimensões de caracterização. Desde logo, a postura que os entrevistados com uma reflexividade pragmática assumiram na entrevista é substancialmente diferente. Foram aqueles que revelaram maior desconforto, ansiedade e receio face ao pedido de falarem sobre si mesmos e sobre os seus percursos de vida. Não porque sejam pessoas mais reservadas e com menor vontade de partilharem as suas vidas, mas antes porque o exercício reflexivo que lhes era proposto no contexto de entrevista não correspondia, no fundo, a uma prática comum das suas conversas internas e externas. Algumas questões terão sido mesmo pensadas pela primeira vez e outras pareceram-lhes tão evidentes e claras que não exigiam explicações e racionalizações adicionais.

Em termos gerais, e contrariamente ao identificado para o perfil auto-referencial, evidenciam dificuldade na justificação das opções que tomaram e no reconhecimento das implicações que as mesmas tiveram nas diferentes esferas de vida e em diferentes fases dos seus percursos biográficos, não distinguem escolhas que tinham ao seu alcance de circunstâncias que não podiam controlar, não estabelecem uma relação causal entre as suas experiências passadas e os seus traços de personalidade, assumem os diferentes papéis sociais que desempenham de forma mais normativa, sem questionamento permanente, e não tomam como objecto de reflexão o modo como se relacionam consigo mesmos.

Estas dissemelhanças na capacidade de auto-análise dos dois modos reflexivos expressam diferenças no perfil socioeconómico dos entrevistados. A reflexividade pragmática caracteriza-se por origens e inserções sociais mais desfavorecidas, e por contextos de vida com fraco estímulo das competências reflexivas.

A infância e adolescência dos quatro entrevistados que integram este grupo estão marcadas por profundas dificuldades económicas. Provêm de famílias com mães e pais que não frequentaram a escola (com excepção do pai da única entrevistada oriunda de meio urbano), que tinham profissões desqualificadas e mal remuneradas. Os problemas financeiros e materiais agravavam-se pelo facto de o número de filhos ser bastante numeroso: um dos entrevistados, por exemplo, teve dez irmãos. Viviam em casas pequenas, sem condições para albergar pais, filhos e muitas vezes também os avós, e alguns deles chegaram mesmo a passar fome e a não ter roupa lavada ou adequada para vestir. Tiveram de ajudar a cuidar dos irmãos (principalmente as mulheres), começaram a trabalhar com menos de 15 anos para apoiar a família e, nesse sentido, viram-se forçados a abandonar os estudos. A pobreza que caracterizou a infância e adolescência destes quatro entrevistados teve também, para um dos casos, outros problemas associados, como o alcoolismo e a violência doméstica, o que tornou as suas vivências familiares ainda mais difíceis.

Não tendo possibilidade de prosseguir os estudos, a maior parte completou apenas o 1º ciclo do ensino básico. Os dois homens que integram este perfil de reflexividade não sabem ler nem escrever, embora um deles tenha frequentado a escola primária e o outro concluído a 4ª classe, já em adultos. As duas mulheres protagonizaram também um regresso mais tardio à escola, já depois dos 50 anos de idade, de modo a obterem qualificações formais ao nível do 3º ciclo do ensino básico. Os entrevistados voltaram a estudar em adultos como resposta a necessidades laborais: as mulheres face a uma situação de desemprego e os entrevistados do sexo masculino para aprenderem a assinar, de modo a facilitarem processos de mobilidade migratória ou melhoria da situação profissional.

Estes quatro entrevistados cresceram e constituíram as suas vivências em contextos sociais que não estimularam o desenvolvimento e uma activação frequente de competências reflexivas. A este nível, o contacto débil com a escola e com o trabalho escolar desempenhou um papel central, na medida em que não lhes permitiu o desenvolvimento de capacidades de objectivação que contrabalançassem uma menor solicitação desse tipo de aptidões por parte dos seus restantes contextos de vida. Até porque viveram sempre em meios (espaciais e sociais) similares, estão inseridos em redes de relacionamento com quem partilham alguma proximidade social e tiveram pouco ou nenhum contacto com formas culturais e normativas distintas das suas. A estruturação dos seus enquadramentos de vida não tem sido, no fundo, favorável à constituição de uma relação distanciada consigo mesmos.

Estes entrevistados aceitam as suas circunstâncias e os diferentes acontecimentos que pautam os seus trajectos sem terem necessidade de questioná-los permanentemente: tomam “as coisas como

elas são”. A responsabilidade do rumo que as suas vidas tomaram é entregue a uma entidade externa (“Deus”, “destino”), o que explica a impotência que sentem em relação às suas condições. Assumem um papel de passividade relativamente aos seus trajectos porque o modo como as suas experiências de vida decorreram não lhes permite pensar que as suas escolhas poderiam ter sido diferentes e os seus percursos poderiam ter assumido contornos distintos. Por esse motivo, não se lamentam e conformam-se à sua situação presente, ao passado que tiveram e às suas possibilidades e obstáculos futuros. Verifica-se um ajuste entre expectativas e contextos de vida, desempenhando a reflexividade um papel mediador a este nível. As suas reflexões actuam geralmente no sentido de conciliação das suas aspirações e projectos aos recursos que têm efectivamente ao seu alcance para concretizá-los. Estes entrevistados interiorizaram os limites objectivos dos seus campos de possibilidade e não elaboram planos, nem estabelecem objectivos de vida fora dessas delimitações. Foi comum recorrerem a expressões como: “não tenho ambições”, “as coisas são como são”, “temos de aceitar”, “é preciso paciência”, “não se pode fazer nada”.

Actualmente, olham para as dificuldades por que passaram, numa fase inicial dos seus percursos biográficos, com alguma tristeza. Contudo, enquanto crianças e jovens não encaravam as suas condições de vida como sendo particularmente penosas ou injustas, na medida em que a generalidade das pessoas com quem conviviam, e que constituíam os seus grupos de referência, viviam em contextos sociais similares. Só depois de começarem a trabalhar, e de terem contacto com alguma diversidade estrutural, desenvolveram uma maior percepção das suas carências.

Esta tomada de consciência relativamente à existência de desigualdades sociais acentuadas, por via do contacto com modos de vida socialmente mais favoráveis, actuou como a forma mais intensa de estímulo da sua reflexividade ao longo das suas biografias. Desenvolveram, neste âmbito, uma preocupação geral com a melhoria das suas vidas, que acreditavam passar, acima de tudo, pelo forte investimento no trabalho. Não podiam controlar o tipo de actividade a que podiam aceder, tendo em conta as suas qualificações e competências laborais, mas os seus percursos profissionais caracterizam-se por uma gestão cuidada da carga e número de horas de trabalho, da mudança para profissões melhor remuneradas, do investimento em actividades profissionais paralelas e até mesmo da emigração para trabalho sazonal, que permitia um rendimento complementar, mais elevado do que aquele que habitualmente recebiam.

O trabalho, inicialmente imposto pela necessidade, foi assumido como dimensão central das suas existências e como foco principal de preocupação, seja por garantir o sustento familiar, seja porque constitui um instrumento de afirmação identitária. A actividade profissional é, de facto, para estes entrevistados, o motor principal de estruturação das diferentes fases dos seus percursos biográficos. Todos os projectos de vida definidos por estas pessoas dependeram sempre das suas condições laborais ou da concretização prévia de planos associados ao trabalho. Por exemplo, as decisões de casar, ter filhos, mudar de casa ou levar a cabo uma intervenção cirúrgica subordinaram-

se sempre à carga de trabalho, à organização de horários laborais, ao rendimento auferido e à maior ou menor abertura do contexto profissional.

A vida dos entrevistados que integram o perfil de reflexividade pragmática tem sido feita quase em exclusivo nos mesmos locais onde nasceram e de onde as suas famílias são provenientes. Não têm por hábito passear, viajar ou fazer férias noutra sítio. As únicas vezes que se deslocaram da zona de residência foi precisamente quando foram trabalhar para fora do país.

Actualmente, nenhum dos quatro entrevistados se encontra a desempenhar uma actividade profissional: os dois homens estão reformados por invalidez e as duas mulheres estão desempregadas. O final e a interrupção das suas vidas laborais constituíram, portanto, para todos eles, situações impostas, vividas como constrangimento. Mesmo face a problemas de saúde incapacitantes, os entrevistados (neste caso os homens) demonstraram revolta por se verem forçados a abandonar o trabalho. Deixar de trabalhar teve implicações negativas a dois níveis nas suas vidas: alterou substancialmente a organização dos seus quotidianos e implicou uma diminuição dos rendimentos familiares.

Grande parte das narrativas que elaboraram no decorrer das entrevistas centrou-se na frustração que representa a inactividade nas suas vidas. O modo como lidaram com esta situação foi diferente para mulheres e homens. Após um período inicial de grande angústia, elas viraram-se para o interior, dedicando mais tempo e esforço às tarefas domésticas, e eles voltaram-se mais para o exterior, passando todo o dia fora de casa, em convívio com amigos e vizinhos. As duas mulheres frequentaram ainda o Programa Novas Oportunidades, o que lhes permitiu também conviver e passar algum tempo num contexto diferente do doméstico, mas o tempo restante dos seus dias é geralmente passado em casa. Elas mantêm ainda a esperança, contrariamente aos homens cujo afastamento do trabalho é definitivo, em voltar a trabalhar, embora reconheçam a improbabilidade de serem contratadas com mais de 50 anos de idade.

Para os dois homens, deixar de trabalhar significou também um aliviar de preocupações, na medida em que passou a ser desnecessário gerir aspectos da actividade laboral. Para as mulheres, por outro lado, as inquietações laborais mantêm-se porque permanecem na expectativa de voltar a trabalhar. Para além disso, sendo elas as responsáveis pela realização de todas as tarefas domésticas em casa, mantêm, e até intensificam pela maior disponibilidade que passaram a ter, preocupações de gestão quotidiana do agregado doméstico. Têm, por exemplo, de planear refeições, fazer listas de compras, pensar no melhor momento para lavar e estender roupa, definir dias da semana para as limpezas da casa, ver quanto podem gastar até ao final do mês, planear o melhor dia da semana para organizarem um almoço de família ou para visitarem um familiar, definir o dia em que devem pagar as contas mensais, marcar consultas médicas e lembrar os familiares (sobretudo os maridos) dessas marcações.

A colaboração dos homens neste tipo de gestão doméstica tem sobretudo a ver com questões financeiras ou com a tomada de decisão em assuntos com implicações mais profundas na vida familiar, como seja pedir um empréstimo ao banco, mudar de casa, apoiar financeiramente os filhos ou fazer um tratamento médico. Em termos gerais, a dimensão financeira passou a assumir ainda maior importância quando os quatro entrevistados deixaram de trabalhar, e tendo também em conta o contexto socioeconómico do país, passando a controlar melhor os gastos.

Todas estas questões remetem para a organização das práticas quotidianas e tendem, por isso, a circunscrever-se, acima de tudo, ao tempo presente ou a projecções de curto prazo. Os entrevistados que integram o perfil de reflexividade pragmática centram, de facto, as suas reflexões no tempo presente, dedicando menor espaço mental ao passado e ao futuro. Embora aceitem e não procurem esquecer as dificuldades passadas, não encontram grande sentido em relembrar e reflectir sobre situações que já aconteceram, que representam uma fase de vida mais difícil e sobre as quais não têm qualquer tipo de poder. Podem, eventualmente, e de forma ocasional, relembrar momentos das suas infâncias, nomeadamente o convívio com os irmãos e outros familiares, mas não têm por hábito pensar no que aconteceu, como aconteceu, que reacção tiveram, como lidaram com a situação, o que deveriam ter feito e o que gostariam que tivesse sido diferente. Na sua perspectiva, não faz sentido querer mudar algo que não puderam controlar ou que não é susceptível de ser alterado a esta distância temporal.

Não dedicam também muito tempo a pensar no futuro, pelo menos a longo prazo. Actualmente consideram desnecessário elaborar planos. As únicas preocupações que revelaram a este nível foram com o sustento familiar e com questões de saúde, mas sem que tenham estabelecido qualquer tipo de planificação ou metas a atingir. Por um lado, e tendo em conta que os quatro entrevistados têm entre 54 e 80 anos de idade, parece-lhes que estão numa fase de vida com poucas ou nenhuma perspectiva para concretizarem planos. Por outro lado, sentem que têm pouca margem para mudar seja o que for nas suas vidas, principalmente pela falta de recursos económicos. Algumas questões exigem, inevitavelmente, um exercício projectivo de longo prazo, como, por exemplo, contratar um empréstimo bancário. Mas, mesmo nesse caso, os quatro entrevistados não antecipam cenários, no sentido de pensarem no que poderia acontecer, ou no que deveriam fazer caso a situação se complicasse.

Quando eram mais jovens tinham, como já referido, o objectivo de melhorar a sua qualidade de vida, relativamente ao que tinham sido as suas vivências no seio da família de origem. Este plano passava por manter um projecto de vida mais normativo e sequencial, similar ao dos seus pais, associado ao início da vida activa, ao casamento, ao ter filhos, ao casar os filhos e ao ter netos. Mas implicava também corrigir alguns erros que consideravam ter sido cometidos pelos seus pais, nomeadamente no que ao número de filhos diz respeito. De facto, os quatro entrevistados inseridos neste grupo definiram como condição não ter mais do que dois ou três filhos, de modo a terem

condições económicas para lhes proporcionarem uma vida melhor do que aquela que eles próprios tiveram. As suas preocupações, estratégias e planificações têm, portanto, como orientação central a subsistência material da família, que é garantida através do investimento acentuado no trabalho. Não revelaram ter desejos ou ambições que extravasem este âmbito e que impliquem definir projectos fora dos seus campos objectivos de possibilidades.

As preocupações que têm mantido em relação aos filhos são similares às que direccionaram para as suas próprias vidas. Aquilo que mais desejavam era que os filhos encontrassem um trabalho que lhes possibilitasse viverem sem grandes privações e que permitisse a constituição de família. Neste âmbito, o investimento dos mesmos nas qualificações formais é entendido como secundário para a generalidade dos entrevistados. A maior parte estudou até ao 2º ou 3º ciclo do ensino básico, sendo a excepção a única entrevistada oriunda de Lisboa, cujos filhos prosseguiram para o ensino superior. Este caso assume, neste âmbito, contornos distintos dos restantes, como será possível constatar no respectivo retrato sociológico, em grande medida pelo facto de a entrevistada residir em Lisboa, ter como grupos de referência positiva pessoas mais escolarizadas, estabelecer uma ligação mais directa entre condições de vida e qualificações e ainda pelo facto de os filhos estarem inseridos em redes de sociabilidade com maior valorização dos estudos.

A preocupação com a subsistência material sobrepõe-se a outras vertentes da vida familiar. Quando questionados acerca das dinâmicas relacionais com os cônjuges e com os filhos, tiveram maior dificuldade em expressar-se, não encontrando motivos especiais para pensar, ponderar ou questionar este assunto. Parecia-lhes tão auto-evidente classificarem a relação como sendo, por exemplo, boa ou próxima, que não seriam necessárias explicações adicionais. Ainda assim, falaram com maior aprofundamento da relação com os filhos, do que com os cônjuges.

Um dos elementos que melhor caracteriza as entrevistas destas quatro pessoas, e que as distingue dos restantes entrevistados, é precisamente o cariz mais descritivo, e menos interpretativo dos seus discursos biográficos. É também por esse motivo que estas entrevistas foram as mais curtas do total de entrevistas realizadas. Uma das razões que explica esta especificidade do perfil de reflexividade pragmática é o facto de estes entrevistados terem, globalmente, competências discursivas mais fracas para expressarem os seus modos de pensar, sobretudo quando se vêem forçados a falar sobre assuntos que não costumam ocupar as suas conversas internas e externas.

Outra das razões tem a ver com a dificuldade que manifestaram em reconhecer a existência e as dinâmicas próprias das suas vidas interiores. Não conseguem conceber a ideia mais abstracta de manterem uma relação consigo mesmos, de estabelecerem uma distância face a si que os permita observarem-se. Como tem vindo até aqui a ser discutido, a reflexividade implica esse distanciamento e, como pessoas que têm competências reflexivas, independentemente do modo como as mesmas foram formadas e são activadas, estes entrevistados acabam por estabelecer essa distância de si a si. O que está aqui em causa é que têm dificuldade em reconhecê-lo e, por isso, em objectivar e falar de

forma mais concreta sobre essas dinâmicas. Do conjunto total de entrevistados, foram aqueles que menos frequentemente recorreram a exercícios de definição ou categorização pessoal: “eu sou daquele tipo de pessoas que...”, “sempre fui assim...”, “acho que sou uma pessoa...”. É nesse sentido que foi mais difícil, em termos gerais, compreenderem as questões colocadas na entrevista, sendo necessário um maior esforço de adaptação da linguagem. Os seus esquemas mentais estão orientados para questões mais práticas, não tendo sido treinados num tipo de raciocínio mais escolástico, que lhes permitisse falarem de si mesmos de forma distanciada.

Não se trata aqui de afirmar que não são pessoas reflexivas, ou que o são em menor grau. A questão é que quando comparados, por exemplo, com os entrevistados com uma reflexividade auto-referencial, direccionam preferencialmente os seus pensamentos para questões de outra ordem, a reflexividade assume um menor peso na orientação das suas condutas e têm menos recursos ao seu alcance para agirem criticamente sobre as suas circunstâncias. Eles próprios desenvolveram a noção de que não têm poder para alterar substancialmente as suas vidas. Acreditam na ideia de destino e de que as coisas acontecem por uma razão, que eles não podem controlar inteiramente. Referem várias vezes, ao longo das entrevistas, que precisam de ter paciência e esperar que as coisas se resolvam o melhor possível. Não se arrependem, por isso, das opções que tomaram ao longo dos seus percursos biográficos, precisamente por considerarem que não poderiam ter agido de forma diferente.

Não lhes parece, portanto, que “pensar muito nas coisas” seja relevante, na medida em que esse exercício não tem necessariamente efeitos no modo como as situações se desenrolam. Neste sentido, quando têm de tomar uma decisão não analisam aprofundadamente as possibilidades e dificuldades de concretização das suas opções e não reflectem habitualmente sobre as diferentes implicações das suas práticas (passadas ou futuras). Estes entrevistados não dedicam particular esforço a pensar nos constrangimentos objectivos das suas acções porque os interiorizaram de forma profunda, ao longo das suas vidas. O grau de incorporação destas disposições não permite, por outro lado, que consigam conceber a possibilidade de “fazer diferente”. Têm, no fundo, uma relação prática com o mundo que tende a sobrepor-se, frequentemente, a uma relação mais distanciada com aquilo que os rodeia e consigo mesmos.

Geralmente não procuram o aconselhamento de outras pessoas para tomarem uma decisão e quando o fazem (em situações mais complexas e que envolvem terceiros) recorrem sobretudo a familiares muito próximos. Até porque a maior parte destes entrevistados deixou bem claro não gostar de partilhar pormenores das suas vidas privadas e as suas preocupações com amigos. Fazem-no apenas com a família, com receio de serem julgados e comentados por outras pessoas. Esta apreensão assume maior importância para os três entrevistados oriundos de Moura, um meio mais pequeno e fechado, onde a informação pessoal circula muito rapidamente nas redes de vizinhança.

A reflexividade pragmática é, portanto, exercida não apenas internamente, através das conversas que as pessoas mantêm consigo mesmas, mas também externamente, em diálogo com

familiares mais chegados, como o cônjuge, filhos ou irmãos. Contrariamente ao estilo reflexivo auto-referencial, a escrita não é mobilizada como instrumento de exercício da reflexividade. Para os dois entrevistados que não sabem ler nem escrever não se coloca sequer essa hipótese. Quanto às duas mulheres, o recurso à escrita restringe-se à elaboração de listas de compras. Não usam agendas e não recorrem a calendários ou a qualquer tipo de meio de objectivação do tempo. O facto de os seus quotidianos serem bastante rotineiros e tenderem a organizar-se sempre em torno das mesmas actividades explica, em parte, a pouca importância atribuída a estes instrumentos de gestão do tempo. A manutenção de rotinas, sobretudo associadas ao trabalho e às dinâmicas familiares e domésticas, é, aliás, fomentada e encarada de forma positiva por estes entrevistados, na medida em que lhes atribui segurança e representa a concretização dos seus projectos de vida. Para além disso, em todos eles se verifica uma forte valorização da memória pessoal, que lhes permite lembrarem-se de situações ou compromissos menos frequentes sem terem necessidade de apontá-los.

A este nível, o caso das duas mulheres é distinto da situação em que se encontram os dois homens. Por não saberem ler nem escrever, ambos dependem quotidianamente do apoio prestado por terceiros para desempenharem tarefas como a utilização do telemóvel, a toma de medicamentos, o preenchimento de documentos ou a leitura de correspondência. A questão da literacia assume aqui centralidade, já que, por não mobilizarem e interpretarem informação escrita, os dois homens vêem a sua autonomia enquanto cidadãos comprometida. Para além disso, o domínio oral da linguagem permite aos indivíduos transporem para palavras as suas reflexões. A ausência de competências de escrita torna, porém, mais difícil não só esse processo de transposição, como também o acto de fazerem sentido dos seus diálogos internos. Isto porque o domínio escrito da língua fomenta uma relação mais distanciada com a linguagem, e treina, nesse sentido, competências de objectivação. As dificuldades discursivas e de transposição das suas conversas internas que os dois entrevistados manifestaram são indissociáveis da ausência ou do pouco contacto com estes processos de aprendizagem.

A relação com a escola por parte das duas mulheres foi não só mais prolongada numa fase inicial, como foi ainda reforçada num período mais recente das suas vidas. A frequência do Programa Novas Oportunidades levou-as inclusive a partilharem a sua história de vida e, assim, a exercitarem as suas competências reflexivas, na criação de uma narrativa coerente e sequencial dos seus percursos. É por essa razão que as suas entrevistas foram mais demoradas e interpretativas do que as dos dois homens, ainda que o padrão de reflexividade pragmática seja o mesmo para os quatro entrevistados.

José: “Foi uma vida sempre de gente pobre e amigo de trabalhar”

O caso de José ilustra os principais parâmetros de definição da reflexividade pragmática. Muito solícito relativamente a partilhar a sua experiência de vida, a sua entrevista acabou por ser uma das mais curtas. Não só revelou ter competências discursivas fracas, que impediram um maior desenvolvimento das questões que lhe foram colocadas, como manifestou ter dificuldade em responder a perguntas que remetiam para processos de racionalização de acções passadas e para dinâmicas de distanciamento de si a si. Todo o seu discurso aponta para o facto de não encontrar motivos para questionar quem é ou aquilo que faz. Na sua perspectiva, José tornou-se na pessoa em que pôde tornar-se e fez o que podia e tinha de ser feito, atendendo aos seus contextos de vida. As suas circunstâncias não permitiram que o seu percurso fosse diferente ou sequer que perspectivasse possibilidades alternativas.

As suas reflexões orientam-se principalmente para questões de ordem prática, sobretudo relacionadas com a esfera laboral. A sua preocupação central de vida tem sido, durante todo o seu percurso, a sua subsistência material, bem como a da família, proporcionada por um forte investimento no trabalho. Este centramento na actividade profissional e no sustento económico decorre das dificuldades que têm marcado a sua vida, sobretudo numa fase inicial. José, hoje com 80 anos, nasceu e viveu até aos 25 anos num monte, localizado a alguns quilómetros da cidade de Moura. É oriundo de uma família pobre, sem qualificações escolares, que vivia do trabalho de eguariço do pai. A mãe era doméstica e dedicava o seu tempo a cuidar dos oito filhos. Apenas uma das irmãs é mais nova que José. De modo a contribuírem para o sustento da família, os irmãos começaram a trabalhar desde muito novos na agricultura ou no pastoreio. José iniciou a sua actividade profissional de pastor aos 10 anos de idade.

Como éramos muitos, tínhamos que trabalhar uns para dar de comer a outros. Trabalhava o mais velho para o mais novo comer, fazer isto, fazer aquilo, fazer o outro. Tudo para o conjunto da casa. Não se podia ir à escola.

A entrada precoce no mercado de trabalho, bem como a inexistência de uma escola primária nas proximidades impossibilitaram a frequência do 1º ciclo do ensino básico.

As dificuldades da família agravaram-se ainda mais com a morte das três pessoas que cuidavam e garantiam a subsistência material de José: o pai morreu quando ele tinha nove anos, a mãe quando ele tinha 13 anos e a avó materna, que ficou a cuidar dele após o falecimento dos pais, quando ele tinha 16 anos. Por esta altura José ficou a viver sozinho na casa da família, já que os sete irmãos tinham entretanto casado e constituído família: “O que é que pensei na altura? Pensei em ficar ao desprezo. (...) Fiquei então desamparado mesmo por completo”. Apesar de contar com o apoio logístico ocasional de algumas irmãs, nomeadamente na lavagem da roupa e na confecção de refeições, José atravessou nesse momento o pior período da sua vida. Foi uma fase do seu percurso marcada por dificuldades materiais – passou fome e frio, nem sempre tinha roupa lavada ou adequada para vestir e dormia muitas vezes ao relento –, mas também emocionais, pela solidão e desamparo que sentia.

Fui criado nesse rigor do tempo, pronto. Mal tratado, mal comido, mal enroupado. E aquilo lá foi indo. Agora de Verão, logo de Inverno, com frio, com calma, com sede e com fome. E lá fomos caminhando. (...) Tinha uma casa para mim e ali estava metido. Uns dias comia melhor, outros dias comia mais ruim. Esta semana tinha roupa para vestir, vestia, quando não tinha roupa não vestia. (...) Ganhava dinheiro para comer. Outras vezes não tinha para comer. (...) Muitas noites ficava aí em qualquer morgadio, não tinha para onde ir. Tinha aquela casa, mas às vezes ia a namorar a mulher lá a 6 ou 8 km e muitas das vezes dormia no caminho. Quando chegava a casa punha a alcofa ao ombro e abalava para o trabalho, sem dormir e mal comido e mal dormido, com um carolo de pão duro na alcofa. O conduto era o courato com toucinho, um punhado de azeitonas e pronto, lá íamos indo. E assim andei um montão de anos. (...) Fui criado à má vida, a andar por ali penando.

A sua vida melhorou substancialmente quando casou, aos 25 anos. Conheceu a mulher, seis anos mais nova e também oriunda de uma família com dificuldades económicas, quando tinha 17 anos. No último ano de namoro, e já com o casamento em vista, era ela e a sua família quem lhe prestava apoio, dando-lhe comida e lavando-lhe a roupa.

Quando se melhorou a vida, assim para o lado do bom e com mais isto e mais aquilo foi quando casei. (...) Se não, não sei o que seria

feito de mim. (...) Eu não tinha onde cair morto. (...) Comecei a ter asseio, comecei a ter tudo em ordem, roupas, comidas, bebidas.

Depois do casamento foram viver e trabalhar para Moura. A mulher, que não frequentou a escola e que iniciou a sua actividade profissional aos 12 anos na agricultura, manteve sempre essa profissão, mesmo após o nascimento dos filhos. José tinha o projecto de constituir família, mas não queria, simultaneamente, que isso obstasse ao seu desejo de ter uma vida material melhor do que aquela que teve junto dos seus pais. Neste âmbito, definiu, desde cedo, ter não mais do que três filhos, de modo a poder proporcionar-lhes condições e oportunidades a que ele próprio e a mulher não tiveram acesso.

Pois então, quando casei foi pensando em fazer filhos. (...) Porque eu pensei assim: não fazer muitos, muitos, muitos, não senhora, mas de dois até três, que é aquilo que Deus fez. (...) Agora quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, não. Não porque a vida não prometia já isso. Agora no tempo dos velhos não havia uma televisão, não havia um distraimento de qualidade nenhuma, era só pensar em fazer rapazes. Mas eu digo: só faz rapazes quem quer, só quem quer é que faz filhos.

Tal como planeado, teve três filhos. Um faleceu, de doença, com cerca de dois anos: “então isso foi o maior desgosto da minha vida. Para mim e para a mulher”. O filho mais velho tem 54 anos, vive na Suíça há mais de 30 anos, estudou até ao 7º ano de escolaridade, trabalha como operário numa fábrica de automóveis e tem duas filhas com 23 e 30 anos. A filha mais nova tem 42 anos, vive em Moura, concluiu o 8º ano, tem um filho com 13 anos e tem um pequeno negócio de compra e venda de fruta a estabelecimentos comerciais.

Por diversas vezes José manifesta contentamento pelo facto de ser pai e avô: “a gente ouvir a palavra pai é uma coisa bruta. Fica um homem levantado. Porque um homem que não tem filhos, não tem nada”. Está satisfeito com o rumo que a vida dos filhos tomou, sobretudo por terem conseguido estudar e não terem passado pelo mesmo tipo de dificuldades por que ele próprio passou.

Estou muito satisfeito e muito contente de os meus filhos terem aqueles estudos e de os meus netos irem seguindo o mesmo caminho dos pais. Porque quem levou os filhos além,

fui eu e agora eles é que vão levar os filhos deles aonde puderem.

Já no que diz respeito ao relacionamento com a mulher, José é mais parco em palavras e sempre que se refere à relação conjugal evidencia uma divisão rígida de papéis de género. José considera ser o sustento económico da casa e à mulher cabe o cuidado dos filhos e das tarefas domésticas, mesmo tendo ela própria uma actividade profissional remunerada desde os 12 anos de idade. Referiu também, com bastante abertura, e sem receio que a mulher, que se encontrava na divisão contígua da casa, ouvisse, que esteve envolvido sexualmente com outras mulheres, em particular nos períodos em que esteve fora do país a trabalhar. José fala acerca destas questões assumindo-as como “naturais” e auto-evidentes, não problemáticas, não sentindo necessidade de questioná-las ou racionalizá-las.

A concretização dos seus objectivos de vida, nomeadamente a melhoria de qualidade de vida para si e para a sua família, foi conseguida através de um forte investimento pessoal no trabalho. José trabalhou como pastor e eguariço desde os 10 até aos 18 anos de idade, altura em que percebeu que teria de mudar de actividade para conseguir auferir um salário mais elevado.

Depois digo: “Eh, parou! Vou sair disto, que eu tenho que aprender mais alguma coisa. Não é só ver cavalos diante”. E então deixei aquilo, olha, fui trabalhando, fui ceifando, mondando, cavando, bulhando.

A maior parte das actividades profissionais que desempenhou foram na área agrícola. Mas como forma de complementar o seu rendimento e, assim, providenciar mais recursos para a sua família, José fazia também alguns trabalhos de artesanato, nomeadamente cestos, cadeiras e vasos em palha, e emigrava frequentemente para a França e Suíça, onde trabalhava sazonalmente na agricultura, em jardinagem ou como operário.

O trabalho foi sempre entendido por José como meio para obter algo mais na vida, como instrumento de melhoria das suas condições de vida, e é isso que explica a sua dedicação e investimento na esfera laboral. Chegava a trabalhar mais de 12 horas por dia, desempenhava actividades profissionais paralelas, por vezes em áreas laborais diferentes e, quando emigrava, passava meses distante da família.

Recordações da minha infância era trabalhar de manhã à noite. (...) Até aos 70 e tal anos trabalhei em tudo um pouco que me aparecia diante, que eu nunca tive preguiça de trabalhar. E nem medo, enquanto pude. (...) Sempre gostei de trabalhar naquilo que pude e fui capaz. E aprendi de tudo um pouco. Eu aprendi a cortar, a ceifar, a debulhar, a cavar, aprendi a fazer cadeiras, aprendi a fazer cestos, aprendi de tudo um pouquinho.

É importante destacar a centralidade que o trabalho assumia na sua vida precisamente porque as suas competências reflexivas eram activadas sobretudo na esfera laboral, mais do que noutros domínios de existência. Era aí que se encontravam as suas principais preocupações e onde sentia ter algum controlo sobre o seu percurso. Para poder concretizar o seu projecto de melhoria de vida, José teve de ponderar as suas escolhas profissionais, tomar decisões enquadradas nos seus contextos e recursos e conciliar tempos e esforços pessoais e familiares.

Aos 70 anos, e devido ao agravamento da diabetes, doença que o acompanhava há já alguns anos, José viu-se forçado a amputar uma perna e a deixar de trabalhar. Esta situação de crise tornou ainda mais evidente a centralidade identitária do trabalho e teve o efeito de intensificação da sua reflexividade. Face a uma situação em que se via impedido de continuar o seu trajecto profissional e, assim, de garantir o sustento da família, e com a perspectiva de ficar dependente dos familiares, José ponderou o suicídio.

Há 10 anos que me tiraram esta perna. (...) Ui, foi o maior desgosto da minha vida, meu Deus! (...) Olhe, na altura até pensei em me matar porque fiquei aleijado, fiquei sinistrado para o resto da minha vida. (...) Então isso foi uma fase má de passar. Passei, mas com grande custo e com grandes desgostos e com grandes inquietações. (...) Chorei uma tarde inteira. Com idade para trabalhar, ver-me aleijado, com as pernas partidas, desgostoso sem poder ganhar a minha vida. (...) Levei aí bem um mês inteiro pensando nisso: “que ficava aleijado, o que será feito de mim, depois começo a dar fezes [problemas], começo isto, começo aquilo”. Pensei em muita coisa dessas, muita coisa. Levei aí um mês pensando. Depois olha, parou, toca a andar.

Com o ruir do pilar identitário central da sua existência, e que o definia como pessoa, homem, cónjuge, marido e pai, José não

encontrava sentido em prolongar a sua vida. Pareceu-lhe, na altura, a solução mais prática e que acarretaria menos problemas para a família. A ponderação em torno desta questão foi feita através de conversas internas que José mantinha consigo mesmo, mas também em diálogo com a mulher e os filhos, que discordando de José, contribuíram para que mudasse de ideias: “Foi a minha família, começou-me a dizer coisas e loiças e eu comecei a pensar essa coisa e então quis esquecer tudo”. Este é um claro exemplo que evidencia a importância das conversas externas no exercício da reflexividade, na medida em que foi em diálogo com outras pessoas que a deliberação interna do suicídio foi contrariada e modificada.

Ultrapassada esta situação José não voltou a inquietar-se com esses seus pensamentos e empenhou-se na sua recuperação e na reestruturação do seu quotidiano. Colocou uma prótese que lhe permite ter alguma mobilidade, ainda que condicionada, e trabalhou por mais dois anos, mesmo estando reformado, como artesão, na construção de cadeiras e cestos em palha. Desde que deixou de trabalhar ocupa os seus dias na rua, em convívio com amigos e vizinhos que se encontram também reformados: “Hoje já giro pelo meu próprio pé, muito contente e muito satisfeito”. Partilha a maior parte do seu tempo com essas pessoas, mas na sua presença evita falar de si, da sua vida e da sua família, valorizando bastante a sua privacidade: “Não há necessidade de eu ir saber a vida dos outros e contar a minha vida a qualquer outro. Quem tem a vida, mantém-na para com ele”.

A reestruturação do seu quotidiano não implicou a elaboração de planos a médio-longo prazo. Sendo a esfera laboral o domínio da sua vida a que dedicava mais esforço na planificação e organização de tempos e tarefas, num novo contexto de vida, já não estruturado em torno do trabalho, José não sente necessidade em pensar e precaver o futuro. Aliás, quando questionado a esse respeito voltou a centrar o discurso na esfera laboral para explicar que a elaboração de projectos de futuro apenas faz sentido em articulação com o exercício de uma actividade profissional.

Então quando era novo trabalhava, sabia que tinha que fazer aquilo. Hoje foi mais isto, amanhã é mais aquilo, no outro dia é mais o outro. Tinha que ir sempre no futuro da vida para se ganhar algum arame. Agora já não ganho nada se não a reforma, vou fazer o quê? Nada. (...) Sim, pensava, naquilo que se

haveria de fazer, naquilo onde a gente ia, de onde vinha. (...) Quando era novo pensava o que podia ser, onde chegaria, tinha aquilo, fazia o outro, orientar a casa. (...) Antigamente eu era muito pensativo, era. Pensava nisto, naquilo e no outro, como havia de ser, como é que se faz, como é que se começa, como é que se acaba. Pensava muito nisso. Mas hoje já não penso em nada. (...) Deixei de pensar nessas coisas. Deixei de trabalhar, nunca mais pensei em nada. Hoje já não penso em nada. (...) Tinha que eu pensar no trabalho que havia a fazer para ganhar o arame para trazer para casa. Naquele tempo era assim. Hoje já não. (...) Não, não penso já nada no futuro. Então que futuro vou eu já ter? Nenhum.

José não tem também por hábito pensar no passado, reviver situações por que passou e considerar decisões que tomou noutras fases da sua vida. Não encontra sentido em reflectir sobre circunstâncias passadas de pobreza que o fazem sentir-se mal e sobre as quais não pôde e não pode agir e modificar.

Não, se voltasse atrás não mudava nada. Porquê? Mesmo o tempo sendo outro, que nada fosse aquilo que era, mas não vinha a melhorar nada, nada. E Deus me livre que voltasse para trás e ir passar aquilo que se me passou. (...) A gente voltar para trás, para o antigo, já sabe que não pode voltar, que não é mesmo capaz. Pronto. É só assim. (...) Sei que tenho que aguentar aquilo que tenho. Sei que tenho que aguentar aquilo que tenho. Por vezes nem sequer penso em nada. Vai indo.

Não se arrepende, por isso, das escolhas que fez ao longo do seu percurso, nem das suas circunstâncias, mesmo que o impacto na sua situação presente não seja o mais positivo. Por exemplo, ao longo de toda a entrevista revela, por diversas vezes, a vontade de ter estudado e aprendido a ler e escrever. Reconhece a importância das competências aprendidas na escola, nomeadamente na organização do dia-a-dia e no exercício da sua cidadania.

Quem a ouve falar a ela [*à filha*] até imagina que seja uma grande advogada. E a mim quem me ouve falar chama-me parvo porque eu não sei aquilo que digo, aquilo que faço. O que faço sei, mas há muita coisa que eu quero dizer de uma maneira e digo doutra porque não tenho habilitações para fazer isso. (...) Um homem que não tenha letras hoje não é nada. Qualquer pessoa que não tenha umas letras,

como eu e a minha mulher não temos, então o que é que somos? Uns bichos? Umas caras de parvos que cá andamos? Porque quem tem letras mal, quem não tem então pior.

Contudo, José não vive angustiado por não ter frequentado a escola, precisamente por considerar que não teve essa possibilidade: “Ter ido à escola até me fazia muita falta. Mas não fui, paciência. Naquele tempo não se podia”. Já em adulto, movido por essa vontade, regressou à escola para aprender “a fazer o nome, aprender umas letras, aprender a fazer uma conta, ver uns números”. Mas acabou por desistir por se sentir desenquadrado do ambiente escolar. Portanto, José tem noção das suas dificuldades e limitações, mas não lamenta, nem se arrepende das suas circunstâncias e das decisões que tomou a esse respeito. Até porque conta com o apoio da filha, sempre que necessário.

Para além disso, aquilo que identifica como lacuna na sua formação, acabou por resultar, na sua perspectiva, no desenvolvimento da sua memória, numa lógica de “necessidade feita virtude” (Bourdieu, 2003: 433). Elogiou por diversas vezes a sua capacidade de fixar informação, o que torna desnecessário o recurso à escrita, nomeadamente a anotações em agendas ou lembretes. Apesar de não saber ler, gabou também o talento para memorizar versos, histórias e anedotas, que fez, aliás, questão de recitar durante a entrevista e nas ocasiões de convívio que a precederam.

José vive a sua vida sem dedicar muito tempo e espaço mental às suas opções passadas. As suas preocupações têm sido centradas principalmente no tempo presente. Actualmente ocupa-se sobretudo da organização financeira do agregado, gerindo os rendimentos face às despesas mensais que enfrenta. Não é uma pessoa muito ponderada no processo de tomada de decisão, não sentindo necessidade de reflectir, previamente ou posteriormente, de forma demorada sobre as dificuldades e possibilidades inerentes a cada escolha: “Na altura pensa-se. Logo na altura pensa-se. A coisa resolveu-se, pronto, acabou o problema”.⁸⁷

⁸⁷ Os restantes retratos sociológicos do perfil de reflexividade pragmático encontram-se no Anexo C.

8.3. Reflexividade funcional

Pessoas entrevistadas que integram o perfil funcional

Miguel, 28 anos, licenciatura, técnico superior da administração pública na área da construção civil

Lourenço, 45 anos, doutoramento, professor universitário

Nuno, 37 anos, ensino secundário, vigilante

João, 60 anos, 3º ciclo do ensino básico, técnico de recursos humanos

Diogo, 35 anos, ensino secundário, designer

A reflexividade funcional é uma forma de pensar sobre si no mundo orientada para a resolução de problemas e para a tomada de decisão. É exercida com fins específicos e bem definidos, assumindo a função de ponderação e preparação da prática. Em termos gerais, todos os entrevistados exercem, de alguma forma, as suas competências reflexivas quando enfrentam a necessidade de fazerem escolhas ou de resolverem um dilema. Mas as pessoas que integram o perfil de reflexividade funcional não encontram razão para exercerem a sua reflexividade fora do contexto do processo de tomada de decisão. Contrariamente aos indivíduos com um estilo reflexivo pragmático, são mais ponderados e consideram fulcral dedicar tempo e esforço ao planeamento e à ponderação, sempre que se justifique. Contudo, e por contraste com os entrevistados com uma reflexividade auto-referencial, não têm por hábito reflectir sobre um leque tão alargado de acontecimentos e momentos dos seus quotidianos, nem sobre questões existenciais. Trata-se de uma reflexividade mais focada e orientada, activada face à necessidade de fazer escolhas, em diferentes esferas de vida.

Este perfil reflexivo traduz-se, para todas as pessoas que integram este grupo, numa visão mais estratégica dos seus percursos biográficos. O que significa que, relativamente aos restantes entrevistados, orientam, de modo mais evidente, os seus trajectos por objectivos de vida bem definidos, delineiam estratégias para concretizá-los e persistem até conseguirem realizá-los. Aceitam tranquilamente os problemas e obstáculos com que se vão deparando, sem dramatizarem ou lamentarem a sua situação, e sem sentirem necessidade de reflectirem muito sobre as suas circunstâncias. Consideram que é necessário ter algum “espírito de sacrifício”, desde que consigam atingir aquilo que pretendem. Assumem uma postura determinada, recorrendo frequentemente a expressões como: “faço aquilo que for necessário”, “se é para fazer, faz-se”, “é preciso lutar por aquilo que se quer”.

Esta atitude deve ser compreendida por referência aos seus contextos de origem familiar. Os cinco entrevistados com um perfil de reflexividade funcional, todos homens, com idades que oscilam entre os 28 e os 60 anos, provêm de inserções socioeconómicas diversas e ocupam actualmente diferentes posicionamentos no espaço social, com qualificações e profissões mais e menos qualificadas. Mas partilham um elemento central da sua socialização familiar: o estímulo da autonomia pessoal. De facto, desde muito novos que assumiram alguma independência, sobretudo económica, face aos pais, apesar de o terem feito por razões distintas.

Iniciaram a sua vida profissional antes dos 20 anos, nalguns casos em simultâneo com os estudos, seja para apoiar financeiramente a família, seja para criarem recursos de auto-sustento. A independência económica que procuraram alcançar desta forma manifestou-se também nalgum afastamento espacial da família de origem, através da autonomização residencial, que ocorreu quase em simultâneo, em muitos casos, com a inserção no mercado de trabalho. A partir do momento em que deixaram de depender exclusivamente dos pais em termos financeiros, fomentaram proactivamente a sua autonomia, não só em termos monetários e residenciais, mas também no que diz respeito às decisões que passaram a tomar na orientação dos seus percursos. Esta emancipação acarretou o desenvolvimento e a assunção de um forte sentido de responsabilidade, que os fez tomarem para si mesmos o rumo das suas vidas, no âmbito daquilo que entendiam ser as suas possibilidades e oportunidades, mesmo que isso implicasse confrontarem a vontade e os interesses familiares.

A procura de autonomia a diferentes níveis por parte dos entrevistados com um perfil reflexivo funcional decorre directamente daquilo que foram as suas vivências no seio da família, na infância e adolescência. O estímulo dessa independência não ocorreu necessariamente de forma directa e explícita, como no caso dos indivíduos com um perfil de reflexividade auto-referencial, cujos pais fizeram um esforço consciente para incutirem essa atitude. Pelo contrário, a autonomização resultou geralmente de problemas familiares, como sejam desentendimentos, desacordo com princípios e práticas dos pais, dificuldades económicas, toxicodependência de um irmão, situação de divórcio dos pais ou dificuldades na partilha de vida com um irmão gémeo. Os entrevistados sentiram necessidade de se afastarem, pelo menos parcialmente, de certos aspectos das suas vivências familiares, como estratégia de salvaguarda pessoal. No fundo, a relação entre autonomia e família assume aqui um duplo sentido: o contexto familiar possibilitou o desenvolvimento da autonomia pessoal, na definição de objectivos e projectos de vida individuais, mas essa autonomização foi simultaneamente mobilizada como resposta proactiva de afastamento desse enquadramento familiar, que, muitas vezes, se constituía mais como obstáculo do que como facilitador na concretização desses objectivos.

A identificação de algo que os desagradava ou incomodava no contexto familiar de origem actuou, no fundo, como estímulo indirecto das suas competências reflexivas. A tomada de consciência de aspectos com que não se identificavam e dos quais se queriam distanciar levou-os a pensar e ponderar estratégias para ultrapassarem essas contrariedades.

Convém, no entanto, realçar que não se operou nenhuma ruptura entre este grupo de entrevistados e os seus pais. O processo de autonomização teve, de facto, algum impacto na relação que os sujeitos estabelecem ainda hoje com a família, mas isso não significa que não mantenham um relacionamento de alguma proximidade e afectividade com os pais, que continuam a ser referências importantes, sobretudo do ponto de vista emocional, nas suas vidas.

O relativo afastamento face aos pais foi, em termos gerais, acompanhado de uma aproximação a outros familiares, que assumiram o papel de modelo a seguir. Irmãos, tios e padrinhos, geralmente com um estilo de vida distinto do dos pais, são assumidos como referências na definição daquilo que os entrevistados querem ser e fazer. Referem-se, em particular ao facto de estas pessoas viajarem muito, viverem em Lisboa, terem preocupações culturais, terem um diploma do ensino superior, ou terem uma inserção profissional estável. Foi a partir destas figuras centrais que definiram os seus grupos de referência positiva e os seus projectos de vida.

As origens sociais deste grupo de entrevistados são, como já referido, relativamente diversificadas. Alguns provêm de famílias com tradição na transmissão de bens e recursos económicos entre gerações, outros são oriundos de contextos familiares mais modestos, ligados à agricultura ou a profissões menos qualificadas na área dos serviços. Quanto às qualificações dos pais, oscilam entre o 1º ciclo do ensino básico e o ensino secundário. As oportunidades e constrangimentos associados a estes diferentes contextos socioeconómicos traduzem-se directamente quer na configuração dos seus projectos de futuro, quer naquilo que conseguiram concretizar. Todos eles tinham por objectivo alcançar ou manter um determinado estilo de vida, ajustado aos seus campos objectivos de possibilidade. Independentemente de o foco ser a mobilidade ascendente ou a reprodução social, procuraram, através do investimento na esfera profissional, nalguns casos em conjugação com os estudos e com deslocações residenciais para Lisboa, delinear uma estratégia nesse sentido.

As suas preocupações principais têm, portanto, gravitado em torno da concretização de projectos profissionais e académicos. A família não adquire a mesma centralidade, particularmente para três dos cinco indivíduos, que são solteiros e os únicos homens, do total de entrevistados, que não têm filhos (com excepção de Gil, do perfil auto-referencial). O investimento na profissão não assume, contudo, os mesmos contornos que adquire para os entrevistados com uma reflexividade pragmática. O trabalho não é aqui entendido numa lógica central de identificação pessoal ou de construção identitária. Por outro lado, não evidenciam também, como os sujeitos com um estilo reflexivo auto-referencial, uma preocupação com a ideia mais abstracta de realização pessoal na esfera profissional. Mesmo que apreciem a actividade que desenvolvem, não se definem na sua individualidade por aquilo que fazem e sentem-se capazes de trabalhar num leque diversificado de profissões. E quando manifestam insatisfação com a sua actividade laboral, isso não gera mal-estar pessoal. Isto porque o trabalho assume uma lógica instrumental: é um meio de acesso ao estilo de vida que consideram poder alcançar e manter. O investimento na esfera laboral é o que, no fundo, lhes permite concretizarem objectivos que vão desde a compra de uma casa, à possibilidade de prosseguirem os estudos, à oportunidade de viverem em Lisboa ou à viabilização de certos consumos culturais e práticas de lazer.

Apesar de os seus projectos estarem bem definidos e se manterem estáveis há já algum tempo, os entrevistados com uma reflexividade funcional não têm por hábito dedicar muito espaço mental à reflexão sobre o futuro ou à antecipação de cenários. Por exemplo, se pretendem alcançar um determinado patamar na sua carreira profissional, sabem que precisam de qualificações adicionais, mas não pensam em pormenor nos parâmetros da sua concretização e não imaginam onde isso os colocará no espaço de alguns anos. Não só projectam apenas aquilo que consideram poder controlar, como revelam também flexibilidade e capacidade de adaptação. Têm noção de que as suas circunstâncias podem mudar e que não conseguem prever todos os elementos potencialmente interferentes nos seus objectivos. Os projectos individuais vão, assim, sendo adaptados às suas circunstâncias, embora o foco central se tenda a manter relativamente inalterável: o fim permanece o mesmo, mas os meios para atingi-lo podem ser devidamente ajustados.

Este grupo de entrevistados revela uma enorme satisfação e orgulho na sua vida, principalmente por assumir plena responsabilidade por aquilo que conseguiu alcançar. Consideram que o rumo que os seus percursos tomaram dependeu exclusivamente de si e das suas capacidades de perseverança e determinação. A confiança que revelam em si mesmos e nas suas competências é ainda exponenciada pelos sacrifícios que muitos deles tiveram de levar a cabo para atingirem determinado objectivo. É comum referirem-se às dificuldades de conciliação entre trabalho, estudos e outras dimensões das suas vidas, que conduzem a grandes níveis de cansaço, escassas horas de sono, renúncia frequente a actividades de lazer ou a convívio com amigos, desentendimentos familiares, ou mesmo adiamento do projecto de constituição de família.

Os obstáculos por que têm de passar para concretizarem os seus objectivos são proporcionais aos contextos socioeconómicos de origem e actuais. Para quem tem condições de partida mais desfavoráveis e não pode contar com o apoio financeiro e logístico dos pais, os sacrifícios tendem a ser maiores. Contudo, todos eles partilham uma atitude similar de perseverança e determinação face às dificuldades com que se vão deparando, precisamente por considerarem que a sua superação é parte integrante e necessária à concretização dos seus projectos.

Independentemente das suas origens sociais e do seu posicionamento social presente, todos eles evidenciam, ou revelaram ter no passado, muita confiança naquilo em que se poderiam vir a tornar e a ter. São pessoas ponderadas e prudentes, que não procuram o que não conseguem alcançar, precisamente por terem uma noção muito clara e concreta das suas capacidades, dos seus recursos, dos seus constrangimentos e das suas possibilidades. Por outro lado, também não se assustam com os obstáculos que possam entretanto surgir e com os esforços que têm de empreender. Desenvolveram uma capacidade particular de resiliência, de adaptação a novos contextos residenciais e profissionais e têm bastante facilidade de inserção nas redes de relacionamento desses enquadramentos.

Há uma forte componente de racionalidade, mas também de auto-disciplina nas suas condutas e percepções. O facto de mobilizarem as suas competências reflexivas para prepararem a

acção e, assim, agirem sobre as suas condições sociais com os recursos que têm à sua disposição, nos contextos por onde se movem, atribui à reflexividade uma função de potenciação da sua capacidade agencial. Mais uma vez, importa realçar que esta noção não implica que a capacidade de transformação dos sujeitos seja infinita, mas antes que conseguem mobilizar os meios disponíveis nos seus enquadramentos sociais para concretizarem projectos, eles próprios sempre delimitados pelo seu espaço de possíveis.

A noção de projecto subjaz a grande parte do discurso destes cinco entrevistados. É aquilo que definiram como objectivo a alcançar que estrutura os seus quotidianos. Por outro lado, o passado não assume a mesma centralidade nas suas preocupações. Ao contrário dos sujeitos com uma reflexividade auto-referencial, não questionam permanentemente as suas opções, atitudes ou acções passadas. Têm o passado bem resolvido, no sentido em que não colocam em causa as motivações que os levaram a agir ou a reflectir de determinada forma, nem ficam a pensar no que poderiam ter feito diferente. Se no perfil auto-referencial se verifica uma reflexão demorada em todos os momentos do processo de tomada de decisão (antes, durante e depois), no estilo reflexivo funcional a reflexividade é mobilizada apenas com a finalidade de chegar a uma deliberação. Depois de fazerem uma escolha, estes cinco entrevistados não encontram razão para se debruçarem novamente sobre um processo que consideram estar terminado.

Reviver, analisar e questionar escolhas passadas significa, na perspectiva dos sujeitos com uma reflexividade funcional, complicar excessivamente e proactivamente a vida. Ao esforço que implica pensar em caminhos alternativos que poderiam ter tomado, ou remoer em determinados aspectos dos seus percursos, não correspondem ganhos acrescidos. Não quer dizer que nunca tomem como objecto de reflexão as suas condutas e percepções. Em maior ou menor grau, todos os 20 entrevistados o fazem. Mas não é, de facto, uma prática comum para este grupo de indivíduos. Fazê-lo geraria ansiedade desnecessária por pensarem em alterar o que sabem à partida não poder ser mudado.

Não chegam, portanto, a atingir o limite dos entrevistados com uma reflexividade auto-referencial, que consideram pensar em excesso sobre tudo aquilo que os rodeia, o que exponencia sentimentos de ansiedade, angústia e mesmo paralisia da acção. O exercício reflexivo é entendido no perfil funcional como um instrumento de apoio à prática, não de desorientação. Esta atitude é, aliás, fomentada pelos próprios, que consideram que depende apenas de si mesmos a forma como encaram o passado, o presente e o futuro. Cada acontecimento nas suas vidas é susceptível de ser interpretado e vivido de modo diferente: cabe a cada pessoa simplificar e optar pelo lado mais positivo e construtivo, que maior ganho traz em termos pessoais.

É neste sentido que encaram sem lamentações ou arrependimentos os seus quotidianos bastante preenchidos, organizados em torno do trabalho e, simultaneamente, para alguns dos

entrevistados, também dos estudos. Os sacrifícios feitos no presente são entendidos, como já referido, como condição necessária para concretizarem os seus projectos.

Para organizarem o seu dia-a-dia, muitos deles recorrem frequentemente a agendas ou calendários (físicos ou electrónicos), onde fazem anotações acerca dos seus compromissos profissionais, académicos, familiares e pessoais. Importa, contudo, referir que apesar de os sujeitos com uma reflexividade funcional fazerem uso de meios de objectivação do tempo, não os consideram objectos determinantes nos seus quotidianos. O mesmo se verifica para outro tipo de práticas de escrita reflexiva, a que apenas recorrem ocasionalmente, como sejam a elaboração de listas, lembretes, recados, registo de contas, planificação financeira ou itinerários de viagens.

No que diz respeito, por exemplo, à gestão de tarefas domésticas quotidianas, assumem algum desleixo da sua parte, seja porque essa organização, nos casos que vivem em conjugalidade, é levada a cabo pelo elemento feminino do casal, seja porque esse planeamento é secundarizado face às suas preocupações centrais e não surge como prioridade.

Quando comparados com os entrevistados com um perfil reflexivo auto-referencial, a sua atitude face à escrita planificadora, e até mesmo em relação à planificação do quotidiano em termos gerais, é diferente a dois níveis. Desde logo, apesar de terem quotidianos preenchidos, estes são mais rotinizados e não articulam tantas actividades e esferas de vida como os dos auto-referenciais, o que torna menos necessário o recurso a agendas ou a instrumentos similares. Os sujeitos com uma reflexividade funcional abdicam ou minimizam o tempo dedicado, por exemplo, à esfera do lazer ou às sociabilidades para um maior investimento no trabalho e nos estudos. Os auto-referenciais, por outro lado, procuram fazer tudo em simultâneo.

Num outro nível, está-se perante um perfil reflexivo masculinizado: os cinco entrevistados que integram este grupo são todos do sexo masculino. E é precisamente no domínio da organização e da planificação do tempo que se identificam algumas das diferenças mais expressivas relativamente ao perfil mais feminizado do modo de reflexividade auto-referencial. Apesar de os sujeitos de ambos os perfis partilharem um processo de autonomização económica e residencial relativamente precoce, os seus relatos não apontam na mesma direcção quanto às dinâmicas de socialização de género.

Os entrevistados com um perfil reflexivo funcional não viram recair sobre si as expectativas de apoio à família, de gestão dos tempos familiares e de investimento académico que foram relatadas pelas entrevistadas com uma reflexividade auto-referencial. A orientação para a organização e planificação, não tendo sido particularmente estimulada em contexto familiar, não encontrou também no enquadramento escolar condições muito favoráveis de desenvolvimento, até porque o perfil qualificacional da reflexividade funcional é globalmente mais baixo do que o da auto-referencial.

Um dos entrevistados completou o 3º ciclo do ensino básico, dois concluíram o secundário e dois prosseguiram para além do 1º ciclo do ensino superior. Apesar de se tratarem de qualificações intermédias e superiores, nenhum deles desenvolveu uma relação com a escola similar à dos sujeitos

com uma reflexividade auto-referencial. Os seus percursos escolares, marcados muitas vezes por múltiplos recuos e interrupções, não foram tão lineares e não se pautaram por um investimento tão acentuado, mesmo para quem tem um diploma de ensino superior. Não tiveram também o mesmo tipo de apoio e incentivo por parte do contexto familiar. Nalguns casos, a prossecução dos estudos significou inclusive contrariar as perspectivas dos pais quanto ao rumo dos seus futuros. O maior distanciamento com que viveram os seus percursos académicos não implicou, contudo, que não reconhecessem a importância que as qualificações formais poderiam vir a assumir nos seus futuros profissionais. Nesse sentido, investiram o esforço e os recursos que consideraram necessários, tendo em vista aquilo que procuravam alcançar na esfera laboral. A escola é, portanto, entendida, a par e em conjugação com o trabalho, como um meio de acesso e de concretização dos seus projectos pessoais.

Parece ser sobretudo a partir do patamar de ensino superior que as competências de planeamento são especialmente ampliadas. É nesse sentido que os dois entrevistados com um perfil reflexivo funcional, que têm um diploma de ensino superior, revelaram ter essas disposições mais incorporadas que os restantes sujeitos que integram esse grupo.

Estas considerações apontam para o facto de as disposições para a organização e para a planificação serem fortemente genderizadas e particularmente permeáveis a uma relação continuada com o sistema de ensino.

O exercício das competências reflexivas dos sujeitos com um perfil funcional, como sejam a planificação, mas também, por exemplo, a ponderação, tende a ser levado a cabo sobretudo na privacidade das suas mentes. Não desenvolveram hábitos de escrita autobiográfica, não recorrem numa base frequente a práticas de escrita planificadora e não gostam de partilhar a sua intimidade pessoal com outras pessoas. As conversas internas são, por isso, o meio preferencial de activação das suas competências reflexivas. Tal como os entrevistados com uma reflexividade auto-referencial, prezam bastante a sua privacidade e encaram-na como uma conquista individual, indissociável do seu sentido de autonomia. O processo de tomada de decisão geralmente ocorre sem que sintam necessidade de recorrer a familiares ou amigos, embora a situação se altere se outras pessoas estiverem envolvidas nas escolhas que fazem. Não apreciam expor a sua vida, pelo que são particularmente selectivos quanto às pessoas com quem partilham, ocasionalmente, as suas preocupações. Por exemplo, aqueles que criaram uma conta pessoal no Facebook resguardam aspectos da sua intimidade e o único entrevistado que criou um blog pessoal, restringiu o acesso ao mesmo a apenas duas pessoas que lhe são muito próximas.

A monitorização que exercem sobre as suas atitudes e acções face aos outros foi também notória no decorrer das sessões de entrevista. O controlo na expressão de emoções ao longo do relato biográfico é particularmente evidente. Foi o único grupo de entrevistados em que nenhum dos indivíduos se comoveu ou se expressou de forma mais efusiva face a acontecimentos marcantes.

Mantiveram sempre algum distanciamento emocional relativamente àquilo que iam narrando. Ao nível da conduta adoptada em contexto de investigação, aproximam-se, mais uma vez, do perfil reflexivo auto-referencial. Os sujeitos com uma reflexividade funcional não demonstraram a mesma familiaridade com o acto de falarem sobre si mesmos, não se demoraram tanto no relato sobre cada questão e não evidenciaram a mesma facilidade de expressão verbal. Contudo, deve ser realçado, que tal como os auto-referenciais, tiveram facilidade na compreensão das perguntas colocadas e revelaram competências discursivas razoavelmente desenvolvidas, organizando, na medida do possível, a sua narrativa de forma sequencial e cronológica, sem grandes saltos temporais e narrativos.

Miguel: “O meu navio, quem o comanda sou eu, portanto, eu assumo responsabilidade se ele encalhar”

O caso de Miguel é, dos cinco que integram este perfil, aquele que melhor ilustra as principais características do estilo reflexivo funcional. É uma pessoa ponderada, racional e auto-disciplinada, com uma visão muito estratégica do seu percurso biográfico. Definiu objectivos de vida, delineou uma estratégia para alcançá-los e estrutura o seu quotidiano em torno dos parâmetros da sua concretização. Em todo este processo, o exercício da reflexividade assume uma função clara de apoio à tomada de decisão e de preparação da acção. Mas cinge-se sobretudo a este contexto de realização de escolhas e de elaboração de projectos. Miguel não tem por hábito reflectir demoradamente sobre tudo aquilo que o rodeia, sobre os outros e sobre tudo o que faz. Não evidencia preocupações existenciais de questionamento permanente sobre si mesmo, como o fazem os entrevistados com um perfil auto-referencial. O passado está resolvido, não sendo necessário repensar o que já não pode alterar, o futuro está projectado e o presente é organizado em função dos seus objectivos de vida.

Miguel, hoje com 28 anos, nasceu numa aldeia do concelho de Nelas, no distrito de Viseu. Os avós, sem escolaridade, trabalhavam no campo, em terrenos que vinham da família de origem e que foram adquirindo ao longo do tempo. Foi com o avô paterno que Miguel mais conviveu, já que os restantes faleceram quando ele ainda era criança. Passava parte dos fins-de-semana em casa do avô, até como forma de escape à instabilidade que vivia em casa, junto dos pais. O pai, que fez a 4ª classe,

trabalhava como mecânico quando teve um acidente de trabalho aos 35 anos, que o forçou a reformar-se por invalidez. Pouco tempo depois de se casar emigrou durante alguns anos para a Alemanha. Quando regressou comprou alguns terrenos na aldeia onde ainda hoje vive e é a trabalhar nessas terras que tem vindo a ocupar o seu tempo. O acidente que sofreu afectou o cérebro e terá contribuído, de acordo com a família, para tornar o pai de Miguel numa pessoa particularmente conflituosa e emocionalmente instável. A mãe, também com o 1º ciclo do ensino básico, trabalhou durante muitos anos no campo e, mais recentemente, como empregada doméstica.

A infância e adolescência de Miguel ficaram marcadas pelos conflitos familiares, sobretudo pelas discussões entre os pais, mas que envolviam também, muitas vezes, Miguel e o irmão, dez anos mais velho. Esta instabilidade teve um impacto decisivo na sua vida e foi fonte de grande angústia, sobretudo enquanto adolescente. Porque vivia num meio pequeno, onde toda a gente se conhecia e estava a par do que acontecia em sua casa, Miguel sentia-se ainda mais confrangido.

Aquilo era tipo a festa, o circo que o meu pai montava sempre todos os dias. Eu acho que todos os dias arranjava alguma coisa para fazer um circo, portanto tinha cinema gratuito em casa. Era chato porque eu sentia-me ali sozinho e isso era chato, revoltante, do género de me querer ir embora: “não quero estar aqui, não quero assistir a isto”. Porque enquanto era novo, tudo funcionava para os outros e ali comigo nada funcionava. Um grau de dificuldade grande para conseguir ultrapassar isso, mas lidava bem com a situação.

Quando tinha 16 anos, os pais divorciaram-se. Miguel ficou a viver com o pai, a aguardar a decisão do tribunal sobre a sua guarda. Na altura foi-lhe dada a possibilidade de escolher com quem ficaria a viver. Contudo, o facto de ter sido a mãe a sair de casa e a ir viver para outra freguesia ditou a sua continuidade na casa de família, junto do pai. Foi uma fase particularmente difícil no seu percurso.

E na altura eu pensava: “porque é que eu tenho que viver assim?” A minha maior dificuldade era escolher porque depois fica alguém chateado e isso eu acho que é uma decisão que eu nunca gostei de tomar. Só tomei aos 18 anos e o tribunal também decretou nessa altura. Por um lado, tinha a minha mãe que reclamava a minha presença. Por outro, tinha o meu pai que eu também não queria deixar lá em casa sozinho. Até porque ele dava mais liberdade do que a minha mãe me dava.

Aos 18 anos decidi ir viver com a mãe, opção que coincidia com a decisão judicial que surgiu também nessa altura. Na sua deliberação pesou o facto de já ter estado dois anos com o pai, mas também a relação de maior distanciamento e conflito que com ele mantinha.

Miguel viveu dois anos em casa da mãe e aos 20 anos de idade foi para Lisboa. Desde então a relação com os pais não se tem alterado muito. Com a mãe tem maior proximidade e com o pai continuam a existir conflitos.

Eu pensava que o meu pai era um otário. E continuo a pensar, não mudei de opinião. Simplesmente penso que também é meu e por mais asneiras que faça vai continuar a ser meu pai. Mas não deixo de considerar que ele é muito parvo. (...) Há uma relação muito mais próxima da minha mãe do que o pai, exactamente por concebermos que ele teve culpa do que aconteceu. (...) Eu vou lá, ele começa a chatear e eu: “epá não estou para te aturar, começa a chatear, vou-me já embora”. Portanto, a situação mantém-se. (...) Ele está sempre a reclamar, ele é daqueles que não propõe nada, simplesmente tudo está errado. Ele mantém-se esse tipo de pessoa, logo o diálogo é curto. É do género, eu vou lá, passo uma hora e o resto passo em casa da minha mãe.

O irmão, que já tinha saído de casa e vivia em Lisboa aquando do divórcio dos pais, é assumido como a principal referência da sua vida. Não só era uma figura mais presente e

compreensiva do que o pai, como representava ainda a possibilidade de afastamento do contexto de conflito familiar. Miguel reproduziu o mesmo percurso e as opções tomadas pelo irmão: na fase final do ensino secundário ingressou na tropa em Lisboa, que serviu de plataforma residencial e financeira para fazer a licenciatura em geografia na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL).

Repara, talvez não seja à toa que ele [*o irmão*] veio estudar para esta universidade, fazer geografia. Foi exactamente a primeira licenciatura que eu fiz, na mesma universidade. No fundo, segui mais ou menos os mesmos passos. Era a minha referência, até porque ele é que me aconselhava. Eu não queria estudar e ele é que me dava nas orelhas. Servia de pai, era muito presente. (...) Era o meu ídolo, mais que tudo era o meu irmão. E mais que tudo, era um exemplo bem-sucedido.

O rumo que a vida de Miguel tomou a partir da sua decisão de ir para Lisboa é um claro exemplo do modo de reflexividade funcional.

Teve um percurso escolar irregular, marcado por insatisfação e por alguma rebeldia, tendo inclusive chumbado por faltas no ano do divórcio dos pais. Mas Miguel percebeu, já na fase final do ensino secundário, e tomando por referência a experiência do irmão, que a escola poderia funcionar como meio de acesso a outros contextos de vida, afastados espacial e socialmente do seu enquadramento familiar. Porque os pais não tinham os recursos financeiros necessários para suportar o prolongamento do seu trajecto académico, Miguel optou por ingressar na tropa, tal como o irmão, no sentido em que lhe era providenciado rendimento e alojamento. Esta decisão não foi bem encarada pelos pais, que tinham a expectativa que ele permanecesse na aldeia, apoiando o trabalho agrícola e aí constituindo família. Quando chegou a Lisboa, com 20 anos, esteve ainda a concluir o 12º ano, tendo em seguida iniciado a mesma licenciatura que o irmão tinha completado, na mesma instituição de ensino superior.

Peguei nas minhas perninhas e vim à procura de poder trabalhar e estudar. Porque o estrato social da minha família é baixo, logo, não haviam condições para me poderem proporcionar os estudos. (...) Foi mesmo uma decisão pensada. Para além de já haver o exemplo do meu irmão, que veio servir no fundo como um exemplo a seguir, digamos

que tinha a consciência absoluta que não podia estudar de outra forma. (...) O militar pode ficar numa unidade, se ficar numa unidade não paga água, não paga luz e ainda tem ordenado. (...) Portanto, isso foi pensado, a vinda para Lisboa. (...) Fui estudar por minha própria vontade porque percebi o erro que tinha feito na mocidade. Claramente, ali naqueles dois anos foi o descalabro total e não podia ser assim. (...) Depois comecei a interpretar como é que o mundo funcionava: “este meu mundo está um bocado errado”. (...) Escolhi uma unidade que era aqui ao lado desta universidade. (...) Eu só concorri a este curso e a esta universidade. E tive sorte porque tinha média suficiente do 12º para poder entrar. Mas foi tudo calculado. (...) E lá fiquei, para poder vir aqui estudar e ia dormir à Pontinha.

A tomada de decisão relativamente à ida para Lisboa representou uma ruptura a vários níveis com aquilo que tinha sido a sua experiência de vida até então. Afastou-se do contexto de conflito da família, bem como das expectativas que lhe eram dirigidas relativamente ao seu percurso de futuro mais provável, mudou a sua atitude face à escola e passou a depender apenas de si mesmo em termos financeiros e logísticos.

Este processo de autonomização foi particularmente bem-sucedido no que diz respeito à integração em redes e à acumulação de experiência profissional.

Apesar de vir sozinho, fiquei incluído numa grande família, que é o caso dos militares. (...) E eu, em sete anos que estive de serviço no exército, tive mais de 20 funções diferentes. Tive funções na área da informática, na área logística, na área de recepção, na área de secretariado, na área de secretariado da direcção, na de condutor, no de serviço geral de segurança interna.

Por outro lado, a integração num novo contexto de estudo, com outro tipo de exigências, que requeriam um empenhamento diferente daquele que Miguel habitualmente dedicava aos estudos e que implicava a articulação com o desempenho de uma actividade profissional, foi particularmente difícil.

Tive três meses seguidos que me marcaram muito, a dormir quatro horas por dia. (...) Foi muito difícil para conseguir acompanhar. Tinha um défice de conhecimento muito grande. (...) Marcou-me muito esse 1º ano. No primeiro mês andava: “que se lixe”. Depois no

segundo comecei a cair na realidade: “é preciso fazer trabalhos?” Depois a partir daí era a correr contra o tempo. (...) Mas esses três meses marcaram muito e foi quando eu mais gostei. O sacrifício que tive de fazer foi tão gratificante... Porque eu passei a todas e houve colegas que chumbaram.

Ainda assim, Miguel encara este choque inicial com um novo enquadramento académico como sendo muito profícuo e positivo, sobretudo pela identificação que passou a sentir com o trabalho escolar e pelo impacto que teve na mudança da sua postura face aos estudos.

Gostei muito de quando cheguei à Universidade. Gostei mesmo. Aprendi muitas coisas. (...) O primeiro impacto com a Universidade foi fabuloso. (...) Acabei o 12º ano assim porque precisava. Depois em geografia comecei a gostar. Principalmente gostei do facto de poder criticar as coisas e não as absorver como um dado adquirido, de as questionar. Isso assentava como uma luva em mim. (...) Diria que a minha relação com a vida escolar mudou quando eu cheguei à Universidade. (...) Havia ali um esforço total para fazer aquilo.

Quando terminou a licenciatura, estava ainda integrado no exército, pelo que aproveitou as condições e recursos a que tinha acesso para prosseguir estudos. Ingressou no mestrado de geografia, vertente de ambiente e recursos naturais, na Universidade Aberta, e optou ainda por fazer, em simultâneo, outra licenciatura na FCSH-UNL, em História: “eu tinha tempo, continuei a estudar”. Entretanto, e porque o seu projecto de vida não passava pela permanência na tropa, ao fim de sete anos optou por sair. Miguel esperou sete anos porque a partir desse momento teria direito a uma indemnização. Para além disso, tinha ainda vantagens no acesso a determinadas inserções profissionais. Fazendo uso desses benefícios, concorreu a uma vaga na função pública para técnico superior da administração pública, na área da construção, de licenciamento de alvarás. Apesar de muitas pessoas o terem alertado para o facto de esse tipo de concursos estar, muitas vezes, comprometido, Miguel persistiu e conseguiu o trabalho, onde se encontrava há cerca de um mês, no momento da primeira sessão de entrevista: “Cabe a nós fazer a diferença, eu acho que é fundamental”.

A opção por ingressar no mercado de trabalho, em particular na função pública, nesta altura específica, decorre da análise que fez da situação do país, procurando precaver a sua situação socioeconómica e profissional.

Para já porque deduzia que o país ia colapsar totalmente no próximo ano. (...) Eu, claramente, no próximo ano tinha de entrar forçosamente no mercado de trabalho e se eu esperasse para o próximo ano, não ia ter trabalho. (...) Então, eu antecipei as coisas, não na minha área, mas é noutra área que eu espero gostar. (...) Agora o que há é aquilo e eu vou-me esforçar para fazer o melhor que sei.

O rumo que o seu percurso académico e laboral tomou evidencia uma visão fortemente estratégica da vida, que resulta da definição clara de objectivos e de estratégias para concretizá-los. As suas competências reflexivas foram particularmente estimuladas em contextos de procura de autonomia pessoal, que exigiam ponderação e preparação devida da acção, sobretudo pelo facto de ter, à partida, acesso limitado a recursos económicos e escolares. Miguel tem uma perspectiva meritocrática, baseada na ideia de que o esforço e o sacrifício compensam e permitem fazer a diferença, mesmo para quem, à partida, não teria meios para concretizar os seus projectos. Até certo ponto, o irmão foi a sua referência, mas já depois de estar em Lisboa, Miguel delineou o seu próprio trajecto, que tem a articulação entre esfera profissional e académica como fulcro. O trabalho é entendido como um meio para alcançar o estilo de vida autónomo, financeiramente desafogado e estável que pretende. A identificação com a actividade profissional é importante, mas não é fundamental para o seu bem-estar. Até porque fez formação numa área e procurou trabalho noutra, que lhe garantia maior estabilidade. O crucial é ser persistente, determinado e ter espírito de sacrifício para fazer o que considera necessário para concretizar os seus objectivos.

Eu não trabalho por gosto, trabalho porque preciso de trabalhar. Às vezes dizem-me: “epá, és um grande trabalhador”. “Não, não te enganes, meu amigo, eu trabalho porque preciso, não trabalho por gosto. Dispensa-me, que eu vou-me já embora para a praia”. Portanto, eu sou preguiçoso, mas faço o que tenho de fazer. Quando tenho de fazer, faço, não há desculpas, não há justificações. Tenho de fazer, faço.

A este nível estabelece uma distinção clara entre aquilo que desejaria, num plano idealista, alcançar, e aquilo que são os seus planos concretos.

Eu gosto mais de ar livre, não gosto muito de estar ali constantemente a ver números e papéis e a inserir dados em computador. (...) Pode ser que um dia vá trabalhar para a Direcção-Geral de Pescas e Agricultura. (...) Faz parte dos meus desejos. Dos meus planos, faz trabalhar e justificar o ordenado que me é pago.

A postura que Miguel assumiu perante a vida permitiu-lhe ganhar a autonomia que pretendia face à família e aos conflitos que caracterizaram as suas experiências familiares na infância e na adolescência. A partir do momento em que deixou de depender dos pais e passou a sustentar-se a si mesmo e a assumir plena responsabilidade pelo rumo do seu percurso, mudou também a forma como se relaciona com eles. Apesar de nunca ter fomentado qualquer tipo de ruptura com a família de origem, que aliás valoriza bastante pela educação que lhe deram, sobretudo na aprendizagem do respeito pelos outros, começou, gradualmente, a visitá-los com menor frequência. A carga de trabalho profissional e académico levavam-no a ter menor disponibilidade para se deslocar até à aldeia onde residem os pais. Por outro lado, desagradam-lhe opiniões e atitudes da família que sente serem impositivas e que não se enquadram no novo contexto de autonomia conquistada.

Quando lá estava em casa era submisso, então pois claro, dependia deles. (...) Quando saí de casa nunca mais aceitei um cêntimo. Ou seja, se eu não tivesse dinheiro no final do mês eu ia passar fome, mas o problema era meu. E a partir do momento em que as coisas começaram a seguir aquele caminho, eu impedia qualquer insinuação, qualquer tentativa de me apontar o dedo ou de dizer o que eu devia fazer. Quanto muito aceitava sugestões, mas se começava a sentir que me estavam a impor, eu metia logo ali um ponto final. (...) Eu era assim com os meus pais, se tiver que os mandar calar, mando-os calar sem problema nenhum. E aconteceu diversas vezes.

O rigor, a disciplina e a exigência que tem para si mesmo é, no fundo, transposta para as pessoas que o rodeiam, particularmente com quem

tem um relacionamento emocional próximo, como é o caso dos pais, mas também da ex-mulher.

Tornei-me muito mais exigente comigo e com os que me estavam próximos, principalmente com a minha namorada na altura. Eu obrigava-a a um rigor, que era assim uma coisa astronómica. Porque as coisas não podiam falhar. Se era para ser assim, tinha que se fazer. Não era nem mais para ali, nem mais para aqui. O tempo era controlado.

Miguel conheceu-a na escola, quando frequentava o 12º ano em Lisboa. Namoraram durante três anos, período após o qual decidiram casar. Ela, natural do Brasil, completou o ensino secundário e trabalhava como auxiliar de acção educativa num infantário. O casamento acabou por chegar ao fim por um conjunto articulado de razões. O principal motivo apontado por Miguel diz respeito a divergências religiosas. A ex-mulher estava, na sua perspectiva, demasiado envolvida na prática religiosa da Igreja Universal do Reino de Deus, o que acabou por prejudicar a relação conjugal. Miguel considera-se ateu e viu-se forçado a anuir a princípios com que não concordava. Por exemplo, o casamento não fazia parte dos seus planos, contudo, acabou por ceder pelo facto de a namorada se sentir desconfortável em ter relações sexuais fora do matrimónio religioso. Miguel tinha também pouca disponibilidade de tempo para estar com ela, pela acumulação da actividade laboral com o trabalho académico, o que a levou a dedicar ainda mais tempo à prática religiosa. Tudo isto foi desgastando a relação, até ao ponto de Miguel não suportar mais quando ela tomou a decisão de estar na igreja na passagem de ano, e não com ele, numa actividade conjunta.

Acabou aqui, não vale a pena porque isto vai-me chatear toda a vida e eu não estou para me chatear toda a vida. E foi aí que acabou. Aquela aproximação levou a que ela quisesse estar mais tempo e esse mais tempo começou a chegar a essas datas. Portanto, eu aí fui explosivo. (...) Fui eu que disse: “acabou aqui, não aceito essa situação”. Porque ela em 2010 quis ir para lá, passou lá a passagem de ano e isso decretou o fim do casamento ali. Ela fez uma opção e eu fiz a minha opção.

A decisão de divórcio, apesar de ter partido de Miguel, tornou-se numa fonte de angústia e de conflito interno. Ocasionalmente questiona-se sobre a validade das suas razões,

particularmente por ser uma situação recente e não ter resultado de incompatibilidades afectivas, mas este processo reflexivo não o leva a arrepender-se ou a querer alterar o passado. Mais uma vez, Miguel “fez o que tinha de ser feito”.

É mais fácil deixares o teu namorado se ele te trair, por exemplo. Talvez não seja tão fácil se vires que é uma coisa que... é só aquilo. Mas aquilo tem um poder tremendo que não consegues justificar. E depois isto cria aqui assim uma divergência ao ponto de: “tenho de voltar atrás com a decisão. Não, não tens nada porque se não isso vai ser um problema até morrer”. É claro, essa dualidade no pensamento ainda continua a existir. Para ser honesto, será que fiz bem ou será que fiz mal? (...) Eu não penso em voltar atrás. (...) É estranho explicar, foi uma coisa forçada, eu senti-me forçado a fazer aquilo. (...) E às tantas, amanhã ou depois, apaixono-me por outra. (...) Mas lidei com a situação normalmente. (...) Era bom se não tivesse acontecido, tudo bem. Mas aconteceu daquela forma, como podia ter acontecido de outra qualquer. Tem que se olhar de forma positiva para as coisas, não vale a pena chorar o leite derramado. Tem que se caminhar para a frente, pensar no futuro. É assim a vida.

Para lidar com esta situação contou sobretudo com o apoio do irmão. Ainda assim, Miguel é bastante reservado e faz questão de preservar a sua privacidade e intimidade pessoal, não gostando de partilhar as suas preocupações, nem tendo por hábito pedir opinião para tomar decisões. Para além disso, considera que depende exclusivamente de si mesmo a forma como interpreta e resolve as suas circunstâncias e problemas.

O meu maior amigo é o meu irmão. (...) Se bem que não costumo falar com ninguém quando tenho problemas porque sou tão chato que mais vale não chatear os outros. (...) As pessoas que me conhecem nunca me viram com um problema. Nunca me lembro de ter tido um problema. As coisas são sempre simples de resolver, desde que as pessoas não sejam otárias a resolvê-las.

No que diz respeito a questões mais práticas e logísticas, e não tanto emocionais, a entreaajuda entre Miguel e o irmão, que é professor de geografia no ensino secundário e reside no Montijo, é mais evidente. Quando Miguel quis comprar a sua casa, foi o irmão que lhe emprestou

parte do dinheiro. Mais recentemente, e face a problemas resultantes do processo de divórcio litigioso do irmão, que implica também a guarda do filho de três anos, Miguel tem dado apoio de representação legal sobretudo perante a banca.

Miguel tem também um conjunto restrito de amigos de longa data, da adolescência e do período em que esteve na tropa. Mas o facto de estarem todos longe espacialmente e de Miguel ter um quotidiano muito preenchido contribui para que os contactos entre eles sejam pouco frequentes. Tem conta no Facebook, mas usa esta rede social menos para conviver ou partilhar aspectos da sua vida, e mais como base de dados de contactos.

O tempo para as actividades de lazer é também limitado. Miguel gosta de viajar e de fotografar durante os passeios e viagens que faz com amigos, mas a acumulação de trabalho no quotidiano nem sempre lhe permite encontrar tempo para levar a cabo estas actividades.

O discurso de Miguel revela que o seu quotidiano é vivido com algum sacrifício, pelo cansaço que acarreta conciliar um dia de trabalho e, por vezes ainda, de formação profissional, com a elaboração da tese de mestrado, que é o ponto em que se encontra no seu trajecto académico. Para conseguir cumprir as suas obrigações sem esmorecer e permanecer determinado, Miguel considera ser particularmente focado, regrado e lógico.

Eu quando tenho algo para fazer, dificilmente afasto as atenções para outras coisas. Eu isolo-me, focalizo-me e até conseguir estou centrado naquilo. E a partir do momento em que me tornava mais independente, mais começava a regrar. (...) Eu sou muito regrado. E como tal, as minhas regras cumprem-se. Aliás, já estão quase todas muito próximo do final. Portanto, os meus objectivos mantêm-se, todos eles.

A gestão do seu dia-a-dia é feita praticamente ao pormenor, para garantir que consegue dar resposta a tudo aquilo que tem de fazer quotidianamente.

Isso é uma prática constante no dia-a-dia. Estou a gerir o meu tempo conscientemente. (...) E isso é que me dá segurança, é ter essa capacidade de ter tudo estruturado. Dificilmente me falha alguma coisa. As coisas que são normais geralmente não me esqueço, fica sempre tudo estruturadinho, tudo funcional.

Contudo, essa gestão obedece a uma hierarquização clara de prioridades. Se os tempos dedicados às actividades das esferas laboral e académica estão devidamente distribuídos e tendem a sobrepor-se a tudo o resto, por outro lado, outras dimensões da sua vida, nomeadamente os lazeres, as sociabilidades e a organização doméstica tendem a ficar para segundo plano.

A atitude com que Miguel encara a vida acarreta um sentimento de responsabilização individual e de controlo sobre o rumo do seu percurso, que o deixa bastante orgulhoso.

Eu sou muito autoritário na minha vida, não permito que os outros tomem decisões por mim. (...) Isso depois basicamente caracteriza toda a minha vida: comandar totalmente os meus destinos, não deixar que terceiros influenciem. (...) Eu diria que de resto tem tudo corrido exactamente como eu queria que corresse.

Miguel está satisfeito com as opções que tomou e com aquilo que conseguiu alcançar com essas decisões, o que o faz ter uma atitude muito confiante face ao futuro.

Considero que fiz um conjunto de escolhas acertadas e por uma razão muito simples. Porque os meus colegas estão todos numa situação muito frágil. Eu diria que eles sofrem desses problemas de pensar muito no futuro. Eu não, eu não tenho motivos para me preocupar com nada. As pessoas fazem contas à vida. Eu, neste momento, se vir tudo aquilo que eu controlo directamente, eu não tenho nada em risco, ou seja, tudo está assegurado de forma sustentável. (...) Talvez por lutar sempre pelas coisas, digo eu.

Isto porque se considera uma pessoa muito ponderada, que avalia as suas possibilidades, os meios que tem à sua disposição, bem como os obstáculos e dificuldades que pode vir a enfrentar, antes de tomar uma decisão: “Em decisões importantes pondero muito. Aí sim, sinto necessidade de avaliar tudo antes. Principalmente tudo o que possa ter consequências a longo prazo”.

Apenas no que diz respeito ao seu casamento, Miguel sente alguma impotência, por não ter conseguido controlar o rumo da relação, referindo-se mesmo a uma “derrota pessoal”.

O divórcio foi a única coisa que não dependia de mim. Ou melhor, eu não concebi a situação como se dependesse de mim. Dependia de alguma coisa que eu não podia controlar, mas não aceitava e, como tal, fiquei triste. Correu

mal. Diria que foi a minha grande derrota, primeira e única, mas isto no sentido machista. Foi a minha grande derrota.

O controlo e a disciplina que exerce sobre si mesmo, nomeadamente na organização do seu quotidiano, têm por fim conduzir na direcção das suas expectativas de futuro. Miguel espera, dentro de alguns anos, “colher os frutos” do seu trabalho e esforço, tendo em vista uma vida mais calma e menos condicionada.

Irão mudar assim que as coisas comecem a estar mais estruturadas. Porque neste momento é tudo novo, as coisas acontecem muito rápido. O que eu espero é que as coisas comecem a acontecer de forma mais lenta. (...) Ou seja, porque há um conjunto de carências que uma pessoa tem, que depois tem que ganhar competências numa série de áreas. Mas depois a universidade porque é na altura, é a idade para isso. Mas tem o trabalho porque, se não, não paga as contas. Depois é a casa e não sei quê. Acontece tudo na mesma altura. Acredito que após os 30 anos as coisas comecem a ser normais. Normais no sentido de já não ter esta vida mecanizada e, aí sim, ter mais possibilidade para fazer opções: “hoje vou fazer aquilo, hoje vou fazer outra coisa”. Neste momento eu não tenho essa opção. (...) E isso é chato, quer queiramos quer não. Mas também, verdade seja dita, não se pode querer apresentar uma tese sem ter trabalho para a fazer. Tenho que trabalhar, tenho que a fazer, como em tudo.

Estas expectativas não o levam, contudo, a pensar no futuro com ansiedade. Miguel sabe onde quer chegar e o que tem de fazer para alcançá-lo, mas não antecipa cenários, nem pormenoriza as circunstâncias que pode vir a encontrar. Na sua perspectiva, reflectir em demasia e planejar aquilo que não é possível controlar gera angústia desnecessária e torna o presente mais difícil de ser vivido.

Eu não posso planejar uma coisa que não depende de mim. (...) Uma pessoa não pode pensar muito. (...) Porque eu não sei o que é que vai acontecer. Eu para fazer isso tinha de ter muito tempo livre, que era para cobrir todos os cenários possíveis. E eu não tenho esse tempo livre. As coisas acontecem e dá-se resposta quando acontecem, mas até elas acontecerem é preciso calma e descontração. (...) Tudo o que é premeditado geralmente falha.

Por outro lado, planejar aquilo que está ao alcance do seu controlo gera serenidade no modo como encara o futuro.

Toda a minha vida é planeada. Não é fortuita, não acontece assim por acontecer, é planeada. (...) Isso torna-me uma pessoa muito lógica. Sei exactamente como é que as coisas vão ser. Ou seja, sei exactamente como eu quero as coisas e como é que é para eu as fazer.

No fundo, as suas competências reflexivas são exercidas com um enfoque específico, no sentido de agir directamente sobre aquilo que pode controlar nas suas circunstâncias. Fá-lo sobretudo através do accionamento das suas conversas internas, precisamente por se responsabilizar por inteiro pelo rumo que a sua vida toma, minimizando o papel que os diálogos em contexto de interacção podem desempenhar no processo de tomada de decisão. Não recorre também habitualmente à escrita como instrumento de activação da reflexividade. As únicas práticas de escrita que relatou dizem respeito à criação de dois blogs. Um, de cariz académico, serve como plataforma de partilha de trabalhos escolares e de reflexão sobre as aprendizagens que resultaram de cada um deles. O outro foi criado no contexto de uma viagem que fez ao Brasil com a ex-mulher e onde relatava pormenores da experiência. O primeiro é de acesso livre e não contém elementos relativos à sua privacidade ou aspectos biográficos. Quanto ao segundo, por remeter mais para a sua intimidade, o acesso ao mesmo foi restrito a algumas pessoas.⁸⁸

⁸⁸ Ver Anexo D para os restantes retratos sociológicos do perfil de reflexividade funcional.

8.4. Reflexividade resistente

Pessoas entrevistadas que integram o perfil resistente

Filomena, 58 anos, 2º ciclo do ensino básico (Novas Oportunidades), empregada doméstica

Irina, 34 anos, ensino secundário, empregada de limpeza

Palmira, 62 anos, não sabe ler nem escrever, empregada doméstica (reformada)

A reflexividade resistente caracteriza um modo de pensar sobre si no mundo focado na manutenção das condições socioeconómicas alcançadas. As três entrevistadas que integram este perfil tiveram um percurso de mobilidade social ascendente, embora pouco pronunciado, e lutam para preservar os seus actuais contextos de vida. Direcionam os seus pensamentos e preocupações predominantemente para a forma de garantir a continuidade contextual, focando-se sobretudo na esfera do trabalho. São pessoas ponderadas, no sentido em que reflectem demoradamente sobre possibilidades e obstáculos antes de tomarem uma decisão, particularmente se a mesma tiver implicações mais alargadas. Mas as suas reflexões não se cingem tendencialmente, como é o caso para o perfil de reflexividade funcional, ao processo de tomada de decisão. Mesmo revelando pouca confiança nas suas capacidades de alterarem as circunstâncias em que vivem, mobilizam as suas competências reflexivas para fazerem sentido e justificarem aquilo que não podem controlar.

Focalizam-se também em questões mais pragmáticas, de gestão quotidiana da vida doméstica, familiar e laboral. Vivem “um dia de cada vez”, não tendo por hábito fazer planificações a longo prazo. Mas ao contrário dos entrevistados com uma reflexividade pragmática, pensam bastante no futuro, mesmo sem a criação de projectos associada. Revelam também uma maior capacidade de auto-análise, no sentido em que tomam frequentemente por objecto de reflexão aquilo que são, o que foram e o que gostariam de vir a ser, estabelecendo relações causais entre os seus contextos de vida e as suas personalidades e condutas. Não o fazem, contudo, de forma tão sistemática, demorada e frequente como os entrevistados com um perfil reflexivo auto-referencial. Até porque as suas preocupações de vida e perfis sociais são bastante diferentes e os seus modos de reflexividade são disso expressão.

Distinguem-se ainda dos entrevistados com um perfil pragmático pelas capacidades discursivas que revelaram e pela facilidade com que encararam o exercício de falarem sobre si mesmas e sobre as suas vidas. Têm, aliás, a noção de que os seus percursos, porque marcados por sofrimento e dificuldades, representam exemplos de histórias de vida interessantes.

São pessoas que desenvolveram as suas competências reflexivas em contextos de carência a vários níveis. Com 34, 58 e 62 anos de idade, são oriundas de enquadramentos familiares com graves problemas financeiros e com vivências problemáticas no que diz respeito às relações interpessoais. Duas das entrevistadas provêm de agregados domésticos sem contacto com a escola, ou com uma frequência breve do sistema de ensino, e que exercem profissões pouco qualificadas (trabalhadora agrícola, pescador, pedreiro e empregada doméstica). A outra entrevistada, que nasceu na Ucrânia,

creceu num contexto familiar também empobrecido, ligado à actividade agrícola e a profissões da indústria ou dos serviços. Por ser de outro contexto nacional, que estimula uma conexão diferente com o sistema de ensino, os seus pais são mais qualificados: a mãe completou o 2º ciclo e o pai o 3º ciclo do ensino básico. Estas qualificações não se reflectem, contudo, em melhores condições de vida ou em inserções profissionais mais qualificadas.

As dificuldades decorrentes de baixos rendimentos mensais foram agravadas por problemas como o alcoolismo ou a violência doméstica. Consideram que não tiveram infância, nem adolescência porque começaram a trabalhar muito novas, antes dos 15 anos de idade, para complementarem o rendimento dos pais. Cedo assumiram também responsabilidades ao nível do cuidado de outros familiares, como os irmãos ou os avós.

Viram-se, assim, forçadas a abandonar a escola quando se iniciaram no mercado de trabalho, ficando com qualificações ao nível do 1º ciclo do ensino básico. Irina, a entrevistada oriunda da Ucrânia, é excepção a este nível, já que prosseguiu para o ensino superior, apesar de não ter concluído o curso. Mais uma vez se reforçam aqui as diferenças culturais e educacionais dos dois contextos nacionais no que à frequência do sistema de ensino diz respeito. Esta interrupção dos seus percursos escolares foi, e continua a ser vivida com alguma tristeza. Uma delas frequentou ainda, recentemente, o Programa Novas Oportunidades, face a uma situação de desemprego, tendo concluído o 6º ano de escolaridade. No fundo, as três entrevistadas reconhecem a importância das qualificações em processos de mobilidade social ascendente, mas não tiveram ao seu dispor os recursos necessários para investirem em trajectos escolares mais prolongados.

As carências que sentiam existir nas suas vidas actuaram como estímulo reflexivo, na comparação que estabeleciam com os outros em seu redor. Não tanto no que diz respeito às condições socioeconómicas, na medida em que os seus grupos de referência positiva e todas as pessoas que as rodeavam viviam em circunstâncias similares, mas sobretudo no que concerne as relações familiares. As três entrevistadas referem-se, acima de tudo, à falta de afecto, que as levava a questionarem-se, desde crianças, sobre as razões de viverem em contextos rígidos, poucos afectuosos e marcados por violência. Tentavam compreender a situação em que viviam, mas guardavam estas preocupações para si mesmas, pelo que o exercício das suas competências reflexivas era feito na privacidade das suas mentes, através de diálogos internos.

Os relatos sobre o passado foram acompanhados de muita emoção, sendo frequente comoverem-se e chorarem ao narrarem certos episódios da infância e adolescência. Olham com tristeza para as fases iniciais dos seus trajectos de vida e gostariam de ter crescido noutras circunstâncias sociais e familiares. Mas reconhecem também, por outro lado, que as suas vivências não poderiam ter sido diferentes porque os contextos não o permitiram. Ainda que mantenham algum ressentimento face aos pais, justificam e enquadram as suas condutas naquilo que eram os padrões de comportamento da época e naquilo que lhes parece ser expectável tendo em conta os seus contextos

de vida. Consideram que os pais não poderiam ter agido de outra forma, atendendo àquelas que eram as suas preocupações com a subsistência da família, mesmo quando infligiram sofrimento associado ao alcoolismo e à violência. No fundo, a forma que encontraram para lidarem com um passado marcado por consternação, pobreza e violência não foi o de vitimização, nem de culpabilização dos seus intervenientes, mas antes a racionalização e enquadramento das opções, circunstâncias e relações familiares.

O casamento foi entendido pelas três entrevistadas como estratégia para se afastarem dos problemas dos contextos de origem e como oportunidade para construírem uma vida familiar mais estável, do ponto de vista económico e afectivo. Foi nesse sentido que apressaram a vida conjugal e a maternidade: casaram com 17-20 anos e tiveram o primeiro filho aos 17-21 anos. Duas das entrevistadas encontraram, de facto, na nova vida familiar aquilo que lhes faltava emocionalmente junto dos pais. Outra entrevistada só encontrou essa estabilidade no segundo casamento.

No que diz respeito às condições socioeconómicas conseguiram também, nos três casos, pela conjugação de mudanças estruturais do país com um forte investimento individual na esfera laboral, melhorar os seus contextos de vida, embora de forma faseada e a longo prazo. O trabalho sempre foi, no fundo, entendido como o principal recurso ao seu alcance para protagonizarem trajectos de incremento das suas circunstâncias sociais, tal como o que se verificou para os entrevistados com um perfil reflexivo pragmático. Para além disso, a esfera laboral assume centralidade em termos identitários. As três entrevistadas definem-se, em grande medida, não pelo tipo de actividade que desenvolvem, mas pela sua capacidade de desempenharem qualquer profissão dignamente e de forma empenhada, tendo por objectivo a auto-subsistência e a realização pessoal. Revelam orgulho por terem manifestado a capacidade de se adaptarem a mais do que uma profissão, por vezes simultâneas, e por terem trabalhado, em fases específicas dos seus trajectos, mais de 10 horas por dia.

Este percurso de relativa mobilidade social foi acompanhado, em duas das situações, por deslocações espaciais: uma do Alentejo para os subúrbios de Lisboa e outra da Ucrânia para Portugal.

Um dos grandes marcos que representa para as três mulheres a melhoria das suas condições de vida foi a compra de casa. Apesar de permanecer ainda hoje, para a maioria dos casos, como um encargo financeiro familiar, significou a obtenção de património a que a família de origem nunca teve possibilidade de aceder.

A mudança de contexto residencial, as inserções profissionais relativamente diferentes das dos pais e o convívio com grupos mais diversificados de pessoas teve também um efeito de estímulo da reflexividade. O contacto com outros meios de existência contribuiu para que as três entrevistadas questionassem e reflectissem sobre os seus contextos de vida, os seus recursos e os seus relacionamentos, e representou uma tomada de consciência relativamente à existência de desigualdades sociais, económicas e de género.

Ao melhorarem as suas condições de vida e ao terem contacto com pessoas de outros estratos sociais, os seus grupos de referência (positiva e negativa) passaram a ser diferentes daqueles que mantinham durante a infância e a adolescência. As suas aspirações ultrapassaram o mero desejo de subsistência material. Procuraram o bem-estar não apenas nas condições materiais que conquistaram, como também na estabilidade dos seus relacionamentos interpessoais, bem como na harmonia individual. Esta preocupação consigo mesmas e com as suas redes tem vindo a traduzir-se num processo de emancipação de género. Perceberam que, apesar de se relacionarem com os maridos de modo muito diferente daquele que era o padrão de relacionamento dos pais, as suas relações conjugais continuavam a expressar desigualdades de género. Numa lógica de comparação com as pessoas que as rodeiam, bem como tendo em conta a maior permeabilidade, que adquiriram ao longo dos anos, à diversidade cultural e social e a mensagens de igualdade, começaram gradualmente a reflectir sobre o seus papéis de mãe e esposa, a valorizar-se mais e a ganhar confiança em si mesmas para imporem os seus argumentos e as suas vontades. É com este novo olhar que analisam o seu passado, arrependendo-se de algumas das escolhas que fizeram, nomeadamente por terem casado tão novas e se terem tornado mães tão cedo.

A influência de terceiros, particularmente de colegas de trabalho e amigas, bem como de diferentes contextos sociais, revela ser decisiva a este nível, estimulando um novo olhar sobre realidades que lhes pareciam evidentes. E é esta uma das diferenças fulcrais face ao perfil reflexivo pragmático, cujos entrevistados viveram praticamente sempre no mesmo meio social e geográfico e não tiveram tanto contacto com padrões de diversidade social e cultural. Não é também por acaso que este questionamento sobre si mesmas nos seus papéis de género é mais evidente nos dois casos que protagonizaram trajectos de mobilidade regional e não tanto na outra entrevistada, que viveu sempre no mesmo local e não passou por nenhum processo de ruptura com os seus contextos de interacção.

Não significa que estas dinâmicas reflexivas adquiridas tenham sempre por efeito uma acção directa e a mudança dos seus relacionamentos ou circunstâncias familiares. Representam mais uma tomada de consciência do que propriamente um meio de transformação directa. No caso de uma das entrevistadas, que era vítima de violência doméstica no primeiro casamento, essa tomada de consciência de que a relação conjugal poderia operar noutra base, conduziu, em grande medida, à mudança da sua vida, pelo facto de ter saído desse relacionamento. Duas das entrevistadas, confiantes das suas capacidades, optaram por tirar a carta de condução já depois de casadas para ganharem alguma autonomia. Mas na maior parte das situações, a reflexividade em torno destas questões de emancipação feminina representa, acima de tudo, desejos de equidade na distribuição de tarefas domésticas e familiares, que nem sempre são susceptíveis de serem concretizados pela força social da inculcação das disposições e papéis sociais de género. Até porque o grau de incorporação das disposições orientadas para o cuidar, interiorizadas desde a infância no apoio que davam aos avós, pais e irmãos, conduzem as três entrevistadas a assumirem proactivamente exclusividade na

responsabilidade de tomarem conta dos maridos e dos filhos, o que obsta a uma divisão mais igualitária das tarefas domésticas.

As preocupações emocionais que desenvolveram desde muito cedo, face à carência de afecto nos seus contextos familiares de origem, surgiram mesmo quando enfrentavam dificuldades económicas severas. Por outro lado, estas preocupações com a igualdade de género só emergiram quando as três mulheres alcançaram um determinado patamar de condições materiais de vida. O que esta situação sugere é que, para estes três casos, a subsistência material e emocional assume tal centralidade em contextos de vincada pobreza que não gera condições favoráveis para a activação de competências reflexivas orientadas para determinado tipo de preocupações.

Estas três entrevistadas atravessaram um percurso de vida marcado por três fases distintas: uma inicial caracterizada por contextos de carência, uma segunda etapa, depois do casamento e da maternidade, de melhoria das condições de vida (materiais e emocionais) e uma terceira enquadrada num contexto estrutural socioeconómico em crise, que coloca em causa a manutenção do padrão de vida que alcançaram. O aumento do custo de vida, bem como a insegurança no trabalho têm contribuído para a redução dos rendimentos da família. As vivências familiares destas três entrevistadas nos últimos anos estão marcadas por situações de desemprego, pelo receio de perderem o trabalho, pela apreensão relativamente à procura de outro tipo de inserção profissional melhor remunerada e pela dificuldade crescente em fazerem face às despesas. O seu poder de compra é agora menor, o que implicou fazerem concessões ao modo como estruturam as suas vidas e pensam no futuro. Isto é particularmente evidente nos apoios monetários que davam aos filhos e que ficaram comprometidos pelo agravamento da situação económica da família.

No fundo, se numa fase inicial das suas vidas lutaram para alcançar o que não tinham nos seus contextos familiares de origem, actualmente lutam para manter aquilo que conquistaram e as suas preocupações orientam-se principalmente nessa direcção. Esta luta é dificultada pelo facto de a estratégia que adoptaram para melhorar as suas vidas, sobretudo através do forte investimento no trabalho, não ter a mesma validade e não surtir o mesmo efeito para a situação actual em que se encontram, face à conjuntura de crise do país.

No decorrer das entrevistas revelaram muito receio relativamente ao futuro. As dificuldades que enfrentam não lhes permitem conceber projectos porque não têm meios para concretizá-los. Na realidade, mesmo noutras fases das suas vidas, nunca tiveram por hábito elaborar planos a longo prazo. Tal como os entrevistados com um perfil reflexivo pragmático, tinham o objectivo geral de melhorarem as suas condições de vida através do investimento na esfera do trabalho, mas não conceberam os parâmetros da sua concretização. A procura de melhores circunstâncias coexistiu com uma noção clara dos limites objectivos das suas práticas e ambições, que interiorizaram desde muito cedo no seio familiar. Referiram frequentemente que sabiam, à partida, que nunca poderiam vir a ser, por exemplo, médicas, mas sempre alimentaram a vontade, que sentiam estar ao seu alcance, de

terem uma casa. Portanto, fizeram sempre este trabalho de ajuste das suas expectativas aos seus contextos actuais de vida. Apesar dos limites objectivos dos seus contextos sociais de partida, é possível reconhecer alguma capacidade de agência nas três entrevistadas: não puderam controlar as dificuldades inerentes às suas circunstâncias, mas consideraram possível fazer algo, por pouco que fosse, para melhorar as suas vidas. O exercício desta capacidade agencial fica particularmente evidente na atitude que uma das entrevistadas tomou de não se resignar e de sair de uma situação de violência doméstica.

As três entrevistadas com uma reflexividade resistente reconhecem que não têm projectos muito ambiciosos, mas, por outro lado, mantêm desejos, sobre os quais pensam quando “sonham acordadas”, que assumem um estatuto onírico e inalcançável porque todas elas têm a clara noção de que não podem concretizá-los. Gostavam de viver noutra local, de ter uma casa melhor, de fazer férias todos os anos, de ter um carro só seu, de viajar, de pagar os principais encargos financeiros dos filhos. Isto gera alguma angústia e está na origem de conflitos internos entre aquilo que gostariam, hipoteticamente, de ser e ter, e aquilo que podem objectivamente alcançar. Estão relativamente conformadas com os seus contextos de vida, que lutam por manter, mas têm algum ressentimento face ao que gostariam de ter feito, caso os recursos disponíveis fossem outros. Uma das principais diferenças entre os perfis reflexivos resistente e pragmático reside precisamente aqui: enquanto os pragmáticos não concebem a possibilidade de “fazerem diferente”, as resistentes concebem-na, mas não têm ao seu alcance recursos para concretizá-la.

Contrariamente ao perfil reflexivo auto-referencial, o futuro não é encarado como um espaço-tempo de possibilidades, mas antes como fonte de incerteza, dúvida e receio. É no presente que as três entrevistadas vivem e no qual concentram todos os seus esforços, de modo a preservarem aquilo que entendem ser conquistas pessoais, fruto de muito sacrifício, determinação e perseverança. Os seus quotidianos têm vindo a ser preenchidos pela sobrecarga causada pela articulação entre um forte investimento e dedicação ao trabalho e a assunção de responsabilidades de gestão e cuidado familiares. Assumem a necessidade de terem “espírito de sacrifício” para conseguirem alguma coisa na vida. E porque têm medo de arriscar e de comprometer aquilo que actualmente têm, não se precipitam e são bastante ponderadas no processo de tomada de decisão e na forma como organizam o seu dia-a-dia, sobretudo na gestão financeira do agregado doméstico.

Quando têm de fazer uma escolha avaliam demoradamente, através de diálogos internos, as suas circunstâncias e recursos e, embora não antecipem cenários futuros, consideram os efeitos que as suas opções podem vir a ter nos outros e em si mesmas. Este processo reflexivo tem também lugar, e de forma complementar, exteriormente, através de conversas e reflexões conjuntas com a família e amigos. A dimensão das sociabilidades é, aliás, central nas suas vidas. Sentem necessidade de conviver ocasionalmente com outras pessoas, como forma de quebrar a rigidez das suas rotinas e por encontrarem nesse contexto condições favoráveis à partilha das suas preocupações, pensamentos e

experiências. Gostam de se aconselhar com amigos, mas também com familiares, valorizam bastante as suas opiniões e conselhos e encontram neles uma fonte de apoio emocional e material.

Esta ponderação assume ainda maior importância no que diz respeito às questões financeiras. Em termos gerais, não desenvolveram práticas de escrita, particularmente literária, diarista ou autobiográfica. Não têm também por hábito planificar tarefas e anotar compromissos em agendas ou calendários, na medida em que confiam bastante nas suas capacidades de memorização, mas sobretudo porque as suas actividades tendem a ser bastante rotineiras e, por isso, o seu grau de incorporação exclui a necessidade de serem lembradas.

No fundo, apesar de habitualmente reflectirem sobre o passado, questionarem as suas escolhas, organizarem o presente e precaverem o futuro, as suas competências reflexivas não assumem manifestações mais escolásticas, como adquirem, por exemplo, para os entrevistados com um perfil auto-referencial, até pela relação muito diferente que os indivíduos de ambos os perfis mantiveram com a escola.

No entanto, as entrevistadas com uma reflexividade resistente recorrem frequentemente à escrita como instrumento de auto-disciplina no controlo de gastos, sobretudo na elaboração de listas de compras. Definindo previamente aquilo que necessitam comprar, preparam a ida ao supermercado e evitam, assim, gastar dinheiro em produtos secundários. Têm também por hábito controlar todos os gastos que fazem, em articulação com o dinheiro que têm disponível e que prevêem ter até ao final de cada mês. Uma das entrevistadas já chegou inclusive a levar uma calculadora para o supermercado, para garantir que o que estava a comprar não ultrapassava um determinado montante.

As competências reflexivas das três entrevistadas com um perfil resistente são, no fundo, activadas e exercidas sobretudo a dois níveis: num nível mais pragmático, de racionalização dos recursos económicos disponíveis, e num nível mais existencial, de enquadramento e harmonização daquilo em que se tornaram, como produto de um passado que não puderam controlar e de um presente que conquistaram.

Este trabalho de equilíbrio interno não só é reconhecido pelas entrevistadas, como é até estimulado. Apesar de não poderem alterar as suas circunstâncias, podem, no entanto, controlar o modo como as enfrentam e as resolvem. Consideram-se, neste sentido, pessoas optimistas, lutadoras, determinadas, perseverantes e satisfeitas com a vida que construíram. Face a dificuldades que têm vindo a enfrentar, não só económicas, mas também graves problemas de saúde num dos casos, procuram sempre que estes sentimentos e postura se sobreponham ao desânimo e à tristeza. Em situações em que não conseguiram ter este tipo de auto-controlo, recorreram a terapia profissional. Duas delas sofreram de depressão e recorreram a apoio psiquiátrico. A outra entrevistada nunca fez uso destes recursos, mas entende que o deveria ter feito no passado, numa altura particularmente difícil da sua vida, quando era vítima de violência doméstica, na medida em que poderia ter facilitado o seu processo de recuperação. É, em grande medida, por terem esta experiência e postura face ao

exercício reflexivo de falarem sobre si mesmas e as suas vidas que tiveram facilidade e se revelaram confortáveis na situação de entrevista.

Filomena: “Eu pensava que podia dar um futuro melhor aos meus filhos”

O caso de Filomena é aquele que melhor ilustra as principais dimensões de caracterização do modo de reflexividade resistente. O seu percurso biográfico assume um cariz trifaseado: 1) a infância e a adolescência foram vividas num contexto familiar com inúmeros problemas financeiros e relacionais; 2) depois do casamento, e após um forte investimento conjunto do casal na esfera do trabalho, as suas condições de vida melhoraram; 3) actualmente enfrenta novas dificuldades económicas resultantes de situações de desemprego no seio da família. As suas competências reflexivas foram estimuladas inicialmente num contexto de carência, mais tarde por via do contacto e da comparação com outros modos de vida e mais recentemente numa conjuntura de risco na manutenção das circunstâncias socioeconómicas conquistadas.

Filomena tem 58 anos e nasceu numa aldeia do concelho de Sousel, distrito de Portalegre. Aos três anos de idade foi viver com os pais para Tires, no concelho de Cascais, localidade onde se encontravam já outros familiares. É a mais velha de três irmãos, tendo passado a sua infância e grande parte da adolescência a cuidar deles: “os meus irmãos para mim eram como se fossem meus filhos”. O irmão, mais novo oito anos, completou o 2º ciclo do ensino básico, tem trabalhado como carpinteiro e está actualmente desempregado. A irmã, mais nova dez anos, estudou até ao 5º ano de escolaridade, é empregada doméstica e vive no apartamento ao lado do de Filomena. A mãe estudou até à 4ª classe, trabalhou no campo, foi empregada doméstica e ajudante de cozinha num restaurante. O pai, que completou também o ensino primário, trabalhou sempre como pedreiro.

Filomena passou por inúmeras dificuldades enquanto viveu com os pais e com os irmãos. O rendimento familiar era escasso e a situação económica da família agravava-se periodicamente quando o pai, alcoólico, estava alguns períodos sem querer trabalhar ou sem partilhar o seu rendimento com o agregado doméstico. O avô paterno era também alcoólico e o

irmão veio a reproduzir mais tarde o comportamento do pai e do avô: “Também criticava o meu pai e veio fazer igual. Já viu? Três gerações a fazerem o mesmo, é demais!”

O ambiente de pobreza, violência e medo em que vivia impossibilitaram-na de experienciar a infância e a juventude como gostaria. As recordações que relatou dessa altura remetem, em geral, para momentos penosos.

Quando se embebedava, eu recordo-me que às vezes o meu pai estava com uma faca... Estava a chover e tínhamos de sair de casa, escondermo-nos na casa de uma vizinha até ele adormecer, a ver se podíamos entrar. E eu com muito medo, mas a minha mãe achava que já o conhecia bem e dizia: “não, ele depois de adormecer já não faz mal a ninguém”.

Mesmo os episódios mais felizes, narrados com a voz embargada do choro, adquirem esse estatuto pelo contraste com a sua situação familiar.

Há coisas que nunca esquecemos... Na altura do Natal, os meus irmãos eram pequeninos e a minha mãe mandou-me comprar uma coisinha para pôr nos sapatinhos deles. Não podia ser mais, eram uns ratinhos e umas sombrinhas de chocolate. Eu fui à mercearia comprar e estava lá um senhor que fornecia o chocolate. E o senhor disse assim: “é para os teus irmãos? Então e para ti?” E eu disse: “eu já sou crescida”. E ele: “não, tu também mereces uma coisinha”. Então, foi à carrinha e foi buscar um saco de caramelos grande e deu-me.

A tristeza com que relembra os períodos da infância e juventude está sobretudo associada à falta de afecto que sentia por parte da família, e não tanto aos problemas financeiros do agregado doméstico. Questionava-se sobre as razões pelas quais tinha de viver num contexto familiar com tantos problemas. Até porque, como faz questão de destacar, as dificuldades económicas eram gerais entre todas as pessoas com quem convivia, pelo que não tinha uma noção muito concreta das desigualdades sociais face a outras camadas da população: “Naquela altura o que sentia mais era a

falta de afecto, porque mais ou menos vivíamos todos iguais ali ao nível da vizinhança.”.

Hoje reconhece que com todos os problemas que viveu naquela altura, não tinha tempo, nem disponibilidade mental para se aperceber de determinados aspectos mais positivos da sua vida.

Eu era bonita e não sabia. Era magra, era jeitosinha e era assim bonitinha, mas não dava aquele valor porque há tanta coisa que faz falta para nos sentirmos bem em todos os aspectos da vida. Há tanta coisa que nos faz falta, tanta coisa.

Porque tinha de cuidar dos irmãos e da avó, e ajudar a mãe, não podia estar sozinha com as amigas, nem brincar como gostaria. As suas prioridades não eram os seus próprios desejos e interesses da altura, mas antes o bem-estar dos irmãos e da família.

É com muita tristeza e angústia que Filomena narra a fase inicial da sua vida, chorando praticamente durante todo o relato. Gostaria que a sua infância tivesse sido muito diferente, mas tem a noção, por outro lado, de que as dificuldades económicas da família impediram a construção de outro modo de vida.

Eu não posso concordar, mas compreendo porque quando há falta de dinheiro, falta muita coisa. As pessoas podiam ser pessoas melhores se tivessem outro tipo de vida. (...) também os compreendo, a pobreza era tanta... Eu acho que a estabilidade económica faz um ser humano diferente porque nós dependemos do dinheiro para tudo. Se não houver dinheiro uma pessoa nem sequer tem paciência.

Desde muito cedo que teve de começar a contribuir para a subsistência familiar. Apesar de querer prosseguir os estudos, foi forçada a deixar a escola quando completou a 4ª classe. Aos 12 anos começou a trabalhar na costura para ajudar a família, a quem entregava todo o seu rendimento. Aos 19 foi trabalhar para uma fábrica de agulhas, onde esteve até aos 48 anos, na secção de empacotagem. Esta mudança de contexto profissional decorreu da necessidade de ganhar um salário mais elevado para poder casar. Na sua perspectiva, o casamento constituía uma via de escape de um ambiente familiar rigoroso e austero.

Aos 20 anos casou-se, aos 21 teve o primeiro filho e aos 26 o segundo. Lamenta ter tomado a decisão de casar e de ser mãe pela primeira vez de forma apressada. O marido, que

era seu vizinho, é cinco anos mais velho que Filomena, nasceu em Ferreira do Alentejo, e tem trabalhado na construção civil, sobretudo como estucador e pintor, tanto por conta própria, como por conta de outrem. Actualmente encontra-se desempregado.

Filomena encontrou no casamento maior estabilidade financeira e uma relação muito diferente daquela a que assistiu entre os pais. Progressivamente, através de um forte investimento no trabalho, conseguiram melhorar a sua situação financeira, comprando a casa onde viviam dez anos depois do casamento.

Nós comprámos esta casa ao fim de 10 anos de estarmos casados. (...) E então optámos por comprar o andar e felizmente não foi preciso pedir dinheiro, a minha sogra na altura é que nos emprestou 200 contos, que era aquilo que faltava. Ele trabalhava muito, eu também, fazíamos muitas horas, poupávamos, também não saíamos a lado a nenhum.

O comportamento do marido sempre contrastou bastante com a atitude do seu pai, considerando-o muito trabalhador e afectuoso com os filhos. Contudo, no que diz respeito à relação de casal, Filomena considera ter sido muito passiva e pouco afirmativa.

Eu era muito parva. Por ter sofrido tanto na casa da minha mãe, estava a tentar fazer com que na minha casa fosse melhor. (...) Se calhar impunha-me mais, não era aquele cordeirinho manso em que ele dizia “compra” e eu ia comprar. Se calhar impunha-me mais porque hoje já penso de outra maneira.

O filho mais velho tem 37 anos, não completou o 9º ano de escolaridade, trabalhou na construção civil com o pai, teve algumas experiências de emigração para a Holanda e Alemanha, para trabalhar como operário, e neste momento desenvolve a actividade profissional de controlador de resíduos numa empresa de tratamento de lixos. Vive sozinho numa casa construída em terreno familiar, em Trajouce (concelho de Cascais), e tem um filho com 11 anos que vê quinzenalmente. O filho mais novo de Filomena tem 32 anos, vive com os pais, completou o ensino secundário, trabalhou como motorista e actualmente desenvolve a sua actividade profissional como administrativo numa empresa privada.

Uma das grandes preocupações de Filomena é o facto de não poder apoiar

financeiramente o filho mais novo nos mesmos parâmetros em que o fez relativamente ao mais velho.

Quando se tem dois filhos tem de se fazer as coisas mais ou menos iguais. E há uma coisa que me custa muito. Eu dei tanto ao meu filho mais velho (...) e agora penso assim: “agora como é que eu vou poder ajudar o meu filho mais novo?” Não posso, porque a minha vida já não é a mesma. Naquela altura trabalhávamos todos.

Filomena tirou a carta aos 46 anos, de modo a ter maior autonomia nas suas deslocações. Comprou um carro e utilizava-o frequentemente. Contudo, e já depois de ficar desempregada, optou por dar o seu carro ao filho mais novo, já que tinha pago o carro ao mais velho alguns anos antes. Deixou, assim, de conduzir para poder, de alguma forma, compensar o filho face às dificuldades financeiras familiares.

Mas depois o meu filho precisava do carro e eu pensei: “andei tanta vez a pé para a Abóboda, porque não hei-de ir a pé?” Não lhe posso dar um carro. Eu tinha comprado o carro dois anos antes de ficar desempregada. Entretanto ele tinha arranjado emprego, mas estava tão longe da paragem para apanhar a camioneta e ele vinha almoçar a casa e dispensei-lhe o carro. Até hoje nunca mais peguei no carro porque pensei assim: “ajudei a comprar ao mais velho e agora não posso ajudar a este?” Eu tinha comprado o carro novo e ainda fiquei a pagá-lo, mesmo depois de estar desempregada ainda estive três anos para pagar.

Este sentimento de culpa surge frequentemente ao longo da entrevista, sentindo Filomena necessidade de justificar a diferença da sua condição económica actual face à que tinha há umas décadas atrás.

Quando, aos 48 anos Filomena se viu forçada a sair da fábrica onde trabalhava, devido a reestruturações laborais internas, todo o seu agregado doméstico se encontrava também em situação de desemprego. Algum tempo depois todos voltaram a inserir-se no mercado de trabalho. Até se reformar, sete anos mais tarde, Filomena complementou o subsídio de desemprego com o trabalho de empregada doméstica, que mantém até hoje. Nesse período frequentou o programa Novas Oportunidades e concluiu o 6º ano de escolaridade. Esta experiência de regresso à escola foi muito gratificante e Filomena tem pena de não ter

conseguido encontrar disponibilidade para prosseguir para o 9º ano.

A situação de desemprego em que se viu logo após o despedimento foi vivida com muita tristeza. Consistindo o trabalho um traço identitário central da sua existência (“a riqueza dos pobres é o trabalho”), sentia falta do rendimento mensal habitual, mas também do convívio diário com as colegas.

Quando eu saí da fábrica senti-me muito triste, muito triste. Nessa altura eu chamava o meu filho para se levantar e lhe preparar o pequeno-almoço. Entretanto, enquanto o leite aquecia, eu ia à janela da minha sala que dá para a rua principal e via as pessoas naquela azáfama da manhã, corriam para a camioneta, iam comprar o pão e não sei quê. Eu tinha saudades daquilo e chorava, chorava. Porque eu ficar em casa... eu trabalhava desde os 12 anos e nunca me tinha visto numa situação daquelas. Para mim era um desgosto enorme estar em casa.

Para superar esta situação, Filomena contou com o apoio das amigas, praticamente todas do contexto laboral, que a forçavam a sair de casa e a fazer actividades conjuntas.

Esta situação, em conjugação com a angústia com que ainda hoje vive o seu passado e com a morte da mãe, contribuíram para que Filomena tivesse uma depressão e fizesse tratamento psiquiátrico durante quatro anos.

Eu andei como se estivesse uma gripe forte, doía-me o corpo, doía-me tudo. Estive assim três semanas muito em baixo, parecia-me mentira. (...) Eu sentia-me mal, era um mal-estar, uma angústia muito grande. É o estar mal, é mesmo mal. Uma pessoa não se consegue concentrar em nada. Sente-se mal, sente-se mal a falar com as pessoas.

Em Agosto de 2009 foi-lhe diagnosticado cancro da mama. Nos meses seguintes foi operada e fez sessões de quimioterapia, que lhe permitiram ultrapassar a doença, embora ainda hoje esteja a ser vigiada para garantir que o problema de saúde não reincide. Quando teve conhecimento da doença, e apesar do choque inicial, não se perguntou “porquê a mim? Todos estamos sujeitos ao mesmo. Eu só pensei que era mais uma pessoa com a doença da moda”. Filomena encarou esta fase difícil da sua vida da mesma forma como lidou com todos os momentos complicados por que passou no seu percurso biográfico: com optimismo e determinação para superar os obstáculos.

Eu ia com uma esperança muito grande que me ia curar. (...) Quando eu fui operada, o meu marido levou-me ao hospital. E fomos na marginal para Cascais, estava a dar a “Pedra Filosofal” e eu ia a cantar. Virei-me para o meu marido e disse: “tens uma mulher muito maluca. Vai ser operada a um cancro e vai a cantar.”

Na sua perspectiva, não podendo alterar as circunstâncias da sua doença, podia, contudo, exercer algum controlo sobre a forma como lidava com essa experiência. Apesar do sofrimento, físico e psicológico, por que passou, fez tudo o que estava ao seu alcance para minimizar os efeitos do seu estado na vida familiar e na esfera profissional. Procurou reduzir ao máximo o tempo que esteve afastada do trabalho devido aos tratamentos e tentou corresponder aos padrões que tinha estabelecido, e às expectativas que o marido e os filhos tinham em relação a si no que diz respeito às tarefas domésticas. Nem sempre conseguiu, o que era fonte acrescida de angústia, mas tinha a satisfação de saber que pelo menos tentava.

Pensei que tinha que vencer. Mesmo nalgum dia em que estivesse assim mais em baixo – não é que eu quisesse estar, mas porque o próprio tratamento me punha assim em baixo – eu não dava a entender à minha família que estava assim tão em baixo. Sempre tive força de vontade, mas não queria demonstrar o quanto estava frágil. Tanto que acho que eles nem se aperceberam o sacrifício que eu fazia às vezes para ter o almoço feito. (...) Basta a gente estar um bocadinho mais tristes que as lágrimas caíam assim sem eu estar a chorar. E toda eu tremia, as mãos tremiam, as pernas tremiam, mas lá conseguia fazer uma sopinha. Tentei sempre, apesar de me sentir mal, fazer pelo menos o mínimo de coisas. Não podia fazer mais, mas fazia o mínimo para a casa estar mais ou menos apresentável. (...) A minha patroa sabe o que é que eu tive, até me disse: “veja lá se não pode”. Eu a fazer-me forte dizia que estava melhor, que também já fazia na minha casa. Mas eu deixei muito a casa para trás para poder fazer nelas melhor porque elas pagavam-me, não têm culpa de eu estar doente e de ter passado pelo que passei. Mas depois na minha casa sei que já não era aquela mulher.

A situação de doença teve um forte impacto em Filomena no modo como passou a olhar para o passado, o presente e o futuro. Tornou-se mais fácil estabelecer prioridades e

definir aquilo que realmente merece a sua atenção e preocupação. Veio sobretudo reforçar uma visão e uma vivência focada no quotidiano, sob o lema: “um dia de cada vez”.

Às vezes havia pessoas preocupadas com tanta coisa, que eu dizia: “meu Deus, isso não tem importância nenhuma”. Quando uma doença destas nos bate à porta vemos quantas coisas nos preocupámos que não tinham importância nenhuma. (...) Eu vejo a vida agora assim: o importante é ter saúde, ter um bom ambiente familiar, não ligar a certas coisas, é isso. Eu dava muito valor à amizade e ainda passei a dar mais porque as minhas amigas estiveram cá sempre. Vemos a vida de outra maneira, sim. Não nos importamos com tanta coisa, queremos é ter vida, ter saúde para podermos desfrutar do que temos. (...) Eu só pensava que não queria morrer porque tenho ainda um filho solteiro. (...) E eu pensava: “ainda tenho o meu filho que precisa muito de mim”. O meu marido também, claro, mas os filhos precisam sempre mais. Queria ver o meu neto crescer. Pensava assim e queria viver, queria fazer tudo por tudo para viver. Mas isto não está na nossa mão, está na mão de Deus, é o que tiver que ser é que vai ser e mais nada. (...) Pensava no dia-a-dia. Eu no futuro só pensava que queria estar cá até o meu neto ser mais crescido, para o ver um homenzinho.

Reforçou também a importância das suas amigas, já que as amigas estiveram sempre presentes e acompanharam-na em todo o processo de tratamento. Até porque Filomena não se permitia fragilizar-se frente ao marido e aos filhos, sendo depois junto das amigas que desabafava e adoptava uma postura mais vulnerável, mais próxima daquilo que realmente sentia. Queria dar confiança à família de que seria capaz de superar a doença e de que estaria sempre presente para apoiá-los no que fosse necessário. O seu maior receio era não estar presente para ver e ajudar na autonomização do filho mais novo e no crescimento do neto.

Estando actualmente a situação de doença ultrapassada, mas mantendo-se o risco de voltar a adoecer, Filomena procura não se angustiar em demasia, mantendo uma postura simultaneamente realista e optimista. Apesar de viver na expectativa quanto à evolução da doença, por um lado tem noção de que existe a possibilidade de voltar a ter cancro, por outro acredita que, mesmo que isso venha a acontecer, tem força e determinação para enfrentar nova luta.

Esta doença é uma incógnita, nunca se sabe se realmente se fica boa ou não porque há sempre a possibilidade de voltar e eu estou consciente disso. O meu marido não gosta de me ouvir falar assim, mas eu acho que nós temos de nos preparar para isso. Claro que eu quero é que tudo dê certo, quem é que não quer? Não há riqueza maior que a nossa saúde, disso não há dúvida nenhuma, mas também penso que o que aconteceu a tanta gente, também me pode acontecer a mim. Estou sempre desejosa de fazer os exames, de saber o resultado e vou vivendo nesta expectativa. Mas estou optimista.

A saúde, a sua e a dos seus familiares, é uma das suas preocupações principais relativamente ao futuro. Mas vive também inquietada com o problema do desemprego. O marido está actualmente desempregado e Filomena tem receio que os filhos venham a passar por essa situação.

Eu já nasci para não ter sonhos muito grandes, já tinha a consciência que não podia sonhar muito alto, as perspectivas não eram nenhuma. Por isso, a minha verdadeira preocupação é o desemprego, para os meus filhos. Já nem penso em mim, nem no meu marido porque eu tenho esta casa, graças a Deus não devo nada a ninguém, o que é muito bom. Se tivermos os dois uma reformazinha, é pequena, mas os dois juntos, como não devemos nada a ninguém, está tudo bem. O pior é se os filhos ficam desempregados. (...) Antes eu fazia uma vida à vontade. Também não era gastadora, mas tinha o suficiente para viver e achava que toda a vida ia ter trabalho. Se tivesse saúde e trabalho para mim estava tudo bem, não me preocupava. Agora, claro, mudei muito porque vivo com uma grande preocupação a pensar que os meus filhos podem passar por um desemprego. Já estiveram e podem tornar a estar.

No fundo, criou expectativas de vida para si e para os filhos que não encontram actualmente condições favoráveis de concretização.

Na articulação destas diferentes fases de vida, Filomena incorporou disposições relativamente conflituais, na medida em que cresceu tendo noção dos limites objectivos das suas práticas, mas criou novas expectativas de vida quando viu as suas circunstâncias melhorarem. Actualmente, pelo facto de as suas condições de vida estarem em risco, tem consciência de que não tem meios para suportar determinado tipo de

ambições e práticas, mas mantém o desejo, por mais irrealista que seja, de concretizá-las.

Filomena nunca teve grandes ambições relativamente ao futuro. Desde cedo percebeu que não poderia ter aspirações fora daquilo que eram as suas limitações objectivas no acesso a recursos culturais e económicos.

Como nasci logo a ver tão poucas possibilidades de ter mais qualquer coisa, até hoje os sonhos são pequenos. Eu nunca podia sonhar ser médica porque eu sabia que os meus pais não podiam pagar os estudos. Nós somos tão pobres que até a sonhar somos pobres porque não vemos perspectivas de ser melhor e temos logo consciência disso, que não pode ser.

Não desenvolveu, por isso, o hábito de fazer planos a longo prazo. Manteve sempre o desejo de melhorar as suas condições de vida, mas sem planificar os parâmetros da sua concretização. Na sua perspectiva, pensar no futuro em termos da elaboração de projectos implica ter recursos económicos; caso contrário, geram-se expectativas que não encontram condições favoráveis de realização.

Como as reformas não são grandes, eu não posso ter grandes projectos. Os projectos estão sempre relacionados com o nosso poder económico porque senão, não vale a pena estar a fazê-los, sabemos que não os vamos concretizar. (...) Já não planeio grandes coisas, se for assim está bom, tudo o que vier depois de melhor foi uma surpresa.

As dificuldades económicas que tem enfrentado, a incerteza quanto à situação profissional da família e a sua doença contribuem conjuntamente para que Filomena não dedique muito tempo a pensar no futuro, pela angústia que isso lhe provoca. Mas pensa frequentemente no passado, revivendo acontecimentos e questionando as suas opções e as dos seus pais.

Se pudesse voltar atrás – mas teria também que ter uma vida diferente para poder também ter tido outra decisão – casava-me mais tarde. (...) Não podia mudar porque acho que tinha que ter tido uns pais a viverem melhor para eu ter tido uma infância melhor e que eles se entendessem melhor. (...) A minha pena maior é pensar que passei por umas idades tão bonitas e não gozei nada na vida. Tive que me casar aos 20 anos pelo facto de ter mau ambiente em casa. Depois não falávamos de sexualidade com os pais, nem com as amigas.

Não tomava a pílula e fiquei logo grávida. Nem sequer estava habituada a estar casada e tive que me habituar a ser mãe. Claro que o meu filho foi muito bem-vindo, mas se eu pudesse planejar, planeava-o para mais tarde.

Um dos aspectos que refere frequentemente ao longo da entrevista, e que revela uma postura crítica em relação a si mesma, é a insatisfação com o seu papel de mãe, pelo menos numa fase inicial. Por ter tido os filhos tão precocemente, considera que não estava preparada e que deveria ter aproveitado melhor os anos iniciais do seu casamento.

Eu não sinto que fui assim uma grande mãe. Acho que devia ter dedicado mais tempo aos meus filhos. Porque na altura nós ainda não estávamos mentalizados, estávamos casados e já queríamos um filho. Realmente não havia aquela consciência de estabilizar a vida, de estarmos um para o outro, de darmos mais atenção um ao outro e só depois então um filho. Só assim é que seria uma coisa bem planeada.

Olha para o passado com tristeza, identifica inúmeros aspectos que gostaria de alterar no seu percurso, mas, por outro lado, não se vitimiza, racionalizando circunstâncias sobre as quais não pôde exercer qualquer tipo de controlo. Não assume também uma postura de total impotência face aos contextos estruturais, na medida em que investiu fortemente na esfera do trabalho como forma de melhorar, mesmo que de modo limitado, os seus contextos de vida.

A manutenção das suas condições socioeconómicas, que entende serem uma conquista pessoal, passa por ter um papel proactivo numa gestão cuidada do agregado doméstico. Esta estratégia de resistência acarreta um enfoque acentuado no presente e no quotidiano. As suas competências reflexivas são exercidas sobretudo na organização do dia-a-dia, através da planificação de tarefas domésticas e do controlo de gastos e despesas.

De modo a conseguir conciliar a sua actividade profissional com a preparação de refeições para toda a família e com a limpeza da casa, Filomena tem por hábito pensar previamente na melhor forma de se organizar, calculando o tempo que demora em cada tarefa e definindo a melhor altura para levá-la a cabo. Tem também a seu cargo a responsabilidade de marcar e lembrar,

ao marido e aos filhos, compromissos relacionados com a saúde e com as finanças.

Mas sou eu que organizo tudo, até por exemplo marcar consultas ou marcar exames e depois dizer-lhe: “tal dia tens que ir fazer este exame, tal dia tens que ir fazer isto”. (...) Mas eu é que penso em tudo, mesmo para os meus filhos, eu é que oriento, eu é que digo.

Organiza e arquiva todas as facturas das despesas que faz, calcula quanto pode gastar em cada compra e assegura os montantes necessários para fazer face às despesas fixas mensais. De modo a controlar melhor aquilo que despende no supermercado elabora sempre listas de compras. A gestão financeira dos rendimentos familiares é, aliás, uma das suas preocupações centrais, mesmo em fases prévias da sua vida, mais favoráveis do ponto de vista do acesso aos recursos económicos.

Penso que tenho que ter ali o dinheiro: “este é para a luz, aquele é para a água, o outro é para o gás, gastei x em carne, gastei x em peixe”. Penso que tenho que ter um dinheirinho de parte. E ando a contar o meu dinheirinho para poder também ajudar o meu filho. (...) Uma coisa que eu fazia questão era nunca me meter em nada que não pudesse pagar. Eu para comprar uma coisa de 100 euros, tenho de ter no mínimo uns 300, por exemplo. Nunca me meto a comprar uma coisa sem pensar se aquele dinheiro me fará falta ou não. Eu sempre fui assim porque eu não tinha nada, não tinha água, não tinha luz. Eu dou valor a tudo. (...) Eu dou valor a tudo o que tenho porque não foi com ajudas de ninguém, foi tudo do nosso suor. O meu marido e eu trabalhámos para ter.

É neste trabalho de organização, cálculo e avaliação dos montantes familiares que Filomena sente ter um papel verdadeiramente activo no rumo da sua vida e na da sua família. Não podendo controlar as suas circunstâncias, pode pelo menos fazer este tipo de gestão e de exercício de auto-disciplina para trazer maior conforto e desafogo à vida familiar.

Esta postura perante a vida implica, em certa medida, levar uma vida bastante regrada e rotineira, o que não constitui um problema para Filomena: “Eu lido bem, porque tenho consciência que não posso fazer mais que isto. Como não posso fazer mais que isto, está tudo bem”. Mas, mais uma vez, se revelam aqui as suas disposições conflituais, na medida em que se, por um lado, se conforma às suas circunstâncias, por outro, revela sempre

desejos relacionados com actividades que não pode desenvolver. Gostaria de ir mais vezes ao Alentejo, ver a família, de fazer hidroginástica, de ir ao cinema e de passear mais.

Gosto tanto ir ao Alentejo. Vou poucas vezes porque se gasta muito dinheiro em gasóleo e portagens. Depois é o ter que deixar aqui comer e o ter que fazer lá comer, tudo isto são gastos e eu sei que não posso fazer isso. Eu vou lá muito menos vezes do que aquelas que eu gostaria. (...) Eu gostava, se tivesse possibilidades, de poder fazer uma hidroginástica como a médica mandou. Mas eu sei que se paga x e que eu também estou a trabalhar. Eu gostaria de fazer, mas para além do dinheiro, às vezes também estou tão cansada que me acomodo um bocado. Mas se eu tivesse possibilidades de ter uma vida economicamente melhor, com certeza iria arranjar tempo. (...) Eu gostaria de fazer muito mais coisas, por exemplo, eu gostaria de ir mais vezes ao cinema.

Filomena ocupa o pouco tempo livre que lhe resta com saídas esporádicas com as amigas à praia ou ao centro comercial. Gosta particularmente de ver novelas na televisão e frequenta também regularmente o Facebook, que usa para partilhar pensamentos e músicas, bem como para contactar com familiares e amigas. Gostava de fazer voluntariado, desejo que mantém há muitos anos, mas nunca encontrou disponibilidade de tempo para fazê-lo. As preocupações sociais de Filomena ficam bem patentes ao longo da entrevista. Refere-se frequentemente à inquietação e revolta que lhe provocam as injustiças sociais, lamenta que algumas pessoas vivam em condições piores que as suas e relata episódios em que defendeu pessoas em posições vulneráveis. Considera-se de esquerda e participou em inúmeras manifestações e greves, sobretudo no período pós-25 de Abril, para lutar pelos direitos laborais dos trabalhadores. Mesmo que tivesse mais recursos económicos e não precisasse de trabalhar, continuaria a fazê-lo. Faz limpezas em casa de uma senhora idosa e gosta também de pensar nesta actividade como se de um apoio social se tratasse.

Filomena reflecte sobre as suas preocupações individualmente, mas também em partilha com as pessoas que lhe são mais próximas. As suas competências reflexivas são, portanto, exercidas internamente, através de conversas internas, mas também exteriormente, nos diálogos

que mantém com os outros. Apesar de considerar que não tem por hábito passar muito tempo a pensar naquilo que a rodeia, no que fez e no que tem de fazer, é bastante ponderada relativamente a questões com maiores implicações na sua vida e na da sua família.

Não sou de estar sempre a pensar. (...) Mas pondero se hei-de fazer isto ou não, ou se hei-de dizer isto ou não. (...) Normalmente tomo uma decisão rápido, a não ser que envolva outras coisas. Dinheiros ou assim não posso tomar grandes decisões, não é? Porque para dinheiro já tenho que juntar, já tenho que pensar a sério na decisão.

O processo de tomada de decisão depende, portanto, do tipo de assunto em causa. No quotidiano, na organização da vida doméstica, Filomena tende a ser bastante autónoma. Noutro tipo de questões, nomeadamente as financeiras, mas também as que dizem respeito à saúde, faz sempre questão de pedir opinião e conselhos ao marido, aos filhos e às amigas para a ajudarem a decidir.

Filomena não tem por hábito recorrer à escrita como instrumento de gestão quotidiana, com excepção da elaboração de listas de compras. Não usa agendas, nem apontamentos em calendários para se lembrar de compromissos agendados porque tem bastante confiança na sua memória. Nunca escreveu um diário, nem desenvolveu práticas de escrita literária. Contudo, Filomena começou a escrever sobre si mesma e sobre os seus sentimentos para a mãe, depois do seu falecimento. A escrita funcionava, no fundo, como instrumento catártico de desabafo, de partilha de emoções e de reflexão sobre o que aconteceu e o que pensou.

Antes escrevia mais. Escrevia, se tinha saudades da minha mãe escrevia o que tinha vontade de dizer. (...) Eram textos mesmo. Por exemplo: “se cá estivesses gostava de te dizer isto e isto”. Mas hoje deixei mais de escrever. Mas falo. Agora quando estive doente senti muito por não ter ninguém que me fizesse as coisas. (...) Então aí já não escrevia, mas falava com ela: “mãe, se fosses viva...” Estava sozinha no quarto e dizia: “sinto tanta a tua falta, se estivesses viva ajudavas-me a fazer isto e aquilo, a cuidar dos netos”. (...) Não falo com ela, tenho a certeza que não estou a falar para ela. Mas não sei, não sei se é possível ouvirem-nos ou não.

Mais recentemente, esta prática de diálogo com a mãe passou a fazer-se oralmente. Filomena já não escreve, mas “fala em voz alta”, transpondo os seus pensamentos para uma conversa externa feita a uma só voz. É, no fundo, uma outra manifestação dos diálogos que cada pessoa mantém consigo mesma e que cumpre o mesmo tipo de função de reflexão pessoal. É também uma forma de manter viva a memória da mãe, através da encenação de uma interação virtual.⁸⁹

⁸⁹ Os restantes retratos sociológicos do perfil de reflexividade resistente podem ser encontrados no Anexo E.

8.5. Reflexividade resiliente

Pessoas entrevistadas que integram o perfil resiliente

Cláudio, 60 anos, ensino médio, gestor de conta (reformado)

Luís, 60 anos, 3º ciclo do ensino básico, electromecânico de elevadores (reformado)

O desenvolvimento de um modo reflexivo resiliente resulta da ocorrência de acontecimentos particularmente difíceis e mesmo traumáticos, que marcaram e determinaram substancialmente o percurso biográfico dos indivíduos. Os dois entrevistados que integram este perfil sofreram ferimentos graves no passado: um deles em experiência de combate na guerra colonial e o outro num acidente de trabalho. A superação dos problemas físicos e emocionais que enfrentaram implicou, para ambos, a activação de esquemas mentais específicos, orientados para aceitar o sucedido, lutar contra as adversidades, manter uma postura optimista e projectar o futuro pós-recuperação.

Os dois entrevistados que integram este perfil provêm de contextos familiares diferentes e tiveram experiências de vida muito distintas, mas partilham alguns elementos de caracterização. Em termos de origens sociais, as suas mães, que não frequentaram o sistema de ensino, tiveram profissões pouco qualificadas (empregada doméstica e guarda de passagem de nível) e os pais, mais qualificados (1º e 3º ciclo do ensino básico), trabalharam como operários (ferroviário e serralheiro). Têm ambos 60 anos, são do sexo masculino, têm níveis de escolaridade intermédios (3º ciclo do ensino básico e curso médio), combateram na guerra colonial e protagonizaram um trajecto de migração para os subúrbios de Lisboa, onde ainda hoje vivem. Não se pode aqui afirmar que este perfil reflexivo é especificamente genderizado, pelo facto de ambos os entrevistados serem homens. Esta constatação careceria de um número mais elevado de casos em análise. Mas também é verdade que os acidentes que ambos sofreram estão particularmente associados a experiências de vida tradicionalmente masculinizadas, como sejam a participação numa guerra e o desempenho de uma actividade profissional mais exigente em termos físicos, que envolve mais riscos.

Os momentos penosos por que passaram, embora ocorrendo em fases diferentes dos seus percursos de vida, sucederam numa altura em que ambos tinham diversos projectos por concretizar. Os seus planos de futuro ficaram, assim, comprometidos e grande parte das suas vidas teve de ser repensada e reorganizada. O processo de recuperação teve durações distintas, consoante a gravidade dos seus estados de saúde. Mas ambos encararam esta contingência da vida com uma postura similar, que resultou na activação e desenvolvimento de um estilo reflexivo resiliente.

Logo após a ocorrência que os vitimou, não tinham uma noção concreta das implicações que esse acontecimento iria ter nas suas vidas. Não tinham, no fundo, o distanciamento necessário, nem informação detalhada para definirem um plano de acção. Foi uma recuperação particularmente penosa para ambos, com estadias prolongadas no hospital e anos de tratamentos posteriores, que ainda hoje mantêm. Passaram por fases melhores, outras piores, mas desde cedo, e mesmo sem

saberem o que esperar, fixaram para si mesmos o objectivo último de superarem a sua condição e retomarem as suas vidas.

Quando analisam o passado consideram que, apesar dos múltiplos constrangimentos que delimitavam as suas condutas, poderiam ter tomado outras opções que teriam alterado ou evitado a situação difícil que enfrentaram. Contudo, mesmo reconhecendo a infelicidade do sucedido, em nenhum momento da entrevista se lamentaram ou recriminaram. Ou seja, os dois entrevistados não assumem, por um lado, uma postura de vitimização, nem, por outro, de culpabilização. Têm o passado resolvido e lidam bem com as escolhas que fizeram e com aquilo que não puderam controlar nos seus percursos de vida.

A partir do momento em que sofreram o acidente e tomaram a opção de superar os obstáculos inerentes à situação em que se encontravam, avançaram para o processo de recuperação sem olharem para trás, sempre com os olhos postos no futuro e naquilo que ainda queriam concretizar nas suas vidas. Atendendo às inúmeras dificuldades e sofrimento por que passaram, e à possibilidade de terem adoptado uma atitude diferente, identifica-se na sua postura uma forte componente agencial. Revelaram capacidade de luta, sacrifício e perseverança, não se conformando aos piores cenários que poderiam definir as suas condições de saúde. Assumiram para si mesmos que, não podendo controlar as suas circunstâncias, podiam pelo menos exercer algum domínio sobre o modo como viviam e lidavam com a situação. Mesmo nos momentos mais difíceis e penosos procuraram sempre manter uma atitude optimista, antecipando uma fase das suas vidas, mesmo que a longo prazo, em que os principais obstáculos que enfrentavam no presente estariam ultrapassados ou seriam minimizados. A sua preocupação central, na altura, era garantir, dentro do possível, a sua autonomia individual, sobretudo do ponto de vista físico, que tinha sido colocada em causa pelo acidente. Para isso assumiram que teriam de lutar e ter paciência, tendo em vista que esse esforço seria recompensado no futuro.

O facto de terem concretizado o objectivo de superação e terem recuperado o máximo possível, no âmbito daquilo que estava ao seu alcance, é fonte de orgulho pessoal. Ambos evidenciam um forte sentimento de satisfação com aquilo que conseguiram alcançar e com as pessoas em que se tornaram. Estão agradados com a atitude que adoptaram e não lamentam as escolhas que fizeram. É neste sentido que se revelaram particularmente solícitos e abertos na partilha da sua biografia na situação de entrevista, pois sentem que os seus percursos e a sua postura face aos mesmos têm algo de peculiar. A solicitude com que mostram algumas marcas físicas é também evidência desse orgulho. No fundo, as cicatrizes e as transformações corporais materializam e marcam simbolicamente a sua resiliência (Ferreira, 2008, 2009; Resende, 1999).

O sucesso do processo de recuperação não resultou, contudo, apenas da atitude individual de perseverança de cada um dos entrevistados. Na realidade, essa postura determinada foi construída a partir da base sólida e estável das redes de apoio, constituídas por família e amigos. Quer nos

períodos de hospitalização, quer nos momentos posteriores, contaram com um grupo de pessoas muito próximas, que prestaram apoio logístico e emocional, e que viabilizaram, incentivaram e validaram pensamentos orientados para o futuro. Para alcançarem a autonomia pretendida, tiveram de, pelo menos numa fase inicial, estar dependentes destas pessoas para superarem diversos obstáculos, nomeadamente em termos de mobilidade. Ainda hoje estes dois entrevistados assumem as suas redes de sociabilidade como dimensão fulcral das suas existências, seja no sentido de reconhecimento face ao apoio prestado, seja pelo facto de terem desenvolvido uma necessidade de convívio regular e de partilha de preocupações e desabafo.

A postura individual face à adversidade, em articulação com a segurança e estabilidade concedidas pelos seus enquadramentos socioeconómicos, familiares e de sociabilidade, contribuíram conjuntamente para formar uma reflexividade resiliente. As situações difíceis por que passaram fizeram com que desenvolvessem uma forte consciência de si mesmos, das suas condições e opções. Têm uma capacidade de auto-análise particularmente desenvolvida, mas não no mesmo sentido protagonizado pelo perfil auto-referencial. Não direccionam os seus pensamentos para se questionarem a si mesmos e às suas escolhas. Avaliam os seus contextos de vida actuais, enquadrando o presente nas opções que fizeram, nos recursos a que tinham acesso, nos constrangimentos que delimitavam as suas acções, nas circunstâncias que não puderam controlar e nas relações sociais em que participavam. Ou seja, as suas competências reflexivas de auto-análise actuam no sentido de definirem para si mesmos e para os outros quem são e como se tornaram naquilo que são, numa lógica de atribuição de sentido e de racionalização do passado, e não tanto de colocar em causa aquilo que fizeram e imaginar percursos alternativos. Na sua perspectiva, fizeram o máximo que podiam, com aquilo que tinham à sua disposição.

Estas competências reflexivas foram estimuladas pela situação de crise que experienciaram, no sentido de Bourdieu, que os forçou a repensarem os parâmetros das suas vidas. No fundo, viram-se perante uma ruptura abrupta dos seus quotidianos, na qual as disposições incorporadas, e o ajuste pré-reflexivo das práticas aos contextos, revelaram-se insuficientes para dar resposta à situação e orientar as suas condutas. Contrariamente a outros entrevistados, nomeadamente os que integram o perfil auto-referencial, não se verificou uma convergência específica de contextos no estímulo da reflexividade individual. Foi sobretudo a contingência que assolou as suas vidas que contribuiu, de modo mais directo e imediato, para o desenvolvimento deste modo de pensar em si mesmos por referência às suas circunstâncias sociais. Não se pretende com isto afirmar que não eram reflexivos, ou que o eram em menor grau, antes do acidente, mas antes que foi esse acontecimento que estruturou a forma como hoje reflectem sobre quem são no mundo e que definiu este estilo específico de reflexividade.

O que estas considerações permitem perceber é que a reflexividade, para além de ser estimulada a longo prazo, pelo contacto com estímulos positivos e negativos em diferentes esferas de

vida, pode também ser activada por um acontecimento marcante com implicações decisivas no percurso biográfico. A situação por que ambos os entrevistados passaram forçou-os a serem reflexivos porque deixaram de poder orientar, em maior ou menor grau, o presente e o futuro de acordo com os mesmos parâmetros do passado, até ao momento do acidente. A procura e definição de uma nova forma de organização e de reflexão sobre a vida, ajustada às suas novas circunstâncias exigia reflexão.

Esta relação entre contingência e estilo reflexivo não é obviamente linear. As suas competências reflexivas foram estimuladas, mas podiam ter sido orientadas num sentido diferente. Os dois entrevistados poderiam encarar aquilo que lhes aconteceu com lamentação, com arrependimento, com conformação a cenários menos positivos, com maior inactividade. O que explica que a reflexividade se definisse no modo resiliente é indissociável dos seus enquadramentos sociais, como foi já referido. Portanto, no sentido de Bourdieu, as disposições e contextos de origem são, pelo menos numa fase inicial, desajustadas à surpresa do acontecimento. Os indivíduos não estavam preparados, nem equacionaram alguma vez que resposta deveriam dar numa situação similar. Mas são precisamente essas disposições incorporadas que, através de um processo reflexivo de actualização e reajuste são activadas para, no médio-longo prazo, orientarem, em articulação com a reflexividade individual, as práticas dos sujeitos. O que significa que, mesmo face a situações de crise e a contingências pessoais e familiares, a capacidade de resposta de cada pessoa é diferenciada consoante os seus contextos sociais. Nestes dois casos, ambos tinham recursos económicos, relacionais e emocionais, que se conjugaram todos no mesmo sentido de estimularem uma atitude resiliente e optimista: têm meios para pagarem os tratamentos, contaram com o suporte financeiro da família para se sustentarem durante os períodos de hospitalização, estiveram sempre acompanhados em todo o processo de recuperação (quer nas estadias no hospital, como nos tratamentos posteriores), a transição para uma nova forma de organização do quotidiano foi apoiada, logisticamente e em termos emocionais, pela família e amigos e encontraram nas pessoas mais próximas uma fonte inesgotável de motivação. Importa referir que esta ligação entre recursos e reflexividade não é directa, o que significa que interfere também neste processo uma forte componente agencial, como foi já destacado.

Aquilo que caracteriza o modo de reflexividade resiliente é a transposição deste estilo reflexivo, activado face a um momento marcante e estruturante, para as diferentes esferas e circunstâncias de vida dos sujeitos. Esta contingência foi tão transformadora nas suas vidas que às mudanças nas suas circunstâncias teve também de corresponder uma alteração profunda nos seus esquemas mentais. E esta mudança não se limitou ao período temporal mais crítico em termos de recuperação, estendendo-se para as suas vivências posteriores. Actualmente, qualquer problema ou situação mais complicada que surjam nas suas vidas são analisados, mesmo que de forma menos

intencional, por referência ao acontecimento marcante que mudou os seus percursos. Depois das dificuldades e sofrimento por que passaram tudo lhes parece, por comparação, possível superar.

Quando tomam uma decisão não olham para trás e não pensam no que poderia ter acontecido caso optassem de forma diferente. Sentem que têm poder para definir a atitude com que encaram a vida. têm a noção de que o modo como os problemas são superados depende, em grande medida, de si mesmos, sendo necessário terem capacidade de luta, de sacrifício, optimismo, perseverança, paciência e uma atitude não conformista. Não concebem outra possibilidade que não seja enfrentar directamente os obstáculos com que se vão deparando e consideram que a felicidade pessoal se constrói. Assumem esta postura reflexiva face a aspectos tão distintos como problemas conjugais, expectativas em relação aos filhos, opções profissionais e disponibilidade para realizarem certas tarefas ou para fazerem actividades do seu agrado. Não quer dizer que estejam sempre com o mesmo grau de determinação e motivação e que não passem também por momentos mais difíceis. Até porque a recuperação não foi exclusivamente física, mas também emocional. Num dos casos esta componente continua ainda a ser trabalhada, o que implica ter de lidar no presente com cicatrizes psicológicas. Os dois entrevistados reconhecem a existência de fases mais complicadas, em que surgem memórias desagradáveis ou em que se sentem mais desmotivados. Contudo, não se entregam e lutam contra este tipo de ânimo, procurando concentrar-se noutros pensamentos e actividades. Evitam, neste sentido, evocar determinadas memórias, imagens ou objectos e procuram manter-se sempre ocupados.

Actualmente, os dois entrevistados estão reformados e ocupam o seu tempo apoiando os filhos, nomeadamente no cuidado dos netos, em convívio com amigos e dedicando-se a actividades de lazer, como sejam a leitura, a navegação na internet ou a audição de música. Olham para o futuro com um misto de confiança e incerteza: se, por um lado, confiam nas suas capacidades para lidar com a adversidade e na estabilidade dos recursos de que dispõem, por outro, receiam pelos seus familiares mais próximos com o agudizar da situação económica do país. Evitam fazer planos a longo prazo porque sentem, com base na sua experiência de vida, que tudo o que pensam vir a fazer pode ficar comprometido inesperadamente. Antecipar cenários pode ser fonte de angústia e frustração, pelo que se resguardam a esse nível. São pessoas relativamente ponderadas, no sentido em que balancam entre a necessidade de planificação (porque esse exercício desempenhou um papel importante no processo de recuperação) e a importância atribuída à espontaneidade e à atitude de “aproveitar a vida ao máximo”.

O modo como olham o passado é relativamente ambivalente. Por um lado, como tem vindo até aqui a ser destacado, não se lamentam, nem arrependem das opções que tomaram que conduziram às contingências que marcaram as suas vidas. Procuram não se definir por esses acontecimentos, pelo menos não mais do que aquilo que lhes foi imposto. Mais do que uma tragédia, o sucedido é entendido no presente como marco de valorização pessoal, pela capacidade que revelaram em

ultrapassar dificuldades. O arrependimento e o ressentimento que manifestaram ao longo das entrevistas direccionam-se antes para outros aspectos das suas vidas, como questões relacionadas com a emigração (decisão concretizada ou abandonada de mudança para outro país), com a educação dos filhos (não identificam neles uma atitude resiliente e determinada) e com a relação conjugal (parâmetros do relacionamento). Não são assuntos que os atormentem quotidianamente, mas dedicam-lhes especial atenção no modo como avaliam a sua situação presente e no que poderiam ter feito para alterar opções passadas. Curiosamente, um dos entrevistados chegou mesmo a recorrer a terapia profissional para lidar com problemas conjugais, mas nunca sentiu necessidade de receber apoio externo, pelo menos numa fase mais tardia, para ultrapassar os traumas de guerra, que ainda hoje enfrenta.

O presente é vivido com tranquilidade porque representa aquilo que conseguiram alcançar. É, no fundo, experienciado e desfrutado como resultado do esforço que empreenderam para superar os problemas que marcaram os seus percursos de vida. Enquanto trabalhavam tinham um quotidiano mais preenchido, sobretudo pelo forte investimento na esfera laboral. Não os incomodava as rotinas que estruturavam o seu dia-a-dia porque assumiam o trabalho como dimensão central das suas identidades individuais. Actualmente, face a um quotidiano menos rotineiro, sentem maior necessidade de exercerem as suas competências reflexivas para organizarem o seu tempo e garantirem, assim, a ocupação dos seus dias.

A reflexividade é exercida por estes dois entrevistados mediante conversas internas, na interacção com outras pessoas e através da escrita. Questões relacionadas com os momentos marcantes que mudaram as suas vidas tendem a ser objecto de reflexão interna, seja porque remetem de modo mais directo para aspectos da sua intimidade que não querem partilhar com ninguém, seja porque não se trata de um assunto que ocorre frequentemente quando estão na presença de outras pessoas. Foram acontecimentos marcantes nos seus percursos, mas não definem todos os aspectos das suas vidas. Não significa que façam um esforço para não falarem sobre isso com amigos e familiares, mas na realidade não surge frequentemente, de forma espontânea em contextos de interacção. Gostam bastante de estar entre amigos, com quem partilham as suas preocupações, desabafam, pedem conselhos, mas com quem também gostam de se divertir. Sentem, aliás, necessidade de conviver mais, mas encontram alguma resistência por parte das suas cônjuges, que, de acordo com os dois entrevistados, tendem a isolar-se e a procurar que os maridos desempenhem o papel que eles, por sua vez, atribuem aos amigos.

A escrita é também mobilizada como instrumento de exercício da reflexividade. Um dos entrevistados, precisamente o que tem o nível de escolaridade mais elevado, desenvolveu desde cedo práticas de escrita auto-biográfica, sob a forma de diários, cartas ou textos mais literários. Encontrou na escrita um meio de desabafo, de registo do que lhe ia acontecendo e de clarificação das suas próprias ideias. Tem mantido estas práticas ao longo de todo o seu percurso de forma intermitente, de

acordo com as diferentes fases de vida que vai atravessando. A escrita organizativa do quotidiano é, por outro lado, um recurso de ambos os entrevistados. Elaboram listas de compras e de tarefas, bem como lembretes, tanto na esfera profissional, como pessoal e familiar, como instrumento de apoio da memória, de auto-disciplina e de organização das suas actividades diárias.

Cláudio: “A partir desse dia comecei a olhar para a frente, nunca mais pensei nas pernas que tive. Tive, não tenho”

O caso de Cláudio é paradigmático do modo de reflexividade resiliente. Tem um percurso biográfico com múltiplos episódios marcantes, sendo que um deles foi decisivo e reestruturou completamente a sua vida. Desenvolveu, neste âmbito, um estilo reflexivo orientado para a superação de dificuldades, activado em momentos particularmente complicados, mas também posto para as diferentes esferas de vida.

Cláudio tem hoje 60 anos, nasceu em Ílhavo e passou a sua infância e adolescência na Gafanha da Nazaré. É oriundo de uma família que enfrentou um conjunto considerável de dificuldades. Os avós maternos, sem grau de instrução, viviam do trabalho na pesca e na agricultura. Os avós paternos tinham recursos escolares e económicos, que permitiram que o pai estudasse para além do ensino primário, completando o curso industrial. O avô, que era espanhol, trabalhou como professor primário. O pai de Cláudio, em ruptura com a família de origem, emigrou para Angola, onde trabalhou durante vários anos nos caminhos-de-ferro em Benguela. Apaixonou-se pela filha do director da empresa onde trabalhava, o que gerou inúmeros problemas no seu contexto de trabalho. Acabou por ser acusado de ser comunista e de fazer greve e foi expulso para Portugal, seguido pela namorada, entretanto grávida. Tiveram duas filhas e a mulher morreu pouco tempo depois de tuberculose. Desorientado, o pai de Cláudio entregou o cuidado das crianças a uma instituição religiosa em Coimbra e prosseguiu a sua vida, trabalhando sempre como serralheiro e assumindo também a actividade de agente de uma marca de máquinas de costura. Mais tarde voltou a casar, sendo que dessa relação conjugal nasceu Cláudio.

Com as irmãs nunca teve um contacto muito próximo, mas estiveram sempre presentes na sua vida. Hoje reformadas, vivem em Coimbra e

são licenciadas. Uma trabalhou como professora primária e a outra como enfermeira.

Desde que regressou de Angola que o pai de Cláudio estava politicamente envolvido no Partido Comunista Português. Esta informação é central para compreender as vivências familiares porque teve um impacto decisivo na infância e adolescência de Cláudio e da mãe. Era comum a sua casa ser invadida pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) e o pai ser preso por alguns dias.

Era normal a polícia entrar na minha casa às três, quatro da manhã e revirar tudo, tudo, tudo. Levavam o meu pai, mas o meu pai passado um ou dois dias voltava. Até que houve um dia, em 1959, que levaram o meu pai e o meu pai não voltou. Não voltou e apareceu passado 11 dias no mar. Foi apanhado pelas redes de uma traineira na Figueira da Foz. Foi morto pela PIDE.

Quando Cláudio tinha oito anos de idade, o pai foi morto pela PIDE. Se já foi difícil lidar com a morte do pai, Cláudio ficou ainda traumatizado pelo facto de ter acompanhado a mãe no reconhecimento do corpo.

Aquilo que me afectou muito foi realmente a morte do meu pai. (...) Havia necessidade de ir reconhecer o corpo. Eu tinha oito anos de idade e levaram-me também a mim a reconhecer o corpo. Portanto, foi uma imagem que ainda hoje me acompanha, que é o meu pai deitado em cima de uma pedra, numa morgue, já todo... sem olhos, sem orelhas, sem nada... muito inchado, a ser reconhecido pela minha mãe e por mim. (...) E foi isso que me perturbou muito, mas mesmo muito. Aliás, eu era um aluno muito bom na escola primária e a partir daí comecei a ter grandes, grandes dificuldades.

Na sequência da morte do pai, Cláudio e a mãe estiveram ainda presos durante uma semana.

Não sei se terei sido o mais jovem preso político de Portugal. A minha mãe quando soube da morte do meu pai foi à polícia

comigo porque queria saber quem é que matou o meu pai e queria responsabilidade e que se fizesse justiça. Como a minha mãe ia muito exaltada, eu e a minha mãe estivemos presos lá numa cela durante uma semana na PSP em Aveiro. (...) Não nos fizeram nada, não bateram nem nada, mas estivemos lá uma semana. E eu dormi com a minha mãe lá no chão. Recordo-me perfeitamente da cela onde estávamos. Tínhamos lá um balde para fazermos as nossas necessidades.

Para além de ter sido preso e de ter enfrentado dificuldades escolares, Cláudio passou também a lidar com problemas económicos. A mãe, que não frequentou a escola e que era doméstica até ao falecimento do marido, trabalhou em diversas actividades pouco qualificadas na agricultura e na pesca. Trabalhava todo o dia, por vezes em ofícios paralelos e conseguiu, progressivamente, equilibrar a relação entre rendimentos e despesas.

Houve aquele período em que, coitada, ela estava completamente desesperada. (...) Portanto, o meu pai morreu e nós ficámos sem nada, absolutamente nada. Ainda por cima eles tinham começado a fazer uma casa, tínhamos dívidas e era necessário pagar essas dívidas. Para a minha mãe foi muito complicado e teve que dar a volta à vida.

Cláudio nutre uma grande admiração pela mãe, não só pelo modo como ela conseguiu superar os principais problemas financeiros da família, mas também pela atenção que lhe dedicou e pela mentalidade aberta e flexível que lhe reconhecia.

A minha mãe foi uma mulher fantástica. Acho que tive todo o carinho e todo o amor do mundo. Sendo analfabeta, era uma grande mulher e uma mulher muito inteligente. Hoje olho para trás, para toda aquela vivência que tivemos e toda a vida que ela teve e acho que foi uma mulher fantástica. (...) E começou assim a juntar algum dinheiro. Por exemplo, acabámos a casa, que não estava acabada, conseguiu pagar as dívidas que tinha e conseguiu pôr-me a estudar. Portanto, isso foi da parte dela, ela sempre fez tudo. Por exemplo, recordo-me também de uma coisa engraçada da minha mãe. Quando eu fiz os meus 16 anos arranjei uma namorada e a minha mãe foi comprar uma caixa de preservativos e ofereceu-me a caixa de preservativos. Hoje eu vejo que era uma mulher que estava muito à frente. (...) E depois

teve a coragem de abandonar a religião católica e foi para a religião evangélica.

Quando Cláudio tinha 14 anos, a mãe voltou a casar. O padrasto, com a 4ª classe e sapateiro, acabou por se tornar numa figura central na sua educação e nas suas vivências familiares. Incentivava-o a estudar e fomentava o acesso à música e à literatura.

Aliás, a minha mãe ainda não o conhecia, já eu o conhecia e tinha uma relação muito forte com ele. Era uma pessoa muito interessante. Era sapateiro, era um homem que tinha andado pelo mundo, tinha estado na guerra em Moçambique, voluntário por duas vezes. Era um homem que tocava muito bem viola e cantava. Portanto, era um homem realmente extraordinário, solteiro, muito interessante e começou-se a formar uma relação entre mim e ele extraordinária, mesmo sem conhecer a minha mãe. Eu ia lá visitá-lo muitas vezes. Era um homem muito culto, com quem eu aprendi muito. Também foi uma pessoa muito importante na minha vida. Foi ele que me começou a introduzir, por exemplo, a ler. Dava-me livros, ajudava-me muitas vezes a compreender determinadas coisas na leitura que eu não entendia. Tinha uma formação política muito forte. (...) Teve mais influência na minha vida do que propriamente o meu pai. O meu pai, como era agente de uma marca de máquinas e costura, estava sempre fora e além disso trabalhava também na empresa de pesca de Aveiro. E o meu padrasto não, era um homem muito presente e acompanhava-me muito, mesmo nos estudos acompanhava-me e ajudava-me. Foi uma pessoa que me marcou mais.

A estabilidade que encontrou neste novo contexto familiar permitiu que Cláudio, apesar de um início de vida atribulado, tenha boas recordações de infância e adolescência. A mãe e o padrasto incentivaram-no a prosseguir estudos, tendo Cláudio ingressado num curso comercial.

A minha mãe dizia-me: “tu tens que ir estudar porque um dos sonhos do teu pai era tu estudares. Se calhar não te vou poder dar aquilo que ele te iria dar, mas vou dar aquilo que eu puder”. E então obrigou-me a ir estudar, o que para aquela altura era uma coisa fantástica. (...) Era uma mulher, realmente, já com uma visão de futuro muito grande.

Não só foi incentivado, como também muito apoiado em todo o trabalho escolar. A mãe

depositava no investimento académico uma forte esperança de melhoria das condições de vida do filho. Todos os dias pedia a Cláudio que lhe lesse a Bíblia e o jornal.

Cláudio incorporou desde muito novo um forte sentido de responsabilidade e tinha plena consciência das dificuldades por que a família passou financeiramente. Decidiu, nesse sentido, que deveria também contribuir para o rendimento familiar, sem descuidar, por outro lado, o seu trajecto escolar. Foi trabalhando na pintura de barcos de pesca nas férias escolares e optou também por fazer parte do seu percurso na escola comercial em regime nocturno, para trabalhar durante o dia.

O seu trajecto escolar foi interrompido aos 20 anos de idade, quando se viu forçado a ir para a tropa. No decorrer de um ano, passou pelas Caldas da Rainha, Póvoa do Varzim, Évora e Tomar, antes de seguir para a Guiné, em Julho de 1973.

Desde o início que esta foi uma experiência em que Cláudio ingressou contrariado. Não se identificava com o ambiente que se vivia na tropa e, vindo de um contexto familiar de esquerda, ligado ao comunismo, reprovava fortemente a guerra colonial. Porque não queria ir para África, procurou alcançar uma boa classificação no seu curso para obter dispensa. Conseguiu ficar na terceira posição, o que viabilizaria o seu desejo. Contudo, viu-se forçado a ceder o seu lugar a um colega desportista que, por lei, poderia ser dispensado.

Eu quando fui para a tropa e fui para a especialidade, eu fiz tudo para ver se ficava muito, muito bem classificado, para ver se não ia para a Guiné. No entanto, eu tive azar. Até nem teria ido se não tivesse acontecido essa situação. Eu fiquei em 3º lugar no meu curso, mas o que ficou em 4º era um indivíduo que jogava hóquei em patins no Futebol Clube do Porto. Como ele era internacional de hóquei, não ia. Fui eu em vez dele.

Face à inevitabilidade da sua partida para a Guiné, Cláudio ainda ponderou, como alguns colegas fizeram, fugir para outro país. Contudo, isso implicaria distanciar-se por tempo indefinido da mãe, com quem mantinha uma relação de grande proximidade e dependência emocional.

Eu pensei, porque houve muitos colegas meus que fugiram, foram para França, foram para a Suécia, para a Alemanha e chegaram a falar comigo para eu ir também. Eu queria ir. Eu

tinha consciência que entre ir para uma guerra ou ir para um país democrático, onde eu me pudesse realizar, preferia sair do país. No entanto, eu tinha a minha mãe e não tinha pai. Portanto, foi uma luta interna muito, muito grande para mim. Eu sabia que se fugisse, não voltava. Eu via que os meus colegas que iam já não voltavam e quando queriam ver os pais tinham que se encontrar em Espanha. Foi uma decisão muito complicada para mim e por isso optei por ir para a Guiné: “olha, deixa-me ir, há-de ser o que Deus quiser”. E optei por ir para a tropa, essencialmente por causa da minha mãe. Porque se não fosse a minha mãe, aí isso não, a minha decisão teria passado por ir para um país democrático, um país onde houvesse liberdade.

Foi uma decisão particularmente difícil, mas Cláudio, querendo manter o contacto com a mãe, optou por ir para a Guiné. Não teve coragem para se despedir dela porque partia com a noção de que era possível não voltar a vê-la. Recorda o momento da partida de Lisboa como um dos mais tristes e marcantes da sua vida.

Foi daqueles momentos muito, muito complicados. E depois quando o barco se começa a afastar e aquelas pessoas todas no cais, com as crianças ao colo, vestidas de preto, com os lenços brancos a dizer adeus. (...) É um misto de sensações. É tanta tristeza, é um momento tão triste e de tanta revolta. É uma revolta com tristeza porque eu ia e não sabia se voltava. (...) Era um momento muito complicado. Eu acho que é muito difícil descrevê-lo, materializar em palavras o que se sente, o que vai na alma. (...) Muito marcante, muito marcante. E depois, ainda por cima, com o senhor Cardeal Patriarca de Lisboa lá a benzer-nos. Portanto, nós éramos abençoados para ir matar pessoas que nunca nos fizeram mal, que eu não conhecia.

Inicialmente Cláudio, por ser o responsável pela alimentação da companhia em que estava integrado, não tinha funções directas de combate. Contudo, quando chegou à Guiné, dada a situação difícil que lá se vivia, foi forçado, tal como todos os seus colegas, a assumir também essas funções, o que tornou a sua experiência ainda mais difícil.

Cláudio viveu o tempo em que lá esteve com uma grande dose de revolta e com algum conflito interno. Por um lado, estava indignado por se ver forçado a participar numa guerra com a qual

não concordava e a pôr em prática acções muito distantes daquilo que eram as suas ideologias e vivências habituais. Contudo, inserido naquele contexto, e sem hipótese de abandonar aquela situação, tinha de “jogar o jogo” e fazer o que estava ao seu alcance para sobreviver. Cláudio foi colocado numa das zonas mais complicadas da Guiné, numa fase em que a sua companhia não tinha já recursos disponíveis para fazer face aos ataques que sofria, o que agravou ainda mais a sua condição.

E foi mau, foi mau porque estive sempre nos piores sítios, onde a guerra estava mais forte. Estive em diversos sítios, eu e os meus colegas tivemos imensos confrontos militares, ataques e tudo. Tivemos muitos mortos e feridos. Foi mau, foi muito complicado. Eu tive realmente consciência do que era uma guerra. Porque aquilo já não era uma guerrilha, era uma guerra. Posso-lhe dizer que o último ataque que tivemos foram cinco dias seguidos de mísseis. Começava às cinco da manhã e ia até às cinco, seis da tarde. O míssil é um bichinho que mede 1,80m e pesa aí uns 60 kg. (...) Nós tínhamos abrigos, vivíamos debaixo de chão e era isso que nos safava. (...) Esse quartel onde estive por último desapareceu tudo, tudo. (...) Na Guiné, militarmente, a guerra estava perdida. (...) Na última fase eu estive no local pior da Guiné, onde começou a haver realmente os grandes ataques. (...) Na parte final já não éramos reabastecidos de armas, de munições, não tínhamos nada. Os aviões que nos iam defender, já nem levantavam porque eram deitados abaixo pelos mísseis.

A sua preocupação central era a sobrevivência e pensamentos sobre morte ocupavam grande parte dos seus diálogos internos.

Eu olhava para aquilo, sentia que não tinha nada a ver com a Guiné. (...) Sentia-me revoltado porque eu via colegas meus que iam e não voltavam. (...) Eu tive muitos colegas meus que morreram ou ficaram feridos, gravemente feridos. E eu não era indiferente a tudo isso. Eu sabia que ia, estava exposto como eles, como qualquer um que ia pensava. (...) Havia uma grande revolta de todos, uma grande revolta. Mas nós não podíamos sair dali, porque os quartéis estavam todos minados.

Face a este contexto de risco, Cláudio ainda ponderou fugir para um quartel de paraquedistas franceses na Guiné-Conacri e pedir protecção. No entanto, nunca concretizou este desejo.

Não sei porque é que não o fiz, mas equacionei muitas vezes naqueles momentos mais difíceis em que eu via a vida mesmo em jogo e via os meus colegas a morrerem. E pensava: “qualquer dia sou eu”.

Menos de um ano depois da sua chegada à Guiné, cerca de um mês antes do 25 de Abril de 1974, e já quando estava a ser evacuado num veículo para ser transportado para Portugal, devido a problemas de saúde decorrentes da inalação de um gás tóxico, Cláudio sofreu um ataque e ficou ferido.

Nessa coluna de evacuação fomos atacados e eu fui ferido. Tivemos muitos mortos, tivemos feridos. As pessoas que iam comigo na minha viatura morreram, eu fui único que fiquei vivo. Os elementos do PAIGC [*Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde*] vieram buscar armas e rádios, mas eles não me mataram porque pensavam que eu estava morto. Portanto, eu fui o único sobrevivente.

O momento em que se apercebeu do que tinha acabado de acontecer-lhe foi decisivo porque exigiu uma tomada de decisão imediata. Cláudio relata esse instante recordando-se com precisão daquilo que pensou.

Naquele momento pensei duas coisas. Já tenho falado nisto com os meus colegas que passaram pelo mesmo e é interessante porque há um denominador comum nesta situação. Há uma coisa que é evidente, a pessoa vai ver se a parte sexual foi afectada ou não. Isto é uma coisa que é natural. E se está tudo bem, há logo outra questão que se põe: “quero viver ou descravilho uma granada e resolvo já o problema?” Tem que se fazer aquela opção rapidamente: “o que é que eu quero?” Eu fiz a opção de viver. Tomei aquela opção ali sozinho, ferido, a olhar para as minhas pernas completamente desfeitas, a arder. E disse: “eu quero viver”. (...) Tive consciência de como estava e meti dois garrotes nas pernas. Nós usávamos aqueles lenços verdes por causa da poeira e meti um lenço em cada perna. O que foi bom porque estanquei um bocado o sangue. (...) E pronto, nunca mais olhei para trás a partir desse dia. Nunca mais.

Apesar da rapidez com que tomou a decisão de viver e do contexto aterrador em que o fez, Cláudio não se arrepende da sua opção e tem lutado para mantê-la válida.

Foi entretanto socorrido e evacuado para o hospital militar de Bissau, onde permaneceu

durante cerca de dois meses e onde fez os primeiros tratamentos. A 11 de Maio de 1974 foi transportado para Lisboa, percorrendo depois diversos hospitais da cidade.

Cláudio ficou sem uma perna e com a outra com menos sete centímetros e em risco de ser amputada. Nessa altura diagnosticaram-lhe também hepatite B e febre tifoide, doenças contraídas na transfusão de sangue directa que lhe foi feita logo no local do ataque. Porque não encontrava solução para a sua condição de saúde em Portugal optou, cerca de um ano depois de ter regressado a Portugal, por ser transportado para a Alemanha, prática comum para alguns casos mais complicados, pela experiência em tratamento de ferimentos de guerra desse país.

Cláudio foi operado por diversas vezes, fez tratamento para os diferentes problemas de saúde que enfrentava e teve de adaptar-se a uma prótese e reaprender a andar. Em todo este processo teve muitos momentos de desânimo, nos quais punha em causa a sua sobrevivência e sua vontade de viver.

O S.O. [*serviço de observação*] num hospital militar é terrível. Olho para a direita morre um, olho para a esquerda morre outro e penso: “quando é que morro eu?” Aquilo era uma coisa terrível. Depois ao lado tinha uma unidade de queimados que era... para já, o cheiro dos queimados, depois os gritos que eles davam para fazer os pensos. (...) Depois há aquela adaptação, porque a prótese de 1975 não é uma prótese como as de hoje, não tem nada a ver. Aquilo era um bocado de madeira, que a gente punha lá o nosso bocado da perna que tínhamos, que é chamado o coto. Eu quando meti a primeira vez senti aquilo agarrado a mim e eu dizia: “eu nunca vou conseguir andar com isto”. Eu nesse dia chorei porque senti-me tão triste: “eu nunca vou andar”. (...) Eu tive muitos momentos em que me apeteceu voltar para trás. (...) Claro que depois tive muitos momentos de desânimo. Havia momentos, essencialmente quando fui para a Alemanha porque não conhecia ninguém. Era a língua, eram as pessoas, eram outras culturas, era toda uma reabilitação que foi extremamente complicada de fazer. Esta perna estive 13 ou 14 meses cheia de ferros. Quando tirei quase não existia perna. Só recuperar esta perna foi uma coisa terrível. Portanto, havia ali alguns momentos de desânimo.

Este processo de recuperação, embora mais intenso nos primeiros anos, permanece inacabado. Cláudio, com uma incapacidade motora de 93,7%, desloca-se ainda todos os anos à Alemanha, com apoio estatal, para dar continuidade aos tratamentos e fazer o acompanhamento e reajuste da prótese.

Uma deficiência destas como eu tenho, com uma percentagem de incapacidade motora de 93,7% obriga a acertos constantes, ou é na prótese, ou é uma bota. Esta prótese é de alta tecnologia, tem um pé especial, um Joelho especial, a bota também é uma bota especial. Isto é quase como um carro, de vez em quando tem os seus problemas e temos que fazer reparações, substituições, revisões.

Mesmo 20 anos depois do ferimento de guerra, foi-lhe detectada hepatite C, contraída também na transfusão de sangue que fez inicialmente. O seu estado de saúde, nessa altura, era tão grave, que a equipa médica que o acompanhava na Alemanha previu que Cláudio tivesse apenas seis meses de vida.

Eu estava muito mal, o fígado estava muito, muito mal. E eles chamaram-me e disseram que teria mais seis meses de vida. Caiu-me o céu em cima. (...) “Vou morrer, vou morrer”, foi o que eu pensei. As análises eram do pior que tinha, os marcadores hepáticos muito elevados, tudo muito, muito mal. “Eu vou morrer”.

Apesar de uma reacção inicial de desânimo, Cláudio acreditou que poderia, mais uma vez, vencer a doença e recuperar totalmente. Regressou a Portugal e iniciou um tratamento agressivo, que o debilitou ainda mais, durante cerca de um ano, mas que foi eficaz e garantiu a sua sobrevivência.

Faço o primeiro tratamento. É um tratamento horrível, é tipo quimioterapia. Caiu-me o cabelo, fiquei sem sabor, via mal, perdi tudo. De manhã queria levantar-me e não conseguia. Eram três injeções por semana, foi uma coisa... durante um ano, foi um tratamento horrível. Eu pensava que não morria da doença, mas morria da cura. Mas fiz, fui para a frente. Vomitava todos os dias. Nem sei como é que me aguentei.

Em todo este processo há uma forte componente agencial caracterizada por uma atitude de determinação, luta e resiliência. Cláudio superou inúmeras situações graves de saúde, que

implicaram a reorganização e readaptação total da sua vida. Esta recuperação passou por ultrapassar problemas físicos, mas também psicológicos. Cláudio reconhece, aliás, a importância que a sua atitude mental e postura resiliente assumiram na sua recuperação.

Acho que uma pessoa aos 20 anos dificilmente morre, tem muita força. (...) Pronto, consegui sobreviver, sou um dos sobreviventes, ainda cá estou. Nunca pensei viver tantos anos. (...) Tive aquela perna, já não tenho. É assim que eu vou lutar e tomei essa postura. Depois, na altura, também não havia ajudas nenhuma, não havia psicólogos, não havia nada. Nós é que tínhamos de fazer a nossa recuperação. E eu tentei fazer o melhor possível. Não quer dizer que não tenha os meus traumas. Mas acho que a maior parte das coisas que tinha de resolver, resolvi. Porque os médicos e enfermeiros fazem muito, mas o principal somos nós a fazer. E a partir do momento em que fiz essa opção, nunca mais chorei a perna que eu tive. Tive, não tenho. É assim que sou, é assim que as pessoas vão ter que me aceitar, é assim que eu tenho que aprender a viver, é assim que eu tenho que ir para a frente na vida e tenho que tocar a vida assim.

Cláudio não se conformou às limitações objectivas que poderiam resultar do seu estado de saúde. E o facto de ter conseguido sobreviver e ultrapassar os inúmeros problemas que enfrentou fazem-no sentir que tem poder individual para alterar, até certo ponto, as suas circunstâncias. Não podendo mudar os contextos de saúde com que se viu confrontado, pôde, pelo menos, assumir uma postura que facilitasse a recuperação. Não quer isto dizer que tenha sido fácil ou imediato adoptar este tipo de atitude, até porque a mesma resultou de um longo processo de auto-motivação e auto-disciplina.

Mas dizia: “não, Cláudio, a tua postura não pode ser essa, tens que ir para a frente”. E pronto, limpava as lágrimas e vá para a frente. E foi assim sempre que eu fiz. Até hoje é assim que eu tenho feito. (..) Eu sempre acreditei que ia recuperar. Eu às vezes não conseguia comer, mas tinha que comer. Comia, custava-me, depois ficava enjoado, depois vomitava. Mas eu tinha de ir para a frente, tem que ser. (...) Nós não podemos estar a perder muito tempo a chorar, temos que utilizar as nossas energias, as que temos, em coisas que sejam positivas, coisas boas e coisas que nos dignifiquem e que nos façam ser felizes. A felicidade é isso, ela não cai do céu, temos de ser nós a trabalhar para ela. (...) Lutei e estou

aqui hoje. Portanto, passaram estes anos todos e sou um caso de sucesso. Porque não me acomodei, acreditei, lutei e fui para a frente.

Para além das marcas físicas e dos tratamentos que continua a fazer, Cláudio tem também de lidar com efeitos psicológicos das situações difíceis que viveu, sobretudo em combate. No quotidiano convive bem com as memórias, contudo, estas tendem a incomodá-lo particularmente em momentos de maior vulnerabilidade.

As memórias não se apagam. E acho que sim, tenho algum stress. Não posso dizer que seja uma pessoa muito afectada por esse stress, mas tenho. (...) Isto marca e são situações que nos acompanham ao longo da vida. Claro, depois eu tenho as minhas formas de tentar ultrapassar isso. Mas, principalmente nos momentos em que estamos mais fragilizados, elas às vezes vêm ao de cima.

Como estratégia de auto-preservação, Cláudio evita, por exemplo, ver filmes, documentários ou imagens de guerra. Este tipo de estímulos visuais remetem-no de forma muito directa para experiências difíceis. Contudo, não o incomoda falar com outras pessoas sobre aquilo que passou e entende, inclusive, este exercício reflexivo como modo de clarificação e ponderação daquilo que sente e pensa sobre a sua experiência. Foi também em diálogo externo, em complemento com conversa internas, que Cláudio construiu a sua postura resiliente.

Mas, por exemplo, não tenho problema em falar disso, falo facilmente, não me afecta. Porque faz parte de mim, é a minha história, não fujo dela. E acho que falando dela também resolvo muitas situações. Não posso estar a tentar fechá-la numa caixinha onde não se tem acesso, acho que é impossível, são vivências que nos marcam. Há momentos na vida que não é possível esquecer.

A sua experiência de guerra e todos os problemas de saúde que enfrentou não são assuntos recorrentes nas interacções com família e amigos, mas quando surgem estas temáticas na conversa não foge ou muda de tema. Cláudio sente, aliás, que, tendo feito parte, de forma muito directa, de um período histórico importante do país, tem o dever cívico de partilhar a sua experiência. É nesse sentido que já deu algumas entrevistas a meios de comunicação social.

Apesar das dificuldades por que passou e das limitações impostas à sua vida, Cláudio não abdicou da elaboração de projectos e conseguiu concretizá-los, independentemente do seu estado de saúde física ou mental. É isso que explica, em parte, a atitude positiva com que olha e fala acerca do passado, sem lamentações ou ressentimentos. Terminou o curso comercial e fez um curso médio em contabilidade no Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, encontrou um trabalho estável ajustado às suas qualificações, onde esteve até à idade da reforma, casou, teve duas filhas e recuperou a sua mobilidade.

Tenho melhorado e hoje ando bem, não preciso de utilizar nada. Subo escadas, desço escadas, subo rampas, desço rampas, conduzo, faço a minha vida diária. Não corro, evidentemente, mas faço a minha vida, o fundamental eu faço. (...) Hoje faço isso tudo com as tecnologias, com as próteses computadorizadas e com o calçado ortopédico altamente sofisticado que eu tenho. Uma pessoa olha para isto parece uma bota normal, não imagina o que está aqui por dentro. Permitiu-me inclusivamente arranjar emprego, estar 35 anos numa empresa. Eu nunca faltei por causa da minha deficiência e reformei-me no topo, no máximo que eu podia ir. Sabia que tinha limitações, com certeza, porque tenho a deficiência que tenho. Mas tentei que nunca fosse impeditivo para que eu fizesse tão bem como os outros, que tivesse implicações profissionais na minha vida. E nunca teve. Casei, tive filhos, tenho netos, tive um emprego. Até acho que tive um percurso absolutamente normal como qualquer pessoa. E sempre lutei por isso, porque se me tivesse encostado a um canto a chorar não tinha feito esse percurso.

Apesar de grande parte dos seus tratamentos ter vindo a ser financiada pelo Estado, Cláudio também nunca enfrentou problemas financeiros, o que permitiu sustentar a redefinição dos parâmetros da sua vida e a concretização de projectos pessoais e familiares. Actualmente reside numa urbanização de classe média-alta em Cascais e tem uma casa de férias em Porto Covo.

A sua postura deve ainda ser compreendida por referência às suas redes de apoio. Assim que foi evacuado para Lisboa passou a estar acompanhado pelas visitas da mãe, da ex-namorada, de amigos e, mais tarde, da sua mulher. Cláudio estava particularmente preocupado com a

mãe, a quem foi, erroneamente, dada a notícia que o filho tinha morrido. Recuperada desse choque inicial, a mãe teve depois de lidar com “o filho numa cama, sem as pernas e com uma hepatite B, magro, quase um cadáver”.

Quando partiu para a Guiné, Cláudio tinha um relacionamento amoroso, de seis anos, que optou por terminar depois de regressar a Lisboa: “Eu acho que era uma pessoa quando fui para a Guiné e quando voltei não era mais a mesma pessoa”. Nessa altura conheceu aquela que se viria a tornar a sua mulher, que o ia visitar regularmente com uma amiga. Desenvolveram uma relação a partir daí, casaram-se em 1977 e um ano depois tiveram duas filhas gémeas. Ela é licenciada em biologia, fez o mestrado em ciências da educação e trabalha como professora. Cláudio considera a mulher a pessoa mais importante da sua vida. Apaixonou-se por ele quando Cláudio estava ainda muito debilitado, aceitou os seus problemas, apoiou-o em todo o processo de recuperação e tem resistido às diferentes fases e ânimos do seu trajecto, mesmo com sacrifício pessoal.

Muito importante, a mais importante, tem sido a pessoa mais importante da minha vida. (...) Essencialmente a minha mulher, que deu-me um grande, grande apoio. Esteve sempre do meu lado. Coitada, teve momentos muito difíceis, ela própria foi para um psiquiatra nessa altura, portanto, está a ver como é que foi. Foi para o psiquiatra para me puder aturar. (...) Acho que é uma grande mulher, mas é mesmo uma grande mulher. Acho que tive muita sorte. Eu tive mais sorte que ela porque é uma pessoa fantástica, muito bem formada, uma pessoa com uma paciência do tamanho do mundo. Porque lidar com uma pessoa que esteve numa guerra, que foi ferido, que tem traumas, não é fácil. Eu reconheço perfeitamente que não é fácil. (...) Foi um casamento por amor e ao fim de 36 anos acho que estamos juntos porque nos amamos, é única razão.

Apesar do reconhecimento que Cláudio dirige à mulher, identifica também problemas no relacionamento que já o levaram a repensar a continuidade do casamento. A divergência a que se refere com maior frequência ao longo da entrevista diz respeito ao modo como ambos encaram a convivência com amigos. Cláudio assume as suas sociabilidades como dimensão central da sua vida. A sua mulher, por outro lado, é mais introvertida e

não compreende a necessidade que Cláudio sente em estar com outras pessoas.

A minha mulher não é uma pessoa que goste muito de conviver com pessoas. (...) É uma pessoa com muito interesse, completamente diferente de mim, muito reservada, muito introvertida. Eu sou ao contrário, sou extrovertido, gosto muito de ter amigos. Ela é ao contrário, vive muito mais para a família, para ela. (...) Portanto, há um choque aqui muito grande. (...) É uma situação que nós nunca conseguimos resolver e que cria dificuldades de relação e de habitabilidade. Mas é assim, não se pode ter tudo. Ela tem esse defeito, eu tenho outros e é nessa base que as pessoas têm que avançar na vida.

Outra discordância do casal diz respeito à prossecução de estudos por parte de Cláudio, que, desde que regressou a Portugal, gostaria de fazer a licenciatura em direito. Contudo, não podendo concretizar este desejo numa fase inicial do casamento, em que tinha duas filhas pequenas e tinha começado a trabalhar, vê-se também agora inibido para fazê-lo porque não encontra compreensão e apoio por parte da mulher.

Eu sempre, desde muito novo, gostaria de ter tirado direito. (...) Depois ainda tentei, quando fui ferido e vim para Lisboa, ainda me inscrevi, mas a minha mulher achava que não, nunca me apoiou. Nem apoia, nunca me deu qualquer tipo de apoio. (...) E isso condiciona, não é? Quando as condições que a pessoa vive... não vive só e se não há apoio, se não há compreensão, é um bocado difícil. (...) Ou realmente rompo com a família ou então é complicado.

Cláudio sente ainda que não deu o apoio que deveria ter prestado à mãe, que sofria de cancro, na sua fase final de vida. Apesar de assumir responsabilidade pessoal, e para além de reconhecer dificuldades de conciliação das esferas familiar e laboral, considera que as objecções colocadas pela mulher assumiram também algum papel explicativo.

Acho que nesse período não dei a assistência à minha mãe que deveria ter dado. Essa é uma mágoa que ainda hoje tenho. Acho que não me portei como devia ter portado perante a minha mãe. Acho que ela necessitava mais de mim e eu estive bastante ausente por causa das filhas, do casamento, do trabalho. Ela estava em Aveiro, eu estava aqui, mas penso que deveria ter estado mais presente. Era um dever que eu tinha. (...) Mas ou tinha problemas com a

minha mulher ou tinha outra atitude. Porque a minha mulher é uma pessoa muito, muito possessiva e pensa um bocado nela, muito. É um bocadinho egoísta e não entendeu que a minha mãe, no último período de vida, tinha necessidade do filho, que era só eu. Mesmo para levar lá as minhas filhas antes de a minha mãe morrer tive problemas, porque ela achava que eu não devia levar lá as minhas netas, que eram pequeninas. Portanto, é uma área um pouco complicada. São mágoas que se mantêm, acho que todos nós temos.

Estas divergências terão estado na origem do estado depressivo que Cláudio atravessou durante cerca de um ano, em 2007. Nesse período recorreu a consultas de psiquiatria. Apesar de não facultar muita informação acerca das razões que o levaram a fazer terapia, revelou que precisava de decidir se fazia sentido continuar na relação conjugal. O tratamento ajudou-o a ultrapassar esta fase e apoiou-o na sua decisão de permanecer no casamento, embora ainda hoje as divergências conjugais o levem a questionar-se sobre a sua opção.

Foi bom porque ajudou-me com medicamentos e ajudou-me também conversando, fazendo-me ver determinadas coisas que eu estava se calhar a ver mal. E ajudando a tomar decisões. (...) Ele apoiou-me imenso e tomei mesmo uma decisão. Se foi a melhor ou a pior ainda hoje não sei, mas tomei. Acho que vale mais uma má decisão do que não haver nenhuma decisão. (...) Superei, nunca superei totalmente, mas superei. Em 100%, superei aí 95%, ficaram os 5% por superar.

No que diz respeito à insatisfação com a vida familiar, Cláudio revela ainda estar desagradado com certos aspectos da educação das filhas. Hoje com 33 anos, estão ambas divorciadas e cada uma tem um filho, de quatro e cinco anos. Uma é licenciada e pós-graduada em marketing e tem um MBA em gestão empresarial, trabalhando como gestora numa instituição bancária. A outra tem a licenciatura em gestão de empresas e é também gestora, mas numa empresa de transportes marítimos. Quando tinham 16 anos foram ambas estudar para os Estados Unidos da América. Uma delas esteve também na Austrália, onde teve, aliás, a filha. Cláudio considera que o afastamento precoce da família e contacto com outras culturas e valores contribuíram para que desenvolvessem traços de personalidade com os quais não se

identifica e que não vão ao encontro da educação que lhes procurou transmitir. Refere-se, em particular, ao facto de não terem capacidade de luta e resiliência, de tomarem por garantido o apoio dos pais e de os procurarem sobretudo quando precisam de ajuda.

Apesar de valorizar bastante a experiência de ser pai, mas também de avô, e de assumi-la como dimensão central da sua vida, Cláudio considera que se pudesse voltar atrás não teria filhos. Esta reflexão ancora sobretudo no facto de ter abdicado, tal como a mulher, de projectos pessoais (como prosseguir os estudos ou viajar) para poder garantir o sustento das filhas e apoiar os seus planos.

Não quer dizer que não esteja contente. Elas são ótimas, então os netos são fabulosos. Mas olhando para trás, houve muita coisa que eu deixei de fazer e que eu gostaria de ter feito por causa das filhas. (...) Mas hoje eu tenho muitas dúvidas e até já falei sobre isso com a minha mulher e até estamos sintonizados. Eu sei que é pensar de uma forma egoísta, é levar o egoísmo ao máximo, mas eu hoje com 60 anos que tenho (e ela fez agora 56), nós chegámos a essa conclusão.

Ponderou também emigrar para a Alemanha, em particular para Hamburgo, não só por ser o local para onde se desloca para fazer os tratamentos, mas também pela identificação que sente com a cidade e com a sua cultura: “A minha cidade do coração é Hamburgo, é a cidade que me pôs a andar, que me devolveu a minha autonomia e até muita dignidade pessoal”. Mas com duas filhas pequenas, da mesma idade, e também por motivos profissionais (seus e da sua mulher), não lhe pareceu viável concretizar este desejo.

Optou então por permanecer no mesmo contexto residencial e profissional. Cláudio trabalhou numa instituição bancária durante 33 anos. Ingressou em 1977 e reformou-se no final de 2010, tendo desempenhado sobretudo funções ligadas à análise e concessão de crédito. Reformou-se contra a sua vontade, por pressões no contexto profissional, o que ainda hoje lamenta por sentir que deveria ter trabalhado até mais tarde.

Gostei muito do meu trabalho, daquilo que fiz. (...) Começou a haver uma pressão para que eu me reformasse. Eu não queria, mas havia uma pressão interna. (...) Sentia-me com capacidade para continuar. (...) Eu acho que seria muito útil lá a trabalhar. Mas não, estou aqui, estão a pagar-me uma reforma. Pronto,

faço outras coisas, mas eu devia estar a produzir para o meu país, para aumentar a riqueza do meu país. (...) Sinto falta. O ficar sem fazer absolutamente nada para mim é muito doloroso, dói muito.

A reforma implicou uma readaptação da sua vida, particularmente na organização quotidiana do tempo e na definição de actividades e tarefas diárias. Cláudio projectava inclusive criar uma empresa na área em que trabalhou toda a vida. Contudo, esta readaptação e as suas projecções ficaram comprometidas pelo facto de, um mês depois de se reformar, ter sofrido um acidente vascular cerebral (AVC). Após um período de cerca de quatro meses de recuperação, retomou a sua vida, embora com maior vigilância médica. Esta situação foi encarada com a mesma postura com que Cláudio enfrentou as vicissitudes que marcaram o seu percurso de vida: não se conformou, concentrou-se na recuperação, manteve uma atitude optimista e fez o que estava ao seu alcance para superar o problema.

Lidei mal porque, de repente, a pessoa fica incapacitada e dependente de outras pessoas. É difícil, eu que não gosto muito de estar dependente de ninguém. Nunca gostei, mesmo com a minha deficiência procurei nunca estar muito dependente e foi difícil. Agora, felizmente, está já ultrapassado, está resolvido. (...) Tem que se olhar de uma forma positiva e tentar resolver o melhor possível e da melhor maneira. Eu olho normalmente assim. Não quer dizer que não me tenha assustado, que não me tenha preocupado. Mas não ficar parado, não olhar para isso de uma forma passiva, mas tentar resolver da melhor maneira. Ir aos médicos, acreditar neles, fazer o que eles mandam e avançar, ir para a frente.

Desde então, tem vindo a ocupar o seu tempo com actividades de lazer ou no apoio a familiares. Vai frequentemente buscar os netos à escola, passando depois algum tempo com eles. Gosta de cinema, em especial de Woody Allen, ouve música, de diferentes géneros, joga sudoku, usa frequentemente a sua página de Facebook para comunicar com amigos e aprecia a leitura de livros científicos, romances e poesia. Faz parte da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, onde participa em actividades, escrevendo também por vezes para o seu jornal. Gostaria de fazer voluntariado e de aperfeiçoar o alemão e o inglês,

mas as suas constantes deslocações à Alemanha tornam difícil concretizar estes projectos.

Uma das actividades que lhe dá mais prazer é o convívio com os amigos, com quem gostaria de se encontrar mais frequentemente. São amizades de longa data, criadas na tropa, em contexto profissional ou na associação de que faz parte. Para além de se divertir e passar momentos de boa disposição, Cláudio gosta também de partilhar as suas preocupações e procurar apoio e aconselhamento. Lamenta até que o faça mais com os amigos, do que com a sua família.

Eu sou um ser social e sem amigos não vivo, é impossível para mim. Embora eu precise muito do meu espaço, de estar sozinho. Gosto imenso, talvez porque fui filho único e, de vez em quando, preciso mesmo do meu espaço. Mas também é fundamental partilhar a vida com os amigos, é muito importante. (...) Tenho amigos, com quem almoço, com quem estou, com quem partilho a vida. Mas são eles mais a procurar-me do que eu. Eu preciso mesmo de amigos, mas não tenho perdido assim muito tempo com os amigos. Porque estou outra vez para ir à Alemanha, trocar próteses, fazer botas. Tenho perdido bastante tempo com isso. (...) Eu gosto muito de partilhar e acho que é fundamental. É mais com os amigos. Não gostaria que fosse e acho que é um processo errado, mas infelizmente é assim.

Relativamente ainda aos seus lazeres e sociabilidades, Cláudio faz questão de destacar que nunca esteve envolvido politicamente, apesar da sua experiência e do contexto familiar de origem. No fundo, foi uma estratégia de defesa pessoal, pelo impacto que a participação política teve na sua família, mas também porque a mãe o incentivou a manter-se afastado desses contextos.

Nunca tive e fui muito assediado. Fizeram-me quase uma guerra para eu fazer parte de um partido político. Eu talvez pelo que aconteceu ao meu pai e por um pedido da minha mãe, nunca o fiz. Mantive-me sempre à parte dos partidos, sempre. (...) Depois quando eu fui para a tropa, aí a minha mãe teve uma conversa comigo e uma das coisas que ela me pediu foi para não me envolver em política. Ela pedia-me imenso, só me tinha a mim e não me queria perder. Éramos só eu e ela.

Aquilo que fica claro na descrição do percurso de vida de Cláudio é que o modo reflexivo resiliente, que foi desenvolvido como resposta a um acontecimento traumático (que

originou, ele próprio, outros momentos difíceis), tornou-se no seu perfil padrão de reflexividade, transposto e aplicável nas diferentes esferas de vida e relativamente a todo o tipo de questões e problemas. Face a complicações de saúde, a problemas conjugais, a projectos comprometidos ou a expectativas frustradas relativamente às filhas, Cláudio não se vitimiza, nem culpabiliza. Não aceita as situações com passividade, acreditando sempre que pode agir sobre elas, adopta uma postura optimista e faz o que estiver ao seu alcance para resolver e ultrapassar dificuldades e obstáculos, mesmo que o caminho seja penoso e moroso. É, neste sentido, uma pessoa com muita confiança em si e nas suas capacidades e particularmente orgulhoso daquilo que alcançou: “Estou bem comigo, mas mesmo muito bem”. A este nível, assume a mãe como modelo.

Eu acho que tenho muitas parecenças com a minha mãe, muitas. Mesmo a minha forma de estar, de ser, o ser às vezes um bocadinho emotivo, o ser bastante de ir para a frente, lutar. Nunca aceitei muito as coisas e sempre achei que elas não caem do céu. É preciso a gente trabalhar, termos projectos e lutar por eles, ir para a frente. Temos de ter atitude. E a minha mãe era assim. A minha mãe, por exemplo, quando o meu pai morreu, teve aquela fase que se foi muito abaixo e tal, mas disse: “não, agora tenho um filho, temos que ir, temos que vencer e vamos avançar, vamos olhar para a frente, não olhamos mais para trás”. E foi assim que ela fez, foi assim que venceu e que fez muita coisa na vida. (...) Eu acho que sou a pessoa que lutei para ser. Quer dizer, as coisas não me caíram do céu, nunca tive essa sorte. Eu sempre tive que lutar para ter as coisas, sempre. Aliás, a corrente foi sempre contra mim, em tudo. Agora, eu sempre tentei ser positivo e acreditar que amanhã vai ser melhor. Sempre acreditei nisso.

Define-se como uma pessoa ponderada, sobretudo no que diz respeito ao processo de tomada de decisão respeitante a assuntos com maiores implicações na sua vida e na dos outros.

Depende da dimensão do problema e do valor que lhe dou, mas se for um problema que para mim seja importante, claro que pondero muito bem antes de tomar uma atitude ou assim, pondero muito bem.

Esta ponderação dá-lhe segurança da decisão tomada porque foi devidamente pensada e preparada. É, em grande medida, por isso que

tende a não se arrependar das opções que tomou no passado: “Eu quando tomo uma decisão, está decidido e pronto, está resolvido. Às vezes demoro alguns dias a tomá-la, mas pensei muito sobre ela”. Nas suas próprias palavras “a vida não tem se’s, os se’s não existem na vida”. Cláudio foca a sua atenção no que efectivamente aconteceu e não no que poderia ter acontecido caso a sua escolha fosse diferente.

Não lamento nada daquilo que fiz. Podem não ter sido bem feitas e não foram. Muitas das coisas que eu fiz não foram bem-feitas, mas não estou arrependido de as ter feito. Fi-las, aprendi muito. A vida é assim, é uma escola, vamos aprendendo com as asneiras e com as coisas boas que fazemos.

Isso não invalida, por outro lado, qualquer tipo de reflexão de análise do passado. Cláudio identifica algumas escolhas que fez que gostaria que tivessem sido diferentes, como já se viu anteriormente. Contudo, não lamenta tê-las tomado porque considera que o fez com base na informação e recursos que tinha à sua disposição. Vive bem com as suas opções, mesmo que a avaliação que faz das mesmas não seja muito positiva no que diz respeito às suas implicações.

Cláudio procura equilibrar a necessidade que reconhece em não ser precipitado e preparar devidamente a acção, com a importância que também atribui à espontaneidade. Neste âmbito, tudo depende do tipo de decisões e dos seus contextos de concretização.

Há algumas em que não pode ser. Tenho mesmo que planificar e saber o que quero, mas na vida, nas coisas do lazer e assim, eu gosto de fazer isso, gosto de saborear e deixar-me levar. (...) Eu considero que um bocadinho de loucura é saudável. (...) Como já estive diversas vezes perto da morte, acho que dou um valor à vida... É o valor que ela tem, é a coisa mais fantástica que nós temos. É preciso também saber desfrutar. (...) Acho que complicamos tanto, tanto a vida. (...) A vida é ótima e para isso tem que haver um bocadinho de loucura, fechar os olhos e dizer: “aí vou eu”.

O mesmo se verifica relativamente ao tempo da tomada de decisão. Cláudio refere-se a opções seguidas após forte ponderação, mas identifica outro tipo de enquadramento, onde as escolhas têm de ser feitas de forma rápida, sem

tempo para pensar, como foi o caso da situação de combate por que passou.

É pensado, mas não é muito pensado. Eu não tenho muita dificuldade em decidir. Não quer dizer que decida sempre bem, mas acho que sou uma pessoa de decisões. Fui sempre. Mesmo a nível profissional fui sempre. A decisão é algo muito difícil, mas é algo muito importante na vida, tem que se tomar. Eu aprendi um pouco disso quando estive no Ultramar, na guerra, na tropa, porque quando se está, por exemplo, debaixo de fogo, a decisão tem que ser no milésimo de segundo, não é? Porque está a vida em perigo. Portanto, aí habituei-me, como passei por muitos momentos muito complicados durante muitas vezes, tive que tomar decisões muito rápidas e tive que aprender.

Quanto ao futuro, na sua actual fase de vida, Cláudio não gosta de antecipar cenários, nem de elaborar projectos. No passado tinha objectivos de vida ligados à carreira profissional e à constituição de família, bem como à sua recuperação, que foi conseguindo concretizar. Mas a sua experiência de vida tem-lhe mostrado como tudo pode mudar repentinamente e comprometer projectos pessoais e familiares. Nesse sentido, e tendo também em conta a situação de crise que o país atravessa, assume uma postura mais contida e precavida.

É quase o dia-a-dia, não tenho assim projectos. As coisas vão acontecendo porque neste país não se pode ter projectos neste momento. (...) Ainda estou um bocadinho à procura do que é que eu quero fazer. Acho que ando aqui ainda um pouco perdido porque esta situação do AVC alterou-me a vida. (...) Estou a tentar encontrar-me. É um bocadinho difícil, porque era uma pessoa muito, muito activa, com uma vida muito preenchida e de repente, parei. (...) Estou quase como todo o país, na expectativa. Como é que vai ser? No que é que vai dar? Estou um bocado nessa expectativa porque tenho despesas fixas bastante elevadas, tenho duas filhas, tenho dois netos e tenho que apoiar. E entretanto, eu tinha tudo mais ou menos delineado e, é como aquela velha frase: “pensava que já tinha todas as respostas e vem a vida e altera as perguntas”.

Apesar da sua postura optimista, revelou alguma preocupação quanto ao futuro, tanto em termos estruturais do país, como individualmente. Tendo em conta que o problema de saúde que teve recentemente ocorreu há apenas alguns meses

antes da realização da entrevista, Cláudio está ainda a lidar com isso, a adaptar-se à situação de reforma e a reajustar os seus projectos pessoais: “Acho que estou a atravessar uma fase um pouco difícil. Ando à procura de mim próprio. Não me sinto bem nesta fase em que estou.”. Mais uma vez, a relação conjugal parece ter aqui algum efeito no sentido de conter as suas expectativas quanto a actividades que gostaria de vir a desenvolver.

Estas preocupações são objecto de reflexão interna, mas também externa. Cláudio exerce a sua reflexividade através de diálogos que mantém consigo mesmo, valorizando bastante a sua vida interior, pelo papel que desempenhou no seu processo de recuperação. Mas fã-lo ainda em interacção com as pessoas que lhe são mais próximas: “Gosto de falar com os outros e de saber a opinião das outras pessoas porque a minha já está muito feita, é minha”. A escrita é também encarada como instrumento de clarificação, ponderação e desabafo. Cláudio escreveu diários na adolescência e durante a sua estadia na Guiné, bem como cartas onde relatava aquilo que ia acontecendo e o que sentia. Desde então tem dado continuidade a práticas de escrita auto-biográfica, mas também literária. É um exercício catártico, de exteriorização dos seus diálogos internos, de emoções e pensamentos, que fomenta uma sensação de alívio e de esclarecimento. Por ser uma prática individual e íntima, Cláudio restringe-a a momentos de solidão e tende a guardar os seus textos para si mesmo.

Ultimamente não o tenho feito, talvez pela minha preguiça, mas eu gosto muito de escrever. Escrevia coisas minhas, até diários meus e assim. (...) Mas não me sinto bem por não fazer isso porque sinto-me muito melhor quando o faço. (...) Sempre escrevi. Desde muito novo. Simplesmente tive um azar: os meus diários, quando eu fui ferido, arderam todos. Como todas as minhas coisas arderam. Perdi fotografias, diários, cartas, aerogramas, perdi quase tudo nessa fase. Depois no hospital militar escrevia, mas não muito, porque também não havia condições, era muito difícil. Depois em casa, é um bocado complicado. Eu quando estou sozinho escrevo para mim, mas é complicado porque nunca tenho um espaço meu. Agora começo a ter porque estou reformado, mas quando eu trabalhava não tinha. Trabalhava, vinha, tinha as crianças, é os netos, é a minha mulher, é os amigos e também não há assim muito, muito espaço. Mas tinha muito o hábito de escrever, muito,

escrevia imenso, era uma coisa que eu gostava imenso de fazer. (...) Sentia-me bem, gostava muito. Punha ali tudo, despejava. Acho que era uma forma de me livrar de algumas coisas que me atormentavam. (...) Sobre os meus sentimentos, sobre a minha vida, sobre aquilo que sentia, sobre tudo.

Quanto a outro tipo de práticas de escrita, de cariz organizativo, Cláudio recorria a anotações em agendas para se lembrar e listar tarefas e compromissos laborais. Actualmente, recorre a anotações pontuais na agenda electrónica do telemóvel.⁹⁰

⁹⁰ Ver Anexo F para o outro retrato sociológico do perfil de reflexividade resiliente.

8.6. Relação entre perfis

A análise individualizada de cada perfil de reflexividade permitiu evidenciar a singularidade que caracteriza cada um deles. Ao longo da discussão surgiram, contudo, pontos de contacto entre modos reflexivos ou elementos de contraste acentuado, que importa agora explorar.

O exercício de integração de cada uma das vinte pessoas entrevistadas em apenas um perfil resultou da identificação do modo que melhor define a visão que cada sujeito tem de si mesmo no mundo, no momento em que a entrevista foi realizada. Não significa afirmar que as categorias são mutuamente exclusivas e que os indivíduos não podem exercer mais do que um estilo reflexivo. Embora haja claramente um perfil dominante para cada pessoa aqui em análise, é possível reconhecer formas de reflexividade que se aproximam das restantes categorias. Não se verifica uma sobreposição tão acentuada, como a que foi identificada no trabalho de Archer (2003b, 2007a, 2012), mas isso resulta, acima de tudo, de formas diferentes de construção da tipologia. A diferenciação entre tipos é aqui definida tendo também por base as múltiplas aproximações e distanciamentos entre categorias. A identificação de um perfil dominante não resulta, portanto, da quantificação dos traços reflexivos manifestados por cada pessoa e respectiva associação aos modos de reflexividade definidos.

Não se pretende também declarar que os sujeitos assumem a mesma forma de pensar sobre si mesmos, tendo por referência as suas circunstâncias, ao longo de todo o percurso biográfico. Como se verá na prossecução da análise nos capítulos seguintes, a reflexividade, resultando da combinação diferenciada de factores sociais, espelha (mas também contribui para construir) as estruturas, os contextos e as fases que cada pessoa vai atravessando. Foi feito um recorte na realidade que se pretendia estudar e é com base no espaço-tempo em que foram realizadas as entrevistas que a integração dos entrevistados na tipologia se enquadra. Pela informação diacrónica disponibilizada pelos sujeitos, é possível identificar momentos nas suas vidas em que as suas competências reflexivas se orientavam noutro sentido e foram, entretanto, evoluindo numa direcção distinta. Contudo, a descrição que fazem a este respeito é filtrada pelos seus esquemas mentais no momento da entrevista, pelo que não é possível aceder de forma mais directa a modos de pensar sobre si exercidos predominantemente no passado. Uma análise longitudinal, cujo âmbito não cabe nos objectivos desta pesquisa, permitiria compreender essa evolução.

As proximidades e distâncias entre os perfis de reflexividade identificados nesta investigação são representadas graficamente na figura 8.1.

As diferenças acentuadas entre os perfis auto-referencial e pragmático levam a que os mesmos possam ser encarados como dois extremos de um continuum, em relação aos quais se posicionam, de forma intermédia, os restantes tipos reflexivos. É nesse sentido que os contrastes entre ambos são também aqueles que melhor permitem identificar os mecanismos sociais básicos de formação, exercício e eficácia causal da reflexividade individual. Ao longo dos próximos três

capítulos fica bem clara a importância de contrastar o modo auto-referencial com o pragmático na problematização e ilustração da análise. Os tipos reflexivos funcional, resistente e resiliente representam, grande parte das vezes, articulações variadas dos factores-chave que caracterizam os outros dois perfis.

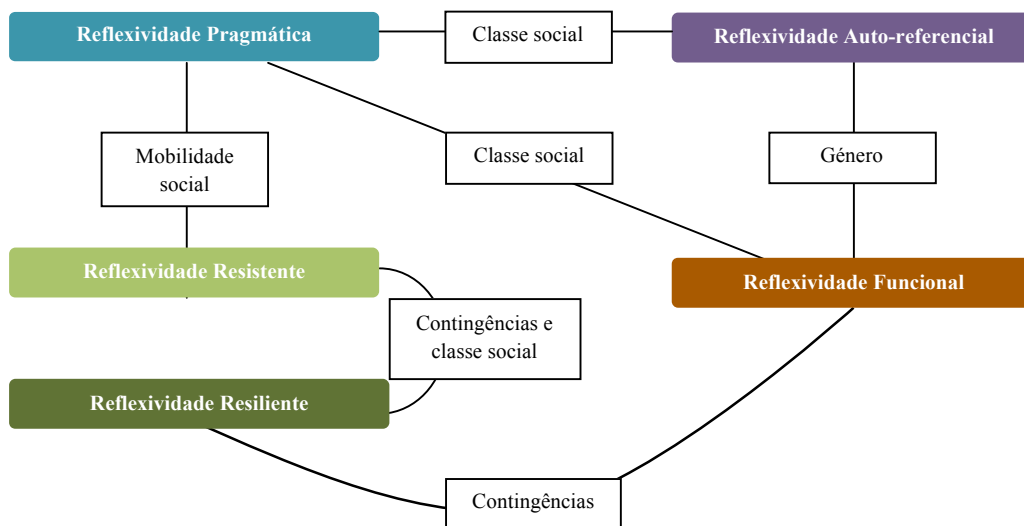


Figura 8.1. Distâncias entre perfis de reflexividade

Os entrevistados com um modo de reflexividade auto-referencial têm as competências reflexivas particularmente desenvolvidas, por se terem movido sempre por contextos de estímulo. Provêm de famílias com acesso privilegiado a recursos económicos, mas sobretudo culturais, protagonizaram um percurso prolongado pelo sistema de ensino, estão integrados em redes de sociabilidade com quem partilham interesses culturais e exercem actividades profissionais qualificadas que exigem capacidades específicas de organização e planificação. Pelo contrário, as competências reflexivas dos sujeitos com um perfil pragmático foram desenvolvidas em contextos de carência, a diferentes níveis. As dificuldades económicas aliam-se a um contacto débil, ou mesmo inexistente, com a escola que não fomentou o desenvolvimento de uma relação distanciada consigo mesmos. As inserções de classe são, no fundo, o factor determinante na distinção entre estes dois perfis e que explicam que os auto-referenciais exerçam a sua reflexividade com intensidade similar em todos os contextos de vida e os pragmáticos orientem a sua reflexividade sobretudo para questões de ordem prática, circunscritas à organização doméstica e às tarefas laborais.

As inserções sociais são também aquilo que distancia mais marcadamente o modo de reflexividade pragmático do funcional. Este último apresenta, aliás, alguns pontos de contacto com o perfil auto-referencial, o que contribui para que a distância face ao estilo pragmático seja similar para

ambos. A reflexividade funcional representa, no fundo, uma outra face de um perfil reflexivo exercido em todos os contextos de vida, face às mais diversas situações e circunstâncias. O modo auto-referencial é disso uma expressão mais feminizada e o funcional uma manifestação mais masculinizada. O género é, de facto, o elemento central que explica grande parte das diferenças entre estes dois perfis. A reflexividade é, para ambos, mobilizada como instrumento fulcral de preparação da acção, mas assume para os funcionais uma dimensão mais estratégica, na concretização de projectos individuais. Neste caso, apoia sobretudo o processo de tomada de decisão e não é exercida para reflectirem, de forma mais ampla, em tudo aquilo que os rodeia e sobre questões existenciais.

Neste sentido, o exercício da reflexividade no perfil funcional tem uma abrangência mais limitada. Mas não ao nível daquilo que caracteriza o modo reflexivo pragmático, que se cinge principalmente à ordem do prático. Mesmo que os entrevistados com um estilo de reflexividade funcional não tenham origens e inserções sociais tão favorecidas como os que têm um perfil auto-referencial, a diferença face ao modo pragmático define-se sobretudo pela discrepância no acesso a recursos económicos e escolares. Contrariamente ao que se verifica para os pragmáticos, os sujeitos com um perfil funcional moveram-se por contextos de estímulo das suas competências reflexivas (embora de forma menos directa do que no caso dos auto-referenciais), geralmente por procura activa de afastamento dos problemas familiares.

O perfil pragmático partilha elementos socioeconómicos de caracterização com o modo resistente. Os sujeitos de ambos os tipos reflexivos provêm de origens sociais carenciadas, tendo a fase inicial das suas vidas (infância e adolescência) sido marcada por muitos problemas económicos e de relacionamento familiar. Há, contudo, um factor determinante que os distingue. Enquanto os pragmáticos mantiveram um estilo de vida similar ao longo dos seus percursos biográficos (mesmo atendendo a melhorias decorrentes de mudanças estruturais na sociedade portuguesa⁹¹), os resistentes protagonizaram um incremento substancial das suas condições de vida. Embora se trate aqui de uma mobilidade social ascendente relativa, porque pouco acentuada, foi fundamental pelo contacto que proporcionou com outros meios de vida e contextos sociais. Actualmente, face a dificuldades económicas conjunturais, vêem aquilo que conseguiram alcançar em risco, pelo que as suas preocupações se direccionam para a continuidade contextual. A reflexividade resistente é, assim, orientada, acima de tudo, para a manutenção daquilo que foi conquistado ao longo da vida. As preocupações de ordem prática são também proeminentes, o que é indissociável de inserções sociais desfavorecidas, mas não assumem a mesma centralidade que adquirem para os pragmáticos.

A proximidade na designação dos perfis resistente e resiliente expressa alguma contiguidade nos elementos de caracterização de cada um. A principal semelhança diz respeito ao facto de, para os sujeitos de ambos os tipos, as suas competências reflexivas terem sido particularmente estimuladas em contextos de dificuldade, seja económica, afectiva ou de saúde. Os dois perfis focam-se na

⁹¹ Ver sobretudo Almeida, Costa e Machado (1994), Almeida et al. (2000), e Machado e Costa (1998) para o período temporal correspondente.

capacidade individual de resolução de problemas, seja para resistir aos seus efeitos, seja no sentido de superá-los. Diferem no facto de os resilientes terem origens sociais mais favorecidas e, por isso, maior acesso a recursos para concretizar essa resolução, mas também por ter surgido uma contingência na vida dos resilientes que actuou como estímulo da sua reflexividade e exponenciou essa capacidade individual de superação. Os dois modos reflexivos são exercidos em diferentes contextos de vida, mas focam-se preferencialmente em aspectos diferentes: o resistente na capacidade de gestão financeira da família e auto-disciplina e o resiliente na força individual e auto-motivação.

Caso o percurso biográfico dos sujeitos com uma reflexividade resiliente não tivesse sido marcado por acontecimentos traumáticos, com efeitos determinantes nas suas vidas, o seu perfil reflexivo aproximar-se-ia mais do modo funcional do que do resistente. Isto porque não têm, nem enfrentaram no passado, o mesmo tipo de dificuldades económicas que orienta, para os resistentes, as suas preocupações e o modo como se vêem a si mesmos e encaram a vida. Os entrevistados com perfis reflexivos funcional e resiliente partilham a definição clara de objectivos, a ponderação cuidada no processo de tomada de decisão, a valorização da autonomia pessoal, a capacidade de adaptação a mudanças contextuais, o orgulho pessoal nos projectos que concretizaram, a determinação e a perseverança, bem como um olhar confiante sobre o passado, não lamentando, nem se arrependendo das escolhas que fizeram.

Vale a pena relembrar que estes cinco perfis de reflexividade foram identificados a partir dos 20 casos em análise nesta pesquisa. Caso o grupo de entrevistados fosse diferente poderiam ser identificadas categorias adicionais, que representassem outro tipo de articulação entre os mecanismos da reflexividade individual que têm vindo até aqui a ser analisados. O que importa reter deste exercício de categorização não é tanto a designação e a caracterização específica de cada perfil, mas antes os parâmetros que estão na base da sua identificação. Ou seja, mesmo que noutra amostra a tipologia tivesse apenas correspondência parcial, esperar-se-ia que o mapeamento dos mecanismos sociais que explicam a formação, o exercício e a eficácia causal da reflexividade fosse similar.

Esta tipologia de cinco modos de reflexividade foi construída tendo por base, acima de tudo, a configuração dos dados biográficos recolhidos, mas teve também por inspiração tipologias de outros autores, elaboradas com fins similares. Aquela que resultou de objectivos mais próximos aos daqueles que têm vindo a ser prosseguidos nesta investigação é a que foi construída por Archer (2003b, 2007a, 2012)⁹². Ambas partem de fins semelhantes, mas a elaboração da tipologia é distinta, pelo que não existe uma correspondência directa entre os cinco perfis reflexivos da presente pesquisa e os quatro elaborados pela autora (comunicativo, autónomo, meta-reflexivo e fracturado).

A maior proximidade pode ser identificada entre o perfil funcional e o modo reflexivo autónomo de Archer, no sentido em que as conversas internas destes sujeitos tendem a resultar

⁹² Ver capítulo 5, ponto 5.4.

directamente em decisões sem sentirem necessidade de confirmação por parte de terceiros. São pessoas que fomentam activamente a sua autonomia, procuraram distanciar-se, em maior ou menor grau, dos contextos iniciais de vida e centram as suas preocupações na concretização de projectos, sobretudo a nível profissional. Diferem, contudo, em dois aspectos centrais: a reflexividade funcional não resulta necessariamente em descontinuidade contextual, nem em processos de mobilidade social ascendente. Como se viu relativamente ao perfil funcional, o afastamento do contexto de origem não implica ruptura, pode assumir apenas um cariz simbólico e configurar também trajectos de reprodução social.

Em termos de designação, o modo meta-reflexivo de Archer aproxima-se da reflexividade auto-referencial. Contudo, esta última combina elementos da meta-reflexividade com o modo autónomo, de Archer, na medida em que caracteriza modos de pensar em si no mundo ancorados na autonomia pessoal e na capacidade de auto-avaliação. Mas, como se viu, o exercício da reflexividade para os auto-referenciais não origina nem descontinuidade, nem incongruência contextuais.

No fundo, a principal diferença entre ambas as tipologias é que a de Archer tende a omitir o exercício diferenciado da reflexividade consoante os contextos em que a mesma é activada. Por isso se torna tão difícil conceber os comunicativos e os autónomos como constituindo grupos específicos, quando, por exemplo, no caso da presente pesquisa, todos os 20 entrevistados alternam entre processos mais autónomos de reflexão e tomada de decisão, e dinâmicas mais apoiadas nas redes familiares e de sociabilidade, sendo problemático estabelecer quantificações para identificar o modo predominante. A tipologia encontrada nesta investigação incorpora essas variações contextuais e não se baseia na ideia de que o modo predominante de reflexividade em cada pessoa se caracteriza por um esquema unificado aplicado independentemente do enquadramento social. Como se viu, não só existem contextos que exigem, mais do que outros, uma activação mais frequente e intensiva das competências reflexivas, como essa variação contextual pode mudar ao longo do percurso biográfico de cada pessoa.

Esta omissão da diferenciação contextual no exercício da reflexividade decorre da pouca importância que Archer atribui a elementos de caracterização socioeconómica na elaboração dos perfis. A autora deixa, aliás, bem claro que não identificou qualquer tipo de influência das origens sociais nos quatro modos de reflexividade. No caso desta pesquisa, por outro lado, as inserções sociais estão na própria base da definição da tipologia. Quatro dos cinco perfis (auto-referencial, pragmático, funcional e resistente) são definidos de forma directa, em conjunção com outros factores, pelas condições materiais de existência (de origem e actuais) dos sujeitos que integram cada grupo. Como foi já discutido em capítulos prévios, se a reflexividade desempenha um papel na mediação entre os poderes causais das estruturas e as propriedades emergentes das pessoas, a componente estrutural não pode estar ausente, ou ser minimizada, na elaboração de perfis reflexivos, onde se pretende captar, precisamente, essa dinâmica.

Aquilo que se procurou fazer com a presente tipologia de cinco perfis reflexivos foi incorporar ambas as dimensões da acção, captando o modo como em cada pessoa se equilibram constrangimentos estruturais e capacidade agencial, e que papel desempenha a reflexividade nesse processo. Esta é, aliás, a estratégia por detrás de outras tipologias, com que esta pesquisa partilha preocupações analíticas. É o caso da tipologia de estratégias de vida de Mrozowicki (2010, 2011: 189-230) e da tipologia de modos de adaptação individual de Merton (1968: 193-211). A primeira, já discutida no capítulo 5, cruza o modo de reflexividade (centrado na comunidade ou no sujeito) com o impacto estrutural na acção (agência estruturante ou dependência estrutural) para chegar a quatro perfis: integração, construção, incorporação e sobrevivência. A segunda intersecta a adaptação a metas culturais com a adequação a meios institucionalizados, chegando a cinco tipos: conformidade, inovação, ritualismo, retraimento e rebelião. Embora com fins distintos, ambas focam o modo como os efeitos causais das estruturas são activados pelos poderes emergentes dos sujeitos e, como esse processo pode dar lugar a reelaboração estrutural. No fundo, ancoram em princípios básicos que Archer adopta do realismo crítico, mas que não concretiza na análise empírica dos modos de reflexividade.

Para a prossecução dos objectivos definidos na presente pesquisa, importa agora aprofundar os cinco perfis reflexivos e compreender como se posicionam face aos três processos aqui em análise: formação, exercício e efeitos na acção da reflexividade. Os três capítulos seguintes analisam estas dinâmicas.

CAPÍTULO IX: FORMAÇÃO DE COMPETÊNCIAS REFLEXIVAS

O conceito de reflexividade individual é entendido nesta pesquisa como uma capacidade universal dos sujeitos, socialmente constituída, que é condição de existência em sociedade. Analisar o conceito implica, por isso, compreender de que modo se forma esta competência individual⁹³. Não no sentido do exame de processos biológicos do cérebro que acompanham o crescimento da fisiologia humana, mas de entender que factores sociais intervêm na forma como os sujeitos se pensam a si mesmos no mundo, tendo por referência as suas circunstâncias.

A análise levada a cabo no capítulo anterior, relativa aos perfis reflexivos, foi, aliás, feita com base nestes processos de formação da reflexividade individual. Para cada caso foi identificada a articulação particular de factores que possibilitou a constituição de um estilo reflexivo específico. Atendendo aos objectivos centrais da pesquisa, importa agora sistematizar e aprofundar esses processos de formação de competências reflexivas.

A reflexividade é constituída e desenvolvida ao longo do percurso biográfico, inscrevendo-se nos múltiplos processos de socialização de cada pessoa. A família, a escola, o trabalho, as sociabilidades e os lazeres, bem como contingências que afectam estas esferas de vida, combinam-se de forma variável na definição de um determinado perfil reflexivo.

9.1. As primeiras grelhas de interpretação do mundo

É na esfera familiar, no âmbito da denominada socialização primária, que se enraízam de modo mais profundo os parâmetros de formação do modo como os indivíduos reflectem sobre si mesmos, tendo por referência as suas circunstâncias sociais. Os sujeitos nascem em condições sociais e familiares que não são da sua escolha e que determinam os seus esquemas interpretativos do real (Berger e Luckmann, 2004: 139). É no seio da família, a única realidade que conhecem intimamente até certa fase das suas vidas, que desenvolvem uma grelha de observação e avaliação daquilo que os rodeia. O mundo social é filtrado, pelo menos numa etapa inicial, pelos contextos familiares. Os seus membros, com base nas próprias grelhas interpretativas, indissociáveis da sua localização no espaço social, seleccionam os elementos do real que maior importância assumem e que constituem o universo simbólico e material da família.

As crianças e adolescentes aprendem o lugar que ocupam no grupo familiar, mas também no seu exterior, o comportamento mais adequado a adoptar em determinados contextos, como devem

⁹³ Neste âmbito, o recurso à noção de competência permite dar conta do carácter processual e dinâmico da reflexividade, enquanto capacidade individual, desenvolvida em esferas sociais concretas, que pode ser accionada em contextos de acção. Como afirma Ávila (2008: 35) “não só as competências podem evoluir / regredir; como as competências exigidas pelos vários contextos também não são estáticas, sofrendo modificações permanentes, as quais, por sua vez, obrigam a novas respostas.” Para uma discussão do conceito de competências ver Ávila (2008: 91-95) e Costa (2003b).

interpretar aquilo que ocorre dentro e fora da família, bem como os limites daquilo que desejam e do que lhes é possível concretizar. A reflexividade integra assim os processos mais vastos de interiorização da exterioridade (Bourdieu, 2002: 163). É nestas dinâmicas que se formam as disposições, mas também as competências reflexivas. No seio da família, os indivíduos aprendem a agir “como deve ser”, sob orientação do sentido prático, sem que tenham de deliberar sobre as suas opções, mas é também neste contexto que desenvolvem a capacidade de se questionarem a si mesmos e àquilo que os rodeia. Há, aliás, relatos, de alguns entrevistados, de episódios de activação de competências reflexivas que remontam ao período de infância.

De facto, o contexto familiar é fulcral, como se viu no capítulo anterior, e desempenha um papel decisivo na constituição da reflexividade individual, pelo facto de ter um cariz introdutório ao mundo, se prolongar no tempo e constituir, assim, as bases disposicionais de cada pessoa (Bourdieu, 2008; Lahire, 1995a, 2007, 2011). É no âmbito da socialização primária que os sujeitos fazem os primeiros exercícios de abstracção de papéis e atitudes e que começam a desenvolver uma relação distanciada consigo mesmos. Estas dinâmicas remetem para o papel activo que os sujeitos também assumem nos processos de socialização, ao invés de serem receptáculos passivos de normas, valores e práticas (Abrantes, 2011).

A influência da família na constituição de competências reflexivas ocorre, contudo, de forma distinta consoante a sua configuração social. A este nível, as distinções entre perfis reflexivos espelham também diferenças no processo de formação da reflexividade.

No caso do perfil reflexivo auto-referencial a reflexividade é estimulada de forma directa desde muito cedo, sobretudo através do contacto com a diversidade cultural. Os indivíduos que integram este grupo mantêm uma relação de grande proximidade com os familiares do ponto de vista emocional, mas também na partilha de actividades culturais e nas sociabilidades. Os pais e os avós (e por vezes tios ou primos) assumem-se como figuras centrais nas suas vidas, pela ligação emocional que desenvolveram, mas também pelo contacto que lhes proporcionaram com determinado tipo de práticas e valores. Estes entrevistados relatam múltiplos episódios de incentivo de actividades culturais, como sejam a leitura, a escrita, a audição de música, a prática de um instrumento musical, a participação em grupos de teatro, as idas ao cinema ou a outro tipo de espectáculos culturais, o investimento em activismo cultural, a prática de artes decorativas ou a realização de viagens dentro e fora do país.

O seio familiar e o espaço doméstico eram entendidos como lugares de abertura e como palco de concretização dos interesses pessoais de cada sujeito. Os entrevistados eram incentivados a levarem os amigos (ou namorados) para casa, a aí organizarem actividades conjuntas, bem como a partilharem com os pais a evolução dos seus relacionamentos (de amizade ou amorosos). Algumas práticas como a leitura ou a audição de música são inclusive partilhadas entre pais e filhos, numa relação de duplo sentido: se numa fase inicial liam ou ouviam o que encontravam em casa, com a

adolescência, com o contacto com outras pessoas e meios e com o conseqüente desenvolvimento de um gosto pessoal passaram também a sugerir aos pais livros e músicas. No fundo, estabeleceram com os pais uma relação de amizade, em muito assente no diálogo. Estes entrevistados foram particularmente estimulados a exteriorizarem os seus pensamentos e emoções e a exercerem a sua reflexividade discursivamente, sobretudo com a família e amigos. Mesmo ultrapassado o processo mais precoce de identificação com os familiares, inerente às dinâmicas de socialização primária na família, e até depois de actualizarem as suas disposições noutros contextos sociais, estes entrevistados mantiveram sempre os pais como referências centrais nas suas vidas.

Outro aspecto central nos processos de estímulo da reflexividade levados a cabo no seio da família diz respeito à valorização das qualificações formais. O ambiente familiar imbuído de interesses culturais tornou a prossecução dos estudos para o ensino superior numa escolha evidente para os sujeitos. Os entrevistados que integram o perfil auto-referencial desenvolveram na família práticas de aprendizagem e de procura e interesse pelo conhecimento muito similares aos que eram exigidos em contexto escolar, pelo que a transição e a articulação entre estes dois enquadramentos foi sempre vivida de forma harmoniosa e com mútuo fortalecimento. A este nível importa destacar a importância atribuída à organização pessoal no seio da família, que encontrou reforço positivo na experiência escolar. É quase generalizada a descrição dos pais como sendo metódicos e organizados; traços estimulados nos filhos e reforçados pela escola. A socialização de género no seio da família, pelas expectativas direccionadas para as mulheres na adopção de uma postura responsável, organizada e regrada, bem como a participação em actividades de lazer que exigem características pessoais similares (como a prática de um instrumento ou o teatro), constituíram ainda reforços adicionais a este tipo de competências reflexivas.

As ideologias políticas, em particular de esquerda, são outro dos elementos de transmissão familiar que actuaram no estímulo da reflexividade. Bem presente nos seus discursos estão preocupações vincadas com desigualdades sociais que decorrem da presença constante de inquietações manifestas directamente pelos pais relativamente a processos de diferenciação social. Apesar de serem oriundos de agregados domésticos favorecidos do ponto de vista económico e cultural, os pais fizeram questão que os filhos não tomassem os seus contextos de vida por garantidos, fazendo-os tomar consciência da existência de outros meios de vida e da necessidade de assumirem uma atitude proactiva na manutenção e melhoria das suas condições de existência. Este processo resultou no estímulo directo da autonomia pessoal, no desenvolvimento de uma visão crítica sobre si e sobre o mundo e na assunção, desde muito novos, de responsabilidades familiares e financeiras.

As vivências familiares dos indivíduos com uma reflexividade auto-referencial foram, no fundo, mais viradas para o exterior (embora mantendo a interdependência emocional da família) do que as dos restantes entrevistados, no sentido em que estão permeadas pela permanente circulação por diferentes contextos e pelo contacto com padrões de heterogeneidade cultural e social. A

pluralidade disposicional daqui decorrente actuou no estímulo directo da reflexividade individual. Ao moverem-se por diferentes enquadramentos tiveram de aprender as regras sociais e as normas de conduta de cada um deles e adaptar-se à pluralidade disposicional das pessoas com quem foram interagindo nesses contextos (Burns e Flam, 2000).

O contacto com esta diversidade contextual articula-se com o estímulo de actividades que remetem para uma relação mais distanciada com o mundo, com a valorização da formação escolar e de práticas de organização pessoal, com o apoio à elaboração de projectos individuais, com o incentivo à construção de uma perspectiva pessoal sobre o que os rodeia e com o desenvolvimento de preocupações sociais, num ambiente propício ao desenvolvimento da reflexividade individual. Isto porque todos estes elementos implicam tomada de consciência relativamente a outras formas de organização social e familiar, elaboração de projecções futuras, práticas de abstracção, bem como dinâmicas de questionamento, de comparação e de posicionamento face aos outros, que são em si mesmos exercícios reflexivos. O facto de estes estímulos terem sido precoces, intensos, prolongados no tempo e de terem encontrado condições favoráveis de reforço e actualização ao longo do percurso biográfico tornam o exercício destas competências em traços pessoais particularmente vinculados.

Face ao cariz involuntário do posicionamento num determinado contexto familiar ou socioeconómico, as experiências no seio da família não têm necessariamente de ser vivenciadas com satisfação, como sendo capacitadoras e estimulantes, e ainda reforçadas por enquadramentos externos, como se verificou no caso dos sujeitos com uma reflexividade auto-referencial. Noutras circunstâncias, as vivências familiares na infância e adolescência podem ser percebidas como constrangimento. Mas isso não significa que o efeito na reflexividade individual seja também o oposto. Na realidade, vivências menos positivas com os pais podem igualmente ter um efeito de reforço das competências reflexivas, embora num sentido distinto, quer por via da existência de conflitos no seio da família, quer como resultado de contextos de carência.

No primeiro caso encontram-se os entrevistados que integram o perfil funcional. Problemas relacionados com discussões familiares, com o desacordo face a princípios e práticas dos pais, com obstáculos económicos, com a toxicodependência de um irmão, com uma situação de divórcio dos pais ou com problemas na partilha de vida com um irmão gémeo estão na origem de dificuldades de relacionamento interpessoal no seio da família de origem, que resultaram na procura de autonomização por parte dos sujeitos deste grupo. O investimento numa estratégia de emancipação (mas não de ruptura) face à família ocorreu do ponto de vista económico, residencial e de monitorização das suas condutas, e resultou da activação de competências reflexivas.

O desconforto que sentiam no seio da família teve, no fundo, um efeito de reforço da sua reflexividade pela comparação que estabeleciam com outras formas de convivência familiar e interindividual, e pela definição de um projecto de vida que implicava afastamento desse contexto. Um pressuposto deste processo assenta, mais uma vez, no contacto com alguma diversidade social e

cultural, que permitiu o desenvolvimento de uma perspectiva mais abrangente na forma como se entendem a si mesmos e se posicionam face aos outros. O descontentamento é, precisamente, resultado deste exercício reflexivo. Se no caso dos entrevistados com um perfil auto-referencial o estímulo da reflexividade se faz sobretudo pelo reforço mútuo de contextos sociais, por outro lado, relativamente aos sujeitos que integram o modo funcional, o incentivo de competências reflexivas é o produto do confronto entre esferas de vida.

No caso da reflexividade resistente este confronto resulta de situações de carência, tanto material como afectiva. Numa primeira fase, as suas competências reflexivas foram desenvolvidas em contextos marcados por graves dificuldades económicas, agravadas ainda por problemas associados ao alcoolismo e à violência doméstica. Face à insatisfação e tristeza que sentiam relativamente às suas vivências familiares, ainda na infância e adolescência, questionavam-se acerca do comportamento dos pais e das razões que explicavam o ambiente em que viviam. Tendo por objectivo afastarem-se dos contextos de origem e construírem uma nova vida familiar, definiram no casamento uma estratégia de concretização dos seus planos de melhoria das condições emocionais e materiais de existência.

Numa segunda fase, já depois de casadas, nalguns casos após deslocação residencial para outro local, e tendo concretizado uma melhoria relativa dos seus contextos de vida, passaram a ter contacto com outros meios de existência e com um grupo mais diversificado de pessoas do ponto de vista económico e cultural, que tiveram um impacto determinante no desenvolvimento e na configuração actual das suas competências reflexivas. No fundo, tomaram consciência da existência de outras formas de organização familiar e económica, passaram a comparar-se com outros grupos sociais, criaram novos grupos de referência, direccionaram um novo olhar para o passado e começaram a questionar aspectos das suas vidas sobre os quais nunca tinham pensado anteriormente.

Por exemplo, aquilo que foi vivido com angústia e que tinha gerado ressentimento face aos pais, nomeadamente no período da infância, passou a ser racionalizado e enquadrado naquilo que eram os padrões da época, o que permitiu aliviar sentimentos de tormento direccionados ao passado. As relações de género passaram também a ser objecto de reflexão, o que as levou a procurarem padrões de relacionamento conjugal mais igualitários. No fundo, apenas depois de atingirem um determinado patamar de condições materiais e emocionais de vida e de, assim, tomarem consciência do contraste existente entre os seus contextos de origem e a sua situação presente (ou mesmo a que gostariam ainda de alcançar), se criaram condições para que orientassem as suas preocupações e reflexões para outro tipo de questões, que não exclusivamente as que dizem respeito a privações materiais e emocionais.

Os contextos de carência podem, contudo, não ter o mesmo efeito de estímulo da reflexividade se não se verificar, precisamente, esse confronto entre contextos de vida. O caso dos entrevistados com um perfil pragmático é disso exemplo. Viveram a infância e adolescência em

enquadramentos de extrema pobreza e privação afectiva e mesmo quando conseguiram melhorar relativamente os seus contextos de vida mantiveram-se sempre nos mesmos meios sociais, com os mesmos grupos de referência. As carências materiais sobrepuseram-se permanentemente a outro tipo de preocupações e orientaram a sua reflexividade para questões de ordem prática. Esta configuração dos modos de se pensarem a si mesmos no mundo nunca se alterou porque os seus contextos de vida se mantiveram também sempre inalteráveis, muito similares entre si, não exigindo a activação frequente ou intensiva de competências reflexivas.

Quanto ao perfil de reflexividade resiliente, estas questões não se podem colocar da mesma forma, dado que a definição deste modo reflexivo não ancora, em parte, como nos restantes, na formação de competências reflexivas com base em processos de socialização. É uma forma de pensar sobre si no mundo configurada como resposta à adversidade, pelo que o papel da família, ou de outros factores e esferas de vida, não assumem a mesma centralidade. Claro que esta resposta não emerge num vazio social e surge, aliás, enquadrada em contextos favoráveis ao desenvolvimento de um determinado tipo de reflexividade, orientado para a superação de dificuldades e para a consequente adaptação e reorganização de projectos de vida. Para além disso, caso estes indivíduos tivessem sido entrevistados numa fase prévia à ocorrência marcante, seriam, provavelmente, integrados noutra perfil reflexivo, e aí os elementos que agora assumem um papel secundário teriam outra importância nos processos de formação da reflexividade. Mas não são esses, de facto, os factores que despoletaram a activação do modo reflexivo resiliente. Foram acontecimentos decisivos que reestruturaram as suas vivências a partir desse momento e que exigiram a adopção de novos esquemas mentais ajustados às suas novas circunstâncias. Está-se aqui perante o que Bourdieu reconhecia como situação de crise, considerada pelo autor como excepção ao ajuste pré-reflexivo das práticas, pela necessidade de activação de competências reflexivas que tal situação exige.

No que diz respeito à análise da importância da família na constituição de competências reflexivas, o perfil resiliente não é, de facto, o mais ilustrativo. Mas para os restantes quatro perfis (auto-referencial, funcional, resistente e pragmático), os processos de socialização familiar são determinantes. O seu impacto na formação dos modos de reflexividade explica-se, em grande medida, pelo facto de precederem outras etapas socializadoras, serem prolongados no tempo e influenciarem o investimento e, assim, o efeito da participação noutras dimensões de vida.

9.2. A construção de uma relação distanciada com o real

A par da família de origem, a escola desempenha um papel fulcral no desenvolvimento de competências reflexivas e tem também um efeito determinante no investimento e na activação da reflexividade que os sujeitos fazem noutras esferas de vida, nomeadamente na profissional.

A frequência escolar tem como objectivo primário, pelo menos numa fase inicial, a criação de uma relação reflexiva e objectivante com a linguagem. Estimula, por isso, numa base quotidiana competências de reflexividade através da repetição, prolongada no tempo, dos mais variados tipos de exercícios: incentiva crianças e jovens a analisarem de forma distanciada um objecto que, muitas vezes tomado como adquirido, passam a observar como exterior a si mesmos.

Objectiver le langage, c'est lui faire subir une transformation ontologique radicale: l'enfant était *dans* son langage, il le tient désormais *face* à lui et l'observe, le découpe, le souligne, le classe, le range en catégories. (Lahire, 2001a: 178)

Este exercício, embora circunscrito a problemas linguísticos, mas também matemáticos e de outro tipo no âmbito escolar, tem por base os mesmos princípios aplicados pelos sujeitos quando se tomam a si mesmos por objecto, tendo em consideração as suas circunstâncias sociais. Por fomentar uma relação distanciada com o mundo – porque os alunos são incentivados a conhecer a realidade (social, biológica, física, etc.), mas também a sobre ela pensarem e a tomarem-na por objecto de reflexão – a escola estimula as competências reflexivas que os estudantes põem em prática nos seus quotidianos e ao longo das suas biografias. Desenvolvem competências de pesquisa, de avaliação, de tratamento da informação, de expressão oral e escrita, de produção de dados, de atribuição e construção de sentido, de interacção, trabalho em grupo e de questionamento. No fundo, a reflexividade de cariz mais escolástico desenvolvida em contexto escolar pode ser transposta, quando encontra condições favoráveis, para outras esferas de vida e aplicada a problemas individuais em processos de ponderação, deliberação ou projecção. Ou seja, as competências reflexivas de natureza operatória aprendidas na escola traduzem-se também em competências de auto-orientação, fulcrais para a implementação de práticas, para a autonomia individual, para o relacionamento com os outros e para o exercício da cidadania (Costa, 2003b; Resende, 2008; Santos, 1991). Contribuem, neste sentido, para o desenvolvimento de competências de literacia, fulcrais do ponto de vista das práticas em sociedades crescentemente diferenciadas e heterogéneas, marcadas pela centralidade do conhecimento e da informação na organização da vida social (Ávila, 2007, 2008; Benavente et al., 1996; Costa, 2003b; Gomes, 2003, 2005).

Mas os estudantes estão, à partida, desigualmente preparados para estabelecerem uma relação reflexiva com a linguagem, consigo mesmos e com o mundo. A escola constrói competências de reflexividade, mas na realidade também as solicita. É isso que explica que alguns jovens sejam mais permeáveis ao ambiente e aprendizagens escolares do que outros, na medida em que essas diferenças expressam origens sociais diversificadas e diferentes formas de as famílias e as crianças se relacionarem com o contexto escolar (Benavente et al, 1987; Diogo e Silva, 2010; Lahire, 1995a, 1995b; Sebastião, 2008).

A diferenciação de perfis reflexivos ilustra precisamente estas diferentes formas de relacionamento com a escola e os seus efeitos no desenvolvimento da reflexividade. O contraste

existente entre os modos de reflexividade auto-referencial e pragmático tem precisamente na sua base esta dissemelhança. Os entrevistados que integram o primeiro grupo viveram a transição para a escola de forma tranquila, pela proximidade existente entre os universos familiar e escolar. Quando iniciaram o seu trajecto estudantil estavam já familiarizados com muitas das práticas requeridas e fomentadas pela escola. Oriundos de famílias com qualificações formais médias e superiores, tinham um contacto privilegiado, e positivamente vivido, com práticas de leitura, de escrita, de organização pessoal, de planificação de tempos e tarefas, e de investimento cultural. O trabalho escolar constituía, nalgumas circunstâncias e sobretudo numa fase inicial, um prolongamento daquilo que eram as suas vivências culturais em família. Neste sentido, a relação distanciada com o mundo estimulada pela escola era compatível e reforçava inclusive o estímulo de competências reflexivas iniciado no contexto familiar.

Na generalidade dos casos integrados no perfil auto-referencial, o impacto das qualificações formais nas competências reflexivas tem vindo a ser positivamente reforçado pelas diferentes esferas por onde os sujeitos se movem. O investimento académico é entendido como dimensão de valorização pessoal e é isso que explica também, pelo menos em parte, o prolongamento do percurso académico, por vezes para lá do 1º ciclo do ensino superior. Mais do que conteúdos programáticos decisivos para os seus trajectos profissionais, os sujeitos sentem que adquiriram uma nova perspectiva sobre aquilo que os rodeia e, em última instância, sobre si mesmos e sobre o seu posicionamento no mundo.

Mas se o impacto das qualificações ocorre de forma combinada e continuada com outros domínios de vida, na realidade o contacto com a escola pode também assumir um papel central mais isolado na formação de competências reflexivas, como se verificou no caso de Gil. Foi sobretudo por via do trabalho escolar que criou um estilo reflexivo auto-referencial. Não significa que o contexto familiar não tenha sido também importante, e aliás nunca se constituiu como dimensão de confronto com a escola, assumindo antes com ela uma relação de cooperação. Mas a continuidade de práticas entre as duas esferas, associadas à leitura, à escrita e a outro tipo de actividades culturais não se verificou como para os restantes entrevistados integrados neste perfil.

Em acentuado contraste com o impacto positivo do contexto escolar na formação e desenvolvimento de competências reflexivas está o modo de reflexividade pragmático. É neste grupo que se encontram precisamente os entrevistados com níveis de escolaridade mais baixos, sendo que dois deles não sabem ler, nem escrever. Para todos eles o contacto com a escola, mesmo nos casos em que o mesmo foi breve, foi vivido como constrangimento. Foram colocados num contexto em que se confrontaram com maneiras de falar, pensar e comportar, com interesses, questionamentos e exercícios que estavam em vincado contraste com as suas vivências familiares (e profissionais, nos casos em que o ingresso na escola foi feito já em idade adulta). É frequente o relato de sentimentos de desajuste na sala de aula, por não compreenderem o que era esperado deles e por não terem a

mesma capacidade de aprendizagem que alguns colegas. São, no fundo, situações de crise disposicional que marcam um contacto contraproducente com a escola.

Apesar de ser um contexto privilegiado e central no desenvolvimento e reforço de maneiras de pensar sobre si no mundo, estes entrevistados não encontraram na escola condições favoráveis para contrariar a escassez de estímulos dos seus enquadramentos familiares, mais orientados para questões de ordem prática. E mesmo quando ingressaram ou regressaram à escola já em idade adulta, esse contacto não foi suficientemente aprofundado, continuado e articulado com as restantes esferas de vida para inverter lógicas de incorporação de modos reflexivos. No fundo, os seus contextos de vida (familiares, profissionais e de sociabilidades) não exigem a activação das competências fomentadas na escola, o que tem efeitos decisivos na forma como a sua reflexividade se constituiu e tem vindo a evoluir.

Não tendo desenvolvido uma relação distanciada com a linguagem revelaram, no decorrer das sessões de entrevista, capacidades discursivas exíguas para se expressarem verbalmente sobre a sua vida interior. O contacto breve e pouco incisivo com a escola contribuiu para definir não só as limitações orais e escritas que enfrentam, mas também os seus esquemas mentais no modo como pensam sobre si e expressam esses pensamentos. Têm dificuldade em termos de discurso oral, mas também no próprio reconhecimento das suas conversas internas. No fundo, os seus contextos de vida não têm criado condições favoráveis para o desenvolvimento de uma relação distanciada consigo mesmos, fomentando antes, de modo intensivo e continuado, uma relação prática com o mundo.

Os perfis auto-referencial e pragmático constituem, no que ao papel da escola na formação da reflexividade diz respeito, dois extremos de um continuum. Com posicionamentos intermédios encontram-se os restantes modos reflexivos. Por exemplo, o perfil funcional aproxima-se mais do auto-referencial, embora com diferenças importantes que importa assinalar. Em termos gerais, os sujeitos com uma reflexividade funcional são oriundos de enquadramentos familiares com menores recursos escolares e com um ambiente menos propício ao desenvolvimento de uma visão mais escolástica do mundo. A prossecução dos estudos foi inclusive, nalguns casos, feita em confronto com os pais.

O investimento na escola foi sempre mais distanciado e vivido como obrigação. Num primeiro momento, essa obrigação foi forçada por terceiros, mas mais tarde imposta por si mesmos. Ainda que integrando os seus planos, em muitos casos foram percursos académicos marcados por interrupções, recuos e inúmeras dificuldades. Como se viu, a formação académica constituiu um meio para atingirem os seus projectos profissionais e não tanto como instrumento de valorização pessoal, como se identificou no caso dos auto-referenciais. Pelo contacto que tiveram com figuras de referência, mais escolarizadas que os pais, compreenderam a importância de investirem, ainda que moderadamente, no trabalho escolar para alcançarem aquilo que projectavam para o futuro.

O investimento académico foi resultado da activação de competências reflexivas criadas em contexto familiar, orientadas para a definição de objectivos concretos de vida e para o processo de tomada de decisão, mas constituiu simultaneamente um contexto de reforço desse tipo de reflexividade. A escola facultou meios intelectuais de focalização e de aplicação de esforço para atingirem resultados. Ao ser fomentada uma relação mais distanciada com o mundo, ganharam uma maior capacidade para analisarem as suas circunstâncias, articularem os seus recursos e concretizarem os seus projectos.

No caso dos perfis resistente e resiliente, a escola desempenhou também um papel importante na aquisição de competências reflexivas, mas não assume centralidade nesse processo e o seu efeito tende aliás a ser sobreposto por outros factores. Foram os contextos de carência dos primeiros e as contingências por que passaram os segundos que determinaram de forma mais decisiva o estilo reflexivo que caracteriza os seus modos de pensar sobre si e sobre os outros. Os sujeitos de ambos os modos reflexivos lamentam não terem prosseguido estudos: os resistentes reconhecem as qualificações formais como plataforma de mobilidade social ascendente, os resilientes atribuem-lhes um papel de valorização pessoal e profissional. Portanto, reconhecem que a escola facultou instrumentos cognitivos que podem alterar a configuração das suas vidas, nas vertentes externa e interna.

No caso das entrevistadas com um perfil resistente, embora com relações muito diferentes com a escola, viram-se forçadas a interromperem os seus percursos escolares como resposta aos contextos de carência em que viviam. Mas determinado tipo de competências reflexivas que não adquiriram ou não puderam aprofundar na escola, como as de ponderação ou racionalização do passado, desenvolveram ou reforçaram por via de outras circunstâncias. A articulação entre processos de relativa mobilidade social ascendente, o contacto com maior heterogeneidade contextual e a vivência de situações particularmente difíceis e marcantes (como a violência doméstica ou uma doença) actuaram como estímulos a esse nível. Em termos gerais, as suas competências reflexivas são mais desenvolvidas do que as dos sujeitos com uma reflexividade pragmática. Mesmo com trajectos escolares interrompidos, nalguns casos ao nível do 1º ciclo, activam-nas mais frequentemente e fazem-no para um espectro mais alargado de esferas e situações.

Já os dois entrevistados com uma reflexividade resiliente, têm ambas qualificações médias e gostariam de ter prosseguido para o ensino superior, embora reconheçam que não tinham condições para fazê-lo na altura mais propícia. Os seus percursos escolares funcionaram como estímulos importantes na definição de projectos individuais e familiares de vida. Constituíram um instrumento de acesso às suas profissões e serviram de plataforma de contacto com outros meios de vida e com aqueles que passaram a ser os seus grupos de referência. Contudo, foram os acontecimentos marcantes que ocorreram nas suas vidas que configuraram o modo como hoje pensam sobre si mesmos no mundo. O impacto foi de tal ordem nos seus percursos e diferentes esferas de vida que se

sobrepôs na reelaboração dos esquemas mentais, embora essa redefinição tenha assentado naqueles que eram os seus contextos de vida e competências adquiridas, nomeadamente na escola.

9.3. Reflexividade e socializações concorrentes

A família e a escola, isoladamente mas também de forma combinada, assumem, como se viu, centralidade na formação de competências reflexivas. Mas o processo de constituição da reflexividade não se restringe à acção destas duas esferas de vida. Existem outros domínios de práticas, integrados, a par da escola, no que é geralmente designado por socialização secundária, que são também importantes para definir o modo como cada pessoa pensa sobre si mesma no mundo. A noção de socialização secundária não remete aqui para percursos individuais marcados pela passagem linear e unidirecional de um universo familiar, relativamente homogéneo, para múltiplos outros contextos sociais. Não só se verifica a existência de heterogeneidade interna e mesmo de contradições nas dinâmicas de socialização familiar, como os seus princípios podem, pelo menos em parte, ser colocados em causa por quadros socializadores concorrentes. Mesmo tendo em conta que o impacto das experiências individuais noutras esferas de vida, como sejam o trabalho, as sociabilidades ou as actividades de lazer depende, em grande medida, das disposições incorporadas no seio da família, estes esquemas mentais podem ser reforçados, contrariados, actualizados ou substituídos por novas disposições ao longo do percurso biográfico.

A esfera do trabalho desempenha um papel importante a este nível, embora o seu impacto decorra, na maior parte dos casos, do percurso escolar empreendido. O tipo de actividade profissional, as tarefas laborais levadas a cabo quotidianamente, bem como a fase de vida em que os sujeitos se iniciam no mercado de trabalho definem, de forma articulada, o grau de exigência e a necessidade de activação e de desenvolvimento de competências reflexivas.

Em termos globais, são os entrevistados com níveis de escolaridade mais elevados quem desenvolve actividades profissionais que requerem o accionamento mais frequente da sua reflexividade. Profissões que exigem capacidades de planeamento, de gestão, de cálculo, de priorização, de tomada de decisão, de autonomia e de chefia não só têm na sua base a necessidade de mobilização de competências reflexivas, como estimulam nos sujeitos o seu desenvolvimento. É aqui que se encontram sobretudo os profissionais técnicos e de enquadramento, ou seja, no caso desta pesquisa, os indivíduos que integram o perfil auto-referencial.

A ligação entre qualificações formais e profissão no estímulo da reflexividade é, para este grupo, mais directa porque a inserção no mercado de trabalho, numa actividade ajustada à sua formação escolar, surge na sequência de um trajecto académico que, na maior parte dos casos, se estende até ao ensino superior. Ou seja, o início do percurso profissional é posterior e é filtrado pela trajectória escolar.

No caso dos perfis funcional e resiliente, que integram indivíduos com qualificações médias e superiores, este ajustamento actua também no mesmo sentido de estímulo e desenvolvimento de competências reflexivas. Nalguns casos o requisito de activação da reflexividade individual para o desempenho da actividade profissional pode não ser tão exigente como o é para os sujeitos com um modo reflexivo auto-referencial, mas implica também, mesmo que em grau diferente, a mobilização de capacidades ligadas, por exemplo, ao cálculo, à gestão de pessoas e tarefas ou à planificação de tempos e actividades.

Tendo em conta o efeito combinado do percurso escolar e da actividade profissional, não será de estranhar que sejam precisamente os entrevistados com perfis reflexivos pragmático e resistente aqueles que se encontram, ou que se encontravam inseridos em contextos profissionais que não requerem, na sua base, o exercício habitual de competências reflexivas. São, na maior parte dos casos, profissões manuais, ligadas à agricultura, à indústria ou aos serviços de limpeza. Correspondem a trabalhos rotineiros, com horários bem definidos, com tarefas repetitivas que não exigem muito planeamento, nem cálculo e que estão subordinados à gestão de terceiros. A reflexividade exigida nestes contextos coaduna-se com os estímulos dos seus enquadramentos familiares, orientados sobretudo por uma lógica de urgência da prática, para uma relação pragmática com o mundo.

Tendo em conta que para estes dois grupos de entrevistados o ingresso no mercado de trabalho ocorreu precocemente (como resposta a contextos de carência), os enquadramentos profissionais assumem ainda maior centralidade na estruturação dos seus esquemas mentais. O tipo de tarefas desempenhadas não permitiu contrariar a escassez de estímulos reflexivos no seio da família e o parco desenvolvimento da reflexividade decorrente de um contacto inexistente ou incipiente com a escola.

As competências reflexivas dos sujeitos com perfis pragmático e resistente são exercidas em contexto profissional sobretudo para planificarem o seu tempo no sentido de encontrarem disponibilidade para o desempenho de actividades laborais paralelas.

A principal diferença entre os dois modos de reflexividade, a este nível, está relacionada com outra esfera de acção fundamental no desenvolvimento ou reforço de competências reflexivas: as redes de sociabilidade. Foi nos seus contextos profissionais que as entrevistadas com um perfil resistente tiveram contacto com um conjunto diversificado de pessoas que desempenharam um papel central na configuração e actualização dos seus modos de pensar.

A importância das sociabilidades remete para o seu potencial estruturador das práticas em contextos de copresença (Goffman, 1983, 1993) e em quadros de interacção específicos (Costa, 1999), mas também para o facto de poderem actuar como grupos de pertença e referência (Merton, 1968: 279-440), como base de influência, como espaço identitário de partilha de interesses, actividades, objectivos, experiências, valores, representações, condutas (Costa, 2002, 2003a; Lopes,

1998; Pais, 1993, 2012; Pereira, 2003), em múltiplas plataformas de interacção (Cardoso, 1998; Cardoso et al. 2005; Costa, 2003a). O contacto com outros significativos tem impacto nas práticas, mas também nos esquemas mentais dos sujeitos, no modo como se pensam a si mesmos e aos outros. Se a formação de redes de relacionamento espelha a configuração das suas disposições e, por isso, das suas condições sociais de origem, por outro lado, é também geradora de dinâmicas de actualização e reestruturação das mesmas: “Sociabilidade é socialização e contágio” (Costa, Machado e Almeida, 1990: 200).

Os indivíduos com um modo reflexivo auto-referencial encontram nos seus grupos de pares estímulos orientados para o exercício frequente e para o desenvolvimento das suas competências reflexivas. Têm em comum trajectos prolongados pelo ensino superior, partilham interesses culturais relacionados com leitura, teatro ou cinema, desenvolvem múltiplas actividades conjuntas baseadas nesses gostos comuns, têm visões políticas e posturas face à religião similares e exteriorizam com frequência os seus sentimentos e pensamentos junto dos amigos, mas também por via da escrita. Estes entrevistados definem-se, aliás, em grande medida, por referência às suas sociabilidades e lazeres, duas dimensões indissociáveis, ainda para mais tendo em consideração a juventude da maior parte dos sujeitos deste perfil reflexivo. Ocupam um lugar central nas suas vidas e nos seus quotidianos. São redes de relacionamento muito próximas do contexto familiar, não apenas do ponto de vista das representações e condutas, como também do conhecimento mútuo e da intercomunicação entre ambas as esferas. Distinguem-se ainda pela extensão considerável das suas redes de sociabilidade, engendradas nos diferentes meios por onde se moveram, em diferentes fases de vida, o que exige o recurso a plataformas de interacção que não se cingem apenas a situações de copresença, assentando também em meios de comunicação mediada, como o telemóvel ou a internet.

A configuração das suas redes de sociabilidade, bem como as modalidades de relacionamento que as caracterizam actuam, no fundo, como estímulos da reflexividade individual consonantes com as suas experiências noutras esferas de vida, nomeadamente na família, na escola e no trabalho. As actividades que desenvolvem, a valorização partilhada da experiência escolar, bem como os exercícios de racionalização conjunta que fazem frequentemente para justificarem e validarem os seus comportamentos e pensamentos exigem a activação, que resulta também em fomento, de competências reflexivas.

No caso de Rosa, a entrevistada mais velha que integra este perfil reflexivo e a única que não frequentou o ensino superior, o estímulo das suas competências reflexivas tem ancorado, em grande medida, a este nível, no contacto com a religião. Num primeiro momento de forma mais insatisfatória face a práticas religiosas católicas, que a estimulavam a fazer “exames de consciência”. Mais tarde, na procura e no desenvolvimento da sua espiritualidade, num sentido mais lato, sem conexão com uma religião em particular. Neste sentido, tem estimulado uma reflexividade de tipo apofático (Mouzelis, 2010), ou seja, virando-se para o seu interior de modo a remover obstáculos cognitivos e

alcançar um estado de esvaziamento que lhe permita ter algum distanciamento dos seus problemas e, assim, conseguir alguma tranquilidade. O trabalho interno que tem vindo a aprender a fazer é indissociável das suas práticas de lazer (frequência de cursos de meditação, por exemplo) e das suas redes de sociabilidade (nomeadamente as que construiu no grupo de Famílias Anónimas que frequenta).

A situação dos entrevistados integrados no perfil pragmático é inversa no que diz respeito aos estímulos oriundos dos relacionamentos mais próximos, mas actua no mesmo sentido de reforço de uma reflexividade orientada para uma relação prática com o mundo, interiorizada em contexto familiar e fomentada na esfera do trabalho. As redes de sociabilidade destes sujeitos são mais exíguas e circunscrevem-se sobretudo a relações de parentesco e vizinhança com pessoas cujas condições socioeconómicas são muito similares às suas. Não têm por hábito partilhar preocupações com amigos, nem comunicar entre si fora de situações de copresença. Os seus tempos de lazer tendem a ser vividos em família, muitas vezes no próprio espaço doméstico, ou em interações espontâneas, não organizadas previamente, nos locais públicos de passagem quotidiana. A proximidade das suas sociabilidades face aos diferentes contextos por onde se movem actua como reforço daquilo que são as suas disposições, mas também esquemas mentais de reflexão sobre si mesmos, por referência às suas circunstâncias sociais.

Para os restantes três perfis reflexivos não se verifica este ajustamento de normas e valores entre os diferentes contextos de práticas dos sujeitos. Por exemplo, os entrevistados com um modo reflexivo resistente são oriundos de meios sociais similares aos do perfil pragmático, mas o efeito das sociabilidade em ambos os casos é distinto, precisamente porque os primeiros se inserem ou aspiram a inserir-se em redes que contrastam, a diferentes níveis, com a configuração dos seus contextos familiares. A continuidade contextual não é, neste caso, tão vincada como o é para os pragmáticos. O mesmo verifica-se para os perfis funcional e resiliente.

Factores como a deslocação residencial, a integração em novas redes de vizinhança, um trajecto mais prolongado na escola e o contacto com maior heterogeneidade disposicional em contexto profissional gerou representações, práticas e tipos de convivialidade que não só se afastam dos padrões dos seus meios sociais de origem, como contribuem conjuntamente para criar aspirações distanciadas dos mesmos. O que está aqui em causa, no fundo, é a definição de novos grupos de referência positivos, no sentido de Merton (1968: 279-440). Ou seja, os sujeitos que integram estes três perfis reflexivos tomaram como modelo pessoas com outras inserções sociais ou práticas distintas das que têm lugar no seio da família, com quem passaram a comparar-se e que serviram de base para a criação de novas ambições sociais e culturais.

Esta mudança pode ter implicações mais ou menos decisivas nas suas vidas. No caso dos entrevistados com modos reflexivos funcional e resiliente, o contacto com figuras marcantes ou grupos mais heterogêneos social e culturalmente foi determinante para definirem os seus projectos de

futuro e para, com base na mobilização e criação de capital escolar e económico, traçarem percursos, mais ou menos pronunciados, de mobilidade social ascendente. Para os sujeitos que integram o perfil resistente, apesar de terem também protagonizado trajectos de relativa mobilidade social ascendente, o parco acesso a recursos financeiros constitui um obstáculo à concretização de desejos e planos. O facto de não terem meios para orientarem as suas práticas de acordo com os princípios e padrões sociais e culturais dos grupos de referência gera disposições contrastantes e conflitos internos. Isto porque a mudança dos esquemas mentais nem sempre encontrou condições favoráveis de activação e implementações práticas. Nestes casos, a mudança é sobretudo interna.

Independentemente dos efeitos decorrentes do contraste entre meios sociais de origem e grupos de referência, este confronto é, em si mesmo, gerador de exercícios reflexivos de definição identitária, de comparação com os outros, de avaliação das suas circunstâncias, de questionamento sobre aquilo que os rodeia, de afastamento consciente de certos contextos, de elaboração de projectos e de procura de meios e condições para concretizá-los. Neste sentido, actua como estímulo das suas competências reflexivas, em reforço ou contrabalançando o fomento da reflexividade individual noutras esferas de vida.

9.4. O impacto das situações de crise

Os processos de socialização que têm vindo até aqui a ser discutidos remetem, uns mais do que outros, para fases iniciais ou intermédias de constituição de competências reflexivas. Mas, como se viu, tratando-se de dinâmicas inacabadas, sempre em curso, os seus efeitos estão permanentemente a fazer-se sentir na configuração dos modos de pensar de cada pessoa. Depende da duração e do tipo de contactos estabelecidos em cada esfera. Mas existem acontecimentos, susceptíveis de ocorrerem em diferentes domínios de vida, em diferentes fases biográficas, que podem ter consequências nos modos reflexivos dos sujeitos, adaptando-os especificamente para a ocorrência ou reconfigurando-os de forma mais duradoura. É o caso de situações de crise, algumas transversais a um vasto conjunto populacional, outras mais circunscritas. A este nível é possível identificar três tipos distintos de crise com efeitos na reflexividade individual: estrutural, pessoal e contingente.

Aquilo que é aqui identificado como crise estrutural remete para a conjuntura socioeconómica actual do país. Apesar de ser uma dimensão que não fazia parte inicialmente do guião de entrevista, passou a ser incorporada no conjunto de questões colocadas a cada pessoa. Isto porque se tornou num assunto recorrente, espontaneamente discutido pelos entrevistados e apresentado como preocupação central das suas vidas, sobretudo nas entrevistas realizadas no final de 2011 e início de 2012. O impacto da crise que atravessa o país assume, no conjunto dos entrevistados, um cariz transversal e actua como estímulo de determinado tipo de competências reflexivas. Exercícios de cálculo, ponderação e priorização são particularmente fomentados neste

contexto como estratégia de contenção e precaução face ao futuro e como forma de salvaguarda pessoal e familiar.

Há, contudo, grupos mais fragilizados face à conjuntura nacional. Os entrevistados com perfis reflexivos pragmático e resistente, que são precisamente aqueles que se encontram em condições socioeconómicas particularmente carenciadas, evidenciam maior preocupação com a gestão dos recursos económicos. Mas é sobretudo entre os sujeitos com um modo de reflexividade resistente que os efeitos da crise se fazem sentir de modo especialmente pronunciado nos seus modos de pensar. Com receio de perderem o emprego ou de verem ainda mais reduzidos os seus rendimentos, empenham-se no cálculo das despesas do agregado doméstico, no controlo dos gastos e, sempre que possível, na realização de poupanças familiares. As competências reflexivas que tinham sido já incorporadas no seio da família de origem, e ao longo dos seus percursos biográficos, são agora exponenciadas como forma de adequação aos contextos estruturais. Sentindo-se impotentes face a dinâmicas e processos sociais que não controlam, consideram ter poder para minimizar os seus efeitos através de uma estratégia de contenção e poupança. No caso dos pragmáticos, as suas competências reflexivas orientam-se também para a gestão financeira do agregado, mas sem evidenciarem o mesmo tipo de preocupação com a sua capacidade de resistirem ao impacto da situação conjuntural do país. Portanto, os seus modos de pensar não se alteram substancialmente face a uma situação de crise estrutural: com uma postura mais passiva, aceitam as suas circunstâncias e esperam que melhores dias cheguem.

Para os restantes perfis de reflexividade, à dimensão económica da crise juntam-se ainda preocupações com valores. Tratando-se de entrevistados que, em termos gerais, têm inserções sociais mais favorecidas que os sujeitos dos perfis pragmático e resistente, encontram-se, à partida, em melhores condições para enfrentarem essas dificuldades conjunturais. Mas esta relação não é tão assim tão linear, na medida em que se verifica também um incremento de práticas reflexivas associadas ao cálculo, à ponderação e à priorização na gestão dos recursos financeiros. Muitos dos entrevistados chegam mesmo a colocar em suspenso alguns projectos individuais; não porque não possam concretizá-los do ponto de vista económico, mas porque consideram prudente resguardar-se a si mesmos e aos seus recursos para melhor prepararem a resposta a um eventual agudizar das dificuldades estruturais.

Estas preocupações articulam-se com outras, direccionadas sobretudo para o modo como as pessoas estão a ser tratadas e para o efeito que isso pode vir a ter nas mentalidades individuais. Desagrados com o rumo da sociedade portuguesa, preocupam-se sobretudo, nos casos em que se aplica, com o futuro dos filhos e dos netos. Esta postura é adoptada principalmente pelos entrevistados integrados nos perfis auto-referencial e resiliente. Os sujeitos com um modo reflexivo funcional são aqueles que evidenciam menos receio porque valorizam bastante a sua capacidade agencial de evitar ou contornar dificuldades, sem se entregarem às suas circunstâncias.

Portanto, em termos gerais, a situação conjuntural do país tem efeitos concretos no modo como cada pessoa se pensa a si mesma no mundo, mas não altera substancialmente a configuração dos seus perfis de reflexividade. O que sucede é um exacerbar de determinadas competências reflexivas e a adopção de uma postura mais contida, não só do ponto de vista económico, como também na assunção de riscos e no processo de tomada de decisão.

Um segundo tipo de situações remete para crises pessoais. Estão aqui em causa acontecimentos que fazem parte dos percursos biográficos da generalidade das pessoas e que têm impactos diversos, mais ou menos profundos, nos seus esquemas mentais e acções. É o caso de transições entre fases de vida (saída de casa dos pais, ingresso no ensino superior, deslocação residencial, relação conjugal, parentalidade, entrada no mercado de trabalho, desemprego, reforma)⁹⁴, doenças (do próprio ou de familiares e amigos, como depressão, cancro ou toxicoddependência), de problemas conjugais ou amorosos (fim de um relacionamento, infidelidade, violência doméstica, divórcio) e morte de um familiar ou de alguém próximo. São situações que representam uma ruptura nos seus quotidianos com práticas e modos de pensar. Como tal, acarretam a necessidade de adaptação, que tem na sua base a activação de competências reflexivas.

Por exemplo, quando relatam a perda de alguém muito próximo, sobretudo dos pais, referem que tudo deixou de fazer sentido e que tiveram muita dificuldade em atribuir razão à morte de uma pessoa com quem tinham uma relação emocional tão forte. A recuperação de uma situação deste tipo, para além de ser morosa, exige um esforço consciente de mobilização individual para retomarem as suas vidas e os seus quotidianos. Para os entrevistados que sofreram de doença grave, como um cancro, é comum reportarem-se à necessidade que sentiram de adoptar uma postura diferente e de direccionarem um outro olhar para si e para os outros, passando a valorizar certos aspectos das suas vidas que tomavam por adquirido. Situações de divórcio são também frequentemente relatadas como exigindo a elaboração de um novo projecto individual. Estes três exemplos permitem ilustrar, precisamente, o papel que a reflexividade desempenha em situações de crise pessoal. A ruptura com o sentido prático tem por implicação a reflexão sobre sentimentos pessoais e circunstâncias, a procura de racionalização do sucedido e a definição de um plano de acção para superar o ocorrido. Progressivamente a vida retoma os parâmetros habituais, com eventuais alterações em determinados domínios e rotinas.

Noutros casos o impacto de crises pessoais é mais vincado e implica um esforço continuado de ajuste dos esquemas mentais. Rosa, por exemplo, a entrevistada com um filho toxicoddependente há cerca de 15 anos, tem vindo, desde que se confrontou com esta situação, a realizar um trabalho interno de desenvolvimento de competências reflexivas, junto de um grupo de apoio. A gravidade da

⁹⁴ São inúmeras as pesquisas direccionadas para períodos de transição e que permitem dar conta, ainda que nem sempre de forma directa e explícita, dos processos reflexivos envolvidos. Ver, por exemplo, Almeida et al. (2011), Brannen et al. (2002), Guerreiro e Abrantes (2004, 2005), Guerreiro, Abrantes e Pereira (2007), Nico (2011), Pais e Ferreira (2010), Pappámikail (2010), Rudd e Evans (1998), Simpson e Cieslik (2007), e Thomson et al. (2002).

situação e o seu prolongamento no tempo exige uma activação permanente da reflexividade individual para poder lidar com estas circunstâncias.

Os efeitos decorrentes de crises pessoais, apesar de transversais, são sempre variáveis de acordo com o tipo de situação e com os enquadramentos sociais, económicos e emocionais de cada pessoa. Para a generalidade dos entrevistados, aquilo que se verificou foi uma actualização e reforço de competências reflexivas que tinham sido já formadas e reforçadas noutros contextos de vida. As crises pessoais não deram, em termos gerais, lugar à reestruturação dos seus modos de pensar sobre si no mundo.

Mas existe outro tipo de crise, ligado à ocorrência de contingências, que tem um impacto profundo quer nos esquemas mentais dos sujeitos, quer nas suas práticas. A diferença face às crises pessoais tem a ver com o impacto e com a natureza dos acontecimentos. São situações traumáticas que alteraram substancialmente o rumo e os parâmetros dos percursos de vida dos indivíduos. Acontecimentos como ferimentos de guerra que levaram à amputação de uma perna, ou um acidente de trabalho que provocou queimaduras em todo o corpo não são situações frequentes e comuns das biografias individuais, como o é, por exemplo, a morte de alguém próximo. Assumem, por isso, um cariz excepcional, a que correspondem efeitos também extra-ordinários.

Os entrevistados que integram o perfil resiliente ilustram este tipo de crise. Face aos ferimentos físicos que sofreram e ao impacto psicológico que o acidente teve, não era possível retomarem as suas vidas nos mesmos parâmetros que caracterizavam os seus quotidianos numa fase prévia ao sucedido. Tiveram de realizar inúmeros tratamentos, alguns deles em regime de internamento hospitalar, enfrentaram dificuldades concretas de mobilidade na realização de tarefas comuns do dia-a-dia, deixaram de poder fazer algumas actividades, colocaram em suspenso as suas carreiras profissionais e passaram a olhar para si mesmos e para as suas circunstâncias de forma diferente. Foi-lhes, no fundo, imposta a necessidade de se repensarem a si mesmos e às suas vidas e de reestruturarem os seus percursos em diversas esferas, como estratégia de ajustamento a novos contextos. Para tal, activaram a reflexividade constituída no seio da família, na escola, no trabalho e junto das suas sociabilidades, mas a gravidade da situação em que se encontravam forçou-os também a desenvolverem novas competências reflexivas, orientadas para a superação de problemas, para a reorganização das suas vidas e para a elaboração de novos projectos.

Para o conjunto dos 20 entrevistados desta pesquisa, apenas neste tipo de circunstâncias há lugar à formação de novas competências reflexivas. Para lidarem com crises estruturais e pessoais a reflexividade é geralmente actualizada, reforçada e/ou exponenciada, mas não exige o mesmo tipo de transformação e de reestruturação protagonizada pelos sujeitos que passaram por crises associadas a contingências da vida. É também como resposta a acontecimentos traumáticos, como os que caracterizam os trajectos dos entrevistados com uma reflexividade resiliente, que os sujeitos assumem uma postura mais proactiva face às suas circunstâncias. Para lidarem com crises

conjunturais e pessoais, os indivíduos nem sempre mobilizam a sua capacidade agencial e podem até assumir uma postura mais passiva, como se verificou para o perfil pragmático.

CAPÍTULO X: O EXERCÍCIO DA REFLEXIVIDADE

À discussão dos processos de constituição de competências reflexivas segue-se a análise do modo como as mesmas são activadas e exercidas. Estas dinâmicas foram já identificadas para cada perfil e para cada caso individual, mas importa agora sistematizá-las e aprofundá-las numa análise focada exclusivamente nessa vertente analítica. É dado especial destaque às modalidades de exercício, aos parâmetros de activação contextual, aos tempos associados à mobilização e à relação entre emoções e reflexividade.

10.1. Modalidades de exercício

A reflexividade é analisada nesta pesquisa por referência às suas componentes interna e externa. Ficou claro ao longo das vinte entrevistas realizadas que as competências reflexivas de cada sujeito podem ser exercidas de forma diferente, fazendo uso de suportes distintos. Os indivíduos pensam sobre si mesmos, por referência às suas circunstâncias sociais, através de conversas internas, diálogos que mantêm com outras pessoas em contexto de interacção e mediante práticas de escrita.

Conversas internas

A expressão interna da reflexividade ocorre sob a forma de conversas que cada pessoa mantém consigo mesma, na privacidade da sua mente. São ontologicamente subjectivas, vividas na primeira pessoa e não têm necessariamente transposição para os contextos exteriores. Embora não seja possível observá-las directamente, os relatos dos entrevistados apontam para que as mesmas se expressem através da linguagem, símbolos, imagens e sensações. Não se circunscrevem a uma mera observação do que espontaneamente surge na consciência individual, assumindo antes a forma de um diálogo, no qual os indivíduos são simultaneamente sujeito e objecto de si mesmos.

As pessoas assumem, neste sentido, um papel activo na construção da sua vida interior. Não significa, por outro lado, que tenham um poder ilimitado sobre a sua consciência e subjectividade. Os indivíduos não são deuses nas suas próprias mentes, como Archer sugere. Apesar de assumirem uma postura distanciada e exterior face a si mesmos e às suas circunstâncias, a realidade social não pode ser entendida neste processo apenas na sua vertente externa, na medida em que se encontra também interiorizada nos sujeitos sob a forma de disposições. A interiorização da exterioridade actua como filtro na activação de competências reflexivas. As pessoas não podem controlar inteiramente aquilo que pensam porque as suas reflexões são o produto de vivências em determinados enquadramentos socioeconómicos, que moldaram os seus esquemas mentais e que contribuíram para a delimitação dos seus campos de possibilidade. Neste sentido, quando alguém pondera as suas opções face a uma

determinada dimensão de vida, não surgem no seu plano de consciência certas possibilidades ou obstáculos que são tomados por adquiridos.

Ao contrário do que Archer postula (2012: 14), existem regras sociais no funcionamento das conversas internas. Estes diálogos espelham as normas e valores dos contextos em que os sujeitos se inserem, pelo que nem tudo é concebível pela consciência individual. A lógica do dualismo analítico, de separação ontológica entre sujeitos e estruturas, que viabiliza a análise da sua interacção, tem de ser complementada pela noção de constituição mútua preconizada pela teoria da dualidade da estrutura. O capítulo anterior evidenciou precisamente a articulação entre estas duas componentes.

É através dos diálogos internos que os indivíduos clarificam as suas ideias e crenças, avaliam as suas condições e recursos, tomam decisões e definem projectos com base nas suas preocupações. Não o fazem necessariamente por esta ordem, nem subordinam as suas conversas apenas a questões de fundo, com implicações consideráveis nas suas vidas. Dialogam consigo mesmos tanto para decidirem o que cozinhar para o jantar, como para planificarem a carreira profissional. Deste processo resulta auto-conhecimento e conhecimento do real que lhes permite fazerem sentido do mundo e agirem sobre ele.

Mesmo antes de serem questionados directamente sobre as suas conversas internas, muitas das pessoas entrevistadas, ao narrarem certos episódios das suas vidas, referiram-se espontaneamente a exemplos deste tipo de diálogo.

Eu sentia-me, de facto, muito fraco. Comecei a pensar: “Epá, não pode ser. Então eu vou andar numa cadeira de rodas? Não pode ser. Isso comigo não vai acontecer.” (...) E então o que é que eu fiz? Comecei a pensar: “Tenho que arranjar uma solução para isto.” (...) Utilizava a cama para resolução, para pensar, para dizer: “Agora estás aqui descansado, vais pensar só nisto, vais ver como é que é e como é que não é.” (Luís, 60 anos, 3º ciclo do ensino básico, electromecânico de elevadores)

Quando estou deitada e não me quero levantar para ir acordar eu penso sempre assim: “Margarida, enquanto dormes não aprendes”. (...) Sobretudo quando tenho aquelas aulas que são mesmo muito desinteressantes e que eu podia faltar. Mas penso: “Não, tenho que ir.” (...) Às vezes é que penso: “Será que vou àquela teórica?” Mas depois penso: “Não, vou!” E levanto-me. (...) Quando estou a estudar e não me apetece penso: “Margarida, tens de estudar, tens de conseguir passar. Vá, estuda e não sei quê!” Às vezes gosto que é para ser alguém a motivar-me. Sou eu à mesma, mas quer dizer, parece que é outra pessoa. Então ajuda. (Margarida, 21 anos, estudante de licenciatura)

As conversas internas ocorrem na privacidade da mente, mas ocasionalmente, para algumas pessoas, são transpostas, pelo menos de forma parcial e segmentada, para discurso oral, quando os entrevistados “pensam em voz alta”; aquilo que Goffman (1981) designou por auto-conversa. Em termos gerais, quando questionados sobre este tipo de prática foi comum associarem-na a comportamentos patológicos, pelo que poucos indivíduos a reconheceram como conduta própria. E mesmo aqueles que o fizeram procuraram dela distanciar-se.

Às vezes falo mesmo. Quando estou a escrever na minha agenda e penso: “Não, amanhã tenho que fazer isso e depois fazes aquilo e depois vou ali e ali”. Aí falo em voz alta, quando estou sozinha. Quando estou acompanhada às vezes penso para mim mesma o que é que tenho de fazer e falo comigo

mesma. Às vezes. Não é assim muitas vezes, não sou assim maluca. (Margarida, 21 anos, estudante de licenciatura)

Os diálogos que os sujeitos mantêm consigo mesmos tendem a subordinar-se a um determinado conjunto de actividades mentais, que podem ser sumariadas na listagem proposta por Archer (2003b: 161; 2007a: 91). De facto, tornou-se claro para o grupo das 20 pessoas entrevistadas que essas dez actividades mentais dão conta das principais dinâmicas de exercício da reflexividade por via interna. Archer concluiu que nem todas as pessoas investem na totalidade das dez actividades. Contudo, aquilo que ficou bem evidente na presente pesquisa é que todas elas estão presentes na vida interior dos sujeitos, embora em grau distinto. Os indivíduos nem sempre as reconheceram quando questionados directamente, mas os seus relatos biográficos forneceram ilustrações que contrariavam as suas respostas.

Do ponto de vista analítico é relevante distinguir cada uma das dez actividades mentais e perceber as suas especificidades, mas importa também ter presente a existência de múltiplos pontos de contacto entre elas.

A planificação surge como um dos exercícios reflexivos mais frequentes e facilmente reconhecidos pelas pessoas entrevistadas. O acto de organizar a alocação de tempo e a ordenação de tarefas, compromissos e actividades em diferentes esferas de vida e para diferentes espaços temporais (a curto, médio ou longo prazo) assume-se como um dos motivos que mais leva os sujeitos a activarem as suas competências reflexivas. Numa base quotidiana, planificam refeições, tarefas domésticas, laborais e familiares, bem como os parâmetros de conciliação entre diferentes esferas de vida (trabalho, família, sociabilidades, lazer)⁹⁵.

É, fico, fico a pensar. Digo: “O que farei...?” Olha, hoje já estou a pensar: “O que faço para o jantar?” É verdade. Penso. Diz o meu marido: “Ainda não acabaste de comer, já estás pensando no que tens de fazer para amanhã!” (Regina, 56 anos, 1º ciclo do ensino básico, empregada de limpeza)

Chego ao domingo e tenho a semana toda na cabeça, tudo muito planeado. Isso planeio imenso, deixo muito pouco espaço à improvisação (Rita, 29 anos, mestrado, produtora de eventos)

Planeio o que vou ter de fazer, onde é que vou ter de ir, a que horas é que vou ter que lá estar. (Margarida, 21 anos, estudante de licenciatura)

Antes quando trabalhava, quando me levantava no outro dia de manhã, de um modo geral, eu já tinha o dia todo pré-determinado (...) já tinha os objectivos do dia feitos, que eu tinha pensado no dia anterior na cama. (...) Eu não só tinha que planificar o trabalho das pessoas que tinha a meu cargo, como tinha que planificar o meu (...) Já planifiquei as refeições para hoje, para amanhã que vem cá o meu filho, já planifiquei para 6ª e já planifiquei para sábado. (...) Mas agora só dá para planificar o

⁹⁵ Os esforços de conciliação entre esferas de vida, sobretudo entre trabalho e família, tornam-se frequentemente, como tem vindo a ser apontado em diversas pesquisas (para o contexto português ver, por exemplo, Guerreiro e Carvalho, 2007; Guerreiro e Rodrigues, 2007; Rodrigues, Beham e Etherington, 2011; Torres, 2007, 2008), em fonte de stress e insatisfação pela complexidade que muitas vezes os sujeitos têm de gerir no quotidiano, constituindo, por isso, potencialmente, uma plataforma favorável à activação da reflexividade individual.

almoço e o jantar. (...) Planifico tudo. Até a reciclagem. (Luís, 60 anos, 3º ciclo do ensino básico, electromecânico de elevadores)

A planificação não se cinge, contudo, à organização pessoal quotidiana, assumindo também contornos de longo prazo. Os entrevistados planeiam casar, ter filhos, conseguir uma determinada inserção profissional, investir nos estudos, comprar uma casa, um carro ou outro tipo de bens, viajar, tirar a carta de condução. E imaginam concretizar estes projectos num espaço de alguns anos. As projecções elaboradas a uma distância temporal considerável não assumem o mesmo tipo de parâmetros do planeamento diário e remetem para uma ideia mais abstracta de futuro. Isto porque se no dia-a-dia conseguem prever com maior precisão aquilo que precisam de fazer para concretizarem os seus objectivos, o mesmo não sucede para planos a longo prazo. Não é possível anteciparem com exactidão os seus contextos de acção futuros. São projectos fundados em ambições, desejos, aspirações, cuja concretização real depende sempre da articulação de um conjunto diversificado de factores.

A ponderação é outra das actividades mentais reconhecida por todos os entrevistados. Reflectem sobre problemas com que se deparam, sobre situações e relacionamentos. Podem fazê-lo como exercício de avaliação posterior a um determinado acontecimento: avaliam a sua própria conduta, a dos outros, os contextos, os modos de relacionamento e o que poderia ter ocorrido de maneira diferente. Mas é também frequente que o façam como forma de preparar a acção, geralmente antecedendo uma dada ocorrência, pesando os prós e os contras, pensando no que devem fazer ou dizer, como devem lidar com a situação ou como interpretá-la. Podem ponderar sobre os parâmetros e o rumo de um relacionamento amoroso, podem reflectir sobre um problema com que se depararam no trabalho ou podem pensar no que devem fazer quando estiverem numa dada situação.

Eu pondero não só os prós e os contras, mas qual é a maneira melhor de fazer as coisas sem também prejudicar, que eu também penso nos outros (...) tento sempre ponderar muitos as coisas para não prejudicar ninguém. E também para não ser prejudicado. (Luís, 60 anos, 3º ciclo do ensino básico, electromecânico de elevadores)

Hoje se calhar vou pensar: “será que não fui maçador na entrevista? Será que respondi tudo como ela gostava que eu lhe tivesse respondido? Será que fui feliz na forma como comuniquei as coisas?” (...) Não antevendo o problema, mas após o problema. Sei que já não será muito útil, mas quanto mais não seja para em caso de o problema se voltar a repetir no futuro, eu me obrigar a ter presente que já o passei e já o vivi e, portanto, que terei a obrigação, sinto isso para mim, de lidar com o problema de uma maneira diferente de forma a contorná-lo melhor. (...) Ponderar no sentido de reflectir sobre como aconteceu, indagar, perguntar porque terá acontecido daquela maneira. No caso de um problema que tenha acontecido, o que é que terá causado aquele problema, como é que foi a minha lidação com esse problema. (Gil, 21 anos, estudante de mestrado)

Acho que sou normalmente ponderada. Não se vai pôr, num dia em que está a chover torrencialmente, roupa na máquina porque já sabemos que naquele dia não vai secar, vai ficar dentro da máquina e não fica bem, não cheira tão bem. (Rosa, 70 anos, 3º ciclo do ensino básico, preparadora química)

A ponderação surge muitas vezes associada a outra actividade mental, que diz respeito ao processo de tomada de decisão. É com base nas reflexões decorrentes do acto de ponderar que os sujeitos tendem a optar por se comportar de uma determinada maneira.

Para aquilo que eu precisei na altura de decidir, que era comprar casa, passei algum tempo a pensar como é que iria fazer e como é que é a procura de casa, e depois a procura, o banco que me emprestava dinheiro, o que faltava e tudo isso. (Nuno, 37 anos, ensino secundário, vigilante)

Em decisões importantes pondero muito e demoro a decidir. Além de ponderar eu demoro muito tempo a fazer essa ponderação. Aí sim, sinto necessidade de avaliar tudo antes. (...) Tudo o que possa ter consequências a longo prazo é que é muito ponderado. (Miguel, 28 anos, estudante de mestrado, técnico superior da administração pública)

Depende do que for, peso os prós, os contras, as vantagens. Normalmente há dois caminhos. Penso nos prós e contras de cada um e tomo a decisão. (Helena, 33 anos, licenciatura, técnica superior da administração pública)

Muitas vezes, esta minha reflexão é para tomar decisões. O que é que hei-de fazer? Como é que hei-de agir? O que é que hei-de fazer em relação àquilo? (...) Mas depende dos contextos, claro. Há decisões que eu tomo muito facilmente, até porque há uns que para mim são muito óbvios e muito básicos e tomo-os automaticamente. Mas a maior parte das vezes, não. A maior parte das vezes penso bastante até antes de tomar uma decisão. Se for uma coisa em grande, importante, penso bastante. (Rita, 29 anos, mestrado, produtora de eventos)

Estabelecer prioridades é também parte integrante das conversas internas dos sujeitos. Através deste exercício os indivíduos definem aquilo que é mais ou menos importante nas suas vidas, o que exige maior ou menor atenção da sua parte e o que tem urgência de ser feito ou o que pode ser adiado. Para além de ser determinante na definição das suas preocupações centrais, apoia ainda a organização pessoal.

Isso é o que fazemos todos os dias. Eu e toda a gente. Toda a gente estabelece prioridades. O facto de eu estar aqui e não estar ali a fazer uma ficha de leitura daquele livro, defino uma prioridade. Eu assim determinei que isto era mais importante. Faço isso com tudo. (...) Quando eu digo a um colega meu que não tenho tempo para ir beber uns copos (...) é uma hierarquia das minhas prioridades. Porque se a minha prioridade fosse ir beber aquele copo, era aquilo que eu ia fazer e não outra coisa. (Miguel, 28 anos, estudante de mestrado, técnico superior da administração pública)

Quando tenho tarefas que têm prazos tenho de ter prioridades. (...) Então o que eu tento fazer é priorizar as coisas: “esta está primeiro e acabou, vamos passar para a outra”. (Lourenço, 45 anos, doutoramento, professor universitário)

As coisas que tenho de fazer primeiro, que estão em primeiro plano e as que podem passar para segundo plano, que não têm tanta importância. (Margarida, 21 anos, estudante de licenciatura)

É uma coisa que eu tenho que estar sempre a fazer no trabalho, mas faço também mesmo na minha vida em casa. Prioridade em relação ao que devo fazer ou não, ou o que é que é preciso fazer com mais brevidade, o que é que é mais importante. (Marta, 48 anos, doutoramento, professora universitária)

Um dos exercícios reflexivos mais comuns entre os entrevistados é a realização de cálculos. Calculam quanto dinheiro têm, quanto têm de gastar, quanto podem despende e quanto conseguem poupar. Preocupações centradas em poupanças familiares tendem a assumir aqui centralidade. Para além de questões monetárias, o cálculo é ainda realizado para estimar o tempo e o esforço necessários para levarem a cabo determinadas práticas.

Penso que tenho que ter ali o dinheiro: este é para a luz, aquele é para a água, o outro é para o gás, gastei x em carne, gastei x em peixe. (Filomena, 58 anos, 2º ciclo do ensino básico, empregada doméstica)

Por exemplo, faço contas mais ou menos por alto do que vou gastar, se dá para comprar umas coisas, ou para programas em família. (...) Se calhar é triste, mas é verdade, calculo mesmo. Por exemplo, eu sei que tenho x na conta e preciso comprar pão, leite e iogurtes. Já cheguei a ir com uma calculadora e somar para não ultrapassar o valor porque me bastou uma vez. (...) Por exemplo, as facturas, tenho sempre isso em ordem, somar o que tenho para pagar e depois o que se pode usar mais ou menos. (...) Quando começou a crise eu enchi a despensa com coisas que davam para dois anos. Enchi com massas, arroz... Fome a gente não pode passar. (...) Calculo principalmente a poupar e tentar pôr de parte alguma coisa para as minhas filhas, nem que seja só um bocadinho. (Irina, 34 anos, ensino secundário, empregada doméstica)

Ainda ponho ali a minha reformazinha para ver se consigo ainda juntar algum para depois dar aos meus netos (...) Mas toda a vida gostei de ter, se posso gastar agora 10 mas deixar 20 de lado, não haja um azar qualquer. (Palmira, 62 anos, não sabe ler nem escrever, empregada doméstica)

Eu gosto de ter o dinheiro contado, daquilo que gastei, daquilo que gasto, daquilo que vou gastar, daquilo que ponho de parte para alguma eventualidade. (Nuno, 37 anos, ensino secundário, vigilante)

Gostaria de ter alguns conhecimentos de informática, mas também tenho que calcular se é possível ter mais despesa relativamente a comprar um computador, a ter Internet. (...) Eu imagino, mas tenho depois que calcular que não é possível. (Rosa, 70 anos, 3º ciclo do ensino básico, preparadora química)

Quando vou fazer uma viagem ou quando quero organizar melhor o meu tempo, tenho que estar a pensar: “Saio às não sei quantas horas, depois x horas para aqui, depois saio àquela hora...” Ou com o dinheiro a mesma coisa: “Já gastei isto, ainda tenho isto, tenho de gastar ali, ali e ali.” (Margarida, 21 anos, estudante de licenciatura)

Para definirem aquilo que pensam sobre um dado assunto, situação, problema ou pessoa é comum dedicarem-se a práticas de clarificação na privacidade das suas mentes.

Isso eu também costumo fazer com alguma frequência. Sobretudo em momentos da minha vida como está a ser este agora, do mestrado, em que houve muitas pessoas que nunca tinha visto e a ansiedade de as conhecer. (...) Há, de facto, certas atitudes que muitas vezes eu não compreendo porque eu tenho também muito por hábito fazer o exercício de me tentar colocar no lugar do outro: “será que se eu fosse aquela pessoa, sabendo eu o que sei sobre ela, tomaria aquela decisão ou será que tomaria uma outra?” Há muitas coisas que por uma questão de necessidade eu acho que é importante clarificar. (Gil, 21 anos, estudante de mestrado)

Clarificar sobre outras pessoas, clarificar sobre como procedeu, como pensa, como vive. (Rosa, 70 anos, 3º ciclo do ensino básico, preparadora química)

Para mim é importante perceber e às vezes acontecem, sei lá, coisas que nós não percebemos, ou coisas que se dizem e para mim é fundamental perceber. Primeiro, porque quando nós não percebemos tendemos a fazer julgamentos errados. E, por vezes, isso leva-nos a situações às vezes complicadas porque não percebemos, porque não chegamos lá, porque não foi claro para nós. Eu tento muito clarificar as coisas, gosto das coisas claras, gosto das coisas transparentes. (Marta, 48 anos, doutoramento, professora universitária)

Se há assim um problema qualquer, uma questão qualquer, aí sim, penso um bocadinho, tento clarificar o que é que sinto em relação àquela pessoa, àquilo que se passa, ao que aconteceu. (Rita, 29 anos, mestrado, produtora de eventos)

Muito comum entre os entrevistados é o acto de reviverem o passado. Frequentemente entregam-se a memórias de determinadas fases das suas vidas, de certos acontecimentos ou de relações. Recordam sobretudo momentos positivos e procuram afastar do seu campo de consciência experiências que tiveram um impacto mais negativo nos seus percursos. Fazem-no geralmente quando estão sozinhos, menos ocupados e retiram deste exercício uma sensação de bem-estar. Por vezes revivem o passado na sequência de determinados estímulos, como conversas com familiares ou amigos, fotografias, músicas ou mesmo odores ou sabores.

Revivo. Eu penso muitas vezes no meu passado porque uma pessoa chega a esta idade e pensa que passou por anos tão bonitos. (Filomena, 58 anos, 2º ciclo do ensino básico, empregada doméstica)

Gosto de reviver as coisas positivas. (...) É muito raro eu estar: “Bom, agora deixa-me lá ver o que é que me aconteceu de negativo para eu me chatear outra vez.” (...) Começo a reviver e começo a ficar todo contente. Coisas que me aconteceram, sei lá, coisas simples. Um bom almoço com os amigos para mim é uma coisa positiva. É um momento de convívio, de vez em quando estou a revivê-lo. Coisas que me aconteceram também quando era miúdo. Parecendo que não, a pessoa sente-se bem. (Luís, 60 anos, 3º ciclo do ensino básico, electromecânico de elevadores)

Geralmente quando não tenho nada que fazer. (...) são períodos onde geralmente lembro-me do que foi bom, raramente me lembro do que foi mau, é engraçado. A minha cabeça remete-me para coisas boas. (...) Momentos interessantes, positivos. Posso-me lembrar do meu casamento, também é positivo. (...) Lembro-me do meu irmão, lembro-me de quando era novo, lembro-me de quando andava na escola, lembro-me de ter ficado duas horas a olhar para a parede, lembro-me de jogar à bola quando era novo, lembro-me de beber uns copos até as orelhas baterem palmas (...) só quando entro assim em período de descanso, período de descontos. Fico assim meio adormecido e aí lembro-me, principalmente se tiver estado recentemente a falar disso ou de alguma coisa parecida. (Miguel, 28 anos, estudante de mestrado, técnico superior da administração pública)

Acho que foi no ano passado, foi um ano de espectacular revivalismo porque pela primeira vez, desde que eu tinha vindo para Lisboa, encontrei-me sozinho numa casa e entre outras coisas, deu-me para aí, para começar a pensar (...) Muitas vezes recordava-me de situações e tentava de facto revivê-las (Gil, 21 anos, estudante de mestrado)

Quando estou em casa e estou relaxada e não tenho assim nada que fazer e que possa estar a pensar no passado. Às vezes gosto de pensar em coisas passadas. Ou quando ouço uma música que me lembra qualquer coisa, um amigo, ou um acontecimento, ou uma viagem. Uma fotografia disto ou daquilo. Gosto de reviver, sim. (Margarida, 21 anos, estudante de licenciatura)

Para além do passado, o futuro é também alvo de reflexão. As pessoas entrevistadas imaginam como vai decorrer uma dada situação, o que podem vir a fazer, a profissão que vão ter, quem vão conhecer, o que aconteceria se fizessem ou dissessem determinada coisa. Podem tratar-se de projecções futuras, de objectivos que querem concretizar ou podem assumir um cariz mais onírico e improvável.

Por exemplo, a primeira entrevista consigo, fiquei a pensar naquilo: “mas como é que vai ser?” (Irina, 34 anos, ensino secundário, empregada doméstica)

Imagino-me por exemplo a fazer umas aulas de restauração de coisas antigas, recuperar. (...) Gostava de aprender inglês. (...) Tenho assim essas imaginações de vir a aprender coisas. (...) E não tenho a ideia de lado. É claro que a par disto vêm também outras imaginações dos 70 anos. (...) Optar por largar a minha casa e ir para um lar deveria ser sempre uma escolha pessoal. Claro que agora ainda não se põe esse caso porque ainda me mexo bem sozinha. Mas se houver dependência essa questão vai ter que se pensar. (Rosa, 70 anos, 3º ciclo do ensino básico, preparadora química)

Também imagino. (...) No futuro. Onde é que eu vou estar, o que é que eu vou estar a fazer, com quem é que eu vou estar. Essas coisas todas. (...) De futuro. Ou então penso: “Então e se agora me acontecesse isto? Então e se agora eu fosse ali e me acontecesse aquilo?” Gosto imenso de imaginar essas coisas todas. (...) Às vezes penso onde é que poderia estar daqui a uns anos. Se podia estar a trabalhar num sítio que eu gostasse, fora ou aqui em Portugal. Como é que vai ser a clínica onde eu vou trabalhar. Aquelas coisas assim. E se agora eu fosse a um sítio qualquer e descobrisse que afinal gostava de uma coisa completamente diferente daquilo que estou a fazer agora. (Margarida, 21 anos, estudante de licenciatura)

Em determinadas alturas em que acontecem certas coisas eu penso: “como é que estarei daqui a 10 anos?” Não sei porquê daqui a 10, podia ser daqui a um ou daqui a 20. Mas, de facto, penso muitas vezes nisso. (Marta, 48 anos, doutoramento, professora universitária)

A preparação da acção proporcionada pelo exercício da reflexividade ocorre também através de ensaios. Os sujeitos praticam aquilo que vão fazer, mas sobretudo o que querem dizer numa situação futura. Preparam telefonemas, interacções em copresença, discursos em reuniões de trabalho, apresentações em aulas. Este exercício concede-lhes maior segurança por lhes permitir identificarem as suas dificuldades, corrigirem os seus desacertos e ajustarem as suas condutas e discursos. Ocorre geralmente para preparar situações em que não se sentem confortáveis.

A partir do momento em que eu disse que tinha que telefonar andei a ensaiar uma série de tempo o que é que lhe devia dizer. Punha-me ao telefone com ele e tal, imaginava o que é que ele me dizia e eu depois respondia-lhe. Portanto, fiz essa cena toda uma série de vezes. Até que um dia disse: “Não, pá, tu tens que deixar já de ensaiar e vais já pegar no telefone e vais telefonar à pessoa, se não nunca mais saís disto.” E assim foi. (...) Vejo qual é os erros que posso cometer e de certa maneira isso ajuda-me. (Luís, 60 anos, 3º ciclo do ensino básico, electromecânico de elevadores)

Por exemplo, quando me ligam as empresas com promoções e com coisas, eu tenho sempre alguma dificuldade em ir ouvindo e ir pensando no que hei-de dizer. Porque é uma situação que, não sendo nova para mim, me continua a ser estranha, desconfortável e, portanto, quando há por outro lado a necessidade de ser eu a fazer um telefonema a alguém, tento imaginar na minha cabeça para mim como é que será a conversa. (...) Convém que eu tenha pensado, tenha posto essa hipótese, para ter já uma ideia do que lhe responder. (Gil, 21 anos, estudante de mestrado)

Até é um bocadinho irritante para mim própria, ir no caminho a ensaiar a conversa toda na minha cabeça. Ou então, imagina que tenho um problema, isto acontece-me imenso, preciso de desabafar com alguém e então é de manhã, eu marco um encontro com uma amiga minha para o final do dia. Sou capaz de estar o dia inteiro a fazer a conversa na cabeça. O que é que eu lhe vou dizer, como é que eu lhe vou expor a questão, não me posso esquecer de lhe dizer qualquer coisa. (...) Há uns tempos no trabalho substituí a minha colega de marketing e eu não sou de marketing, nem de perto nem de longe. E aí imaginei tudo, pormenor a pormenor, o que é que ia dizer, o que é que ia fazer. E ensaiava porque não estava à vontade. (Rita, 29 anos, mestrado, produtora de eventos)

As pessoas entrevistadas mantêm ainda conversas imaginárias nas suas mentes. Distinguem-se dos diálogos ensaiados pelo facto de não decorrerem da necessidade de preparar um determinado evento. Os sujeitos imaginam falar com alguém que não conhecem, e que poderão nunca vir a conhecer, e quando dialogam com familiares, amigos ou colegas fazem-no sem perspectivarem uma situação real em que essa conversa possa vir a ocorrer.

Às vezes, por exemplo, uma pessoa que não vejo há muito tempo e então imagino que a vejo num sítio qualquer, num centro comercial, aqui ou acolá, e mantemos ali uma conversação. (...) Sei lá, por exemplo, encontro um familiar e ele diz-me: “então pá, o que é que tens feito de ti? Nunca mais apareceste, nunca mais disseste nada”; e eu digo: “Está bem, pá, e então e tu, pá, também a última vez que nos encontrámos ficaste de me telefonar e não sei quê”. Essas coisas assim, está a ver? Esse tipo de conversações. E depois imagino a reacção deles e tudo isso. (Luís, 60 anos, 3º ciclo do ensino básico, electromecânico de elevadores)

Todas as pessoas entrevistadas exercem as suas conversas internas através destas dez actividades mentais: planificar, ponderar, decidir, estabelecer prioridades, calcular, clarificar, reviver, imaginar, ensaiar e estabelecer conversas imaginárias. Fazem-no distanciando-se de si mesmas, tomando-se como objecto e tendo sempre em consideração as suas circunstâncias (presentes, passadas ou futuras). Nalgum ponto dos seus percursos biográficos tiveram já a experiência de pensarem nestes parâmetros. Contudo, a intensidade com que o fazem e os assuntos que submetem a reflexão são diferentes consoante os seus perfis reflexivos. Esta diferença decorre do facto de algumas actividades mentais estarem mais associadas a determinados perfis do que outras.

Para o grupo que integra os sujeitos com uma reflexividade auto-referencial, as dez actividades mentais são exercidas de forma transversal relativamente a esferas de vida e tópicos de reflexão. São aqueles que mais facilmente reconhecem a prática de cada um destes exercícios reflexivos, que assumiram levá-los a cabo num maior número de circunstâncias e que mais facilidade tiveram em falar sobre eles. Destacam-se ainda dos restantes entrevistados pelo facto de investirem mais frequentemente e com maior intensidade em práticas mentais como sejam imaginar, ensaiar, estabelecer conversas imaginárias, priorizar e planificar. São actividades que remetem mais directamente para o cariz auto-referencial da sua reflexividade. Para além disso, muitas destas práticas são exercidas através da aplicação de competências aprendidas, nomeadamente na escola. É o caso da planificação e do cálculo, para os quais tendem a elaborar esquemas, mapas de actividades,

horários pormenorizados, listagens detalhadas e quadros de gastos e despesas, muitas vezes com o suporte de meios informáticos. Recorrem, portanto, a instrumentos externos para objectivarem os seus diálogos internos.

O perfil pragmático, orientando-se principalmente para reflexões sobre questões mais operativas e práticas centra-se sobretudo na planificação de tarefas domésticas e laborais e no cálculo de despesas. Os sujeitos com um modo de reflexividade funcional, com uma visão mais estratégica dos seus percursos, dedicam mais tempo ao processo de tomada de decisão, precedido por ponderação e prosseguido por priorização. Quanto aos resistentes, tendo por objectivo central manterem as suas condições materiais de existência, investem sobretudo na gestão financeira do agregado, através da elaboração de cálculos, e na tomada de decisão quanto aos sacrifícios que a família tem de empreender. Têm também por hábito reviver, reflectindo sobre situações passadas que poderiam ter ocorrido de forma diferente. O perfil resiliente, orientado para a superação de problemas, é aquele que atribui menor importância a actividades como reviver o passado e imaginar o futuro. Os sujeitos que se inserem neste grupo não gostam de revolver aquilo que aconteceu e o que fizeram, pelo facto de os seus percursos terem sido marcados e reestruturados por acontecimentos traumáticos. Não reconhecem também relevância ao exercício de se imaginarem no futuro, pelo facto de já terem visto as suas projecções ficarem comprometidas inesperadamente.

Conversas externas

O exercício da reflexividade não se circunscreve à privacidade mental dos indivíduos. As conversas internas representam processos fulcrais de activação da reflexividade, mas não assumem um carácter exclusivo. Atendendo ao cariz relacional da vida em sociedade, a reflexividade não fica contida numa zona de privacidade individual, sem contacto algum com o exterior. Até porque mesmo esse espaço é construído relacionalmente, como se viu no capítulo anterior. As dez actividades reflexivas acima discutidas são também susceptíveis de serem exercidas exteriormente e expressas discursivamente em contextos de interacção (em copresença ou de forma mediada).

Por exemplo, as planificações são muitas vezes feitas conjuntamente com amigos para organizarem uma actividade em grupo. A ponderação pode ser feita pelos membros de um mesmo agregado doméstico, que fazem uma reflexão conjunta, apresentando e discutindo ideias, para tomarem uma determinada decisão. Muitas vezes em contexto laboral os indivíduos definem as suas próprias prioridades em debate com a equipa de trabalho em que estão inseridos. Para quem vive em conjugalidade os cálculos relativos às despesas fixas mensais são com frequência realizados conjuntamente. Quando os sujeitos querem clarificar aquilo que pensam acerca de uma dada pessoa recorrem muitas vezes a terceiros para recolherem mais informação e conhecerem outras opiniões. O acto de reviver é parte integrante de reuniões familiares e de amigos, nas quais recordam em grupo

experiências passadas partilhadas. Um casal de namorados pode imaginar a sua vida futura depois de casarem e de terem filhos. Praticar aquilo que se vai dizer num dado contexto pode ser feito em presença e com o apoio de um amigo ou familiar. Um jovem que tem um interesse amoroso por alguém pode ser incentivado pelo seu grupo de amigos a imaginar uma conversa com essa pessoa.

O exercício da reflexividade através de conversas externas resulta de diferentes situações. Desde logo, porque os sujeitos não vivem isolados e encontram-se enquadrados em múltiplas redes de relacionamento, com base nas quais têm de considerar as suas condutas. A necessidade de cooperação, quer numa base quotidiana, quer a longo prazo, exige que em inúmeras situações a reflexão seja partilhada e a acção seja preparada conjuntamente. Há projectos definidos em grupo, nomeadamente de conjugalidade; há formas de conciliação entre esferas de vida, como entre o trabalho e a família, que exigem reflexão partilhada para a definição de uma estratégia adequada; há planificações que só podem ser consideradas se assentarem no apoio disponibilizado por terceiros.

Quando se trata de questões de natureza colectiva, o exercício da reflexividade tem de assentar, pelo menos em parte, em conversas externas. Por outro lado, os indivíduos podem, de facto, prosseguir objectivos individuais que dão lugar à elaboração de projectos, com base nos constrangimentos e possibilidades dos seus enquadramentos sociais. Mas esses contextos são também espaços de interacção, permeados pelos objectivos e projectos de outras pessoas, que podem interferir nos planos de cada sujeito. Neste sentido, tanto a definição dos projectos individuais, como a sua implementação incorporam esta componente relacional.

O exercício de conversas externas pode também resultar da atribuição que os sujeitos fazem aos que lhe são próximos de um papel de confidentes, conselheiros ou simplesmente ouvintes. Junto de amigos e familiares as pessoas entrevistadas exercitam a sua consciência discursiva para desabafarem, pedirem conselhos, clarificarem ideias ou partilharem preocupações. Estes diálogos assentam muitas vezes em reflexões prévias que tiveram lugar isoladamente nas mentes individuais. Contudo, não representam uma transposição directa de conversas internas para contexto de interacção. Não só porque os diálogos interiores não são apenas exercidos através da linguagem, como também porque a própria situação de copresença influi no modo como os sujeitos moldam o seu discurso. Faz, portanto, sentido considerar as conversas externas como distintas dos diálogos que ocorrem na privacidade mental dos indivíduos e analisar as suas especificidades.

A maior parte dos entrevistados tem como prática frequente procurar activamente as pessoas que lhe são mais próximas para obter alguma reacção aos seus pensamentos e sentimentos. O mais comum é recorrerem a amigos e familiares quando estão perante a necessidade de tomarem uma decisão com implicações consideráveis nas suas vidas. Reúnem opiniões e conselhos e encontram um espaço de reflexão conjunta, onde podem expressar as suas preocupações e os seus próprios argumentos. Verbalizar pensamentos é também objectivá-los, construí-los e actualizá-los, o que contribui para clarificarem as suas próprias ideias. A importância desta vertente fica bem expressa na

frequência de terapia por parte de alguns entrevistados, que sentem ser útil ter espaços e momentos próprios para fazerem este exercício. Falar com alguém próximo nem sempre é suficiente pelas dinâmicas de ocultação e vergonha que muitas vezes interferem na interação. Conversar com uma pessoa estranha torna, nestes casos, o processo de objectivação das reflexões internas mais fluido e aproximado da privacidade interna.

A procura de familiares e amigos com fins reflexivos é ainda uma forma de validarem as suas opções e racionalizações. Em muitas circunstâncias precisam de compreender qual o posicionamento de pessoas que lhes são próximas e cuja opinião valorizam para definirem ou reforçarem a sua posição face a um dado assunto. Noutros casos, em conversa com amigos e familiares questionam os seus motivos, alteram a sua argumentação e passam a olhar para o problema que enfrentam de maneira diferente.

As competências reflexivas dos sujeitos são exercidas discursivamente em contexto de interação de forma selectiva. Os entrevistados partilham as suas preocupações e procuram aconselhamento para questões distintas junto de pessoas diferentes. Depende da intimidade da relação e do âmago da conversa. É frequente estabelecerem segmentações a este respeito, de acordo com a receptividade que pensam encontrar por parte das pessoas, com a valorização dos conhecimentos e experiência desses sujeitos face ao assunto que os preocupa, e com os laços emocionais que com eles mantêm.

Mas o exercício da reflexividade em interação não resulta sempre da procura directa de reflexões conjuntas. Existem inúmeras situações em que as competências reflexivas são activadas de modo mais espontâneo. Até porque as próprias dinâmicas de interação estão permeadas e suscitam, em diferentes graus, a reflexividade individual. Os sujeitos têm a capacidade de ajustarem os seus comportamentos às normas, implícitas e explícitas, dos contextos por onde se movem e às pessoas com quem aí se cruzam (Burns e Flam, 2000).

Grande parte da adequação das condutas em interação ocorre de forma mais mecanizada, porque os seus princípios foram interiorizados ao longo do percurso biográfico, principalmente quando se tratam de enquadramentos mais familiares e de presença mais constante. Mas existe sempre um grau de imprevisibilidade nos contextos de copresença que não torna possível aos indivíduos, em todos os momentos, anteciparem aquilo que vai acontecer e como devem responder. O rumo de uma interação depende sempre de inúmeros factores que os sujeitos não podem controlar inteiramente, pelo que têm de se ajustar frequentemente aos parâmetros que encontram, o que implica activação de competências reflexivas. Os sujeitos têm de pensar acerca do melhor comportamento a adoptar em determinada situação, tendo em consideração as características das pessoas com quem estão e aquilo que está ao seu alcance fazer.

A definição da situação é feita de negociações conjuntas, mediante as quais os actores sociais controlam certos aspectos dos seus comportamentos (as emoções que veiculam, os gestos que fazem

e sobretudo aquilo que dizem e como se expressam verbalmente) para transmitirem uma imagem específica de si mesmos. Estas dinâmicas de auto-disciplina decorrem de reflexões levadas a cabo silenciosamente nas mentes individuais, mas também, por vezes simultaneamente, de diálogos reflexivos que os sujeitos mantêm com as pessoas com quem interagem. Os entrevistados referem-se frequentemente a situações em que sentem necessidade de reflectir conjuntamente com as pessoas que têm na sua presença para clarificarem certos aspectos do contexto em que estão a agir e da conduta que ambos estão a adoptar.

O exercício da reflexividade através de conversas externas ocorre em consonância com os parâmetros de definição dos cinco perfis reflexivos. O modo auto-referencial estrutura-se, em grande medida, em torno da centralidade que os diálogos internos assumem relativamente à forma como os sujeitos pensam sobre si mesmos no mundo. Neste sentido, a activação da sua consciência discursiva tende a ocupar um papel secundário neste processo. Os relatos dos sujeitos com uma reflexividade auto-referencial apontam para o facto de exercerem frequentemente as suas competências reflexivas quando estão na presença de outras pessoas. Mas fazem-no sobretudo internamente, nem sempre verbalizando os seus pensamentos, impressões e avaliações.

São indivíduos particularmente reservados e selectivos, não só naquilo que optam por partilhar com os outros, como também nas pessoas que escolhem para o fazer. Não têm por hábito procurar frequentemente diálogos reflexivos com outras pessoas porque os conseguem resolver sozinhos, mas, quando o fazem, geralmente recorrem a alguém com quem mantêm uma forte proximidade emocional. As suas confidências, desabafos e pedidos de aconselhamento são segmentados por diferentes grupos de pessoas, de acordo com a relação que com eles mantêm e com o tipo de assunto que querem discutir. Esta segmentação é ainda susceptível de ser alterada consoante as fases de vida. Os entrevistados que integram este perfil revelam uma flexibilidade considerável na adaptação ao registo discursivo, às preocupações e ao comportamento das pessoas com quem interagem.

Quando sentem que não está ao seu alcance resolver os seus problemas pessoais, nem ao daqueles que os rodeiam, recorrem a apoio profissional, através da terapia. Optam por partilhar com um estranho, e não com pessoas que lhes são próximas, determinadas preocupações e estados emocionais, e obter aconselhamento neste contexto é revelador não só da sua postura de resguardo, mas também da importância que assume controlarem a imagem que transmitem de si para os outros. As consequências sociais de partilharem confidências com um terapeuta podem ser menos relevantes e decisivas do ponto de vista identitário, no sentido em que os sujeitos receiam que a imagem que os outros significativos têm de si mude caso confidenciem determinados aspectos das suas vidas interiores. Como a relação mantida com o terapeuta é circunscrita ao contexto das sessões, não comprometem os seus relacionamentos com familiares e amigos, bem como a apresentação de si que junto deles fazem. A terapia assume-se, neste âmbito, como um tipo particular de suspensão da

realidade, permitindo a exposição e exploração de certas facetas de personalidade, preocupações de vida e representações que habitualmente permanecem ocultas.

Os entrevistados com um perfil reflexivo funcional recorrem ainda com menor frequência a interações discursivas com terceiros. São indivíduos particularmente confiantes na sua capacidade de reflectir, resolver problemas e ultrapassar obstáculos. Neste sentido, contam sobretudo com as suas conversas internas para pensarem sobre si mesmos no mundo e para tomarem decisões. Assumem em exclusivo responsabilidade pelas suas ideias e escolhas, pelo que o recurso a terceiros significaria envolver pessoas em problemas que só a eles dizem respeito e que, por esse motivo, não conseguiriam ter um entendimento aprofundado daquilo que está em causa. Para estes entrevistados depender de validação externa é, de certa forma, entendido como um sinal de fraqueza, na medida em que colocaria em causa as suas competências de pensarem autonomamente e de forma fundamentada nas suas preocupações. Para além disso, têm também uma postura de resguardo da sua privacidade. Não significa, por outro lado, que nunca exerçam as suas competências reflexivas em interacção. Fazem-no, contudo, para assuntos que envolvem outras pessoas e que, por isso, implicam também as suas percepções e opções.

Os restantes três perfis (pragmático, resistente e resiliente) são aqueles em que os sujeitos mais recorrem e valorizam as conversas com outros significativos para reflectirem sobre problemas, eventos ou relações. Reconhecem a utilidade de clarificarem as suas ideias, confrontarem opiniões e perspectivas, e apoiarem a tomada de decisão. Fazem-no para um leque mais alargado de pessoas, assuntos e circunstâncias do que os entrevistados dos perfis auto-referencial e funcional.

No caso dos modos reflexivos pragmático e resistente a importância que as conversas externas assumem é indissociável do papel que as redes de relacionamento, sobretudo a família, mas também amigos e vizinhos, desempenham em termos de apoio financeiro e emocional. Estes dois grupos integram as pessoas que enfrentam mais problemas económicos e que, não tendo apoios externos, mais dependem das suas redes para ultrapassar ou minimizar as dificuldades que vão surgindo. Esta procura estende-se para lá das questões financeiras e assenta também no desabafo de estados emocionais, na procura de aconselhamento e na partilha de preocupações.

Quanto aos entrevistados com um modo reflexivo resiliente, a recuperação dos eventos traumáticos por que passaram, e a construção de uma atitude resiliente que daí decorreu, dependeu, em grande medida, das redes de apoio com que puderam contar. Amigos e familiares ouviram as suas frustrações, apoiaram as suas decisões, fomentaram a sua motivação e aconselharam-nos face às suas opções. Este suporte, que foi emocional e material, tornou-se fulcral, estendeu-se para além das fases mais difíceis e explica a centralidade que amigos e familiares assumem nas suas vidas quanto ao exercício de competências reflexivas.

Práticas de escrita

A reflexividade pode ainda ser exercida através da escrita. Colocar em palavras pensamentos, argumentos, desabaços, razões para agir, tarefas, horários, rotinas, emoções, projecções de futuro e memórias do passado é estabelecer um distanciamento face à acção. Tomando-a como objecto, a escrita permite criar um domínio simbólico sobre aquilo que era dominado apenas em termos práticos. Este distanciamento objectivante representa uma ruptura com o sentido prático da acção, pelo que possibilita o questionamento e a racionalização das condutas sociais (Lahire, 1993a, 1995b, 2001a, 2005a, 2008a, 2008c)⁹⁶. Decorre daquilo que são as dinâmicas próprias da vida interior dos sujeitos e, independentemente de a escrita ser privada ou para partilhar com outros, é uma plataforma de diálogo que os indivíduos estabelecem consigo mesmos. Contudo, não se limita a uma mera transposição das conversas internas. Estes diálogos não se restringem à linguagem, pelo que escrever implica seleccionar, filtrar e ordenar pensamentos, sensações, símbolos e imagens. A escrita é ela própria geradora de reflexividade, dando origem a novas reflexões, aprofundando ideias pré-existentes ou direccionando-lhes um novo olhar. Num certo sentido, a escrita trabalha a reflexividade decorrente das conversas internas e externas.

A este nível é possível identificar quatro tipos distintos de práticas de escrita: auto-biográfica, criativa, comunicacional e organizativa. A escrita auto-biográfica assume a forma de diários, blogs ou de textos mais dispersos. Através destas plataformas os entrevistados reflectem sobre momentos passados, determinados acontecimentos, relacionamentos, ansiedades, projectos e emoções (Fabre, 2002; Laé e Kempeneers, 2008; Lahire, 2008c). É um modo de desabaçarem, clarificarem ideias e registarem diferentes fases das suas vidas. Ao colocarem em palavras experiências e sensações que poderiam ter ficado num estado semi-consciente tomam as suas práticas como objecto de reflexão. No fundo, a escrita auto-biográfica possibilita uma relação tripla com a acção: de retorno, de prolongamento e de preparação. Ao escreverem sobre situações que viveram avaliam os seus comportamentos e percepções, estendem no tempo o efeito desses momentos passados e usam-nos como fonte de aprendizagem para contextos futuros.

O recurso à escrita como instrumento auto-biográfico de reflexão tende a intensificar-se em determinados períodos e fases de vida. Para os entrevistados que recorrem a estas práticas a adolescência constitui uma etapa das suas biografias em que tiveram maior necessidade de se expressarem, falarem sobre si mesmos e perceberem aquilo que sentiam e faziam. Os momentos de crise, que exigem que os sujeitos lidem com problemas e dificuldades, exponenciam também este tipo de prática, precisamente por ser uma plataforma de clarificação de emoções e percepções. Para fazerem sentido do sucedido, têm maior necessidade de transpor para palavras aquilo que aconteceu,

⁹⁶ Ver também Ávila (2008), Aníbal (2011), Goody (1987a, 1987b) e Lahire (1990, 1993b, 1997, 2005a).

o que sentem, como reagiram e como avaliam a situação. Este exercício catártico, por vezes com uma função terapêutica, permite-lhes conhecerem-se melhor, aliviarem a carga emocional que enfrentam, racionalizarem as crises e, por vezes, definirem mesmo uma estratégia de acção.

A escrita auto-biográfica não é, contudo, praticada por todas as pessoas entrevistadas. São principalmente os sujeitos com um perfil auto-referencial que o fazem. Ou seja, e na linha daquilo que foram as conclusões de outros estudos (Lahire, 1995b, 2008c), são sobretudo as mulheres, os indivíduos mais jovens e os sujeitos mais qualificados quem investe com maior frequência neste tipo de prática. Este perfil sociodemográfico é consonante com o tipo de relação com a linguagem que a escrita auto-biográfica requer. São precisamente as pessoas com um relacionamento mais prolongado com a escola e que são oriundas de contextos familiares que privilegiaram um contacto positivo com a leitura e com a escrita, quem mais frequentemente escreve sobre si mesma em diários, blogs ou cadernos de notas. A familiaridade com o escrito e um domínio considerável da linguagem – estimulados pela família e pela escola, mas também pelos seus outros contextos de vida, nomeadamente o trabalho e junto das redes de sociabilidade – tornam possível a objectivação de sentimentos e momentos em palavras como plataforma de auto-conhecimento.

O facto de no perfil auto-referencial se encontrarem as pessoas que tendem a tomar as suas próprias reflexões como objecto de reflexão torna a escrita auto-biográfica num instrumento privilegiado para levarem a cabo essa prática meta-reflexiva. Ao escreverem sobre si mesmas não só objectivam reflexões internas prévias, elaboram novas considerações, como podem ainda reflectir sobre aquilo que pensaram e escreveram quando relêem textos passados. Para além disso, alguns dos textos são partilhados com amigos e familiares, pelo que as reacções obtidas estimulam novas reflexões, por vezes conjuntas.

Importa realçar que a escrita auto-biográfica não é exclusiva dos sujeitos mais qualificados, com níveis de escolaridade no patamar do ensino superior. Dois outros entrevistados, de perfis reflexivos diferentes (Filomena do perfil resistente e Cláudio do perfil resiliente) referiram-se também a práticas ocasionais de escrita, particularmente na adolescência ou, já em adultos, em momentos mais difíceis das suas vidas. Trata-se, contudo, de exercícios esporádicos, ou geralmente levados a cabo numa determinada fase do percurso biográfico e sem continuidade futura. O que estes dois casos permitem perceber é que a partir de um determinado patamar qualificacional, nomeadamente níveis de escolaridade intermédios, a escrita auto-biográfica pode surgir, mas tende a ser esporádica, circunscrita a certos momentos e não assume a mesma importância nos processos de definição identitária como sucede para o perfil auto-referencial.

A escrita é também levada a cabo, privilegiadamente, pelos sujeitos do modo reflexivo auto-referencial como prática criativa na elaboração de prosa literária e poesia. É um exercício estético de domínio da linguagem na criação de ficção e poemas. Surge aqui como um tipo distinto de prática de escrita reflexiva, mas constitui, no fundo, uma extensão da prática auto-biográfica. Os entrevistados

mobilizam as suas experiências pessoais para transmitirem determinadas emoções e para criarem personagens e narrativas. Ao fazê-lo estimulam a reflexão sobre si mesmos. Até porque a escrita de cariz mais literário assume-se para estes sujeitos como uma prática cultural identitária: com os seus textos procuram espelhar, ainda que parcialmente, quem são, aquilo que aspiram ser e a imagem que pretendem transmitir de si mesmos em determinados contextos. Estes escritos são mais facilmente partilháveis com amigos, familiares e colegas por remeterem para cenários ficcionais, apesar da sua componente biográfica.

Outro tipo de escrita, transversal a todos os perfis de reflexividade, embora mais presente nuns do que noutros, é o que remete para a comunicação com outras pessoas. Para os entrevistados mais velhos, com excepção daqueles que não sabem ler nem escrever, a escrita de cartas foi particularmente comum em determinados períodos das suas vidas, nomeadamente quando se afastaram de familiares e amigos por deslocações residenciais no país, emigração ou participação na guerra colonial. Deste grupo, os mais qualificados juntam-se actualmente aos mais jovens no recurso a plataformas electrónicas de comunicação escrita, como o e-mail, o chat ou as mensagens de telemóvel. Nem todas permitem o mesmo tipo de redacção, mas sobretudo as cartas e os e-mails desempenham um papel similar à escrita auto-biográfica, embora sejam construídos especificamente para serem lidos por outras pessoas. Quando se dirigem a alguém próximo do ponto de vista emocional, estes instrumentos são usados para relatar episódios, reflectir sobre sentimentos, questionar comportamentos e pedir aconselhamento. São, no fundo, reconversões de conversas externas e integram os processos de reflexividade em contexto de interacção.

É também comum o recurso à escrita de recados, seja para transmitir alguma informação relevante, seja como instrumento afectivo. Alguns dos entrevistados que partilham casa com amigos ou que vivem em conjugalidade reconheceram a redacção ocasional de bilhetes de amizade ou de amor. É, no fundo, uma forma de agir à distância, reforçando laços e garantindo uma presença simbólica afectiva.

Noutras situações, a escrita, ao invés de ser o meio de comunicação, serve de suporte para preparar a interacção oral com os outros. Em situações mais formais, que geram maior insegurança quanto ao desempenho discursivo, alguns sujeitos, sobretudo os que integram o perfil auto-referencial, optam por preparar o seu discurso por escrito. Sentem maior facilidade na expressão de ideias, podem corrigir a sua argumentação e prepara-os para a formalidade e para a urgência da prática que determinadas situações de copresença exigem. É o caso de reuniões de trabalho, conversas com prestadores de serviços e apresentações de aulas.

Por último, importa ainda dar destaque a práticas de escrita que remetem para a organização pessoal em diversas esferas de vida. Aproximam-se daquilo que é geralmente designado por escrita comum ou doméstica (Fabre, 1993, 1997; Fossé-Poliak, 1993; Lahire, 1995b, 2001a; Chaudron e Singly, 1993). É transversal a todos os perfis reflexivos e é parte integrante dos quotidianos dos

sujeitos (com exceção daqueles que não sabem ler nem escrever). As listas de compras e de tarefas escolares, profissionais e domésticas, são as ferramentas mais comuns entre os entrevistados. Mais variável é a utilização de lembretes (para não se esquecerem de aniversários, tarefas e compromissos), de registo de despesas e gastos (como forma de gestão financeira do agregado doméstico), de quadros planificadores de actividades e tarefas (diários, semanais ou mensais), de apontamentos em agendas e calendários (para planificação de tarefas, actividades e compromissos), de itinerários de viagem (que organizam horários e percursos) e de recados (que informam de ausências e solicitam tarefas).

Estas práticas mais comuns de escrita, que são levadas a cabo em diferentes suportes (papel ou electrónico), têm como principais funções apoiar a memória e preparar a prática. Ao objectivarem em texto actividades, tarefas e os tempos associados a cada uma delas, com base nas possibilidades e constrangimentos que encontram nos seus contextos de vida, estabelecem um distanciamento face às suas práticas, o que lhes permite racionalizá-las e organizá-las da melhor forma.

Para quem tem quotidianos mais preenchidos, menos rotineiros e compostos por práticas mais complexas, nomeadamente os entrevistados com um perfil auto-referencial, o recurso a meios de objectivação e planificação do tempo (como agendas, lembretes e listas) assumem centralidade na organização de actividades, tarefas e horários. Deste modo garantem o cumprimento de todas as responsabilidades e distribuem o seu tempo por cada tarefa. Mobilizando as suas competências reflexivas aprendidas fazem-no muitas vezes de modo mais intelectualizado e sistemático, com recurso a esquemas, tabelas e programas informáticos.

Quando os quotidianos são mais rotineiros, compostos por práticas repetitivas e pouco variáveis, a necessidade de planificar o tempo é secundarizada. Os entrevistados com perfis reflexivos pragmático e resistente (mas também resiliente) não encontram sentido em recorrer a agendas e listas porque os seus dias e a sua alocação do tempo se repete quotidianamente. Por exemplo, as mulheres não têm de listar as tarefas domésticas, como lavar a louça, estender a roupa ou preparar o jantar devido ao grau de incorporação destas práticas. Mas, por outro lado, quando é solicitada ajuda aos maridos sentem necessidade de listar as compras a fazer e as tarefas a desempenhar, precisamente porque eles não têm o mesmo nível de inculcação deste tipo de acções. Nenhuma das 20 pessoas entrevistadas sente necessidade de ser recordada de tarefas banais, como, por exemplo, as que estão associadas à higiene pessoal, às deslocações casa-trabalho ou casa-escola, bem como aos momentos de relaxamento ao final do dia.

Em termos gerais, quando o sentido prático não é suficiente para dar resposta às actividades e compromissos surge a necessidade de recorrer a meios de objectivação do tempo. Para os entrevistados dos grupos pragmático e resistente as anotações em agendas e o uso de lembretes e listas tende a ocorrer apenas quando se tratam de eventos excepcionais ou que têm lugar a uma distância temporal considerável. A valorização da memória sobrepõe-se nestes casos à

funcionalidade planificadora da escrita. O recurso a anotações é inclusive entendido, principalmente para os homens, como sinal de fraqueza intelectual, mesmo que muitas vezes as suas cônjuges tenham de anotar os seus compromissos para garantir que eles não os esquecem.

Para aqueles que não sabem ler nem escrever a memória actua como forma de compensar os défices linguísticos na planificação do quotidiano. Com competências de literacia escassas (em termos de cálculo) ou mesmo inexistentes nalguns domínios (como a leitura e a escrita), recorrem à capacidade de memorizarem eventos e procedimentos. Esta competência não lhes permite, contudo, dar resposta a todas as exigências dos seus quotidianos, nomeadamente as que se enquadram em contextos mais formais e requerem a mobilização e interpretação de informação escrita. A sua autonomia fica comprometida pela dependência de familiares, geralmente os filhos, a quem recorrem para levar a cabo determinadas tarefas, nomeadamente nas Finanças, na Segurança Social ou em instituições bancárias.

A escrita de organização pessoal desempenha ainda o papel de técnica de controlo de si. Ao definirem previamente aquilo que vão comprar, o que podem gastar, quanto tempo dispõem para cada actividade, que percursos fazem numa viagem ou que tarefas têm de realizar num dado dia estão a regular as suas práticas dentro de determinados parâmetros. Para alguns entrevistados este auto-constrangimento tem sobretudo lugar para questões financeiras, nomeadamente para os que integram os perfis pragmático e resistente. Para os restantes sujeitos é mais abrangente, embora essa transversalidade seja mais notória para os modos reflexivos auto-referencial e funcional.

10.2. Diversidade contextual e pluralidade disposicional

Mesmo considerando as diferentes modalidades de exercício da reflexividade, a sua activação não pode ser pensada como um processo uniforme e transversal aos diferentes contextos de vida dos sujeitos. Alguns enquadramentos sociais, bem como quadros de interacção específicos, estimulam, mais do que outros, a mobilização de competências reflexivas para dar resposta às exigências do relacionamento interpessoal. Quando questionados directamente sobre os seus pensamentos e comportamentos em situações de interacção, sobretudo em copresença, foi comum à generalidade dos entrevistados iniciarem as suas respostas com a palavra “depende”.

Os sujeitos movem-se por diferentes contextos quotidianamente, e ao longo dos seus percursos de vida, e têm a capacidade de se adaptarem, mais ou menos conscientemente, às normas e parâmetros de cada um deles. Adequam a sua conduta ao tipo de enquadramento e ao comportamento dos outros.

Eu acho que desde pequeno sempre tive o cuidado de adaptar o meu registo ao que eu penso ser a capacidade de inteligência e o registo de conforto da pessoa com quem estou a falar. (Gil, 21 anos, estudante de mestrado)

Também tenho que ver como é que eles dizem as coisas antes de falar. (Fernando, 66 anos, não sabe ler nem escrever, servente de pedreiro)

Quando um fala o outro cala-se pensando o que é que há-de ouvir dali e depois o que é que há-de dizer. Por vezes acontece isso. (...) Às vezes pensa-se, a gente estudar primeiramente aquilo que vai dizer com esta mulher, com aquela nova, aquela velha, com este camarada, com o outro amigo. Pensar como é que há-de dizer a coisa para que não ofenda. (...) Um homem tem que estudar a coisa primeiro. Depois fala-se, se vê que a ela agrada a coisa, bem, continua-se. Se vê que não agrada, parou. (José, 80 anos, não sabe ler nem escrever, pastor)

Eu antes de dizer, penso. Qualquer conselho ou qualquer coisa eu não digo logo à pessoa, penso e depois digo: “assim é que devo dizer”. (Regina, 56 anos, 1º ciclo do ensino básico, empregada de limpeza)

Às vezes a gente sabe o que é que a outra pessoa quer que nós digamos para que seja cordialmente com a outra pessoa. Mas isso é em termos só mais de trabalho. (Nuno, 37 anos, ensino secundário, vigilante)

Com base no conhecimento que têm acerca dos contextos e das pessoas que neles encontram, bem como dos papéis sociais que aí desempenham, procuram frequentemente, através da activação das suas competências reflexivas, corresponder às expectativas (internas e externas) que vêm recair sobre si mesmos.

Se eu sinto que é isso que é esperado... (...) Em situações de festas, por exemplo. Festas no sentido de encontro de muitos amigos juntos num sítio (...) Eu tinha que estar mesmo muito em baixo para estar num cantinho quieta. Se é uma situação de festa e eu sei que é esperado nós estarmos bem-dispostos e felizes, é isso que eu faço normalmente. Faço esse esforço, mesmo que não me apeteça muito ou que não esteja muito para aí virada, para naquela situação corresponder àquilo que as pessoas estão à espera. (Rita, 29 anos, mestrado, produtora de eventos)

Eu acho que há situações em que todos nós temos que agir em conformidade com o que está a acontecer porque temos essa expectativa de que alguém está à espera que aconteça assim. Volto a dizer, eu acho que isso tem um pouco a ver com o contexto. (Marta, 48 anos, doutoramento, professora universitária)

Eu quando estou num contexto em que sei qual é o meu papel, as minhas acções vão de encontro àquilo que eu tenho que desempenhar no papel e muitas vezes é aquilo que é esperado de mim. Quando o estou a fazer, já o estou a fazer de forma consciente. E quando eu estou a desempenhar determinado papel eu compreendo que haja situações em que eu tenho que defender, por exemplo, a instituição que estou a representar. E muitas das vezes eu tenho que articular argumentos que vão de encontro às necessidades de quem eu estou a representar, que se fosse eu se calhar era diferente. Mas eu não estou ali como eu. (Lourenço, 45 anos, doutoramento, professor universitário)

Estes exemplos remetem para episódios de interacção quotidiana, mas as dinâmicas retratadas aplicam-se também a situações com outra duração temporal. O caso de Rosa ilustra particularmente bem como esta gestão de desempenhos individuais ajustados a expectativas sociais pode ocorrer no decurso de longos períodos nos percursos de vida dos sujeitos. Rosa procurou,

durante a maior parte do seu trajecto biográfico, corresponder a um modelo de filha, mãe e esposa que imaginava ser o que esperavam que ela prosseguisse, sobretudo nos contextos familiares.

Aconteceu-me toda a vida. Com muita pena minha. Fui uma impostora de mim mesma muito tempo. Tempo demais. (...) Eu tentava fazer o que esperavam de mim e aguentei demais. Fiz demais esse papel. (...) Eu quando estendi demais e anulei-me demais, mascarei-me demais, deixei parecer ser muitas vezes uma pessoa, sendo outra. Para manter uma paz, uma aparência de: "está tudo bem!". (Rosa, 70 anos, 3º ciclo do ensino básico, preparadora química)

Este exemplo ilustra também a importância das dinâmicas de distanciamento face aos papéis sociais desempenhados nos contextos de interacção (Goffman, 1986a). Ao mesmo tempo que procurava ir ao encontro das expectativas daqueles que a rodeavam, Rosa distanciava-se, internamente, de forma consciente, do seu próprio comportamento, não deixando que a subserviência que exteriormente expressava definisse a sua identidade. Foi o conflito gerado por esta discordância entre a sua vida interna e os seus enquadramentos externos que a levou, em conjugação com outros factores, anos mais tarde, a agir sobre as suas circunstâncias.

São inúmeras as situações no dia-a-dia em que os sujeitos se distanciam dos seus próprios pensamentos e opiniões para viabilizarem os processos de interacção. É frequente ouvirem ideias com as quais discordam veementemente e não se manifestarem porque não querem gerar conflitos; procuram não dar a sua opinião quando não querem magoar a pessoa com quem estão a falar; evitam situações de confronto de perspectivas contrárias face a um determinado assunto para garantir alguma tranquilidade na interacção; quando estão mais tristes, desanimados ou cansados, fazem um esforço para ouvir as preocupações dos outros; evitam partilhar os seus estados emocionais quando não querem aborrecer as outras pessoas, quando acham que não vão ser compreendidos, quando estão perante pessoas com quem mantêm laços menos estreitos ou simplesmente porque não querem falar sobre o assunto; nem sempre dizem o que pensam porque consideram que nem toda a gente deve conhecer determinados aspectos das suas identidades; procuram abster-se em situações de terceiros em que acham que não devem intervir. Tudo isto corresponde a um trabalho de gestão de impressões e emoções (Goffman, 1986a, 1993). Estas dinâmicas de selecção, filtragem, exposição e ocultação relativamente aos seus pensamentos e emoções são parte integrante da interacção. Os sujeitos gerem a informação que têm dos contextos, das pessoas com que neles contactam e a imagem que passam de si mesmos como estratégia de ajustamento e de definição das situações.

Eu não acho que se deva dizer tudo. (...) Às vezes, por exemplo, com amigos, há muitas vezes em que o facto de eles estarem muito em baixo constantemente, aquilo é muito cansativo para mim, não me apetece estar com eles e acho que lhes devo um bocado disso e faço esse esforço. E não demonstro nada de que estou farta daquela conversa ou que não me apetece ouvir aquilo outra vez porque acho que eles não merecem isso. Mas às vezes tenho mesmo que fazer esse esforço. (...) Penso muito nisto: "será que a pessoa tem que saber que eu estou a sentir isto ou não tem?" Se eu acho que sim, digo. (...) Mas muitas vezes acho mesmo que não devo demonstrar aquilo que sinto, de todo. (Rita, 29 anos, mestrado, produtora de eventos)

Depende do contexto, mas pode haver situações que eu possa fazer esse esforço. Eu também tenho aprendido com o tempo e com as situações que às vezes mais vale estar calado (...) porque às vezes a verdade não é bem aquilo que se quer ouvir. (...) Já houve períodos e momentos em que acho que me prejudiquei muito por ter sido verdadeira, por ter sido honesta, por ter sido frontal. (Marta, 48 anos, doutoramento, professora universitária)

São daquelas situações em que às vezes penso: “não vou aturar mais isto, não tenho mais disposição para isto”. Só que depois não consigo, não consigo mandar as pessoas passear. (...) Em determinados contextos, sobretudo quando não me é pedida opinião ou quando eu não tenho rigorosamente nada a ver com o assunto, tenho que aguentar. (...) No trabalho é regular. Até num simples acto quando as pessoas estão a tomar um café ou a fumar um cigarro, às vezes são ditas coisas que me arpeiam da cabecinha aos pés. Mas como não tenho rigorosamente nada a ver com o assunto, tenho que me aguentar. (Helena, 33 anos, licenciatura, técnica superior da administração pública)

Às vezes, sim. Consoante as pessoas, sim. Se estou na faculdade e é um dia em que estou mais triste ou mais desmotivada nunca tento demonstrar isso, pelo contrário. Mas se estiver com uma amiga minha, mais íntima ou assim, posso demonstrar que estou triste. (Margarida, 21 anos, estudante de licenciatura)

Já fiz esforços para esconder o que sentia por uma questão de não preocupar as outras pessoas. (...) Dependendo da pessoa, da situação de que se trata e que justifica a tal emoção mais negativa. Normalmente opto por não falar do assunto ou desviar o assunto. (Gil, 21 anos, estudante de mestrado)

Por vez pensa-se, depois esconde-se. (...) O esforço que faço é: quando não quero dizer aquilo que penso volto costas e vou-me embora. (José, 80 anos, não sabe ler nem escrever, pastor)

Às vezes penso certas coisas, mas depois penso que não é nada comigo e não vou dizer. Devia dizer aquilo, mas não digo porque pode aquela pessoa não aceitar bem e então acabo por não dizer. (...) Às vezes é para não preocupar. (Filomena, 58 anos, 2º ciclo do ensino básico, empregada doméstica)

Pois, há coisas que a gente às vezes quer dizer mas não diz. (...) Acontece, engole em seco. (...) Porque a pessoa não tem a culpa de a gente ter certos problemas, de estar aborrecida. (...) Às vezes gostava de dizer logo quando as pessoas precisam de ouvir, mas não consigo. Consigo consumi-las para mim e não digo para não ofender as pessoas. (Palmira, 62 anos, não sabe ler nem escrever, empregada doméstica)

Às vezes não podemos ser muito honestos, pensamos uma coisa, mas cai mal, parece mal. (...) Para não ferir. Temos que ter cuidado um bocado, às vezes, com o que dizemos, temos que medir um pouco as palavras. E também nós não estamos sempre certos, temos que ouvir os outros, como eles pensam, tentar entender porque é que é assim, tentar entendê-los, porque normalmente há sempre uma causa, uma razão que leve a que a pessoa sinta ou pense daquela maneira. É bom entender isso ou pelo menos tentar entender. (...) Depende do estado de espírito, depende da situação. Acho que os outros não têm que levar com os meus problemas e com os meus traumas. Não têm que levar com isso, não tenho que os preocupar com essas situações. (Cláudio, 60 anos, 3º ciclo do ensino básico, gestor de conta)

Sabe qual é a minha tática? É mudar de conversa. Irmos para um campo em que estejamos os dois de acordo. Para eu também não estar ali a dizer com a cabeça “sim senhor” e não estar de acordo. Também não é esse o meu género. Se for com uma pessoa que eu não conheço eu tento levar a conversa para um terreno em que a gente possamos estar mais equiparados, estejamos mais de acordo, que é para a conversa ser agradável. (Luís, 60 anos, 3º ciclo do ensino básico, electromecânico de elevadores)

Este ajustamento contextual é, em muitas circunstâncias, pré-reflexivo, orientado pelo sentido prático, ou seja, pelo conhecimento incorporado dos sujeitos que os leva a saber agir adequadamente de acordo com a situação em que se encontram. Mas a orientação da acção proporcionada pelas disposições combina-se de forma variável, em inúmeras ocasiões e momentos, com o papel da reflexividade individual na definição das práticas. Precisamente porque os contextos de interacção não podem ser inteiramente antecipados é sempre necessário tomar decisões *in loco* e, nesse sentido, pensar na melhor conduta a adoptar, no que dizer e fazer face aos outros.

Nestas dinâmicas de ajustamento a contextos e pessoas, os indivíduos são muitas vezes auxiliados por terceiros, que alertam para desfasamentos entre a ideia que os sujeitos têm daquilo que transmitem de si e os seus comportamentos reais na presença de outros. No fundo, fazem-nos tomar consciência e reflectir sobre determinados aspectos das suas condutas que, por vezes, pretendem corrigir.

Tenho uma amiga minha que disse uma coisa muito engraçada sobre mim e quando ela me disse aquilo fez-se luz. Porque ela tem toda a razão e eu nunca tinha pensado nisto desta maneira. Ela diz que eu acho que estou a agir de determinada forma e que estou a dizer determinada coisa e ela, que está a ouvir, diz: “não, tu não disseste nada disso”. (...) Na minha cabeça estou, por exemplo, a ser desagradável ou estou a ser agressiva. E ela diz que não, que fui muito querida e não fui nada daquilo que estava a achar. (Rita, 29 anos, mestrado, produtora de eventos)

Uma pessoa, uma amiga que também me acompanhou durante alguns anos costumava dizer uma coisa que eu achava graça e que acabei por perceber que era verdade. É que o recurso ao humor que eu faço muitas vezes era a minha forma inteligente de lidar com o sofrimento. E eu acho que é isso mesmo. Portanto, eu muitas vezes estou em situações muito complicadas e, enfim, mando umas bocas e digo assim umas piadas e tal, e quem está de fora e me conhece menos bem nem sonha que eventualmente a coisa está mesmo a pegar fogo. (Marta, 48 anos, doutoramento, professora universitária)

Um factor determinante no que diz respeito à activação de competências reflexivas como forma de ajustamento às situações de interacção diz respeito à familiaridade dos contextos. Quando se tratam de enquadramentos mais informais, de contacto mais constante e prolongado, nos quais os sujeitos interagem com pessoas com quem mantêm uma relação de grande proximidade, como familiares ou amigos, sentem-se mais descontraídos e confortáveis e, por isso, sentem menor necessidade de auto-monitorização. No fundo, o sentido prático sobrepõe-se à reflexividade na orientação da acção em contextos de maior familiaridade.

Enfim, depende também dos contextos, mas se estou com pessoas que conheço bem, estou perfeitamente à vontade. Se estou com pessoas que conheço menos bem, talvez não fale tanto. (Marta, 48 anos, doutoramento, professora universitária)

Há pessoas com quem eu não faço esse esforço. Que me conhecem melhor e que sei que posso contar com elas. (Cláudio, 60 anos, 3º ciclo do ensino básico, gestor de conta)

Quando estou a falar com pessoas que já conheço não preciso de estar a filtrar aquilo que digo. Se sair asneira compreendem bem, embrulham tudo no mesmo saco e pronto. Com outras pessoas não será assim. Depende. (Luís, 60 anos, 3º ciclo do ensino básico, electromecânico de elevadores)

Em contextos mais formais, com pessoas com quem têm menos confiança e com quem interagem menos frequentemente e onde desajustes e deslizes podem ter maiores implicações na imagem que transmitem de si mesmos, os entrevistados adoptam geralmente uma postura mais reservada, estão mais conscientes do que fazem e dizem, e monitorizam mais o seu comportamento. Tende a ser particularmente frequente no contexto de trabalho, embora esta distinção entre enquadramentos formais e informais não seja assim tão linear. No espaço laboral estabelecem-se também relações de proximidade que contrastam com momentos mais formais de reuniões ou interacções com, por exemplo, superiores hierárquicos. Para além disso, uma atitude de maior reserva tem também lugar junto de determinados familiares e amigos, com quem o contacto é mais esporádico e distanciado.

Só com pessoas com quem não tenho muita confiança ou com quem estou um bocado atrapalhada ou assim. (Rita, 29 anos, mestrado, produtora de eventos)

Depende da situação. Se for uma situação mais formal as coisas são um bocadinho mais calmas. Se for uma situação mais informal às vezes sai disparate... (...) Geralmente quando faço, faço num círculo de pessoas que me conhecem relativamente bem e sabem que eu digo coisas que podem parecer disparatadas (...) Eu faço conscientemente, eu sei é que as pessoas vão interpretar da forma correcta. Porque posso dizer coisas que são de uma crueldade e toda a gente sabe que eu não sou cruel. (Lourenço, 45 anos, doutoramento, professor universitário)

No trabalho (...) há conversas que me custa mais falar. No caso dos amigos, normalmente sai naturalmente, mesmo que seja alguma conversa mais difícil. Por exemplo, com os patrões há certas coisas que custa falar, ou por receio, ou será que me podem dizer que está mal, ou será que vão concordar. E aí sim, penso, preocupa-me. (Irina, 34 anos, ensino secundário, empregada doméstica)

É em contextos mais formais, mas também em interacção com pessoas com quem têm menos confiança, quando discutem certos assuntos e quando há alterações ou rupturas aos parâmetros relacionais que anteciparam, que os entrevistados enfrentam maior dificuldade em verbalizarem os seus pensamentos. É comum relatarem episódios nos quais pensaram previamente, nas suas mentes, dizer determinada coisa, mas não conseguiram verbalizá-la.

Depende das pessoas, com algumas sim. Depende também dos contextos, mas há muitas vezes contextos onde eu nem consigo verbalizar bem o que eu estou a pensar. (...) Muitas vezes fico envergonhada e atrapalhada e não consigo mesmo verbalizar por isso. Se eu estivesse totalmente à vontade numa situação descontraída, eu era capaz de dizer. Quando não estou à vontade com aquilo que sinto e com aquilo que estou a pensar, custa-me um bocado a verbalizar isso daquela forma que eu estou a pensar. (Rita, 29 anos, mestrado, produtora de eventos)

Há aquelas zonas de conforto, aquelas áreas em que eu me sinto sempre mais à vontade para falar sobre. (...) Estou a tentar falar, explicar qualquer coisa e estou a ver que não sou capaz, que às tantas a pessoa já está a perder a paciência e já está com vontade de me esganar ou ir para qualquer outro sítio.

Começo a ficar mais enervado e mais atrapalhado ainda e mais dificilmente consigo levar a conversa a bom porto. (Gil, 21 anos, estudante de mestrado)

Às vezes não sai muito bem. A gente está pensando numa coisa, vai dizer, por vezes esquece-se de um atrasado e já a coisa não é a correcta como podia ser. (...) A gente está conversando com um e pensando noutra, depois volta-se para o outro esquece-se do que disse àquele. E então muitas das vezes está tudo descalibrado. (José, 80 anos, não sabe ler nem escrever, pastor)

O nervosismo e a desorientação no discurso tendem a ser maiores quando estes desajustes entre pensamentos e a sua verbalização têm um impacto mais vincado do ponto de vista identitário, do que teriam em contextos mais informais, junto de pessoas mais próximas, que não recriminariam da mesma forma os seus deslizes. Esta descoincidência entre conversas internas e externas é ainda susceptível de ocorrer quando há um desencontro entre disposições e contextos, ou seja, quando os sujeitos procuram agir da melhor forma com base na imagem que têm sobre esse contexto, apesar de não terem incorporados os esquemas de acção mais ajustados a essa situação.

A diversidade intercontextual na activação da reflexividade deve ser ainda articulada com a variação intracontextual. Independentemente dos enquadramentos, existem determinados momentos e situações, em qualquer contexto, que fomentam o exercício de competências reflexivas. Praticamente todos os entrevistados tendem a ser mais reflexivos quando têm maior disponibilidade mental, nomeadamente quando estão sozinhos e não estão a ocupar a sua atenção com uma actividade imediata. Os sujeitos que vivem sozinhos ou que se encontram em situações de reforma ou desemprego relatam também com maior frequência momentos em que se entregam a pensamentos sobre quem são, o que fizeram, o que querem concretizar e como devem agir. Isto porque a reflexividade, para além de ser exercida na preparação da interacção e no imediatismo das situações de copresença, é também activada posteriormente, como meio de avaliação das condutas em interacções passadas.

O exercício da reflexividade em diferentes contextos pode ainda mudar com o tempo. Por exemplo, o contacto inicial com um determinado enquadramento de interacção requer um período, mais ou menos prolongado, de aprendizagem das respectivas normas de conduta, o que exige uma maior monitorização individual. Com a incorporação desses princípios a activação das competências reflexivas reduz-se consideravelmente. Outro exemplo, que ficou subjacente à análise dos retratos dos vinte entrevistados, remete para a influência, por vezes profunda, das experiências por que os sujeitos vão passando, nos perfis reflexivos.

Vejam-se os casos do perfil resiliente, mas também de entrevistadas como Rosa e Irina. Os dois entrevistados que integram o grupo da reflexividade resiliente (Cláudio e Luís) são um claro exemplo de como um determinado acontecimento pode conduzir à reestruturação dos esquemas mentais. Num outro caso, Rosa viu-se forçada a exercer um trabalho interno continuado para aprender a lidar com a toxicodependência do filho, o que a fez questionar, por exemplo, a sua postura no contexto familiar, passando a assumir uma atitude mais afirmativa. Caso Irina não tivesse

imigrado para Portugal, onde criou uma rede de apoio que a incentivou a sair de uma relação marcada por violência doméstica, não teria desenvolvido um modo reflexivo que lhe permite questionar as relações de género no casamento. Poderia inclusive aproximar-se mais do perfil pragmático.

Tudo isto significa que se tivessem sido entrevistados antes de passarem por determinadas experiências poderiam ser integrados noutros perfis de reflexividade. Se esta pesquisa tivesse por objectivo a realização de uma análise longitudinal seria possível aprofundar melhor as dinâmicas de mudança dos modos reflexivos de cada sujeito. Contudo, estes quatro casos permitem por si mesmos perceber que a forma como cada pessoa pensa sobre si mesma no mundo pode mudar ao longo do percurso de vida, em consonância com transformações nas suas circunstâncias, contextos e experiências de vida.

O papel que a diversidade (intra e inter) contextual desempenha na activação de competências reflexivas é ainda indissociável da pluralidade disposicional dos sujeitos. Fica implícito em muitas das discussões que têm vindo até aqui a ser empreendidas que a pluralidade pode gerar reflexividade, no sentido em que o confronto entre diferentes contextos e normas de conduta, exige adaptação e, por isso, o exercício da reflexividade na procura do comportamento mais adequado a adoptar. De facto, pensando no perfil auto-referencial, o contacto com a diversidade e a heterogeneidade contextual actuou como estímulo da reflexividade. Estes entrevistados são aqueles que revelam uma activação mais frequente e transversal, do ponto de vista dos contextos, das suas competências reflexivas.

Para os restantes entrevistados o exercício da reflexividade tende a ser mais segmentado. Os pragmáticos e os resistentes mobilizam com maior regularidade a sua reflexividade nos contextos familiares e laborais, atendendo à centralidade que as questões financeiras e a sustentabilidade do agregado doméstico assumem nas suas preocupações. Os funcionais mobilizam as suas competências reflexivas sobretudo para a tomada de decisão relativamente aos seus percursos profissionais e académicos. Já os resilientes, direccionando as suas preocupações para questões de saúde, familiares e de sociabilidade, são também essas as esferas onde revelam activar com maior frequência a sua reflexividade.

Mas deve também ser destacado que a relação entre pluralidade e reflexividade não é linear. As disposições podem ser heterogéneas, mas se se articularem com relativa harmonia e se se reforçarem mutuamente, a diversidade torna-se a norma e não gera desajustes permanentes. Por outro lado, se existir confronto que origina conflitos internos, a activação das competências reflexivas é mais frequente. A questão não é tanto se a heterogeneidade contextual e disposicional gera mais reflexividade, mas sim o modo como essa heterogeneidade é vivida.

No caso do perfil auto-referencial não se verifica esse confronto e a activação frequente das suas competências reflexivas não é produto da experiência de crises e desajustes. Isso porque existem

outros processos e mecanismos de formação da reflexividade, como se viu no capítulo nove, que explicam um modo de pensar sobre si no mundo caracterizado pelo exercício frequente e intenso de competências reflexivas. Mas pensando, por exemplo, no perfil funcional, o impacto desse confronto (e não da heterogeneidade propriamente dita) é o que está, em grande medida, na origem do seu modo reflexivo. O desajuste entre os ideais destes entrevistados e os das suas famílias levou-os a repensarem as suas vidas e a adoptarem uma visão estratégica dos seus percursos. No caso do perfil resistente, o conflito entre aquilo a que aspiravam e aquilo que incorporaram nos seus contextos reais de existência desempenhou também um papel decisivo no modo como as entrevistadas se pensam a si mesmas. Para os resilientes e para os pragmáticos a questão da heterogeneidade e pluralidade contextual e disposicional não se coloca da mesma forma porque não teve um impacto decisivo nos seus perfis reflexivos.

10.3. As rotinas do quotidiano e as situações de crise

O foco analítico da pesquisa incide nas dinâmicas conscientes das práticas, mas é importante não perder de vista que estas se combinam quotidianamente, e de forma alternada, com modalidades de acção que expressam uma relação prática com o mundo. O sentido prático é o princípio orientador de parte significativa das acções dos sujeitos. Os indivíduos não vivem em permanente estado de alerta, tendo de deliberar sobre os mais ínfimos detalhes das suas práticas quotidianas. Os processos de incorporação e de habituação tornam possível às pessoas adquirirem um grau de segurança e confiança nos seus contextos e em relação àquilo que neles fazem que viabiliza a vida em sociedade.

De facto, ao longo dos relatos dos entrevistados, ficou bem claro que uma parte considerável dos seus dias é fundada em hábitos repetidos, que não exigem a activação de competências reflexivas. As rotinas quotidianas associadas à saída de casa para o trabalho ou para a escola (higiene pessoal, alimentação, vestuário e deslocação) são aquelas que os entrevistados identificam como as que adquirem um cariz mais mecanizado. Determinadas tarefas domésticas são também apontadas frequentemente como não exigindo qualquer tipo de reflexão sobre os parâmetros da sua realização.

Quer dizer, hoje em dia, pronto, limpar a casa, fazer o comer, fazer tudo, as coisas já nem é preciso pensar, as mãos vão directas às coisas sem pensar. Eu tenho que fazer, faço, não estou a pensar o que é que eu vou fazer. Pronto, é fazer. (Patrícia, 54 anos, 3º ciclo do ensino básico, empregada de balcão)

As coisas estão tão mecanizadas que já não há esse espaço para pensar. (Miguel, 28 anos, estudante de mestrado, técnico superior da administração pública)

Nem sei se é por hábito, por segurança, mas a gente já faz aquilo no automático. (Lourenço, 45 anos, doutoramento, professor universitário)

Não, eu preciso de rotinas, eu preciso de rotinas. (...) Eu sou uma criatura de hábitos. (...) Preciso de rotinas por uma questão de equilíbrio porque tudo o resto é tão desgastante, pelo menos nisso eu não tenho que pensar, é piloto automático, o mais possível. (...) Concentra-me, permite-me não ter o

desgaste acrescido de estar a tomar determinado tipo de decisões. (...) A rotina matinal antes de sair de casa e até chegar ao trabalho e tomar café é absolutamente em piloto automático. É de tal forma em piloto automático que se trocar a ordem esqueço-me de coisas. É absolutamente em piloto automático, nem raciocino. Aliás, eu até chego a nem saber muito bem em que dia fiz o quê. É absolutamente em piloto automático, sobretudo a parte da manhã. (Helena, 33 anos, licenciatura, técnica superior da administração pública)

As rotinas são, para nós, securizantes porque estamos habituados a fazer de determinada maneira. (Marta, 48 anos, doutoramento, professora universitária)

Acho que só é o ir para o trabalho, já nem penso nisso, é completamente automático. Todas as rotinas do acordar, tomar banho, do vestir, acho que é tudo igual. É incrível, faço mesmo as coisas todas da mesma maneira. (Rita, 29 anos, mestrado, produtora de eventos)

Eu diria que as coisas da higiene pessoal incontornavelmente. Há coisas que a pessoa faz há tanto tempo todos os dias, que não pensa nelas: lavar a cara, lavar os dentes. (Gil, 21 anos, estudante de mestrado)

Às vezes, por exemplo, ia daqui para Lisboa e nem me lembrava de como é que tinha chegado a Lisboa porque tinha... talvez tivesse a mente mais preenchida. (...) Sou capaz de ir daqui para baixo para o carro e não me lembra qual foi o percurso que tive porque vou a preencher com outras ideias. Isso acontece-me muito. (...) Em que não estou a pensar no que estou a fazer. Sei lá, por exemplo, às vezes a fazer a barba ou a tomar banho também. (Luís, 60 anos, 3º ciclo do ensino básico, electromecânico de elevadores)

O caminho de casa para a faculdade, uma pessoa vai sempre pelo mesmo sítio. (...) Isso é uma coisa inata. Não penso, sei que tenho que ir por ali, ponho o piloto automático e lá vou eu. Pronto, nem sequer penso por onde é que estou a ir. Quando dou por mim já estou a chegar à faculdade. (Margarida, 21 anos, estudante de licenciatura)

Há inúmeras componentes da vida dos sujeitos que exigem activação da reflexividade, tanto no quotidiano, como numa perspectiva de longo prazo. Os indivíduos têm de pensar na melhor forma de agir em relação a um vasto leque de questões, desde pensar no que cozinhar para o almoço de família a realizar no fim-de-semana, até à tomada de decisão da compra de uma casa no ano seguinte. Mas seria virtualmente impossível que todos os aspectos das suas existências sociais assentassem na tomada de decisão consciente. O sentido prático, possibilitado pela incorporação de hábitos e pela criação de rotinas, liberta os sujeitos do peso que representariam todas as micro-decisões que compõem o quotidiano (Berger e Luckmann, 2004: 65).

Ao permitir um ajustamento pré-reflexivo dos indivíduos aos seus contextos, que os leva a saberem o que fazer sem terem de sobre isso reflectir, é também um veículo de construção da sua segurança ontológica (Giddens, 2000a, 2001). Cria um “casulo protector” que isola os sujeitos de ansiedades e angústias que poderiam surgir do permanente questionamento daquilo que os rodeia (Giddens, 2001: 3). Porque determinadas coisas se repetem e se passam sempre da mesma forma todos os dias, ou muito frequentemente, as pessoas ganham confiança na previsibilidade,

continuidade e constância dos seus contextos, bem como na sua capacidade de acção nesses enquadramentos.

Estas dinâmicas pré-reflexivas aplicam-se à estruturação dos quotidianos individuais e integram também as interacções que neles têm lugar. Têm vindo até aqui a ser discutidas as componentes conscientes de ajustamento dos sujeitos aos contextos, mas esses processos são também compostos por vertentes não conscientes, particularmente em enquadramentos mais familiares. Em termos gerais, numa base quotidiana, os entrevistados não estão permanentemente a pensar sobre o comportamento mais adequado a assumir perante os pais, no local de trabalho ou junto de amigos. As normas de conduta e os princípios de acção dos contextos por onde os indivíduos se movem mais frequentemente, e onde estabelecem laços afectivos mais intensos ou duradouros, foram incorporados de tal forma, que não precisam de ser activados conscientemente para orientarem as suas práticas.

Quando o sentido prático não é suficiente para orientar a acção, ou seja, quando há um desajuste entre contextos e esta orientação tácita, a reflexividade é activada. Nestes casos está-se perante uma situação de crise, aqui entendida, num sentido mais lato, como a existência de uma ruptura face ao domínio prático do mundo, que exige que a acção seja tomada como objecto para poder ser concretizada. Em contextos de rápida mudança das sociedades contemporâneas, que se caracterizam pela sua complexidade e pluralidade, são inúmeras as situações de confronto entre o incorporado e o novo (Lahire, 2001a; Velho, 1987, 1994).

As crises, independentemente de serem de cariz estrutural, pessoal ou contingente⁹⁷, podem ser de larga escala, decorrendo de mudanças que alteram substancialmente determinados aspectos das vidas dos sujeitos, ou assumir a forma de pequenos desfasamentos quotidianos, sem qualquer tipo de implicação mais séria para os percursos biográficos individuais.

Bourdieu (1998: 141-144; e Wacquant, 2007: 130-131) referiu-se sobretudo às primeiras, sublinhando a importância das mudanças de posicionamento no espaço social. Não se cingindo apenas a este tipo de transformação, as crises com maiores consequências nos modos de vida integram alterações diversas nos contextos de existência dos sujeitos. Podem ser mudanças forçadas, como as que decorreram, para alguns entrevistados, de situações como o serviço militar, a participação na guerra colonial, problemas de saúde, morte da mãe ou do pai enquanto crianças ou jovens, desemprego ou reforma antecipada. O impacto destas ocorrências pode assumir implicações abrangentes e despoletar processos reflexivos que se debruçam sobre um espectro alargado de questões, colocando em causa os mais ínfimos aspectos das suas vidas. Por exemplo, os entrevistados que estiveram hospitalizados tanto reflectiram sobre os parâmetros de reestruturação das suas vidas, no trabalho, na escola e na família, como sobre actividades e práticas banais do quotidiano, geralmente tomadas por garantidas e desempenhadas de forma automática, como andar, beber, comer e escolher a roupa a vestir num determinado dia.

⁹⁷ Ver capítulo anterior, ponto 9.4.

Mas as mudanças de cariz mais impositivo resultam também da não concretização de projecções de futuro, que implicam optar por uma alternativa que não fazia parte dos planos iniciais. Por exemplo, Margarida pretendia ingressar na licenciatura de medicina, mas por não conseguir a classificação necessária em dois anos consecutivos, viu-se forçada a optar por um curso superior que ainda hoje tem dificuldade em integrar nos seus projectos de futuro. Quanto às mudanças de contexto de vida não forçadas, são ocorrências comuns nas trajetórias biográficas, como o casamento, a deslocação residencial, o ingresso num determinado patamar de ensino, a parentalidade, o divórcio ou mesmo processos de mobilidade social.

Este tipo de crises pode ser mais contextual ou prolongado no tempo. Situações de transição, por exemplo, entre fases de vida geram crises localizadas temporalmente, que emergem como mecanismo adaptativo antes de os novos contextos de vida se assumirem como padrão. Noutros casos, para questões com implicações identitárias, como por exemplo quando se verifica um desajuste entre expectativas e contextos de vida, o conflito interno daqui decorrente adquire um cariz mais permanente e acompanha geralmente os sujeitos por todo o percurso biográfico. Veja-se em particular o caso de Rosa, que não encontrou contextos favoráveis de possibilidade para concretizar o que projectou para a sua vida. Ainda hoje, aos 70 anos de idade, se debate com esta questão e procura criar um equilíbrio entre desejos, frustrações e enquadramentos da acção.

Há também que reconhecer, por outro lado, na esteira de Lahire (2001a), o lugar das múltiplas ocasiões de desajuste e crise no quotidiano. Quando os sujeitos encontram um obstáculo ao que é habitual fazerem numa dada circunstância, para resolverem a situação é necessária a activação de competências reflexivas. Por exemplo, quando o trajecto que utilizam habitualmente para se deslocarem para o trabalho se encontra encerrado, têm de definir um percurso alternativo. Algumas tarefas levadas a cabo numa base diária exigem, em certos momentos, planificação e ponderação. Por exemplo, quando os indivíduos organizam um almoço familiar, têm de planear a refeição com base num conjunto de factores, como os custos, os gostos culinários de cada interveniente, o tempo e esforço de cada tarefa ou a disponibilidade dos membros da família para estarem presentes e para ajudarem. No ponto anterior ficou também claro como quotidianamente os sujeitos exercitam as suas competências reflexivas para se adaptarem aos contextos de interacção. Importa ainda referir que uma mesma situação pode gerar tanto ajustamento pré-reflexivo, como activação da reflexividade individual, dependendo do seu enquadramento e parâmetros de definição. A preparação de refeições, por exemplo, pode ocorrer de forma mais mecanizada, no que diz respeito, por exemplo, a procedimentos de confecção culinária mobilizados quotidianamente, mas exigir também planificação quando é enquadrada num encontro ou celebração familiar exigindo, por isso, a consideração de aspectos relacionados com o planeamento da refeição, nomeadamente quanto aos ingredientes a comprar ou aos gostos culinários dos membros da família.

Estas dinâmicas de activação da reflexividade em situações de crise, independentemente da sua natureza, são comuns a todos os entrevistados porque são parte integrante da existência social. Mas podem manifestar-se de forma diferente consoante as especificidades de cada modo reflexivo. São precisamente os entrevistados que circulam por uma maior heterogeneidade de contextos que evidenciam uma pluralidade disposicional mais vincada e que têm como requisito de algumas dimensões do seu quotidiano a realização de práticas mais complexas, aqueles que mais se defrontam com desajustes do sentido prático. Os sujeitos com um perfil reflexivo auto-referencial têm quotidianos particularmente preenchidos e enfrentam, por isso, maior necessidade de conciliarem tarefas, actividades e compromissos em diferentes esferas de vida, pelo que, nessa procura de conciliação, se multiplicam as possibilidades de activação da reflexividade. São também os entrevistados com uma maior capacidade de auto-análise e de questionamento de tudo aquilo que os rodeia, tomando mais frequentemente por objecto situações, emoções e interacções que permanecem num estado não consciente para a maioria das pessoas, na maior parte das ocasiões. É também nesse sentido, por protagonizarem saídas frequentes do “casulo protector” da segurança ontológica, que experienciam, mais do que os restantes entrevistados, sentimentos de angústia e ansiedade.

No perfil pragmático a componente mecanizada da acção é mais evidente e sobrepõe-se com maior frequência, e para mais situações, ao exercício da reflexividade. Estes entrevistados movem-se por contextos sociais muito similares e, para além disso, os seus quotidianos são particularmente rotineiros, estruturados em torno do trabalho e da família, não exigindo grande planificação. Aceitam as “coisas como elas são” e tomam os seus enquadramentos e relações por adquirido porque há um ajuste evidente entre expectativas e contextos de acção, o que minimiza a ocorrência de situações de crise.

Os restantes perfis de reflexividade situam-se num posicionamento intermédio, entre o modo auto-referencial e o modo pragmático. O estilo funcional aproxima-se mais do primeiro, embora quotidianos mais rotineiros e a orientação principal das suas competências reflexivas para os processos de tomada de decisão não provoquem uma proliferação tão grande de situações potencialmente causadoras de rupturas com o sentido prático. O perfil resiliente decorre directamente da ocorrência de uma crise de grande dimensão com implicações decisivas nos esquemas mentais dos sujeitos. Mas os seus quotidianos não se definem em exclusivo por essa ocorrência, nem se estruturam em torno de desajustes constantes dela decorrentes. Quanto ao modo reflexivo resistente, embora partilhe com o perfil pragmático preocupações centradas no trabalho e nas finanças familiares, os entrevistados que integram este grupo orientam as suas competências reflexivas para um leque mais alargado de contextos e situações.

O que se pretende destacar com esta discussão é, no fundo, a articulação permanente entre sentido prático e reflexividade quer no quotidiano, quer ao longo do percurso biográfico dos sujeitos. Alternam-se nas práticas sem necessariamente se oporem ou incompatibilizarem. Os esquemas de

percepção interiorizados nos processos de socialização, e que tendem a operar de modo não consciente, podem ser tomados como objecto de reflexão. Por outro lado, as competências reflexivas dos sujeitos são indissociáveis dos seus contextos de incorporação de disposições. Aquilo que explica a orientação de um ou de outro mecanismo decorre do tipo de acção e do seu enquadramento, dos tempos das práticas e do modo como os indivíduos com elas se relacionam. A urgência da prática, no sentido de Bourdieu, exige, em muitas circunstâncias, a improvisação possibilitada pelos processos de incorporação. Em acções mais prolongadas no tempo ou perspectivadas à distância, surge a possibilidade de afastamento face ao que é geralmente assumido como evidente e, nesse sentido, de preparação das práticas. Depende também, como se viu, dos actores envolvidos (com uma relação mais ou menos distanciada com o mundo) e do tipo de contexto em que as acções têm lugar (mais ou menos familiar). Sentido prático e reflexividade são duas modalidades distintas, mas interligadas, da acção.

Importa ainda destacar desta análise que as crises, enquanto contextos que estimulam a activação da reflexividade, são parte integrante, numa vertente diacrónica, dos percursos biográficos dos sujeitos e, numa componente sincrónica, dos seus quotidianos. Não têm necessariamente um sentido negativo, não geram invariavelmente sofrimento e delas não decorrem sempre implicações decisivas nos trajectos individuais.

10.4. Emoções e reflexividade

A análise dos relatos biográficos das 20 pessoas entrevistadas permite perceber que o exercício da reflexividade não é puramente cognitivo, mas também emocional. As emoções permearam todo o processo de pesquisa porque se interligam e encadeiam com os próprios processos reflexivos, tanto os que foram descritos como resposta às questões colocadas, como aqueles que foram suscitados especificamente pelo contexto de entrevista. As emoções são parte integral da vida interior dos sujeitos. O modo como os indivíduos olham para si mesmos e para os outros espelha uma relação emocional com o mundo. Neste sentido, o papel que as emoções desempenham nas dinâmicas de exercício da reflexividade deve ser devidamente considerado (Conde, 2011a: 11).

O debate em torno da relação entre razão e emoção tem marcado presença ao longo da história da sociologia. Norbert Elias (1987, 2006) deu um contributo central neste sentido, enfatizando a componente socializadora, nomeadamente em termos de auto-regulação e auto-controlo, das emoções. Reflexões posteriores sobre estas questões têm vindo a fortalecer a ideia de que razão e emoção não se opõem, nem representam processos necessariamente incompatíveis (Archer, 2004; Barbalet, 2001; Collins, 1993; Hochschild, 1979, 1983; Lopes, 2002; Lupton, 1998;

Sayer, 2011; Smart, 2010; Turner, 2007; Turner e Stets, 2007)⁹⁸. O trabalho de autores de outras áreas disciplinares, como por exemplo o de António Damásio (1995, 2000, 2003), vem também reforçar as múltiplas articulações entre estas duas dimensões. Fica claro na análise que tem vindo a ser feita na presente pesquisa que os sujeitos podem ser simultaneamente reflexivos e emocionais. Aliás, emoção e reflexão originam-se mutuamente.

As emoções são elas próprias geradoras de reflexividade: não sentimos apenas as emoções, também as pensamos. Os entrevistados tendem a tomar como objecto de reflexão aquilo que sentem face a si mesmos, aos outros e aos seus contextos. Precisam frequentemente de clarificar os seus sentimentos para definirem atitudes e condutas. Por exemplo, Rosa sente-se angustiada com o grau de exigência que tem vindo a direccionar para si mesma, o que a leva a pensar no que origina essa atitude e no que pode fazer para alterá-la. Depois de se divorciar Irina iniciou um novo relacionamento amoroso, mas devido a um casamento passado marcado por violência doméstica tinha medo de se voltar a envolver emocionalmente com outra pessoa, o que despoletou inúmeras conversas internas e externas sobre o que sentia realmente, o que deveria sentir nas suas novas circunstâncias de vida e que conduta seria mais adequada face ao namorado. Rita questiona-se se se deveria sentir frustrada face ao seu contexto profissional, que é estável e relativamente bem remunerado, já que amigos e família não percebem a sua frustração.

Em situações de crise, como se viu, este processo de questionamento estimulado pelas emoções é ainda mais evidente⁹⁹. Os sujeitos vêm-se em estados de turbulência emocional e sentem necessidade de atribuir sentido aos seus sentimentos. O mesmo se verifica quando os sujeitos enfrentam estados emocionais ambivalentes. Um exemplo claro a este respeito é o caso de Marta, que face à morte do pai, por doença, se sentiu aliviada, pelo facto de ter terminado o sofrimento de uma pessoa que ama, mas simultaneamente triste, pela perda de alguém tão próximo. O exemplo, dado acima, de Rita revela também esta ambivalência: sente-se contente por estar integrada profissionalmente num contexto estável, mas sente-se frustrada com o tipo de actividade que desempenha.

As emoções actuam, no fundo, como filtros porque o olhar direccionado ao real tem na sua base a relação emocional que estabelecem com o mundo (Archer, 2004; Burkitt, 2012). A experiência de emoções pode ser um processo subjectivo, mas os sujeitos sentem-se felizes, frustrados ou envergonhados em relação a algo, alguém ou por se terem comportado de determinada forma. É a estes sentimentos que em muitas circunstâncias os indivíduos respondem reflexivamente. Os entrevistados do perfil funcional, por exemplo, sentiam-se tristes e frustrados nos seus contextos familiares de origem, o que desencadeou a definição de projectos e estratégias orientadas para a

⁹⁸ Para a relação entre práticas reflexivas e emoção em diferentes domínios de vida ver também Flam (2008, 2010), Hochschild (2003), King (2006), Reay (2005), Sayer (2002, 2005a, 2005b), Skeggs (1997, 2005) e Velho (1986).

⁹⁹ Ver também Abrantes (2012).

procura de novos enquadramentos de vida. As emoções permitem neste âmbito monitorizar as práticas, no sentido de avaliar a adequação entre esquemas mentais (disposições e competências reflexivas) e circunstâncias sociais. Os desajustes geram emoções negativas e fomentam processos reflexivos.

As emoções constituem, na perspectiva de Archer (2003b, 2004, 2007a), comentários às preocupações centrais dos indivíduos, na medida em que se direccionam para aquilo que eles mais valorizam. As emoções geradas por determinada questão permitem, no fundo, perceber o grau de preocupação que os sujeitos lhe dirigem e a importância que a mesma adquire nas suas vidas. A elaboração de projectos assume, assim, uma forte componente emocional porque se baseia, precisamente, no que mais preocupa cada pessoa num dado momento, tendo em conta as suas possibilidades e constrangimentos. Aquilo que explica o compromisso dos sujeitos às suas preocupações é precisamente a relação emocional que estabelecem com aquilo que os rodeia e com os outros. O discurso de Rita a esse respeito é bem ilustrativo.

Se eu gosto muito do trabalho que estou a fazer, posso ser muito obsessiva. Se eu não gosto, sou o oposto do obsessivo, sou muito balda. Nem é nada o meu feitio, só que não me consigo envolver. Ou seja, esta questão da obsessão e de ser assertiva nas coisas é muito emocional. Portanto, se eu não gosto das coisas eu não me consigo envolver da mesma maneira. Não consigo ir para casa pensar no trabalho, por exemplo. Nem quero. Mas podia não querer e ir. Mas não, não penso mesmo. Penso noutras coisas, por isso não sou muito obsessiva. Sou obsessiva naquilo que emocionalmente me toca de alguma maneira. Coisas boas, coisas más. (Rita, 29 anos, mestrado, produtora de eventos)

Nas escolhas que fazem os indivíduos antecipam cenários e as emoções associadas a cada um deles. Para além disso, baseiam-se na sua memória de estados emocionais passados face a determinadas situações para apoiarem as suas opções. Desta conceptualização de Archer fica de fora, contudo, uma vertente relacional, já que as emoções estão na base dos relacionamentos e laços que as pessoas estabelecem entre si e desempenham um papel importante na definição de projecções individuais (Burkitt, 1997, 2012).

Os pontos da análise que remetem para as dinâmicas de interacção permitiram perceber que os sujeitos estão permanentemente a gerir as suas emoções e as respostas emocionais dos outros (ver também Barbalet, 2011; Burkitt, 2012; Holmes, 2010; Mills e Kleinman, 1988; Rosenberg, 1990). Fazem-no em situações de copresença, mas também quando estão sozinhos, embrenhados nas suas conversas internas. A consideração de possibilidades e constrangimentos na elaboração de projectos pessoais incorpora esta dimensão relacional-emocional. Os sujeitos ponderam qual a melhor forma de concretizarem os seus objectivos, tendo em conta o efeito emocional que as suas condutas podem ter nos outros, sobretudo junto dos mais próximos, como família e amigos, que desempenham um papel importante na viabilização dos planos individuais.

Esta relação entre emoções e elaboração de projectos individuais poderia conduzir à noção de que os sujeitos, ao prosseguirem os seus objectivos, têm sempre em mente a maximização da sua felicidade. Embora seja verdade que os entrevistados, ao definirem planos pessoais procurem

sobretudo fomentar emoções positivas nas suas vidas, não é sempre esse o caso. São inúmeros os relatos dos entrevistados que, por vezes, investem em práticas que sabem, à partida, que lhes vão provocar mal-estar, seja porque, do ponto de vista valorativo ou normativo, consideram ser o mais correcto a fazer, seja porque priorizam as emoções de outras pessoas face às suas, seja ainda porque a concretização dos seus projectos exige sacrifícios. Os entrevistados com um perfil funcional, por exemplo, têm quotidianos muito difíceis e cansativos, mas suportam o descontentamento face à organização dos seus dias por saberem que vão conseguir atingir os seus objectivos profissionais, ainda que apenas a médio-longo prazo.

Se as emoções geram reflexividade, por outro lado as competências reflexivas estão também na origem de estados emocionais. Os processos reflexivos estão envolvidos na identificação emocional – quando os sujeitos categorizam os estados fisiológicos como correspondendo a uma determinada emoção –, na expressão emocional – através de dinâmicas de exposição e ocultação daquilo que sentem – e na experiência emocional – procurando controlar certos sentimentos e estimular outros (Rosenberg, 1990).

Por vezes, só depois de clarificarem o que pensam sobre um determinado assunto, pessoa ou sobre o seu próprio comportamento e as suas circunstâncias é que os sujeitos têm certas emoções. Por exemplo, para algumas entrevistadas que integram o perfil resistente o contacto com outros meios de vida estimulou a sua reflexividade em torno de questões de género, o que as levou a questionarem os seus relacionamentos conjugais e, por conseguinte, a sentirem-se tristes e revoltadas por perceberem que estavam numa relação desigual. No caso do modo reflexivo auto-referencial, a releitura de textos auto-biográficos a alguma distância temporal gera reacções emocionais face àquilo que sentiram e pensaram em determinadas fases das suas vidas. Ainda em relação a este perfil, foi também destacado que os sujeitos consideram pensar em demasia sobre determinadas questões, o que gera, por si só, angústia e ansiedade. A generalidade dos entrevistados pode experienciar tristeza ou felicidade por ver as suas concepções sobre determinado assunto validadas ou frustradas em interacção com outras pessoas.

A reflexividade pode ainda gerar estados emocionais quando os indivíduos procuram controlar as suas emoções, reprimindo umas e fomentando outras. Este processo é comum para a generalidade dos entrevistados, por exemplo, quando experienciam emoções negativas e, em determinadas circunstâncias, depois de reflectirem sobre os seus efeitos em si e nos outros, procuram assumir uma postura mais optimista. Os sujeitos com um perfil resiliente são um claro exemplo desta vertente, pela procura de superação dos eventos traumáticos por que passaram. Está, contudo, mais presente nos indivíduos com modos reflexivos auto-referencial e funcional, que exercitam mais frequentemente práticas de auto-controlo e auto-disciplina e que têm maior confiança na sua capacidade agencial.

O caso de Rosa ilustra um controlo emocional mais prolongado no tempo. Para lidar com o problema de toxicodependência do filho aprendeu racionalmente a reprimir estados depressivos, porque compreende as implicações nocivas que poderiam ter na sua vida, e a fomentar em si mesma emoções positivas que a ajudem a conseguir alguma tranquilidade no quotidiano. Não significa, contudo, que os sujeitos sejam sempre bem-sucedidos neste tipo de autodomínio emocional. O caso de Rosa ilustra, aliás, a dificuldade que este processo acarreta, bem como a sua falibilidade. Os entrevistados conseguem frequentemente desconstruir racionalmente as suas emoções, percebendo a sua origem e efeitos, mas não obtêm necessariamente, por via deste exercício, controlo imediato sobre elas.

Importa ainda destacar que a relação entre reflexividade e emoções não se cinge ao papel que ambas podem desempenhar na definição de cursos de acção específicos. Reviver, por exemplo, constitui um exercício auto-contido de recuperação de memórias e de reflexão sobre o passado, com uma forte componente emocional. Até porque as emoções, podendo originar práticas, não operam sempre conscientemente, ou seja, não actuam invariavelmente por via de processos reflexivos. Os entrevistados relatam inúmeras situações em que responderam emocionalmente a uma situação, sem terem pensado previamente no melhor a fazer nessas circunstâncias. Geralmente quando são mais impulsivos tendem a reconhecer mais frequentemente uma vertente emocional nas suas acções. Nas suas palavras, “seguiram o coração” ou “deixaram-se levar pelo momento”. Este tipo de orientação está sobretudo associada aos relacionamentos amorosos, à esfera da família, às sociabilidades e aos lazeres e é indissociável do quadro disposicional de cada pessoa (Sayer, 2010).

Independentemente da designação utilizada para caracterizar a relação entre reflexividade e emoções – reflexividade emocional (Burkitt, 2012; Holmes, 2011; King, 2006), razão emocional (Sayer, 2010, 2011), ou emocionalização da reflexividade (Holmes, 2010) – a ideia central que se pretende destacar com esta discussão é que a vida interior consciente dos sujeitos não se compõe apenas por dinâmicas cognitivas¹⁰⁰. As emoções são parte integrante e estruturam decisivamente aquilo que os sujeitos pensam sobre si e sobre os outros, e estão presentes em todas as modalidades de exercício da reflexividade: nas conversas internas, nas interacções discursivas e nas práticas de escrita.

¹⁰⁰ Ver também Domingues (2002).

CAPÍTULO XI: OS EFEITOS DA REFLEXIVIDADE NA ACÇÃO

Os capítulos anteriores permitiram caracterizar os processos reflexivos ao nível individual, no que à sua formação e activação diz respeito. Um último ponto de análise centra-se na relação entre reflexividade e acção. O objectivo é compreender a eficácia causal das competências reflexivas, ou seja, perceber se o exercício da reflexividade se traduz na definição de cursos de acção específicos. É dado destaque aos parâmetros da acção reflexiva, às dinâmicas de suspensão da acção, aos efeitos de reprodução e mudança social e aos processos de mediação entre estrutura e agência.

11.1. Modelo de acção reflexiva

A importância que a análise da reflexividade assume em sociologia é indissociável do impacto que a mesma pode ter na capacidade de acção dos sujeitos. Toda a análise que tem vindo até aqui a ser feita aponta precisamente para o papel preparatório que as competências reflexivas desempenham relativamente às práticas. A tomada de decisão, a definição de estratégias de acção e a implementação de planos individuais têm na sua base o exercício da reflexividade. Mas como se processa a eficácia causal das competências reflexivas?

A figura 11.1. constitui uma representação gráfica dos processos e dinâmicas que caracterizam a relação entre reflexividade e acção e consiste numa decomposição, complexificação e combinação dos esquemas explicativos das práticas propostos por Bourdieu (condições de existência -> habitus -> práticas), Lahire (passado incorporado + contextos de acção presente = práticas) e Archer (preocupações -> projectos -> práticas).

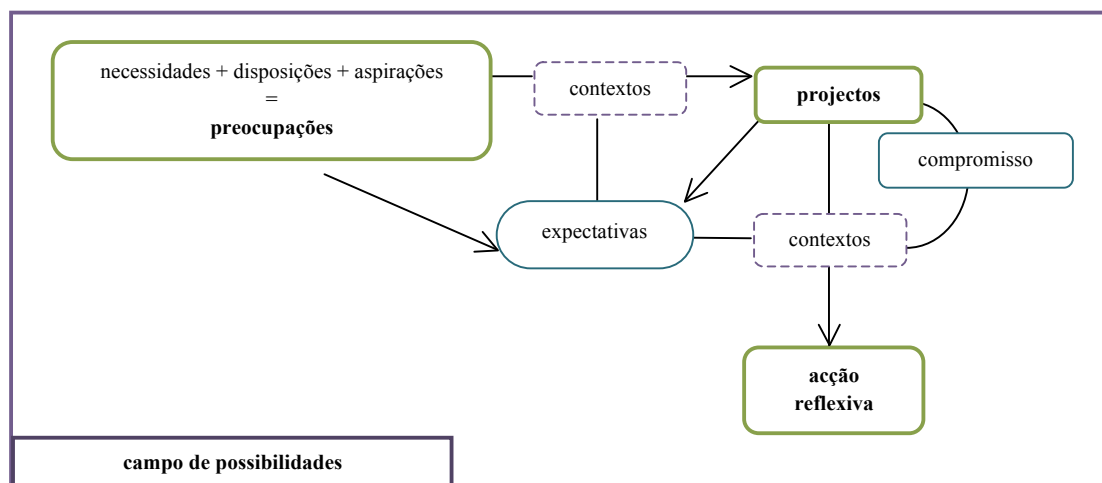


Figura 11.1: Modelo de acção reflexiva

A noção de preocupações surge neste esquema, e na linha de Archer (2003b, 2007a, 2012), como estando na base do processo de orientação para a acção. Este é, de facto, um conceito importante, na medida em que expressa aquilo que maior importância assume para cada pessoa, na sua vida, num dado momento do tempo. A identificação e priorização de preocupações individuais implica activação de competências reflexivas, mas resulta também da actuação de mecanismos incorporados que operam sem que os sujeitos deles se apercebam. As preocupações são definidas pela combinação de necessidades, disposições e aspirações. As necessidades remetem para os contextos materiais de existência, as disposições dizem respeito à incorporação da objectividade dos contextos de vida e as aspirações consistem em desejos pessoais fundados nessas duas componentes.

Os indivíduos nascem integrados em circunstâncias sociais que não são da sua escolha, onde se defrontam com determinadas condições de existência, e com maneiras de fazer e de pensar que são incorporadas sob a forma de disposições. Neste âmbito, desenvolvem desejos (que não têm associada a projecção de cursos de acção específicos) que vão ao encontro das necessidades decorrentes dos seus contextos de vida e dos seus esquemas de percepção do mundo. É desta conjunção que nascem as preocupações individuais, através das quais os sujeitos equilibram aquilo que precisam, com aquilo que desejam e com aquilo que lhes parece possível fazerem. O que os sujeitos mais valorizam não é definido de forma definitiva nos contextos de socialização primária, podendo mudar ao longo do tempo, em consonância com as dinâmicas próprias do percurso de vida.

As preocupações geram projectos. É com base naquilo que mais as preocupa que as pessoas organizam as suas condutas para alcançarem determinados fins (Archer, 2007a: 7; Schutz, 1979: 138-142; Velho, 1994: 40). A transformação de preocupações em projectos representa a transição de desejos e prioridades de cariz mais abstracto relativamente àquilo que os sujeitos querem ser e fazer, para a definição concreta de objectivos de vida e de modos de concretizá-los. Por exemplo, alguns entrevistados mantinham, desde muito novos, o desejo de casarem. O casamento fazia parte do quadro normativo dos seus contextos de origem e era também uma forma de construir condições de existência mais sólidas. Mas só depois de estarem envolvidos num relacionamento amoroso, chegarem a uma certa fase de vida e terem uma determinada condição profissional esse desejo se transformou num projecto.

Deste exemplo decorrem dois aspectos importantes, indissociáveis, do processo de elaboração de projectos: estes são definidos contextualmente e implicam a avaliação de recursos e meios. De facto, as preocupações transformam-se em projectos com base nos contextos por onde os sujeitos se movem, onde definem prioridades e objectivos, identificam os recursos necessários e os meios mais adequados para concretizá-los, e projectam as práticas que consideram que melhor vão ao encontro daquilo que querem ter, fazer e ser.

A activação deste processo reflexivo ao nível individual implica elaborar no presente uma projecção futura, com base no passado. Os sujeitos antecipam cenários de futuro, onde planeiam

concretizar os seus objectivos, tendo por referência o conhecimento que têm sobre si mesmos e sobre os seus contextos passados, que conduziram às circunstâncias presentes. Os projectos atribuem um sentido de continuidade ao percurso biográfico, tal como Giddens (2001) procurou destacar com a noção de projecto reflexivo do self. O exercício de projecção individual é um importante instrumento de reforço de confiança e de manutenção da segurança ontológica dos indivíduos, independentemente da sua idade. Apesar de para os mais jovens o futuro estar potencialmente mais em aberto e de os mais velhos sentirem que têm menos margem temporal e condições para concretizarem objectivos pessoais, todos os entrevistados mantêm projectos como forma de atribuírem continuidade e sentido aos seus percursos biográficos.

Os projectos podem remeter para um futuro próximo (de horas, dias, semanas, meses) ou para períodos de tempo mais distanciados (meses e anos). Depende do tipo de projecto e das condições que cada pessoa tem para elaborá-lo e implementá-lo. Um indivíduo pode ter como projecto sair com os amigos ao final do dia, terminar determinadas tarefas no trabalho até ao final do mês, adoptar um cão no próximo ano ou comprar casa num espaço de três anos. Geralmente, quanto mais próxima é a projecção do ponto de vista temporal, mais concretas são as estratégias definidas para levar a cabo os objectivos pessoais, na medida em que a proximidade e o conhecimento mais aprofundado sobre os contextos, recursos e meios permite antecipar com maior fiabilidade cenários de práticas.

O grau de elaboração dos projectos pode variar consoante o distanciamento temporal, mas também de acordo com a complexidade implicada na estratégia de concretização dos objectivos definidos. Comprar casa implica realizar um conjunto de procedimentos prévios que são morosos, implicam a actuação de vários agentes e requerem uma avaliação cuidada dos recursos disponíveis. Por outro lado, para planearem uma saída de amigos ao final do dia os indivíduos precisam apenas, na maior parte dos casos, de propor ou definir em conjunto uma hora e um local de encontro. Tendencialmente, os projectos elaborados a uma maior distância temporal e que exigem maior preparação e mobilização de meios e recursos são aqueles que assumem maior importância e que têm mais implicações nas vidas dos sujeitos.

A noção de projecto tem subjacente, por definição, uma dimensão estratégica que remete para o indivíduo enquanto sujeito e para a capacidade agencial de cada pessoa. Como afirma Velho (1994: 28), está-se perante um domínio de exploração e de desempenho face a opções. A elaboração de projectos pressupõe a crença na capacidade individual de concretização de objectivos. É um meio de negociação da realidade e de construção identitária porque permite aos indivíduos expressarem e articularem interesses, desejos e preocupações pessoais com as possibilidades e constrangimentos dos seus contextos, na construção daquilo que querem ser, ter e fazer.

Como se tem vindo a discutir ao longo da análise, esta capacidade de projecção individual no futuro, através do exercício de competências reflexivas, está distribuída desigualmente. É

precisamente neste sentido que os sujeitos integrados nos perfis reflexivos auto-referencial e funcional (mas também resiliente) são aqueles que mais orientam as suas práticas pela elaboração de projectos e que maior confiança têm em si mesmos e na sua capacidade autónoma de agirem sobre as suas circunstâncias e de concretizarem os seus planos pessoais. Reconhecem a importância de prepararem previamente a acção e de se disciplinarem para conseguirem levar a cabo os seus objectivos. Esta crença nas capacidades individuais é indissociável dos recursos e meios que os sujeitos têm à sua disposição, e das possibilidades estruturais que lhes estão associadas, para efectuarem escolhas e anteciparem cenários futuros.

Em contraste acentuado encontram-se os sujeitos com um modo reflexivo pragmático. Desprovidos de recursos para conceberem percursos alternativos, aceitam “as coisas como elas são”, esperam que “as coisas se resolvam por si mesmas” e depositam a esperança de melhoria das suas condições de vida em entidades externas abstractas, como Deus ou o destino. Pela escassez de recursos (de todo o tipo) à sua disposição aproximam-se do ideal-tipo do “indivíduo por defeito”, tal como definido por Castel (1995, 2006). Incorporaram desde cedo, como os sujeitos com um perfil resistente, que não poderiam ter grandes ambições, pelo que projectaram para si mesmos aquilo que observavam nas suas redes de contacto mais próximas. No fundo, ambicionavam ter o que toda a gente tinha porque isso significaria que estaria também ao seu alcance concretizar. É o caso dos projectos associados ao casamento e à compra de casa.

Embora as diferenças na posse de recursos, que estão na origem de diferentes configurações disposicionais, sejam centrais para se compreender o lugar que a elaboração de projectos ocupa na vida dos entrevistados, é também necessário perceber como se relacionam os sujeitos com os seus hábitos incorporados (Costa, 2004: 128-129; Lahire, 2005b: 20-22). Ou seja, importa atender não só às competências adquiridas em socializações passadas, mas também às apetências para seguirem determinado tipo de projectos pessoais; deve ser tido em conta não só o que são capazes de fazer, mas também aquilo que têm interesse em concretizar.

Nuno, por exemplo, desenvolveu competências de trabalho por conta própria no contexto dos inúmeros negócios familiares dos pais, mas acabou por investir num projecto de integração profissional noutra tipo de enquadramento. Lourenço cresceu numa família numerosa, que valoriza bastante os laços formais e a continuidade geracional, mas não tem como projecto casar ou ter filhos. Diogo é oriundo de um enquadramento familiar com fortes recursos económicos e escolares, mas não definiu como objectivo concluir o ensino superior. Como se viu na análise individualizada de cada entrevistado, estes casos explicam-se por outros factores que não apenas a assunção das disposições incorporadas como projecto pessoal. Certas disposições não encontram condições favoráveis de activação ou actualização, ou são contrariadas por processos de socialização concorrentes.

É ainda importante referir que os projectos individuais podem ser particularmente heterogéneos e mutáveis. Os sujeitos projectam em diferentes domínios de vida e desenvolvem

projectos diversificados no seio de uma mesma esfera de existência. Para além disso, alguns entrevistados revelaram mesmo ter projectos contraditórios, assentes em práticas que não são compatíveis. Por exemplo, Marta tem como projecto proporcionar segurança (económica e emocional) aos filhos, mas ao procurar protegê-los e resguardá-los acaba por contrariar o plano que também tem de lhes estimular a autonomia pessoal.

Os projectos mudam ao longo do tempo, em consonância com alterações nas preocupações centrais dos indivíduos ou na sua priorização. Alguns projectos assumem um cariz mais permanente, mas, em termos gerais, as projecções que os sujeitos fazem são bastante dinâmicas e são frequentemente reelaboradas e readaptadas, mesmo que parcialmente. Por exemplo, entrevistadas como Rita e Margarida mantiveram sempre como projecto completarem o ensino superior e tinham objectivos definidos quanto à carreira profissional que pretendiam seguir (ensino e medicina, respectivamente), mas seja porque se verificou uma mudança nas suas apetências (no caso de Rita), seja porque não conseguiram concretizar os seus objectivos (no caso de Margarida), alteraram o projecto profissional associado à frequência desse patamar de ensino.

Projectos como o do casamento, dos filhos ou da aquisição de casa tendem a ser mais estáveis, embora os parâmetros da sua concretização possam variar substancialmente, em termos de tempo, recursos e contextos. Isto porque têm a ver com questões de definição identitária, que geralmente estruturam de forma mais decisiva os percursos individuais. Projectos ligados ao lazer, por exemplo, tendem a ser mais voláteis, como a frequência de ginásio ou actividades em grupo com amigos. As mudanças nos projectos individuais podem resultar de alterações individuais e contextuais, mas podem também ser forçadas por eventos particularmente marcantes, que obrigam a uma reestruturação profunda dos planos de futuro, como foram os casos de Luís e Cláudio.

As projecções de futuro surgem aqui como plataforma de orientação das práticas, mas isso não significa que os projectos conduzam directamente à acção. A sua implementação depende sempre das condições contextuais que os sujeitos encontram e do grau de compromisso e dedicação que lhes direccionam.

Os sujeitos podem tomar uma decisão e planear fazer algo em determinados parâmetros, mas depararem-se com condições que não puderam prever e que afectam a concretização dos seus objectivos. Os projectos individuais são susceptíveis de serem negociados, reelaborados ou reajustados contextualmente, de forma integral ou parcial, porque existe sempre um grau de imprevisibilidade associado aos enquadramentos conjunturais e às respostas das outras pessoas. Esses ajustes podem ocorrer na urgência da acção, e nesse caso geram sobretudo pequenos acertos, ou implicarem reelaboraões mais demoradas e prolongadas no tempo. O caso de José é ilustrativo da importância dos contextos para a concretização de projectos. Este entrevistado tomou a decisão de terminar a própria vida depois lhe ter sido amputada uma perna, tendo inclusive definido o método e

o local do suicídio. Contudo, foi demovido pelos familiares que o levaram a adoptar outra perspectiva sobre a situação.

O compromisso individual em cada projecto, ou seja, o envolvimento, o empenhamento e a auto-responsabilização dos sujeitos com base nas possibilidades e constrangimentos dos seus contextos, é também decisivo no processo de implementação de planos pessoais¹⁰¹. Nem todos os projectos têm a mesma importância na vida dos indivíduos, pelo que a relação que mantêm com os seus objectivos e planos varia consideravelmente. Há uma priorização de projectos que decorre do impacto que os mesmos vão ter nas suas vidas (em termos positivos e negativos se forem realizados, ou relativamente aos custos se falharem), do tempo que levaram a ser delineados, dos recursos que precisam de ser mobilizados, do esforço pessoal que tem de ser despendido e da necessidade de participação de outras pessoas. Portanto, a importância que o projecto assume não resulta apenas do interesse pessoal, da motivação individual ou das apetências dos sujeitos, mas também da sua possibilidade de concretização e dos parâmetros da sua implementação.

O grau de compromisso de Rita, por exemplo, relativamente aos seus projectos académicos e culturais é superior ao dos profissionais. Está bastante mais envolvida na obtenção de formação e na dinamização de actividades do que propriamente no investimento na sua carreira profissional. Os sujeitos com um perfil funcional, por outro lado, assumem a esfera laboral como o fulcro dos seus projectos pessoais, pelo que lhe dedicam um esforço pessoal substancial e mobilizam mais recursos nesse sentido, em detrimento do seu envolvimento em projectos familiares, de sociabilidade ou de lazer.

A implementação de projectos pessoais caracteriza-se ainda pela sua falibilidade (Archer, 2003b: 141; 2007a: 9). Há projectos bem-sucedidos, que orientam a acção num dado sentido e permitem a concretização dos objectivos pretendidos; há projectos falhados, que não conduziram aos resultados esperados; há projectos interrompidos, que possibilitaram a realização temporária de planos de vida; e há projectos que os sujeitos não conseguiram levar a cabo.

Por exemplo, Rita saiu de casa dos pais e alguns meses depois teve de regressar. A amiga com quem vivia, e a quem pagava renda, voltou para casa do ex-namorado e ela viu-se forçada a sair, sem recursos para pagar um aluguer sozinha e manter um projecto de autonomia residencial. Miguel projectava uma vida conjugal com a sua namorada, mas porque surgiram problemas de relacionamento que colocaram em causa aquilo que ele projectava para o seu casamento, optou por interromper este projecto. Irina tinha o objectivo de concluir o ensino superior, mas devido à opção que o marido tomou de emigrar, abandonou esse projecto e foi viver para Portugal. Cláudio tinha definido prosseguir estudos depois do casamento, mas não encontrou condições no seio familiar para implementar esse projecto. Depois de comprar um carro ao filho mais velho, Filomena projectava

¹⁰¹ O conceito de compromisso tem sido tradicionalmente mobilizado em sociologia para a análise da relação entre indivíduos e organizações (ver, por exemplo, Becker, 1960), mas, como afirma Gerson (1976), a sua utilização é também profícua, se reajustada, a respeito de outras problemáticas.

fazer o mesmo ao filho mais novo, alguns anos mais tarde, mas a mudança brusca da situação financeira familiar, causada pelo desemprego de vários membros da família, levou-a a adiar, e eventualmente a desistir, desse projecto. Os entrevistados que integram o perfil pragmático tiveram sempre como projecto trabalharem até à idade oficial da reforma, mas, seja por doença ou por uma situação de desemprego, tiveram de abandonar esse plano inicial.

Portanto, nalguns casos a responsabilidade pela falha nos projectos pessoais é individual, noutros resulta de circunstâncias que não puderam controlar, mas na sua maioria decorre de uma articulação entre ambas. Geralmente advém da combinação entre cálculos desajustados relativamente aos recursos necessários, mudanças nos relacionamentos interpessoais e transformação dos contextos e condições de vida. Importa também referir que os projectos, independentemente da sua falibilidade, podem produzir consequências que os sujeitos não tinham inicialmente previsto (Giddens, 2004: 10-14).

O sucesso da implementação de um projecto depende ainda das expectativas que os sujeitos lhe dirigiram. Depois de delineada uma estratégia de acção para concretizarem os seus objectivos, os indivíduos tendem a esperar que a realização dos seus planos decorra em determinadas circunstâncias e parâmetros, e produza resultados específicos. O desencontro entre as suas expectativas, os contextos de concretização e aquilo que alcançaram em concreto gera insatisfação e implica muitas vezes reajustes, reelaborações ou mesmo o abandono de projectos pessoais. As expectativas surgem também a montante da elaboração de projectos, na medida em que são geradas contextualmente pelas preocupações quanto ao que pode vir a acontecer relativamente aos domínios e questões que mais valorizam nas suas vidas. Assumem, por isso, uma componente mais passiva, no sentido em que não têm necessariamente associado qualquer tipo de plano de conduta. Depois de definido um projecto, as expectativas decorrem, por outro lado, do exercício das competências reflexivas dos sujeitos, sendo mais concretas por se reportarem a objectivos e planos de acção específicos.

Apesar da sua componente estratégica, racional e de cálculo, os projectos não assentam apenas na capacidade agencial dos sujeitos e nas suas competências de reflexividade, mas inscrevem-se também num campo de possibilidades que delimita a esfera de acção dos indivíduos (Velho, 1994). Todo o processo de acção reflexiva que tem vindo aqui a ser discutido só pode ser compreendido por referência aos constrangimentos e capacitações dos contextos de vida dos sujeitos que definem as opções possíveis de serem tomadas. As possibilidades e as dificuldades decorrentes dos seus enquadramentos, bem como dos recursos e meios a que aí têm acesso, podem ser identificadas conscientemente, mas estão também incorporadas nos sistemas de disposições individuais, o que faz com que os sujeitos perspectivem e façam o que está ao seu alcance fazer, sem que, muitas vezes, tenham necessariamente disso consciência.

No caso dos entrevistados com perfis reflexivos pragmático e resistente ficou particularmente claro o impacto da delimitação operada pelo campo de possibilidades. Quando

falavam das suas aspirações revelavam ter noção de que não poderiam ter certas ambições e elaborar determinado tipo de projectos porque não tinham condições materiais para tal. Manifestaram inclusive, sobretudo os pragmáticos, aquilo que Bourdieu (2003: 433) denomina por “gosto do necessário”, decorrente de disposições entendidas como “necessidade feita virtude”, no sentido em que aceitam aquilo que têm ao seu dispor e resignam-se ao inevitável.

Para concluir, não é demais lembrar que o modelo de acção reflexiva aqui em discussão (figura 11.1) representa uma modalidade particular das práticas. Este esquema de orientação das condutas humanas não se aplica a qualquer acção individual, mas apenas à que é orientada pelo exercício da reflexividade. Porque não há uma oposição definitiva entre reflexividade e disposições, o modelo de acção reflexiva não exclui a componente não consciente de orientação das práticas, já que a elaboração de projectos, como se viu, só é exequível com base no conhecimento incorporado que os sujeitos têm do real, de si mesmos e de quem os rodeia. Importa ainda referir que uma interrupção no processo aqui descrito pode resultar noutra modalidade da acção, nomeadamente a que decorre do ajuste pré-reflexivo aos contextos de existência.

11.2. Reflexividade e paralisação da acção

A reflexividade desempenha um papel central na orientação da acção, como tem vindo até aqui a ser analisado. Mas é também importante reconhecer que do exercício de competências reflexivas não resultam sempre práticas sociais. A reflexividade pode ser activada, por exemplo, para reviver momentos passados, para clarificar o que se pensa sobre determinado assunto ou pessoa, sem que exista uma conduta associada. Há também outras circunstâncias em que a reflexividade tem inclusive um efeito contrário ao que foi discutido no modelo de acção reflexiva. Ou seja, o exercício de competências reflexivas pode resultar na paralisação da acção, ao invés de orientá-la.

Paralisação da acção aqui entendida como suspensão (geralmente temporária) das práticas num determinado segmento de existência; o que não significa a cessação de toda e qualquer acção, independentemente das esferas de vida. Seria, aliás, impossível conceber a vida em sociedade sem que os indivíduos agissem. Os sujeitos podem chegar à conclusão que, relativamente a determinada preocupação, nada devem fazer. Na realidade, as preocupações não resultam sempre em projectos de acção, como se viu no ponto anterior. Os indivíduos podem também abandonar projectos pessoais ou sentir-se incapazes de deliberarem sobre uma dada questão. Qualquer que seja o motivo, está-se perante situações em que o exercício da reflexividade, seja por via das conversas internas, externas ou da escrita, não facultava orientação das práticas.

A paralisação da acção decorre, para o conjunto dos 20 entrevistados, de cinco tipos diferentes de circunstâncias. Uma delas resulta da activação da reflexividade em situações de desajuste entre disposições e contextos. Esta desadequação tem vindo a ser apontada nesta pesquisa,

na linha de Bourdieu, como desencadeando crises, no decorrer das quais os sujeitos se vêem forçados a reflectir sobre o que devem fazer. As suas disposições não facultam elementos apropriados para que possam dar resposta às circunstâncias que encontram, pelo que activam as suas competências reflexivas na procura de orientação alternativa. Contudo, este exercício não é suficiente para conseguirem definir uma linha de acção adequada.

A relação com a escola mantida pelos quatro entrevistados com um perfil de reflexividade pragmática é ilustrativa deste tipo de paralisação da acção. Inseridos em enquadramentos socioeconómicos carenciados, de contacto inexistente com a escola e de fraca valorização das qualificações formais, tiveram uma experiência escolar em situação permanente de crise. Foram confrontados com padrões e normas de pensamento e conduta que lhes eram completamente estranhos, desajustados daquilo que eram as suas experiências de vida. Os quatro frequentaram a escola já em adultos e esse desajuste tornou-se ainda mais evidente. Sem saberem o que fazer e como se comportar, e sem encontrarem respostas através do exercício da reflexividade, desistiram. Veja-se sobretudo o caso dos dois homens, José e Fernando: um deles abandonou a escola sem completar qualquer grau de ensino e o outro, tendo concluído o 1º ciclo do ensino básico, não sabe ler nem escrever.

Outro tipo de circunstâncias em que se verifica a paralisação da acção decorre do desajuste entre projectos e contextos. Significa, portanto, que face à desadequação da estratégia definida para concretizarem os seus objectivos não conseguem encontrar orientação no exercício da reflexividade. Nestes casos suspendem as suas práticas, temporariamente no caso de reajustarem ou reelaborarem os seus projectos, ou permanentemente se os abandonarem. Este desajuste é originado pelo facto de, como afirma Archer (2003b: 300), os indivíduos não terem necessariamente um conhecimento aprofundado acerca das propriedades culturais e sociais implicadas nas suas vidas, nem sempre fazerem a leitura mais correcta das situações, e de não ser melhor para eles, em todas as circunstâncias, adoptarem um curso de acção específico.

Irina, por exemplo, mantinha desde o início do casamento, embora de forma intermitente, o projecto de se divorciar do ex-marido, por viver numa situação de violência doméstica. Mas quanto mais pensava nos parâmetros de concretização deste projecto, mais se apercebia das dificuldades e obstáculos que os seus contextos de vida lhe colocavam, pelo que adiou os seus planos até uma altura em que encontrou condições mais favoráveis.

As práticas podem ainda ser suspensas por conflitos internos causados por variações intraindividuais. Disposições divergentes, hábitos de pensamento concorrentes e emoções conflituais originam ocasionalmente alguma desorientação que não é contrabalançada pelo exercício da reflexividade. Significa, portanto, que os sujeitos não sabem o que fazer quando, a respeito de uma

mesma questão, têm perspectivas diferentes, por vezes contrastantes, e as reflexões que lhe dirigem tornam ainda mais evidente essa confrontação, gerando sofrimento e inacção¹⁰².

Embora não conduzam sempre a incapacidade de agir, há inúmeros exemplos de situações deste tipo entre o conjunto dos entrevistados; precisamente porque estas situações de desfasamento são bastante comuns em sujeitos com quadros disposicionais plurais. O caso de Rosa é particularmente ilustrativo. Ao longo da sua vida lutou sempre com perspectivas contrastantes relativamente aos papéis sociais que desempenhava enquanto filha, mãe e esposa. Fazia o que disposicionalmente incorporou como o comportamento mais adequado, mas sofria internamente porque, exercendo as suas competências reflexivas, se distanciava desses papéis e motivava-se a alterar o seu desempenho, sem que durante muito tempo o conseguisse realmente fazer. Filomena lida quotidianamente com o desajuste entre as responsabilidades domésticas e familiares que assumiu para si mesma e a consciência da desigualdade de género que isso causa na sua relação conjugal, sem que consiga definir uma linha de acção coerente. Um outro exemplo é o de Cláudio, que revela alguma insatisfação relativamente ao relacionamento que mantém com a sua mulher, o que o levou já a considerar sair da relação conjugal. Contudo, esse descontentamento confronta-se internamente com a gratidão que lhe dedica por ter estado sempre a seu lado, apesar dos seus traumas e problemas de saúde. Este conflito gera desorientação e não lhe permite deliberar e associar uma conduta que incorpore as duas perspectivas contrastantes.

Outra das circunstâncias de paralisação da acção, que foi já referida a propósito da análise dos perfis reflexivos, diz respeito à desorientação causada pela reflexão excessiva sobre uma determinada questão. Estas circunstâncias surgem sobretudo entre os entrevistados com um modo de reflexividade auto-referencial, para quem pensar em demasia, por vezes em assuntos que consideram pouco relevantes, gera cansaço, pelo esforço intelectual que exige, origina dúvida e incerteza, e coloca uma pressão excessiva sobre si mesmos. No fundo, observam a mesma questão sob tantos ângulos e perspectivas que acabam por não conseguir deliberar e definir uma linha de acção adequada. Ao identificarem as inúmeras possibilidades e problemas de condutas alternativas têm dificuldade em optar por uma prática específica, com receio que não incorpore toda essa complexidade.

Apesar de ser característico do perfil auto-referencial não é exclusivo deste grupo de sujeitos. Outros entrevistados consideram, a propósito de certos assuntos, que lhes dedicaram demasiado espaço mental de reflexão, o que gerou desorientação. Há, aliás, um reconhecimento generalizado por parte dos entrevistados de diferentes perfis, mas sobretudo do funcional, que pensar em demasia complica excessivamente o que é já, só por si, um problema.

¹⁰² Ver Chaves (1999, 2000) para a análise do modo como estes conflitos internos são vividos, por exemplo, por traficantes de droga. O sentimento de culpa individual gerado pelo confronto entre práticas ilícitas e condenação moral das mesmas conduz, inclusive, alguns deles a abandonar esse tipo de actividade.

É ainda importante referir situações de suspensão temporária da acção decorrentes de acontecimentos marcantes. O impacto que certos eventos e episódios têm na vida dos sujeitos, e que geram crises pessoais e rupturas na sua segurança ontológica, estimula processos reflexivos na procura de atribuição de sentido ao sucedido. É o caso da morte de pessoas muito próximas, do fim de relacionamentos amorosos/conjugais ou de problemas graves de saúde. Principalmente nos momentos (horas, dias) que se seguem a esse evento difícil, os entrevistados relatam sentimentos de impotência, por se sentirem incapazes de fazer qualquer coisa, por mais que racionalizem o que aconteceu. É como se houvesse uma suspensão provisória da realidade e até tarefas básicas do quotidiano, como as associadas à alimentação, higiene pessoal e vestuário, ficam comprometidas. Nos casos em que os entrevistados passaram por depressões ou estiveram hospitalizados esta interrupção é ainda mais evidente, sobretudo para estes últimos, que não só tiveram de lidar com esses sentimentos de impotência, como também com uma ruptura brusca nos seus hábitos diários. A reflexividade é activada com alguma intensidade nestes períodos, mas não faculta pontos de orientação, pelo menos numa fase inicial.

Esta listagem de circunstâncias permite evidenciar um conjunto importante de considerações. Desde logo, na sua base está o facto de a reflexividade não ter só uma função de orientação, mas poder também gerar paralisação (temporária e segmentada) da acção. Para além disso, fica claro que não constitui o único mecanismo de orientação das práticas, articulando-se permanentemente com os quadros disposicionais dos sujeitos. E, por último, o que estas situações evidenciam é que os sujeitos não têm sempre de ser agentes activos. Podem suspender a acção, sem que isso signifique serem, por outro lado, passivos no sentido mais tradicional do termo, de adoptarem uma postura indiferente, apática e inerte. Nos casos aqui em análise verifica-se precisamente o contrário porque, apesar de exteriormente não seguirem uma conduta específica, internamente lidam com emoções e hábitos de pensamento muito intensos e contraditórios.

11.3. Reprodução e mudança

Não tendo o conceito de reflexividade individual por implicação directa a acção, o mesmo se verifica relativamente à transformação social. A importância do estudo sociológico da reflexividade está, de facto, relacionada com os efeitos que o seu exercício pode ter nas vidas dos sujeitos, mas desse processo decorrem resultados muito diferentes. Se é verdade que, em determinadas circunstâncias, a reflexividade actua no sentido de capacitar a agência individual na produção de mudança, por outro lado, não há razão para se pensar, sobretudo com a conceptualização do conceito que foi adoptada nesta pesquisa, que a reprodução social não é também produto do exercício de competências reflexivas.

A análise dos vinte casos individuais tem permitido perceber que a reflexividade gera auto-conhecimento, bem como conhecimento sobre a realidade e sobre os outros. Os indivíduos conseguem, assim, compreender como se processam determinadas dinâmicas associadas aos seus comportamentos, avaliando os seus contextos e recursos, as suas opções passadas e as consequências das suas acções, bem como daquilo que os outros fizeram. É com base neste saber que se compõem as bases para identificarem e definirem estratégias de acção sobre um leque diversificado de questões. É deste modo que encontram formas alternativas de organização pessoal e social de certos aspectos das suas vidas¹⁰³.

Está-se aqui perante o accionamento da agência individual e os seus efeitos nas biografias dos sujeitos. Este processo de morfogénese da pessoa (Archer, 2003b: 115), no qual o “*eu* presente” dialoga com o “*mim* passado” projectando para o “*tu* futuro”, evidencia o poder que cada indivíduo, inscrito num dado campo de possibilidades, tem de agir sobre as suas circunstâncias e alterá-las. Ou seja, reconhece-se a existência de um potencial de metamorfose (Velho, 1994: 29), sobretudo associado aos processos de construção identitária, e a centralidade do planeamento na organização reflexiva das biografias pessoais, ou seja, no projecto reflexivo do self (Giddens, 2001: 4).

A resolução das preocupações individuais tem, muitas vezes, por implicação a mudança. Na maior parte dos casos tratam-se de transformações parciais e delimitadas a domínios de acção específicos, mas noutras situações, e em circunstâncias específicas, são mudanças profundas nos percursos biográficos. Irina, por exemplo, conseguiu sair de uma relação conjugal marcada por violência doméstica delineando um projecto de vida alternativo, com base nos recursos e meios que encontrou noutros contextos e que apoiaram a sua deliberação e plano de acção. Divorciou-se, ficou a viver definitivamente em Portugal, autonomizou-se residencialmente, encontrou novo enquadramento profissional e, mais tarde, envolveu-se num novo relacionamento amoroso, já com novas expectativas quanto à conjugalidade. Para Cláudio e Luís, os entrevistados com um perfil reflexivo resiliente, o exercício da reflexividade desempenhou um papel determinante na adopção de uma postura determinada na superação dos problemas graves por que passaram. Permitiu-lhes analisar a situação em que se encontravam e alterar as suas vidas com base nos ajustamentos necessários às suas novas circunstâncias, contando para isso com o apoio das suas redes familiares e de sociabilidade. Miguel desenvolveu desde cedo, à imagem do que foi o percurso do irmão, um projecto de vida que passava pelo afastamento dos contextos familiares de origem e pelo forte investimento na formação académica, para a construção de uma carreira profissional que lhe permitisse melhorar substancialmente o seu padrão de vida. Face à infidelidade do marido, Marta viu-se forçada a elaborar um novo projecto de vida, que passou pelo divórcio, pelo regresso a Portugal e pela organização de uma nova vida familiar e profissional no país.

¹⁰³ Para a relação entre conhecimento e mudança ver, por exemplo, Pires (2012: 36-39).

Em todos estes casos o exercício da reflexividade por si só não gerou mudança. A elaboração e implementação dos projectos individuais foram sempre feitas por referência a contextos específicos e com base no acesso a determinados recursos e meios de acção. O que se pretende aqui destacar é o papel central que ocupam as competências reflexivas na exequibilidade da mudança. Porque as condições poderiam ser à mesma favoráveis, mas não se produziram qualquer tipo de transformação se os sujeitos não as activassem como possibilidades na capacitação da acção face a objectivos e a estratégias reflexivamente definidas. Irina poderia ainda permanecer numa situação de violência doméstica se ela própria não desejasse a mudança, nem elaborasse um projecto específico para agir sobre as suas circunstâncias. O mesmo se aplica em relação aos outros entrevistados.

Nestes casos a reflexividade desempenhou um papel importante na capacitação da agência. Mas as competências reflexivas não originam sempre criatividade e inovação na acção. O seu exercício produz também continuidade contextual, ou seja, reprodução das condições sociais em que os sujeitos se encontram em termos da replicação dos posicionamentos no espaço social e das lógicas relacionais que ocorrem no seu seio. Pensando em utilizações mais restritas dos conceitos, pode à partida parecer contraditório associar reflexividade, que remete frequentemente para a subjectividade e para a agência, com a reprodução social, tradicionalmente associada à componente mais passiva da acção individual. Mas esta dissociação só pode decorrer de conceptualizações parciais das duas noções.

Bourdieu aborda o conceito de reprodução referindo-se ao papel dos hábitos incorporados que tendem a reproduzir as estruturas que estão na origem das suas disposições. A exequibilidade da reprodução depende da colaboração dos agentes, através das suas práticas (Bourdieu e Wacquant, 2007: 139-140). Mas não exclusivamente por via do ajuste pré-reflexivo entre disposições, expectativas e contextos, como defendia o autor. Na realidade, a reprodução assenta também na activação dos poderes emergentes das estruturas por parte dos sujeitos, sob a forma de constrangimentos ou capacitações colocados aos seus projectos pessoais (Archer, 2007a: 6-10).

Veja-se o caso dos entrevistados integrados nos perfis reflexivos pragmático e resistente. Os constrangimentos sociais, económicos e culturais colocados pelos seus contextos de vida são racionalizados numa lógica de “necessidade feita virtude”. O gosto da necessidade representa, aliás, o exercício de competências reflexivas para dar sentido ao inevitável, sobre o qual não têm controlo. Há aqui uma componente consciente e reflexiva de ajuste dos esquemas mentais e dos projectos de vida às suas circunstâncias.

Irina e a situação de violência doméstica por que passou permite também ilustrar esta lógica. A entrevistada ao casar com uma pessoa que a violentou ao longo dos anos em que estiveram juntos, reproduziu a situação familiar da sua mãe e da generalidade das pessoas com quem contactava. De modo a suportar o casamento, Irina racionalizava para si mesma a situação, com o incentivo da mãe, acreditando que não existia alternativa, pelo que teria de se resignar às suas circunstâncias. Portanto,

para permanecer naquele relacionamento, que reproduzia contextos de violência familiar, teve de exercer as suas competências reflexivas para justificar o comportamento do ex-marido (e dos homens em geral) e a sua aceitação (e a das mulheres em termos gerais).

Para Rita, Lourenço, Helena, Margarida e Diogo, os entrevistados oriundos de contextos familiares com inserções sociais mais favorecidas, a lógica de replicação das condições de vida aponta no mesmo sentido. A reprodução dos seus enquadramentos socioeconómicos teve lugar pela activação da reflexividade individual na procura activa de manutenção e replicação dos padrões de vida em que foram socializados. Tendo crescido com acesso a determinados recursos e bens, que lhes permitiam ter certos estilos de vida, tinham interesse em fomentar a continuidade contextual. Portanto, nestes casos os próprios projectos integram a reprodução social como fim a alcançar.

Não se pretende com estes exemplos afirmar que a reprodução e a mudança resultam sempre da implementação de projectos ou que ocorrem sempre de forma consciente para os sujeitos. A reprodução opera também por via do ajustamento pré-reflexivo das práticas, de que falava Bourdieu. A mudança pode decorrer de contingências ou de transformações decorrentes nos contextos de vida. Para além disso, ambas podem ainda constituir consequências não intencionais da acção. Precisamente porque os projectos individuais são falíveis, os sujeitos podem orientar as suas práticas num sentido, mas produzir efeitos contrários àqueles que pretendiam (Giddens, 2004: 10-14).

11.4. Reflexividade e mediação entre estrutura e agência

Toda a discussão em torno da relação entre reflexividade e acção aponta para o papel de mediação entre estrutura e agência desempenhado pelas competências reflexivas. O modelo de acção reflexiva (figura 11.1) representa o modo como os poderes emergentes das estruturas sociais se encontram com os poderes emergentes das pessoas. Ou seja, ilustra a forma como os constrangimentos e as possibilidades estruturais são recebidos, filtrados e mobilizados pelos sujeitos na definição subjectiva e na implementação reflexiva dos seus projectos pessoais.

Os indivíduos nascem em enquadramentos sociais que os precedem temporalmente e que têm um efeito decisivo nos seus percursos biográficos através dos seus poderes de constrangimento e capacitação. Os parâmetros de configuração dos contextos de vida dos sujeitos moldam objectivamente as situações que os agentes confrontam involuntariamente, delimitando um campo de possibilidades das suas práticas. Produzem necessidades associadas às condições materiais de vida, geram disposições que actuam como esquemas de percepção do real e de orientação da acção, e criam aspirações individuais face ao futuro. É desta conjunção que emergem as preocupações individuais.

Mas neste processo os indivíduos não são meros receptáculos de normas e valores, que vão incorporando mecanicamente na formação das suas estruturas cognitivas e emocionais. Têm um

papel activo na interpretação das mensagens que vão recebendo nos múltiplos contextos socializadores por onde se movem, e estabelecem, assim, relações diferenciadas com os seus enquadramentos e com as suas disposições. O que significa que os efeitos causais das estruturas são activados pelos sujeitos por referência ao que mais os preocupa e às estratégias de acção que definem para lhes dar resposta. Neste sentido, não se verifica a existência de um impacto directo dos contextos de vida dos sujeitos e das situações que vão encontrando e em que participam nas suas acções. Esses enquadramentos são mediados reflexivamente pelo sentido que cada pessoa faz das suas circunstâncias, pelas suas preocupações e projectos. A capacitação requer o reconhecimento de possibilidades face ao que se pretende concretizar. Da mesma forma, os constrangimentos decorrem da resignação ao inevitável ou da aceitação do possível como projecto relativamente ao que consideram viável realizar.

Com base no conhecimento que têm de si mesmos e da realidade social os sujeitos têm, então, a capacidade de definirem linhas de acção ajustadas às suas preocupações, bem como aos limites e possibilidades dos seus contextos de existência. Fazem uma espécie de diagnóstico daquilo que têm e daquilo a que podem aceder, bem como dos meios que têm ao seu dispor; antecipam cenários, imaginando o que pode suceder numa ou noutra circunstância; e elaboram um projecto consistente. No fundo, ancorando-se nas suas grelhas interpretativas e avaliativas do mundo, construídas ao longo do percurso biográfico em enquadramentos sociais específicos, definem práticas que subjectivamente vão ao encontro daquilo que mais valorizam e que objectivamente sejam exequíveis.

Os 20 casos que têm vindo até aqui a ser analisados constituem exemplos concretos deste processo de mediação. É útil recuperar um deles para ilustrar de forma mais focalizada e concisa estas dinâmicas. O caso de Miguel destaca-se pela forma estratégica como o seu percurso tem vindo a ser delineado. Nasceu e cresceu num contexto familiar com poucos recursos escolares (ao nível do 1º ciclo do ensino básico) e económicos (trabalho assalariado na agricultura e serviços domésticos), marcado por problemas conjugais entre os pais. Este enquadramento foi decisivo na construção das suas grelhas interpretativas do mundo, delimitando um campo de possibilidades quanto aos seus projectos de futuro. O seu contexto familiar moldou as situações que, até certo ponto, Miguel enfrentou involuntariamente, nomeadamente constrangimentos associados ao mau relacionamento que mantinha com o pai, à relação distanciada e problemática com a escola e à escassez de recursos económicos disponíveis para se autonomizar.

Desde cedo que alimentava o desejo de se afastar destas circunstâncias, mas face à falta de apoio familiar (económico e motivacional), teve de delinear uma estratégia com outros contornos. Seguiu o exemplo do irmão mais velho e encontrou na tropa uma plataforma que lhe garantia a deslocação para Lisboa, rendimento, alojamento e a possibilidade de prosseguir os estudos. O contacto com a experiência do irmão fê-lo compreender a importância que as qualificações formais poderiam ter num processo de mobilidade social ascendente, pelo que alterou a sua atitude face à

escola e passou a investir no trabalho escolar como meio de acesso a uma carreira profissional e, assim, ao estilo de vida que pretendia alcançar.

O que este caso permite perceber é que os constrangimentos do meio social de origem foram filtrados pela reflexividade e contornados por via da definição de uma estratégia de vida alternativa. A implementação do seu projecto não decorre apenas da vontade individual de Miguel. A valorização do trabalho e do “espírito de sacrifício” fomentado no seu meio de origem, a autonomia pessoal proporcionada pelos pais e o apoio do irmão foram decisivos para que concretizasse os seus objectivos. Mas Miguel fez escolhas muito concretas, assentes nas suas competências reflexivas, de diagnóstico e avaliação das suas circunstâncias, possibilidades e obstáculos. Poderia ter optado por permanecer junto dos pais, abandonar a escola e trabalhar no campo, como muitos dos seus colegas fizeram. Mas esse trajecto não ia ao encontro daquelas que eram as suas preocupações centrais de vida, pelo que procurou um percurso alternativo com base naquilo que lhe parecia possível realizar. Inclusive, neste processo os constrangimentos podem até dar origem a mecanismos de capacitação. A autonomia de Miguel, por exemplo, decorreu de problemas nos relacionamentos familiares, mas foi também, por outro lado, um importante factor de facilitação na transição para novos contextos de vida.

Não se pretende com esta discussão afirmar que a reflexividade é o único mecanismo de mediação entre as circunstâncias estruturais e aquilo que os sujeitos fazem delas. A análise das 20 entrevistas permitiu compreender que a mediação se faz também por outras vias, nomeadamente pelas disposições e pelos contextos de interacção. A acção dos sistemas disposicionais representa o ajuste pré-reflexivo entre condições de existência e contextos de práticas. Os agentes são orientados pelo sentido prático, que os leva a saber como agir em diferentes domínios, sem necessidade de activação da reflexividade, por terem interiorizado, ao longo dos seus percursos biográficos, as possibilidades e obstáculos que os seus contextos de vida colocam às suas práticas. Num outro nível, os contextos de interacção assumem também um papel mediador, já que tanto o efeito das disposições, bem como o da reflexividade se fazem sentir contextualmente. O que significa que as deliberações reflexivas e o sentido prático são sempre filtrados pelos enquadramentos de implementação das práticas, ou seja, pelas circunstâncias contextuais que os sujeitos encontram quando agem (e que não podem ser inteiramente antecipados) e pelas respostas dos outros (que podem não corresponder ao esperado). A acção é assim concretizada, ajustada, negociada, reformulada ou suspensa consoante a maior abertura ou fechamento dos contextos relativamente às disposições e competências reflexivas dos sujeitos.

Uma mesma linha de acção pode combinar efeitos causais dos três mecanismos de mediação, com pesos variáveis de cada um deles. Os sujeitos agem de determinada forma numa dada situação, orientados pelo hábito continuado dessa acção, mas face a algo inesperado nesse contexto, em interacção com outras pessoas, vêem-se forçados a tomar a sua prática como objecto de reflexão e a

reajustar ou delinear nova conduta. A relação com a escola é disso exemplo por requerer, mais para algumas pessoas do que para outras, a reeducação dos comportamentos e posturas face àquele que é o comportamento habitual em casa, por exemplo. Situações de desemprego, como as de Patrícia, Regina e Filomena representam também uma ruptura com a orientação do sentido prático num contexto de práticas quotidianas e exigem repensar a vida profissional e familiar. É também comum entre os entrevistados relatos de situações em que falam com amigos e familiares sobre determinado assunto e estes fazem-nos tomar consciência de que estão a agir incorrectamente com alguém ou face aos seus objectivos, o que os leva a repensarem as suas condutas e a ajustá-las.

Toda a análise levada a cabo nesta pesquisa aponta, contudo, para o facto de o modelo de acção reflexiva e, portanto, o papel mediador da reflexividade assumir maior importância na explicação das práticas dos sujeitos de determinados perfis. Para os entrevistados com um modo reflexivo auto-referencial esta modalidade da prática encontra-se mais desenvolvida do que para os restantes. As competências reflexivas aumentadas, o profundo conhecimento que têm de si mesmos e dos seus contextos, bem como o compromisso envolvido nos seus projectos pessoais resultam num papel mais proeminente da reflexividade na orientação das suas práticas. Uma reflexividade individual particularmente ampliada, conjugada com contextos favoráveis e acesso a recursos económicos e escolares para concretizarem objectivos pessoais, atribui elasticidade aos projectos individuais e potencia a capacidade agencial dos sujeitos. Para além disso, a heterogeneidade de contextos por onde se movem requer também uma activação frequente das suas competências reflexivas no ajustamento das suas acções às circunstâncias que encontram e às respostas das pessoas com quem interagem.

Num posicionamento contrastante encontra-se o perfil pragmático. Para os sujeitos deste modo reflexivo a orientação do sentido prático tende a sobrepor-se à das competências reflexivas. Não só não encontraram, ao longo dos seus percursos biográficos, contextos favoráveis de desenvolvimento desta capacidade de se pensarem a si mesmos por referência às suas circunstâncias, como a organização das suas vidas não requer uma activação frequente da reflexividade individual. Orientam-se menos por projectos porque os recursos e meios a que têm acesso não lhes permitem terem ambições para lá daquilo que já alcançaram. Ajustam as suas possibilidades e constrangimentos à avaliação que fazem das suas vidas, numa lógica de “necessidade feita virtude”. Têm também menor necessidade de ajustamento das suas práticas em interacção com outras pessoas porque se movem por contextos sociais muito similares e organizados em torno de rotinas continuadas. Há, neste sentido, menos espaço para situações de ruptura com o sentido prático no quotidiano.

Os restantes perfis situam-se em posicionamentos intermédios entre os modos pragmático e auto-referencial. Combinam de forma variável os efeitos causais (articulados) da reflexividade, do sentido prático e dos contextos de acção. O perfil reflexivo resistente é talvez o que mais se aproxima,

deste ponto de vista, do modo pragmático, já que o exercício de competências reflexivas nem sempre afecta causalmente as suas acções pelas limitações objectivas dos seus contextos de vida. As circunstâncias em que activam a reflexividade são, contudo, mais frequentes e diversificadas, como se viu. Os sujeitos com um perfil funcional aproximam-se mais do modo auto-referencial, na medida em que o exercício da reflexividade é decisivo na orientação estratégica dos seus percursos de vida, embora de modo mais focado e menos abrangente. Os entrevistados com um perfil resiliente têm em comum com os auto-referenciais e com os funcionais o papel determinante da reflexividade na orientação das suas práticas, sobretudo na superação dos problemas por que passaram. Mas movem-se por contextos que requerem uma activação menos frequente das suas competências reflexivas, pelo que estas se combinam mais frequentemente com o papel orientador do sentido prático.

Importa ainda reforçar que independentemente do perfil, o papel da reflexividade individual na mediação entre estrutura e agência tende a sobrepor-se a outros mecanismos orientadores das práticas em determinadas circunstâncias. Rupturas, crises e situações de desajuste e desfasamento potenciam o exercício de competências reflexivas na definição de um rumo das condutas dos sujeitos, como foi já analisado em capítulos anteriores.

Compreender a relação entre reflexividade e acção implica, acima de tudo, ter noção que as competências reflexivas têm, em determinadas circunstâncias, efeitos causais nas práticas individuais, mas podem tê-los em combinações variáveis com outros mecanismos orientadores e de acordo com a configuração das situações e contextos. Implica, no fundo, atentar não só à pluralidade das modalidades da acção, como também dos modos de relação com as práticas.

CONCLUSÃO

O foco analítico da presente pesquisa incidiu nos mecanismos sociais da reflexividade individual. Ou seja, foi analisada a forma como as pessoas pensam sobre si mesmas, tendo um referente social, atendendo em concreto ao modo como essa capacidade é formada, às suas modalidades de exercício e aos efeitos que a mesma tem nas práticas individuais. A investigação ancorou num modelo analítico (de processos reflexivos ao nível individual) que combina elementos do realismo crítico com propostas da teoria disposicionalista e da teoria da estruturação, distinguindo as dimensões interna e externa da acção e estruturando-se em torno de diferentes níveis de análise, a que correspondem processos distintos de mediação entre estrutura e agência. A prossecução dos objectivos definidos e dos parâmetros teóricos e operatórios orientadores deste modelo concretizou-se na aplicação de uma estratégia metodológica qualitativa assente na realização de entrevistas de cariz biográfico a um conjunto diversificado de pessoas.

A partir do material empírico recolhido foram elaborados, para cada pessoa entrevistada, retratos sociológicos que permitiram explorar, simultaneamente, o modo singular como se processa a reflexividade ao nível individual e os parâmetros de aproximação e distanciamento entre casos específicos face a padrões estruturais e a mecanismos sociais mais gerais. Os objectivos específicos da pesquisa exigiam, de facto, um dispositivo e procedimentos analíticos que aprofundando as dinâmicas de formação, exercício e eficácia causal da reflexividade em cada pessoa, não descurassem, por outro lado, o enquadramento mais vasto desses processos. E quer a realização de entrevistas de cariz biográfico em mais do que uma sessão, quer a elaboração dos retratos possibilitaram, de facto, articular estas duas componentes na explicação dos modos de cada indivíduo se pensar a si mesmo por referência às suas circunstâncias sociais.

Apesar das potencialidades do dispositivo metodológico e analítico, não se pretende com isto afirmar que é esta a única via de estudo da reflexividade ao nível individual. A sua mobilização foi, de facto, fulcral para dar resposta às questões específicas de investigação, mas é também possível conceber outro tipo de análises. Por exemplo, o mapeamento de mecanismos feito neste trabalho pode servir de base para a criação de uma bateria de indicadores que sustente uma abordagem quantitativa ao mesmo tema. Esta assume-se, aliás, como uma linha de investigação possível resultante deste trabalho. Neste caso os objectivos seriam necessariamente diferentes. Poderiam centrar-se mais na distribuição diferenciada de perfis reflexivos em grupos mais alargados de pessoas e não tanto na compreensão aprofundada dos modos como operam os processos e mecanismos de formação, exercício e eficácia causal da reflexividade individual.

Uma pesquisa deste tipo permitiria responder a questões que um trabalho de cariz mais intensivo, como o que aqui se apresentou, não tem meios para explorar, nomeadamente os modos reflexivos predominantes em determinados grupos sociais, os padrões de mudança nos perfis individuais de acordo com transformações estruturais, os efeitos sociais do exercício de competências

reflexivas (em termos de mobilidade social ou de qualidade de vida, por exemplo), ou a relação entre reflexividade individual e institucional/social. Esta investigação chegou a um conjunto importante de resultados que era interessante poder complementar, dando continuidade ao estudo do conceito com outras aproximações analíticas e aprofundando, assim, o conhecimento sobre os processos e mecanismos de reflexividade.

As principais conclusões da análise realizada nesta pesquisa remetem para a natureza tripartida da reflexividade individual: é uma capacidade generalizada, mas também uma competência que pode ser desenvolvida, bem como um recurso mobilizável. Importa atentar, num momento final, a estes três vectores analíticos, que permitem também sumariar e problematizar os principais resultados da investigação.

Reflexividade enquanto capacidade

A reflexividade individual foi analisada nesta pesquisa como sendo a capacidade de cada pessoa se pensar a si mesma no mundo. Não constituindo um atributo individual criado e fomentado em particular pelas sociedades de modernidade tardia, considera-se, na esteira de Archer, que o exercício da reflexividade é condição de existência em sociedade, independentemente do tipo de configuração societal e mesmo que determinadas condições sociais estimulem mais a sua mobilização do que outras. Assumindo que os indivíduos têm um papel activo na construção da realidade social em que vivem, bem como na sua reprodução, não seria viável conceber as suas existências como obedecendo a princípios mecanizados de acção, que não exigissem qualquer tipo de olhar distanciado sobre aquilo que são e fazem e sobre o que os rodeia. Ser indivíduo em sociedade significa também ser sujeito de si mesmo, ou seja, ter a capacidade de se tomar a si próprio como objecto de observação e reflexão.

A monitorização da acção é uma característica fulcral das dinâmicas sociais. É através deste mecanismo que as pessoas adequam as suas práticas aos contextos em que actuam e aos actores sociais que neles encontram e com quem interagem. É verdade que a acção tem uma componente pré-reflexiva, que permite aos sujeitos saberem como agir num dado contexto, sem que para tal tenham de reflectir sobre a melhor coisa a fazer. As dinâmicas sociais são repetitivas e estruturam-se em torno de rotinas que sustentam a segurança ontológica dos indivíduos. Seria impossível que vivessem num estado permanente de alerta. É essa a função do sentido prático de que falava Bourdieu. Mas mantendo isto em mente, nenhum papel social, nem nenhum enquadramento estrutural funcionam, em todo o momento, com base em guiões pré-definidos que não exigem qualquer tipo de adaptação individual. Há sempre um grau de imprevisibilidade que permeia os contextos sociais. Estes dependem sempre do encontro entre determinadas condições estruturais (que os sujeitos geralmente não podem controlar), com indivíduos dotados dos seus próprios sistemas de

disposições, que, por sua vez, se adequam variavelmente quer à configuração desses enquadramentos, quer às disposições dos agentes com quem neles interagem. Neste sentido, e porque é impossível prever todos os parâmetros de definição da situação, os sujeitos antecipam, preparam e reajustam as suas perspectivas e práticas, tanto *in loco*, como com algum distanciamento temporal (prévio ou posterior), de modo a tornarem possível as suas condutas e a própria interação. Para além disso, mesmo quando os indivíduos estão perante situações familiares, nas quais a orientação do sentido prático é suficiente, são múltiplas as ocasiões em que as práticas habituais são tomadas como objecto de reflexão.

O accionamento da reflexividade individual não constitui, portanto, um mero processo reactivo, como Bourdieu o preconizava. Não é apenas quando os agentes enfrentam situações de crise, que colocam os seus sistemas de disposições em contraste profundo com os seus contextos imediatos de acção, que os indivíduos accionam a reflexividade. As pessoas têm as suas próprias noções sobre quem são e o que fazem, sobre os outros e sobre aquilo que os rodeia; faz parte da existência quotidiana em sociedade. É neste sentido que a reflexividade pode ser entendida como uma capacidade individual de cariz universal, ainda que desigualmente distribuída. Todas as pessoas a exercem, de modo a serem actores sociais competentes, mesmo que o façam de forma diferente.

A reflexividade é racional e cognitiva, no sentido em que assenta no equacionar de razões (para pensar, para agir, para explicar o real) e se orienta no sentido de obtenção de conhecimento (sobre si, sobre os outros, sobre a realidade). Mas não se funda apenas na razão; racionalidade e reflexividade não são sinónimos. É também profundamente emocional e significativa: é orientada por e para as emoções, e assenta no sentido que os indivíduos conferem ao que é objecto de reflexão. O que significa que as reflexões individuais não se baseiam apenas naquilo que é mais racional, mas também no que tem mais sentido e é mais valorizado do ponto de vista emocional, o que nem sempre coincide.

Isto porque os sujeitos fazem a sua reflexividade incidir num conjunto muito vasto de questões. Fazendo uso da distinção elaborada por Conde (2011a:12), e com base na análise dos cinco perfis de reflexividade identificados nesta pesquisa, pode afirmar-se que a reflexividade assume um cariz processual, mas também ontológico e substantivo. É processual no sentido em que actua como instrumento de monitorização das práticas. Inúmeros procedimentos das condutas quotidianas, bem como as práticas que configuram o percurso biográfico exigem que os sujeitos sobre eles se debrucem, equacionando a melhor forma de fazerem algo, preparando o que querem dizer ou concretizar e avaliando as consequências das suas acções. No fundo, orienta-se para os processos inerentes às suas práticas: o que são, como se fazem, com que recursos, em que altura, em que contextos, com quem, que efeitos produzem.

A reflexividade centra-se também em questões ontológicas. Os sujeitos pensam na melhor forma de fazerem determinada coisa, mas dedicam também tempo substancial a pensar em quem são,

no que foram, no que querem ser e fazer, no sentido que têm as suas vidas e no rumo que querem dar aos seus percursos biográficos. São assuntos mais existenciais que remetem para os processos de definição identitária. A monitorização processual é muitas vezes feita em função da imagem que os indivíduos têm de si mesmos e da aproximação entre o que são/fazem e o que queriam ser/fazer. Por diversas vezes as pessoas entrevistadas se referiram à preocupação de serem elas próprias, mantendo-se fiéis e verdadeiras a si mesmas. Neste sentido, procuram que as suas práticas sejam coerentes com aquilo que consideram ser a sua “essência”.

Pode ainda falar-se de uma reflexividade substantiva, focada nas dimensões mais estruturais e institucionais das vidas dos sujeitos. Para além de pensarem de forma mais directa e particular sobre si mesmos, os indivíduos dedicam também algum esforço a reflexões mais gerais sobre os seus enquadramentos institucionais e sobre as sociedades em que vivem. Isso foi especialmente evidente sempre que os entrevistados se pronunciaram sobre a situação socioeconómica do país. Claro que a monitorização processual e a reflexividade de cariz ontológico ocorrem sempre por referência aos contextos estruturais e institucionais dos sujeitos. Mas é importante fazer esta distinção, do ponto de vista analítico, relativamente à incidência da reflexividade para destacar o enfoque mais abrangente que as reflexões individuais podem assumir. Os indivíduos analisam e avaliam os seus enquadramentos, o papel que neles desempenham, a sua margem de autonomia face aos mesmos, como se devem posicionar, que relações devem manter, o que está ao seu alcance fazer, como se posicionam os outros, o que estes deveriam fazer, que efeitos têm as condições estruturais e institucionais nas vidas das outras pessoas e o que conseguem elas fazer com aquilo a que têm acesso.

Reflexividade enquanto competência

A reflexividade foi analisada enquanto capacidade individual de modo a evidenciar o seu cariz universal, no sentido de ser uma actividade mental partilhada pela generalidade das pessoas. Mas deve ser também considerado o papel que desempenha enquanto competência social, que se forma em circunstâncias específicas, que é estimulada em determinados contextos e que tem efeitos concretos nas vivências individuais. Ou seja, apesar de ser uma capacidade individual comum, é formada, activada e tem eficácia causal diferenciada consoante os processos sociais e os contextos implicados. É uma capacidade partilhada pelo facto de resultar de dinâmicas de socialização que, apesar de se configurarem de modos muito distintos, são transversais aos actores sociais. É uma capacidade aprendida, que ao ser desenvolvida contextualmente e ao produzir consequências diferenciadas na existência dos indivíduos, assume também o papel de competência. É precisamente neste âmbito que foram identificados cinco perfis diferentes de reflexividade. Todas as pessoas pensam sobre si mesmas por referência às suas circunstâncias sociais, mas não o fazem necessariamente da mesma forma.

A reflexividade auto-referencial caracteriza-se pelo permanente questionamento dos sujeitos relativamente às suas percepções, práticas e relações em diferentes contextos sociais e momentos no tempo, tomando frequentemente as suas próprias conversas internas como objecto de reflexão. É um perfil particularmente feminizado e qualificado, sendo que os estímulos para a constituição e desenvolvimento de competências reflexivas aumentadas são transversais às diferentes esferas de vida por onde estes indivíduos se movem.

À transversalidade e intensidade da mobilização de competências reflexivas deste perfil opõe-se a activação de âmbito mais restrito do perfil pragmático, que se direcciona sobretudo para questões práticas do quotidiano, nomeadamente as que dizem respeito à organização doméstica e às tarefas laborais. Integram este grupo os entrevistados menos qualificados e mais desprovidos de recursos em termos gerais, que se inserem em contextos sociais de fraca exigência e estímulo da reflexividade individual.

O perfil reflexivo funcional, mais diversificado do ponto de vista socioeconómico, mas ainda assim, representando inserções sociais mais favorecidas do que o modo pragmático, é exclusivamente constituído por entrevistados do sexo masculino e define uma forma de pensar sobre si no mundo orientada para fins bem definidos, geralmente associados à necessidade de tomada de decisão. Ou seja, estes indivíduos activam as suas competências reflexivas apenas quando têm de ponderar acerca de um determinado problema ou opção a tomar. A activação da reflexividade não é tão abrangente e transversal como a do perfil auto-referencial, nem tão restrito como o do pragmático.

O modo de reflexividade resistente caracteriza modos de pensar focados sobretudo na manutenção da posição social alcançada, que se encontra em risco pelo surgimento de novas dificuldades financeiras decorrentes da conjuntura socioeconómica do país. São pessoas que conseguiram melhorar a sua qualidade de vida, face àquele que era o cenário de pobreza das suas origens sociais, e que lutam actualmente para manter o que conseguiram alcançar (do ponto de vista financeiro, laboral e residencial), sendo esse o foco central das suas preocupações e que define o modo como se vêem a si mesmas e aos outros no mundo.

Foi ainda identificado um perfil reflexivo resiliente que integra sujeitos, de diferentes inserções socioeconómicas, que experienciaram eventos traumáticos e que desenvolveram, nesses contextos, esquemas mentais de superação de dificuldades que aplicam actualmente nas suas diferentes esferas e circunstâncias de vida. Os problemas por que passaram, que colocaram as suas vidas em risco e implicaram a reestruturação dos seus percursos, actuam como plataforma que os ajuda a colocar em perspectiva as dificuldades que vão surgindo, bem como todas as experiências que vivenciam.

Esta diferenciação de perfis permite perceber que, enquanto competência, a reflexividade é formada, activada e tem eficácia causal com base numa articulação variável de factores sociais. Os processos que estão na sua origem estão profundamente imbuídos nas dinâmicas sociais. As

condições estruturais, as conjunturas sociais, os recursos económicos, as qualificações académicas, o capital cultural num sentido mais abrangente, as relações e socializações de género, os modos de relação com os recursos e as práticas, as redes de sociabilidade, os investimentos profissionais, as actividades de lazer, as contingências, bem como a capacidade agencial actuam em moldes distintos, com diferentes tipos de combinação na definição de modos concretos de pensar sobre si no mundo.

O que fica claro nesta análise é que a reflexividade é uma competência fortemente associada a outras competências, o que ajuda a perceber as suas diferentes formas de constituição, exercício e efeitos. Enquanto capacidade intelectual que pode ser exercida mentalmente, mas também por via do discurso oral e escrito, é indissociável das aprendizagens subjacentes a outras competências sociais que têm lugar, ao longo do percurso biográfico, nos diferentes domínios de vida. Os processos de socialização que ocorrem na família e na escola, sobretudo nos primeiros anos de vida, assumem, neste âmbito, um papel estruturante. São dois contextos sociais privilegiados na formação das primeiras grelhas de interpretação do mundo e na construção de um olhar distanciado do real. A família por via da incorporação de hábitos de auto-observação e de análise das condições familiares, bem como de práticas, nomeadamente culturais, que estimulam um olhar reflexivo sobre o mundo. A escola sobretudo através dos exercícios de abstracção e de análise da linguagem, tomada como objecto de reflexão.

As competências reflexivas adquiridas nestes enquadramentos, que nem sempre coincidem, são, ao longo do trajecto de vida dos sujeitos, reforçadas, contrariadas ou reajustadas pelas suas múltiplas experiências na esfera do trabalho, nos relacionamentos de amizade e relações amorosas, nas vivências familiares próprias e nas actividades de lazer. No caso do perfil auto-referencial as diferentes dimensões de vida dos indivíduos convergem no mesmo sentido de estímulo e simultaneamente exigência da activação de competências reflexivas. No modo reflexivo pragmático verifica-se também uma convergência, mas de orientação inversa. Ou seja, a configuração das suas vidas, nas suas diferentes esferas, não requer uma mobilização frequente da reflexividade. Para os indivíduos que integram o perfil funcional, a existência de algum tipo de conflito entre a esfera familiar e as restantes é por si só fonte geradora de competências reflexivas. No caso do modo resistente, é também por via do contraste entre dimensões de existência, em particular entre família e grupos de referência, que a reflexividade predominante dos entrevistados se formou e desenvolveu. O perfil resiliente é definido a partir de uma lógica distinta, já que decorre directamente da ocorrência de contingências no percurso biográfico.

A relação entre a reflexividade e outras competências sociais fica particularmente evidente nas modalidades de exercício de competências reflexivas. São precisamente os entrevistados mais qualificados quem tem um leque mais alargado de plataformas de exercício. Veja-se o caso do perfil auto-referencial, o grupo de pessoas que para além das conversas internas, recorre também frequentemente a práticas de escrita como instrumento de reflexão, bem como a conversas externas

com outros significativos. Não só têm competências discursivas particularmente desenvolvidas, que se manifestam na facilidade com que fazem uso do discurso oral e escrito para se pensarem a si mesmas e falarem sobre isso, como problematizam e complexificam, mais do que qualquer outro grupo de entrevistados, as suas próprias conversas internas. Em contraste acentuado encontram-se os sujeitos com um perfil reflexivo pragmático, que têm claras dificuldades de expressão dos seus modos de pensar sobre si mesmos no mundo. Recorrem sobretudo a conversas externas como forma de exercício da sua reflexividade, têm dificuldade em reconhecer as dinâmicas próprias das suas vidas internas e, sendo que muitos deles não sabem ler nem escrever, não têm um domínio suficiente do discurso escrito para a ele recorrerem como plataforma de reflexão. Os restantes perfis encontram-se em posicionamentos intermédios, entre estes dois grupos.

Para além da articulação com outro tipo de competências, o exercício da reflexividade é também variável contextualmente. Por exemplo, os processos de interacção têm sempre na sua base estes mecanismos de adaptação e auto-monitorização que decorrem da mobilização da reflexividade individual. Os sujeitos adequam as suas condutas ao tipo de enquadramento em que actuam e ao comportamento das pessoas com quem aí interagem. Porque nem sempre é possível prever o rumo e os parâmetros das relações de interacção, existem dinâmicas permanentes de ajuste, de acomodação, de aproximação a expectativas (dos outros e de si mesmos) e de distanciamento face aos papéis sociais desempenhados.

Alguns enquadramentos estimulam, mais do que outros, a activação da reflexividade individual. Depende da complexidade das práticas, do tipo de situação e do ambiente. Em contextos mais formais e menos familiares, junto de pessoas com quem mantêm uma relação mais distanciada e face a situações novas ou de parâmetros desconhecidos, os sujeitos sentem uma maior necessidade de auto-monitorização (prévia, *in loco* e posterior). Nestes casos, o sentido prático não é suficiente para orientar a acção. Por outro lado, os entrevistados que à partida já têm competências reflexivas mais desenvolvidas e fortalecidas movem-se também por contextos sociais que reforçam e exigem mais frequentemente essas competências. De qualquer forma, o contacto inicial com qualquer contexto requer reflexão, até as normas de conduta e os princípios de funcionamento desse enquadramento serem incorporados e se tornarem familiares.

Para além das variações intercontextuais verificam-se também variações intracontextuais, que dependem do tipo de momentos em que a reflexividade é activada. Geralmente as conversas internas intensificam-se quando os sujeitos estão sozinhos e se “entregam aos seus pensamentos”. Proporciona-se, neste âmbito, um distanciamento reflexivo face àquilo que fizeram, ao que planeiam fazer e ao estado dos seus relacionamentos. O mesmo sucede relativamente às práticas de escrita que tendem a ocorrer quando os entrevistados estão em momentos de isolamento.

A pluralidade disposicional é também um factor importante de activação e desenvolvimento de competências reflexivas. O contacto com heterogeneidade contextual, com diversidade

socioeconómica e cultural e com sistemas de disposições díspares estimula, de facto, a realização frequente de exercícios reflexivos de comparação. Isto é particularmente evidente para o perfil auto-referencial, que integra indivíduos que se movem por um leque alargado e diversificado de contextos. Contudo, a pluralidade disposicional não gera reflexividade por si mesma. O seu efeito tende a ser mais evidente quando há confronto e desajuste entre disposições. Tudo depende do modo como essa heterogeneidade é vivida. Nalguns casos, o contacto com a pluralidade (disposicional e contextual) é tão frequente que se torna a norma e não exige a activação de competências reflexivas; noutros, o conflito entre disposições contraditórias ou entre diferentes parâmetros contextuais estimula uma mobilização frequente da reflexividade.

Importa ainda referir que, sendo uma competência, a reflexividade vai evoluindo em consonância com aprendizagens, socializações e experiências de vida ao longo do percurso biográfico dos indivíduos. Pode sofrer reajustes, reforços ou ser transformada por determinado tipo de eventos ou vivências, ou ainda de acordo com mudanças nas circunstâncias e contextos de vida dos sujeitos. Sendo constituída e requerida socialmente, muda em consonância com as dinâmicas sociais que estão na sua origem. O que não significa, por outro lado, que não tenha também um cariz duradouro. Apenas em casos mais extremos, de mudança profunda das trajectórias de vida, como no caso dos entrevistados com um perfil resiliente, as transformações se fazem sentir de forma mais vincada. Na maior parte das situações, o modo de cada pessoa se pensar a si mesma vai sofrendo pequenas alterações e reajustes, sem que se alterem substancialmente os seus fundamentos e funcionamento.

Reflexividade enquanto recurso

A análise dos vinte casos individuais permitiu ainda concluir que a reflexividade, para além de capacidade individual generalizada e de competência que pode ser desenvolvida, deve também ser entendida como recurso mobilizável. Recurso no sentido de ser um mecanismo que permite aos sujeitos lidarem com e darem resposta a determinado tipo de situações que vão encontrando ao longo dos seus percursos biográficos. Isto porque o exercício da reflexividade tem efeitos reais e concretos nas vivências individuais. A relação entre estruturas sociais e reflexividade é de duplo sentido: esta é formada socialmente e activada contextualmente, mas pode também actuar sobre as configurações estruturais e contextuais.

A reflexividade assume um papel social de recurso mobilizável sobretudo em três tipos de circunstâncias. A complexidade de determinadas práticas, exigidas em contextos específicos, requer a mobilização de competências reflexivas. Desde o pedido de um empréstimo bancário, à tomada de decisão associada à parentalidade, até ao desempenho de algumas tarefas profissionais ou a procedimentos de conciliação entre vida familiar e profissional, os sujeitos vêem-se frequentemente

confrontados com a necessidade de se tomarem a si mesmos e às suas acções como objecto de reflexão para poderem levar a cabo certas actividades. A activação da reflexividade por via da complexidade das práticas é transversal a todos os modos reflexivos, mas assume proeminência no perfil auto-referencial, pelo facto de as pessoas que integram este grupo se moverem por contextos sociais mais exigentes a esse nível. Num polo oposto estão os entrevistados do perfil pragmático, cuja fragilidade ao nível da literacia, aqui entendida como competência reflexiva do ponto de vista cognitivo, condiciona o acesso à informação, à cultura e ao exercício da própria cidadania.

Situações de ruptura com o sentido prático representam também circunstâncias em que o recurso a competências reflexivas permite colmatar a falha temporária de orientação da acção por via dos hábitos incorporados e do domínio prático do mundo. Trata-se de situações de crise, independentemente de serem de larga escala, ou de assumirem apenas a forma de pequenos desfasamentos, sem implicações mais sérias nos percursos de vida dos sujeitos. Todas as pessoas entrevistadas relataram situações em que o sentido prático não foi suficiente para dar resposta a determinado tipo de práticas, pelo que sentiram necessidade de tomarem as suas acções por objecto de forma a poderem concretizá-las. Mas é em quotidianos menos rotinizados e mecanizados (e também mais complexos) que os momentos de ruptura mais se multiplicam. Mais uma vez, os perfis auto-referencial e pragmático ilustram posicionamentos contrastantes a este nível, com os primeiros a recorrerem com maior frequência às suas competências reflexivas para darem resposta a inúmeros aspectos dos seus quotidianos.

O recurso à reflexividade torna-se ainda premente como forma de os indivíduos lidarem com acontecimentos marcantes nas suas vidas. Determinado tipo de problemas de saúde, a morte de alguém muito próximo, o divórcio, o desemprego, ou a ocorrência de um acidente grave são situações com implicações decisivas nos percursos biográficos. As mudanças que decorrem deste tipo de eventos implicam não apenas alterações nas práticas, mas também nos esquemas mentais dos sujeitos. A adaptação muitas vezes necessária nas suas vidas tem lugar, pelo menos em parte, através do recurso à reflexividade como mecanismo orientador. São situações em que os indivíduos sentem, mais do que nunca, a necessidade de serem racionais, de planificarem e de priorizarem, de modo a reorganizarem as suas vidas.

Para além destas três circunstâncias de mobilização de competências reflexivas, a reflexividade pode ainda ser pensada como recurso a par de outros recursos que definem os contextos de vida dos sujeitos. Precisamente porque as competências reflexivas são desenvolvidas em articulação com outras competências, e com base nas propriedades culturais e económicas que definem as condições de vida dos indivíduos, os seus efeitos fazem-se sentir em consonância com as implicações de outro tipo de recursos, como os económicos, escolares e de literacia, por exemplo. Isto sobretudo no que diz respeito à capacidade agencial dos sujeitos e, portanto, à possibilidade de os mesmos transformarem, com maior ou menor impacto, determinados aspectos das suas vidas. A

reflexividade não produz, de forma isolada, mudança. Actua antes de forma combinada com outros factores sociais seja na concretização de alterações, seja nos processos de reprodução social.

A análise dos cinco perfis reflexivos tornou claros os efeitos diferenciados do exercício da reflexividade, em articulação com as propriedades sociais e culturais dos contextos de vida dos sujeitos de cada grupo. Nos perfis auto-referencial, funcional e resiliente encontram-se os entrevistados que, em circunstâncias diferentes e de formas distintas, revelaram maior capacidade agencial, no sentido de proactivamente (do ponto de vista das práticas e dos esquemas mentais) procurarem mudar determinados aspectos ou dimensões das suas vidas. No caso do modo reflexivo auto-referencial as mudanças empreendidas não são substantivas e centram-se sobretudo no preenchimento de vazios que colocam em causa a realização pessoal dos entrevistados. Isto porque integrando este perfil, globalmente, os sujeitos mais qualificados e com maior volume total de recursos (culturais e económicos), a necessidade de transformação considerável das suas condições socioeconómicas de vida é reduzida, ou pelo menos não é tão premente como noutros casos.

Já para os entrevistados com um perfil reflexivo funcional, as suas competências de reflexividade, suportadas pelo acesso a recursos escolares e económicos ou por pessoas de referência que servem de modelo a seguir e de orientação prática, estão na origem da visão estratégica com que delineiam os seus percursos e com que planificam e mobilizam os meios necessários para concretizarem os seus objectivos. No caso do perfil resiliente, os sujeitos não procuraram a mudança porque esta lhes foi imposta por acontecimentos traumáticos. A adopção de uma visão orientada para a superação de problemas e dificuldades, que está na base dos seus processos de recuperação e de readaptação a novos parâmetros de vida, foi sustentada pelo apoio das redes de relacionamento e pelos recursos materiais a que tiveram acesso. Já no que diz respeito aos indivíduos com um modo reflexivo pragmático e resistente, a escassez de todo o tipo de recursos limita a sua esfera de acção e o seu campo de possibilidades, diminuindo substancialmente a sua capacidade agencial por comparação com os restantes perfis. Para além disso, e especificamente no caso do perfil pragmático, o menor desenvolvimento das competências de reflexividade destes entrevistados, a par da escassez de outras competências e recursos, limita a sua capacidade agencial e tem implicações concretas nas suas vidas, nomeadamente ao nível do exercício da cidadania.

No fundo, para que a reflexividade resulte em mudança, tem de ser combinada com recursos que suportem o exercício da agência individual e que permitam concretizar as alterações pretendidas. Para além do facto de a estrutura ser, neste sentido, mais maleável para umas pessoas do que para outras, há também que considerar o grau de permeabilidade dos contextos sociais à acção transformadora dos sujeitos.

Se a reflexividade é um recurso para a mudança, é-o também nos processos de reprodução social. Da mesma forma que nem todas as transformações resultam de dinâmicas conscientes (podendo decorrer de consequências não intencionais da acção ou de contingências), também a

reprodução de condições de existência ocorre de forma mais mecanizada e menos consciente. Mas ambas assentam igualmente, em determinadas vertentes, em práticas reflexivamente produzidas. A reflexividade tem um papel mediador na relação entre estrutura e agência, independentemente dos efeitos produzidos. Em muitas circunstâncias, para ocorrer mudança ou reprodução os sujeitos têm de activar as capacitações e os constrangimentos colocados aos seus projectos pessoais pelas condições estruturais. E os projectos elaborados pelos indivíduos não têm necessariamente na sua base a transformação dos seus percursos, podendo também assentar (até predominantemente) na produção de continuidade contextual face aos enquadramentos de origem.

A mediação operada pela reflexividade assenta no princípio de que as competências reflexivas têm um papel orientador da acção. Mas ficou também claro na análise elaborada com base nos vinte casos individuais, que, em algumas circunstâncias e para algumas pessoas, a reflexividade pode ainda produzir efeitos contrários e estar na origem de desorientação e mesmo paralisação das práticas. Os desajustes entre disposições e contextos ou entre projectos e contextos, os conflitos causados por variações intraindividuais, a reflexão excessiva e acontecimentos marcantes estão na origem da activação de competências reflexivas que resultam na suspensão temporária da acção relativamente a uma dada dimensão de vida.

O recurso à reflexividade na orientação das práticas é variável consoante os perfis reflexivos. O modelo de acção reflexiva assume proeminência no modo de reflexividade auto-referencial. A activação de competências reflexivas para estes sujeitos é tão comum e transversal que chega mesmo, ocasionalmente, a gerar o efeito contrário, de desorientação e confusão. Para os entrevistados que integram o perfil pragmático, por outro lado, esta modalidade de prática é menos frequente e tende a ser sobreposta pela orientação do sentido prático. Os restantes modos reflexivos alternam de forma variável modalidades da acção orientadas por mecanismos conscientes e pelo sentido prático, de acordo com os parâmetros de activação que têm vindo a ser analisados

Esta pesquisa não tinha por objectivo central perceber se a reflexividade é actualmente um recurso crescentemente exigido em termos sociais e mais frequentemente mobilizado pelos indivíduos. Mas os casos em análise facultam elementos importantes de reflexão a este respeito, sobretudo a dois níveis. Desde logo, pelo facto se ter verificado que os sujeitos com vidas menos rotineiras, menos mecanizadas, mais preenchidas e mais exigentes e complexas do ponto de vista das práticas quotidianas, das esferas de vida em que participam e da conciliação entre tarefas, dimensões e tempos, têm maior necessidade de activação da reflexividade para dar resposta a todas as actividades e solicitações. Esta exigência está associada, pelo menos em parte, a mudanças estruturais globais, embora afectem predominantemente determinadas camadas sociais. É precisamente nesse sentido que são os entrevistados mais qualificados e dotados de recursos financeiros aqueles que evidenciam uma reflexividade mais ampliada.

E em segundo lugar é também notório que a mudança nas condições socioeconómicas do país, nomeadamente a situação de crise que o contexto nacional atravessa, tem efeitos reais nos modos como as pessoas se pensam a si mesmas e aos outros no mundo. As dificuldades económicas globais decorrentes desta conjuntura actuam como estímulo de determinado tipo de competências reflexivas, como sejam a priorização, a planificação, ou o cálculo na definição de estratégias para lidarem com as consequências mais negativas da crise, sobretudo do ponto de vista económico. Este incremento é particularmente evidente junto das pessoas com maior carência de recursos, mas é transversal a todos os entrevistados, ocorrendo também para aqueles que têm condições materiais mais consolidadas e estáveis. Face à incerteza estrutural, os sujeitos, que começam a ver questionados e colocados em causa aspectos das suas existências que tomavam por garantidos, assumem a projecção e a planificação como preocupações centrais, enquanto forma de salvaguarda pessoal e familiar. Este exemplo permite também reforçar a constituição, bem como a transformação estrutural da reflexividade, enquanto capacidade, competência e recurso.

Isto não significa, contudo, afirmar que a crise tem um efeito profundamente positivo nos esquemas cognitivos dos sujeitos e no desenvolvimento das suas competências reflexivas. O impacto dos desafios colocados à reflexividade individual pela conjuntura estrutural portuguesa depende, em última instância, da resposta que cada pessoa é capaz de dar. Os seus efeitos podem ser mais problemáticos se os indivíduos não tiverem recursos e meios à sua disposição para lhes fazer face. Se nalguns casos as competências de planificação e projecção são incrementadas na orientação da acção, noutros o resultado pode ser antes a desorientação e a paralisação (temporária e segmentada) das práticas. No grupo de pessoas analisadas nesta pesquisa estão sujeitos que, face a situações de crise (independentemente de serem de cariz estrutural ou contingente), superaram os problemas com que se depararam, ou estão a conseguir fazê-lo. Mas essa superação de obstáculos ou a gestão continuada de dificuldades só é possível pelo acesso a recursos (económicos e culturais), pela inserção em redes de apoio (emocional e material) e pelo facto de terem incorporado determinado tipo de disposições, nomeadamente de poupança e de sacrifício pessoal. Noutros casos, a situação pode ser muito diferente e resultar naquilo que Archer designou por reflexividade fracturada, ou seja, no exercício de competências reflexivas que não apoia as práticas e gera antes desorientação no modo como as pessoas lidam com as suas circunstâncias sociais.

Destas considerações decorre a noção de que determinados perfis de reflexividade, por serem indissociáveis da posse de recursos e das propriedades estruturais dos contextos dos indivíduos, estão melhor preparados para lidarem com dinâmicas de mudança estrutural. Os sujeitos com modos reflexivos auto-referencial e funcional são disso um claro exemplo. Não só porque têm meios materiais e cognitivos para darem resposta aos desafios colocados pela conjuntura de crise, como também pelo facto de eles próprios estarem no centro dos processos de mudança social. Pode até dizer-se que, num certo sentido, representam os modos reflexivos da modernidade tardia, de que fala

Giddens. O acesso privilegiado a recursos, mas também a maior pluralidade, diversidade e permeabilidade das suas competências reflexivas estão na origem de uma postura face ao mundo orientada para a concretização de projectos pessoais e profissionais, que tem impacto, de forma agregada, na estruturação social. No fundo, coloca-se a hipótese de serem aqueles, dos cinco perfis identificados, cujas práticas têm efeitos mais decisivos na sociedade, nomeadamente em termos de crescimento económico e desenvolvimento cultural. Por outro lado, a acção dos perfis pragmático, resistente e até mesmo resiliente, por serem modos de reflexividade mais fechados em si mesmos e menos plurais, poderão ter menor impacto nas configurações estruturais.

Um prolongamento desta pesquisa, nomeadamente através de uma abordagem quantitativa, ou de uma combinação entre estratégias metodológicas diferentes, permitiria perceber a distribuição destes perfis pela população portuguesa e compreender melhor esta articulação entre o nível individual e o estrutural, abrindo também portas para a análise da reflexividade social. Atendendo às desigualdades que caracterizam o espaço social português, interessaria perceber se existe uma sobreposição entre posicionamentos sociais e perfis de reflexividade. Por exemplo, se entre os Profissionais Técnicos e de Enquadramento prevalece uma reflexividade auto-referencial e se entre os Operários o modo predominante é o pragmático¹⁰⁴. Ou se a maior predominância de um perfil reflexivo em Portugal corresponde à maior proporção de um determinado grupo socioeconómico no país. Ou ainda se face à conjuntura de crise se assistem a mudanças na distribuição dos modos reflexivos. Num outro plano, seria também interessante atentar ao nível institucional/social da reflexividade, percebendo os seus processos de constituição e de influência e de que modo essa dimensão interfere na forma como as pessoas pensam sobre si mesmas no mundo e vice-versa.

A análise da reflexividade individual levada a cabo nesta pesquisa – enquanto capacidade generalizada, competência desenvolvida e recurso mobilizável – poderia parecer inicialmente demasiado particularizada, por se centrar num conceito teórico específico, que é alvo de uma análise micro, focada em singularidades individuais, com base num número reduzido de casos. Contudo, e para finalizar, importa deixar claro que se trata de uma questão central, quer do ponto de vista sociológico, quer social.

Antes de mais, a análise sociológica da reflexividade remete para discussões estruturadoras da disciplina, que foram iniciadas pelos autores clássicos e que permanecem no fulcro da investigação em sociologia. Permite problematizar, por exemplo, a oposição objectivo/subjectivo, o binómio estrutura/agência, bem como, num sentido mais lato, a relação entre indivíduo e sociedade. Estes foram os eixos analíticos subjacentes a toda a pesquisa, pelo que a particularidade da investigação deve ser sempre pensada por referência ao seu campo mais vasto de discussão.

¹⁰⁴ Categorias socioprofissionais da tipologia ACM (ver, por exemplo, Costa, 1999; e Costa, Machado e Almeida, 1990).

A própria estrutura da tese é disso reflexo, no sentido em que se partiu de um problema sociológico concreto, foram mobilizados instrumentos teóricos e operatórios para a análise empírica e os resultados permitiram retornar às preocupações de partida, discutindo de forma mais fundamentada as principais coordenadas da problemática que remetem para questões centrais em sociologia, como seja a relação entre estrutura e agência na explicação das práticas. Os modelos analíticos que resultaram deste trabalho evidenciam precisamente o âmbito mais alargado da pesquisa. Os primeiros esquemas apresentados na Parte II remetem para a fundamentação teórica e operatória da investigação (estrutura da vida interior dos sujeitos, constituição social dos indivíduos e modelo de processos reflexivos ao nível individual¹⁰⁵), sendo que, em articulação com a análise empírica, permitiram chegar a um modelo de acção reflexiva¹⁰⁶, teórica e empiricamente fundamentado, que pode ser aplicado a outros contextos de análise.

Para além disso, e como está bem presente no guião de entrevista, a análise das competências reflexivas dos sujeitos implicou aceder a informação sobre a generalidade dos seus contextos de vida, em diferentes momentos do tempo, por via das suas percepções e práticas em cada um deles. Este cariz transversal do conceito contraria também a particularidade do seu estudo para o conhecimento sociológico. É também verdade que a tipologia de perfis de reflexividade foi definida a partir da análise de um número reduzido de casos. Com outra amostra, ou mesmo com um número superior de entrevistados, a classificação categorial poderia assumir contornos distintos, nomeadamente com a identificação de tipos adicionais. Mas as categorias aqui analisadas, por serem indissociáveis de processos de estruturação social, podem ser encontradas em conjuntos mais vastos de pessoas. Prolongamentos deste trabalho permitiriam explorar esta afirmação. Para além disso, e o que importa reter desta investigação, não é tanto a tipologia concreta a que se chegou, mas antes os parâmetros de definição da mesma, que remetem para os mecanismos sociais de formação, exercício e eficácia causal da reflexividade individual.

Do ponto de vista social, está-se perante um mecanismo central da vivência em sociedade, que tem efeitos reais nas práticas dos sujeitos e nas próprias configurações societais. A reflexividade está associada a propriedades sociais e culturais que determinam a qualidade de vida dos indivíduos e, por isso, afecta também a capacidade de estes se assumirem como sujeitos e cidadãos. Atendendo, por exemplo, ao actual contexto socioeconómico o estudo da reflexividade dá contributos importantes para pensar nos novos desafios colocados às vivências individuais e, assim, perceber melhor a sociedade portuguesa e as suas dinâmicas de mudança. Abre janelas na compreensão da situação presente e da relação entre pessoas e sociedade. Perceber como opera a reflexividade é também compreender qual a autonomia dos indivíduos e que poder têm de transformar, mesmo que parcialmente e de forma segmentada, as suas condições de vida, numa acepção mais restrita, e o mundo em que vivem, num sentido mais lato.

¹⁰⁵ Ver figuras 6.1, 6.2 e 6.3, respectivamente.

¹⁰⁶ Ver figura 11.1.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aboim, Sofia (2010), *Plural masculinities. The remaking of the self in private life*, Aldershot, Ashgate.
- Abrantes, Pedro (2011), "Para uma teoria da socialização", *Sociologia*, XXI, pp. 121-139.
- Abrantes, Pedro (2012), "Como se escreve a vida? Regimes de socialização da classe trabalhadora no Portugal contemporâneo", em APS (org.), *Actas do VII Congresso Português de Sociologia: Sociedade, Crise e Reconfigurações*, Porto, APS.
- Adam, Barbara, Ulrich Beck, e Joost Van Loon (2005 [2000]), *Risk society and beyond. Critical issues for social theory*, London, Sage Publications.
- Adams, Matthew (2003), "The reflexive self and culture: a critique", *The British Journal of Sociology*, 54(2), pp. 221-238.
- Adams, Matthew (2004), "Whatever will be, will be. Trust, fate and the reflexive self", *Culture & Psychology*, 10(4), pp. 387-408.
- Adams, Matthew (2006), "Hybridizing habitus and reflexivity. Towards an understanding of contemporary identity?", *Sociology*, 40 (3), pp. 511-528.
- Adams, Matthew (2007), *Self and social change*, London, Sage Publications.
- Adams, Matthew (2008), *The reflexive self. A critical assessment of Giddens's theory of self-identity*, Starrbrucken, VDM.
- Adkins, Lisa (2003), "Reflexivity: Freedom or habit of gender?", *Theory Culture & Society*, 20(6), pp. 21-42.
- Adkins, Lisa (2009 [2002]), "Reflexivity and the politics of qualitative research", em Tim May (org.), *Qualitative research in action*, London, Sage Publications, pp. 332-348.
- Alexander, Jeffrey C. (1988), *Action and its environments. Toward a new synthesis*, New York, Columbia University Press.
- Alexander, Jeffrey C. (1992), "Recent sociological theory between agency and social structure", *Revue suisse de sociologie*, 18(1), pp. 7-11.
- Alexander, Jeffrey C. (1995), *Fin de siècle social theory. Relativism, reduction, and the problem of reason*, London, Verso.
- Alexander, Jeffrey C. (1996), "Critical reflections on 'Reflexive Modernization'", *Theory, Culture & Society*, 13(4), pp. 133-138.
- Alexander, Jeffrey C. (1998), *Neo-functionalism and after*, Oxford, Blackwell.
- Almeida, Miguel Vale de (2001 [1994]), "Nota da tradução portuguesa", em Anthony Giddens, *Modernidade e identidade pessoal*, Oeiras, Celta Editora, pp. xi-xii.
- Almeida, João Ferreira de, e José Madureira Pinto (1995 [1976]), *A investigação nas ciências sociais*, Lisboa, Presença.
- Almeida, João Ferreira de, António Firmino da Costa, e Fernando Luís Machado (1994), "Recomposição socioprofissional e novos protagonismos", em António Reis (org.), *Portugal: 20 anos de democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 307-330.
- Almeida, João Ferreira de, Luís Capucha, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado, e Anália Torres (2000), "A sociedade", em António Reis (org.), *Portugal. Anos 2000*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 36-72.
- Alves, Nuno de Almeida, Frederico Cantante, Inês Baptista, e Renato Miguel do Carmo (2011), *Jovens em transições precárias. Trabalho, quotidiano e futuro*, Lisboa, Mundos Sociais.
- Aníbal, Alexandra (2011), "Vidas escritas: para uma tipologia dos documentos pessoais como fontes de uma sociologia à escala individual - o caso dos Portefólios Reflexivos de Aprendizagens", *CIES e-Working-Papers*, 117, Lisboa, CIES-IUL, <http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/WP-CIES117_Anibal.pdf>.

- Archer, Margaret S. (1982), "Morphogenesis versus structuration. On combining structure and action", *The British Journal of Sociology*, 33(4), pp. 455-483.
- Archer, Margaret S. (2000), *Being human. The problem of agency*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Archer, Margaret S. (2003a [1995]), *Realist social theory: The morphogenetic approach*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Archer, Margaret S. (2003b), *Structure, agency and the internal conversation*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Archer, Margaret S. (2004), "Emotions as commentaries on human concerns", em Jonathan Turner (org.), *Theory and research on human emotions*, Amsterdam, Elsevier, pp. 327-356.
- Archer, Margaret S. (2007a), *Making our way through the world. Human reflexivity and social mobility*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Archer, Margaret S. (2007b), "The trajectory of the morphogenetic approach. An account in the first-person", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 54, pp. 35-47.
- Archer, Margaret S. (ed.) (2010a), *Conversations about reflexivity*, London, Routledge.
- Archer, Margaret S. (2010b), "Introduction. The reflexive re-turn", em Margaret S. Archer (org.), *Conversations about reflexivity*, London, Routledge, pp. 1-13.
- Archer, Margaret S. (2010c), "Can reflexivity and *habitus* work in tandem?", em Margaret S. Archer (org.), *Conversations about reflexivity*, London, Routledge, pp. 123-143.
- Archer, Margaret S. (2010d), "Routine, reflexivity, and realism", *Sociological Theory*, 28(3), pp. 273-303.
- Archer, Margaret S. (2012), *The reflexive imperative in late modernity*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Atkinson, Robert (1998), *The life story interview*, Thousand Oaks, Sage Publications.
- Atkinson, Will (2007a), "Anthony Giddens as adversary of class analysis", *Sociology*, 41(3), pp. 533-549.
- Atkinson, Will (2007b), "Beck, individualization and the death of class: a critique", *The British Journal of Sociology*, 58(3), pp. 349-366.
- Atkinson, Will (2007c), "Beyond false oppositions: a reply to Beck", *The British Journal of Sociology*, 58(4), pp. 707-715.
- Atkinson, Will (2008), "Not all that was solid has melted into air (or liquid): a critique of Bauman on individualization and class in liquid modernity", *The Sociological Review*, 56(1), pp. 1-17.
- Atkinson, Will (2010a), "Phenomenological additions to the bourdieusian toolbox. Two problems for Bourdieu, two solutions from Schutz", *Sociological Theory*, 28(1), pp. 1-19.
- Atkinson, Will (2010b), "The myth of the reflexive worker: class and work histories in neo-liberal times", *Work, Employment and Society*, 24(3), pp. 413-429.
- Atkinson, Will (2010c), "Class, individualisation and perceived (dis)advantages: Not either/or but both/and?", *Sociological Research Online*, 15(4)7, <<http://www.socresonline.org.uk/15/4/7.html>>.
- Atkinson, Will (2010d), "Same formula, different figures. Change and persistence in class inequalities", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 63, pp. 11-24.
- Atkinson, Will (2010e), *Class, individualization and late modernity. In search of the reflexive worker*, Hampshire, Palgrave Macmillan.
- Ávila, Patrícia (2007), "Literacia e desigualdades sociais na sociedade do conhecimento", em Fernando Luís Machado e Patrícia Ávila António Firmino da Costa (org.), *Sociedade e conhecimento (Portugal no contexto europeu, vol.II)*, Oeiras, Celta Editora, pp. 21-44.

- Ávila, Patrícia (2008), *A literacia dos adultos. Competências-chave na sociedade do conhecimento*, Lisboa, Celta Editora.
- Bachelard, Gaston (1970 [1949]), *Le rationalisme appliqué*, Paris, PUF.
- Bagguley, Paul (2003), "Reflexivity contra structuration", *Canadian Journal of Sociology*, 28(2), pp. 133-152.
- Barbalet, J. M. (2001 [1998]), *Emoção, teoria social e estrutura social*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Bauman, Zygmunt (2001), *The individualized society*, Cambridge, Polity.
- Bauman, Zygmunt (2006 [2000]), *Liquid modernity*, Cambridge, Polity.
- Beck, Ulrich (1992), *Risk society. Towards a new modernity* London, Sage Publications.
- Beck, Ulrich (2000a [1994]), "A reinvenção da política" e "Autodissolução e auto-ameaça da sociedade industrial: que significa isto", em Ulrich Beck, Anthony Giddens, e Scott Lash (org.), *Modernização reflexiva. Política, tradição e estética na ordem social moderna*, Oeiras, Celta Editora, pp. 1-51, 165-174.
- Beck, Ulrich (2000b [1999]), *World risk society*, Cambridge, Polity.
- Beck, Ulrich (2006), *The cosmopolitan vision*, Cambridge, Polity Press.
- Beck, Ulrich (2007), "Beyond class and nation: reframing social inequalities in a globalizing world", *The British Journal of Sociology*, 58(4), pp. 679-705.
- Beck, Ulrich, e Elisabeth Beck-Gernsheim (2006 [2001]), *Individualization. Institutionalized individualism and its social and political consequences*, London, Sage Publications.
- Beck, Ulrich, Anthony Giddens, e Scott Lash (2000 [1994]), *Modernização reflexiva. Política, tradição e estética no mundo moderno*, Oeiras, Celta Editora.
- Beck, Ulrich, Wolfgang Bonss, e Christoph Lau (2003), "The theory of reflexive modernization. Problematic, hypotheses and research programme", *Theory, Culture & Society*, 20(2), pp. 1-33.
- Becker, Howard S. (1960), "Notes on the concept of commitment", *The American Journal of Sociology*, 66(1), pp. 32-40.
- Becker, Howard S. (2002 [1970]), "The life history and the scientific mosaic", em Darin Weinberg (org.), *Qualitative research methods*, Oxford, Blackwell, pp. 79-87.
- Benavente, Ana, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado, e Manuela Castro Neves (1987), *Do outro lado da escola*, Lisboa, IED.
- Benavente, Ana (coord.), Alexandre Rosa, António Firmino da Costa, e Patrícia Ávila (1996), *A literacia em Portugal. Resultados de uma pesquisa extensiva e monográfica*, Lisboa, FCG/CNE.
- Bendle, Mervyn F. (2002), "The crisis of 'identity' in high modernity", *British Journal of Sociology of Sociology*, 53(1), pp. 1-18.
- Bennett, Tony, Mike Savage, Elizabeth Silva, Alan Warde, Modesto Gayo-Cal, e David Wright (2009), *Culture, class, distinction*, London, Routledge.
- Berger, Peter L., e Thomas Luckmann (2004 [1966]), *A construção social da realidade. Um livro sobre a sociologia do conhecimento*, Lisboa, Dinalivro.
- Bergesen, Albert J. (2004), "Durkheim's theory of mental categories. A review of the evidence", *Annual Review of Sociology*, 30, pp. 395-408.
- Bertaux, Daniel (ed.) (1981), *Biography and society. The life history approach in the social sciences*, Beverly Hills, Sage Publications.
- Bertaux, Daniel (2001 [1997]), *Les récits de vie. Perspective ethnosociologique*, Paris, Éditions Nathan.
- Bertaux, Daniel, e Martin Kohli (1984), "The life story approach: a continental view", *Annual Review of Sociology*, 10, pp. 215-237.

- Bertaux-Wiame, Isabelle (1986), "Mobilisations féminines et trajectoires familiales: une démarche ethnosociologique", em Danielle Desmarais, e Paul Grell (org.), *Les réctis de vie. Théorie, méthode et trajectoires types*, Montréal, Éditions Saint-Martin, pp. 85-99.
- Bessin, Marc (2009), "Parcours de vie et temporalités biographiques: Quelques éléments de problématique", *Informations Sociales*, 156, pp. 12-21.
- Birch, Maxine, e Tina Miller (2000), "Inviting intimacy: the interview as therapeutic opportunity", *International Journal of Social Research Methodology*, 3(3), pp. 189-202.
- Bóia, Pedro dos Santos, e João Teixeira Lopes (2012), "Do «flashar» dos 27 à *techno-clubber* de 40. Retrato sociológico de Maria", em João Teixeira Lopes (org.), *Registos do actor plural. Bernard Lahire na sociologia portuguesa*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 57-90.
- Boudon, Raymond (2001 [1979]), *La logique du social*, Paris, Hachette.
- Boudon, Raymond, e François Bourricaud (2006 [1982]), *Dictionnaire critique de la sociologie*, Paris, Presses Universitaires de France.
- Bourdieu, Pierre (1984), *Homo academicus*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- Bourdieu, Pierre (1987), *Choses dites*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- Bourdieu, Pierre (1989), *La noblesse d'État. Grandes écoles et esprit de corps*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- Bourdieu, Pierre (org.) (1993), *La misère du monde*, Paris, Éditions du Seuil.
- Bourdieu, Pierre (1998 [1997]), *Meditações pascalianas*, Oeiras, Celta Editora.
- Bourdieu, Pierre (2001 [1994]), *Razões práticas. Sobre a teoria da acção*, Oeiras, Celta Editora.
- Bourdieu, Pierre (2002 [1972]), *Esboço de uma teoria da prática, precedido de três estudos de etnologia Cabila*, Oeiras, Celta Editora.
- Bourdieu, Pierre (2003 [1979]), *La distinction. Critique social du jugement*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- Bourdieu, Pierre (2004 [2001]), *Para uma sociologia da ciência*, Lisboa, Edições 70.
- Bourdieu, Pierre (2008 [1980]), *Le sens pratique*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- Bourdieu, Pierre, e Loïc J. D. Wacquant (2007 [1992]), *An invitation to reflexive sociology*, Cambridge, Polity Press.
- Bourdieu, Pierre, Jean-Claude Chamboredon, e Jean-Claude Passeron (1983 [1968]), *Le métier de sociologue. Préalables épistémologiques*, Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- Brandão, Ana (2007), "Entre a vida vivida e a vida contada: a história de vida como material primário de investigação sociológica", *Configurações*, 3, pp. 83-106.
- Brannen, Julia (1988), "The study of sensitive subjects", *The Sociological Review*, 36(3), pp. 552-563.
- Brannen, Julia (1993), "The effects of research on participants. Findings from a study of mothers and employment", *The Sociological Review*, 41(2), pp. 328-346.
- Brannen, Julia, e Ann Nilsen (2005), "Individualisation, choice and structure: a discussion of current trends in sociological analysis", *The Sociological Review*, 53(3), pp. 412-428.
- Brannen, Julia, e Ann Nilsen (2011), "Comparative biographies in case-based cross-national research: Methodological considerations", *Sociology*, 45(4), pp. 603-618.
- Brannen, Julia, Suzan Lewis, Ann Nilsen, e Janet Smithson (2002), *Young europeans, work and family. Futures in transition*, London, Routledge.
- Brante, Thomas (2001), "Consequences of realism for sociological theory-building", *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 31(2), pp. 167-195.

- Broom, Alex, Kelly Hand, e Philip Tovey (2009), "The role of gender, environment and Individual biography in shaping qualitative interview data", *International Journal of Social Research Methodology*, 12(1), pp. 51-65.
- Brownlie, Julie (2011), "'Being there': multidimensionality, reflexivity and the study of emotional lives", *The British Journal of Sociology*, 62(3), pp. 462-481.
- Burkitt, Ian (1997), "Social relationships and emotions", *Sociology*, 31(1), pp. 37-55.
- Burkitt, Ian (2012), "Emotional reflexivity: feeling, emotion and imagination in reflexive dialogues", *Sociology*, 46(3), pp. 458-472.
- Burns, Tom R., e Helena Flam (2000), *Sistemas de regras sociais. Teoria e aplicações*, Oeiras, Celta Editora.
- Caetano, Ana (2006), "Contextos e dinâmicas sociais nas fotografias de uma colecção privada", *Cadernos do Arquivo Municipal*, 8, pp. 130-160.
- Caetano, Ana (2007a), "Práticas fotográficas, experiências identitárias. A fotografia privada nos processos de (re)construção das identidades", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 55, pp. 69-89.
- Caetano, Ana (2007b), "A fotografia privada nos processos de (re)construção identitária", em, *CIES e-Working Papers*, 25, Lisboa, CIES-ISCTE, <<http://www.cies.iscte.pt/documents/CIES-WP25.pdf>>
- Caetano, Ana (2011), "Para uma análise sociológica da reflexividade individual", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 66, pp. 157-174.
- Caetano, Ana (2012), "A análise da reflexividade individual no quadro de uma teoria disposicionalista", em João Teixeira Lopes (org.), *Registos do actor plural. Bernard Lahire na sociologia portuguesa*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 15-29.
- Calhoun, Craig (1993), "Habitus, field and capital: The question of historical specificity", em Craig Calhoun, Edward LiPuma, e Moishe Postone (org.), *Bourdieu: Critical perspectives*, Cambridge, Polity Press, pp. 61-88.
- Cardoso, Gustavo (1998), *Para uma sociologia do ciberespaço. Comunidades virtuais em português*, Oeiras, Celta Editora.
- Cardoso, Gustavo, António Firmino da Costa, Cristina Palma Conceição, e Maria do Carmo Gomes (2005), *A Sociedade em rede em Portugal*, Porto, Campo das Letras.
- Carmo, Renato Miguel do (org.) (2010), *Desigualdades sociais 2010. Estudos e indicadores*, Lisboa, Editora Mundos Sociais.
- Casanova, José Luís (1995a), "A "teoria da prática" - uma prática menos teorizada?", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 17, pp. 61-73.
- Casanova, José Luís (1995b), "Uma avaliação conceptual do habitus", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 18, pp. 45-68.
- Casanova, José Luís (2004), *Naturezas sociais. Diversidade e orientações sociais na sociedade portuguesa*, Oeiras, Celta Editora.
- Castel, Robert (1995), *Les métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat*, Paris, Gallimard.
- Castel, Robert (2006), "La précarité ou l'individu par défaut. Entretien avec Robert Castel", em Xavier Molénat (org.), *L'individu contemporain. Regards sociologiques*, Auxerre, Éditions Sciences Humaines, pp. 149-154.
- Castells, Manuel (1997), *The information age. Economy, society and culture, Vol. II: The power of identity*, Oxford, Blackwell.
- Cerulo, Karen A. (ed.) (2002), *Culture in mind. Toward a sociology of culture and cognition*, London, Routledge.

- Chalari, Athanasia (2009), *Approaches to the individual. The relationship between internal and external conversation*, London, Palgrave Macmillan.
- Chamberlayne, Prue, Joanna Bornat, e Tom Wengraf (ed.) (2000), *The turn to biographical methods in social science. Comparative issues and examples*, London, Routledge.
- Chase, Susan E. (2011), "Narrative inquiry. Still a field in the making", em Norman K. Denzin, e Yvonna S. Lincoln (org.), *The SAGE Handbook of Qualitative Research*, 4ª ed., Thousand Oaks, Sage, pp. 421-434.
- Chaudron, Martine, e François de Singly (dir.) (1993), *Identité, lecture, écriture*, Paris, Centre Georges Pompidou.
- Chaves, Miguel (1999), *Casal Ventoso: da gandaia ao narcotráfico. Marginalidade económica e dominação simbólica em Lisboa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Chaves, Miguel (2000), "Dar à fuga. Comunidade e sujeito num contexto de narcotráfico", *Análise Social*, XXXIV(153), pp. 893-932.
- Cicourel, Aaron (1973), *Cognitive sociology. Language and meaning in social interaction*, New York, Free Press.
- Clandinin, D. Jean, e F. Michael Connelly (1998), "Personal experience methods", em Norman K. Denzin, e Yvonna S. Lincoln (org.), *Collecting and interpreting qualitative materials*, Thousand Oaks, Sage, pp. 150-178.
- Clark, Tom (2010), "On 'being researched': Why do people engage with qualitative research?", *Qualitative Research*, 10(4), pp. 399-419.
- Coelho, Sandra Lima (2012), "A organização e os seus agentes. Análise das trajetórias biográficas de voluntários de uma associação de Comércio Justo", em João Teixeira Lopes (org.), *Registos do actor plural. Bernard Lahire na sociologia portuguesa*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 91-115.
- Colapietro, Vincent (2010), "Cartesian privacy and Peircean interiority", em Margaret S. Archer (org.), *Conversations about reflexivity*, London, Routledge, pp. 39-54.
- Collins, Randall (1993), "Emotional energy as the common denominator of rational action", *Rationality and Society*, 5(2), pp. 203-230.
- Collins, Randall (2004), *Interaction ritual chains*, Princeton, Princeton University Press.
- Collins, Randall (2009 [1991]), *Quatro tradições sociológicas*, Petrópolis, Editora Vozes.
- Conde, Idalina (1993a), "O nosso comum saber biográfico", em *Estruturas sociais e desenvolvimento. Actas do II Congresso Português de Sociologia, 2º vol.*, Lisboa, Fragmentos.
- Conde, Idalina (1993b), "Problemas e virtudes na defesa da biografia", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 13, pp. 39-57.
- Conde, Idalina (1993c), "Falar da vida (I)", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 14, pp. 199-222.
- Conde, Idalina (1994), "Falar da vida (II)", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 16, pp. 41-74.
- Conde, Idalina (1999), "Biografia: confronto com as ilusões", *Forum Sociológico*, 1 e 2 (2ª série), pp. 203-219.
- Conde, Idalina (2011a), "Crossed concepts: identity, habitus and reflexivity in a revised framework", *CIES e-Working-Papers*, 113, Lisboa, CIES-IUL, <http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/CIES-WP113_Conde.pdf>.
- Conde, Idalina (2011b), "Individuals, biography and cultural spaces: new figurations", *CIES e-Working-Papers*, 119, Lisboa, CIES-IUL, <http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/CIES-WP119_Conde.pdf>.
- Correia, Tiago (2012), *Medicina. O agir numa saúde em mudança*, Lisboa, Mundos Sociais.
- Costa, António Firmino da (1999), *Sociedade de bairro. Dinâmicas sociais da identidade cultural*, Oeiras, Celta Editora.

- Costa, António Firmino da (2002), "Identidades culturais urbanas em época de globalização", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17(48), pp. 15-30.
- Costa, António Firmino da (2003a), "Estilos de sociabilidade", em Graça Índias Cordeiro, Luís Vicente Baptista, e António Firmino da Costa (org.), *Etnografias urbanas*, Oeiras, Celta Editora, pp. 121-129.
- Costa, António Firmino da (2003b), "Competências para a sociedade educativa: Questões teóricas e resultados de investigação", em AAVV, *Cruzamento de saberes, aprendizagens sustentáveis*, Lisboa, FCG, pp. 179-194.
- Costa, António Firmino da (2004), "Dos públicos da cultura aos modos de relação com a cultura: algumas questões teóricas e metodológicas para uma agenda de investigação", em AAVV (org.), *Públicos da cultura*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais, pp. 121-140.
- Costa, António Firmino da (2007), "Os desafios da teoria da prática à construção da sociologia", em José Madureira Pinto e Virgílio Borges Pereira (org.), *Pierre Bourdieu. A teoria da prática e a construção da sociologia em Portugal*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 15-29.
- Costa, António Firmino da (2012), *Desigualdades sociais contemporâneas*, Lisboa, Mundos Sociais.
- Costa, António Firmino da, e Patrícia Ávila (1998), "Problemas da/de literacia: uma investigação na sociedade portuguesa contemporânea", *Ler História*, 35, pp. 127-150.
- Costa, António Firmino, e João Teixeira Lopes (coord.) et al. (2008), *Os estudantes e os seus trajectos no ensino superior: Sucesso e insucesso, factores e processos, promoção de boas práticas, Relatório Final*, Lisboa, CIES-IUL, IS-FLUP.
- Costa, António Firmino, Fernando Luís Machado, e João Ferreira de Almeida (1990), "Estudantes e amigos — trajectórias de classe e redes de sociabilidade", *Análise Social*, XXV(105-106), pp. 193-221.
- Costa, António Firmino da, Fernando Luís Machado, e Patrícia Ávila (orgs.) (2007), *Sociedade e conhecimento (Portugal no contexto europeu, vol.II)*, Oeiras, Celta Editora.
- Costa, António Firmino da, Fernando Luís Machado, e João Ferreira de Almeida (2007), "Classes sociais e recursos educativos: uma análise transnacional", em António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado e Patrícia Ávila (org.), *Sociedade e conhecimento (Portugal no contexto europeu, vol.II)*, Oeiras, Celta Editora, pp. 5-20.
- Costa, António Firmino da, Rosário Mauritti, Susana da Cruz Martins, Fernando Luís Machado, e João Ferreira de Almeida (2000), "Classes sociais na Europa", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 34, pp. 9-46.
- Craib, Ian (1997), *Classical social theory*, Oxford, Oxford University Press.
- Crossley, Nick (2001), "The phenomenological habitus and its construction", *Theory and Society*, 30, pp. 81-120.
- Crothers, Charles (1994 [1987]), *Robert K. Merton*, Oeiras, Celta Editora.
- Damásio, António (1995), *O erro de Descartes. Emoção, razão e cérebro humano*, Lisboa, Publicações Europa-América.
- Damásio, António (2000), *O sentimento de si. O corpo, a emoção e a neurobiologia da consciência*, Lisboa, Publicações Europa-América.
- Damásio, António (2003), *Ao encontro de Espinosa. As emoções sociais e a neurologia do sentir*, Lisboa, Publicações Europa-América.
- Demazière, Didier, e Claude Dubar (1999), "L'entretien biographique comme outil de l'analyse sociologique", *UTIVAM – Revue de Sociologie et d'Anthropologie*, 1(2), pp. 225-239.
- Denzin, Norman K. (1989), *Interpretative biography*, London, Sage Publications.

- Dépelteau, François (2008), "Relational thinking: A critique of co-deterministic theories of structure and agency", *Sociological Theory*, 26(1), pp. 51-73.
- Desmarais, Danielle (1986), "Chômage, travail salarié et vie domestique: esquisse d'une trajectoire sociale", em Danielle Desmarais, e Paul Grell (org.), *Les réctis de vie. Théorie, méthode et trajectoires types*, Montréal, Éditions Saint-Martin, pp. 55-83.
- Desmarais, Danielle, e Paul Grell (dir.) (1986), *Les réctis de vie. Théorie, méthode et trajectoires types*, Montréal, Éditions Saint-Martin.
- Devine, Fiona, Mike Savage, John Scott, e Rosemary Crompton (2005), *Rethinking class. Culture, identities and lifestyle*, Basingstoke, Palgrave Macmillan.
- Dickson-Swift, Virginia, Erica L. James, Sandra Kippen, e Pranee Liamputtong (2007), "Doing sensitive research: What challenges do qualitative researchers face?", *Qualitative Research*, 7(3), pp. 327-353.
- Dickson-Swift, Virginia, Erica L. James, Sandra Kippen, e Pranee Liamputtong (2009), "Researching sensitive topics: Qualitative research as emotion work", *Qualitative Research*, 9(1), pp. 61-79.
- DiMaggio, Paul (1997), "Culture and cognition", *Annual Review of Sociology*, 23, pp. 263-287.
- Diogo, Ana Matias, e Pedro Silva (2010), "Escola, família e desigualdades", em Pedro Abrantes (org.), *Tendências e controvérsias em sociologia da educação*, Lisboa, Mundos Sociais, pp. 81-102.
- Domingues, José Maurício (2002), "Reflexividade, individualismo e modernidade", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17(49), pp. 55-70.
- Donati, Pierpaolo (2006), "Understanding the human person from the standpoint of the relational sociology", *Memorandum*, 11, pp. 35-42.
- Donati, Pierpaolo (2010), "Reflexivity after modernity. From the viewpoint of relational sociology", em Margaret S. Archer (org.), *Conversations about reflexivity*, London, Routledge, pp. 144-164.
- Donati, Pierpaolo (2011a), "Modernization and relational reflexivity", *International Review of Sociology - Revue Internationale de Sociologie*, 21(1), pp. 21-39.
- Donati, Pierpaolo (2011b), "Cultural change, family transitions and reflexivity in a morphogenetic society", *Memorandum*, 21, pp. 39-55.
- Dortier, Jean-François (2006), "Du je triomphant au moi éclaté...", em Xavier Molénat (org.), *L'individu contemporain. Regards sociologiques*, Auxerre, Éditions Sciences Humaines, pp. 5-11.
- Dubet, François (1996 [1994]), *Sociologia da experiência*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Duncan, Simon (2011), "Personal life, pragmatism and bricolage", *Sociological Research Online*, 16(4)13, <<http://www.socresonline.org.uk/16/4/13.html>>.
- Durkheim, Émile (1975 [1970]), *A ciência social e a acção*, Lisboa, Bertrand.
- Durkheim, Émile (1984 [1893]), *A divisão do trabalho social*, Lisboa, Editorial Presença.
- Durkheim, Émile (1998 [1895]), *As regras do método sociológico*, Lisboa, Editorial Presença.
- Durkheim, Émile (2001 [1897]), *O suicídio. Estudo sociológico*, Lisboa, Editorial Presença.
- Durkheim, Émile (2002 [1912]), *As formas elementares da vida religiosa. O sistema totémico na Austrália*, Oeiras, Celta Editora.
- Elder-Vass, Dave (2007), "Reconciling Archer and Bourdieu in an emergentist theory of action", *Sociological Theory*, 25(4), pp. 325-346.
- Elder-Vass, Dave (2010), *The causal power of social structures. Emergence, structure and agency*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Elias, Norbert (1987), "On human beings and their emotions: a process-sociological essay", *Theory, Culture & Society*, 4(2-3), pp. 339-361.

- Elias, Norbert (2002 [1989]), *Teoria simbólica*, Oeiras, Celta Editora.
- Elias, Norbert (2004 [1987]), *A sociedade dos indivíduos*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Elias, Norbert (2005 [1991]), *Mozart. Portrait of a genius*, Cambridge, Polity Press.
- Elias, Norbert (2006 [1939]), *O processo civilizacional. Investigações sociogenéticas e psicogenéticas*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Elliott, Anthony (2011 [2008]), *Concepts of the self*, Cambridge, Polity.
- Emirbayer, Mustafa, e Ann Mische (1998), "What Is agency?", *The American Journal of Sociology*, 103(4), pp. 962-1023.
- Estanque, Elísio (2000), *Entre a fábrica e a comunidade. Subjectividades e práticas de classe no operariado do calçado*, Porto, Edições Anfrontamento.
- Fabre, Daniel (dir.) (1993), *Écritures ordinaires*, Paris, Éditions P.O.L. / Centre Georges Pompidou.
- Fabre, Daniel (1997), *Par écrit. Ethnologie des écritures quotidiennes*, Paris, Éditions de la Maison des sciences de l'homme.
- Fabre, Daniel (2002), "Vivre, écrire, archiver", *Sociétés & Représentations*, 13, pp. 17-42.
- Fernandes, António Teixeira (2008), "Identidades reflexivas e ação social", em Anália Torres, e Luís Baptista (org.), *Sociedades contemporâneas. Reflexividade e ação*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 207-215.
- Ferrarotti, Franco (1983), *Histoire et histoires de vie. La méthode biographique dans les sciences sociales*, Paris, Meridiens.
- Ferrarotti, Franco (1991), "Sobre a autonomia do método biográfico", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 9, pp. 171-177.
- Ferreira, Vítor Sérgio (2008), *Marcas que demarcam. Tatuagem, body piercing e culturas juvenis*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais
- Ferreira, Vítor Sérgio (2009), "Defining and segmenting carnal reflexivity", Comunicação apresentada na *104th Annual meeting of the American Sociological Association "New politics of community"*, San Francisco, USA, ASA.
- Finlay, Linda (2002), "Negotiating the swamp: The opportunity and challenge of reflexivity in research practice", *Qualitative Research*, 2(2), pp. 209-230.
- Flam, Helena (2008), "The sentient 'I'. Emotions and inner conversation", *Theory, The Newsletter of the Research Committee on Sociological Theory*, International Sociological Association, Spring/Summer 2008, 4-7.
- Flam, Helena (2010), "Emotion, and the silenced and short-circuited self", em Margaret S. Archer (org.), *Conversations about reflexivity*, London, Routledge, pp. 187-205.
- Fleetwood, Steve (2008), "Structure, institution, agency, habit, and reflexive deliberation", *Journal of Institutional Economics*, 4(2), pp. 183-203.
- Fontana, Andrea, e James H. Frey (2000), "The interview. From structured questions to negotiated text", em Norman K. Denzin, e Yvonna S. Lincoln (org.), *Handbook of qualitative research*, 2ª ed., Thousand Oaks, Sage, pp. 645-672.
- Fossé-Poliak, Claude (1993), "Ecritures populaires. Notes de recherche", *Politix*, 6(24), pp. 168-189.
- Frisby, David (1992), *Simmel and since. Essays on Georg Simmel's social theory*, London, Routledge.
- Gane, Nicholas (2001), "Zygmunt Bauman: Liquid modernity and beyond", *Acta Sociologica*, 44(3), pp. 267-275.

- Garcia-Ruiz, Pablo, e Carlos Rodriguez-Lluesma (2010), "'Reflexive consumers'. A relational approach to consumption as a social practice", em Margaret S. Archer (org.), *Conversations about reflexivity*, London, Routledge, pp. 223-242.
- Garfinkel, Harold (1999 [1967]), *Studies in ethnomethodology*, Cambridge, Polity Press.
- Garfinkel, Harold (2002), *Ethnomethodology's program. Working out Durkheim's aphorism*, Lanham, Rowman & Littlefield Publishers.
- Gerson, Elihu M. (1976), "On 'quality of life'", *American Sociological Review*, 41(5), pp. 793-806.
- Gerson, Kathleen, e Ruth Horowitz (2009 [2002]), "Observation and interviewing: options and choices in qualitative research", em Tim May (org.), *Qualitative research in action*, London, Sage Publications, pp. 199-224.
- Giddens, Anthony (1981 [1973]), *The class structure of the advanced societies*, London, Hutchinson.
- Giddens, Anthony (1993 [1976]), *New rules of sociological method. A positive critique of interpretative sociologies*, Stanford, Stanford University Press.
- Giddens, Anthony (2000a [1990]), *As consequências da modernidade*, Oeiras, Celta Editora.
- Giddens, Anthony (2000b [1994]), "Viver numa sociedade pós-tradicional" e "Risco, confiança, reflexividade", em Ulrich Beck, Anthony Giddens, e Scott Lash (org.), *Modernização reflexiva. Política, tradição e estética no mundo moderno*, Oeiras, Celta Editora, pp. 53-104, 174-187.
- Giddens, Anthony (2000c [1979]), *Dualidade da estrutura. Agência e estrutura*, Oeiras, Celta Editora.
- Giddens, Anthony (2000d [1972]), *Capitalismo e moderna teoria social*, Lisboa, Editorial Presença.
- Giddens, Anthony (2001 [1991]), *Modernidade e identidade pessoal*, Oeiras, Celta Editora.
- Giddens, Anthony (2004 [1984]), *The constitution of society. Outline of the theory of structuration*, Cambridge, Polity Press.
- Giele, Janet Z., e Glen H. Elder Jr. (ed.) (1998), *Methods of life course research. Qualitative and quantitative approaches*, Thousand Oaks, Sage Publications.
- Gilding, Michael (2010), "Reflexivity over and above convention: the new orthodoxy in the sociology of personal life, formerly sociology of the family", *The British Journal of Sociology*, 61(4), pp. 757-777.
- Glaser, Barney G., e Anselm L. Strauss (2008 [1967]), *The discovery of grounded theory. Strategies for qualitative research*, London, Aldine Transaction.
- Goffman, Erving (1981), *Forms of talk*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press.
- Goffman, Erving (1983), "The interaction order", *American Sociological Review*, 48(1), pp. 1-17.
- Goffman, Erving (1986a [1961]), *Encounters. Two studies in the sociology of interaction*, New York, Macmillan.
- Goffman, Erving (1986b [1974]), *Frame analysis. An essay on the organization of experience*, Boston, Northeastern University Press.
- Goffman, Erving (1990 [1963]), *Stigma. Notes on the management of spoiled identity*, London, Penguin Books.
- Goffman, Erving (1993 [1959]), *A apresentação do eu na vida de todos os dias*, Lisboa, Relógio D'Água.
- Gomes, Maria do Carmo (2003), "Literexclusão na vida quotidiana", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 41, pp. 63-92.
- Gomes, Maria do Carmo (2005), "Percurso de literacia", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 47, pp. 69-97.
- Goody, Jack (1987a), *The interface between the written and the oral*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Goody, Jack (1987b [1986]), *A lógica da escrita e a organização da sociedade*, Lisboa, Edições 70.

- Grell, Paul (1986), "Les récits de vie: une méthodologie pour dépasser les réalités partielles", em Danielle Desmarais, e Paul Grell (org.), *Les récits de vie. Théorie, méthode et trajectoires types*, Montréal, Éditions Saint-Martin, pp. 151-176.
- Guerreiro, Maria das Dores, e Pedro Abrantes (2004), *Transições incertas. Os jovens perante o trabalho e a família*, Lisboa, CITE.
- Guerreiro, Maria das Dores, e Helena Carvalho (2007), "O stress na relação trabalho-família. Uma análise comparativa", em Karin Wall, e Lígia Amâncio (org.), *Família e género na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 129-179.
- Guerreiro, Maria das Dores, e Eduardo Alexandre Rodrigues (2007), "Trabalho e família: que qualidade de vida? Uma análise exploratória do sector dos serviços", em Maria das Dores Guerreiro, Anália Torres, e Luís Capucha (org.), *Quotidiano e qualidade de vida* (Portugal no contexto europeu, vol III), Oeiras, Celta Editora, pp. 77-113.
- Guerreiro, Maria das Dores, Anália Cardoso Torres, e Luís Capucha (orgs.) (2007), *Quotidiano e qualidade de vida* (Portugal no contexto europeu, vol. III), Lisboa, Celta Editora.
- Guerreiro, Maria das Dores, Pedro Abrantes, e Inês Pereira (2007), "Transições na juventude: percursos e descontinuidades", em Maria das Dores Guerreiro; Anália Torres, e Luís Capucha (org.), *Quotidiano e qualidade de vida* (Portugal no contexto europeu, vol. III), Lisboa, Celta, pp. 225-246.
- Hamel, Jacques (2007), "Réflexions sur la réflexivité en sociologie", *Social Science Information*, 46(3), pp. 471-485.
- Hay, C., M. O'Brien, e S. Penna (1996 [1994]), "Modernity & self identity: the 'hollowing out' of social theory", em C. Bryant, e D. Jary (org.), *Anthony Giddens: a critical assessment*, London, Routledge.
- Heaphy, Brian (2007), *Late modernity and social change. reconstructing social and personal life*, London, Routledge.
- Heelas, Paul, Scott Lash, e Paul Morris (1996), *Detraditionalization. Critical reflections on authority and identity*, Oxford, Blackwell.
- Herzog, Hanna (2005), "On home turf: Interview location and its social meaning", *Qualitative Sociology*, 28(1), pp. 25-47.
- Hochschild, Arlie (1979), "Emotion work, feeling rules, and social structure", *The American Journal of Sociology*, 85(3), pp. 551-575.
- Hochschild, Arlie (1983), *The managed heart. The commercialization of human feeling*, Berkeley, University of California Press.
- Hochschild, Arlie (2003), *The commercialization of intimate life. Notes from home and work*, Berkeley, University of California Press.
- Holland, Janet, e Rachel Thomson (2009), "Gaining perspective on choice and fate. Revisiting critical moments", *European Societies*, 11(3), pp. 451-469.
- Holland, Ray (1999), "Reflexivity", *Human Relations*, 52(4), pp. 463-484.
- Holmes, Mary (2010), "The emotionalization of reflexivity", *Sociology*, 44(1), pp. 139-154.
- Holmes, Mary (2011), "Emotional reflexivity in contemporary friendships. Understanding it using Elias and Facebook etiquette", *Sociological Research Online*, 16(1)11, <<http://www.socresonline.org.uk/16/1/11.html>>.
- Holstein, James A., e Jaber F. Gubrium (1997), "Active interviewing", em David Silverman (org.), *Qualitative research. Theory, method and practice*, London, Sage Publications, pp. 113-129.

- Holton, Robert J. (1996), "Classical social theory", em Bryan S. Turner (org.), *The Blackwell companion to social theory*, Oxford, Blackwell, pp. 25-52.
- Hoskins, Janet (1998), *Biographical objects. How things tell the stories of people's lives*, London, Routledge.
- Hubbard, Gill, Kathryn Backett-Milburn, e Debbie Kemmer (2001), "Working with emotions: Issues for the researcher in fieldwork and teamwork", *International Journal of Social Research Methodology*, 4(2), pp. 119-137.
- Jenkins, Richard (1992), *Pierre Bourdieu*, London, Routledge.
- Joas, Hans (1996), *The creativity of action*, Cambridge, Polity Press.
- Joas, Hans, e Jens Beckert (2001), "Action theory", em Jonathan H. Turner (org.), *Handbook of sociological theory*, New York, Kluwer Academic / Plenum Publishers, pp. 269-287.
- Joas, Hans, e Wolfgang Knöbl (2010 [2004]), *Social theory. Twenty introductory lectures*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Kaufmann, Jean-Claude (2003 [2001]), *Ego. Para uma sociologia do indivíduo*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Kaufmann, Jean-Claude (2004), *L'invention de soi. Une théorie de l'identité*, Paris, Armand Colin.
- Kemp, Christian (2010), "Building bridges between structure and agency. Exploring the theoretical potential for a synthesis between habitus and reflexivity", *Essex Graduate Journal of Sociology*, 10, pp. 4-12.
- Kenny, Robert Wade (2010), "Beyond the elementary forms of moral life. Reflexivity and rationality in Durkheim's moral theory", *Sociological Theory*, 28(2), pp. 215-244.
- King, Anthony (2000), "Thinking with Bourdieu against Bourdieu: A 'practical' critique of the habitus", *Sociological Theory*, 18(3), pp. 417-433.
- King, Debra S. (2006), "Activists and emotional reflexivity: Toward Touraine's subject as social movement", *Sociology*, 40(5), pp. 873-891.
- Laé, Jean-François (2002), "Émotion et connaissance. L'emprise du sensible dans l'enquête sociologique", *Sociétés & Représentations*, 13, pp. 247-257.
- Laé, Jean-François, e Marianne Kempeneers (2008), "Présentation: écritures et documents personnels, une source sociologique?", *Sociologie et Sociétés*, 40(2), pp. 9-14.
- Lahire, Bernard (1990), "Sociologie des pratiques d'écriture. Contribution à l'analyse du lien entre le social et le langagier", *Ethnologie Française*, XX(3), pp. 262-273.
- Lahire, Bernard (1993a), *La raison des plus faibles. Rapport au travail, écritures domestiques et lecteurs en milieux populaires*, Lille, Presses Universitaires de Lille.
- Lahire, Bernard (1993b), "Pratiques d'écriture et sens pratique", em Martine Chaudron, e François de Singly (org.), *Identité, lecture, écriture*, Paris, Centre Georges Pompidou, pp. 115-130.
- Lahire, Bernard (1995a), *Tableaux de familles. Heurs et malheurs scolaires en milieux populaires*, Paris, Gallimard.
- Lahire, Bernard (1995b), "Ecritures domestiques: la domestication du domestique", *Social Science Information*, 34, pp. 567-592.
- Lahire, Bernard (1997), "Masculin-féminin. L'écriture domestique", em Daniel Fabre (org.), *Par écrit. Ethnologie des écritures quotidiennes*, Paris, Éditions de la Maison des sciences de l'homme, pp. 145-161.
- Lahire, Bernard (2001a [1998]), *L'homme pluriel. Les ressorts de l'action*, Paris, Hachette Littératures.
- Lahire, Bernard (2001b [1999]), "De la théorie de l'habitus à une sociologie psychologique", em Bernard Lahire (org.), *Le travail sociologique de Pierre Bourdieu. Dettes et critiques*, Paris, La Découverte, pp. 121-152.
- Lahire, Bernard (2002a), *Portraits sociologiques. Dispositions et variations individuelles*, Paris, Nathan.

- Lahire, Bernard (2002b), "Reprodução ou prolongamentos críticos?", *Educação & Sociedade*, ano XXIII, 78, pp. 37-55.
- Lahire, Bernard (2004a), *La culture des individus. Dissonances culturelles et distinction de soi*, Paris, Éditions La Découverte.
- Lahire, Bernard (2004b), "Utilité: entre sociologie expérimentale et sociologie sociale", em Bernard Lahire (org.), *À quoi sert la sociologie?*, Paris, Éditions La Découverte, pp. 43-66.
- Lahire, Bernard (2005a), *L'esprit sociologique*, Paris, Éditions la Découverte.
- Lahire, Bernard (2005b), "Patrimónios individuais de disposições. Para uma sociologia à escala individual", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 49, pp. 11-42.
- Lahire, Bernard (2006), *La condition littéraire. La double vie des écrivains*, Paris, Éditions La Découverte.
- Lahire, Bernard (2007), "Socialisation", em AAVV (org.), *Dictionnaire de sociologie*, Paris, Encyclopaedia Universalis/Albin Michel, pp. 695-699.
- Lahire, Bernard (2008a), *La raison scolaire. École et pratiques d'écriture, entre savoir et pouvoir*, Rennes, Presses Universitaires de Renne.
- Lahire, Bernard (2008b), "La nature du cognitif en questions", em Bernard Lahire, e Claude Rosental (org.), *La cognition au prisme des sciences sociales*, Paris, Éditions des Archives Contemporaines, pp. 55-105.
- Lahire, Bernard (2008c), "De la réflexivité dans la vie quotidienne: journal personnel, autobiographie et autres écritures de soi", *Sociologie et Sociétés*, XL(2), pp. 165-179.
- Lahire, Bernard (2010), *Franz Kafka. Éléments pour une théorie de la création littéraire*, Paris, Éditions La Découverte.
- Lahire, Bernard (2011), "A transmissão familiar da ordem desigual das coisas", *Sociologia*, XXI, pp. 13-22.
- Lahire, Bernard (2012), *Monde pluriel. Penser l'unité des sciences sociales*, Paris, Seuil.
- Lash, Scott (1993), "Reflexive modernization. The aesthetic dimension", *Theory, Culture & Society*, 10(1), pp. 1-23.
- Lash, Scott (2000 [1994]), "A reflexividade e os seus duplos" e "Sistemas periciais ou interpretação situada? Cultura e instituições no capitalismo desorganizado", em Ulrich Beck, Anthony Giddens, e Scott Lash (org.), *Modernização reflexiva. Política, tradição e estética na ordem social moderna*, Oeiras, Celta Editora, pp. 105-164, 187-204.
- Lash, Scott (2003), "Reflexivity as non-linearity", *Theory, Culture & Society*, 20(2), pp. 49-57.
- Lawler, Steph (2009 [2002]), "Narrative in social research", em Tim May (org.), *Qualitative research in action*, London, Sage Publications, pp. 242-258.
- Layder, Derek (1994), *Understanding social theory*, London, Sage Publications.
- Lechner, Elsa (org.) (2009), *Histórias de vida. Olhares interdisciplinares*, Porto, Edições Afrontamento.
- Lehmann, Jennifer M. (1993), *Deconstructing Durkheim. A post-post-structuralist critique*, London, Routledge.
- Lewis, Oscar (1970 [1961]), *Os filhos de Sanchez*, Lisboa, Moraes Editores.
- Lopes, João Teixeira (1998), "Sociabilidade e consumos culturais: contributos para uma sociologia da fruição cultural", *Sociologia*, 8, pp. 179-188.
- Lopes, João Teixeira (2000), *A cidade e a cultura. Um estudo sobre práticas culturais urbanas*, Porto, Edições Afrontamento.
- Lopes, João Teixeira (2000), "Itinerário teórico em torno da produção dos fenómenos simbólicos", *Sociologia*, 10, pp. 22-78.
- Lopes, João Teixeira (2002), "Razão, corpo e sentimento na teoria social contemporânea", *Sociologia*, 12, pp. 57-64.

- Lopes, João Teixeira (2003), "Da impossibilidade da revolução. Breve contributo sobre Bourdieu e os conceitos de luta e de mudança social", *Forum Sociológico*, 9/10, pp. 87-89.
- Lopes, João Teixeira, Pedro dos Santos Bóia, Lígia Ferro, e Paula Guerra (2010), *Género e música electrónica de dança. Experiências, percursos e "relatos" de mulheres clubbers*, Lisboa, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Lupton, Deborah (1998), *The emotional self. A sociocultural exploration*, London, Sage Publications.
- Machado, Fernando Luís, e António Firmino da Costa (1998), "Processos de uma modernidade inacabada. Mudanças estruturais e mobilidade social", em José Manuel Leite Viegas, e António Firmino da Costa (org.), *Portugal, que modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, pp. 17-44.
- Machado, Fernando Luís, e Alexandre Silva (2009), *Quantos caminhos há no mundo? Transições para a vida adulta num bairro social*, Cascais, Principia Editora.
- Machado, Fernando Luís, Cristina Roldão, e Alexandre Silva (2011), *Vidas plurais. Estratégias de integração de imigrantes africanos em Portugal*, Lisboa, Tinta da China.
- Martuccelli, Danilo (2002), *Grammaires de l'individu*, Paris, Gallimard.
- Martuccelli, Danilo (2006a), *Forgé par l'épreuve. L'individu dans la France contemporaine*, Paris, Armand Colin.
- Martuccelli, Danilo (2006b), "Agir: le spectre des possibles", em Xavier Molénat (org.), *L'individu contemporain. Regards sociologiques*, Auxerre, Éditions Sciences Humaines, pp. 125-131.
- Marx, Karl (1963 [1844]), *Manuscritos económico-filosóficos*, Lisboa, Edições 70.
- Marx, Karl (1995), "Colectânea de textos", em Manuel Braga da Cruz (org.), *Teorias sociológicas. Os fundadores e os clássicos (Antologia de textos)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 7-133.
- Mason, Jennifer (2009 [2002]), "Qualitative interviewing: asking, listening and interpreting", em Tim May (org.), *Qualitative research in action*, London, Sage Publications, pp. 225-241.
- Mauritti, Rosário (2009), *Viver só. Mudança social e estilos de vida*, Lisboa, Mundos Sociais.
- May, Tim (1998), "Reflexivity in the age of reconstructive social science", *International Journal of Social Research Methodology*, 1(1), pp. 7-24.
- Mayer, Karl Ulrich (2009), "New directions in life course research", *Annual Review of Sociology*, 35, pp. 413-433.
- McLeod, Julie (2003), "Why we interview now - reflexivity and perspective in a longitudinal study", *International Journal of Social Research Methodology*, 6(3), pp. 201-211.
- McNay, Lois (1999), "Gender, habitus and the field: Pierre Bourdieu and the limits of reflexivity", *Theory Culture & Society*, 16(1), pp. 95-117.
- Mead, George Herbert (1967 [1934]), *Mind, self, and society*, Chicago, The University of Chicago Press.
- Merton, Robert K. (1957), "The role-set. Problems in sociological theory", *The British Journal of Sociology*, 8(2), pp. 106-120.
- Merton, Robert K. (1968), *Social theory and social structure*, New York, The Free Press.
- Merton, Robert K. (1996 [1976]), "Sociological ambivalence", em Piotr Sztompka (org.), *On social structure and science*, Chicago, The University of Chicago, pp. 123-131.
- Mills, C. Wright (1982 [1959]), *A imaginação sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- Mills, Melinda (2007), "Individualization and the life course: Towards a theoretical model and empirical evidence", em C. Howard (org.), *Contested individualization*, Toronto, Palgrave MacMillan, pp. 61-79.
- Mills, Trudy, e Sherryl Kleinman (1988), "Emotions, reflexivity and action. An interactionist analysis", *Social Forces*, 66(4), pp. 1009-1027.

- Molénat, Xavier (2006), "Sommes-nous entrés dans une nouvelle modernité?", em Xavier Molénat (org.), *L'individu contemporain. Regards sociologiques*, Auxerre, Éditions Sciences Humaines, pp. 107-114.
- Mouzelis, Nicos (1994 [1991]), *Back to sociological theory. The construction of social orders*, London, MacMillan.
- Mouzelis, Nicos (1995), *Sociological theory: what went wrong? Diagnosis and remedies*, London, Routledge.
- Mouzelis, Nicos (1999), "Exploring post-traditional orders. Individual reflexivity, 'pure relations' and duality of structure", em Sue Penna, e Colin Hay Martin O'Brien (org.), *Theorising modernity. Reflexivity, environment and identity in Giddens' social theory*, London, Longman.
- Mouzelis, Nicos (2007), "Habitus and reflexivity: restructuring Bourdieu's theory of practice", *Sociological Research Online*, 12(6)9, <<http://socresonline.org.uk/12/6/9.html>>.
- Mouzelis, Nicos (2008), *Modern and postmodern social theorizing. Bridging the divide*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Mouzelis, Nicos (2010), "Self and self-other reflexivity. The apophatic dimension", *European Journal of Social Theory*, 13(2), pp. 271-284.
- Mrozowicki, Adam (2010), "The agency of the weak. Ethos, reflexivity and life strategies of Polish workers after the end of state socialism", em Margaret S. Archer (org.), *Conversations about reflexivity*, London, Routledge, pp. 167-186.
- Mrozowicki, Adam (2011), *Coping with social change. Life strategies of workers in Poland's new capitalism*, Leuven, Leuven University Press.
- Mrozowicki, Adam, e Geert Van Hootegem (2008), "Unionism and workers' strategies in Capitalist Transformation. The Polish case reconsidered", *European Journal of Industrial Relations*, 14(2), pp. 197-216.
- Mrozowicki, Adam, Valeria Pulignano, e Geert Van Hootegem (2010), "Worker agency and trade union renewal: the case of Poland", *Work, Employment and Society*, 24(2), pp. 221-240.
- Mutch, Alistair (2004), "Constraints on the internal conversation. Margaret Archer and the structural shaping of thought", *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 34(4), pp. 429-445.
- Mutch, Alistair (2010), "Organizational use of information and communication technology and its impact on reflexivity", em Margaret S. Archer (org.), *Conversations about reflexivity*, London, Routledge, pp. 243-258.
- Nico, Magda (2011), *Transição biográfica inacabada. Transições para a vida adulta em Portugal e na Europa na perspectiva do curso de vida*, Tese de Doutoramento, Lisboa, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL).
- Nico, Magda (2012), "Viragem e ilusão biográficas. Estratégias metodológicas alternativas para abordar a reflexividade e a temporalidade", em APS (org.), *Actas do VII Congresso Português de Sociologia: Sociedade, Crise e Reconfigurações*, Porto, APS.
- Nilsen, Ann (1996), "Stories of life - Stories of living: Women's narratives and feminist biography", *NORA - Nordic Journal of Feminist and Gender Research*, 4(1), pp. 16-30.
- O'Connor, Pat (2006), "Young people's constructions of the self. Late modern elements and gender differences", *Sociology*, 40(1), pp. 107-124.
- Oliveira, Nuno (2011), "Entre Cila e Caríbdis. O realismo social de Margaret Archer", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 65, pp. 119-139.
- Orbuch, Terri L. (1997), "People's accounts count. The sociology of accounts", *Annual Review of Sociology*, 23, pp. 455-478.

- Padfield, Maureen, e Ian Proctor (1996), "The effect of interviewer's gender on the interviewing process: A comparative enquiry", *Sociology*, 30(2), pp. 355-366.
- Pais, José Machado (1993), *Culturas Juvenis*, Lisboa, INCM.
- Pais, José Machado (2006), *Nos rastros da solidão. Deambulações sociológicas*, Porto, Âmbar.
- Pais, José Machado (2008), "Quotidiano e reflexividade", em Anália Torres, e Luís Baptista (org.), *Sociedades contemporâneas. Reflexividade e acção*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 241-259.
- Pais, José Machado (2010), *Lufa-lufa quotidiana. Ensaios sobre cidade, cultura e vida urbana*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Pais, José Machado (2012), *Sexualidade e afectos juvenis*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Pais, José Machado, e Vítor Sérgio Ferreira (orgs.) (2010), *Tempos e transições de vida. Portugal ao espelho da Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Pais, José Machado, René Bendit, e Vítor Sérgio Ferreira (orgs.) (2011), *Jovens e rumos*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Pappámikail, Lia (2010), "Juventude(s), autonomia e sociologia: questionando conceitos a partir do debate acerca das transições para a vida adulta", *Sociologia*, XX, pp. 395-410.
- Parkin, Frank (2000 [1982]), *Max Weber*, Oeiras, Celta Editora.
- Parsons, Talcott (1937), *The structure of social action*, New York, McGraw-Hill.
- Passeron, Jean-Claude (1990), "Biographies, flux, itinéraires, trajectoires", *Revue de Sociologie Française*, 31(1), pp. 3-22.
- Pereira, Inês (2003), "Construção identitária em rede", em Graça Índias Cordeiro, Luís Vicente Baptista, e António Firmino da Costa (org.), *Etnografias urbanas*, Oeiras, Celta Editora, pp. 157-166.
- Pereira, Maria do Mar (2010), *Pushing the boundaries of knowledge. An ethnography of negotiations of the epistemic status of women's, gender, feminist studies in Portugal*, London, The London School of Economics and Political Science.
- Pereira, Maria do Mar (2012), *Fazendo género no recreio. A negociação do género em espaço escolar*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Pereira, Virgílio Borges (2005), *Classes e culturas de classe das famílias portuenses. Classes sociais e modalidades de estilização da vida na cidade do Porto*, Porto, Edições Afrontamento.
- Phillips, Tim, e Mark Western (2005), "Social change and social identity. Postmodernity, reflexive modernisation and the transformation of social identities in Australia", em Mike Savage, Fiona Devine, John Scott, e Rosemary Crompton (org.), *Rethinking class. Culture, identities and lifestyle*, Basingstoke, Palgrave Macmillan, pp. 163-185.
- Pinto, José Madureira (1991), "Considerações sobre a produção social de identidade", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 32, pp. 217-231.
- Pinto, José Madureira (2003), "Reflexividade reformista e auto-análise", *Forum Sociológico*, 9/10, pp. 21-29.
- Pinto, José Madureira (2008), "Sociologia e sociedade: reflexividade e acção", em Anália Torres, e Luís Baptista (org.), *Sociedades contemporâneas. Reflexividade e acção*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 195-206.
- Pinto, José Madureira, e Virgílio Borges Pereira (orgs.) (2008), *Desigualdades, desregulação e riscos nas sociedades contemporâneas*, Porto, Edições Afrontamento.
- Pinto, José Madureira, e João Queirós (2010), *Ir e voltar. Sociologia de uma colectividade local do Noroeste Português*, Porto, Afrontamento.

- Pires, Rui Pena (2003), *Migrações e integração. Teoria e aplicações à sociedade portuguesa*, Oeiras, Celta Editora.
- Pires, Rui Pena (2007), "Árvores conceptuais. Uma reconstrução multidimensional dos conceitos de acção e de estrutura", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 53, pp. 11-50.
- Pires, Rui Pena (2012), "O problema da ordem", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 69, pp. 31-45.
- Plumridge, Libby, e Rachel Thomson (2003), "Longitudinal qualitative studies and the reflexive self", *International Journal of Social Research Methodology*, 6(3), pp. 213-222.
- Poirier, Jean, Simone Clapier-Valladon, e Paul Raybaut (1995), *Histórias de vida. Teoria e prática*, Oeiras, Celta Editora.
- Poliak, Claude F. (2002), "Manières profanes de «parler de soi»", *Genèses*, 47, pp. 4-20.
- Porpora, Douglas V., e Wesley Shumar (2010), "Self talk and self reflection. A view from the US", em Margaret S. Archer (org.), *Conversations about reflexivity*, London, Routledge, pp. 206-220.
- Pujadas, Juan José (1992), *El método biográfico. El uso de las historias de vida en ciencias sociales*, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas.
- Queirós, João (2010), "A razão sociológica em campo: excertos de um diário", em José Madureira Pinto, e João Queirós (org.), *Ir e voltar. Sociologia de uma colectividade local do Noroeste Português (1977-2007)*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 64-80.
- Raffel, Stanley (1999), "Revisiting role theory. Roles and the problem of the self", *Sociological Research Online*, 4(2), <<http://www.socresonline.org.uk/4/2/raffel.html>>.
- Ray, Larry J. (1999), *Theorizing classical sociology*, Buckingham, Open University Press.
- Reay, Diane (2004), "It's all becoming a habitus. Beyond the habitual use of habitus in educational research", *British Journal of Sociology of Education*, 25, pp. 431-444.
- Reay, Diane (2005), "Beyond consciousness? The psychic landscape of social class", *Sociology*, 39(5), pp. 911-928.
- Resende, José Manuel (1999), "A construção social do corpo nas sociedades de modernidade tardia. Disposições corporais distintivas e a corporalidade como recurso mobilizado nas relações e trajetórias sociais", *Forum Sociológico*, 1/2, pp. 9-40.
- Resende, José Manuel (2001), "Individualidade, denúncia e modernidade. O sentido de justiça de um professor com a identidade magoada - O caso singular de uma denúncia pública no Estado Novo", *Forum Sociológico*, 5/6, pp. 101-127.
- Resende, José Manuel (2008), *A sociedade contra a escola? A socialização política escolar num contexto de incerteza*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Ritzer, George (1996 [1992]), *Classical sociological theory*, Singapore, McGraw-Hill International Editions.
- Roberts, Brian (2002), *Biographical research*, Buckingham, Open University Press.
- Rodrigues, Eduardo, Barbara Beham, e David Etherington (2011), "Variations in work-life balance satisfaction among service sector employees", em Tanja van der Lippe, Margareta Back-Wiklund, Laura den Dulk, e Anneke Doorne-Huiskes (org.), *Quality of life and work in Europe. Theory, practice and policy*, London, Palgrave, pp. 118-134.
- Rosenberg, Morris (1990), "Reflexivity and emotions", *Social Psychology Quarterly*, 53(1), pp. 3-12.
- Rudd, Peter, e Karen Evans (1998), "Structure and agency in youth transitions. Student experiences of vocational further education", *Journal of Youth Studies*, 1(1), pp. 39-62.
- Santos, Boaventura de Sousa (1991), "Subjectividade, cidadania e emancipação", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 32, pp. 135-191.

- Savage, Mike (2000), *Class analysis and social transformation*, Buckingham, Open University Press.
- Sayer, Andrew (2002), "What are you worth? Why class is an embarrassing subject", *Sociological Research Online*, 7(3), <<http://www.socresonline.org.uk/7/3/sayer.html>>
- Sayer, Andrew (2005a), *The moral significance of class*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Sayer, Andrew (2005b), "Class, moral worth and recognition", *Sociology*, 39(5), pp. 947-963.
- Sayer, Andrew (2009), "Review of *Making our way through the world*", *Journal of Critical Realism*, 8(1), pp. 113-123.
- Sayer, Andrew (2010), "Reflexivity and the habitus", em Margaret S. Archer (org.), *Conversations about reflexivity*, London, Routledge, pp. 108-122.
- Sayer, Andrew (2011), *Why things matter to people. Social science, values and ethical life*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Schutz, Alfred (1972 [1932]), *The phenomenology of the social world*, London, Heinemann.
- Schutz, Alfred (1979 [1970]), *Fenomenologia e relações sociais*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- Scott, John (2004 [1995]), *Sociological theory. Contemporary debates*, Cheltenham, Edward Elgar.
- Sebastião, João (2008), "Famílias, estratégias educativas e percursos escolares", *Sociologia*, 17/18, pp. 281-306.
- Seear, Kate, e Kirsten McLean (2008), "Breaking the silence. The role of emotional labour in qualitative research", em AAVV, *The Australian Sociological Association (TASA) Annual Conference Proceedings*, Melbourne, University of Melbourne.
- Sennett, Richard (2001 [1998]), *A corrosão do carácter. As consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*, Lisboa, Terramar.
- Silva, Augusto Santos (1988), *Entre a razão e o sentido. Durkheim, Weber e a teoria das ciências sociais*, Porto, Edições Afrontamento.
- Simmel, Georg (1982 [1900]), *The philosophy of money*, London, Routledge.
- Simmel, Georg (1997 [1903]), "A metrópole e a vida do espírito", em Carlos Fortuna (org.), *Cidade, cultura e globalização*, Oeiras, Celta Editora, pp. 31-43.
- Simmel, Georg (2004), *Fidelidade e gratidão e outros textos*, Lisboa, Relógio D'Água.
- Simpson, Donald, e Mark Cieslik (2007), "Basic skills and transitions to adulthood", *Young*, 15(4), pp. 395-412.
- Singly, François (1996), *Le soi, le couple et la famille*, Paris, Nathan.
- Skeggs, Beverley (1997), *Formations of class and gender. Becoming respectable*, London, Sage Publications.
- Skeggs, Beverley (2004), *Class, self, culture*, London, Routledge.
- Skeggs, Beverley (2005), "The making of class and gender through visualizing moral subject formation", *Sociology*, 39(5), pp. 965-982.
- Skeggs, Beverley (2009 [2002]), "Techniques for telling the reflexive self", em Tim May (org.), *Qualitative research in action*, London, Sage Publications, pp. 349-374.
- Smart, Carol (2010 [2007]), *Personal life. New directions in sociological thinking*, Cambridge, Polity Press.
- Smith, Greg (2006), *Erving Goffman*, Oxon, Routledge.
- Smith, Louis M. (1998), "Biographical method", em Norman K. Denzin, e Yvonna S. Lincoln (org.), *Strategies of qualitative inquiry*, Thousand Oaks, Sage, pp. 184-224.
- Stones, Rob (2001), "Refusing the realism-structuration divide", *European Journal of Social Theory*, 4(2), pp. 177-197.
- Sweetman, Paul (2003), "Twenty-first century dis-ease? Habitual reflexivity or the reflexive habitus", *The Sociological Review*, 51(4), pp. 528-549.

- Thomas, William Isaac, e Floriam Znaniecki (1984), *The Polish peasant in Europe and America*, Chicago, University of Illinois Press.
- Thomson, Rachel, Robert Bell, Janet Holland, Sheila Henderson, Sheena McGrellis, e Sue Sharpe (2002), "Critical moments. Choice, chance and opportunity in young people's narratives of transition", *Sociology*, 36(2), pp. 335-354.
- Tönnies, Ferdinand (1995 [1889]), "Comunidades e sociedade" e "Vontade essencial e vontade arbitrária", em Manuel Braga da Cruz (org.), *Teorias sociológicas. Os fundadores e os clássicos (Antologia de textos)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 511-528.
- Torres, Anália Cardoso (1996), *Divórcio em Portugal, ditos e Interditos. Uma análise sociológica*, Oeiras, Celta Editora.
- Torres, Anália Cardoso (2002), *Casamento em Portugal. Uma análise sociológica*, Oeiras, Celta Editora.
- Torres, Anália Cardoso (2007), *Vida conjugal e trabalho. Uma perspectiva sociológica*, Oeiras, Celta Editora.
- Torres, Anália Cardoso (2008), "Women, gender and work. The Portuguese case in the context of the European Union", *International Journal of Sociology*, 38(4), pp. 36-56.
- Torronen, Jukka, e Antti Maunu (2009), "Reflexive self-talk and situated freedom in the context of sociability. An analysis of transgressive drinking in the diaries of young Finnish adults", *European Societies*, 11(3), pp. 431-450.
- Tsekeris, Charalambos (2010), "Reflections on reflexivity: Sociological issues and perspectives", *Contemporary Issues*, 3(1), pp. 28-37.
- Tsekeris, Charalambos, e Nicos Katrivesis (2008), "Reflexivity in sociological theory and social action", *Facta Universitatis, Series: Philosophy, Sociology, Psychology and History*, 7(1), pp. 1-12.
- Turner, Jonathan H. (2007), *Human emotions. A sociological theory*, London, Routledge.
- Turner, Jonathan H., e Jan E. Stets (2007 [2005]), *The sociology of emotions*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Turner, Jonathan H., Leonard Beeghley, e Charles H. Powers (2001), *The emergence of sociological theory*, Belmont, Wadsworth.
- Vandenbergh, Frédéric (2005), "Book review: The Archers. A tale of folk (final episode?)", *European Journal of Social Theory*, 8(2), pp. 227-237.
- Vandenbergh, Frédéric (2010), "Pragmatism and hermeneutic reflections on the internal conversations that we are", em Margaret S. Archer (org.), *Conversations about reflexivity*, London, Routledge, pp. 55-74.
- Velho, Gilberto (1986), *Subjetividade e sociedade. Uma experiência de geração*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Velho, Gilberto (1987 [1981]), *Individualismo e cultura: Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- Velho, Gilberto (1994), *Projeto e metamorfose. Antropologia das sociedades complexas*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- Wacquant, Loïc J. D. (2007 [1992]), "Toward a social praxeology: the structure and logic of Bourdieu's sociology", em Pierre Bourdieu, e Loic J. D. Wacquant (org.), *An invitation to reflexive sociology*, Cambridge, Polity Press, pp. 1-59.
- Walkerdine, Valerie, Helen Lucey, e June Melody (2009 [2002]), "Subjectivity and qualitative method", em Tim May (org.), *Qualitative research in action*, London, Sage Publications, pp. 179-196.
- Walsh, David. F. (1998), "Structure/Agency", em Chris Jenks (org.), *Core sociological dichotomies*, London, Sage Publications, pp. 8-33.

- Warren, Carol A. B., Tori Barnes-Brus, Heather Burgess, Lori Wiebold-Lippisch, com Jennifer Hackney, Geoffrey Harkness, Vickie Kennedy, Robert Dingwall, Paul C. Rosenblatt, Ann Ryen e Roger Shuy (2003), "After the interview", *Qualitative Sociology*, 26(1), pp. 93-110.
- Waters, Malcom (2000 [1994]), *Modern sociological theory*, London, Sage Publication.
- Weber, Max (1995 [1922]), "Conceitos fundamentais de sociologia", em Manuel Braga da Cruz (org.), *Teorias sociológicas. Os fundadores e os clássicos (Antologia de textos)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 583-602.
- Weber, Max (2005 [1905]), *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, Lisboa, Editorial Presença.
- Weber, Max (2006 [1922]), *Économie et société*, Paris, Pocket.
- Wengraf, Tom (2001), *Qualitative research interviewing. Biographic narrative and semi-structured methods*, London, Sage Publications.
- Wiley, Norbert (1994), *The semiotic self*, Chicago, University of Chicago Press.
- Wiley, Norbert (2006), "Inner speech as a language. A saussurean inquiry", *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 36(3), pp. 319-341.
- Wiley, Norbert (2010), "Inner speech and agency", em Margaret S. Archer (org.), *Conversations about reflexivity*, London, Routledge, pp. 17-38.
- Zerubavel, Eviatar (1999 [1997]), *Social mindscapes. An invitation to cognitive sociology*, Cambridge, Harvard University Press.

ANEXOS

Anexo A: Guião de entrevista

Gostaria que começasse por se apresentar... (idade, onde nasceu, onde e com quem vive, situação conjugal, escolaridade, profissão, filhos)

BLOCO A: Biografia

A1. FAMÍLIA

Podemos começar pela família.

Pode falar-me sobre os seus **avós**...

- Teve contacto com eles? Em que fase da sua vida?
- Qual a naturalidade e ano de nascimento?
- Qual a escolaridade e profissão?
- Que importância tiveram na sua vida?
- Têm/tiveram uma relação próxima com os seus pais?

Passamos agora para os seus **pais**...

- Qual a idade e naturalidade?
- Qual o percurso geográfico (residencial)?
- Qual a escolaridade?
- Qual a condição perante o trabalho?
- Qual o percurso profissional?
- Quer falar-me um pouco da sua história de vida com os seus pais? Como foi crescer com eles?
- Dá-se bem com os seus pais? A vossa relação foi mudando ao longo do tempo? Mudou em quê? Gostava que fosse/tivesse sido diferente?
- Concorda com a educação que os seus pais lhe deram?
- Tem pareças, em termos de personalidade, com os seus pais? Em quê? E diferenças?
- Tiveram/têm divergências? Em relação a quê?
- Recorda-se de episódios ou momentos que a/o marcaram muito na vivência com os seus pais? Em que sentido?
- Que recordações guarda da sua infância e adolescência? Foram períodos felizes?
- Concorda com as opções que os seus pais foram tomando nessa altura?
- Que importância têm os seus pais na sua vida actual?

E em relação aos seus **irmãos**...

- Qual a idade e naturalidade?
- Qual o percurso geográfico (residencial)?
- Qual a escolaridade?
- Qual a condição perante o trabalho?
- Qual o percurso profissional?
- Quer falar-me um pouco da sua história de vida com os seus irmãos? Como foi quando nasceram?/Como foi quando nasceu?
- Considera terem tido a mesma educação por parte dos seus pais?

- Tiveram as mesmas oportunidades?
- Dá-se bem com os seus irmãos? A vossa relação foi mudando ao longo do tempo? Porquê? Mudou em quê? Gostava que fosse/tivesse sido diferente? Tem uma relação diferente com cada irmão?
- Tem pareenças, em termos de personalidade, com os seus irmãos? Em quê? Porquê? E diferenças?
- Tiveram/têm divergências? Em relação a quê?
- Recorda-se de episódios ou momentos que o marcaram muito na vivência com os seus irmãos? Em que sentido?
- Que importância têm os seus irmãos na sua vida actual?

Pensando **noutros familiares** (como tios/as, primos/as, padrinhos/madrinhas ou outros) com quem tenha tido mais contacto, ou que tenham tido importância particular na sua vida:

- Qual o percurso geográfico (residencial)?
- Qual a escolaridade?
- Qual a condição perante o trabalho?
- Qual o percurso profissional?
- Têm/tiveram um bom relacionamento? Encontram-se com frequência?
- Que importância têm/tiveram na sua vida?

Ainda em relação à família, gostaria que me falasse do seu **cônjuge** (actual e anteriores)...

- Qual a idade e naturalidade?
- Qual o percurso geográfico (residencial)?
- Qual a escolaridade?
- Qual a condição perante o trabalho?
- Qual o percurso profissional?
- Quer falar-me um pouco dessa relação? Quando e como se conheceram? Em que contexto? O que contribuiu para que se aproximassem? O que pensou na altura?
- Têm muita coisa em comum? O quê? Isso é importante?
- A vossa relação foi mudando ao longo do tempo? Mudou em quê? Gostava que fosse/tivesse sido diferente?
- Têm divergências? Em relação a quê?
- Concorda com as opções que o seu cônjuge tem vindo a tomar? Discutem-nas em conjunto?
- *(Em caso de divórcio)* O que o levou a tomar essa decisão? Foi uma decisão consensual? Passou muito tempo a pensar nisso? E a falar? Com quem? Que impacto teve na sua vida?
- *(Em caso de viuvez)* Que impacto teve na sua vida? O que pensou na altura? Como encara hoje essa situação?

Quanto aos seus **filhos**...

- Qual a idade e naturalidade?
- Qual a escolaridade?
- Qual a condição perante o trabalho?
- Qual o percurso profissional?

- Fazia parte dos seus planos ter filhos? Passou muito tempo a pensar nisso? Foi uma decisão partilhada com o cônjuge? Falavam muito sobre isso? O que o levou a tomar essa decisão? Falou com outras pessoas?
- Está de acordo com o cônjuge em relação à educação que dão/deram aos filhos? Têm divergências a esse respeito? Em relação a quê? O que é partilhado? Alguma influência dos avós ou de outros familiares?
- Falam muito sobre os filhos? Sobre o quê?
- Tem um bom relacionamento com os seus filhos? Falam e encontram-se frequentemente? A vossa relação foi mudando ao longo do tempo? Porquê? Mudou em quê? Gostava que fosse/tivesse sido diferente? Tem uma relação diferente com cada filho?
- São parecidos consigo? Em quê? Isso satisfá-lo?
- Passa muito tempo a pensar nos seus filhos e na relação que tem com eles?

A2. ESCOLA

Gostava que me falasse agora do que foi o seu percurso escolar.

- Qual é a sua escolaridade?

Comecemos pelo **ensino primário**...

- Em que escola andou? Era pública ou privada?
- Tem lembranças dessa altura?
- Gostava da escola? Do que gostava? Do que não gostava?
- Aprendia com facilidade? Era bom aluno?
- Gostava dos professores?
- Relacionava-se bem com os seus colegas?
- Os seus pais acompanhavam-no na escola? Como?

A partir do **5º ano** de escolaridade (2º ciclo do ensino básico)...

- Em que escolas andou? Participou na decisão das escolas que frequentou?
- A sua relação com a escola mudou ou manteve-se a mesma? Ganhou/Perdeu interesse ou motivação? Em quê? Porquê?
- Gostava da escola? Do que gostava? Do que não gostava?
- Gostava dos professores?
- Relacionava-se bem com os seus colegas?
- Aprendia com facilidade?
- Que resultados escolares obtinha? Ficava satisfeito?
- Passava muito tempo a estudar?
- Alguma vez teve explicações? Por iniciativa de quem?
- Os seus pais acompanhavam-no na escola? Como?
- Que opções tomou relativamente a áreas de estudo? Porquê? Os seus pais ou amigos tiveram influência nessas decisões?
- Que momentos mais o marcaram do seu percurso escolar? E que pessoas?
- O que aprendeu de mais importante, que mais valorize hoje em dia?

Falando agora no **ensino superior**...

- Que curso/instituição escolheu?
- Em que ano entrou? Entrou na 1ª opção?
- Por que motivos escolheu o curso/instituição?
- Ficou satisfeito com a sua opção? O que mais pesou na sua decisão? Passou muito tempo a pensar nela? Consultou outras pessoas para tomar uma decisão? Que importância tiveram os familiares e os amigos?
- *(No caso de ser deslocado)* Como foi sair de casa dos pais? A adaptação foi fácil ou houve momentos mais complicados? Como se sentiu? Quem o apoiou mais nesses momentos?
- Quem suportou as despesas associadas à frequência do ensino superior?
- Como foi/está a ser a experiência?
- Tem/teve um percurso continuado ou houve alguma interrupção?
- Gostou do curso? (professores, conteúdos, avaliação...) Do que gostava? Do que não gostava?
- A sua relação com a escola mudou? Passou a ter mais/menos interesse e motivação?
- Teve um bom relacionamento com os docentes?
- E com os colegas? Eram também seus amigos? Passavam muito tempo juntos? O que faziam?
- Aprendia com facilidade?
- Que resultados escolares obtinha? Ficava satisfeito?
- Passava muito tempo a estudar?
- Alguma vez teve explicações? Por iniciativa de quem?
- Os seus pais acompanharam-no nesse período?
- Que momentos mais o marcaram do seu percurso? E que pessoas?
- O que aprendeu de mais importante, que mais valorize hoje em dia?
- Se pudesse voltar atrás mudaria alguma coisa?

A3. TRABALHO

Passamos agora para a esfera do trabalho...

- Trabalha ou já trabalhou?
- Começou a trabalhar com que idade?
- Como conseguiu o seu primeiro trabalho?
- Foi trabalhador-estudante?
- Começou a trabalhar logo a seguir aos estudos?
- Gostava que me falasse das actividades profissionais que já desempenhou. O que fazia? Onde trabalhava? Por conta de outrem/por conta própria?
- Gostou de todas as actividades que desempenhou?
- O que o levou a mudar de actividade profissional?
- Do que gosta/va mais no trabalho? Do que gosta/va menos? Porquê?
- Que importância tem tido o trabalho na sua vida? Sente-se realizado profissionalmente?
- Dá-se/deu-se bem com os seus colegas? São também amigos?
- Que momentos mais o marcaram do seu percurso profissional? E que pessoas?
- Se pudesse voltar atrás mudaria alguma coisa?
- *(Em caso de reforma)* Há quanto tempo se reformou? Era desejada? Que impacto teve na sua vida? Como se sente agora?

A4. SOCIABILIDADES E LAZERES

Por fim, gostava que me falasse das suas amizades e dos seus tempos de lazer...

Começando pelos seus **amigos**...

- Quem são os seus amigos neste momento? (idade, escolaridade, profissão, residência)
- Quando e como se conheceram?
- O que levou a que ficassem amigos?
- Têm coisas em comum? O quê? Isso é importante?
- Que tipo de relação têm (proximidade)? Falam muito? Sobre o quê?
- Encontram-se com frequência? O que fazem?
- Utilizam telefone, telemóvel, internet (email, chat, redes sociais) para falarem?
- Fala habitualmente com eles sobre as suas preocupações? As suas opiniões são importantes para si?
- O seu grupo de amigos tem vindo a mudar? (explorar evolução)
- Que importância têm na sua vida?

Quanto a **relacionamentos amorosos**...

- Que relações teve?
- Em que alturas da sua vida?
- Como se conheceram?
- Qual a idade, escolaridade, profissão, residência?
- Têm/Tinham muita coisa em comum?
- O que fazem/faziam juntos?
- Têm/tinham um bom relacionamento?
- Qual a duração das relações em que esteve? Quando terminaram a relação? Por que motivos?
- Que impacto tiveram essas rupturas amorosas na sua vida? Como se sentiu?
- Que importância tiveram essas pessoas e essas relações na sua vida? Mudaram-no de alguma forma?

Relativamente ao seu tempo de **lazer**...

- Tem muito tempo livre?
- O que costuma fazer no seu tempo livre? Tem actividades que faz habitualmente? Que actividades? Com quem? Onde? Porquê?
- Desenvolve actividades culturais (leitura, escrita, música, fotografia, televisão, rádio, internet, cinema, teatro, museus, dança...)?
- Tem facilidade em utilizar o computador? E a Internet? Com que frequência o faz? Quando foi a primeira vez que utilizou/teve um computador?
- Tem actividades desportivas? Quais?
- Sai frequentemente com amigos ou família? O que fazem nessas ocasiões?
- Viaja frequentemente? Com quem? Costuma sair nas férias?
- Tem ou já teve actividades associativas?
- Tem ou já teve actividades políticas?
- Alguma vez fez voluntariado?

- Desenvolve ou já desenvolveu actividades religiosas?
- Tem outras actividades?
- Quando começou essa actividade? Porque a faz? *Explicitar parâmetros da prática*
- Quanto tempo dedica a cada actividade?

A5. AVALIAÇÃO

- De tudo o que descreveu, quais foram os acontecimentos mais importantes na sua vida, aqueles que mais contribuíram para que seja como é hoje?
- E que pessoas mais contribuíram?
- Quais as decisões mais importantes que teve de tomar na sua vida? Lembra-se do que pensou na altura? Com quem falou? O que ponderou? O que foi decisivo para tomar essa decisão? Como avalia agora essas opções? (*explorar diferentes esferas de vida*)
- Houve decisões que ficaram por tomar, que gostaria de ter tomado?
- Pensando no seu percurso de vida até hoje, mudava alguma coisa? O quê? Porquê?
- As diferentes esferas da sua vida têm-se articulado harmoniosamente ou existem conflitos entre elas?
- Dedica habitualmente o mesmo tempo a pensar sobre assuntos de cada uma dessas esferas? É igualmente ponderado relativamente a cada uma delas ou é mais impulsivo numas do que noutras?
- Quais são as suas principais preocupações actualmente? Essas preocupações têm sido sempre as mesmas ou têm vindo a mudar? Articulam-se harmoniosamente? Passa algum tempo a pensar no que fazer à luz dessas preocupações?
- Que áreas da sua vida têm mais importância para si neste momento? Porquê?
- Tem projectos de futuro? (*explorar desejos, aspirações, expectativas, objectivos, planos nos vários domínios de vida*) A situação económica do país afectou os seus projectos?
- Passa muito tempo a pensar nas suas preocupações e nos seus projectos ou evita pensar em determinadas coisas? Que coisas? O que faz? Faz um esforço?

BLOCO B: Quotidiano

- Gostava que me falasse do seu dia-a-dia... Por exemplo, o dia de ontem foi um dia comum, semelhante ao que é habitualmente o seu quotidiano? Podia descrever-mo? (*explorar rotinas, protagonistas, mas também crises e rupturas*)

- Tem rotinas que mantêm todos os dias (acordar, deitar, refeições, tarefas domésticas, actividades de lazer)? Quanto tempo dedica a cada uma dessas actividades?
- Sente-se bem com essas rotinas? Gostaria de organizar o seu tempo de outra forma?
- O que foge mais habitualmente a essas rotinas?
- Quando surge uma situação inesperada no seu dia-a-dia, como reage? O que faz?
- Passa muito tempo a pensar no que tem de fazer no seu dia-a-dia? Em que pensa? Porquê? Partilha esses pensamentos com alguém? Faz algum tipo de planificação? *Pedir exemplos*
- Há actividades no seu dia-a-dia que faz de forma menos consciente/mais automática, sem pensar no que está a fazer? Quais? Porquê? Isso ocorre frequentemente? *Pedir exemplos*
- O seu quotidiano hoje é muito diferente do que era anteriormente?

BLOCO C: Reflexividade (dimensões)

C1. Conversas internas

- Considera ser uma pessoa pensativa/reflexiva/introspectiva? Pensa muito para si mesmo/a sobre aquilo que lhe acontece na vida, sobre as suas preocupações, opções, decisões, relação com os outros? *Pedir exemplos*
- Pensa habitualmente sobre estas actividades? Com que frequência? Em que contextos? Mais frequentemente sozinho/a ou acompanhado/a? Tem sido sempre assim? Tem mudado ao longo da sua vida? Porque o faz/não o faz? *Pedir exemplos*
 - Planear (do dia, da semana, tarefas, actividades);
 - Ensaiar (praticar o que se vai dizer ou fazer);
 - Ponderar (pensar num problema, situação ou relacionamento);
 - Decidir (definir o que fazer);
 - Reviver (um evento, um período ou uma relação);
 - Estabelecer prioridades (definir o que assume maior importância);
 - Imaginar (o futuro);
 - Clarificar (perceber o que se pensa sobre determinado assunto, pessoa ou problema);
 - Estabelecer conversas imaginárias (mantidas com pessoas conhecidas ou desconhecidas);
 - Orçamentar/calcular (estimar se é possível fazer determinada coisa em termos de dinheiro, tempo ou esforço).
- Considera que a sua forma de pensar tem consequências no modo como age? Como? Porquê? Em que contextos? *Pedir exemplos*
- Consegue identificar semelhanças com família e amigos relativamente à forma de pensar sobre as coisas e na forma de agir?

C2. Reflexividade discursiva

a) Discurso oral

- Tem por hábito conversar com outras pessoas sobre aquilo que pensa (*remeter para lista de actividades*)? Que tópicos? Com que frequência? Com quem? Em que contextos? Porque o faz/ não o faz? Foi sempre assim ou tem mudado ao longo da sua vida? *Pedir exemplos*
- Conversa com outras pessoas para decidir o que fazer em determinada situação? Fá-lo frequentemente? Com quem? Porquê? De igual forma para todas as esferas de vida? *Pedir exemplos*
- Quando está com outras pessoas pensa frequentemente no que dizer e fazer nesse contexto? Depende das pessoas com quem está? Em que contextos? Porquê? *Pedir exemplos*
- Existem diferenças entre aquilo que pensa para si mesmo/a e a forma como o verbaliza quando está na presença de outras pessoas? *Pedir exemplos*
- Pensa de determinada forma e depois não consegue agir em consonância? Em que contextos? Porquê? *Pedir exemplos*
- Há situações em que age de uma determinada forma porque acha que as outras pessoas esperam que o faça, mas na sua mente gostaria de ter agido de outra forma? Que tipo de situações? Com que pessoas? Porquê? *Pedir exemplos*
- Faz algum esforço para não demonstrar o que sente ou pensa? Em que contextos? Porquê? *Pedir exemplos*
- Consegue identificar semelhanças com família e amigos a esse respeito, mas também na forma como se relaciona com outras pessoas?
- Alguma vez consultou psicólogo/psiquiatra ou fez algum tipo de terapia/psicanálise? Se sim, porque o fez e como foi essa experiência? Se não, nunca sentiu essa necessidade? Conhece alguém que o tenha feito?
- Em alguma outra circunstância teve de falar sobre si mesmo/a e sobre a sua vida?

b) Discurso escrito

- Tem por hábito escrever (em diferentes esferas de vida: família, trabalho, lazer...)? Com que frequência? Porque o faz/não o faz? Em que contextos? Tem sido sempre assim? Tem mudado ao longo da sua vida? *Pedir exemplos*
 - Diário/Blog/Site pessoal (Privado ou partilhado? Quem tem acesso? Que tipo de informação tem?)
 - Agenda (Tem uma todos os anos? Que tipo de informação lá coloca? Usa um calendário?)

- Poemas/canções/prosa literária (Privado ou compartilhado? Quem tem acesso? Que tipo de informação tem?)
- Emails/SMS/Outra correspondência (Com quem?)
- Conversas virtuais (Com quem? Em que plataforma?)
- Listas (Do que fazer, do que dizer, do que comprar, do que levar em viagem)
- Itinerários (Planeamento de viagens)
- Bilhetes/Recados (Para quem? Que conteúdos?)
- Lembretes (Para se lembrar do quê?)
- Finanças/Contabilidade (Quem as faz?)

Pedir documentos/referências (diários, sites, agenda, escrita, listas...)

Anexo B: Retratos sociológicos do perfil de reflexividade auto-referencial

Marta: “Ter poder é uma coisa muito complicada”

Marta tem 48 anos, nasceu em Almada, onde ainda reside, tem dois filhos, de 13 e 17 anos e tem como actividade profissional principal a docência universitária. Caracteriza a sua personalidade recorrendo a traços similares aos de Rita: considera ser uma pessoa determinada, organizada, independente, trabalhadora, prudente e obsessiva. Os dois casos são, aliás, muito semelhantes no que diz respeito aos seus modos de reflexividade, embora os contextos de vida de Marta sejam substancialmente diferentes dos de Rita.

Marta nasceu no seio de uma família de classe média, com qualificações formais intermédias e com algum poder económico. A mãe estudou até ao 6º ano e trabalhou como costureira até ao casamento, altura em que ficou em casa para cuidar da família. O pai, oriundo de Silves, falecido há 10 anos, completou o curso comercial e tinha uma pequena empresa de exportação de cortiça. Marta vivia com os pais e com os avós maternos, até estes falecerem. A avó era doméstica, o avô era carpinteiro naval e ambos tinham o ensino primário. O contacto com estes avós foi, por isso, muito próximo e desempenhou um papel importante na sua formação. Foi com o avô que aprendeu a ler, antes de ingressar na escola. A avó, por outro lado, compensava algumas falhas que Marta considera terem existido desde sempre na relação com a mãe.

Um dos elementos recorrentes ao longo das duas sessões de entrevista aponta precisamente para o relacionamento difícil com a mãe. Desde muito nova que gostava que a mãe demonstrasse mais afectividade, não fosse tão crítica e que não procurasse, mesmo que de forma não consciente, compensar essas falhas com a aquisição de brinquedos ou daquilo que Marta solicitasse.

A relação com a minha mãe de facto não era tão boa assim (...) Com a minha mãe era e é um registo muito mais funcional, é uma coisa muito na lógica do prático (...) Acho que apesar de tudo, com o passar dos anos, a relação com a minha mãe melhorou nalguns aspectos. Nunca foi assim uma relação muito afectiva (...) Não quer dizer que não fosse uma relação preocupada.

Com o pai, por outro lado, manteve sempre uma relação de cumplicidade e proximidade. Marta define-o como sendo um autodidacta, com grande vontade de conhecer e compreender aquilo que o rodeava, apesar de não ter tido oportunidade de prosseguir os estudos. Não sendo também um relacionamento de grande afectividade, encontrava nessa ligação com o pai abertura, compreensão, incentivo e estímulo.

Definitivamente o meu pai. No sentido de ser uma pessoa que sempre viu muito mais para além daquilo que estava à frente da vista, digamos assim. E sempre foi uma pessoa que soube acompanhar-me de uma forma muito construtiva, seja no sentido de me incentivar a certos projectos, não me incentivar a outros, de me dar muitas ferramentas para que eu pudesse ser mais autónoma e mais preparada.

Marta tem um irmão seis anos mais novo, que trabalha por conta própria como realizador e produtor de cinema. Frequentou o ensino superior nessa área, abandonou e recentemente voltou a ingressar num curso superior similar. A relação com o irmão foi sempre difícil e distante, marcada por alguma competitividade. Para esta disputa terá contribuído o facto de, em criança e adolescente, dormirem ambos na sala, não tendo um quarto próprio em casa. Esse é, aliás, outro dos motivos de desilusão e irritação de Marta face à mãe, que mantinha uma sala de jantar que era apenas utilizada uma vez por ano, recusando-se a transformá-la em quarto: “era um desrespeito à minha pessoa”. Considera que apesar de lhes terem sido proporcionadas as mesmas oportunidades de vida, no contexto familiar, o irmão não as aproveitou da melhor forma, tendo um percurso mais errático. Marta considera ser mais ponderada e organizada que o irmão, o que explica, em parte, as suas divergências e diferenças de percurso.

Os valores globais são os mesmos, mas a maneira de estar é completamente diferente. Por exemplo, eu sou como o meu pai, que dizia: “nós só devemos esticar o pé à medida do lençol”. O meu irmão é capaz de esticar o pé para lá do lençol.

Com outros familiares, como tios e primos, Marta tem tido uma relação relativamente próxima, do ponto de vista das reuniões familiares

e do contacto que vão mantendo: “crescemos sempre assim numa espécie de clã, tipo daquelas famílias italianas, muito barulhentas”.

Este contexto familiar de grande proximidade física, mas de algum distanciamento emocional, contribuiu para que Marta sentisse particular necessidade de se autonomizar: “eu habituei-me a crescer assim, a contar comigo”. A autonomia era, aliás, estimulada de forma mais ou menos directa. Aos 16 anos Marta começou a trabalhar como administrativa na empresa do pai para ter dinheiro para as suas despesas. Trabalhou, por períodos diferenciados a tempo parcial e a tempo inteiro, até ao último ano da licenciatura. Ganhava habitualmente menos do que os outros funcionários “porque o meu pai achava que eu tinha que dar o exemplo. (...) ele achava que eu tinha que gerir o meu dinheiro”.

Foi com a remuneração deste trabalho que Marta pagou as propinas numa universidade privada, quando ingressou na licenciatura de Psicologia.

Eu sempre gostei muito de fazer esta gestão porque eu sou muito independente, sempre fui. E como me habituei desde muito cedo a gerir o meu dinheiro e a gerir as coisas de uma forma muito coerente, organizada, foi fácil. E ao mesmo tempo isso também me responsabilizava, portanto, eu sentia que aquilo era um duplo investimento: eu trabalhava, mas o meu dinheiro servia para eu fazer qualquer coisa para mim.

O seu percurso escolar até à entrada no ensino superior está também marcado por este grau de autonomia, bem como pelo interesse, investimento e dedicação ao estudo.

Sempre gostei da escola. Gostava muito de andar na escola, dos colegas, dos trabalhos. Tenho excelentes recordações do meu percurso escolar. (...) Era super organizada. (...) Eu sempre tratei de tudo sozinha: matrículas, papéis, tudo o que era preciso. Os meus pais só assinavam os papéis.

Quando frequentava a licenciatura de Psicologia conheceu o seu ex-marido, que estudava no mesmo curso e instituição. Casaram após a conclusão da licenciatura e decidiram mudar-se dois anos depois para Londres para prosseguirem os estudos na mesma área de formação: Marta iniciou o mestrado e o marido o doutoramento. Antes dessa mudança trabalhou em psicologia clínica e num projecto de intervenção social, de

luta contra a pobreza. Durante os primeiros dois anos em Inglaterra, Marta foi sustentada financeiramente pelo pai, que considerou tratar-se de um bom investimento para a sua educação. Após a conclusão do mestrado, continuou para o doutoramento e conseguiu uma bolsa de estudo que lhe permitiu financiar a sua estadia em Londres.

A relação que tinha com o ex-marido representou, em grande medida, uma estratégia de afastamento dos padrões do seu contexto familiar e de reforço da sua autonomia.

Era uma coisa um bocadinho formatada, isto é, o pessoal crescia, estudava, fazia a faculdade, casava, tinha filhos e pronto. (...) E eu estava numa de uma coisa um bocadinho diferente. Portanto, este namorado era uma coisa diferente porque era um tipo já na altura muito viajado (...) tinha uma visão das coisas muito diferente do contexto onde eu estava. (...) Era uma coisa que a mim me preenchia muito. Eu gosto muito de saber, gosto muito de conhecer e, portanto, aquilo para mim era uma lufada de ar fresco.

Por outro lado, a atitude de Marta a este respeito era ambivalente, na medida em que o padrão do qual se procurava distanciar tinha sido interiorizado ao longo da sua socialização. O que significa que, ao mesmo tempo que lutava pelo afastamento, sentia alguma pressão (interna e externa) para corresponder às expectativas da família.

Ele tinha um bocadinho esta inquietude (...) e para mim, por um lado, era uma coisa boa porque dava-me um certo impulso para ver coisas, para conhecer e para viajar. Por outro, havia aquela parte de mim que queria corresponder ao formato, não é? Que aquilo que era bom era casar, ter muito filhinhos, ter a casinha, ter não sei quê e ter aquelas coisas todas que mandava o figurino.

Marta acabou por casar e, já a residir em Londres, teve dois filhos. Quando o filho mais velho tinha dois anos, Marta, que estava grávida de cinco meses e que se encontrava no último ano do doutoramento, descobriu que o marido mantinha um relacionamento, via internet, com uma mulher por quem se tinha apaixonado numa conferência internacional. Face a esta situação, Marta não quis continuar no casamento, mas viu-se forçada a permanecer com ele, na mesma casa, até ao

nascimento da filha e até resolver questões relacionadas com o doutoramento.

A partir do momento em que nos separámos, as coisas complicaram-se muito. Eu estava no meio de uma situação absolutamente esquizofrénica, a viver com uma pessoa que estava a comunicar com outra de dia e de noite por email, estava grávida, fora do país e sem família ao pé.

Esta decisão vai ao encontro do que Marta considerou ser mais razoável e racional, embora emocionalmente tenha sido uma experiência devastadora. Apesar do sofrimento causado por esta situação, não quis colocar em causa o seu doutoramento e prejudicar de alguma forma a gravidez. Manteve, portanto, os mesmos princípios e objectivos pessoais, bem como a valorização da sua autonomia na resposta reflexiva a uma situação de crise, mesmo que isso implicasse ultrapassar um conjunto significativo de dificuldades quotidianas: “foi muito duro, mas temos que fazer, temos que nos reorganizar e temos que andar”. A este nível, considera que o trabalho na tese que estava a elaborar assumiu uma “função terapêutica”, mantendo-a ocupada e forçando-a a reorganizar a sua vida: “era preciso fazer, estava mesmo na recta final e, portanto, tinha que fazer esse esforço adicional para conseguir”.

Em Julho de 1998, quatro meses após o nascimento da filha, regressou a Portugal. Três meses depois começou a trabalhar como docente universitária numa instituição privada, contexto onde anda hoje se mantém e onde tem também desenvolvido investigação na área da psicologia. Na mesma altura em que retomou a sua actividade profissional, o pai adoeceu com cancro, e dois meses depois, em Dezembro, entregou a tese de doutoramento. Face a todas as dificuldades e problemas que enfrentou neste período da sua vida, Marta sentiu necessidade de apoio profissional e iniciou sessões de psicoterapia, que se prolongaram por 10 anos. Apesar de este contexto de vida ser marcado por muito sofrimento, considera ter retirado aprendizagens da sua experiência, nomeadamente a tornar-se mais forte e resiliente no modo como lida com dificuldades.

Dois anos depois concluiu o processo de divórcio e no ano seguinte o pai acabou por falecer, o que teve um impacto profundo em Marta, que considera que não “fez ainda o luto”. Apesar de ser uma situação esperada, devido à doença de que o pai sofria há alguns anos, revela ter sentimentos

ambivalentes: “É outra reorganização em termos cognitivos. É difícil, é assim um misto de revolta e de conformismo”. A sua resposta a este momento difícil da sua vida foi, mais uma vez, dedicar-se às tarefas que tinha em mãos, ao trabalho e ao cuidado dos filhos: “entretanto fui-me ocupando com coisas, fui gerindo”. O adiamento do luto a que se refere está relacionado com o esforço que faz para não pensar muito na situação. Manifesta-se também em algumas particularidades, como seja o facto de não ter fotografias do pai expostas pela casa, embora tenha várias que retratam a mãe.

A morte do pai coincidiu com o início de um novo relacionamento amoroso, com o actual companheiro, o que actuou, num certo sentido, como “atenuante para lidar com a perda”. Conheceu-o por trabalharem na mesma universidade e sentiu-se atraída pelo facto de ele representar, de certa forma, o contrário daquilo que a tinha motivado na relação com o ex-marido.

Na altura também estava numa fase em que precisava um pouco do oposto do que eu tinha tido, portanto, aquele metro acima do chão. Precisava de alguém que estivesse com os pés no chão, que fosse mais contentor e que tivesse um pouco esta função na minha vida, esta atitude, mais contentora, mais de protecção.

É 13 anos mais velho que Marta, é doutorado em Ciências do Desporto e trabalha também como professor universitário. Considera ter agora uma relação amorosa “mais vivida”, “mais normativa”, com maior estabilidade. Contudo, ressentia-se da participação que o companheiro tem na vida dos seus filhos, na medida em que este assume uma postura um pouco ambivalente. Por um lado, participa nas suas vidas numa base quotidiana e desenvolveu uma relação de amizade e proximidade com eles; por outro, não assume responsabilidades na tomada de decisão sobre aspectos da sua educação. Marta sente que recai nela toda a responsabilidade associada aos filhos, já que o ex-marido permaneceu em Londres após a separação e tem mantido uma relação errática e esporádica com os filhos.

Ter filhos tem que ser um projecto comum e nestas circunstâncias não é. É um projecto que se acompanha (...) mas não é um projecto comum e isso é muito difícil de gerir para mim.

Com os filhos, de 13 e 17 anos, tem uma relação de grande proximidade e cumplicidade.

Lamenta não ter mais tempo para lhes dedicar, mas procura acompanhá-los em todas as suas actividades e interesses pessoais. Considera ser uma mãe controladora, pelo receio que tem relativamente à segurança de ambos. Esta atitude acaba por torná-los, na sua opinião, mais dependentes e pouco autónomos, o que a deixa preocupada com o seu desenvolvimento emocional e com o seu futuro académico e profissional. Preocupa-se, em particular, com o facto de o filho mais velho estar a passar por uma fase difícil em termos de integração em redes de sociabilidade, revelando uma baixa auto-estima e questionando permanentemente a relação distanciada com o pai. Marta procura apoiá-lo e não condicioná-lo na imagem que ele tem do pai.

As suas principais preocupações de vida direccionam-se precisamente para os filhos e para o seu futuro. As inquietações de Marta enquadram-se no conjunto de preocupações sociais que tem relativamente à evolução da sociedade portuguesa, nomeadamente em termos de acesso ao emprego e no que diz respeito aos relacionamentos interpessoais, que considera serem cada vez mais mediados virtualmente.

Relativamente ao seu próprio futuro, os seus planos direccionam-se sobretudo para a esfera profissional. Tem por projecto principal mudar de contexto de trabalho. Tem vindo a tentar a integração noutras instituições universitárias, mas não surgiu ainda essa oportunidade. Gostaria que a docência tivesse um peso menor na carreira académica, de modo a poder dedicar-se àquilo em que mais aprecia trabalhar: investigação. Paralelamente, procura manter a actividade de consulta psicológica na clínica de uma amiga, pela possibilidade que lhe confere de “ajudar os outros”.

Mantém também como desejo dedicar mais tempo aos amigos e principalmente ao lazer. Na adolescência fez teatro e começou a desenvolver um interesse especial por pequenos trabalhos de artes decorativas e costura. Para além disso, Marta destaca a leitura e as viagens como actividades que gostaria de levar a cabo mais frequentemente. Revela também a vontade de investir em formações de outras áreas, para complementar os seus conhecimentos, a nível profissional, mas também pessoal. O seu quotidiano preenchido não lhe permite ter tempo, pelo menos na sua fase actual de vida, para se dedicar a estas ambições, bem como às suas relações de amizade. Tem um grupo vasto de

amigos, de diferentes contextos e períodos de vida, com quem partilha, de forma diferenciada, as suas preocupações e que vão acompanhando a evolução do seu percurso.

O modo como a sua vida está estruturada torna difícil, pelo menos a curto-médio prazo concretizar estes desejos. Marta tem vindo, contudo, a fazer um esforço para organizar de forma diferente as suas prioridades, de modo a criar espaço para outras actividades. Inicialmente, quando começou a relegar certas tarefas para serem levadas a cabo noutros momentos do dia ou mesmo para o dia seguinte, sentia-se culpada por não estar a agir como habitualmente.

Sou muito obsessiva, se for uma coisa muito importante, não sou capaz de deixar. Mas se for uma coisa... isso é uma coisa que eu fui aprendendo com a idade: a relativizar as coisas, a perceber aquilo que era realmente fundamental naquele dia, naquela hora.

É neste sentido que manifesta insatisfação quanto à rigidez das rotinas quotidianas, que torna difícil imaginar formas alternativas de organização do tempo. Apesar de os seus dias não serem muito similares uns aos outros, tem geralmente todos os momentos do dia preenchidos, o que exige um esforço intenso de planificação, nomeadamente através do recurso a uma agenda e a listas de tarefas: “esse é o meu lado obsessivo: costume, sempre que consigo, ir listando o que preciso de fazer para depois começar a riscar o que já fiz”. Marta não vive como constrangimento a ocupação do seu quotidiano até porque retira alguma satisfação da multiplicidade de actividades em que participa: “eu vou a todas, quer dizer, não viro a cara a nada (...) é preciso fazer, faz-se, é preciso decidir, decide-se”. Mesmo quando surgem imprevistos, que a obrigam a reformular os seus planos, fá-lo sem dificuldade ou lamentações: “aquilo que me aparece, em termos das situações do dia-a-dia, tento encará-las como um desafio no sentido positivo do termo”.

Apesar do esforço que faz no sentido de flexibilizar a organização do seu tempo, Marta continua a lutar contra si mesma para afastar o sentimento de culpa que a assola de cada vez que altera a sua rotina.

Gostava de ser um bocado mais livre no sentido de me sentir eu própria capaz de me dedicar a outras coisas sem me sentir culpada, isto é, sem achar que estaria ou que deveria estar a fazer outra coisa.

Esta pressão interna que Marta exerce sobre si mesma abrange também outros aspectos da sua vida interior. Caracteriza-se como sendo obsessiva, lúcida, analítica e muito objectiva, o que a conduz a pensar em demasia em tudo aquilo que a rodeia.

Desde muito pequena que me lembro de pensar muito nas coisas. (...) Penso muito sobre o que está a acontecer, o que já aconteceu, sobre aquilo que eventualmente virá a acontecer. (...) Às vezes acho que penso demais sobre isso tudo.

Se, por um lado, a reflexividade assume um papel orientador, que permite preparar de forma ponderada a acção, por outro, gera também insatisfação quando exercida de modo exacerbado. O excesso que Marta associa às suas conversas internas deriva da ansiedade provocada pela antecipação de situações que acabam por se concretizar de forma diferente da imaginada, pelo cansaço que isso provoca e ainda pelo facto de tomar consciência de certos aspectos que a desagradam, nos outros e nos seus contextos, sem que possa agir sobre isso. A consciência assume-se, neste plano e em determinadas ocasiões, como adversa ao bem-estar individual.

A minha maior inimiga é a minha cabeça. (...) Se calhar, se pensasse menos e me deixasse, me desse oportunidade de sentir mais, era mais feliz. (...) Se calhar, se eu não tivesse essa objectividade sofria menos com certas coisas. (...) Por vezes nós vemos as coisas como elas são, até nem gostamos daquilo que vemos, mas temos que nos adaptar às circunstâncias. (...) Tenho uma lucidez que me irrita. (...) Se calhar, se eu fosse menos lúcida não via, ou não me apercebia tão bem de certos assuntos. (...) Se calhar, não ter consciência daquilo que é menos bom talvez não nos faça infelizes em certos momentos.

Relativamente à autonomia, identifica-se o mesmo tipo de ambiguidade. Um dos aspectos que Marta mais valoriza da sua identidade pessoal diz precisamente respeito ao facto de ser bastante autónoma, no sentido em que não depende de ninguém financeiramente e é independente do ponto de vista intelectual e ideológico. Mas esta independência gera simultaneamente angústia pela responsabilidade que acarreta no processo de tomada de decisão.

Eu ganhei um sentido de independência e autonomia que ainda hoje acho que pago um preço muito caro por isso. (...) A autonomia é um pau de dois bicos, não é? Se por vezes é bom porque nós fazemos mais ou menos o que queremos com as condições que temos, noutras alturas ser autónomo implica uma grande solidão, implica tomar responsabilidades que às vezes era melhor serem partilhadas.

A autonomia promove, neste sentido, algum grau de capacidade agencial. Marta sente que muitos aspectos da sua vida, relativos a diferentes esferas de vida, dependem da sua capacidade de acção e de tomada de decisão. Para além disso, reconhece a possibilidade de alterar em si mesma a forma como lida com as suas circunstâncias sociais. Contudo, esse poder de agir sobre as suas condições, em determinadas circunstâncias e de acordo com os meios disponíveis nos respectivos contextos sociais, origina dificuldades acrescidas no modo como gere a sua vida e se relaciona com os outros e constitui-se como elemento gerador de alguma solidão.

Ao longo da entrevista Marta usa aliás com frequência a palavra solidão para caracterizar determinadas fases da sua vida ou mesmo certos traços da sua personalidade. Solidão em contexto familiar nos períodos da infância e adolescência, no sentido em que tinha pouco afecto por parte da mãe e mantinha uma relação difícil, distante e competitiva com o irmão: “havia alguma solidão que eu acho que rapidamente convertia em autonomia”. Solidão na fase em que o seu casamento chegou ao fim, teve de regressar a Portugal grávida, com um filho pequeno, com a tese de doutoramento por concluir e com o pai doente. Solidão na fase actual da sua vida, por não partilhar, nem com o ex-marido, nem com o seu companheiro, responsabilidades relativamente à educação dos filhos. E solidão ainda que sente provir do elevado grau de autonomia que caracteriza a sua identidade, não só pelo facto de ter que dar resposta por si mesma a um conjunto diversificado de solicitações, em diferentes esferas de vida, como também por sentir que é isso que as outras pessoas esperam de si em qualquer circunstância.

A autonomia de Marta, bem como a sua capacidade de resiliência, solidificaram-se na resposta às dificuldades que ultrapassou ao longo

do seu percurso de vida, em particular quando regressou a Lisboa após a separação do ex-marido.

Acho que me tornei numa pessoa muito mais preparada para lidar com certas coisas. Acho que aprendi melhor a valorizar o que é importante e o que é menos importante.

Se pudesse alterar alguma coisa no seu passado, as suas decisões teriam sido muito diferentes, sobretudo no que diz respeito ao seu casamento e ao projecto de ter filhos. Não significa, contudo, que se arrependa do rumo que o seu percurso tomou, até porque considera ter-se tornado numa pessoa mais resistente.

Se, por um lado, esta atitude constitui uma aprendizagem positiva resultante dos problemas por que passou, por outro, a sua força e determinação geraram expectativas nas pessoas que a rodeiam que limitam, de certa forma, a sua postura e acção.

Eu não me consigo deprimir porque não tenho tempo. (...) Às vezes é muito difícil a pessoa conseguir fragilizar-se no sentido de dizer: ok, eu agora não estou bem. Portanto, é difícil aos outros conseguirem acreditar que não estamos bem porque nos vêem sempre a funcionar.

A escrita auto-biográfica é provavelmente o meio através do qual Marta se tem permitido expressar a sua vulnerabilidade em momentos marcantes da sua vida. Por exemplo, depois do nascimento da filha mais nova, começou a escrever-lhe uma carta onde relatava tudo aquilo que estava a acontecer naquele momento, bem como os seus sentimentos e o modo como estava a viver aquele período conturbado. Esta carta constituiu “uma espécie de escape”, uma “forma de extravasar um pouco”, permitindo, por outro lado, o registo factual dos acontecimentos para posterior releitura, recordação e análise.

Quando a minha filha nasceu, aquilo foi um período tão difícil, tão difícil, que eu comecei a escrever-lhe uma carta e fui escrevendo ao longo do tempo. Pronto, agora há muito anos que não lhe pego (...) Era um bocado mais num tom de desabafo, num tom de queixa, num tom de lamento. Era mais uma coisa catártica. (...) Não era necessariamente uma terapia, mas mais para não perder um bocado o registo dos factos e também das coisas que eu sentia na altura.

Desde muito nova que Marta recorre à escrita como instrumento de desabafo e de

clarificação das suas ideias e sentimentos. Quando era pequena iniciou um diário, que manteve por algum tempo, que “era uma espécie de amigo secreto para quem eu escrevia todos os dias, ou quase todos os dias”, sobre assuntos relacionados com a escola, problemas com a mãe ou namoros. Foi sempre mantendo interesse pela escrita, que ainda hoje tende a ser mobilizada sobretudo em momentos mais difíceis. Num outro plano, Marta tem também como desejo escrever um livro, eventualmente para crianças, embora não tenha ainda uma noção concreta a esse respeito.

Helena: “Sou muito chata, preciso de perceber as coisas”

Helena, de 33 anos, é casada, nasceu na Guarda e reside em Lisboa. É licenciada em Direito e trabalha como Técnica Superior da Administração Pública. Este caso ilustra também os principais traços de caracterização do perfil auto-referencial. Ao longo das duas sessões de entrevista Helena foi-se definindo a si mesma como uma pessoa responsável, regrada, preocupada, ansiosa, ponderada, planificadora, dramática e neurótica. Acima de tudo, considera ser muito reflexiva, entendendo o acto de pensar sobre si mesma como um exercício permanente e estruturador da sua personalidade.

Diariamente eu exorcizo os meus dias, as minhas coisas. Penso-me, eu tenho o hábito de me pensar. (...) A parte reflexiva é uma parte absolutamente central. É estrutural, está aqui, acontece, não consigo fazer as coisas de outra maneira.

Lembra-se de reflectir bastante sobre aquilo que a rodeava, desde muito nova. Esta atitude é indissociável do facto de Helena ter incorporado precocemente um sentido apurado de responsabilidade, fortemente estimulado pelos pais.

Helena provém de uma família da Beira Alta com recursos qualificacionais e económicos consideráveis. Os avós maternos viviam com alguma dificuldade, tanto que a mãe de Helena viveu, inclusive, grande parte da sua infância e adolescência num colégio religioso, o que lhe permitiu prosseguir os estudos. Por outro lado, os avós paternos, com quem manteve uma relação de grande proximidade emocional, tinham condições de vida bastante mais favoráveis. O avô tinha um curso superior em contabilidade e ocupava uma posição de chefia nos caminhos-de-ferro na África

do Sul. A avó, que trabalhava como costureira, não prosseguiu para lá do 1º ciclo do ensino básico, mas era, nas palavras de Helena, uma “pessoa muito interessante intelectualmente”, que gostava de ter estudado mais, que tinha como sonho escrever um livro “para se perceber” e a quem não “encaixava aquele papel de dona de casa”. Esta avó é assumida como um figura central da sua vida, apesar de ter falecido quando Helena tinha 15 anos. Nos primeiros três anos de vida, Helena viveu com os pais e com os avós paternos na mesma casa, sendo a avó quem cuidava dela durante o dia.

Era uma pessoa que se interessava muito por evoluir, por crescer, por aprender, era muito interessante. E foi fundamental para a minha vida, aprendi imensa coisa com ela, sobretudo no que toca à postura, à forma de estar. Nós tínhamos uma relação profunda.

Esta relação foi tão marcante que Helena optou por casar com o vestido de casamento da avó, ainda que adaptado.

A mãe de Helena tem um bacharelato e é educadora de infância. O pai, com o ensino secundário, trabalha como administrativo e é “o homem dos sete ofícios”: paralelamente à sua actividade profissional é comandante dos bombeiros, dá formação em socorrismo e desenvolveu ainda actividades culturais na rádio e na imprensa locais. Tem ainda um irmão quatro anos mais novo, que completou o ensino secundário, trabalha como cozinheiro e tem um filho com dois anos.

Helena provém de um contexto familiar muito envolvido na vida cultural da cidade da Guarda, onde a família ainda reside. Os pais procuraram que Helena e o irmão tivessem contacto com alguma diversidade cultural, investindo numa biblioteca caseira, levando-os frequentemente a eventos culturais, como exposições, concertos e teatro, e fazendo questão que eles participassem nas frequentes reuniões de amigos, de cariz cultural e associativo, que organizavam em casa.

O meu pai sempre esteve muito envolvido no meio cultural. Tive muita sorte, eu cresci numa terra pequena, na Guarda, mas isso não me impediu de ter acesso a todo um conjunto de coisas que supostamente nessas terras não se tem. Os meus pais fizeram teatro clandestino antes do 25 de Abril (...) Na Guarda, num raio de 15/20km não havia nada que nós não fossemos ver. Depois estão muito ligados à Serra, foram fundadores do montanhismo e da

Associação de Amigos da Serra da Estrela (...) E depois tive o privilégio de lidar com muita gente interessante, do meio cultural, do meio artístico. (...) A nossa casa era um bocadinho uma espécie de quartel-general. (...) Chegávamos a ter 15 pessoas a dormir lá em casa, pelo corredor fora (...) Eu lembro-me de ser pequenina e achava muita piada (...) e então bebia as coisas que eles diziam.

Para além da vertente cultural, os pais tinham também a preocupação de encorajar a autonomia individual de Helena. Os assuntos familiares eram discutidos entre todos e a sua participação nessas discussões era fomentada e valorizada, mesmo em criança. Os pais procuraram também inculcar-lhe uma atitude de resiliência face às dificuldades que poderia vir a enfrentar ao longo da sua vida.

Desde os dois anos que eu fazia caminhadas e acampava em sítios inóspitos na Serra da Estrela, sem acesso a nada. Porque os meus pais gostavam da Serra e depois porque o meu pai entendia que as coisas um dia podiam apertar, até podia tornar-se muito difícil e nós tínhamos que estar preparados para conseguir viver sem uma data de coisas que tomamos como dados adquiridos. (...) Ele quis que nós crescêssemos desenrascados. (...) Nós crescemos, eu e o meu irmão, com a noção que a vida é difícil, que as coisas custam, que não são dados adquiridos e que temos que fazer a nossa parte, temos que lutar pelas coisas.

Contudo, a atitude que os pais procuraram fomentar nos filhos direccionou-se sobretudo para Helena. Apesar de viverem no mesmo enquadramento familiar, Helena sentia que tinha desenvolvido maior autonomia e responsabilidade do que o irmão, o que levava os pais a exigirem mais de si do que dele: “Ao meu irmão exigiam-lhe o mínimo, a mim exigiam-me muito mais do que isso. (...) Ele sempre foi mais protegido e eu sempre tive que me fazer mais à vida”. Esta diferença de socialização originou múltiplos conflitos com o irmão e com os pais, sobretudo com a mãe: “O meu irmão tirava-me dinheiro da carteira e a minha mãe dizia que a culpa era minha porque deixava a carteira a jeito”.

Estes problemas familiares nunca comprometeram, contudo, a relação de cumplicidade e dependência emocional que Helena mantém com os pais e com o irmão.

Somos muito dependentes uns dos outros. Sendo muito independentes, ninguém se mete

nas decisões que o outro toma, não condicionamos a vida uns dos outros. Apoiamos, damos opinião.

Estas orientações e contextos familiares contribuíram para que Helena desenvolvesse, desde muito cedo, um conjunto de preocupações associadas ao cuidado da família, à gestão do dinheiro, à organização pessoal, à definição de objectivos de vida, à procura de meios para concretizá-los, bem como à resolução de conflitos e injustiças sociais.

Nós tivemos uma vida muito sã, acho eu, muito consciente. (...) Tinha eu os meus 10 anos, fomos a Coimbra fazer as compras para o mês e os meus pais compraram uma embalagem grande daquele leite com chocolate. E eu lembro-me que passei a viagem inteira preocupadíssima porque pensava: “nós não podemos, não temos condições, não temos dinheiro para comprar o leite achocolatado”. Que eu achava que era assim um bocadinho luxo, não é? Então eu vinha preocupadíssima: “como é que nós chegamos até ao fim do mês?” (...) Lembro-me que tinha muita noção das nossas possibilidades reais, do que custava a vida. (...) Foi assim que eu fui criada, com a noção das coisas, acho eu, a dar valor ao que interessa, mas a saber que isso tem um preço e tem que se fazer por isso.

A autonomia e a determinação de Helena são evidentes nas atitudes que tomou, desde muito nova, face a situações que a desagradavam. Por exemplo, face à revolta que sentia relativamente ao modo como os pais educavam o irmão: “eu, com quatro anos, dizia que ia tirar Direito, que queria ser advogada. E dizia que se um dia fosse preciso não podiam contar comigo porque estavam a criar um delinquente”. Outro exemplo diz respeito à forma como se quis autonomizar, aos 15 anos, da prática religiosa de ir à missa:

A minha mãe obrigava-me a ir à missa todas as semanas. (...) Aos 15 anos espetei-lhe com o Código Civil em cima e disse-lhe que podia optar pela religião e que se ela me continuasse a obrigar a ir à missa eu convertia-me noutra qualquer.

Actualmente, já afastada de práticas regulares católicas, a sua postura face à religião é bastante flexível.

Acredito que há uma energia superior. Mas também acredito que a nossa energia superior é exactamente a mesma dos islâmicos, dos

budistas, dos hindus, ou de qualquer outra. Ou seja, acredito que a plataforma é exactamente a mesma.

Se, por um lado, valoriza as práticas e valores inculcados pelos pais, sente, por outro lado, que assumiu demasiada responsabilidade precocemente, o que a levou a tornar-se numa pessoa ainda mais preocupada e ansiosa.

Eu concordo com a educação que eles me deram, mas acho que, se calhar, o facto de me terem responsabilizado tanto, tão cedo, pode ter sido um bocadinho complicado para mim. (...) Quando o meu irmão nasceu, eu tinha quatro anos, a minha mãe foi para o hospital ter o meu irmão e antes de ir para o hospital ensinou-me a ligar o fogão, a fazer a minha papa. Deixou-me indicado que roupa é que o pai me vestia em cada dia durante os três dias que ela ia estar no hospital. E disse-me: “tu ficas a tomar conta dele”. É claro, isto foi para eu me sentir importante, eu sei isso, só que eu assumia. Eu sou um bocadinho neurótica com a questão da responsabilidade e quando me dizem isto, eu assumo mesmo peso. E uma criança de quatro anos não pode estar a assumir esse peso todo, é muito. (...) Eles sempre me ouviram muito e sempre ouviram muito bem aquilo que eu dizia, só que há determinadas alturas em que não deviam ter ouvido porque eu não tinha idade para decidir.

A autonomia que desenvolveu, aliada a uma forte preocupação com a injustiça social, a uma postura muito regrada, a uma atitude assertiva e actuante e à noção de que para agir sobre o que a desagrada precisa de ter uma determinada posição social, contribuíram para que Helena desenvolvesse a ideia de se tornar advogada.

Enervava-me a injustiça, enerva-me até hoje. Queria poder ter os instrumentos para poder fazer as coisas, queria dispor de meios. Eu não quebro regras. Se os meus pais me dissessem “estás em casa a x’s horas”, eu estava. (...) Eu não contorno, eu cumpro. O que eu tento é mudar as regras e sempre fui muito contestatária. (...) Eu percebi desde muito cedo que para tu alterares o que quer que seja tens que primeiro ter um determinado nível de possibilidade, de decisão.

Estudou Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, num contexto de autonomia residencial suportado financeiramente pelos pais. Todo o seu percurso escolar foi marcado pelo interesse que sempre dedicou aos

estudos: “Gostava de aprender, gostava da escola, tinha a minha vida muito organizadinha, muito tranquila. (...) Dedicava-me e queria ter as coisas feitas como deve ser”. Fez o seu trajecto de forma muito autónoma, sem um acompanhamento muito presente dos pais, que confiavam no seu sentido de responsabilidade. A sua preocupação em planificar e antecipar cenários fica bem clara na opção que fez no ensino secundário. Mesmo tendo o objectivo bem definido, e mantido ao longo de muitos anos, de estudar Direito, optou por uma área de estudos que lhe facultasse uma alternativa, caso não conseguisse concretizar o seu projecto.

Eu tinha que ter um plano B, obviamente. Até porque eu sou muito dramática, acho sempre que vai correr tudo muito mal. Por isso optei no 10º ano por ir para a área de Economia e não para Letras. (...) No final do 12º concorri para dois direitos e três economias.

Depois de concluir a licenciatura, Helena estagiou em Lisboa e trabalhou em dois escritórios de advogados, antes de ingressar na administração pública. Neste momento revela alguma insatisfação com a sua actividade profissional. Não se sente estimulada e não encontra no seu contexto de trabalho possibilidade de progressão na carreira. A principal razão para se manter nesta actividade está relacionada com o facto de ser um contexto que lhe permite investir no seu projecto familiar de ter filhos.

Helena casou há três anos, depois de viver quatro anos com o namorado em Lisboa, cidade onde ainda hoje residem. Casou pela igreja, na Guarda, porque “é aquela coisa dos contos de fadas, isso para mim era importante”. O marido, também com 33 anos e proveniente da Guarda, é licenciado e trabalha como economista num banco. Em alguns aspectos, considera-o o oposto de si, definindo-o como sendo mais “fechado emocionalmente”, “pouco sociável” e “pouco autónomo”. Partilham, contudo, preocupações centrais de vida e elaboram projectos de futuro conjuntos.

Temos o mesmo tipo de preocupações com a vida. Somos muito conscientes das dificuldades e somos muito responsáveis com o dinheiro. Isso preocupa-nos. Tentamos ter uma vida regrada, comedida, aproveitar, fazer determinadas coisas. Mas tentamos ser muito conscientes e isso é uma plataforma absoluta de entendimento.

Para levar a cabo o objectivo de ter filhos, Helena tem ainda de dar resposta, a curto-médio

prazo, a algumas condições que colocou à concretização desse projecto: deixar de fumar, fazer obras em casa, resolver questões de saúde e ultrapassar a situação de período experimental em que se encontra no seu contexto de trabalho. Contudo, e dada a situação económica do país, Helena revela preocupação em não conseguir a estabilidade financeira e a progressão de carreira que gostaria para poder investir no seu projecto familiar. A ansiedade que isso lhe provoca, aliada a uma disposição planificadora, levam-na a ponderar formas alternativas de organizar a sua vida, nomeadamente colocando a hipótese de emigrar. “Penso nisso diariamente, recorrentemente, várias vezes ao dia. Até porque eu gosto de me precaver, criar almofadas, criar estrutura, para não ser surpreendida com o que acontece”.

Enquanto está neste impasse profissional e familiar, Helena tem um quotidiano muito ocupado, marcado pelo cumprimento das suas obrigações profissionais, por formação adicional que tem vindo a fazer na sua área de trabalho, mas também pelos múltiplos encontros que agenda com amigos e família. A esfera das sociabilidades surge aliás, em todo o seu discurso, como uma dimensão central da sua identidade e da sua estabilidade emocional: “Os amigos e a família, são uma rede. É um apoio enorme que se tem e são fundamentais como referências para a nossa sanidade mental”. Apesar de estar longe de algumas pessoas que lhe são próximas, procura organizar e frequentar habitualmente jantares ou actividades com os amigos. Mesmo tendo desenvolvido amizades em diferentes contextos e momentos do seu percurso, tenta reunir esses diferentes grupos. No escasso tempo livre que lhe resta gosta ainda de ler, ir ao cinema, ao teatro e a exposições. Procura ainda organizar uma viagem para fora do país todos os anos, com o marido, que planifica sozinha ao pormenor.

O desgaste provocado pela ocupação do seu tempo quotidiano deve-se, em muito, ao investimento que dedica a cada actividade.

Eu meto-me nas coisas e depois levo-as muito a sério. E depois também tenho a mania de me pôr em muitas coisas ao mesmo tempo. Isso acaba por me consumir muito tempo, até porque depois não tenho meios-termos, sou uma exagerada no que quer que seja.

Helena lida com esse cansaço de duas formas: planificando, por um lado, nomeadamente através do recurso a uma agenda, e rotinizando ao

máximo o seu dia-a-dia, por outro. São estratégias que permitem preparar a acção e tornar previsíveis práticas e tempos num contexto acelerado de conciliação de tarefas.

Eu preciso de rotinas. Eu sou uma criatura de hábitos, eu vou sempre aos mesmos cafés. (...) Preciso de rotinas por uma questão de equilíbrio porque tudo o resto é tão desgastante, que pelo menos nisso eu não tenho que pensar. É piloto automático, o mais possível. (...) Porque eu faço muita coisa ao longo do dia, consigo ser *multitask*. E tive que arranjar mecanismos para me defender. (...) Não preciso pensar muito porque isso é uma coisa que faço naturalmente. Eu sou uma pessoa muito organizada mentalmente, funciono muito a nível *mind maps*. (...) Consigo conciliar absolutamente os tempos todos. (...) Eu faço naturalmente planear, organizar. Faço isso com o que quer que seja. (...) Faço sempre esquemas mentais de tudo.

A centralidade que o planeamento representa no seu quotidiano, e que tem assumido ao longo do seu percurso biográfico, acarreta, contudo, uma componente mais adversa. A permanente antecipação de situações, a avaliação de opções, a análise dos seus pensamentos e a organização mental das suas actividades é também geradora de angústia e inquietação.

Eu sou um bocado neurótica, tenho planos para tudo. (...) e continuo completamente neurótica, cheia de preocupações a tentar dar o meu melhor. (...) Gostava de conseguir ter mais tranquilidade.

E este desassossego manifesta-se relativamente à estruturação do quotidiano e à planificação do futuro, mas também em relação ao tempo passado. Helena reflecte frequentemente sobre os seus contextos passados, sobre as escolhas que fez e sobre as racionalizações que elaborou: “Em todos os sentidos, faço a retrospectiva. Tento medir o que disse, o que fiz, faço a avaliação global”.

Noutras circunstâncias, particularmente quando Helena está muito preocupada com alguma questão, a sua reflexividade tem o efeito inverso: não o de fomentar uma ponderação aturada sobre o que a preocupa, mas antes bloquear pensamentos sobre esse assunto: “Se alguma coisa me perturbar mesmo muito, não falo sobre ela uma data de tempo, entro em negação absoluta”.

Em situações de crise a sua atitude não se altera substancialmente, pelo menos numa fase inicial. Por exemplo, entre a primeira e a segunda sessões de entrevista, Helena teve um grave acidente de viação. Todo o relato desta contingência aponta para a sua capacidade em manter uma atitude calma, ponderada e racional quando se encontra em circunstâncias inesperadas, que constituem uma ruptura brusca com o sentido prático.

Sou uma pessoa extremamente ansiosa, mas nos momentos cruciais mantenho uma tranquilidade assustadora. Tive um acidente muito grande na sexta-feira passada, estoei um carro, o carro foi para a sucata. O acidente foi de manhã, eu ia a caminho de uma formação. Vi que mexia tudo, que não estava a sangrar, fui para a formação à mesma. (...) Achei que devia fazer qualquer coisa, que não era aquilo que me ia definir o dia, tinha compromissos.

Aquilo que Helena descreve é a transposição dos seus esquemas mentais de orientação quotidiana para uma situação de desajuste. Mesmo face a um acidente, manteve a tendência para seguir racionalmente as suas planificações, não comprometer os seus compromissos e hierarquizar as suas prioridades. No fundo, Helena sentiu que não se podia fragilizar num contexto em que estava sozinha e dependia apenas de si resolver aquela situação. Os dias posteriores ao acidente foram, contudo, muito difíceis para Helena, quando se encontrava já num ambiente seguro, de apoio emocional.

Na altura fui extremamente racional e objectiva, agora estou com alguma dificuldade em processar. (...) Naquele momento tenho absoluto sangue frio, faço o que é suposto. A seguir vou abaixo, quando já sinto que alguém toma conta da situação.

Em momentos mais difíceis da sua vida, Helena recorreu também à escrita como instrumento de reflexão e desabafo. Constituiu, no fundo, um complemento às conversas com os amigos e família e aos seus diálogos internos.

É mais exorcizante, lavar a alma em papel. (...) Atiro para o papel e é como se ficasse com a alma lavada. (...) Falar com amigos é óptimo, é excelente, mas nós com o papel somos mais honestos, não fica nada, não há cabeça na areia. Era o meu Xanax. Quando estava em momentos mais emotivos, era assim que resolvia.

Sendo uma pessoa que preza bastante a sua privacidade, é também uma forma de clarificar, em exclusivo para si mesma, e de modo mais objectivante, os seus pensamentos e atitudes, sem reecar a reacção de outras pessoas.

Margarida: “Aponto tudo na minha agenda e na minha cabeça”

Margarida tem 21 anos, nasceu em Beja e residiu sempre em Moura, até ingressar no ensino superior, numa primeira fase no Porto, e numa segunda em Lisboa, onde estuda no 3º ano da licenciatura de Medicina Dentária. Provém de uma família bem inserida e com algum prestígio nas redes sociais da cidade de Moura. Do lado paterno, a avó era professora primária e o avô, com a 4ª classe, já falecido, era electricista. Do lado materno, ambos com a 4ª classe, a avó, que já morreu, era doméstica e o avô é proprietário de um armazém de venda de gás com menos de 10 trabalhadores.

Os pais de Margarida, tal como os avós, nasceram também em Moura. A mãe, licenciada, é professora de Língua Portuguesa no 3º ciclo do ensino básico e no ensino secundário, e dá ainda aulas de ballet numa colectividade. O pai completou o ensino secundário e é gerente bancário em Barrancos. Tem ainda uma tia materna, que dá aulas de Inglês na mesma escola da mãe, em Moura, e uma tia paterna que trabalha como enfermeira. Margarida é a mais velha de três irmãos. O mais novo tem 14 anos e vive com os pais em Moura. O outro tem 18 anos e está no 1º ano da licenciatura de Economia, em Lisboa.

Todo o percurso biográfico de Margarida, até completar o ensino secundário, tem sido marcado pela forte estabilidade dos seus diferentes contextos de vida, que se têm vindo a reforçar mutuamente no mesmo sentido. A relação com a família é de grande proximidade, estimulada também pela vizinhança residencial, já que praticamente todos os seus familiares vivem em Moura. Com os avós maternos manteve um relacionamento mais estreito, já que residiam no andar abaixo do seu. A relação com os pais tem sido, acima de tudo, de grande amizade e cumplicidade, caracterizada pela abertura e diálogo com que todos os assuntos familiares e pessoais são tratados.

Continuamos a ter muita confiança, eles em mim e eu neles. E somos sobretudo muito

amigos. Eu às vezes considero-os mais meus amigos do que propriamente meus pais porque temos uma relação muito boa.

Com os irmãos tem também uma relação de proximidade, embora com a sua deslocação residencial para Lisboa se tenha aproximado mais do irmão que estuda na mesma cidade.

O seu percurso escolar até ao 12º ano caracteriza-se também por ser muito estável. Margarida desenvolveu um gosto particular pela escola e pelo trabalho escolar, que assumiu sempre um lugar central na sua vida, nas suas preocupações e na sua construção identitária. Grande parte do seu discurso no decorrer da entrevista foi, aliás, focado nesta dimensão.

Eu gostava imenso da escola, não faltava um dia. (...) Eu adorava ir para a escola, os trabalhos de casa, aquelas coisas todas. (...) E gostava de ser sempre a primeira a chegar à escola, sempre. E nunca faltava. A minha mãe conta-me que eu até quando estava doente queria ir. (...) Gostava das aulas, gostava sobretudo de estar com os meus amigos nas aulas e do convívio dentro e fora das aulas. (...) Sempre fui boa aluna. Mas trabalhava também em casa. Não sou nenhuma inteligência assim fora do vulgar. Aprendia nas aulas, mas depois chegava a casa e fazia os trabalhos de casa.

Para além disso, e tendo em conta a dimensão da cidade de Moura e a inexistência de escolhas alternativas de escolas, grande parte dos seus amigos acompanhou-a por todo o seu trajecto escolar, desde o ensino primário. Foi um percurso muito acompanhado pelos pais, que sempre estimularam em Margarida o interesse pelo conhecimento e pela organização pessoal. A mãe tem estado particularmente presente, até porque lecciona na mesma escola secundária (a única em Moura), que Margarida frequentou.

Os pais apoiaram também todas as opções que tomou após a conclusão do ensino secundário. Margarida definiu como objectivo no 11º ano estudar Medicina. A partir dessa altura, e tendo noção daquilo que precisava de fazer para conseguir concretizar esse projecto, assumiu uma atitude ainda mais empenhada e elaborou, em colaboração com os pais, estratégias de apoio ao estudo, nomeadamente através do recurso a explicações.

Eu sabia que tinha que ter notas muito boas nos exames nacionais e sabia que precisava de ajuda. Apesar de já ter notas muito boas,

precisava de notas excelentes para aquilo que eu queria. Fui eu até que disse aos meus pais que tinha que ir para a explicação. (...) Inclusive, a minha explicação de Química nem sequer foi em Moura porque não havia. Tive de ter explicações em Beja, que fica a 45 minutos de Moura. O meu pai, todas as semanas, quando vinha de Barrancos, coitado, já depois do dia de trabalho dele, passava pela escola e levava-me para Beja. Ficava lá enquanto eu estava na explicação e depois trazia-me. Só por aí se vê que eles sempre foram impecáveis.

Margarida não conseguiu entrar em Medicina e ingressou na licenciatura de Ciências da Nutrição, na Universidade do Porto. Manteve, contudo, o objectivo de concorrer novamente no ano lectivo seguinte ao curso de Medicina. Frequentou um semestre da licenciatura em que estava inscrita e dedicou o segundo semestre em exclusivo ao estudo para os exames nacionais. Ainda assim, voltou a não conseguir nota suficiente para Medicina. Optou por deixar a Universidade do Porto e ir estudar Medicina Dentária na Faculdade de Medicina Dentária, da Universidade de Lisboa.

Atendendo aos contextos de estabilidade e proximidade familiar que caracterizaram o seu percurso até então, Margarida ultrapassou um período difícil de incerteza e indefinição.

A segunda vez custou-me bastante mais do que a primeira vez. Porque na primeira vez eu tinha noção que se calhar não estava tão bem preparada quanto isso. Na segunda vez custou-me muitíssimo porque eu passei um ano inteiro a trabalhar para aquilo e tinha todas as condições. Aquilo foi assim um azarinho, eu não entrei por um centésimo, uma coisa assim ridícula.

Nestes momentos contou sempre com o apoio financeiro, mas sobretudo emocional dos pais: “Sempre falámos muito. Às vezes noites inteiras a falar sobre o que é que eu vou fazer, o que é que eu não vou fazer”.

Face a esta situação, Margarida, desmotivada, não voltou a concorrer para Medicina e decidiu investir na licenciatura de Medicina Dentária, estando neste momento a frequentar o 3º ano. As dúvidas que caracterizaram o seu percurso pós-secundário mantêm-se ainda e assolam-na frequentemente, embora não ponham em causa a sua dedicação ao curso.

É complicado. Nem eu sei muito bem. Não faço ideia. Eu gosto de estar onde estou, apesar de ser um curso muito complicado e muito exigente. Não sei como é que seria se tivesse entrado em Medicina, se tinha gostado mais ou menos. E às vezes até me questiono se estou na área correcta ou não, por isso, isso é uma grande confusão.

No fundo, Margarida fez uma concessão ao projecto que tinha inicialmente delineado. Esta mudança gera ainda alguns conflitos internos, nomeadamente quanto ao que Margarida pensa que poderia ter feito para não se encontrar actualmente nesta situação.

Se calhar eu precisava de ter tido mais explicações enquanto andei na escola. E em Moura não é muito fácil arranjar-mos explicadores, um bom explicador. (...) Se eu agora voltasse atrás, eu trabalhar, trabalhava o mesmo. Mas, se calhar, tinha começado com explicações logo no 10º ano, com bons explicadores, que eu não tinha. Ou então tinha vindo para Lisboa fazer o 12º ano, tinha tido aqui explicações.

Parte destes questionamentos sobre as suas opções deriva do facto de sentir que não teve as oportunidades educativas que poderia ter noutro ponto do país, nomeadamente em Lisboa. Ainda assim, reconhece a sua posição privilegiada face a muitos dos seus colegas e amigos, já que Margarida visitava frequentemente a cidade de Lisboa em passeio.

Acho que a nível de educação não temos as mesmas oportunidades que tem uma pessoa que mora em Lisboa ou noutro sítio maior. Eu se calhar tive a sorte de vir muitas vezes a Lisboa e se calhar via muita coisa. Mas, se calhar, há pessoas que nunca chegam a ter essas experiências de ver outras coisas diferentes. E acho que é bom para nós tomarmos uma decisão sobre a nossa carreira, de vermos muita coisa, de termos contacto com muita coisa. E, se calhar, há muita gente que não tem essa oportunidade.

Curiosamente, Margarida está numa situação similar àquela em que a mãe se encontrava quando ingressou no ensino superior. A sua mãe tinha o desejo de estudar dança clássica no conservatório, mas não conseguiu concretizar essa aspiração por pressão familiar. Ainda assim, fez formações paralelas e conseguiu ser professora de ballet em Moura. Um dos motivos que leva

Margarida a aceitar melhor a sua decisão de permanecer no curso de Medicina Dentária é precisamente o facto de tomar o caso da mãe como modelo, acreditando que é possível adaptar objectivos pessoais e conseguir, ainda assim, alguma satisfação pessoal e profissional.

Os pais são, aliás, referidos frequentemente como exemplos de vida e como tendo estimulado em Margarida uma atitude persistente e lutadora: “Quando queremos uma coisa, acho que devemos lutar por essa coisa e foi assim que os meus pais sempre me ensinaram”.

A incorporação desta orientação para agir ocorreu em conjunção com o estímulo da autonomia individual. Apesar de sempre ter vivido num meio pequeno e protegido, Margarida lidou sem dificuldades com a mudança residencial para o Porto e para Lisboa. Estas deslocações são aliás encaradas de forma positiva, pela aprendizagem que lhe possibilitaram.

Eu não tenho problemas nenhuns, podem-me mandar para a China que eu adapto-me, não tenho problemas. (...) Quando saímos de casa somos mais uma florzinha de estufa e tudo nos magoa e tudo nos chateia. E agora não, a pessoa começa a ficar habituada. E aprendemos imensa coisa, como é lógico. (...) Sinto que cresci, que evoluí, estou mais independente. (...) Aprendi que nos temos de desenrascar sozinhos e que nos temos de preparar para que ninguém nos ajude. (...) E acho que aprendi que não é fácil, que a vida não é fácil e que temos imensas preocupações.

Os pais fizeram questão que Margarida tomasse contacto com alguma diversidade cultural, organizando com frequência viagens a Lisboa e estimulando-a a sair do país. Os momentos que identifica como os mais felizes da sua vida correspondem precisamente a duas viagens que fez a Inglaterra: a primeira no contexto de uma formação em inglês organizada pela entidade empregadora do pai e a segunda em lazer, com um grupo de amigas. Os seus projectos de futuro passam inclusive por estudar e trabalhar em Londres; ideia que Margarida alimenta, em conjunto com os pais, há muitos anos.

Actualmente partilha um apartamento com três amigas de Moura que foram também para Lisboa estudar: uma está em Medicina, outra em Ciências Farmacêuticas e outra em Gestão. Pela vivência quotidiana, e por se encontrarem em contextos de vida similares, é com elas que

Margarida tem neste momento uma relação de amizade mais íntima. A sua presença tem sido fundamental para a integração num novo contexto residencial e académico. Quando Margarida estudou no Porto, não teve este tipo de enquadramento.

Somos praticamente irmãs, falamos sempre sobre tudo. (...) Têm muita importância. É muito importante chegar a casa e ter alguém lá sempre connosco, a perguntar se estamos bem e a chamar-nos para jantar. No fundo, estamos sempre acompanhadas, nunca nos sentimos sozinhas, apoiam-nos sempre.

Tem também um contacto próximo com colegas de curso e mantém ainda um grupo de amigos de Moura, de quem se afastou depois do secundário, mas com quem se reúne ocasionalmente aos fins-de-semana, quando regressa a casa dos pais.

Margarida esteve em duas relações amorosas, de um ano cada, que terminaram por sua iniciativa. O primeiro namoro foi iniciado quando Margarida frequentava o 12º ano, com um rapaz de Moura, um ano mais velho, que estudava em Faro. O segundo teve lugar já em Lisboa, com um colega de curso. Em ambos os casos a distância a que viviam foi determinante para que Margarida terminasse a relação: no primeiro caso ela estudava no Porto e ele em Faro; no segundo caso o namorado foi estudar Medicina para Coimbra e ela estava em Lisboa. O fim destes relacionamentos foi encarado por Margarida de forma muito prática, sem que tivesse implicado uma grande dose de angústia.

Eu nunca tive assim um desgosto amoroso, nem nada disso. Sofrem mais eles do que eu porque eu quando vejo que uma coisa não tem futuro, pronto, simplesmente encaixo na minha cabeça que tem que acabar e acabou. E, se calhar, para eles não é tão fácil como para mim.

Actualmente o quotidiano de Margarida é quase exclusivamente organizado e orientado em torno das aulas e do trabalho escolar. Sempre que tem disponibilidade gosta de ler, de ouvir música, de ir ao cinema, de ver séries de televisão e de viajar. Recentemente inscreveu-se num programa de voluntariado numa associação de apoio a crianças com problemas oncológicos, mas nunca chegou a ir por falta de tempo. Ainda em Moura, teve aulas de ballet com a mãe, fez teatro e praticou natação. Frequentou ainda um grupo de

jovens ligado à igreja católica. Margarida considera-se católica, mas tem uma visão relativamente flexível quanto às práticas religiosas nesse contexto:

Acho que a religião não é o facto de irmos à missa ou é o facto de praticarmos aquelas coisas como deve de ser. Acho que é mais o facto de nós acreditarmos ou não. A religião é dentro de cada um de nós.

Na primeira sessão de entrevista denunciou o cansaço de não ter uma actividade regular que lhe permitisse contrabalançar a rotina académica. Logo no início da segunda sessão fez questão de anunciar que já se tinha inscrito em aulas de yoga, que frequenta duas vezes por semana.

A gestão do seu quotidiano é feita de forma rigorosa e muito planeada, nomeadamente através do recurso a listas e ao uso de uma agenda, de modo a conseguir dar resposta a todas as tarefas que tem em mãos.

Sobretudo agora, acho que consigo organizar muito bem o meu tempo e tenho o tempo muito bem contadinho para dar para tudo. E geralmente consigo sempre fazer tudo. (...) Gosto sempre, antes de me deitar, de pensar no que é que tenho que fazer no dia a seguir. E aponto tudo que é para saber. É só uma questão de organização e de não me esquecer das coisas que tenho de fazer. (...) O que vou ter de fazer, onde é que vou ter de ir, a que horas é que vou ter que lá estar.

Esta disposição para a planificação é exercida, internamente e exteriormente, através da escrita, na organização do seu tempo quotidiano, mas também na gestão financeira, ou em situações excepcionais como as viagens.

Quando vou fazer uma viagem ou quando quero organizar melhor o meu tempo, tenho que estar a pensar: “saio às não sei quantas horas, depois x horas para aqui, depois saio àquela hora”. Ou com o dinheiro a mesma coisa: “já gastei isto, ainda tenho isto, tenho de gastar ali, ali e ali”. (...) Eu acho que comecei a ter esta organização com o dinheiro quando saí de casa. (...) E então comecei a ver que realmente eu não tinha dinheiro nenhum e dependia financeiramente dos meus pais. E então como eu não tinha mais nenhum sítio onde ir buscar o dinheiro, tinha que gerir muito bem aquele que eu tinha. Então comecei a dar uma importância enorme a cada gastozinho, a cada coisinha.

Margarida desenvolveu uma propensão similar à do pai para preparar a acção e controlar, no âmbito do seu campo de possibilidades, as circunstâncias das suas práticas.

Nisso acho que saio ao meu pai. Pensamos muito. Temos de ter sempre um plano. (...) Na nossa cabeça temos de ter sempre muito bem o que é vamos fazer e quando é que vamos fazer. (...) Sou muito stressada também, como o meu pai também. Lá está, como queremos ter sempre tudo tão sob controlo, às vezes quando as coisas fogem do nosso controlo, então ficamos muito stressados. (...) Mas sim, gosto de ter controlo, gosto de saber o que é que pode vir dali. Não gosto de ir para uma coisa sem saber o que é que vai sair dali. Gosto de ter as coisas à minha maneira.

A proximidade do pai (mas também da mãe) a este nível significa simultaneamente algum distanciamento face aos modos de pensar e às práticas dos irmãos. Considera ser mais responsável, organizada, ponderada e empenhada do que eles. Esta diferença gera, aliás, frequentemente, comentários dos irmãos que gracejam com o seu comportamento “muito certinho”.

Em termos gerais, Margarida valoriza a sua capacidade para ponderar aprofundadamente as suas acções e analisar as possibilidades e dificuldades dos seus contextos, na medida em que lhe permite não se precipitar e não se arrepende tão facilmente das suas escolhas.

Geralmente eu penso muito antes de fazer as coisas. Então acabo por não ser muito precipitada. Penso sempre tudo, organizo sempre tudo. Acho que é uma coisa positiva o facto de eu planear as coisas. Acho que é bom a pessoa pensar antes de agir e pensar antes de fazer qualquer coisa.

A confiança nas suas competências reflexivas contribui para que Margarida seja bastante autónoma no processo de tomada de decisão. Mesmo que recorra e valorize a opinião de amigos e familiares, não sente como necessário, na maior parte das vezes, ter esse apoio externo: “Valorizo q.b. Não faço o que me dizem, mas claro que tenho em conta quando me dão um conselho. Mas não quer dizer que faça isso”.

É neste sentido que Margarida se define como sendo uma pessoa ponderada, stressada, responsável e organizada. Estas competências

reflexivas têm, contudo, implicações menos positivas e são exercidas como constrangimento quando, ao invés de, ou para além de prepararem a acção, originam desgaste mental, ansiedade e revelam ser insuficientes para prever ou antecipar cenários. As inquietações relativas ao curso, bem como as preocupações familiares, em particular com a mãe que se encontra a tratar uma depressão desde que a sua avó morreu, são aquelas que mais desgastam a vida interior de Margarida.

Penso muito. Penso demais, às vezes. (...) Às vezes devia estar um bocadinho quietinha e a pensar noutras coisas, ou a divertir-me mais. Mas estou sempre a pensar. (...) Muitas vezes não consigo dormir. (...) Fico a pensar nas preocupações da faculdade. E na minha mãe. (...) Eu faço um esforço, mas às vezes é mais forte do que eu e não consigo evitar. (...) Porque as coisas, a maioria das vezes, não correm como nós queremos. Então, se estamos sempre a pensar que vai correr daquela forma, depois acabamos por sofrer desilusões. (...) Então, acho que mais vale a pessoa não fazer tantos planos e não querer tudo sob controle porque as coisas não vão estar sob controle. Por isso mais vale estares preparada para essa eventualidade.

Por esta razão, e depois da frustração que senti quando não consegui concretizar o projecto, que alimentou durante alguns anos, de estudar Medicina, Margarida evita elaborar planos a longo prazo. Em si mesma, esta atitude é ponderada, no sentido em que procura evitar futuras desilusões. Ainda assim, mantém o desejo de estudar e trabalhar em Inglaterra, e de constituir família, casando e tendo filhos. A este nível, Margarida gosta de imaginar o futuro, idealizando a sua situação profissional e familiar: “Por mim, eu sonhava o dia todo”.

A sua reflexividade é exercida sobretudo internamente como forma de preparar a acção. Os seus diálogos internos são também mobilizados como instrumento de motivação pessoal. Ao longo da entrevista foram várias as referências a conversas que Margarida mantém consigo mesma, interiormente ou mesmo verbalizando oralmente, para se incentivar a levar a cabo determinadas práticas. Por exemplo:

Eu preciso de me motivar de vez em quando. (...) Quando estou deitada e não me quero levantar penso sempre assim: “Margarida, enquanto dormes não aprendes. Então, levantando-me da cama, mesmo que me custe e

pronto”. (...) Quando estou a marcar as coisas na minha agenda gosto de falar em voz alta que é para me lembrar. Quando estou a estudar e não me apetece penso: “Margarida, tens de estudar, tens de conseguir passar. Vá, estuda e não sei quê!” Às vezes gosto que é para ser alguém a motivar-me. Sou eu à mesma, mas quer dizer, parece que é outra pessoa. Então ajuda.

O acto de falar em voz alta consigo mesmo atribui uma certa exterioridade e objectividade aos diálogos internos, o que actua como pressão suplementar em dinâmicas de auto-controlo e auto-repressão.

A reflexividade de Margarida é ainda exercida através da escrita. Desde que aprendeu a escrever que iniciou a prática de escrita de um diário, que manteve até cerca dos 15 anos, e que usava sobretudo como instrumento de desabafo. Paralelamente, investia muito do seu tempo livre na escrita de ficção. A mãe incentivava-a inclusive a submeter alguns dos seus textos a concursos literários, mas Margarida não gostava habitualmente de partilhar a sua escrita, mostrando-a apenas à mãe. Mais recentemente não tem escrito, seja por falta de tempo, seja porque, na sua fase actual de vida, não sente necessidade de objectivar os seus sentimentos e pensamentos. Gosta, contudo, de ler os seus textos passados, reviver os momentos em que os escreveu e, assim, reflectir sobre o que fez e o que aconteceu nessa altura.

Rosa: “Deixei parecer ser muitas vezes uma pessoa, sendo outra”

O caso de Rosa ilustra uma forma diferente de constituição da reflexividade auto-referencial. É a entrevistada mais velha, com origens sociais mais desfavorecidas e a única sem formação superior. Mas os contextos por onde se moveu ao longo do seu percurso, bem como contingências da vida contribuíram para que desenvolvesse um modo particular de pensar sobre si mesma no mundo muito similar ao dos restantes entrevistados que integram este perfil.

Rosa tem 70 anos, nasceu em Lisboa e reside sozinha em Carcavelos. Completou o antigo curso industrial, está reformada e trabalhou sempre como preparadora química, fazendo análises a alimentos no laboratório de um estabelecimento

militar. O marido, que já faleceu, tinha o antigo 7º ano e trabalhou como inspector bancário. Tem três filhos: o mais velho tem o ensino secundário e trabalha como monitor numa instituição de apoio a jovens carenciados; o do meio foi o único a prosseguir para o ensino superior, é agrónomo e tem um pequeno negócio online; e o mais novo completou o 12º ano, não trabalha, é toxicodependente e encontra-se internado numa clínica de reabilitação.

Rosa cresceu num agregado doméstico que enfrentou diversas dificuldades materiais. A mãe, que tinha o 1º ciclo do ensino básico, não trabalhava e o pai, que fez o antigo liceu, ganhava muito pouco como operário na indústria da cortiça. Para além disso, tinha ainda dois irmãos mais novos, com uma diferença etária de cinco e 17 anos.

A situação financeira do seu agregado doméstico contrastava acentuadamente com o contexto familiar paterno de origem. Apesar de o pai ter uma profissão pouco qualificada e remunerada, provinha de uma família com elevados recursos escolares e económicos. A avó paterna de Rosa tinha o 1º ciclo do ensino básico e o avô frequentou o antigo liceu. Ambos detinham propriedades, nomeadamente agrícolas e viviam do património familiar. O pai de Rosa, contudo, e apesar de ter completado o equivalente ao ensino secundário, recusou-se a trabalhar numa actividade profissional equivalente ao nível das suas qualificações escolares. A família justifica esta decisão como resultante de problemas psicológicos.

Quanto aos avós maternos, com quem Rosa viveu em períodos de maior dificuldade, eram oriundos de contextos sociais mais desfavorecidos. A avó não frequentou a escola e trabalhava como modista, e o avô, com a 4ª classe, era fogueiro.

Apesar de Rosa viver quotidianamente neste enquadramento social mais empobrecido, com os pais e os avós maternos, teve contacto com recursos e modos de vida mais privilegiados, através dos avós paternos. Rosa passava ocasionalmente uma semana em casa destes avós, que lhe compravam roupa, brinquedos e comida a que não estava habituada, davam-lhe aulas de Francês e levavam-na ao teatro e a almoçar fora. Rosa movia-se por estes contextos familiares contrastantes, do ponto de vista material, o que desde muito cedo a fez criar expectativas em relação à sua vida e ao seu futuro, que não

encontravam condições sociais de possibilidade favoráveis.

O contraste entre estes dois enquadramentos familiares fazia-se também sentir, para Rosa, do ponto de vista afectivo. Um dos elementos recorrentes, que atravessou o seu discurso ao longo das três sessões de entrevista, foi a relação conturbada que sempre teve com a mãe. Nas suas palavras, era uma pessoa muito controladora, exigente, fria, pouco afectiva e vivia frustrada pelo facto de o marido ter renunciado aos recursos que provinham da família de origem.

Eu tenho uma mãe a quem reconheço “n” qualidades, como lhe digo, inteligente, capacíssima de tudo, mas muito causticada. (...) A minha mãe por onde passasse queimava. (...) Ela tornou-se uma pessoa controlada e controladora. Ela tinha de controlar a casa, a vida e o meu pai. (...) A minha mãe é a pessoa que segura as rédeas de três ou quatro cavalos ao mesmo tempo. É um marido que não é o homem que ela esperava e é a dificuldade da luta do dia-a-dia. Ela tornou-se uma pessoa amarga, exigente. (...) Havia exigência da parte dela relativamente a tudo. Ela tinha de economizar, ela tinha de organizar, ela tinha de controlar para que as coisas corressem dentro de um certo equilíbrio, porque do lado dele não havia equilíbrio. (...) Desconhecia o que era privacidade, ela tinha de saber tudo, tinha de mandar em tudo. Tinha de ser a orientadora.

Esta relação foi vivida com muito sofrimento e angústia por parte de Rosa, que desde muito nova se ressentia da falta de afecto da mãe. A este nível não podia recorrer ao pai, “muito mais brando, mas pouco actuante. (...) Era conformado, uma pessoa apagada que não dava pio em casa”. Era mais uma vez junto dos avós paternos que encontrava essa componente emocional.

Essa falta acompanha-me toda a vida, em relação à minha mãe. Uma necessidade que eu encontrava na minha avó, na minha tia, no meu avô. (...) O mimo, o carinho, o abraço, o calor humano, o eu ser importante. (...) Quando eu voltava dessa semana com os meus avós, chegava a casa, não tinha nada deste calor e tinha saudades. Era pequenina e então escondia-me atrás de uma porta a chorar de saudades.

Rosa esperava com o casamento, aos 25 anos, começar uma nova vida, mais liberta do controlo maternal. No entanto, transitou de uma

figura controladora para outra. A relação com o marido foi sempre muito conflituosa, embora os conflitos fossem sobretudo internos a Rosa porque exteriormente ela tudo fazia para cumprir as suas obrigações domésticas e familiares. O marido teve vários casos amorosos, que eram do seu conhecimento e ela vivia angustiada por não se considerar amada e respeitada.

O meu casamento traz-me também alguma desilusão. (...) Era uma revolta tão grande de eu ser sozinha para tudo. (...) Ele era excepcional em muita coisa. Companheirismo é que não, e eu precisei. Precisei porque foram três crianças, uma vida dura de trabalho.

Os conflitos acentuaram-se quando Rosa começou a querer emancipar-se espiritualmente do contexto de sujeição em que vivia. Com cerca de 40 anos de idade, face à revolta interior crescente que sentia relativamente à sua relação conjugal, e na sequência da participação em cursilhos de cristandade, passou a afirmar-se mais no casamento.

A mãe tinha um cordel que só puxava para baixo. E como só fazia assim a casa era sossegada e não havia desentendimentos. A partir de uma certa altura a mãe fartou-se um bocado, deu uma volta interiormente e a nível espiritual mudou de ideias. (...) Quando eu tomei esta minha posição, aí sim, tivemos muitos problemas em casa (...) porque o meu marido não gostava de quem pensava pela sua cabeça.

Contudo, esta relação de poder inverteu-se, de certa forma, quando foi diagnosticado cancro ao marido. A partir dessa altura, e com a evolução da doença, Rosa passou a assumir o controlo da relação, delineando estratégias que lhe permitissem controlar, na medida do possível, a doença. Isso concretizava-se na dieta rigorosa que impôs a toda a família, no controlo de horários e na definição dos tratamentos do marido. Embora esta situação tenha sido vivida com muito esforço, durante mais de cinco anos, Rosa tinha finalmente algum controlo sobre o seu contexto familiar e sobre a sua relação com o marido. Mas não pôde controlar a progressão da doença e o marido acabou por falecer.

Eu é que lhe dava a solução para tudo. Eu é que o acalmava, eu é que lhe esfregava as costas, eu é que lhe garantia que ele ia ficar bem e alimentava a esperança. Eu é que lhe fazia uma dieta e o rodeava de coisas que

pudessem melhorar o estado geral, a nível de alimentação, sumos. Tudo quanto lesse, tudo quanto mencionasse, tudo. Mas foi superior às minhas forças. Acho que venci em muita coisa, mas aquela não foi possível vencer.

O controlo que procurava exercer na relação conjugal não se cingiu apenas à evolução da doença do marido. Através do controlo das suas emoções, da não partilha da sua vida interior, mas também através da recusa de relações sexuais e do confronto directo com uma das amantes do marido, Rosa estimulava uma atitude de empoderamento e o sentimento de ter margem para agir sob algumas dimensões da vida em casal. O esforço que fazia neste sentido direccionava-se sobretudo para o controlo das rotinas e hábitos familiares e para a organização da vida doméstica. O seu quotidiano era particularmente preenchido, tendo de conciliar a sua vida profissional com o cuidado do marido e dos três filhos, sendo que o mais novo durante a infância desenvolveu dislexia, o que exigia uma atenção especial. Hoje, Rosa considera que era demasiado exigente a este nível: “Exigências, maluqueiras, não precisava de ter sido tão exigente. (...) desgastei-me muito”.

A relação marital foi, assim, vivida com muito esforço e sofrimento, entendidos neste contexto como garante de um desempenho adequado do papel de esposa e de mãe.

Depois de eu me auto-analisar a esse respeito, eu sei que estive a 100%. No carinho com ele, no carinho com os filhos, nos cuidados de alimentação que se estendiam a toda a família (...) no sacrifício desgraçado que era conseguir manter três miúdos que apreciam bifés com batatas fritas a pensarem que estão a comer um rolo de carne, mas que estão a comer um rolo de soja ou um rolo de seitán. (...) Tinha que inventar, tinha que me esforçar muito.

O ressentimento que Rosa mantinha durante o casamento foi, de certa forma, aliviado com a morte do marido: “quando ele partiu eu senti-me livre e não lastimo a minha viuvez”.

Contudo, o problema de saúde do marido coincidiu com outra tragédia familiar. Já na fase terminal da doença, tomaram conhecimento que o filho mais novo era toxicod dependente. A partir desse momento Rosa, que já lidava sozinha com o cuidado do marido, passou a direccionar também a sua energia para a resolução deste problema. Começou a frequentar um grupo de apoio de Famílias Anónimas, no qual ainda participa, como

forma de aprender a lidar com esta situação. O filho, apesar de já ter feito diversos tratamentos, permanece toxicodependente há cerca de 15 anos, com períodos de melhoria e outros de recaída.

Foi um caso que nos calhou assim caído do céu, com o qual nós não contávamos e que não sabíamos lidar. (...) A primeira vez [*nas Famílias Anónimas*] é muito confusa porque nós vamos sempre na ideia de que vamos encontrar a solução. E fiquei baralhada porque ninguém me deu um remédio para curar aquela loucura. Mas voltei, e voltei, e voltei, e voltei, e já lá estou há 14 anos. (...) A gente vai realmente encontrando maneiras de, não de curar, não de controlar, mas de saber viver com esse problema e de se manter com sanidade mental e com serenidade perante aquilo que tem. Porque não se pode mudar ninguém, só se pode mudar a si mesma. Portanto, graças a Deus, já mudei muita coisa em mim, que leva depois a que o meu filho seja “obrigado” a mudar algumas coisas dos comportamentos dele.

Esta contingência do seu percurso biográfico tem desde então assumido centralidade na sua vida. Constituiu também um ponto de viragem, no sentido em que Rosa se viu forçada a realizar um trabalho interno intenso e continuado para entender e lidar com este problema. O seu discurso denota a ambivalência desta situação: se por um lado tem sido fonte de sofrimento, por outro permitiu-lhe conhecer-se melhor e alterar aspectos que menos a satisfaziam nas suas atitudes e comportamentos.

Tenho sofrido, tenho sofrido bastante. (...) Mas não sou infeliz por isto porque este programa é muito completo, no sentido de auto-análise, de mudança interior, uma exigência de mudança. É um programa de sentimentos, de nos sabermos analisar a nível de sentimentos e, portanto, eu tenho colhido muito crescimento interior para mim, levada pelo meu filho, obrigada pelo meu filho.

Mais recentemente, a mãe, no seu último ano de vida, voltou a ser uma presença quotidiana na vida de Rosa, mudando-se para a sua casa. No decorrer desse ano a relação entre as duas tornou-se ainda mais tensa e Rosa viu-se mais uma vez num contexto de dominação e frustração. A forma que encontrou para assumir algum controlo na relação foi, como sucedeu no caso do marido, através da prestação de cuidados, já que era ela quem tomava todas as decisões quanto aos

tratamentos, alimentação e actividades que a mãe fazia. Rosa ressentia-se da relação que mantinha com a mãe, mas não quis, mais uma vez, deixar de desempenhar o seu papel de cuidar (“tudo quanto foi físico e saúde, eu fiz a 100%”), ainda que internamente isso entrasse em conflito com as suas emoções.

Rosa lutou toda a vida, sobretudo internamente, contra o controlo exercido por pessoas centrais na sua vida, como a mãe, o marido e o filho mais novo. Ao fazê-lo, contudo, tornou-se ela própria uma figura controladora, o que intensifica ainda mais os seus conflitos internos. Desde muito nova, e face a um contexto em que sentia necessidade de regular internamente as suas emoções no relacionamento difícil que mantinha com a mãe, investia em práticas que lhe proporcionavam a sensação de poder controlar alguma coisa.

Educava a minha força de vontade (...) Pedia à minha mãe para fazer uma gemada ao lanche, que eu adorava, era uma guloseima. (...) Então chegava a hora da gemada, parava, guardava e só comia ao jantar.

Esta noção de “educar a força de vontade” tem origem na educação católica de Rosa, que frequentava habitualmente a igreja, indo à missa e à catequese. Fazia pequenos exercícios deste tipo com o objectivo de encontrar interiormente alguma serenidade para lidar com o que não podia controlar nos seus contextos de vida. Contudo, e à medida que foi crescendo, não encontrava no catolicismo resposta para as suas inquietações porque nada mudava na sua vida familiar.

O que eu tinha dentro de mim era muito maior e não correspondia à minha necessidade aquilo que eu ouvia na igreja. Eu vinha para casa e pensava: “isto é muito pouco, tem de haver muito mais”.

Esta necessidade de controlo é também uma forma de se autonomizar face aos seus contextos, mesmo que essa autonomia só se manifeste internamente.

Fui uma pessoa convencida que tinha poder e que modificava (...) que tinha poder de modificar os outros e que a minha maneira era a melhor. (...) Eu tinha força interior, tinha uma boa auto-estima, embora tenha sido na minha vida sempre mais ou menos dominada. Cá dentro não me tocaram, cá dentro não me destruíram. (...) Essa capacidade de ter força para conseguir ser gente, mesmo com uma

mãe que foi prepotente e dominadora, e com um marido que me humilhou muitas vezes.

Ainda hoje, já sem a presença da mãe e do marido, a questão do controlo continua a ser central nas suas preocupações. Um claro exemplo diz respeito ao facto de já ter escolhido a roupa que quer que lhe vistam quando morrer. Junto ao fato tem uma lista de funerárias com os respectivos contactos e com os preços dos serviços fúnebres que ela escolheu para o seu funeral. Fez esse levantamento há cerca de dois anos porque seria inconcebível para si deixar essas opções à responsabilidade de outras pessoas.

Olhe, tenho o que quero vestir quando morrer já pronto. Tenho uma lista de funerárias com preços, com as condições que eu queria. Telefonei para vários sítios e os que me satisfiziam as condições que eu queria eu pus num papel o nome da casa, a morada, o número de telefone. Enfiei tudo num saquinho, agarrei com um clip ao decote do dito coiso que está escolhido e já falei aos meus três filhos onde é que está. E assim escusa de andar tudo atrapalhado tanto à procura de funerária, como à procura do que é que se lhe vai vestir.

Mas esta tendência é contrabalançada e entra, de alguma forma, em conflito com o trabalho interno que aprendeu a fazer para garantir alguma serenidade e para tomar consciência de que não tem controlo absoluto sobre as circunstâncias que têm marcado a sua vida, nomeadamente a doença do marido e o problema do filho. Esse trabalho de auto-conhecimento e de auto-controlo tem vindo a ser desenvolvido numa primeira fase através da religião, embora de forma muito insatisfatória, como foi já referido. Durante o casamento, Rosa encontrou alguma satisfação nos já referidos cursinhos de cristandade.

Este programa encaixa porque, lá está, vem ao encontro dum auto-conhecimento, duma análise permanente que eles chamam de “inventário”. Na igreja chamava-se o “exame de consciência” e aqui é o “inventário pessoal”. Inventário pessoal é exactamente isso, uma pessoa tem que analisar-se perante as atitudes que tomou, que fez, que aconteceu, as melhores, as piores, e mudar o que for capaz.

Mas aquilo que foi decisivo a este nível foi juntar-se a um grupo de Famílias Anónimas, onde tem aprendido a lidar com a situação do filho

e, acima de tudo, com as suas emoções e acções face a esse problema.

E como ainda não era o suficiente, vem um filho para me trazer uma situação em que eu tenho mesmo que escavar cá dentro, se me quero aguentar com alguma sanidade. (...) Aprendi que sou impotente. (...) Aprendi que ninguém é completo, ninguém é perfeito e que eu não tenho aquele poder e aquela capacidade de salvar.

Através do apoio que tem recebido neste contexto Rosa tem aprendido a desenvolver uma postura mais relaxada e a agir, não sobre as circunstâncias que, à partida, sabe que não pode controlar, mas sobre si mesma e sobre a atitude com que lida com essas situações.

É um trabalho mesmo de auto-análise. Como é que fiz, como é que deveria ter feito, em que é que isso me ajuda, em que é que isso me melhora. (...) Eu só me posso mudar a mim. (...) Só lá dentro é que a gente trabalha as mudanças, mesmo, mesmo no fundo. Tem de se ir lá no fundo e escavar, escavar, escavar, escavar. Eu diria que é quase infinita a capacidade que nós temos de nos auto-transformarmos, de fazermos a nós próprios um processo alquímico. (...) Repete-se duas ou três vezes, mentaliza-se aquilo a que nós chamamos a oração da serenidade: “Concedei-me, Senhor, serenidade, para aceitar aquilo que eu não posso modificar”. O que é que eu não posso modificar? Tudo aquilo em que eu não tenho poder. Eu tenho que ter serenidade perante a minha impotência. “Concedei-me, Senhor, serenidade, para aceitar aquilo que eu não posso modificar. Coragem para modificar aquilo que eu posso”. É preciso muita coragem. Muitas vezes para a gente arrumar o desespero, a aflição, o desgosto, as lágrimas, a tristeza, e substituir por coisas positivas, e sentir-se cheio. Essa coragem tem de ser cá de dentro. “Coragem para modificar aquilo que eu posso e sabedoria para distinguir uma coisa da outra”.

No fundo, tem trabalhado o controlo da sua necessidade de controlar. Fá-lo internamente, mas sempre em diálogo e com o suporte do contexto de interacção do grupo de Famílias Anónimas. Contrariamente a muitos dos entrevistados que integram o perfil auto-referencial, a sua reflexividade não é exercida, sobretudo a este respeito, através da escrita. Não só não desenvolveu o mesmo tipo de relação reflexiva com a linguagem (em grande parte porque não teve um percurso tão prolongado no sistema de ensino),

como tende a necessitar mais intensamente de orientação externa, em interacção com outras pessoas, para os seus diálogos internos. Frequentemente tem de preparar algumas palavras para apresentar ao grupo de apoio que frequenta, mas essa preparação e o ensaio do discurso é levado a cabo apenas na sua mente, não recorrendo à escrita.

Este trabalho interior que tem vindo a fazer há cerca de 14 anos levou-a a encontrar alguma serenidade e a não lamentar as contingências da sua vida porque considera ter sempre poder para alterar e monitorizar o modo como as encara.

Há muita gratidão no meio desta situação toda que eu vivo. (...) Este programa ajudou-me muito a essa consciência de nos conhecermos a nós mesmos. Dai eu não maldizer a doença do meu filho. (...) No sentido de eu perceber o que é que está a acontecer dentro de mim e auto-analisar-me e sentir-me mais em paz, mais tranquila, mais feliz. Porque no meio da confusão que está à nossa volta podemos sentir felicidade na mesma.

O alcance deste processo de aprendizagem não cinge apenas ao problema do filho, estendendo-se a todas as dimensões da sua vida.

Nós vimos cá para aprender, isto é uma escola e temos muita coisa para mudar. (...) É claro que esta situação do meu filho é uma situação que eu tenho de trabalhar especificamente nesse sentido. Mas isso vai-se reflectir na vida toda porque eu sou, presentemente, uma pessoa mais tolerante, menos capaz de me deixar manipular, mais consciente de que eu mereço.

O estímulo da sua capacidade de auto-análise tem sido ainda complementado com o que Rosa considera ser a educação da sua espiritualidade. O afastamento das práticas e de alguns ideais do catolicismo levaram-na a procurar respostas em diferentes religiões.

Sou mais liberal, mais solta do que quando eu era católica. (...) Eu tive que ler sobre Buda, eu tive de ler sobre Mohamed, eu tive que ler sobre Taoísmo, eu tive de ler, tive de saber. Tive de tirar um bocadinho de todo os lados porque a verdade não está num sítio só.

Mais recentemente tem procurado literatura e tem também feito cursos orientais associados à meditação e ao auto-conhecimento.

Rosa considera que mesmo a sua actividade profissional constituiu um importante estímulo da sua capacidade de auto-análise.

Gostei do meu trabalho. (...) A análise que tem tudo a ver comigo. É uma coisa que está dentro de mim, eu gostar de auto-analisar-me e o meu trabalho exigia também uma grande atenção de processo analítico.

Todo o discurso, bem como a postura de Rosa no decorrer das três sessões de entrevista parecem contradizer, pelo menos em parte, a serenidade que diz ter alcançado. A auto-análise que aprendeu a fazer, bem como o processo de mudança interior daí resultante, não parecem ser suficientes para aliviar a sua angústia. Rosa evidencia estar a viver um conflito interno que opõe a necessidade de controlo a uma atitude mais relaxada e de racionalização das suas circunstâncias. As disposições orientadas para o controlo estão de tal forma interiorizadas, porque fomentadas e construídas ao longo de muito tempo, em diferentes contextos de vida, que Rosa não consegue evitar a sua permanente activação. É uma luta de si a si, marcada pela procura de controlo da sua tendência para controlar.

No decorrer da entrevista ficou clara a existência de um contraste entre aquilo que é uma componente central da sua vida interna e aquilo que transmite discursivamente. Rosa chorou ao longo de praticamente as três sessões e manifestou-se angustiada e revoltada através das suas expressões faciais, gestos e das palavras que escolheu para descrever o seu estado interior. Mas esta postura de algum descontrolo emocional contrastou fortemente com o exercício da sua reflexividade discursiva, orientada para a serenidade, harmonia e equilíbrio.

Esta tensão interna resulta também de um conflito entre papéis sociais, sobretudo na esfera familiar. Ao mesmo tempo que Rosa procurava, enquanto esposa e mãe, cumprir todas as suas responsabilidades de prestação de cuidados à família, procurava emancipar-se e autonomizar-se de um contexto familiar de dominação através da sua “espiritualidade”. Ao mesmo tempo que Rosa se sentia humilhada pelo comportamento do marido, tudo fazia para manter o seu casamento. Ao mesmo tempo que se subjugava, como filha, ao controlo exercido pela mãe, investia em práticas mentais que lhe permitissem algum escape à rigidez e exigência maternas. Ao mesmo tempo que fazia tudo ao seu alcance para cuidar da mãe

no seu período final de vida, lutava contra a sua atitude controladora. É, no fundo, um conflito entre a subjugação e a emancipação face aos seus contextos de vida.

Eu tentava fazer o que esperavam de mim e aguentei demais. Fiz demais esse papel. Isso é uma das coisas que se eu soubesse o que sei hoje, como se costuma dizer, tinha resolvido, mas na época presente.

O discurso de Rosa evidencia que durante toda a sua vida teve de lidar com o desajuste entre as suas expectativas e os seus contextos de vida, entre as suas emoções e a sua racionalidade e ainda entre disposições conflituais. Estes conflitos permanecem, mesmo vivendo num contexto familiar e residencial muito diferente. Rosa vive sozinha num apartamento em Carcavelos. Sempre que o filho mais novo regressa dos tratamentos de reabilitação, fica a viver com ela. Mas não tem hoje a pressão que sentia quando era casada e tinha de cuidar quotidianamente da sua família. Aliás, desde que o marido faleceu, e depois de os dois filhos mais velhos terem casado, Rosa sentiu-se liberta para investir em actividades que nunca tinha tido possibilidade de fazer. Aos 60 anos tirou a carta e comprou um carro, de modo a ter mobilidade para se deslocar autonomamente. Tem-se dedicado a pequenas tarefas de decoração, à leitura, ao ginásio, ao voluntariado em hospitais e centros de dia, ao tai-chi, ao reiki e a diversos cursos “espirituais”. Em muitas destas actividades tem sido acompanhada por uma amiga de longa data, com quem partilha as suas preocupações e com quem se encontra frequentemente.

A flexibilidade e liberdade com que encara o seu quotidiano hoje contrasta acentuadamente com a rigidez do seu dia-a-dia quando vivia com o marido e os filhos. A disposição para o planeamento continua, contudo, presente, embora não precise de ser activada com tanta frequência.

Já fui uma pessoa que planeava ao pormenor. E ainda hoje tenho tendência para preparar aquilo que vou precisar daqui a três dias. Mas não é bem como um plano, é como uma providência. (...) Sou muito arrumadinha e tudo muito previsto e muito preventivamente posto na minha cabeça.

Para a organização do seu quotidiano, Rosa recorre, tal como tem feito ao longo de todo o seu percurso, a listas de tarefas e compras, e a

lembretes que coloca pela casa para não se esquecer de algum evento ou actividade.

A única planificação a longo prazo que Rosa revelou ter feito recentemente diz respeito à preparação do seu funeral, como já referido. Quando era mais nova imaginava frequentemente a sua vida futura, nomeadamente o seu período de reforma como um campo aberto de possibilidades. Gostava de prosseguir os estudos, estudar inglês, informática e restauração de objectos e mobiliário antigo. O problema do filho tem, contudo, condicionado a concretização dos seus planos, tanto a nível financeiro, como de disponibilidade mental. O único desejo que mantém é que o filho consiga recuperar. Neste momento não vê necessidade de elaborar projectos futuros, atendendo também à sua idade.

É o dia-a-dia, é o só por hoje e às vezes é só por agora. (...) Agora grandes planos, grandes ambições não. (...) Não sei se vou ter o futuro. Então para quê planear grandes coisas?

Rosa considera ser uma pessoa “normalmente ponderada”, mas sente-se hoje com coragem para ser, ocasionalmente, “um bocadinho impulsiva”. Por exemplo, uns meses antes da entrevista, Rosa esteve envolvida num acidente de viação que lhe danificou o carro de forma irreparável. Sem pensar muito sobre o assunto, apressou-se a comprar um novo veículo, algo que admite que não teria sido capaz de fazer quando tinha outro tipo de responsabilidades familiares.

Estas pequenas liberdades que permite a si mesma actualmente tornam-na, nas suas palavras, uma pessoa mais feliz, com uma auto-estima fortalecida. Mesmo caracterizando-se como uma pessoa “complicada”, que lamenta muitas das suas opções de vida (como o casamento ou o ter filhos), e que continua a viver conflitos internos, sente que aprendeu e retirou o melhor de todas as situações negativas por que passou.

Tristezas não, eu acho que isto são tudo aprendizagens. (...) A minha vida não foi assim tão infrutífera. (...) Tudo serviu para eu aprender, para eu modificar, para eu hoje ser a pessoa que sou, que penso desta maneira, que tomo as decisões que tomo perante mim principalmente, perante os outros, perante a sociedade. Eu gosto de mim. Eu gosto de ser eu.

Gil: “Por vezes sinto-me diferente pela minha atitude, que entendo como misto de curiosidade pessoal e ímpeto social”

O caso de Gil permite ilustrar uma variante interna ao perfil de reflexividade auto-referencial. Tal como as restantes entrevistadas que integram este grupo, investe activamente no exercício de se pensar a si mesmo, aos outros e aos seus contextos, toma frequentemente a sua reflexividade como objecto de reflexão, desenvolveu uma relação de grande proximidade com o contexto escolar, tem um interesse particular pela procura de conhecimento, é bastante determinado, responsável, autónomo e considera-se uma pessoa complexa e peculiar. Contudo, há quatro factores que tornam o seu caso relativamente distinto dos restantes.

Antes de mais, é o único entrevistado do sexo masculino inserido neste perfil. Se, por um lado, esta diferença não explica nada em si mesma, fica, contudo, claro, ao longo das duas sessões de entrevista, que a socialização de Gil, particularmente ao nível familiar, não se orientou, com a mesma intensidade do que para as restantes entrevistadas, para a organização pessoal. O que significa que Gil não tem uma preocupação tão vincada com a ordenação e planificação das tarefas e tempos quotidianos. Em segundo lugar, o estímulo das suas competências reflexivas tem sido feito sobretudo por via da presença continuada na esfera escolar. A inserção noutros contextos, como a família ou as sociabilidades, não tem assumido o mesmo impacto na constituição, reforço e activação da sua reflexividade. Em terceiro lugar, e de forma indissociável, Gil não está inserido em redes tão sólidas de amigos e de actividades de lazer, como o estão as restantes entrevistadas. O que, em quarto lugar, contribui para que o seu quotidiano não seja tão preenchido e, portanto, a necessidade de planificação e organização pessoal seja menor.

Gil tem 21 anos e nasceu em Santarém, onde viveu até aos três anos de idade. Nessa altura foi viver com os pais para uma casa contígua à dos avós paternos, no concelho de Marvão. Com os avós maternos, Gil não teve qualquer tipo de contacto porque faleceram antes de ele nascer. O avô era chefe da estação de Correios e a avó trabalhou como telefonista. Com os avós paternos a relação foi bastante próxima, sobretudo com a avó, com quem ficava quando saía da escola, até ao regresso do trabalho dos pais. Esta avó, sem

qualificações formais, trabalhava na horta que mantinha em sua casa e vivia da venda dos produtos que cultivava. Faleceu quando Gil tinha 10 anos de idade.

Gil provém de um agregado doméstico marcado pelo alcoolismo do pai. A mudança residencial de Santarém para Marvão resulta precisamente da esperança, mantida pela família, de que o pai pudesse melhorar estando perto dos avós. Apesar de não ter muitas memórias associadas a esse período da sua vida, até porque o pai faleceu quando ele tinha nove anos e até lá a mãe procurava protegê-lo do problema do pai, lembra-se de alguns episódios menos agradáveis e foram-lhe relatadas posteriormente situações habituais da vida familiar.

Ele era capaz, por exemplo, de passar as noites a correr várias tabernas, porque à medida que a taberna onde estava fechava, ele procurava outra ao pé para poder ir consumindo e alimentando o vício, digamos assim. E a minha avó e a minha mãe muitas vezes iam as duas de carro, com a minha mãe a conduzir, porque a minha avó não tinha a carta, dar voltas de noite pelos cafés da zona à procura do meu pai.

O pai trabalhou como administrativo e concluiu o equivalente ao 3º ciclo do ensino básico e a mãe, com o ensino secundário, trabalhou como administrativa e mais tarde como empregada de balcão numa loja de telecomunicações. Tem ainda um irmão cinco anos mais velho, mestre em Estudos Artísticos pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, cidade onde reside e onde trabalha como director comercial numa cadeia de ginásios. Com o irmão Gil tem mantido uma relação mais difícil, embora tenha vindo a mudar em anos mais recentes. Considera que não têm “feitios compatíveis” e que existiu sempre alguma distância no modo como se relacionam.

Não via nele a oportunidade de ter ali um melhor amigo em casa, alguém com mais ou menos a minha idade com quem pudesse confidenciar e falar de tudo um pouco. Não, intimidou-me sempre um bocadinho. (...) Ao mesmo tempo era alguém com quem eu nunca me sentia inteiramente à vontade e, portanto, também acabava por não ser alguém que eu dissesse assim: “é um modelo para mim”.

A morte do pai, apesar das implicações negativas que acarretou a nível emocional, teve também um efeito estabilizador na vida familiar e

contribuiu para que Gil estreitasse a relação com a mãe. Relata inclusive memórias particularmente felizes associadas a passeios de carro que fez posteriormente com a mãe e com o irmão.

A minha mãe, de facto, naquela altura de princípios do milénio, com estas mortes e com o facto de se reformar, passou a ter mais tempo para estar com os filhos e isso levou necessariamente a uma maior proximidade. (...) Então a minha mãe, que é uma pessoa que sempre gostou muito de conduzir, gostava muito de aproveitar ao fim-de-semana e em períodos de férias escolares para me levar a mim e ao meu irmão a passear. Fizemos passeios de carro muito bonitos e muitas vezes dormíamos, por exemplo, em hotéis ou residenciais.

Em 2004, foi diagnosticado à mãe cancro da mama, altura em que saíram de Marvão e foram viver durante um ano para o concelho de Coruche, para junto da madrasta da mãe. Nessa altura, o irmão estava já a estudar em Coimbra e Gil frequentava o 8º ano de escolaridade. Embora a situação de saúde da mãe gerasse muita preocupação no seio familiar, Gil considera que a atitude aberta e determinada da mãe lhe permitiu viver sem grandes angústias este problema.

Eu penso que a minha mãe reagiu de forma muito forte, porque a minha mãe não é pessoa de se andar a lamentar. (...) Não foi algo que me transtornasse particularmente, até pela forma como a minha mãe sempre falou da doença e sempre expôs as coisas de forma muito aberta e natural, tanto a mim como ao meu irmão. (...) Tive também a oportunidade de não me deixar afectar ou de não me ver exposto de forma muito violenta a essa situação de problema de saúde da minha mãe. Acabei por conseguir levar uma vida, embora diferente da que estava habituado lá com ela, normal, apesar de tudo. Porque fui viver para casa da minha avó e foi-me à mesma proporcionado um ambiente familiar, de alguma forma, que me permitiu não sofrer demasiado com a doença da minha mãe.

Quando Gil ingressou na licenciatura de Ciência Política e Relações Internacionais, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, a mãe mudou-se para Coimbra, para junto do irmão, de modo a prosseguir os tratamentos no Instituto Oncológico de Coimbra. No momento da entrevista, Gil revelava preocupação com a situação clínica da

mãe, que desenvolveu metástases, mas também algum alívio pelo facto de os resultados das últimas análises terem sido positivos. Contudo, numa troca de emails que ocorreu algum tempo depois da realização das duas sessões de entrevista, Gil informou que a mãe tinha falecido um mês depois da nossa última conversa.

Ao longo das duas sessões Gil revelou sempre grande gratidão por tudo aquilo que a mãe fez por ele. Por mais de uma vez, referiu-se à responsabilidade que assumiu na gestão financeira quotidiana e no investimento académico pelo facto de a mãe estar a sustentar inteiramente o seu percurso pelo ensino superior.

É claro que tendo eu consciência que estou aqui graças à minha mãe, tenho um pouco a obrigação, para não dizer tenho muito a obrigação, de ser bem-sucedido. (...) Nas ocasiões em que o professor faltava e nós éramos apanhados de surpresa, eu dizia muitas vezes para alguns colegas, que até pensavam que eu estava a gozar quando dizia que era uma falta de respeito e que andava a minha mãe pagar-me as propinas para aquilo. (...) E em igual medida quando eu tinha uma nota menos boa, num teste ou numa apresentação, do que gostava de ter ou esperaria vir a ter, em tom de desabafo dizia aos colegas: “não honrei a minha mãe, anda a minha mãe a pagar as propinas e hoje não a deixei ficar bem”.

Quando Gil foi para Lisboa estudar, morou durante um ano numa casa partilhada com sete pessoas, que não conhecia inicialmente. Se por um lado foi uma experiência cansativa, por outro permitiu-lhe adaptar-se a uma situação de autonomia residencial e facilitou o processo de integração. Apesar dos receios iniciais de Gil, a transição para um novo contexto de vida, mais autónomo, acabou por ocorrer de forma mais estável do que o esperado.

Entretanto vim para cá e as coisas correram bastante melhor do que eu estava à espera. Eu próprio tinha um preconceito, acho que posso dizer assim, sobre mim, no sentido de achar que seria muito frágil e ia ver-me muito sensível e se calhar ia chorar uma vez por outra, uma vez encontrando-me aqui fora do meu ambiente, do meu habitat natural e afastado da minha família. Mas acabei por me dar bem e nunca chorei.

Actualmente vive sozinho numa casa alugada. Em Lisboa, Gil contou ainda com o apoio

de uma tia, licenciada em Direito, com quem passou a encontrar-se semanalmente.

A integração em Lisboa e num novo enquadramento de estudo, foi também facilitada pelo facto de Gil atribuir centralidade ao investimento académico. Considera que, ao longo de todo o seu percurso escolar, sempre foi um aluno interessado, com boa capacidade de aprendizagem, muito atento nas aulas e capaz de obter bons resultados sem se esforçar muito.

Nunca precisei, de facto, de estudar muito, muito para conseguir resultados aceitáveis. Não digo de excelência, mas aceitáveis. (...) Sou uma pessoa que se calhar guarda as coisas para a última da hora e faz as coisas um bocado à pressa. (...) No entanto, muitas vezes ficava surpreendido, porque apesar de fazer as coisas, não digo de um dia para o outro, mas na última semana ou nas duas últimas semanas, conseguia ter trabalhos que depois eram classificados com uma nota fantástica. (...) Por estar, digamos, mal habituado, é que nunca procurei corrigir os meus hábitos.

Apesar de não dedicar muito esforço à organização pessoal do estudo e ao planeamento das tarefas que tem de levar a cabo, manifesta por diversas vezes, no decorrer da entrevista, algum constrangimento por não assumir uma atitude mais planificadora. Embora obtenha bons resultados, a imagem que interiorizou de um bom aluno acarreta também o desenvolvimento de competências de gestão do tempo.

A importância que atribui à sua formação académica, em particular durante a licenciatura, não se restringe apenas ao processo de aprendizagem curricular. Para além dos conhecimentos que obteve, a experiência de estudo contribuiu para a sua formação cívica, para reforçar a sua autonomia e para ter contacto com diversidade social e cultural.

Aprendi muita coisa, ganhei consciência sobre muita coisa e mesmo enquanto pessoa, portanto para lá de toda a dimensão académica, acho que aprendi lá coisas que me ajudaram a evoluir e a tornar-me mais maduro.

Após a conclusão da licenciatura, Gil prosseguiu para o mestrado na mesma área, na mesma instituição de ensino, encontrando-se actualmente a frequentar o 1º ano. Não tem ainda um plano definido relativamente ao seu percurso profissional depois de terminar o mestrado: “é tudo muito incerto para mim, muito desconhecido”.

Contudo, apesar de não conseguir ainda elaborar um projecto a longo prazo, revela o desejo de regressar à zona de Marvão e de contribuir para o desenvolvimento dessa zona. Mantém também como desejo mais abstracto constituir família num futuro mais distante. A dificuldade que manifesta em planificar leva-o a falar sobretudo de desejos e ambições.

Eu sei que ninguém tem o futuro na palma da sua mão e por mais que a pessoa tenha a capacidade e a possibilidade de planear, de planear bem, com rigor, com exatidão e método as suas coisas, eu pessoalmente não acredito, porque comigo isso não acontece, não consegue nunca actuar e ser completamente bem-sucedida de forma fiel ao que programou e ao que esperava vir a ser. Portanto, as minhas ambições talvez sejam coisas muito generalistas, muito abstractas, nada de muito particular.

A curto prazo, Gil, que nunca trabalhou, pretende ingressar no mercado de trabalho, enquanto estudante de mestrado, quer para ganhar alguma experiência, quer para contribuir para o seu sustento financeiro. Outro dos seus objectivos passa por tirar a carta, actividade que pensava iniciar no início de 2012.

O quotidiano de Gil tem vindo a ser ocupado, desde que vive em Lisboa, com aulas e trabalho escolar. Contudo, desde que iniciou o mestrado, e porque a carga lectiva é mais reduzida que a da licenciatura, tem o dia-a-dia menos preenchido. É também por esse motivo que gostaria de começar a trabalhar. E é também por ter mais tempo livre que sente com maior intensidade dificuldades acrescidas na gestão do tempo.

Eu não sou uma pessoa muito de rotinas. (...) Reconheço que isso não joga a meu favor porque me impede talvez de ser mais organizado e de conseguir gerir o tempo de maneira mais produtiva.

Procura dedicar-se quotidianamente a leituras para o mestrado, mas passa também algum do seu tempo diário, com excepção das aulas, a fazer tarefas domésticas, a navegar na internet, onde consulta notícias e informação meteorológica e faz pesquisa sobre temáticas que o interessem, a ler imprensa escrita e, ocasionalmente, a jogar PlayStation 3. Tem também dedicado, ultimamente, algum tempo à construção da sua árvore genealógica com base em informação

disponibilizada no sítio electrónico do Arquivo Distrital de Portalegre.

Combina também ocasionalmente saídas com amigos e colegas para almoçar, ir ao cinema ou ir a museus. Gil mantém alguns amigos dos diferentes contextos de vida por que passou. Contudo, conserva algum distanciamento e reserva na relação que mantém com as suas redes de sociabilidade, na medida em que preza bastante o seu espaço individual e procura não impor a sua companhia.

Eu sou uma pessoa que faz amigos com facilidade, mas sou uma pessoa também que tem alguma dificuldade em manter um núcleo de amigos. (...) Eu considero que os meus amigos são muito importante na minha vida, mas não ao ponto de eu não conseguir viver independentemente deles. E eu aproveito isto para dizer que tento ser uma pessoa que, nestas relações de amizade, não seja também demasiado presente. Gosto que as pessoas se sintam bem ao pé de mim, mas que também não se sintam obrigadas a estar comigo sempre e se sintam livres de estar comigo só quando lhes apetece e quando querem. (...) E também por isso, gosto de pensar que é de facto bom, é óptimo uma pessoa ter amigos, mas também é bom a pessoa ter tempo para si.

Ao longo da entrevista Gil refere várias vezes ter experienciado problemas de integração, pelo menos numa fase inicial, em particular nos anos em que mudou de escola. Seja porque passou a integrar um contexto escolar novo, em que os colegas já se conheciam, seja por ser muito diferente dos alunos em termos de interesses pessoais. Por exemplo, foi alvo de alguns comentários mais jocosos quando no 5º ano de escolaridade foi o único aluno que optou por não ter a disciplina de Educação Moral e Religiosa. Gil não teve uma educação religiosa em casa, ele e o irmão não são baptizados e a mãe é ateia.

Sempre fui uma pessoa com interesses um pouco dessincronizados, digamos assim, com a maior parte das pessoas da minha idade. Se calhar isso trouxe-me alguns problemas de integração pontuais aqui ou ali, pelo menos até que as pessoas me conhecessem bem e percebessem que todo eu não era apenas composto de interesses diferentes dos deles, também havia um ou outro em comum e, portanto, eu não era aquela pessoa que parecia mais estrangeiro que português.

Neste sentido, sente frequentemente maior empatia e identifica-se mais com pessoas mais velhas, com quem partilha alguns interesses e com quem sente poder aprender com as suas experiências.

Eu gosto muito de privar com pessoas que tenham mais alguma idade que eu, por uma questão de pensar que à partida são pessoas mais experientes. E considero-me alguém que ao ouvir pessoas falarem de experiências que eu nunca tive, aprendo e tenho a capacidade para retirar ou apreender ensinamentos dessas experiências, a um ponto como se eu próprio as tivesse tido. E para mim é sempre enriquecedor e sou capaz de estar a falar durante horas e horas.

Gil nunca esteve num relacionamento amoroso, nem assume esta questão como uma preocupação central da sua vida, ainda que gostasse, como já referido, de constituir família, no futuro.

Muitas vezes dou comigo a pensar que gostava de ter filhos e de constituir família. No entanto nunca senti realmente um grande apelo amoroso por alguém. Se calhar é um bocado estúpido dizer isto, mas é como se nunca houvesse realmente tempo para pensar nisso. Porque há sempre qualquer outra coisa a ocupar-me o pensamento, há sempre qualquer outra coisa que eu vou considerando mais prioritária do que estar à procura de alguém para um relacionamento desse género. (...) Ocorre [*esse pensamento*], mas em momentos de maior solidão. Mas é, de facto, uma coisa que não é de agora, já é de algum tempo. Esta espécie de filosofia de vida, de não estar desenfreadamente à procura de uma companheira.

Ao longo das duas sessões de entrevista, Gil reforça frequentemente a diferença que sente existir entre si e as pessoas da sua idade, ou as pessoas com quem se relaciona habitualmente: “penso tão isoladamente, tenho uma visão tão isolada da realidade, ou que me parece ser tão isolada, tão única”. Esse distanciamento, sobretudo ao nível de ideias e ideais, bem como de maturidade e autonomia, é, de certa forma, valorizado e fomentado. Por exemplo, comentou, por diversas vezes, os comportamentos de alguns colegas de faculdade, no sentido em que o surpreende, por vezes, a falta de interesse com que encaram as aulas e o processo de aprendizagem. Outro exemplo diz respeito ao facto de se assumir

como “monárquico de esquerda”, o que o afasta da generalidade das pessoas que o conhecem, que têm dificuldade em compreender a sua posição.

Gil define-se como uma pessoa calma, paciente, responsável, prudente e pragmática. Considera ser divertido como consequência da sua socialização familiar, na medida em que os pais usavam o sentido de humor e a boa disposição como armas para lidarem com situações mais difíceis de vida.

Eu era uma pessoa que estava sempre muito bem-disposta e a fazer palhaçadas para os outros rirem. Aliás, sempre fui assim. (...) Acaba por ser, se calhar, uma herança de personalidade tanto da minha mãe como do meu pai, que eram pessoas que, se calhar, por terem alguns problemas e chatices diárias acabaram por desenvolver (acho que podemos fazer esta leitura), como subterfúgio, este lado de maior espirituosidade e maior boa disposição para esquecer um pouco as agruras da vida, para lidar com as coisas melhor. E tanto eu como o meu irmão, de facto, somos bastante espirituosos.

Precisamente pelas dificuldades por que passou com a família, nomeadamente os problemas originados pelo alcoolismo do pai, a morte da avó e a doença da mãe, Gil desenvolveu uma atitude geral de alguma reserva, moderação e prudência relativamente aos acontecimentos positivos e negativos da sua vida. Não se deixar afectar em demasia com o que vai acontecendo, mas mantendo, ainda assim, alguma preocupação, permite-lhe não se expor tanto emocionalmente e, assim, não sentir de forma tão intensa as implicações menos favoráveis que podem derivar das diferentes situações.

Sou uma pessoa comedida nos festejos. Dou valor às coisas, tento ser bom apreciador e tento ser uma pessoa que tenta reconhecer e atribuir justamente o valor às coisas. Acho que tenho alguma facilidade em perceber e lidar com as situações, sejam elas mais complicadas, sejam elas mais afortunadas. E tento não ser muito sobejamente feliz nos festejos, mas também tento não ser absolutamente derrotista nas não vitórias.

Esta atitude mais comedida leva-o também a avaliar as circunstâncias difíceis por que passou de forma prudente e distanciada, identificando também implicações positivas em acontecimentos penosos, mais não seja pela capacidade de resistência e resiliência que lhe

proporcionaram. É nesse sentido que faz uma avaliação global favorável do seu percurso biográfico, sendo que os momentos mais difíceis tornam, de certa forma, o seu trajecto mais peculiar e interessante, quando comparado com o das pessoas que o rodeiam.

Tento perceber que a minha felicidade, muitas vezes, não podia ter sido maior do que aquela que foi, porque eram aquelas as circunstâncias, nem sequer dependia tanto de mim. (...) Isso acaba por me fazer considerar que eu, à minha maneira, tenho levado uma vida e um percurso de vida interessante. (...) Eu tento valoriza-me também em função das experiências de outras pessoas. (...) E acabo por, muitas das vezes, aperceber-me e chegar à conclusão de que a minha vida tem sido, apesar de tudo, gratificante.

A forma positiva como avalia a sua situação presente, a sua atitude e o modo como tem vindo a agir e adaptar-se a diferentes contextos é também uma estratégia que lhe permite construir uma estabilidade emocional capaz de contrabalançar eventuais problemas e dificuldades que possam surgir no futuro. Embora Gil nunca o refira, parece ficar subentendida a preocupação com a evolução da doença da mãe.

Valorizo com uma certa graça, (...) no sentido de felicidade, de sorte, o meu actual momento de vida, o facto de ter conseguido chegar até aqui e ter vindo a ser bem-sucedido. É uma coisa boa, há que o reconhecer. (...) E é, de facto, uma coisa que me deixa feliz e que me faz valorizar o meu percurso, mas também me faz ter alento adicional para enfrentar qualquer tipo de situação menos boa que possa acontecer. Como que me dá uma bagagem na minha balança emocional, qualquer coisa que está aqui de reserva neste banco para, em caso de acontecer alguma situação mais chata, eu também não me ir logo abaixo. É qualquer coisa que me faz sentir seguro.

Gil é prudente e ponderado a tomar decisões, no sentido em que reflecte demoradamente sobre as suas possibilidades, dificuldades e contextos antes de deliberar, e considera-se capaz de decidir de forma autónoma, contrariamente ao que, por vezes, a sua família pensa: “acho que tenho uma capacidade para lá do razoável para conseguir perceber as coisas por mim e tomar as decisões que acho mais adequadas”. Tem também por hábito reflectir sobre

o passado, exercício a que tem dedicado mais tempo desde que vive sozinho.

Acho que foi no ano passado, foi um ano de espectacular revivalismo, porque pela primeira vez, desde que eu tinha vindo para Lisboa, encontrei-me sozinho numa casa e entre outras coisas, deu-me para aí, para começar a pensar. (...) Ponderar no sentido de reflectir sobre como aconteceu, indagar, perguntar porque terá acontecido daquela maneira. No caso de um problema que tenha acontecido, o que é que terá causado aquele problema, como é que foi a minha lidação com esse problema.

Este exercício é também feito regularmente ao final do dia, antes de dormir, quando Gil reflecte sobre aquilo que fez, sobre o que gostaria de ter feito, sobre o que alteraria para que o dia, ou alguma parte do dia, tivesse sido diferente, ou ainda antecipando alguma actividade do dia seguinte.

Uma das preocupações que tem frequentemente, a este nível, diz respeito ao modo como se adapta e se expressa na presença de outras pessoas. Gil sente alguma insegurança na sua expressão oral e receia, por vezes, não responder adequadamente ou não transmitir as suas ideias de forma clara e compreensível aos outros. No decorrer da entrevista, essa angústia foi muito clara, já que, recorrentemente, questionava-se se estaria a ser claro. Tem também sempre presente e ocupa grande parte das suas reflexões com a preocupação de adequar o seu comportamento às pessoas com quem interage e à opinião que as mesmas têm em relação a si, até mesmo no sentido de evitar confrontos desnecessários.

Há pequenos aspectos da nossa personalidade, ou do nosso comportamento com os outros, que acho que devemos perceber se são bem acolhidos pelos outros e, se não são, em que medida nós não beneficiaríamos e não seria saudável para nós moldarmo-nos um pouco mais em função de algo que os outros gostariam de ver em nós. (...) Acho que é uma questão de não ser hipócrita e reconhecer que nós também não podemos ser como somos independentemente de nos importarmos ou não com o que os outros pensam. (...) Cada um de nós é também o resultado, enquanto personalidade construída, das pessoas com quem vai privando ao longo da vida. (...) Eu tenho também muito por hábito fazer o exercício de me tentar colocar no lugar do outro. Será que se eu fosse aquela pessoa,

sabendo eu o que sei sobre ela, tomaria aquela decisão ou será que tomaria uma outra.

Estas preocupações direccionadas para a relação com os outros expressam-se também no facto de Gil privilegiar e fomentar, desde muito novo, o formato escrito como meio de comunicação com colegas e amigos, face, por exemplo, ao telemóvel. Isto porque a escrita permite-lhe uma maior preparação do discurso e possibilita-lhe, assim, transmitir de forma mais aproximada as suas ideias e pensamentos.

Eu acho que tendo-me apercebido disso relativamente novo, procurei apostar e investir mais na escrita. Nunca sei se num dia vou estar melhor ou pior na minha capacidade de comunicação pela fala. Isso nunca se põe na escrita porque na escrita eu consigo sempre dizer o que quero, como quero e fazer chegar a mensagem como eu a quero fazer chegar.

No contacto que mantém com os amigos opta, preferencialmente, por usar o e-mail ou, noutros casos, o chat do Messenger. Quando tem de fazer um telefonema mais formal, gosta de preparar aquilo que vai dizer, anotando, previamente, por escrito as suas ideias.

O recurso à escrita como instrumento de reflexividade é ainda feito por outras vias. Apesar de Gil não usar uma agenda e de se considerar pouco organizado na gestão que faz do tempo, tem por hábito listar as tarefas e actividades do dia seguinte, de modo a não se esquecer do que tem a fazer, a preparar o seu dia e a estruturar minimamente os seus tempos.

Não tem por hábito a prática de escrita auto-biográfica, mas escreveu poesia na adolescência e desde 2009 mantém um blog, onde partilha, anonimamente, “opiniões, perspectivas, eventualmente reflexões sobre o futuro”. Os textos que redigiu neste âmbito reflectem, no fundo, o mesmo tipo de reflexões e preocupações discutidas ao longo da entrevista, como se pode ver neste excerto, que compila frases retiradas do seu blog:

Acho que estou numa fase particularmente humanizada da minha existência. Dou por mim a reflectir sobre todo o tipo de questões e mais alguma. (...) Quando menos se espera, eis-nos a pensar na vida: no que foi, no que poderia ter sido... até mesmo no que gostaríamos que viesse a ser. (...) Em todo o caso, entendo-me presentemente de algum modo conformado com o meu estado actual. Estado de vida e de pensamento sobretudo,

digo. (...) contudo dou por mim mais anti-social, como agora é moda dizer: já não me dou a tantos trabalhos como antes para conhecer as pessoas. E por lhes me dar a conhecer. Até porque há sempre quem goze connosco, quem faça pouco desse nosso trabalho em particular. (...) Uma das piores coisas que pode acontecer a cada um de nós é sermos incapazes de ter o auto-discernimento suficiente para averiguar da necessidade ou não de mudarmos. (...) De há alguns anos para cá comecei a interessar-me pela origem das coisas (...) Mesmo nos nossos piores momentos podemos apreender algum ensinamento, aprendi também. (*Excertos do blog pessoal, 2009-2011*)

Gil facultou ainda, para o contexto desta investigação, poemas que escreveu em 2007 e que espelham, embora de forma parcial, o mesmo perfil reflexivo.

Os esforços que não faço por perceber, por compreender aquilo que sinto / Combino-os, a todos, aqui, em língua portuguesa, / (...) Ideias que se misturam na minha cabeça, mas que clarifico e exteriorizo / Desta forma tão principesca – a Poesia. / A minha alma vai cheia, e não vazia. (*Excertos de Poemário I, Abril de 2007*)

Aquilo que fica claro nestes diferentes textos é que a escrita é utilizada, acima de tudo, como um instrumento de clarificação, através da objectivação de pensamentos que Gil tem dificuldade em organizar na sua mente, mas sobretudo oralmente. É também uma forma, particularmente no que diz respeito ao blog, de partilhar com outras pessoas aquilo que considera ser a peculiaridade da sua forma de entender o mundo e de, assim, se afirmar identitariamente para o exterior.

Anexo C: Retratos sociológicos do perfil de reflexividade pragmática

Patrícia: “Nunca fui muito pensativa”

Patrícia tem 54 anos, nasceu em Lisboa, é casada, tem dois filhos, de 29 e 36 anos, e reside em Sacavém. É um caso com muitos pontos de contacto com o de José e que representa bem o perfil de reflexividade pragmática. Patrícia respondeu de forma breve a cada questão, num misto de desconforto face à situação de entrevista, de dificuldade de expressão oral e de reserva relativamente à discussão de certos assuntos pessoais. Considera ser uma pessoa pouco pensativa e não encontra grande utilidade no acto de reflectir aprofundadamente sobre si mesma, sobre aquilo que a rodeia e sobre o que vai acontecendo na sua vida. Este exercício, ao invés de apoiar a acção, pode antes constituir-se como entrave. Isto porque, na sua perspectiva, não tem controlo sobre as suas circunstâncias, entregando essa faculdade a Deus e a uma ideia abstracta de destino. Mesmo que as suas condições de vida não a satisfaçam, nalguma dimensão em particular, ou numa fase específica do seu percurso, encara-as “como elas são”, sem lamentações ou remorsos. Age em função daquilo que tem à sua disposição, procurando retirar o melhor de cada situação.

É a respeito da esfera profissional que revela ter maior margem para controlar o seu trajecto. O trabalho tem vindo a ser entendido por Patrícia como meio de melhoria das suas condições de vida. Foi, de facto, pelo forte investimento na esfera laboral que conseguiu concretizar o projecto de incremento da sua qualidade de vida. Patrícia é oriunda de uma família que enfrentou muitas dificuldades económicas. Os pais, provenientes de Nisa, mudaram-se para Lisboa já com três filhos, cidade onde nasceram os três mais novos, onde se inclui Patrícia. A mãe, falecida há seis anos, não frequentou a escola, trabalhou no campo em Nisa e, já em Lisboa, foi empregada doméstica. O pai morreu quando Patrícia tinha 15 anos, foi operário da construção civil e vendedor-ambulante. Está satisfeita com a relação que manteve com os pais, mas destaca a importância que o pai teve na sua vida. Assim que começa a falar dele, Patrícia emociona-se, chora e tem dificuldade em prosseguir o seu discurso. O facto de o pai ter sofrido, durante vários anos, alguns problemas de saúde, que estiveram na origem do seu falecimento,

levou-a inclusive a querer estudar enfermagem, com o objectivo de lhe poder prestar apoio.

Os seis irmãos não tiveram possibilidade de prosseguir os estudos para lá do 1º ciclo do ensino básico e todos começaram a trabalhar cedo, mantendo-se, até hoje, em profissões menos qualificadas no comércio ou na indústria. Patrícia, que gostava bastante da escola, e que, como referido, mantinha o desejo de se tornar enfermeira, frequentou ainda mais um ano de escolaridade, após a conclusão da 4ª classe, suportado economicamente por uma instituição de solidariedade social. No entanto, uma das professoras manifestou interesse em perfilhar e criar Patrícia, pelo que o pai, com receio que a levassem, tirou-a da escola e enviou-a para França, para junto de duas irmãs de Patrícia que já lá viviam. Aí permaneceu, por nove meses, com uma das irmãs, ajudando a criar a sobrinha. Findo esse período, e já com 12 anos, regressou a Lisboa e começou a trabalhar numa sapataria. Ainda voltou a França por mais nove meses e regressou definitivamente a Portugal, para trabalhar numa tabacaria.

Aos 16 anos engravidou e casou com o namorado, seu marido há 38 anos. Tanto a gravidez, como o casamento não foram planeados, nem faziam, na altura, parte dos seus planos a curto prazo. Ainda assim, Patrícia encarou esta contingência com naturalidade, sem vivê-la necessariamente como constrangimento, ainda que acarretasse dificuldades económicas acrescidas.

Nessa altura claro que não, então com 16 anos eu nem pensava em casar, não é? Mas depois, pronto, estava grávida e falei com o meu marido e disse: “olha, a menstruação não veio, eu estou grávida, pronto. Agora é assim, se quiseres casar nós casamos, se não quiseres casar, nós não casamos. Eu assumo o filho sozinha e pronto, acabou-se, não há problema”. E claro que casámos e pronto. Não estava nos planos, mas também não foi nada fora do vulgar, pronto, não nos afectou muito. Ele também já trabalhava, eu trabalhava.

Embora o discurso aqui apresentado surja a uma distância temporal considerável e implique sempre algum grau de reconstrução dos sentimentos e pensamentos associados a esse evento, este excerto é revelador do cariz

pragmático da sua reflexividade. Face a uma situação que a forçava a tomar uma decisão e a pensar nas suas implicações para a sua vida futura, Patrícia não se lamentou e aceitou espontaneamente as consequências da sua condição. Esta atitude enquadra-se numa crença geral na ideia de destino, de acordo com a qual as coisas acontecem por uma razão, sendo que o papel de cada pessoa é apenas o de aceitar e lidar da melhor forma possível com a situação. Não sentiu necessidade de questionar o que fez e o que poderia ter feito diferente, nem vontade de alterar a situação.

Após o casamento e o nascimento do filho, viveu em casa dos pais oito meses, até se mudar para uma cooperativa de habitação, nas Olaias, onde residiu, e onde trabalhou num minimercado por cerca de 12 anos. O marido, com o 1º ciclo do ensino básico, trabalhou sempre como estofador, sendo que há 18 anos começou a trabalhar por conta própria, montando um pequeno negócio nessa área de actividade, que ainda hoje mantém. A vontade de terem mais um filho foi adiada por sete anos, de modo a atingirem uma maior estabilidade económica, ainda que não se encontrassem numa situação de relativo desafogo financeiro: “Uma pessoa está sempre à espera da vida melhor, mas isso é um engano porque a vida melhora quando melhora, não é com um filho, ou dois, ou três que a vida piora”. De facto, Patrícia não se arrepende das dificuldades que resultaram da decisão de ter dois filhos.

Houve um natal que eu queria comprar uma prenda para o meu filho e nem dinheiro tinha. (...) Pronto, atravessámos fases um bocado chatas, mas pronto, tudo se resolveu. E olha, são tudo lições de vida. Hoje olho para trás e não me arrependo de nada, acho que fazia tudo igual, não fazia assim nada diferente.

O forte investimento no trabalho aliado a um estilo de vida mais contido permitiram a Patrícia e à família melhorarem substancialmente as suas condições de vida, em particular depois de o marido começar a trabalhar por conta própria. Antes disso ponderaram ainda emigrar para a Austrália, onde tinham alguns contactos na área de trabalho do marido, mas optaram por ficar. Foi na sequência da melhoria das suas circunstâncias sociais que conseguiram comprar uma casa, onde ainda hoje residem, em Sacavém.

Nós trabalhámos muito. Eu estava a trabalhar na cooperativa, eu trabalhava dia e noite, fazia

tudo. Eu estava no minimercado, depois passei para o escritório, depois estava no escritório e no minimercado, à noite ia fazer limpezas. Quer dizer, eu trabalhei muito. O meu marido também, trabalhava no patrão, à noite ia fazendo biscates. Pronto, nunca pedimos nada a ninguém, nunca tivemos ajudas e, graças a Deus, o que temos é nosso.

Esta melhoria de condições socioeconómicas da família possibilitou também aos dois filhos prosseguirem os estudos para o ensino superior. Esta era, aliás, uma das preocupações de Patrícia: providenciar aos filhos qualificações formais, de modo a que eles conseguissem ter acesso a condições de vida melhores que as dos pais. Este é um ponto de divergência face aos outros entrevistados que integram o perfil de reflexividade pragmática. Dos quatro, Patrícia foi a única que viveu sempre em Lisboa (ou arredores), tendo contactos mais frequentes e continuados com um leque mais diversificado de pessoas, que lhe permitiram estabelecer a ligação entre qualificações formais e melhoria da qualidade de vida. As perspectivas de trabalho qualificado são também maiores em Lisboa do que em Moura, tipicamente com inserções laborais mais desqualificadas. No fundo, os grupos de referência de Patrícia (e dos filhos) são distintos dos dos restantes entrevistados. Para além disso, a despesa associada à frequência do ensino superior é geralmente inferior para quem vive em Lisboa, comparativamente aos custos que teriam de ser suportados por alunos deslocados.

O filho mais velho, de 36 anos, licenciou-se em gestão e trabalha nessa área numa empresa de telecomunicações. O filho mais novo, de 29 anos, concluiu a licenciatura em cinema e desenvolve a sua actividade profissional como técnico de som. Ambos já saíram de casa dos pais e residem em habitações que compraram com o apoio dos mesmos.

As preocupações centrais da vida de Patrícia remetem todas para os filhos (“os meus filhos são tudo”), em particular com a sua situação profissional, mas também com a sua saúde. Isto porque o filho mais velho, há 10 anos atrás, teve um meningioma (tumor no tecido que reveste a superfície exterior do cérebro), foi operado e recuperou totalmente. Em lágrimas, Patrícia relembra que naquela altura a sua única preocupação era apoiar o filho na resolução do problema. Os seus esforços concentraram-se

sobretudo na procura de soluções e no acompanhamento da situação, mais do que em lamentações ou na entrega a estados depressivos.

Como é que lidei com essa situação? Ainda hoje não sei lidar com ela. (...) Pensei em tudo e não pensei em nada. Na altura queria era resolver o problema. (...) Em mim não mudou nada, fez-me pensar mais a sério na vida. (...) E cada vez mais tentar mais que eles consigam tudo o que querem na vida e que aproveitem tudo o que possam todos os dias. É o que eu lhes digo todos os dias.

Portanto, face a este momento de crise, Patrícia exerceu o mesmo estilo reflexivo de enfrentar as situações “como elas são”. As suas competências reflexivas foram certamente estimuladas neste contexto, na medida em que se viu forçada a reajustar a sua atitude e mesmo os parâmetros de organização do seu quotidiano. Mas fê-lo focando-se, acima de tudo, em questões práticas associadas à prestação de cuidados ao filho.

No que diz respeito à relação conjugal, Patrícia começou por dizer, sem aprofundar a questão: “até hoje não tivemos assim grandes problemas”. Face a alguma insistência, acabou por admitir que o relacionamento com o marido atravessou fases difíceis, embora não se alongasse mais do que isso.

Nestes anos todos houve muita coisa, houve muitas discussões. Houve, tem que haver porque a vida não é um mar de rosas, tem muitos espinhos. Tivemos muitas dificuldades, atravessámos muitas fases más, atravessámos fases boas. (...) Sempre lutei pela família.

Vale a pena insistir neste ponto porque em conversas paralelas com a pessoa que facultou o contacto de Patrícia para a entrevista, foi possível saber que o marido teve alguns casos amorosos, sendo que de um deles resultou inclusive um filho. Esta situação terá gerado alguma turbulência no seio da família, mas Patrícia não fez qualquer tipo de menção a esta questão, resguardando esta dimensão da sua vida privada. Curiosamente, quando falou das suas preocupações de futuro, insistiu bastante no desejo de ter netos e na manutenção dos (eventuais) casamentos dos filhos, independentemente do que acontecesse entre o casal: “Que os meus netos não sejam filhos de pais separados. Não é por nada, mas eu acho que é muito mau, por mais que digam que não é”. Esta preocupação pode eventualmente expressar as suas

racionalizações e justificações quanto à sua própria relação conjugal e à decisão de permanecer com o marido.

A reserva que manifestou face a esta questão é consonante com a atitude de salvaguarda que afirma manter com os amigos e mesmo com alguns familiares. Patrícia não gosta de partilhar aspectos da sua vida privada, não sentindo necessidade de desabafar ou de pedir conselhos: “Não partilho sentimentos. (...) Guardo e tento resolver. Porque não sinto necessidade de falar”.

Patrícia está desempregada há um ano e meio: “ainda hoje me sinto um bocado revoltada”. Trabalhava há já mais de 14 anos como empregada de balcão numa loja de tecidos, mas face à falência do negócio, perdeu o emprego. Apesar de ter sentido dificuldade na adaptação a uma nova forma de organizar o quotidiano, Patrícia inscreveu-se no Programa Novas Oportunidades, onde concluiu o 9º ano de escolaridade, e passou a apoiar o negócio do marido, sempre que necessário. Passou também a investir noutro tipo de actividades de ocupação do tempo: vai três vezes por semana ao ginásio, faz caminhadas com amigas e com o marido e passa algum tempo no Facebook, a ver as páginas dos filhos e a falar no chat com familiares.

Apesar de reconhecer a dificuldade em voltar a ingressar no mercado de trabalho, mantém a esperança de voltar a trabalhar.

Eu queria trabalhar muitos anos, se me deixarem. Parar é morrer. Não é com 54 anos que me estou a ver parada. (...) Tenho 54 anos, para ir trabalhar outra vez vai ser um bocado complicado, não é? Mas pronto, tenho fê que sim, que ainda consiga.

A empresa do marido tem também passado por algumas dificuldades mais recentemente, com quebra de negócio. Entre a 1ª e a 2ª sessões de entrevista a oficina onde ele trabalha e onde guarda os materiais foi inclusive assaltada, o que representou um prejuízo considerável. Ainda assim, Patrícia mantém-se optimista. As dificuldades por que já passou no passado ajudam a colocar os problemas recentes em perspectiva: “Nesta altura é uma altura má, mas havemos de sobreviver. Já sobrevivemos com menos, agora também não vamos abaixo”.

É também nesse sentido que não mudaria nada no seu passado e nas decisões que tomou. Não encontra sequer sentido em pensar nesses termos. Considera que não teve hipótese de fazer

escolhas diferentes porque não teve controlo sobre as suas circunstâncias.

Também o que é eu mudava? Não podia mudar. A vida era mesmo assim, não dá para mudar, pronto. (...) Eu acho que aconteceu porque tinha que acontecer assim. Para que é que eu vou estar a pensar? Não foi assim, paciência. (...) Já está feito, paciência. (...) Foi o melhor que eu sabia na altura.

Mesmo quando vivia com os pais, não experienciava os seus contextos de vida como constrangimentos aos seus objectivos de vida, seja porque não formulou projectos fora do âmbito dos seus campos de possibilidade, seja porque os seus grupos de referência tinham condições de vida similares.

Antigamente nós não tínhamos falta de nada porque não sabíamos o que era muito. (...) Nós não nos queixávamos de nada porque era aquilo que tínhamos (...) Não pedíamos muito, também porque nessa altura não havia muito e ninguém estava habituado a muito. (...) Nós não exigíamos nada, estava tudo bem.

Patrícia não tem também o hábito de pensar muito no futuro ou de elaborar planos a médio-longo prazo. Por um lado, e mais uma vez em consonância com a ideia abstracta de destino, considera que não pode controlar o rumo da sua vida, e, por outro, projectar situações futuras pode gerar ansiedade desnecessária e infrutífera.

Não, tento não pensar muito no futuro e nas preocupações. É assim, hoje é um bicho-de-sete-cabeças, amanhã pode não ser nada. Tento viver o melhor que posso no dia-a-dia, o futuro a Deus pertence, logo se vê, quando ele chegar nós cá estamos, para o bem e para o mal. (...) Acho que nem vale a pena estarmo-nos agora a matar a pensar no que é que vai ser o dia de amanhã. Logo se vê, o que interessa é que hoje vá passando bem. (...) Sempre pensei assim. Epá porque acho que não vale a pena estar a sofrer por antecipação. A vida já é complicada, ainda vamos estar a complicar mais? Quando as coisas acontecem temos é que saber resolvê-las.

Patrícia foca a sua atenção e activa as suas competências reflexivas sobretudo para o tempo presente, quando se vê face a uma situação que exige algum tipo de reflexão: “as coisas acontecem e eu tenho resolver na altura”. As suas planificações direccionam-se principalmente para a gestão quotidiana e financeira do agregado

doméstico, nomeadamente para a organização das tarefas domésticas, para o planeamento dos eventos e horários familiares e para o controlo dos gastos e despesas. Para estas planificações, Patrícia não recorre geralmente à escrita. Faz apenas pequenos apontamentos no calendário que mantém na cozinha para registar marcações com uma distância temporal considerável. Confia na sua capacidade de memória para se lembrar dos eventos agendados. Mesmo a gestão financeira da família é feita internamente, sem recurso a instrumentos externos.

A este nível Patrícia revela maior preocupação e dedica mais tempo a falar acerca da organização das finanças familiares.

Quando eu quero adquirir qualquer coisa, tento adquirir, se não for este mês, é para o mês que vem. Eu não ligo muito a bens materiais, nem nada disso. Se eu não tiver as coisas, não tenho, não morro. Já estive sem muito mais coisas e era feliz e vivi. (...) É assim, se tenho gasto, se não tenho não gasto e não me preocupa nada não ter, nunca me preocupou. (...) Organizo na minha cabeça. Nunca guardei facturas, nem recibos, nem faço contas ao fim do mês. Se eu sei que tenho x para gastar, então não posso gastar mais que esse x. (...) Claro que faço contas, mas é na altura. (...) Se eu quiser comprar uma coisa, sei lá, um electrodoméstico, uma televisão que custa 1000 euros, se eu vou tirar 100 euros para a prestação, então posso tirar eu esses 100 euros de lado todos os meses. Não me importo de esperar um ano, mas vou tirar esses 100 e quando chegar aos 1000 euros já tenho e vou comprar. Sempre fiz assim, nunca comprei nada a prestações.

A gestão que Patrícia faz dos seus rendimentos aponta precisamente para a orientação prática do presente que tem vindo a ser identificada nas suas diferentes esferas de vida: gasta apenas o dinheiro a que pode aceder no momento presente e não faz projecções de pagamentos futuros, nem imagina cenários de pagamento a médio-longo prazo.

Regina: “Nunca tive ambição de nada”

Regina tem 56 anos, é casada, tem dois filhos de 35 e 37 anos e nasceu em Moura, onde ainda hoje reside. É oriunda de uma família com poucos recursos económicos e escolares. Os avós, sem grau de instrução, trabalharam toda a vida no

campo. Os pais, também sem qualquer tipo de qualificações escolares, tiveram nove filhos. O pai, oriundo de Barrancos, foi sempre trabalhador agrícola e a mãe, que chegou a trabalhar como operária numa fábrica de conservas, tornou-se doméstica para poder cuidar dos filhos. As condições de vida da família tornaram-se ainda mais difíceis quando o pai faleceu. Regina, então com 15 anos, foi entregue ao cuidado de uma madrinha, com quem viveu até casar. Os irmãos mais velhos viram-se forçados a trabalhar desde muito cedo para apoiarem financeiramente a família e não chegaram sequer a completar o 1º ciclo do ensino básico. Apenas os mais novos estudaram até à 4ª classe. Todos eles se têm movido por inserções profissionais pouco qualificadas, ligadas à agricultura, indústria, comércio, limpezas e construção civil, com passagens mais ou menos prolongadas pela Suíça.

Regina viu-se também forçada a abandonar a escola após a conclusão do 1º ciclo do ensino básico para começar a trabalhar (como ama e mais tarde como costureira) e apoiar a mãe e os irmãos. Por esse motivo completou a 4ª classe já no ensino nocturno e com o apoio monetário da madrinha, que teria gostado que ela prosseguisse os estudos: “mas não dava, tínhamos que lutar e ajudar a minha mãe”. A mudança de contexto residencial representou uma melhoria das suas condições de vida e permitiu colmatar, de certa forma, o período de carência e adaptação por que passou a sua família após a morte do pai. É nesse sentido que reconhece ter tido uma infância e adolescência mais felizes e tranquilas do que os irmãos, que se viram forçados a sustentar a família.

A vida da gente não foi fácil. (...) Fomos criadas pobres, muito humildes. (...) Eu nunca passei fome. (...) Os meus irmãos já sofreram mais porque a vida era diferente. Trabalhavam e custava. Agora eu, graças a Deus, fui uma menina feliz nesse aspecto. Nunca soube o que foi falta.

Regina manteve, contudo, uma relação muito próxima com a família de origem e todo o dinheiro que ganhava era entregue à mãe. Mas o contacto com a madrinha proporcionou-lhe atenção e oportunidades que não encontrava em casa dos pais. A madrinha, que completou o 1º ciclo do ensino básico, tinha duas filhas a estudar em Lisboa e o marido emigrado na Suíça, cujo rendimento lhe permitia ter uma vida sem dificuldades. Regina considera-a uma segunda mãe,

pelo apoio que lhe prestou e por tudo aquilo que lhe ensinou.

Ela era uma segunda mãe, sempre o meu pilar. (...) Só basta-me ter dado a educação que me deu. Aprendi a ser uma mulher, ensinou-me o que estava bem, o que estava mal. (...) Ensinou-me as coisas da escola. Ensinava-me a fazer os comportamentos, como nós nos devíamos dar com as pessoas, à mesa. Ensinou-me a fazer as comidas. Ensinou-me a fazer tudo.

As vivências em casa da madrinha, bem como o período em que viveu com os pais e irmãos, numa fase em que a família, mesmo passando algumas dificuldades, conseguia garantir a sua subsistência material, contribuíram para que Regina relembra a sua infância e adolescência com alguma saudade.

Gostava da vida de antigamente. Éramos mais felizes. Éramos pobres, mas éramos felizes e não havia esta falta. (...) Eu sentia-me bem. Com o coiso que tínhamos da vida nem dávamos para perceber se estávamos bem, se estávamos mal. Eu até gostava de ter vivido sempre na vida em que vivi. (...) Éramos tudo felizes. Do pouco que se tinha, chegava.

Estas representações mais idílicas do passado estão relacionadas com o facto de Regina, enquanto criança e jovem, se mover por contextos muito similares do ponto de vista socioeconómico. As pessoas que a rodeavam e com quem contactava quotidianamente tinham os mesmos padrões de vida, e as suas expectativas eram ajustadas aos seus campos objectivos de possibilidades. É nesse sentido que afirma nunca ter tido ambições. Por outro lado, quando passou dificuldades económicas anos mais tarde, já depois de casada e de ter dois filhos, Regina estava inserida num contexto nacional estruturalmente diferente, passou a ter contacto com outros meios de vida e, portanto, as suas expectativas eram mais elevadas. É por isso que afirma que gostaria de ter vivido sempre num enquadramento social similar ao da sua infância, precisamente por não ter nessa altura noção das discrepâncias sociais.

Esta questão permite perceber que não existe necessariamente uma conexão directa entre condições materiais de existência e bem-estar. Regina sentia-se melhor num contexto social mais empobrecido porque tinha expectativas ajustadas aos seus contextos de vida. Com a melhoria da sua qualidade de vida, as suas aspirações mudaram e

tornou-se para si mais difícil enfrentar os problemas que foram entretanto surgindo no seu percurso. Aquilo que é aqui fundamental ter em consideração são precisamente os processos reflexivos que medeiam a subjectividade individual e as condições objectivas de vida.

As dificuldades a que Regina se refere reportam-se, em particular, ao período em que os dois filhos eram pequenos. Regina casou aos 20 anos e teve os dois filhos com pouco mais de um ano de diferença entre si. Estabeleceu com o marido, logo desde o início do casamento, o objectivo de não ter mais filhos, de modo a proporcionar-lhes mais atenção e acesso a recursos a que ela própria e o marido não tiveram acesso.

Mas também pensei sempre que quando tivesse dois filhos não queria mais, que a vida não estava para muitos filhos. (...) Prontos, para dar mais para eles. Porque não era fácil. (...) Nunca quisemos para não nos faltar para mais. A vida era outra.

Nessa altura, para poder cuidar deles, viu-se forçada a interromper a sua actividade profissional. Face à perda de um rendimento, o marido emigrou para França e nos períodos em que Regina esperava o envio de dinheiro, tinha inclusive dificuldade em comprar alimentação.

Tenho tido mais dificuldades e passei mais miséria com que passei antigamente com os meus pais. (...) Porque era só ele a ganhar, umas vezes tinha trabalho, outras vezes não tinha. Com dois filhos, era muita dificuldade. Tanto que ele ia para a França, nós comíamos fiado. Tínhamos que ir à loja buscar porque eu depois não trabalhava. (...) Mas eu tinha alturas em que queria um bocado de pão e não tinha.

Quando o filho mais velho cresceu passou também a apoiar financeiramente a família, começando a trabalhar sazonalmente desde muito novo: “O meu filho era um rapaz que sempre esteve à frente. Via a falta que a gente tinha e chegava a ir aos caracóis para vender, para comprarmos o pão para comermos”.

O marido de Regina, concluiu o 1º ciclo do ensino básico e é operário da construção civil. Já trabalhou como assalariado agrícola e como operário, sobretudo fora do país, em França e mais tarde na Suíça. Regina regressou ao trabalho alguns anos mais tarde como empregada de limpeza em estabelecimentos comerciais, actividade que manteve até emigrar para a Suíça

com o marido, para prestar apoio aos filhos no cuidado dos netos, que já lá vivem há alguns anos. O filho mais velho, agora com 37 anos e há seis anos na Suíça, tem o 6º ano de escolaridade, é casado, tem duas filhas, de 11 e 16 anos e trabalha num lar de idosos. A filha mais nova tem actualmente 35 anos e foi para a Suíça com 18 anos, depois de concluir o 9º ano. É casada, tem dois filhos, de 9 e 14 anos e trabalha como empregada de balcão num café. Regina viveu dois anos na Suíça, período durante o qual não trabalhou para poder tomar conta dos netos. O marido trabalhou, nesse período, na construção civil, até ter um acidente de trabalho e se ter visto forçado a abandonar a actividade que desempenhava. Decidiu, então, regressar a Moura, em desacordo com Regina, que se ressentiu do novo afastamento dos filhos e dos netos.

Onde estou em desacordo é dele se ter querido vir embora, que ele podia ter lá ficado, ter procurado outro trabalho e nós termos ficado lá. (...) Gostava muito de estar perto deles [*dos filhos e dos netos*]. (...) Mas então, a vida surgiu assim, cada um para seu lado e nós tivemos de vir para cá, para Portugal.

Se por um lado atribui a responsabilidade do regresso a Portugal ao marido, por outro refere-se, por diversas vezes ao longo da entrevista, ao cariz quase inevitável do rumo que a sua vida tomou, remetendo, tal como os restantes entrevistados com uma reflexividade pragmática, para uma ideia abstracta de destino e de impotência face a forças que não controla.

Quando regressou a Moura, Regina não conseguiu voltar a trabalhar, encontrando-se actualmente desempregada. Esta situação tem sido vivida com alguma frustração, já que o exercício de uma actividade profissional tem sido uma dimensão estruturadora da sua vida e do seu quotidiano. A forma mais imediata que encontrou para lidar com o desemprego foi inscrever-se no Programa Novas Oportunidades para completar o 9º ano de escolaridade, que ainda frequenta: “Sempre gostei de trabalhar. Tanto que quando cheguei tive que ir logo fazer o 9º ano porque eu não podia estar em casa sem fazer nada”. A experiência de regresso à escola foi vivida com muita satisfação, pela oportunidade que lhe proporcionou de aceder a aprendizagens que se viu impossibilitada de ter na sua infância e adolescência: “Ainda hoje gosto de aprender”. Apreciou particularmente aprender a trabalhar com

um computador e ter feito a sua história de vida, que lhe permitiu recordar os mesmos momentos e períodos que foi descrevendo ao longo das duas sessões de entrevista.

Contudo, Regina sente ainda falta da organização temporal dos seus dias, estruturada em torno do trabalho.

Gostava de ter aquela rotina. Mesmo agora quando andava tirando o curso também gostava. Porque tinha aquele horário, depois levantava-me. É totalmente diferente, pensávamos que estávamos a ganhar e era outra alegria, pronto. Agora a gente em estando em casa...

Vendo-se nesta situação de desemprego, admite que gostaria de ter estudado numa fase mais precoce da sua vida, de modo a desenvolver competências que lhe permitissem uma inserção profissional mais qualificada.

Gostava de ter aprendido uma profissão. Ou ter estudado e ter sido alguém mais na vida. Mas não surgiram essas oportunidades. Tivemos que nos limitar com o que tínhamos. Tinha que ser assim.

Este desejo não se constituiu, contudo, em expectativas ou projectos porque Regina estava consciente de que não estaria ao seu alcance, por não ter acesso aos recursos necessários, prosseguir os estudos ou desempenhar outro tipo de actividade profissional. Não é, portanto, algo de que se lamenta ou de que se arrependa, precisamente porque o rumo que a sua vida tomou neste âmbito é remetido para o domínio do inevitável, fora do seu controlo.

Esta noção é consonante com a atitude com que encara o futuro, nomeadamente face à possibilidade de voltar a trabalhar.

Para a idade que eu tenho ainda gostava de estar a trabalhar. Mas não sei, esperava ainda ter um trabalho. Vamos lá a ver. (...) Temos que esperar. Temos que dar tempo ao tempo para ver o que é que isto reserva.

Mais uma vez reforça a ideia, algo passiva, de que é preciso ter paciência e esperar “para ver o que acontece”.

Esta foi também a atitude com que encarou todo o seu percurso, passando mais tempo dedicada a preocupações presentes, do que à elaboração de planos futuros, ou mesmo ao revivalismo do passado. Tem vindo a concentrar a sua atenção sobretudo na gestão prática da vida

familiar. Esta preocupação era maior quando os filhos eram mais novos e viviam consigo, seja porque tinha mais actividades em mãos, seja porque não tinha acesso a meios que facilitariam a realização de certas tarefas domésticas e de cuidado dos filhos.

Naquela altura, já viste bem? Olha, não tínhamos luz, tínhamos que aquecer o leitinho dele no coiso do candeeiro da chaminé. Depois tínhamos o fogão a petróleo... Tudo, era tudo diferente, totalmente diferente. (...) E lavar a gente no tanque, que não tínhamos máquina, não tínhamos nada. Tínhamos que ir à água, ali à bica ali atrás.

Estas dificuldades exigiam uma maior elasticidade e planificação horária de tarefas e actividades. Actualmente, grande parte do seu espaço mental é ocupado com preocupações de organização doméstica, embora estas assumam um grau menor de exigência e urgência: “Hoje já estou a pensar: o que faço para o jantar?”.

Tem também como preocupação central a gestão financeira do agregado, calculando custos e reservando parte do rendimento para o pagamento de despesas e contas: “Sou uma pessoa que penso muito e tem que se pensar que não é gastar e pronto. Penso, eu penso muito nisso”.

Para o planeamento destas dimensões da sua vida quotidiana, Regina não sente necessidade de recorrer à escrita. A utilização de listas de compras e tarefas, bem como de lembretes, é entendida de forma depreciativa e como auxiliar de uma memória fraca. A este nível faz questão de estabelecer a diferença face ao marido, para quem tem de recorrer a esse tipo de instrumentos escritos para garantir que ele não se esquece do que tem de fazer ou comprar.

Sempre tenho metido na cabeça. (...) Nunca precisei cá de fazer papéis. Faço para o meu marido, mas eu não. Tenho que lhe apontar tudo a ele. (...) Eu nunca me esqueci. Mesmo dantes, mesmo no tempo dos meus filhos, nunca. Mesmo quando vou às compras lá na Suíça.

Regina considera ser uma pessoa pouco ponderada no processo de tomada de decisão. Tende, geralmente, a fazer escolhas rapidamente e sem ter necessidade de consultar terceiros para se aconselhar: “É logo. Eu sou logo, não espero”. Contudo, quando as suas decisões implicam um maior impacto na sua vida ou na das pessoas que a rodeiam, a sua atitude é um pouco diferente,

exercendo, nessas circunstâncias, a sua reflexividade através de conversas externas, que mantém sobretudo com familiares próximos, como o marido ou os filhos. Regina tem também por hábito falar com algumas amigas, geralmente suas vizinhas, embora não partilhe o mesmo tipo de questões e problemas como o faz com a família. As sociabilidades constituem uma dimensão importante do seu quotidiano, passando algum tempo do seu dia-a-dia em conversa com vizinhas e amigas. Contudo, nem sempre se sente confortável para mostrar aquilo que sente ou pensa nesses contextos, resguardando-se muitas vezes e optando por partilhar as suas emoções e pensamentos apenas com a família.

Fernando: “Uns dias bons, uns dias maus, é preciso ter paciência”

O caso de Fernando é paradigmático do perfil de reflexividade pragmática. Foi, globalmente, o entrevistado que revelou maior desconforto na situação de entrevista. Esta foi, aliás, a entrevista mais curta para o total de entrevistados. Fernando teve dificuldade não só em compreender as questões, que tiveram de ser, por diversas vezes, reformuladas, como também em expressar-se oralmente. As descrições que fez do seu percurso foram muito breves e bastante confusas do ponto de vista cronológico e de sucessão de acontecimentos.

E se a componente descritiva da entrevista foi pouco precisa, o discurso mais interpretativo esteve quase ausente. Por um lado, Fernando viu-se numa situação em que lhe era pedido que reflectisse em torno de questões sobre as quais nunca tinha falado ou sequer pensado. O facto de o não ter feito, ou de raramente ter sido solicitado esse tipo de exercício noutros contextos da sua vida, tornou a entrevista numa situação mais estranha e desconfortável. Por outro, Fernando não encontra sentido em racionalizar e justificar as suas escolhas e acções passadas porque as mesmas assumem um cariz quase inevitável, cuja orientação e controlo não dependeram de si mesmo. Por outro lado ainda, a dificuldade demonstrada ao longo da entrevista resulta da estranheza que constitui o exercício de olhar para si mesmo de forma distanciada. Não quer dizer que Fernando não exerça as suas competências reflexivas e não reflecta sobre si mesmo e sobre aquilo que o rodeia. Contudo, estas reflexões não são reconhecidas e

assumidas como dinâmicas de auto-análise. Fernando tem, no fundo, uma relação prática com o mundo, que se tende a sobrepor à componente mais reflexiva da acção: o grau de incorporação do conhecimento tácito do real contribui para que Fernando entenda aquilo que o rodeia, bem como o seu percurso, como sendo auto-evidentes.

Tal como os restantes entrevistados do mesmo perfil reflexivo, Fernando, hoje com 66 anos de idade, teve um percurso de vida difícil e marcado por múltiplas carências, em particular numa fase inicial do seu trajecto. Nasceu na Amareleja, no concelho de Moura, filho de pais que não sabiam ler nem escrever, que trabalhavam sobretudo no campo, tal como os avós. O pai investiu paralelamente na profissão de carpintaria de carros, o que o levou a mudar-se para a cidade de Moura com a família, quando Fernando tinha cinco anos, em busca de melhores condições de vida. Quando o trabalho rareava, trabalhava também como empregado de mesa na restauração. Fernando teve dez irmãos, embora sete tenham falecido ainda jovens. As dificuldades económicas da família agravavam-se ainda mais pelo facto de o pai ser alcoólico e gastar parte dos rendimentos na manutenção desse vício. Para além disso, tornava-se violento com Fernando, com os irmãos e com a mãe.

Passei muito, também. A minha mãe depois não trabalhava quando tinha os rapazes pequeninos, os outros mais novos. Também foi uma vida... não foi assim uma vida fácil. Também teve 11 filhos. Foram muitos. E ele também, depois o trabalho também não era assim como ele queria. Antigamente também só o que dava mais era o campo. Os carros às vezes não davam. Ia-se sempre mexendo. Não ia para o ofício, ia para o campo, ele nunca estava parado. Só que era a bebida, a bebida deu cabo dele. (...) Era muito traquino com a bebida. (...) Ele era muito bom, mas com a bebida às vezes variava. A vida também não corria bem. Depois em bebendo um copo passava-se da breca.

Neste contexto de vida, Fernando e os irmãos viram-se forçados a começar a trabalhar muito novos, para apoiar financeiramente a família, o que, nalguns casos impediu a frequência da escola, noutros implicou o abandono. Em criança Fernando frequentou apenas a 1ª classe, que abandonou aos 10 anos de idade para ir com a mãe para o campo.

Comecei a trabalhar. O meu pai também trabalhava, mas o dinheirinho metade era para a pinga. Tive que me virar a trabalhar às mondas. (...) Dava tudo à minha mãe, o meu pai não estava muito certo.

Apenas os irmãos mais novos completaram o 1º ciclo do ensino básico, muitos deles já em adultos. A irmã mais nova teve a possibilidade de prosseguir estudos para além da 4ª classe porque foi, desde cedo, criada pela madrinha. Os irmãos que chegaram a adultos têm tido percursos profissionais em actividades desqualificadas na agricultura ou nos serviços.

Fernando começou a trabalhar aos 10 anos no campo e manteve-se nesse tipo de actividade até ir para a tropa, aos 21 anos. Esteve dois anos em Portugal e partiu depois para a Guerra Colonial, em Moçambique, onde permaneceu por mais dois anos. Por não ter estado em contexto directo de combate, faz um balanço positivo da sua experiência de tropa: “Fui ver o que não vejo mais. Gostei muito”. Quando regressou a Moura retomou a actividade profissional no campo e começou a deslocar-se para trabalho sazonal na agricultura, em França e na Suíça.

Aos 30 anos casou com uma vizinha de Moura, que tinha a 4ª classe e trabalhava como criada de servir. Tiveram nove filhos, mas seis faleceram ou à nascença ou com poucos meses de idade. O mais velho, hoje com 35 anos, completou o 5º ano de escolaridade e trabalha na limpeza de estradas. A filha do meio tem 34 anos, concluiu o 11º ano e trabalha no campo. O mais novo, hoje com 25 anos, fez o ensino secundário e tem circulado por diferentes actividades profissionais pouco qualificadas na agricultura e serviços. Os três tiveram já passagens curtas pela Suíça para trabalho sazonal e, neste momento, os dois mais velhos residem na Guarda. Fernando gostaria de lhes ter proporcionado uma vida mais desafogada economicamente, mas tem ainda de apoiá-los, quando necessário, apesar dos seus poucos recursos: “Gostava que eles tivessem uma vida melhor”.

A mulher de Fernando faleceu aos 53 anos de idade, com cancro da mama. Lidaram com a doença durante três anos, deslocando-se frequentemente a Lisboa para tratamentos, mas com o surgimento de outros problemas de saúde, a situação clínica da mulher agravou-se e acabou por morrer. Tal como o fez em relação a outras dimensões da sua vida, Fernando não se alongou

em relação a esta questão, nem aprofundou os seus sentimentos ou o modo como lidou com a sua viuvez. Apesar do desgosto que sentiu, e que ainda hoje o atormenta, aceitou “as coisas como elas são” e continuou a sua vida sem lamentações.

[*Lidou*] Mal, muito mal. Custou-me muito. Às vezes ainda abro a porta e ainda a chamo, veja lá. Eu gostava muito dela, ela era muito boa para mim. (...) Mas Deus nosso senhor quis assim.

Até porque o filho mais novo tinha apenas 12 anos nessa altura, pelo que Fernando passou a assumir as tarefas parentais e domésticas anteriormente levadas a cabo pela mulher. Não ficou claro o impacto emocional que esta morte teve em Fernando, porque se manifestou pouco a esse respeito, mas na realidade teve de fazer um esforço substancial de reorganização da sua vida. Os dois filhos mais velhos já tinham casado, mas o mais novo ficou à sua exclusiva responsabilidade.

Mais recentemente concretizou o desejo que a mulher sempre manifestou em comprarem a casa onde residiam. É uma residência degradada e pouco cuidada, a precisar de obras de remodelação e reconstrução, mas Fernando fez questão de realizar essa ambição: “Comprei-a por oito mil. E agora estou-a pagando. Estou pagando aí à volta de 160, outras vezes vai aos 200 com o seguro. Vamos lá a ver se eu consigo vencer”. Esta decisão de Fernando evidencia bem o seu perfil reflexivo. Não foi uma decisão muito ponderada, que tivesse resultado de uma consideração demorada de possibilidades e dificuldades. Conseguiu aceder aos recursos económicos necessários, no tempo presente, para concretizar a compra, através de um empréstimo bancário, mas não parece muito certo quanto à sua situação financeira futura. O centramento no tempo presente sobrepõe-se à elaboração de projectos e cenários futuros.

Em conversas posteriores, já fora do contexto de entrevista, Fernando falou insistentemente na casa, revelando a centralidade que a mesma passou a assumir na sua vida. Fez, aliás, questão de mostrar o seu estado de conservação e as suas várias divisões após cada sessão de entrevista, realçando as suas potencialidades. Confidenciou, nessa altura, que recebe pouco mais de 300 euros de reforma e, com 66 anos de idade, tem ainda 15 anos para pagar o empréstimo ao banco. Fernando encara esta situação com alguma tranquilidade e passividade, entregando a resolução e o rumo desta situação a

Deus e ao destino. Considera que tudo se acabará por resolver, não dependendo de si controlar qualquer parâmetro das circunstâncias em que se encontra ou em que se encontrará daqui a uns anos.

Fernando não desenvolveu, aliás, o hábito de pensar no futuro, no que diz respeito às diferentes dimensões da sua vida. Noutras fases do seu percurso tinha o projecto geral de melhorar as suas condições de vida, bem como as da sua família. Através do forte investimento na esfera do trabalho, foi gerindo as suas inserções profissionais, muitas vezes paralelas, a saída para a Suíça e França para melhores salários, e os horários de trabalho, que chegavam a ser superiores a 12 horas diárias. Depois de trabalhar alguns anos como servente de pedreiro na Câmara Municipal, regressou à escola, já com 60 anos, para completar o 1º ciclo do ensino básico, de modo a ter maior probabilidade de ingressar nos quadros, o que acabou por não se concretizar. Fernando conseguiu terminar a 4ª classe, mas pelo distanciamento das suas vivências face ao universo escolar, bem como pela falta de estímulos dos seus contextos de vida para a activação de competências escolares, permanece hoje sem saber ler e escrever: “fiz a 4ª classe, mas fiquei sabendo a mesma coisa. (...) Não aprendia, não tive cabeça para aprender. (...) Não sei o que foi isto, não fui capaz”.

Enquanto trabalhava como servente de pedreiro no cemitério municipal, Fernando sofreu um acidente de trabalho, que o feriu num olho e numa perna, e viu-se forçado a reformar-se. Desde então, recebe cerca de 100 euros mensais do seguro. Tem também passado por alguns problemas de saúde, tendo sido operado a uma hérnia e à vesícula e revelando dificuldades de locomoção. Deixar de trabalhar constituiu um marco importante na sua vida e implicou alguma frustração e uma nova reorganização do seu quotidiano: “Ai, isso gostava de trabalhar. Eu trabalhava em tudo. (...) Mas então, depois já não pude fazer mais nada”. Hoje, vivendo sozinho, ocupa os seus dias no jardim frente a sua casa, onde joga às cartas com um grupo que aí se reúne quotidianamente. O seu dia-a-dia é estruturado em torno do convívio, mas mantendo sempre algum distanciamento e reserva pessoal face ao seu grupo de amigos, com quem não partilha as suas preocupações.

Depois querem saber a nossa vida toda. Não. (...) Nem quero saber das outras pessoas. Das minhas também não têm nada que saber. (...) Às vezes começam a puxar e eu não dou assim o que eles querem.

Fernando tem vindo a centrar as suas preocupações e reflexões sobretudo no tempo presente: “só pensava nos dias que iam passando”. Mesmo a gestão do seu quotidiano tem vindo a ser feita sem planeamentos muito definidos: “Agora digo: tenho que ir fazer aquilo. E faço. (...) Antes também. O que tinha de fazer, fazia-as e pronto”.

Preocupa-se sobretudo com a sua situação financeira, mas sem fazer projecções futuras. Concentra a sua atenção e activa as suas competências reflexivas para a gestão quotidiana dos seus rendimentos: “Agora penso mais. Quero chegar lá àquele lado, mas já não posso. Se hei-de gastar 10, já não posso gastar 10, gasto só cinco. E às vezes vejo-me aí à nora também”. Porque não pode fazer uso da escrita para se organizar, recorre à memória – cujo alcance fez, aliás, questão de valorizar, por diversas vezes – para contabilizar as suas finanças e para se lembrar de eventos e marcações.

Fernando tem uma relação conformada com a sua situação presente e mesmo com o seu percurso biográfico como um todo. Nas suas palavras, teve pouca sorte na vida e, nesse sentido, e sem ter apetência e recursos para perspectivar orientações alternativas ao seu trajecto, resta-lhe apenas ter paciência e esperar que as coisas se resolvam por si mesmas: “Tive pouca sorte. (...) É que a vida está muito má. (...) O que é que eu hei-de pensar? Tenho que ir passando como os outros vão passando e ter paciência”. Não encontra, por isso, necessidade de elaborar planos e antecipar o futuro, precisamente porque sente não ter qualquer tipo de controlo sobre o mesmo. A este nível, refere também, frequentemente: “Sou como os outros, sou como os outros”. Os outros a que se refere são as pessoas que o rodeiam, que enfrentam dificuldades de vida similares às suas. Este exercício de aproximação identitária remete para uma estratégia de validação das suas práticas e formas de pensar.

Anexo D: Retratos sociológicos do perfil de reflexividade funcional

Lourenço: “Desde o berço que estava ali uma outra pessoa, por isso eu valorizo imenso estar sozinho”

Lourenço tem 45 anos, nasceu e vive em Lisboa, é doutorado em saúde pública e trabalha como professor universitário numa instituição privada de ensino superior, em Almada. Define-se como sendo uma pessoa introvertida, impaciente e impulsiva, o que vai ao encontro das principais características de definição do seu estilo reflexivo, como se verá.

Nasceu no seio de uma família de Lisboa, herdeira de algum património económico e imobiliário. O avô paterno tinha a 4ª classe e era detentor de uma fábrica de construção para a indústria com cerca de 100 trabalhadores. O avô materno, concluiu o 1º ciclo do ensino básico e trabalhava como regente agrícola. As avós, também com a 4ª classe, eram domésticas. Lourenço teve um contacto mais próximo com os avós maternos, donos de uma quinta em Lisboa, onde passava geralmente as tardes depois da saída da escola, bem como as férias.

Os pais, ambos com o ensino secundário, reproduziram o contexto familiar de origem: a mãe era doméstica e o pai assumiu o negócio familiar. Lourenço tinha uma relação muito próxima com os pais, embora passasse mais tempo com a mãe. Morreram ambos, de morte súbita, aos 62 anos de idade. Após a morte do pai, a mãe viveu com Lourenço até falecer, um ano e meio mais tarde. Lourenço procurou ultrapassar rapidamente, da melhor forma que conseguiu, o choque causado pelo falecimento repentino de ambos, conformando-se à inevitabilidade da situação.

Eu acho que também chegou uma altura que sabemos que é inevitável. (...) É claro que na altura é complicado, mas não há nada a fazer. (...) Depois acaba por haver a aceitação. Em qualquer situação há habituação, há uma mudança na proximidade, mas habituação.

Lourenço tem um irmão gémeo, com quem mantém uma relação de grande proximidade, mas simultaneamente de quem se procurou autonomizar desde muito cedo. O irmão é, aliás, a pessoa de quem mais fala nas entrevistas. Se até uma certa idade não pensou muito nas suas circunstâncias familiares, a partir dos 12 anos fez questão, sem qualquer tipo de impedimento ou

pressão familiar, de não voltar a vestir roupa igual ao irmão, que era um hábito fomentado pela mãe. Embora afirme que nunca imaginou como seria a sua vida se não tivesse um irmão gémeo (“porque eu não sei como é que é ser outra coisa”), admite que surgiram inúmeras situações ao longo da sua vida que o deixaram desconfortável, sobretudo no espaço público.

Já chegou a incomodar mais do que incomoda agora. (...) Nós estamos em qualquer lado e as pessoas estão constantemente a olhar. As pessoas não fazem por mal, mas também há um mínimo de decoro. (...) Rapidamente nós temos que apresentar o outro só para as pessoas saberem que há uma pessoa igual. Talvez seja uma condicionante. Mas também não é desagradável, até é giro.

Admite que lida melhor com a situação do que o irmão, a partir do momento em que deixou de dar tanta importância a este tipo de episódios.

Até ao final do ensino secundário os seus percursos de vida foram bastante similares: frequentaram as mesmas escolas, prosseguiram na mesma área de estudos, deram ambos explicações de matemática e partilharam o grupo de amigos e as actividades de lazer. Apenas depois de ingressarem no ensino superior, Lourenço em Engenharia Industrial e o irmão em Medicina Dentária, os seus trajectos passaram a ser diferentes. Actualmente são ambos doutorados e professores universitários, ainda que em áreas distintas. O irmão exerce também a actividade profissional paralela de dentista.

Apesar de as vivências associadas a ter um irmão gémeo surgirem na sua narrativa como algo pouco problemático e sem grande impacto, aquilo que fica bem claro ao longo das duas sessões de entrevista é que essa experiência teve implicações decisivas na forma como encara a vida, se vê a si mesmo e aos outros. A proximidade espacial, física, simbólica e afectiva que tem mantido com o irmão resultou numa procura proactiva, e em diferentes domínios de vida, de um espaço próprio de autonomia pessoal. A valorização da privacidade individual surge como uma das suas principais preocupações. Gosta particularmente de estar sozinho e não aprecia, nem sente necessidade de partilhar pormenores da sua vida com outras pessoas.

Se calhar por estar com o meu irmão desde o útero, eu gosto imenso de estar sozinho. Se calhar valorizo muito mais do que as outras pessoas o estar sozinho. (...) Como a minha vida foi tão partilhada desde sempre, eu não sinto necessidade de partilhar nada.

As suas preocupações são mantidas para si mesmo, evidenciando um certo sentimento de posse e de controlo.

É a minha vida, são as minhas preocupações. Há coisas que são minhas que não devo partilhar. Não devo ou não quero. Aquilo que é meu, é meu. (...) Ninguém tem nada com isso. Se eu quero estar sossegado e calado, sou eu que estou sossegado e calado, não imponho a ninguém o meu silêncio.

Não pôde controlar os contextos de partilha (de características físicas, de recursos materiais, de afecto familiar, de escolhas escolares, de vestuário) que caracterizaram as suas circunstâncias familiares, em especial até uma determinada idade, mas pode agora escolher activamente aquilo que quer que os outros saibam acerca de si. O facto de ter a mesma fisionomia que o irmão tem-se constituído como obstáculo ao reconhecimento externo, mas também interno, da individualidade de cada um. A visibilidade exterior que assume a experiência de ter um irmão gémeo (porque, quando estava com o irmão, foi sempre alvo de observação e de comentários no espaço público) é, de alguma forma, contrabalançada por uma viragem para dentro, operada por Lourenço, na procura e na definição da sua própria singularidade.

Esta atitude perante si e os outros é também evidente em três outros aspectos: na relação com o espaço pessoal, no investimento em relacionamentos amorosos e na utilização de redes sociais.

Recentemente, o irmão optou por alugar a residência onde morava e foi viver para casa de Lourenço. Porque os seus horários de trabalho são bastante diferentes, acabam por estar pouco tempo juntos, o que garante a autonomia de cada um deles. Ainda assim, Lourenço fez questão de preservar o seu espaço.

Mas o facto de ele estar a viver em minha casa, não quer dizer que nós façamos uma vida junta, nem dependente um do outro. De tal modo que, por exemplo, nós temos um dia por semana em que vamos almoçar juntos. (...) Eu valorizo muito o meu espaço. Por exemplo, quando o

meu irmão foi viver lá para casa, eu dei-me ao trabalho, por causa do meu espaço, de arranjar uma mesa para ele no escritório. Portanto é a tal questão: é o meu espaço.

A procura de privacidade e de autonomia pessoal não implicou, portanto, um afastamento físico e emocional do irmão, com quem mantém, aliás, uma relação de grande proximidade. A convivência quotidiana no mesmo espaço residencial é viabilizada pelo facto de terem ambos estilos de vida muito similares.

Lourenço, tal como o irmão, é solteiro, embora tenha já estado envolvido em diversos relacionamentos amorosos, mais e menos duradouros. Não tem por objectivo casar e ter filhos, optando antes por manter a sua situação actual. Quando reflecte em torno da conjugalidade e da parentalidade, associa-as sobretudo à luta contra a solidão, o que não o preocupa por considerar que toda a gente acaba por morrer sozinha. O término das suas relações tem estado associado, pelo menos em parte, à sua atitude de reserva, preservação da intimidade pessoal e de viragem para o interior, incompatível com a situação de partilha conjugal.

Se calhar pela forma como eu também estou na vida. (...) Se calhar isto não é muito viável nas relações. (...) Eu também não tenho muita paciência. (...) Conheço uma pessoa que é casada e que me diz que ao fim destes anos todos de casada ainda considera que o marido em casa é um estranho. E eu acho que isto também me iria acontecer e eu não conseguiria viver com isso.

A este respeito, identifica no irmão a mesma postura: “nós temos o mesmo molde social. Se calhar tem a ver com isso, não sei”.

Uma atitude similar é assumida perante o recurso a redes sociais. Lourenço não tem conta no Facebook porque não encontra razões para partilhar aspectos da sua vida, por mais banais que sejam, com uma rede alargada de amigos, colegas e conhecidos. Para além disso, aborrece-o que outras pessoas não respeitem a sua posição e coloquem fotografias, em que Lourenço está presente, nas suas páginas.

Às vezes há amigos que me dizem que está uma fotografia minha na página do não sei quantos. Mas porque é que ele pôs uma fotografia minha? Mas ele perguntou-me se eu quero ter a minha fotografia no Facebook dele? Acho que para partilharem a vida de uma

forma indiscriminada, facilmente entram na vida dos outros, ou facilmente partilham demais sem se aperceberem do que estão a fazer. E eu como não gosto de o fazer dentro de portas, também não o vou fazer para o mundo.

Todas estas considerações não significam, por outro lado, que Lourenço procure isolar-se. Pelo contrário, a sua vida está intensamente organizada em torno do convívio com familiares e amigos. Desde pequeno que mantém uma relação próxima com a família alargada, particularmente com primos, com quem ainda se encontra semanalmente ou quinzenalmente. Reúne-se também, de forma regular, com o seu grupo de amigos, que conserva há já muitos anos. Grande parte dos seus tempos livres é ocupada precisamente com as suas redes de sociabilidade. Nestes contextos de interacção interessa-lhe sobretudo o convívio e o divertimento: “Faz parte da higiene mental. Os disparates que nós dizemos quando nos encontramos fazem parte, portanto, são importantes para o bem-estar”. A partilha das suas preocupações ou de aspectos da sua vida não se enquadra neste tipo de confraternização.

A autonomia que tem procurado alcançar ao longo do seu percurso biográfico articula-se com um forte sentimento de responsabilidade e determinação na concretização dos seus projectos, o que é particularmente evidente no seu trajecto escolar, mas também profissional.

Lourenço não desenvolveu um gosto particular pela escola e pelo trabalho escolar. Mas o desinteresse que muitas vezes sentiu no cumprimento das suas obrigações académicas foi contrabalançado pelo reconhecimento da importância que as qualificações poderiam vir a assumir no seu futuro profissional. Esta noção foi incorporada em casa, embora os pais nunca o tenham pressionado para prosseguir estudos no ensino superior, nem existissem outros familiares que tivessem um diploma desse patamar de ensino.

Eu não gostava de ir à escola, mas desde sempre percebi que não valia a pena não gostar. Tinha que fazer.(...) Tinha dias que me custava muito, mas era para fazer, era para fazer. (...) Ir para a escola era como se fosse um emprego: entra àquelas horas, sai àquelas horas. E depois tinha que fazer um bocadinho de esforço em casa para fazer as coisas. (...) Claro que quando eu cheguei ao 9º ano havia muita gente que estava a sair da escola. E pensei em sair também. Mas depois também pensei: vou

sair e vou para onde? Vou trabalhar com o meu pai para a fábrica? Então deixei-me estar, estava tão bem. Fui fazendo até ao 12º, acabei o 12º e fui para a faculdade. Foi uma coisa normal, nunca houve aquela necessidade de ruptura. E como as coisas foram acontecendo, não reprovei, foi natural, foi o seguir.

A autonomia que conquistou, e que lhe foi atribuída pelos pais, no que diz respeito às suas escolhas escolares deve também ser compreendida por referência à segurança que o negócio familiar representava, no sentido em que Lourenço, mas também o irmão, poderiam sempre optar por integrar a empresa, independentemente de prosseguirem para o ensino superior.

Fomos muito autónomos. Se calhar também porque havia aquela questão que se eles não quiserem têm para onde ir. Podíamos ir trabalhar com o nosso pai. Portanto, se calhar isso também os sossegava mais.

O negócio familiar não se constituiu, contudo, para ambos como uma opção integrada nos seus projectos de futuro e acabou até por ser vendido mais tarde pelo pai. Lourenço optou por estudar Engenharia Industrial e o irmão Medicina Dentária. Ingressou na Universidade Autónoma, por ser aí que o curso se direccionava mais para a área alimentar, onde pretendia vir a trabalhar. Por ter começado a dar explicações de matemática quando frequentava o 12º ano, actividade que se prolongou durante a licenciatura, tinha recursos económicos próprios para pagar o seu percurso académico, sem recorrer ao apoio financeiro dos pais. A importância que a autonomização face à família assume para Lourenço fica bem patente no facto de, apesar de os pais terem recursos para pagar as propinas de uma instituição privada, ele ter feito questão de gerir os seus horários académicos de modo a conseguir conciliar um dia de trabalho em explicações com as aulas em regime nocturno.

Eu ganhava mais na altura do que ganho agora. Porque quando eu entrei na universidade pagava 12 contos de propina, mas tirava 80 contos de explicações. Portanto, se nós agora formos fazer a proporção, não tinha nada a ver. Portanto, eu na altura disse aos meus pais: “olha, entrei na Autónoma”. E eles: “mas isso não é a pagar?” E disse-lhes: “é, mas eu tenho dinheiro”. Portanto, fui eu que paguei o meu curso todo, sempre.

A atitude com que Lourenço viveu o ensino secundário foi exponenciada durante a licenciatura. Não o incomodava ter de fazer alguns sacrifícios, nomeadamente pelo facto de trabalhar durante o dia e estudar à noite, por ter noção de que esse esforço seria compensado: “se fosse para estar pior do que o que estava, não valia a pena tentar melhorar, não é?” Esta postura foi também reforçada porque o trajecto que tinha iniciado e as perspectivas académicas e profissionais de futuro ganharam maior clareza.

No ensino superior começamos a ver que aquilo tem uma finalidade e começamos a perceber que fazemos aquilo para exercer determinadas funções. (...) Não havia faltas, portanto, eu faltava imenso. Mas também nunca reprovei. Portanto, eu fazia as coisas porque tinham que ser feitas, mas eu percebia melhor porque é que as estavas a fazer. Eu chegava a ir para a faculdade e desencantava três ou quatro para ir ao cinema.

Mesmo mantendo um relacionamento distante com a esfera do trabalho académico, Lourenço cumpria as obrigações necessárias para ter aproveitamento e prosseguir no seu trajecto escolar. Fez a licenciatura nos cinco anos regulamentares, começou a dar aulas de matemática no ensino secundário, num colégio privado em Lisboa, e ingressou em simultâneo no mestrado de ciência e tecnologia dos alimentos no Instituto Superior Técnico, da Universidade Técnica de Lisboa. Quando concluiu o mestrado conseguiu colocação como professor universitário numa instituição de ensino superior privada, em Almada, onde ainda hoje se mantém.

Inicialmente tinha por objectivo trabalhar na área da indústria alimentar, mas as sucessivas inserções profissionais como professor, levaram-no a ajustar os seus objectivos, que passaram a concentrar-se na carreira académica. Consciente de que para progredir profissionalmente necessitava de investir mais uma vez no prolongamento dos estudos, Lourenço fez o doutoramento em saúde pública na Escola Nacional de Saúde Pública, da Universidade Nova de Lisboa.

A partir do momento em que vim para o ensino superior dar aulas eu sabia que, mais cedo ou mais tarde, tinha que fazer doutoramento. Foi o mais tarde possível, mas teve que ser.

Fica claro nas suas declarações que não nutre especial interesse pelo trabalho académico

associado à obtenção de diplomas. No entanto, sendo condição necessária para concretizar o seu objectivo de progressão na carreira profissional, Lourenço cumpre todas as etapas deste processo de estudo, tendo já em vista a realização da agregação.

Eu continuei na carreira académica em termos profissionais, então vou ter que fazer a agregação. Não me apetece, mas vou ter que fazer, mais cedo ou mais tarde. Se não, estagno, fico sem progredir na carreira.

Também na esfera profissional, Lourenço mantém a sua atitude de viragem interior e de distanciamento face aos outros, no que diz respeito à partilha da sua intimidade pessoal.

Eu estou aqui para trabalhar, não estou aqui para fazer amigos. (...) Tenho um bocadinho dificuldade em misturar trabalho com amizade. (...) Eu não misturo absolutamente nada. O que é da esfera pessoal, é da esfera pessoal, não tem nada a ver com trabalho. Sei até onde é que posso ir e até onde é que quero ir.

Entre a primeira e a segunda sessões de entrevista, Lourenço recebeu um convite para dar aulas, durante alguns meses, numa universidade em Cabo Verde. A forma como encarou este convite ilustra bem o seu estilo reflexivo. Num primeiro impulso disse que estaria interessado.

Perguntaram-me só se eu gostaria de ir e eu disse que sim, mas não sei mais nada. (...) Podia ter ganho tempo para pensar agora nos prós e nos contras. Eu disse que sim e só depois é que pensei assim: “então, mas vou lá estar dois meses para dar três seminários? Três seminários dá-se numa semana. Porque é que eu estou lá dois meses?” (...) Mas também não vale a pena pensar muito, são só dois meses.

Não se trata, contudo, de agir sem qualquer tipo de reflexão associada ou preparação prévia. Os seus esquemas mentais estão direccionados para desafios deste tipo, que Lourenço sabe à partida, sem necessidade de pensar muito sobre isso, estar preparado e interessado em aceitar. O processo de tomada de decisão implica sempre, para Lourenço, algum grau, por mínimo que seja, de reflexão. Nas suas palavras, é bom ser relativamente impulsivo, no sentido em que não se deve pensar em demasia nas coisas, mas, por outro lado, é sempre necessário ter uma noção clara daquilo que se vai fazer e onde se quer chegar. A ponderação é essencial, nem que

seja, por vezes, accionada após a tomada de decisão.

O ser impulsivo não implica a não reflexão. Não sou impulsivo nesse sentido, reflecto sobre a situação. Pode ser por impulso, mas a seguir: “deixa cá ver, vou fazer isto”. Mas não estou três dias a pensar nisso. (...) Eu não penso muito, mas penso a sério. (...) Porque quando nós pensamos muito num assunto estamos a adiar a resolução desse assunto, ou uma tomada de decisão. E eu como não gosto de adiar nada, as coisas são para fazer, são para fazer. Não estou muito tempo, mas o tempo que estou é a sério porque quando decidir, está decidido.

Uma vez tomada a decisão, Lourenço considera desnecessário e improficuo repensar a opção feita e ponderar outras formas de agir, uma vez que resultou de ponderação prévia, tendo em conta os recursos disponíveis e os fins a atingir.

Quando nós fazemos uma opção tem que ser reflectida e não podemos olhar para trás, não podemos estar: “e se, e se...” (...) Eu penso nas coisas até tomar a decisão, a partir de tomar a decisão, está pensado. (...) Eu sou assim, para que é que a gente está a complicar as coisas?

Não significa, por outro lado, que ocasionalmente Lourenço não fique a pensar se o que disse ou fez foi o mais adequado tendo em conta as circunstâncias. Mas este processo reflexivo não conduz a arrependimento ou à vontade de alterar o passado.

Eu não tenho saudades do passado. Eu não voltava atrás para fazer nada de novo. Eu era incapaz de pensar: “ah, quem me dera ter outra vez 25 anos”. Deus me livre, ter que fazer tudo o que já fiz! Nem pensar, não voltava. (...) Para quê? Sei lá se melhorava, ou se era diferente. Podia ser, mas porque é que eu vou estar a perder tempo a pensar que devia ter virado à direita, quando virei à esquerda, se eu não sei? Eu agora sei o que é que me aconteceu quando virei à esquerda, tudo o resto é fazer conjunturas, é inventar. (...) Eu não sei o que é que acontece se eu for para o outro lado. Eu não consigo voltar para trás e fazer ao contrário.

Mesmo que se veja em situações que não correram exactamente como esperava, Lourenço considera que depende de si escolher o modo como vive e interpreta as suas circunstâncias, evitando vitimizar-se.

Do ponto de vista profissional, momentos negativos são aqueles que nós queremos que sejam. (...) Na semana passada convidaram-me para ir passar uma temporada a Cabo Verde, para ir dar aulas numa universidade. É bom, mas também pode ser mau, depende de como eu interpretar. É mau porque é chato ter que ir para lá não sei quanto tempo. Mas é positivo porque são outras experiências.

Lourenço está satisfeito com a atitude com que encara a vida e que assume perante si mesmo e os outros: “Estou satisfeito porque se não, também fazia por mudar”. Com o passar dos anos, considera que se tem vindo a tornar menos paciente: “Eu acho que neste momento estou diferente do que era antes. Se calhar pela idade, (...) se calhar, como pessoa estou mais impaciente”. A impaciência é, aliás, um traço disposicional que atravessa todo o seu discurso ao longo das duas sessões de entrevista. O modo como fala sobre as suas actividades de lazer é disso um claro exemplo. Frequenta um ginásio durante a semana (embora não o entenda como lazer), sai frequentemente com os amigos, viaja regularmente para fora do país e passa bastante tempo a navegar na Internet, em particular a ler notícias. Mas admite não ter paciência para actividades como música, cinema ou televisão.

Há coisas que eu não faço porque não tenho paciência para fazer. Não tenho paciência para ir ao cinema porque se o filme me desagrada, e normalmente vou com amigos, acho deselegante sair. Então, estar ali duas horas a aturar uma coisa que não estou a gostar, não vou. (...) Música também não, mas isto se calhar até por uma questão de ansiedade. Eu tenho um Ipod, é desse estilo, mas não é um Ipod. Tem lá músicas, mas eu não as consigo ouvir até ao fim: passa para a outra, passa para a outra.

A situação socioeconómica do país tem também exercido algum impacto no seu quotidiano e na forma como encara o futuro.

A nível pessoal acho que neste momento todas as pessoas estão com receio do futuro. Por exemplo, a questão de Cabo Verde pode ser uma janela de oportunidade, se outras situações de cá piorarem. Por isso é que eu disse logo que sim e depois vamos ver o que é que acontece. (...) Se calhar valorizo ainda mais a calma, a paz e o sossego. Eu como gosto muito de estar sozinho e como à minha volta as situações estão complicadas em

termos da ansiedade, das pessoas e das perspectivas de futuro, se calhar ainda estou a valorizar mais a calma, o sossego. Deixem-me estar sossegado, já basta preocupar-me com o meu futuro, ainda tenho que ouvir as preocupações dos outros.

Embora não elabore planos a longo prazo, passou a reflectir mais sobre a sua situação financeira na gestão quotidiana do dinheiro. Mesmo não tendo dificuldades económicas, nem perspectivar vir a tê-las, passou a assumir uma atitude de maior contenção e controlo de gastos.

Em termos de futuro eu não me preocupo muito porque eu considero que o tenho relativamente assegurado. Não porque seja rico, mas porque tenho facilidade de ter rendimentos., tenho casas para alugar. Mas é mais no dia-a-dia, é mais o mês que vem. (...) Estou tão forreta... Nós aqui não somos função pública, portanto, nós não tivemos o corte que a função pública teve em termos de subsídios, mas eu já estou a funcionar como se o tivesse. Por isso é que quando eu vejo as notícias a dizer que a taxa de poupança aumentou, eu acredito. A mim afectou-me imenso, estou muito mais forreta, penso 10 vezes antes de comprar qualquer coisa.

Da mesma forma que não tem por hábito reviver e repensar o passado, não gosta também de fazer planificações a longo prazo ou antecipar cenários. Esta atitude resulta do facto de não poder exercer controlo sobre todas as circunstâncias que delimitam o seu campo de acção. Tem objectivos de vida bem definidos, mas não reflecte pormenorizadamente nos parâmetros da sua concretização.

Porque se nós fazemos planos e depois não os atingimos, eu acho que é uma frustração. (...) Não vale a pena, eles nunca funcionam. Já viu algum cenário que aconteceu como nós pensamos que vai funcionar? Não. Eu nunca tinha pensado, como há uma semana atrás, que me iam convidar para ir dar aulas para o estrangeiro. Então vou fazer um cenário de quê?

O que não significa, por outro lado, que não tenha hábitos de planificação, sobretudo na organização do seu quotidiano profissional e na gestão financeira dos seus recursos. Estabelece prioridades quanto a tarefas, recorre a uma agenda para anotar compromissos e actividades, organiza os recibos dos seus gastos em pastas diferenciadas

e acompanha as despesas que vai fazendo em diferentes domínios da sua vida.

O que eu tento fazer é priorizar as coisas: “esta está primeiro e acabou, vamos passar para a outra”. Agora estar a pensar noutra tipo de situações em que esteja a fazer umas conjunturas assim um bocadinho para o estranhas, não vale a pena. (...) Custos da vida do dia-a-dia faço de há um ano para cá. Por exemplo, a senhora que vai lá a casa fazer a limpeza, eu pago-lhe ao fim do mês e nunca sabia quanto é que a senhora ganhava. Na porta da despensa tinha um *post-it* com o valor e preenchia o cheque. Eu neste momento sei quanto é que ela ganha. O que é uma chatice, porque eu acho que ela agora ganha imenso para o que faz. Dantes nem sequer pensava nisso, passava-lhe o cheque. (...) Mas eu agora como sei o que ela ganha, estou mais exigente pela forma como as coisas estão feitas.

O que a análise em torno dos modos de Lourenço se pensar a si mesmo no mundo evidencia é que as suas competências reflexivas são activadas, tanto para estruturar o seu quotidiano, como para definir os seus projectos e tomar decisões, através do exercício de conversas internas. A sua atitude face à partilha de preocupações e da intimidade pessoal inviabiliza o recurso a conversas externas como conduta reflexiva. Por outro lado, não recorre também a práticas de escrita auto-biográfica, ou de contacto com outros significativos para pensar sobre aquilo que o preocupa, ou para ponderar determinados aspectos da sua vida. A sua reflexividade é activamente exercida sobretudo na privacidade da sua mente, sem que Lourenço sinta necessidade de recorrer a opiniões, comentários ou validação de outras pessoas. E mesmo em relação ao exercício reflexivo levado a cabo ao longo das duas sessões de entrevista, Lourenço fez questão de terminar a sua narração reforçando o controlo que exerce sobre a informação que transmite de si mesmo: “só lhe respondi o que quis”.

Nuno: “A gente tem que fazer pela vida”

Nuno tem 37 anos, nasceu em Portimão, e vive actualmente em Moscavide. É oriundo de uma família de pequenos empresários na área da restauração. Com os avós, teve pouco contacto, pelo facto de alguns terem falecido quando Nuno era criança. Apenas o avô paterno frequentou a escola e completou a 4ª classe. As avós eram

domésticas e o avô materno trabalhava como operário na área da cerâmica. Manteve uma relação mais próxima com a avó materna, que visitava regularmente e que o incentivava a prosseguir os seus objectivos. Os pais, ambos com a 4ª classe, conheceram-se no Algarve, onde desempenhavam profissões pouco qualificadas em hotelaria. Alguns meses depois do nascimento de Nuno mudaram-se para São Teotónio, local de nascimento da mãe (o pai nasceu em Santiago do Cacém) e abriram um café. Mudaram-se pouco tempo depois para Vila Nova de Milfontes, onde montaram inicialmente um pequeno negócio de venda de artigos de praia. Optaram mais tarde por abrir um restaurante na praia, que se tem mantido como a sua principal actividade profissional e fonte de rendimento. Residem actualmente em Milfontes.

Desde muito pequeno que Nuno se viu envolvido no negócio familiar, bem como a irmã, um ano mais nova: “Eu comecei a tirar cafés quando tinha altura suficiente para chegar ao manípulo do café”. Ambos trabalharam grande parte das suas vidas no restaurante, principalmente na época de Verão. Por se tratar de um negócio sobretudo sazonal, no Inverno Nuno e o pai procuravam complementar o rendimento familiar com outro tipo de actividades. Nuno trabalhou como mecânico, técnico de frio e climatização (ar-condicionado e refrigeração) e empregado de balcão em discotecas. O pai tornou-se pescador durante alguns anos e actualmente tem também uma pequena tasca em Vila Nova de Milfontes. Em 2000, Nuno e a irmã remodelaram o restaurante familiar, que passou a estar em nome deles. Mais recentemente, a irmã, que completou o 11º ano, trabalhou durante dois anos num empreendimento turístico, em hotelaria, mas ficou desempregada, regressando ao negócio da família.

Em parte por ter a segurança e a perspectiva de se manter no restaurante familiar, Nuno nunca se dedicou muito à escola, tendo um percurso com pouco aproveitamento e marcado por alguma indisciplina. Chumbou no 7º ano e ficou com uma disciplina do 12º ano por completar quando foi chamado para a tropa, que o fez deslocar-se para Lisboa por um período de dois anos.

Como não aprendi do princípio a aprender a estudar, foi muito difícil, principalmente no 12º ano. E foi por causa disso que eu deixei. (...) Quando eu vejo que, mesmo se quiser, não consigo fazer uma coisa, não vale a pena despende tempo nisso, é tempo perdido.

Nuno tem boas recordações da infância e da adolescência. Manteve sempre uma relação próxima com os pais e com a irmã, muito reforçada pela ligação ao restaurante familiar. Mas à medida que foi crescendo e assumindo maiores responsabilidades no negócio da família, começou a entrar em conflito com o pai, por discordar de alguns dos seus princípios de gestão.

A relação ficou mais fria porque houve algumas coisas que eu queria fazer de outra maneira. (...) O meu pai é uma pessoa que gosta de fazer as coisas à maneira dele. É daquelas pessoas antigas: “o que eu digo é que está bem e não aceito críticas”. E isso também às tantas foi uma parte que fez com que eu me afastasse de lá de baixo do Alentejo e viesse à procura de outra coisa aqui para outra aldeia. Foi para Lisboa como podia ser para a França, como para a Inglaterra.

Aos 30 anos de idade, Nuno decide autonomizar-se do contexto de trabalho familiar e mudar-se para Lisboa à procura de trabalho, o que teve um forte impacto na relação com o pai.

Nós zangámo-nos na altura em que eu vim para Lisboa: “ah vais para Lisboa?” Não arranjas trabalho. (...) Foram 30 anos com eles ali, sempre fazendo, sempre ajudando. E sair de um momento para o outro sem nada foi muito forte, principalmente para o meu pai. Porque eu ajudava-o muito nas coisas. Era eu que fazia a facturação do estabelecimento, era eu que tratava dos papéis. A partir de certa altura eu é que tratava daquelas coisas todas. E quando eu vim para cá ele teve que fazer essas coisas, teve que aprender a fazer aquilo. Então não gostou assim muito, mas depois a minha irmã é que acabou por tomar conta dessas coisas que eu fazia.

Esta atitude de procura de autonomização através da definição de novos objectivos de vida e da concepção de uma estratégia para concretizá-los é indissociável dos processos de socialização familiar, sobretudo pela figura do pai, orientados para o empreendedorismo e para a iniciativa individual.

O meu pai foi importante naquilo que me ensinou, que foi a trabalhar para ter algum êxito na vida. (...) No aspecto de construir ou querer fazer seja o que for e lutar por isso. (...) O meu pai não é pessoa de ficar parada, apesar de às vezes os negócios dele darem buraco.

O pai é simultaneamente um modelo a seguir e uma figura de quem se procura distanciar. A autonomia que ganhou no seio familiar foi, no fundo, mobilizada para levar a cabo um afastamento desse mesmo contexto. E actuou no sentido de estímulo das suas competências reflexivas, na medida em que a sua decisão exigiu muita ponderação e algum planeamento. Para realizar a sua vontade de mudar de contexto profissional e, assim, não ter de depender da família e dos seus princípios para obter o seu rendimento, Nuno teve de conceber um novo projecto de vida, muito distante daquilo que foram as suas vivências durante 30 anos.

A mudança para Lisboa foi ainda motivada pelo facto de a namorada de Nuno, com quem mantinha um relacionamento há dois anos, viver em Lisboa. Foi na casa dela que ficou quando saiu de Vila Nova de Milfontes. Esta relação amorosa não foi bem encarada pelos pais, pelo facto de a namorada ser 18 anos mais velha. Nuno esteve também num outro relacionamento, não aprovado pela família, ainda em Milfontes, com uma mulher mais velha que tinha dois filhos, com quem viveu durante algum tempo.

Eu sempre fui uma pessoa que me relacionei com pessoas mais velhas. Nunca fui de ter namoradas mais jovens que eu, ou da mesma idade. Gosto de pessoas que já têm um sentido de vida, ou já têm a vida, não estão a pensar nas coisas que estão a fazer porque já passaram por elas. (...) Os meus pais não concordaram com nenhuma relação que eu tive. (...) Não concordaram, mas a decisão é minha. Eu sou maior de idade, não devo nada nem ao meu pai, nem à minha mãe.

A oposição familiar quer às suas relações amorosas, quer ao seu novo projecto de vida em Lisboa não foi suficiente para demover Nuno, que permaneceu determinado em concretizar os seus objectivos.

É uma actividade engraçada, mas só que para mim já não estava a dar economicamente. E então, como aquilo era sazonal, parti para outra. (...) Era uma questão de ficar em Vila Nova de Milfontes e definhar ou ir aprender alguma coisa nova e aprender e crescer. E então eu decidi que teria que mudar de sítio.

Esta decisão evidencia bem a predominância de um estilo reflexivo funcional. Nuno ponderou demoradamente a mudança que ia operar na sua vida, mas não planificou a sua

estratégia de acção ao pormenor. Sabia o que tinha de fazer, mas não antecipou cenários, nem previu todas circunstâncias com que se poderia deparar. Mudou-se para Lisboa, mesmo sem ter concorrido a qualquer tipo de inserção no mercado de trabalho. Apenas depois de se mudar respondeu a um anúncio que encontrou num jornal e foi trabalhar para um estabelecimento de bólingue.

A determinação que o moveu resulta da confiança que tem na sua capacidade de empenhamento em qualquer actividade profissional.

Não me assustou, como não me assusta neste momento ficar desempregado. Porque eu não me importo de trabalhar e não me importo de aprender uma coisa nova e trabalhar noutra coisa que nunca trabalhei. (...) Há sempre alguma coisa para fazer, nem que seja varrer ruas. (...) Se falta aí, há-de haver em outro lado. Se não há em Portugal, há-de haver noutro lado qualquer.

Nuno incorporou no contexto familiar esta ética de valorização do trabalho, independentemente do tipo de actividade desempenhada. Na sua perspectiva, o sustento económico deve resultar desta capacidade de “fazer o que for necessário”: “Sempre tive aquela coisa de receber para compensar aquilo que estou a fazer”. Nuno atribui a responsabilidade de inserção no mercado de trabalho à iniciativa individual de procura e à capacidade pessoal de adaptação. Todo o seu percurso profissional é disso evidência. Pouco tempo depois de ter chegado a Lisboa começou a trabalhar. Assim que teve conhecimento que a empresa de bólingue onde estava integrado faliu e restavam-lhe apenas alguns meses de trabalho, Nuno procurou imediatamente outro emprego, iniciando a actividade de vigilante no dia seguinte ao término do seu contrato anterior.

Quando a empresa de segurança onde trabalhava faliu, esteve três meses desempregado, mas sempre ocupado com pequenos biscates de reparação doméstica. Findo esse período conseguiu ingressar numa outra empresa de segurança, como vigilante, onde ainda hoje se mantém. Já fez trabalho de segurança em diferentes locais, como sejam centros comerciais, Torre do Tombo, Assembleia da República e, desde há dois anos, encontra-se a chefiar uma equipa de quinze vigilantes numa instituição de ensino superior. Gosta da actividade profissional que exerce e elege como um dos momentos mais marcantes do seu

trajecto a violência que era exercida, à revelia das normas estabelecidas pela sua profissão, sobre quem fosse apanhado a roubar no centros comerciais onde Nuno trabalhava.

A atitude confiante com que encara o trabalho estrutura as decisões que tem vindo a tomar desde que se mudou para Lisboa. Um dos seus objectivos era comprar casa, o que conseguiu concretizar alguns meses antes da entrevista. A frequência com que Nuno introduzia o assunto da compra da casa e das possibilidades e qualidades do espaço, apesar de se inserir num prédio antigo e de ser uma cave, evidencia a centralidade que a mesma assume na sua vida e no seu projecto.

Comprei esta casa nova, por dentro. Por fora parece um prédio assim antigo, mas foi toda remodelada. (...) Apesar de ser antiga, foi remodelada e é boa. Até tem ar condicionado e tudo, já veio. (...) Esta casa seria cara. A senhora começou por vendê-la por 94 mil euros, mas teve que vender, se quisesse, e com dinheiro à vista, por 74. Com toda a mobília, só tive que trazer cama, sofá e televisão. (...) Fazia parte dos nossos planos. Eu sempre quis casa. A minha mulher não estava muito preocupada com isso, mas eu sempre quis casa, ter uma coisa que é nossa.

A compra da casa expressa a confiança que tem em si e nas suas capacidades de trabalho, particularmente pelo facto de tê-la concretizado num momento difícil da economia do país.

Não me assustou comprar casa porque eu não tenho medo de trabalhar. E desde que eu trabalhe, eu tenho dinheiro, não me assusta. A gente não deve fazer as coisas com medo de as fazer.

Esta decisão foi conjunta e integra-se no projecto familiar de Nuno, de investimento numa vida a dois. Vive em união de facto desde 2004. A mulher, hoje com 55 anos, é oriunda de Corte de Pinto, no concelho de Mértola, completou o 1º ciclo do ensino básico e tem trabalhado sempre como recepcionista em consultórios médicos. A diferença de idade nunca se constituiu como obstáculo no relacionamento entre ambos. Ainda assim, Nuno aponta duas questões mais delicadas que os obrigam a ir ao encontro das preocupações um do outro. A primeira diz respeito à vida sexual do casal.

Eu sempre fui muito extrovertido, ainda por cima sou mais novo, sempre fui muito coiso mais na parte sexual. A minha mulher não é

tanto. Mas arranjam ali um meio-termo, não há problema nenhum.

A segunda remete para a possibilidade de terem filhos. Quando foram viver juntos, a mulher de Nuno tinha 47 anos, pelo que nunca ponderaram terem um filho biológico. Porque ser pai fazia parte dos planos de Nuno, colocam a hipótese de vir a adoptar uma criança, embora não tenham nada planeado a esse respeito.

Fazia parte dos meus planos ser pai. Não é uma coisa que me preocupe. Com a minha mulher é uma coisa que já não vai acontecer. Mas não digo que não adopte. Essa parte ainda está em aberto, já falamos várias vezes sobre isso. Até porque na altura quando nos juntámos foi uma das coisas que falámos. (...) Agora ponderamos essa hipótese. Quando agora estabilizar mais um bocado essa coisa dos mercados, depois nós somos capazes de adoptar. Até porque a casa dá para expandir mais um bocado deste lado, dá para fazer aqui um quarto. Também a comprei por causa disso, porque dá para expandir.

Nuno assume uma postura flexível relativamente a esta questão. Até porque faz questão de realçar que já desempenhou o papel de pai no anterior relacionamento em que esteve envolvido, durante dois anos.

As vivências de Nuno são actualmente muito centradas no trabalho e na vida doméstica de casal. Tem uma vida social pouco intensa, preferindo utilizar o seu tempo livre em casa para descansar, ver televisão (notícias e séries policiais) e jogar no Facebook. Sempre que pode, geralmente nas férias, gosta de viajar até Vila Nova de Milfontes para visitar a família. Curiosamente, só depois de começar a trabalhar em Lisboa é que começou a ter férias, já que a época de Verão era aquela em que mais trabalhava quando vivia em Milfontes: “só agora é que soube o que era não fazer nada, mas ganhar na mesma”.

Tem um grupo de três amigos mais próximos, mas que residem fora de Lisboa, ou noutra parte do país, com quem se encontra muito esporadicamente e que contacta apenas em época de festividades. Nuno considera ser uma pessoa muito reservada, pelo que também não sente necessidade de falar frequentemente com os amigos. Contacta com maior frequência os pais e sobretudo com a irmã, através de videochamadas no MSN Messenger e no Skype. Sempre que fala com amigos ou família não gosta de partilhar as

suas preocupações e aspectos da sua intimidade pessoal. Fá-lo apenas com a sua mulher, por ser a pessoa de quem é mais próximo emocionalmente.

Eu sou muito fechado. Nessas coisas eu sou muito fechado. Só mesmo com a minha mulher. (...) Eu acho que a nossa vida é para a gente conhecer. (...) Eu gosto de guardar as coisas mais para mim. As pessoas não precisam de saber o que é que eu passei, o que é que eu tive, o que é que eu não tive. (...) Não é uma coisa que me faça falta. Eu guardo muito para mim mesmo. E as decisões que tomo acerca de mim mesmo, ou com a minha mulher, é com ela que falo.

Em termos gerais, Nuno toma as suas decisões de forma bastante autónoma, considerando desnecessário recorrer a conselhos e opiniões de terceiros. Fala apenas com a mulher, em particular se o assunto disser respeito ou afectar ambos. As suas deliberações assumem também um cariz definitivo, no sentido em que não tem por hábito questionar ou colocar em causa as opções que tomou, não se arrependendo das suas escolhas e aceitando as suas consequências.

Não, eu acho que faria a mesma coisa, porque para voltar atrás e tomar uma opção diferente a gente tem que conhecer aquilo que já viveu, então não. (...) Não me arrependo de nada. Na altura em que fiz, fiz daquela maneira, agora faria igual. (...) Eu sou uma pessoa que no momento tomo aquela decisão e já não volto atrás. Tenho que fazer logo porque se não fizer já não vou fazer. Se tenho que fazer uma coisa cedinho, tenho que a fazer logo. É a minha maneira de ser, eu sempre fui assim.

Não identifica nada que gostasse de mudar no seu passado, evidenciando satisfação com aquilo que conseguiu alcançar (“estou bem com a vida”) e manifestando inclusive algum orgulho no rumo que a sua vida tomou e no papel que assumiu na sua orientação.

Gosto de, em função daquilo que eu trabalho ou daquilo que eu faço, conquistar metas que eu meto para mim mesmo. (...) A vida é uma construção de batalha, quer dizer, a gente tem que estar sempre a batalhar, tem que estar sempre a trabalhar para conquistar alguma coisa. (...) Eu tenho sido uma pessoa lutadora ao longo da vida. Eu parti do nada, de não ter nada, quando vim para Lisboa. (...) Vim para cima não tendo nada. Tinha um carro que troquei, não tinha como saber como é que iria pagá-lo. Mas eu tinha que trabalhar. Automaticamente, se trabalhasse, ganhava,

pagava. E agora, neste momento, tenho um carro que já está pago, tenho uma casa que está em vias de continuar a estar paga. (...) Tem sido uma batalha que tenho vindo a ganhar aos poucos e poucos. Não se pode querer tudo de uma vez só, tem que se ir construindo aquilo que a gente quer. (...) Porque a gente tem que pensar que as coisas conseguem-se através do nosso trabalho. Tudo o que as pessoas têm, seja emprego, seja educação, seja tudo, é construído a partir de nós. Nós fazemos, nós arranjamos, nós estudamos, tudo a partir de nós. Então temos que nos valorizar que somos capazes.

Considera-se uma pessoa lutadora que, através do seu trabalho, depende apenas de si mesma para concretizar os seus projectos de vida. Evidencia confiança nas suas capacidades pelo facto de ter conseguido realizar os objectivos que definiu: “Para este momento já concretizei aquilo que eu quero, que era ter habitação própria, tenho carro, tenho uma mota no Alentejo, tenho a minha mulher, vivemos bem”. Assume, portanto, uma perspectiva de responsabilização individual pelo seu sucesso. A reflexividade é aqui mobilizada como instrumento que tem por função preparar a acção, através da definição de uma estratégia, delineada dentro do campo de possíveis de Nuno.

Tal como os restantes entrevistados com um modo de reflexividade funcional, faz questão de destacar que a atitude que adopta face a dificuldades e obstáculos é determinante na forma como encara a vida e consegue atingir os seus fins.

Eu acho que as coisas são más ou são boas, mas as coisas têm que se resolver. (...) Qualquer mudança na vida da pessoa tem sempre qualquer coisa de positivo e qualquer coisa de negativo. O que eu considero é que o positivo tem que sobressair à parte negativa.

Apesar de a noção de projecto estar presente, mesmo que, por vezes, de forma menos explícita, em todo o seu discurso, Nuno considera ser uma pessoa impulsiva, pouco planificadora e nada ansiosa em relação ao futuro.

Eu não vivo no futuro, eu vivo mais no presente. (...) Cada dia é um dia. Se a gente estiver a pensar naquilo que ainda tem que fazer, naquilo que ainda tem que comprar, não faz mais nada senão estar a pensar na vida. A vida é para ser disfrutada, não é para ser pensada. (...) Não tenho por hábito planear nada. (...) Sou impulsivo, não penso muito nas coisas. (...) Já está feito, já agi, agora tenho

que ir para a frente. Não sou de pensar muito naquilo que hei-de fazer no momento. Só se for uma coisa que tenha mais implicações, que não me implique só a mim. Nessa altura sou capaz de pensar. Agora uma coisa que só implique a mim: oh, se é para fazer, faz-se.

No fundo, embora tenha objectivos de vida bem definidos, não antecipa pormenorizadamente os cenários da sua concretização, nem assume uma postura inflexível quanto às circunstâncias e caminhos que delimitam a sua realização. É ponderado face a decisões com implicações mais alargadas na sua vida, no sentido em que reflecte acerca das suas possibilidades e dificuldades e age em consonância. A mudança para Lisboa e a compra da casa são disso exemplos. Mas no quotidiano e relativamente a opções mais inócuas, de acordo com Nuno, pensar em demasia é desnecessário e torna a vida mais complicada.

Não dedica muito tempo a pensar no futuro e a imaginar cenários, mas procura precaver-se. Presentemente, Nuno tem como principal preocupação manter a sua actividade profissional para assegurar aquilo que já conquistou.

As minhas principais preocupações é ter trabalho para conseguir ter aquilo que eu quero ter na vida, que é uma vida desafogada, sem muitas preocupações em termos económicos.

Apesar de não ter práticas habituais de planificação quotidiana, ou mesmo a médio ou longo prazo, Nuno revela um cuidado particular com a gestão financeira do agregado doméstico.

Normalmente eu vou aos sítios onde gasto menos. (...) Sou é pouco gastador, sou muito agarrado ao dinheiro. Aquele que tenho, gosto sempre de ter algum de parte para coisas. (...) Eu gosto de ter o dinheiro contado, daquilo que gastei, daquilo que gasto, daquilo que vou gastar. Ter algum de parte para alguma eventualidade. (...) A gente não sabe o dia de amanhã.

Esta organização e contenção de gastos e despesas é feita sobretudo interiormente. O exercício das suas competências reflexivas tende, aliás, a ocorrer através do accionamento de conversas internas. O resguardo da sua privacidade torna pouco frequente e viável a activação da reflexividade mediante diálogos externos. Nuno não recorre também habitualmente a práticas de escrita, seja auto-biográficas, seja de planificação

quotidiana. Não sente necessidade de fazer anotações para se recordar de tarefas, compras ou eventos, valorizando bastante a sua memória. Refere-se apenas à escrita ocasional de bilhetes de amor à mulher, que coloca no frigorífico antes de sair de casa para o trabalho.

João: “Sem ovos não se fazem omeletas”

O caso de João é aqui apresentado como revelando outra faceta da reflexividade funcional. Em alguns aspectos afasta-se dos restantes entrevistados que integram este grupo, mas partilha com todos eles traços essenciais de caracterização deste estilo reflexivo.

João, com 60 anos de idade, é o entrevistado mais velho inserido neste perfil e também aquele cujas origens sociais são mais desfavorecidas. Apesar de também restringir, em certa medida, a partilha da sua privacidade, tem uma preocupação permanente em apresentar, a quem o rodeia, as suas perspectivas e práticas para criar uma determinada imagem de si mesmo para o exterior, muito ligada à noção de boa vontade cultural. Esta postura resulta da incorporação de disposições contrastantes, como se verá ao longo do retrato. Distingue-se ainda dos restantes entrevistados com uma reflexividade funcional na ligação intensa e de cariz identitário que mantém com a sua actividade profissional.

Estas diferenças, apesar de expressivas, não minimizam a proximidade e a partilha de elementos estruturantes do modo reflexivo funcional. João é uma pessoa ponderada, no sentido em que ancora o processo de tomada de decisão numa reflexão demorada em torno de possibilidades, dificuldades e efeitos das suas escolhas, particularmente quando se tratam de assuntos com maior implicação na sua vida e na dos que lhe são próximos. Por outro lado, fora deste enquadramento não encontra razões para reflectir seriamente sobre opções menos relevantes ou sobre tudo aquilo que faz e que o rodeia. Considera inclusive que pensar em demasia dificulta o disfrute da vida e complica a concretização de deliberações. Tem também em comum com os outros quatro entrevistados o processo de autonomização do contexto familiar, consubstanciado pela assunção precoce de responsabilidades, nomeadamente no mercado de trabalho, e pela aproximação a meios de vida distantes daqueles que lhe seriam proporcionados

pela família de origem. Revela uma visão estratégica do seu percurso na procura de ascensão social, tendo em conta os meios que teve à sua disposição, e de orgulho e confiança nas suas capacidades para concretizá-la. Não se arrepende das escolhas que fez, vive o futuro sem ansiedade, evitando projecções a longo prazo e antecipação de cenários, e o presente é experienciado com serenidade e optimismo. É determinado e tem, nas suas palavras, “espírito de sacrifício”, desde que este resulte na realização dos seus objectivos.

João nasceu em Lisboa e viveu até aos 12 anos de idade com os pais, a avó materna e duas irmãs (mais novas oito e 10 anos, respectivamente), em Xabregas. Com os avós, sem escolaridade e com profissões pouco qualificadas (tanoeiro, operário e apanhadora de moliço), teve pouco contacto, pelo facto de terem falecido quando João era criança. Da avó materna, originária de Cortegaça (concelho de Ovar), com quem viveu, recorda a atitude protectora e a afectividade que lhe dirigia.

A mãe trabalhou com auxiliar de laboratório num armazém de produção de vinho e o pai era agente de cais no Porto de Lisboa, onde trabalhou também o avô paterno. Ambos completaram a 4ª classe. João cresceu num contexto familiar que enfrentou inúmeras dificuldades materiais. Viu-se forçado a iniciar-se no mercado de trabalho aos 11 anos de idade, após a conclusão do 1º ciclo do ensino básico, para ajudar financeiramente a família. Começou a trabalhar num escritório, como moço de recados e entregava aquilo que recebia aos pais: “eu muito cedo assumi, tive a noção da responsabilidade. E também estava a contribuir para o orçamento da minha casa”. Como forma de garantir melhores condições de vida, quer para si mesmo, quer para a sua família, aos 12 anos foi viver com o padrinho de casamento do pai, que se sensibilizou com a sua situação e que passou a assumir a sua educação e subsistência.

Portanto, éramos três, a casa era muito pequenina e o padrinho de casamento do meu pai era um senhor bancário, que nunca casou e vivia com a mãe. Quando as minhas irmãs nasceram, ele começa a ir lá à nossa casa e, na altura, tal eram as dificuldades que nós tínhamos, que ele dava-lhe muita pena as casas não terem água canalizada. (...) Eu dormia no mesmo quarto das minhas irmãs. (...) E eu mudei-me definitivamente para a casa dele,

para que os meus pais ficassem um pouquinho até mais desafogados.

Os pais puderam, assim, proporcionar oportunidades às irmãs, que não puderam oferecer a João, nomeadamente no que diz respeito aos estudos. Ambas prosseguiram para lá da 4ª classe, completando o 3º ciclo do ensino básico. A irmã mais velha é administrativa e a mais nova foi viver para os Estados Unidos da América, onde fez formação posterior, equivalente a bacharelato, para trabalhar em educação especial. João tem ainda uma irmã adoptiva, embora não o seja formalmente. Por influência e contactos da irmã mais nova, que sempre trabalhou com crianças, os pais de João sensibilizaram-se com a situação de um bebé entregue a uma instituição. Acolheram-na, apoiaram-na e ainda hoje vivem com ela. É licenciada e trabalha como educadora de infância.

A alteração de contexto de vida foi crucial na formação do esquema de disposições de João. A mudança foi bem recebida pela melhoria de condições que significava.

Tinha perfeita noção de que, por um lado, ia deixar mais espaço às minhas irmãs e, por outro lado, ia ter uma casa melhor, uma casa com piano, que em termos de estatuto não tinha nada a ver com a casa onde eu vivia. Para mim isso foi uma conquista, foi uma subida e em boa hora realmente o fiz porque se hoje sou assim, a ele o devo e à decisão de também ter aceite ir com ele. Não me arrependo em nada.

Junto do padrinho, João passou a ter acesso a um conjunto de experiências a que não poderia aceder no seio da sua família. Para além de condições socioeconómicas mais favoráveis, começou a ter contacto com práticas culturais, principalmente com a audição de música clássica.

Foi uma figura que eu encarnei como o meu segundo pai porque, na verdade, foi a pessoa que me deu uma educação, os hábitos da música. Na altura ele era assinante do São Carlos, das óperas. Comecei a ir às óperas. Eu vi todas as óperas possíveis e imaginárias, todas no Teatro da Trindade e bons concertos. Enfim, ele levava-me a tudo o que fosse cultura. Se tive uma educação, realmente, musical, a ele o devo. O piano, que ainda conservo, trouxe de casa dele.

O padrinho é assumido como referência central na sua educação, mas João nunca perdeu o

contacto e a ligação emocional com a família de origem. Todos os dias jantava e passava algum tempo em casa dos pais, o que possibilitou a manutenção dos laços familiares, que ainda hoje se mantêm.

Esta movimentação entre contextos de vida tão diferentes contribuiu para o desenvolvimento de disposições muito heterogêneas e mesmo conflituais. Ao mesmo tempo que tinha uma ligação emocional forte com os pais e com as irmãs, procurava usar os recursos a que passou a ter acesso para se autonomizar das suas condições de partida e criar um novo projecto de vida.

Quando eu começo a trabalhar começa-me a vir aqueles ares de independência. Economicamente ia ficando assim um bocadinho menos dependente deles. (...) Eu sujeitei-me e, pronto, depois fui tentando libertar-me. Mas mesmo já a trabalhar eu tinha que partilhar com os mesmos problemas económicos com que eles se debatiam todos os dias. Se me perguntar se estava de acordo, o que é que eu ia fazer na altura? Era a vida que nós levávamos. (...) A nossa vida era muito difícil. Mas não fui rebelde, não dei o meu grito de Ipiranga pelo facto de ter tido a sorte de ter ido para casa do meu padrinho, com outras circunstâncias e com outras condições socioeconómicas. Felizmente isso não aconteceu. Dada a minha maneira de ser, eu era incapaz de tomar uma atitude dessas.

João criou expectativas para o seu futuro que nem sempre encontravam condições favoráveis de concretização. Isto porque passou a ter novos grupos de referência, pelos quais orientava os seus projectos, junto das redes de sociabilidade do padrinho e mesmo no escritório onde começou a trabalhar aos 11 anos, mas continuou durante muito tempo a ter de apoiar financeiramente os pais, o que exigia a manutenção da sua actividade profissional e não lhe permitiu prosseguir os estudos como gostaria.

Aos 14 anos de idade, procurando precisamente concretizar aquilo que imaginava ser mais adequado ao seu novo contexto de vida, e estimulado pelas pessoas que o rodeavam, voltou a estudar, em regime nocturno, tendo concluído o curso comercial, equivalente ao 3º ciclo do ensino básico.

Matriculei-me porque eu realmente tinha necessidade e não queria ficar por ali, obviamente, porque uma pessoa estando no

escritório... (...) E depois também na companhia do meu antigo patrão, vinha também um grande amigo, que era guarda-livros no Grémio do Arroz (...) e então começaram a entusiasmar-me e a incutir-me, por um lado, o espírito da Língua Portuguesa, o escrever bem, correctamente, e ao mesmo tempo os ensinamentos de contabilidade. Então, naturalmente, eu vi uma necessidade de continuar com os estudos.

Este regresso à escola impulsionou ainda mais o seu desejo de traçar um percurso de mobilidade social, pelo que começou a procurar trabalho mais ajustado àquelas que seriam as suas competências adquiridas no escritório e em contexto escolar: “Mas entretanto, porque o escritório, enfim, já não me satisfazia nos meus horizontes profissionais, como é óbvio, comecei então a responder a anúncios.”. Trabalhou ainda dois anos, com funções mais administrativas, numa revista feminina e aos 17 anos ingressou numa empresa multinacional ligada à construção civil, onde trabalha há 43 anos. Começou por desenvolver a sua actividade profissional na área da contabilidade, tendo passado posteriormente para os recursos humanos, departamento de que actualmente é responsável.

Aos 20 anos, depois de terminar o curso comercial, foi chamado para cumprir o serviço militar, contra a sua vontade. Através das redes de conhecimentos do padrinho conseguiu limitar a sua permanência no quartel a um mês e ficar isento da tropa.

E então, aquilo na tropa era uma coisa mesmo estúpida, estar a dar tiros e tal, com as espingardas. Eu não estava nada vocacionado. Até porque tinha interrompido o meu trabalho em início de carreira. Início de vida e ter que ir para ali para aquela palermice, para aquela guerra, era uma coisa absolutamente inaceitável. (...) Na rectaguarda, o meu padrinho tinha mexido os cordelinhos no propósito de que a avaliação final fosse feita no sentido de que me fosse concedida a isenção da prestação do serviço militar. E assim conseguiu.

João casou-se quando tinha 24 anos. A mulher, da mesma idade, completou o 3º ciclo do ensino básico e trabalha como telefonista. Depois do casamento foram viver com um tio da mulher, viúvo, que residia sozinho numa casa em Campo de Ourique. Mantêm-se ainda hoje na mesma casa,

alugada. Quando o senhor faleceu, optaram por dar continuidade, por alguns anos, ao negócio de estúdio fotográfico que ele mantinha em casa, como complemento às actividades profissionais de cada um. Seis anos mais tarde após casarem tiveram uma filha, hoje com 30 anos. É licenciada em línguas e literaturas modernas, variante inglês/francês, e trabalha como professora num colégio privado. Vive numa relação conjugal numa casa em Lisboa que comprou com a ajuda dos pais.

A relação de grande proximidade que tem com a filha reflecte-se não apenas numa componente emocional, mas também material e moral. João continua a apoiá-la financeiramente e, por isso, a estabelecer algumas regras relativamente a determinados aspectos da sua vida. Por exemplo, aceitou que a filha vivesse durante alguns meses com o namorado, mas na condição que casassem findo esse período. Revela também alguma insatisfação quanto à condição socioeconómica do genro, que não vai ao encontro das suas expectativas e projectos de mobilidade social ascendente, que gostaria que fossem prosseguidos pela filha.

Eu e a mãe um dia juntámo-nos e dissemos que dávamos o nosso acordo àquela vida conjugal, muito embora não fossem casados, mas que muito gostaríamos que essa situação não ultrapassasse muito os seis, oito meses. (...) Ela casou, é independente, mas nunca deixa de ser nossa filha e nunca deixa de estar nas nossas preocupações. E sempre que podemos estamos sempre a ajudá-la naquilo que entendemos que ela necessita. (...) Podia ter escolhido um marido que tivesse uma vida mais desafogada economicamente, mas até nisso nós aceitámos com passividade quem ela escolheu. (...) Quando vamos ao supermercado nunca estamos só a pensar aqui na nossa despena.

Recentemente, a filha sofreu um aborto, o que causou forte consternação a toda a família: “mexeu muito comigo. Eu estava no escritório e realmente até me emocionei porque é uma coisa que nós já desejamos há algum tempo, ser avós”.

João sente-se particularmente orgulhoso da vida familiar que construiu, pelo relacionamento de grande intimidade que tem com a mulher e com a filha. Assume o seu papel de pai e de marido como sendo determinante para a estabilidade da família.

Tive a sorte também de um casamento com uma mulher extraordinária. Tem sido

companheira de toda uma vida para os momentos bons e menos bons. A nossa filha realmente tem sido uma filha extraordinária, tem-nos dado muitas alegrias. (...) Tenho consciência de que sou um bom marido, sou um bom pai. O nosso casamento tem sido uma partilha permanente. Já lá vão quase 40 anos. Isso dá-me satisfação, em que sei partilhar e sei avaliar. Portanto, nós completamo-nos um ao outro.

Apesar da importância que atribui à esfera familiar, todo o discurso de João aponta para a centralidade que o trabalho assume na sua vida. Trabalha há 43 anos na mesma empresa e, muitas vezes, fala dela como se fosse sua.

Acho que toda a minha vida tenho sido de uma dedicação total à empresa. Isso ninguém me tira. (...) Eu continuo a viver da mesma forma, a preocupar-me como sempre me preocupei com os problemas da empresa, como se de meus se tratassem. Isto é a minha maneira de ser. Eu sou doutra escola. (...) Se bem que a minha entrega à minha profissão, ao meu trabalho tenha sido, ainda hoje é o chamado “amor à camisola”, continua sempre muito vincado na minha pessoa. Sempre tive muito amor ao meu trabalho. (...) As minhas principais preocupações é sentir o pulsar da empresa onde trabalho. (...) Preocupa-me sim o evoluir e o ver de que realmente as estruturas e as pessoas que estão à frente da empresa não caminham para um objectivo definido.

O forte investimento na esfera do trabalho foi a forma mais aproximada que encontrou de corresponder às suas aspirações de mobilidade social. No seio da empresa teve um percurso ascendente, mas que ficou, de certa forma, limitado pelo facto de não ter um diploma de ensino superior. Esta é, aliás, uma questão em que João evidencia algum ressentimento. Por diversas vezes, coloca as suas competências adquiridas na esfera profissional ao nível, ou mesmo acima, daquelas que identifica, por exemplo, em advogados.

Às vezes recebo pareceres e penso: “mas afinal é preciso o advogado? Eu já tinha escrito isto, a esta conclusão eu também já tinha chegado”. (...) Tenho um gosto que gostaria de concretizar, que era tirar a licenciatura em direito, sobretudo em direito do trabalho. É toda uma vida que eu tenho ligada ao trabalho, de que realmente às vezes dá-me ganas de que faço trabalhos ou dou pareceres de que efectivamente o parecer do

advogado não é melhor do que aquele que eu tinha dado anteriormente.

Grande parte o seu discurso a este respeito é centrado na auto-valorização das suas capacidades, que resultam de um longo trajecto profissional, e que ele faz questão de transmitir e evidenciar aos trabalhadores mais jovens da empresa. Fica bem claro na sua narrativa a importância que o reconhecimento e a validação externas assumem na sua identidade.

Comecei a trabalhar com 11, tenho 49 anos de vida profissional. O que é que me deu? Deu-me pouca coisa, mas também me deu alguma coisa da qual eu não me arrependo e que é um património que eu tenho e um capital que me tem servido de alguma coisa. (...) Também o facto de nós começarmos a trabalhar muito cedo propicia-nos experiências e novas vivências. (...) Os anos têm-me dado um crédito de, enfim, algum conhecimento. E fico muito satisfeito que as pessoas mais novas me abordem e reconheçam de que eu apesar de não ter licenciatura nenhuma, tenho os anos que me dão a sabedoria e o conhecimento da matéria com que eu trabalho. E pronto, gosto muito que reconheçam o meu mérito.

Actualmente, tem já em perspectiva a reforma, o que o leva a encarar as suas preocupações relativamente ao rumo da empresa com maior serenidade: “agora tenho que deixar de dar tanta importância. E depois, por outro lado, já entrei naquela fase de: ‘só me falta um ano, já só me faltam não sei quantos dias’”.

Este é, aliás, um aspecto que considera ter vindo a mudar em si com a idade. Está mais calmo e tranquilo, quer no que diz respeito à sua vida profissional, quer no que concerne outras dimensões da sua existência.

O avançar na idade tem-me trazido uma menor preocupação de encarar a vida. Eu considero que a velhice é um capital que nós vamos adquirindo, não só porque nos dá mais calma. Eu noto que agora estou mais calmo. Eu antigamente, enfim, excitava-me, ou enervava-me, exaltava-me às vezes no ponto de vista profissional com coisas que eu agora encaro-as de modo diferente. Sou mais passivo, sou mais pacífico (...) Encaro a vida de uma forma mais tranquila.

Esta serenidade adquirida estende-se também, na sua perspectiva, à forma como encara o passado. Gostaria de ter protagonizado um

trajecto de mobilidade social ascendente mais notório, mas reconhece que não tinha meios ao seu alcance para o concretizar.

Agora não estou sempre a batalhar se podia ter sido isto, podia ter sido aquilo. Até porque os anos, a nossa velhice, entre aspas, vai-nos dando, por outro lado, uma grande paz de espírito. (...) Podia ter tido uma outra vida? Podia. Se os meus pais realmente me tivessem aberto novos horizontes. Mas também para isso careciam de sustentabilidade económica, que eles nunca tiveram. (...) Podia ter trilhado a minha vida por outros caminhos com os consequentes destinos que eu podia ter finalizado muito bem. Não se proporcionou. Mas pronto, também não me arrependo. (...) Por isso não me arrependo da vida que levei, que tenho levado

Como forma de contrabalançar a frustração que ainda hoje mantém – que não admite, mas que é bastante evidente ao longo da entrevista – centra muito o seu discurso na valorização das experiências de vida que teve, que permitem, de certa forma, compensar o que não consegui alcançar por falta de meios.

Eu acho que cresci demasiado depressa por força das circunstâncias, pelo ambiente que eu tinha e pelo apoio que eu tinha que dar aos meus pais. Mas isso, por outro lado, também me enriqueceu na minha vida.

Outra das estratégias de compensação passa pelo investimento na esfera cultural. João define-se como um *bon vivant*, que gosta de ter à sua volta as pessoas que lhe são mais próximas, que lhe reconhecem valor e com quem tem uma ligação emocional. Gosta de viajar, particularmente para fora do país. Nos últimos anos tem viajado para o estrangeiro no âmbito de iniciativas da associação cultural da empresa onde trabalha, que facilita os pagamentos das viagens. Desenvolveu um gosto particular por música clássica, desde as suas vivências de adolescência em casa do padrinho. Refere uma lista extensa de compositores que aprecia, aponta o gosto pela audição da Antena 2 enquanto conduz e revela alguma pena por não ter aprendido a tocar um instrumento, em especial por ter herdado o piano do padrinho, que hoje expõe na sua sala de estar. Durante as duas sessões de entrevista colocou um CD da pianista Maria João Pires a tocar. Mas é quando fala de um violinista holandês, que faz

arranjos populares de música clássica, que maior entusiasmo revelou.

Eu sou um fervoroso adepto do André Rieu, que é um violinista holandês. Um dia houve um colega lá do escritório que me emprestou um concerto, um DVD de um concerto dele em Londres. Mas eu de tal modo fiquei entusiasmado com aquela orquestra, que disse para a minha mulher: Eu, esta praça eu tenho que ir conhecê-la. Que era a Praça Vrijthof em Maastricht. E fui.

A música de André Rieu é, aliás, um dos exemplos apontados por Lahire (2004a: 646-650) para falar da mistura de estilos, que remete, em grande medida, neste caso, para a boa vontade cultural, no sentido de Bourdieu (2003: 365-431). João manifesta uma reverência à cultura legítima e tem aspirações culturais a esse nível, mas não tem os meios e as disposições ajustadas para concretizá-las. O mesmo se verifica relativamente à leitura.

Eu leio muito. Isso compensa-me nas faltas que eu vinha a sentir na minha vida. Faço-me entender? Portanto, eu preencho o meu tempo e os meus conhecimentos através da leitura. (...) Eu tenho é o gosto pelo conhecimento, leio muito, procuro estar actualizado. E enquanto vocês recorrem à Internet, eu acho que a Internet veio tirar um pouco do gosto pelo folhear do livro. Eu adoro o folhear de um livro. Para mim um livro é tudo. Um dicionário, uma enciclopédia. Nada substitui uma enciclopédia, a gente a mexer no papel.

Descreve-se como sendo um grande leitor, referindo autores clássicos da literatura portuguesa, como Fernando Pessoa ou Eça de Queirós. Fez questão de mostrar a sua biblioteca, onde ressaltavam os livros de José Rodrigues dos Santos e inúmeras colecções do Círculo de Leitores e de jornais.

Revela também interesse pela escrita (“adoro escrever com carvão, com lápis”), mas as suas práticas restringem-se a documentos que tem de elaborar no trabalho e a anotações de compromissos na agenda, que tem no computador no emprego. Nunca manteve qualquer tipo de escrita auto-biográfica ou literária.

João procura transmitir uma imagem de si ligada à cultura, à educação e ao conhecimento. Define-se como uma pessoa perfeccionista, exigente e muito organizada, o que, para si, se

expressa na relação com os outros, na gestão do seu espaço pessoal e do seu quotidiano.

Sou perfeccionista e exijo que as outras pessoas também sejam perfeitas, por isso é que às vezes há alguns choques. Por isso o que sai das minhas mãos tenho a certeza de que efectivamente sai minimamente bem feito. Eu já digo minimamente que é para ser modesto o suficiente, para não estar armado em pessoa maior. (...) Gosto muito de fazer listas. Lá está, porque é todo aquele preciosismo da estatística, da lista. (...) Tenho muito o espírito da arrumação. Sou muito organizado. Mas isso também é talvez pela minha maneira de ser do perfeccionismo.

João refere-se a práticas habituais que leva a cabo como sendo expressão do seu carácter intelectual: gosta de fazer listas de compras, de fazer orçamentos para as férias, de manter o seu espaço pessoal arrumado, de ter os lápis que usa habitualmente sempre afiados, de consultar sem razão aparente o dicionário ou a enciclopédia, ou fazer questão de arrumar produtos do supermercado que estão fora de sítio. Falou também demoradamente sobre o seu escritório em casa, como espaço que sempre desejou ter, onde, aliás, as duas sessões de entrevista tiveram lugar.

A mobília de escritório do meu padrinho era em pau-santo, eu gostava muito. Toda a minha vida tinha desejado ter um escritório e então eu trouxe a mobília de escritório dele e coloquei-a aqui.

O discurso de João evidencia alguma tensão latente entre aquilo que é e tem e aquilo que gostaria de ser e ter. É esta a principal diferença face aos outros entrevistados que integram o perfil de reflexividade funcional, que não só não experienciam este conflito interno, como não têm também uma componente proactiva de exteriorização identitária tão vincada.

Mas tal como eles, João é ponderado, mobilizando a reflexividade como instrumento central do processo de tomada de decisão, em particular quando as suas escolhas têm implicações mais alargadas: “Para grandes decisões eu sou um bocadinho lento a decidir-me”. Considera fundamental analisar as suas circunstâncias e os efeitos das suas opções para não tomar decisões precipitadas, das quais se venha a arrepender: “Não dou um passo maior do que a perna”. Esta ponderação tende a ocorrer internamente, através da activação de diálogos internos. Quando se

tratam de decisões familiares ou domésticas, João consulta sempre a sua mulher, mas não o faz com amigos, colegas ou outros familiares. Para além da mulher e da filha, tem algum cuidado em resguardar aspectos relativos à sua privacidade.

Ao mesmo tempo que é uma pessoa ponderada, João considera desnecessário pensar em demasia sobre os assuntos ou dedicar tempo e esforço excessivos a reflectir sobre questões menores. Não só torna mais difícil agir, como pode ser fonte de frustração, pelo facto de não poder antecipar todos os cenários futuros possíveis. É neste sentido que não gosta de projectar a longo prazo.

Às vezes até me repudia um pouco quando se começa a fazer grandes projectos. Eu nunca gostei muito de fazer projecções *à la longue*. Pela minha experiência, eu quando se faz assim projecções *à la longue* geralmente elas saem furadas, ou por uma razão ou por outra. Porque nós depois não nos lembramos do que é que estava marcado, o que é que pode vir a acontecer. E já tem acontecido nós pensarmos que iríamos fazer um determinado evento ou ir para um determinado sítio e depois ele não se concretiza. Portanto, não gosto de projectar muito para a frente, isso não gosto.

João não gosta de elaborar projectos com algum distanciamento temporal muito pelo facto de sentir segurança quanto ao seu futuro, em termos de sustentabilidade económica. Para além disso, fomenta uma atitude optimista de encarar os problemas que possam vir a surgir com tranquilidade e procurando sempre retirar aprendizagens das experiências por que vai passando.

Felizmente, os ordenados não têm faltado até hoje. Não temos tido preocupações se recebemos ou não quando chega o fim do mês. Isto também traz uma paz à pessoa e a pessoa com essa paz de estabilidade de vida encara a sua própria vida também com um outro optimismo, com outras perspectivas mais confortáveis de viver.

Diogo: “Muito cedo me tornei independente”

Diogo surge integrado no perfil de reflexividade funcional, mas com base na informação recolhida apenas numa sessão de entrevista. No final do primeiro encontro disponibilizou-se para nova sessão, mas a partir daí nunca mais atendeu o telemóvel ou respondeu a

mensagens. Após várias tentativas de contacto, optei por não insistir mais. A riqueza da informação obtida até então permite incluir este caso na análise, embora não esteja ao mesmo nível dos restantes, quer pelo menor aprofundamento, quer pelo facto de não terem sido colocadas directamente questões fundamentais para a investigação.

A decisão de classificar este caso como ilustrando um estilo reflexivo funcional resulta da identificação de alguns dos principais elementos de caracterização deste modo de pensar sobre si no mundo. Tal como os restantes entrevistados, Diogo protagonizou um processo de autonomização do contexto familiar que decorreu da definição precoce de projectos de vida, da obtenção de meios de fomento da independência económica e do afastamento de situações problemáticas no seio familiar. Assumiu, neste âmbito, a figura de um tio como referência e modelo. Todas as decisões que tomou a este respeito não foram precipitadas, mas ponderadas, tendo sempre em consideração as suas possibilidades e dificuldades. Mesmo quando se deparou com obstáculos que implicavam repensar os seus objectivos e a sua estratégia de vida, revelou flexibilidade e mostrou-se optimista na procura de solução. Está satisfeito com aquilo que alcançou, não se arrepende das decisões que tomou e assume plena responsabilidade pelo rumo que a sua vida tomou. Assume ainda uma visão do futuro que não implica a elaboração de projecções a longo prazo. Reforça a necessidade de desfrutar do presente, sem repisar o passado e precavendo o futuro.

Diogo tem 35 anos, nasceu e vive em Lisboa e é oriundo de uma família com um vasto património cultural e económico. O avô paterno era licenciado em engenharia civil e tinha uma empresa que operava nessa área. O avô materno, hoje com 90 anos, completou o equivalente ao ensino secundário e trabalhou toda a vida como gerente bancário. Quanto às avós, ambas domésticas, concluíram o 3º ciclo do ensino básico (a materna) e o ensino secundário (a paterna). Diogo teve apenas contacto com os avós maternos, já que os paternos faleceram antes de ele nascer. Era com eles que ficava sempre que os pais saíam e mantém ainda hoje com eles um contacto muito próximo e regular.

O pai mobilizou o património familiar para criar o seu próprio negócio, gerindo um porto de contentores em Lisboa, que tinha cerca de 30

trabalhadores. A mãe, porque estava inserida numa família com muitos recursos económicos, optou por não trabalhar. Ambos completaram o ensino secundário. Quando Diogo tinha 14 anos os pais divorciaram-se. Algum tempo depois o pai fechou o negócio e foi trabalhar, com funções de gestão, para uma empresa de um amigo que operava na mesma área. A mãe iniciou entretanto uma actividade profissional como técnica de electrocardiograma e voltou a viver em conjugalidade.

Diogo, o mais novo de três irmãos, cresceu num ambiente familiar permissivo e abastado. Os pais tinham uma vida social intensa, frequentando inúmeros eventos culturais, reunindo frequentemente com grupos de amigos e viajando muito para fora do país.

Tínhamos férias bastante abonadas, com tudo e mais alguma coisa, não nos faltava nada. Não fomos uma família carenciada. Eles viajavam muito os dois e nós como filhos ficávamos com os meus avós. Fazíamos as nossas férias escolares sempre no Algarve, tínhamos sempre tudo. Pronto, basicamente fui um menino mimado, até uma certa idade, nunca me faltava nada. (...) Éramos uma família muito para a frente, como se costumava dizer. Os nossos amigos e colegas de escola adoravam estar em nossa casa. A nossa casa era uma pensão, diziam que era uma pensão porque aquilo albergava toda a gente. A casa era muito grande e albergávamos toda a gente, os nossos amigos dormiam lá, fazíamos festas.

Tem boas recordações de infância e adolescência, pelo bom relacionamento que sempre teve com os pais. Admira a serenidade que caracterizou a sua educação, mas reconhece também que “uma ou outra coisa devia ter sido mais severa”.

O divórcio foi um acontecimento marcante na sua vida, mas apesar de ter implicado alguns conflitos familiares, Diogo não considera ter sido particularmente afectado pelas circunstâncias que o rodeavam.

Tenho perfeita consciência que fizeram os seus disparates (...) pela maneira como lidaram com o divórcio, depois a evolução da vida deles em separado, aquelas guerras. Digamos que não foi um divórcio pacífico. (...) Isso ao princípio, quando se é miúdo, choca-te um bocado. (...) Mas depois crescemos, absorves a informação e comesas a perceber ambas as partes.

Depois do divórcio sentiu que o pai passou mais dificuldades do ponto de vista emocional, isolou-se um pouco da família e o seu relacionamento foi afectado por isso.

Foram bons pais, nunca me faltou nada. Acompanharam-me sempre naquilo que eu precisei. Acho que foi uma boa relação. Mais tarde veio-se a deteriorar mais com o meu pai por motivos de isolamento. Foi uma pessoa que depois do divórcio não refez a vida e tornou-se uma pessoa muito isolada. Acredito que no final da vida, ele tivesse assim uma depressãozita. O que é facto é que se isolou e isso magoou-me um pouco.

Cerca de um mês antes da realização da entrevista, o pai de Diogo faleceu, aos 64 anos de idade, na sequência de complicações de saúde associadas à cirurgia de remoção de uma hérnia.

Ele teve uma paragem cardiorrespiratória, entrou em coma e, por muito que me dissessem que isto já não ia a lado nenhum, lá no fundo, no fundo, tu não acreditas nisso. Se calhar, por isso, no último mês de vida dele, eu ia lá todos os dias e falava com ele como se ele estivesse acordado. (...) E este último mês em que ele esteve em coma, os períodos em que eu falei com ele, basicamente foi como uma ida ao psicólogo. Tu próprio falas, apesar de estares a falar e saberes que ele não te está a ouvir. Eu acredito que não estivesse a ouvir. Pronto, é uma maneira de dizeres aquilo que pensas que vais fazer no futuro e a partir de agora vai ser assim.

A morte do pai teve um forte impacto na sua vida e foi um dos assuntos de que mais lhe custou falar durante a entrevista. Fê-lo pensar que, apesar de o futuro dever ser devidamente ponderado, não encontra razões para fazer projecções a longo prazo. As suas competências reflexivas foram particularmente estimuladas neste contexto e foram exercidas internamente, mas também em diálogos externos que manteve com o pai, enquanto este esteve em coma.

Fez-me pensar noutras coisas, claro que fez. Começas a dar mais importância às coisas, por muito pequeninas que elas sejam. E quando pensas no futuro, pensas mais ponderadamente, sem grandes planos. (...) Isto pode acabar daqui a uma hora, pode acontecer um simples telefonema. (...) Pensamos muito no futuro e daqui a uma hora tudo pode acabar. (...) Ganhei isso, ganhei essa realidade, que é um dia de cada vez.

Outra das circunstâncias que marcou as suas vivências familiares, para além do divórcio dos pais e, mais recentemente, a morte do pai, foi a toxicodependência do irmão do meio, que ainda hoje permanece um problema familiar. Hoje com 40 anos, fez o 9º ano, não trabalha e tem dois filhos, de 14 e 21 anos. Quando era pequeno, Diogo lembra-se da tensão que isso trazia ao seio da família, considerando que afectou a relação conjugal dos pais. Para além disso, o irmão mais velho acabou por sair de casa, já em adolescente, para ir viver com os avós maternos, precisamente para se afastar dessa situação.

Desde que me lembro ele sempre teve problemas, era muito rebelde. Problemas no liceu, os meus pais era muito chamados. (...) Lembro-me uma vez que ele fugiu para o Algarve, para aí com 17 anos. Os meus pais iam buscá-lo a centros de tratamento. Basicamente é disso que eu tenho recordação. Porque depois a partir dessa fase também me desliguei muito. (...) Despreocupe-me, estava era preocupado com a minha vida. (...) Percebi que consumia os meus pais. (...) Penso que teve quota-parte na separação.

Actualmente Diogo não fala com o irmão por desavenças relativas a partilhas de bens após a morte do pai. A atitude que o irmão tomou nestas circunstâncias, aliada a todos os problemas que criou à família contribuem para que Diogo fale dele como se de um estranho se tratasse.

Neste momento estamos zangados, não temos nenhum laço. (...) Não falo com ele. (...) Tivemos uma zanga por causa do meu pai. Ele não falava com o meu pai e, olha, meteu-me agora em tribunal por causa das partilhas de bens. (...) As drogas tornaram-no completamente disfuncional e é uma pessoa de difícil acesso. É uma pessoa que eu não identifico nada comigo. É um perfeito estranho, na maneira de ser, na educação. Acho que não tem nada a ver comigo, nem com os meus. Por muito que me custe dizer isso, mas não tem nada a ver comigo, não o consigo associar a nada. Foi um irmão que tive naquele período de tempo e depois o rumo que ele deu à vida fez dele outra pessoa.

A atitude que Diogo tem assumido perante este problema é de distanciamento, como estratégia de protecção pessoal: “Foi uma aprendizagem, é uma coisa que nunca serei, pronto. É um escudo protector que tu ali adquiriste”. Distância física, emocional e mesmo moral. Diogo

define-se como pessoa muito em contraponto ao que julga ser o carácter do irmão. Considera-se uma pessoa lutadora e determinada, que faz o que for preciso para atingir os seus objectivos. Tem, no fundo, a força de vontade e o espírito de sacrifício que não identifica no irmão.

Não falava muito sobre isso, nunca tive curiosidade para saber o que ele sentia, nunca tive curiosidade. Para mim sempre foi assunto tabu, não quero saber. (...) Doença acredito que seja, acredito que se possa declarar uma pessoa assim doente, mas acho que também tem muita ver com a força de vontade das pessoas, tem muito a ver com o espírito das pessoas. (...) Como tudo na vida, temos que ter força de vontade.

Com o irmão mais velho tem tido um relacionamento “normalíssimo, de cumplicidade de irmãos”. Tem o ensino secundário, é um quadro técnico de uma empresa privada na área da energia e está presentemente a preparar a sua candidatura para ingressar no ensino superior. É casado e tem um filho de seis anos.

O convívio quotidiano com os irmãos acabou por ocorrer apenas até aos 14 anos. Após o divórcio, Diogo foi o único que ficou a viver com a mãe, que se mudou para outra zona de Lisboa. Os mais velhos, por terem uma vida já mais integrada na zona da cidade onde residiam, permaneceram com o pai. Esta separação, bem como o afastamento mais directo da situação do irmão do meio, contribuiu para que os três irmãos tivessem “todos vidas muito independentes”.

Foi neste contexto de tensão familiar, com o divórcio, a toxicodependência do irmão e o mau relacionamento entre irmãos, que Diogo desenvolveu, desde muito cedo, vontade de se autonomizar financeira e residencialmente. Quando era criança, e já mesmo em adolescente, tomava como exemplo um tio materno, que vivia, por motivos profissionais, por longos períodos de tempo na Alemanha. O seu carácter optimista, sereno e independente representava aquilo que Diogo gostaria de vir a alcançar.

Tenho uma grande estima pelo meu tio. Gosto muito dele. Era uma pessoa muito ausente e que viveu toda a vida no estrangeiro. Acho que sempre tive aquela ideia na infância de que gostava de ser como ele. (...) Por tudo, pela maneira de ser, pelo modo como ele era com os sobrinhos, como tratava os meus avós.

Ao contrário dos irmãos, que frequentaram sempre colégios privados, Diogo esteve em escolas públicas desde a conclusão do 1º ciclo do ensino básico. Não era um aluno muito empenhado, mas obtinha bons resultados escolares. Não teve problemas de integração, mesmo quando frequentou escolas inseridas em zonas de Lisboa mais desfavorecidas: “como era ‘o menino de bem’ e não sei quê, tinha sempre uma turma de gandulos, achavam piada àquilo, de eu ir de táxi para a escola”. Tinha inicialmente como objectivo prosseguir estudos na área da saúde, mas por influência de um professor de história de arte no secundário, e tendo em conta o seu gosto pelo desenho, mudou para a área de artes, para uma escola mais vocacionada para esse domínio. Quando terminou o 12º ano foi para a tropa, mas chumbou nos testes psicotécnicos e passou à reserva.

Findo o secundário inscreveu-se na licenciatura de arquitectura na Universidade Moderna, por ter diversos amigos que estavam também nessa instituição. Frequentou algumas aulas do 1º semestre do 1º ano e acabou por desistir. Isto porque Diogo exercia já a actividade profissional de designer numa publicação periódica. Aos 17 anos começou a trabalhar numa loja de sandes “para ganhar o meu dinheiro para me divertir”. E quando frequentava o 11º ano, por convite de uma amiga passou a trabalhar algumas horas diárias num jornal, onde se manteve durante oito anos, passando depois a regime de tempo inteiro. Esteve integrado em equipas de outras publicações e está há sete anos a trabalhar, também como designer, numa revista semanal. Está satisfeito com o rumo da sua vida profissional e não se sente frustrado ou prejudicado por não ter formação ao nível do ensino superior na sua área. Até porque fez, em contexto de trabalho, inúmeras formações, sobretudo em software de design, que são geralmente leccionadas nas licenciaturas de design.

Mas não foi coisa que me chocasse. Ia para a faculdade para dizer: “vou-me formar”. Mas se me perguntares se ia aprender alguma coisa da minha área profissional? Acho que não, era só por dizer que tinha um canudo.

Aquilo que o faria regressar ao ensino superior seria a possibilidade de poder assinar projectos como arquitecto. Contudo, não coloca essa possibilidade num futuro próximo.

Pouco tempo depois de ter começado a trabalhar como designer, iniciou um namoro com aquela que viria a ser a sua mulher. Aos 19 anos, já com rendimento próprio, comprou uma casa com a namorada, dez anos mais velha, nos subúrbios de Lisboa. Quando tinha 22 anos, e ela 32, casaram-se. Um dos motivos que o levou a desistir da licenciatura foi também o facto de, nessa altura, a sogra ter sofrido um acidente vascular cerebral, estar a viver em sua casa e necessitar de cuidados especiais: “estava a pagar uma faculdade privada e precisava desse dinheiro para os cuidados básicos da minha sogra. Tive uma empregada em casa 24 horas por dia para tratar dela”. Este problema económico colocava-se porque Diogo, desde que começou a trabalhar, fez questão de manter a sua autonomia financeira, sem recorrer a qualquer tipo de apoio familiar, para os estudos e para a mudança de casa.

Era eu que financiava as despesas que tinha. Inicialmente a minha mãe queria-me ajudar, mas eu não quis. Já era bastante autónomo. Era muito senhor do meu nariz. (...) Quando era criança tiveram que me criar, tiveram que de me dar tudo o que eu precisava, mas não a partir do momento em que começo a trabalhar e começo a ter as minhas coisas, os meus vícios, a querer fazer coisas. A partir daí não faz sentido que sejam outras pessoas a alimentar isso.

A autonomia que conseguiu alcançar é entendida como conquista pessoal. Abdicar dela significaria colocar em causa o seu projecto de vida, todo o esforço que empreendeu para se afastar dos problemas familiares, bem como a sua capacidade de auto-sustento. Para além disso, Diogo tinha noção que não precisaria de recorrer ao apoio financeiro da família pelo facto de a sua estratégia de vida ter sido devidamente ponderada: não se propôs fazer o que não conseguiria vir a realizar e a manter. Duvidar da sua independência implicaria ainda reviver o passado, o que Diogo considera ser desnecessário pelo facto de não poder mudar aquilo que foram as suas vivências familiares e, por outro lado, porque constituiria um obstáculo ao processo de superação dos seus problemas.

A autonomia que alcançou foi, no fundo, produto e efeito das suas circunstâncias familiares. Neste contexto as suas competências reflexivas foram particularmente estimuladas na definição de objectivos, na ponderação de meios, na

identificação de dificuldades, na tomada de decisão e na elaboração de uma estratégia para se autonomizar.

Diogo está particularmente satisfeito com a sua vida familiar. Tem duas filhas, de 13 e quatro anos, e mantém uma relação conjugal de grande proximidade e diálogo.

Falamos muito. (...) Muitas vezes chegamos a casa e já não temos assunto para falar porque fomos falando ao longo do dia. Estamos sempre a falar por telefone, por Gmail. Por palhaçadas que se passam no trabalho mando no Messenger: “aconteceu isto”.

A mulher, que completou o ensino secundário, trabalha em secretariado numa empresa de construção civil. Actualmente residem numa casa em Lisboa, situada na Graça.

O tipo de actividade profissional que desenvolve leva-o a passar menos tempo do que gostaria com a família, pelo que a mulher está mais envolvida na prestação de cuidados quotidianos às filhas.

Tenho pena de não estar mais tempo com elas, de agora as acompanhar pouco. Aí acho que estou a pecar um bocado. (...) Noto que estou-me a sentir um bocado distante, por motivos laborais. (...) Há dois dias por semana que as acompanho pouquíssimo e isso pesa-me um bocado na consciência.

Enquanto casal, têm uma “vida social muito activa”, saindo frequentemente com família e amigos. Têm uma relação muito próxima com familiares e mantêm um núcleo de amigos, com quem se encontram e organizam actividades regularmente. Porque têm uma casa de praia, da família, em Santa Cruz, deslocam-se com alguma frequência na companhia dessas pessoas. Os fins-de-semana são geralmente passados em convívio, muitas vezes com amigos ou familiares que também têm crianças.

Se esta componente de interacção é fundamental na sua vida, por vezes tende também a ser entendida como excessiva.

No fim-de-semana perguntam-nos o que é que vamos fazer: “vamos lanchar não sei aonde com os miúdos, vamos levar os miúdos ao cinema”. Ou dizemos: “hoje não saio de casa”. E eles: “ah, então como não saem de casa, a gente janta aí, encomendamos uma pizza”. Às vezes damos por nós: “não, hoje não quero cá ninguém em casa, não quero ninguém cá no fim-de-semana. Podemos ser só família, só os

quatro”. Acontece porque temos boas relações. E às vezes também temos necessidade de ter o nosso tempo mesmo fora dos amigos. Porque ou é os amigos, ou é a família.

A atenção permanente dedicada às filhas é também percebida, por vezes, como obstáculo ao tempo dedicado à relação conjugal. Ainda assim, Diogo considera que, enquanto casal, conseguem ultrapassar essas dificuldades, organizando actividades a dois, através do recurso ao suporte familiar para garantir o cuidado das crianças.

As crianças estão sempre presentes no nosso seio. O nosso tempo é quando elas vão para a cama. (...) Acho que isso faz falta no casamento, teres tempo para o casal. Mas depois acho que tudo se contorna. Depois acabas por arranjar esse tempo de outras maneiras.

Quando tem tempo só para si, gosta de ouvir música pop-rock (como U2 ou Sting), ver séries de televisão (como Anatomia de Grey ou Californication), tocar piano (tem um piano em casa) ou desenhar. Todas estas actividades são também levadas a cabo em interacção: Diogo ouve habitualmente música no trabalho, vê séries na Internet com a filha mais velha, está a ensiná-la a tocar piano e desenha por vezes para a filha mais nova. Passa também algum tempo no computador, na Internet, a consultar notícias. Parte dos seus tempos livres são, portanto, passados em casa. Diogo faz, aliás, questão de destacar o investimento que fez na sua residência, de modo a criar um espaço confortável, personalizado e que dê resposta às necessidades e desejos de cada membro da família.

Arranjei o meu conforto em casa. Investi muito na minha casa. Acho que é fundamental teres uma casa a gosto, que te sintas bem lá dentro, que tenhas tudo aquilo possível e imaginário que tenhas que ter para te sentires bem lá dentro. E fiz isso. Comprei uma casa, parti a casa toda, fiz tudo a gosto. Fiz uma coisa de raiz, desde o quarto à casa de banho. (...) Este é o meu buraco, este é o meu canto. Quando montei a casa em Lisboa, montei-a já com pés e cabeça, com uma visão muito direccionada já para o conforto delas, para o meu conforto. Tinha ali tudo o que queria.

Tem uma página de Facebook, que criou por motivos profissionais, mas que alargou depois a amigos. Não faz uma utilização regular desta rede social, nem tem por hábito partilhar aspectos

da sua intimidade. O uso mais frequente que lhe deu foi quando estive três meses acamado, após ter sido operado à coluna. Diogo tinha por hábito frequentar o ginásio e fazer algum desporto, com o objectivo de perder peso. Chegou a pesar 100kg e conseguiu reduzir para 70kg. Mas o excesso de exercício provocou-lhe um problema de coluna, que exigiu cirurgia e um longo período de recuperação. Nessa altura recorria ao Facebook para falar com os amigos e também para jogar.

Importa ainda referir que Diogo foi filiado no Partido Social Democrata quando tinha 12 anos. Recorda-se de participar em eventos de campanha, mas não lhes associa qualquer tipo de significado, pelo facto de se ter envolvido apenas por influência do pai e dos irmãos.

Éramos meninos betos, estávamos associados ao PSD. (...) Os meus irmãos também iam e aquilo era uma grande festa, com bandeiras no carro e tudo. (...) Fui mas não tenho nenhum cariz político. (...) Era tudo filiado. Mas eles [*pai e irmãos*] já tinham aquela opção de ir para lá, eu não. (...) O meu pai gostava muito do PSD, naquele período pós 25 de Abril. (...) O meu pai perdeu muito dinheiro com o 25 de Abril, que era património do meu avô. (...) Depois havia aquele idealismo político. (...) Era filiado porque era giro. Estava lá porque os meus irmãos estavam lá e porque o meu pai gostava daquilo. (...) Acho que o meu pai era filiado no CDS porque chegou a fazer parte em mesas de assembleia.

Anexo E: Retratos sociológicos do perfil de reflexividade resistente

Irina: “Manter, pelo menos, já é muito bom”

O percurso de Irina distingue-se dos outros casos integrados no perfil reflexivo resistente, mas também dos restantes entrevistados, sobretudo pelo facto de ter protagonizado um percurso de imigração, da Ucrânia para Portugal, que correspondeu também a um trajecto de melhoria das suas condições de vida. As suas competências reflexivas foram estimuladas, pelo menos numa fase inicial, em contextos de carência e sofrimento e orientam-se actualmente para a manutenção dos enquadramentos socioeconómicos e familiares conquistados.

Irina tem 34 anos, nasceu numa zona rural na Ucrânia e provém de uma família com escassos recursos económicos. Os avós, que não estudaram, trabalhavam no campo e na indústria e viviam todos na mesma aldeia. Irina residia com os pais, a irmã, um ano mais nova, e os avós maternos. O pai, hoje com 57 anos, concluiu o 7º ano de escolaridade e tem trabalhado no campo e como operário. A mãe, com o 9º ano, é empregada de balcão e trabalhadora agrícola. Do pai, Irina recusou-se a falar, facultando apenas informação descritiva sobre a sua caracterização socioeconómica e reforçando que foi fonte de sofrimento na sua vida.

Com o meu pai é um caso à parte. Eu até preferia não falar, se for possível. (...) Não gosto do meu pai e pronto. Fez-me sofrer muito. Fez sofrer muito a minha mãe e a mim pessoalmente, portanto, não é pessoa que eu gostasse de falar.

Na base desta amargura estarão situações de violência doméstica, de que Irina, a irmã, um ano mais nova, e a mãe foram vítimas durante muitos anos. Viveu em contexto de pobreza, agravado por problemas de relacionamento familiar. Irina considera que não teve infância, nem adolescência, pois teve de ajudar os pais no trabalho agrícola desde muito nova: “ali não há fim-de-semana, não há descanso”. A generalidade das pessoas que a rodeavam vivia em circunstâncias sociais similares, pelo que Irina não tinha plena consciência das dificuldades económicas por que passaram. Ainda assim, os contextos de carência em que viveu contribuíram para que incorporasse, desde muito cedo, disposições orientadas para a poupança e para a

privação como meio de prevenção e precaução do futuro. Ao longo da entrevista relata vários episódios do passado, outros mais recentes, em que revela uma postura conformada aos limites objectivos das suas práticas.

Eu percebia que não se podia e pronto. Não era preciso dizer. Eu lembro-me perfeitamente quando a minha mãe recebeu um subsídio de férias ou assim, algo extra, e trouxe para mim e para a minha irmã. Tínhamos para aí 14 ou 15 anos, não tínhamos mais. E entrou numa loja de roupa e era para escolhermos um casaco para cada uma. A minha irmã escolheu o que ela gostava, eu fui ver pelo preço. Eu hoje olho para o preço e depois é que escolho. Eu escolhi um casaco que não gostava, mas foi porque era o mais barato.

Mas para Irina, o principal problema que sentiu existir na infância e adolescência foi a falta de afecto por parte dos pais e dos avós, o que era ainda exacerbado por contextos de violência.

Às vezes faltava carinho, mas já estávamos habituados: é assim e tem que ser assim. Hoje em dia acho que era pouco carinho, precisava ter mais. (...) Sentia que eu também precisava um bocadinho daquele miminho e não tinha.

A relação tensa e difícil que ainda hoje mantém com a mãe deve-se, em grande medida, a esta carência emocional. Irina vive um conflito interno no que diz respeito ao relacionamento com a mãe. Se por um lado se ressentia do facto de ela não a ter protegido da situação de violência doméstica, por outro compreende que dificilmente a mãe poderia ter feito alguma coisa diferente, tendo em conta as dificuldades em que viviam. Um tio materno, que Irina assume como referência na sua vida, tentou ajudá-las, mas a mãe teve receio e não quis abandonar os pais, com quem vivia e por quem era responsável.

Lá está, o divórcio naquela altura era para esquecer, a pessoa era olhada de lado. A minha mãe, por exemplo, queria-se divorciar do meu pai e houve muita gente que deixou de falar com ela. (...) Na altura o meu tio tentou fazer alguma coisa. Ele ajudou-nos muito e queria que nós fôssemos para lá, para a Polónia, queria que fugíssemos. Tanto que a minha mãe arrepende-se muito de não ter ido. Mas lá está, tinha ainda a minha avó e o meu avô e não os queria deixar. A minha mãe pelos pais não foi,

se calhar podia ter tido uma vida melhor. Nós éramos pequenas e não arriscou porque estava a pensar nos pais, tinha que ajudar porque era no campo e era difícil.

Irina via neste tio, que era militar, a possibilidade de a vida ser vivida de outra forma. O contacto com ele actuou, no fundo, como tomada de consciência para a existência de outros modos de vida, pelo que ela não teria de se conformar ao sofrimento por que passava.

O meu tio é uma pessoa muito especial para mim. Apesar de na altura só nos encontrarmos de ano a ano. Ele só vinha no Natal porque morava noutra zona. (...) Eu quando o via ele era encantador a falar. Ele é muito sábio, estudou muito. Eu sempre quis um homem como ele, lembro-me perfeitamente. Eu ficava assim: “mas como é que é possível?” Lá em casa a educação era diferente, o pai nunca ajudava a mãe em nada em casa porque tudo é a mulher que tem que fazer. E ele era o contrário e por isso eu ficava encantada com ele, ele ajudava sempre. Tentou ajudar-me a fazer as minhas escolhas, por exemplo, na altura quando eu ia casar, mas não o ouvi.

Apesar dos conselhos do tio, que desencorajavam a sua decisão, Irina casou aos 18 anos e foi mãe aos 19. Logo após o casamento ficou a viver com os pais e passou a ser vítima de violência doméstica por parte do marido.

Foi tudo muito cedo, foi tudo muito rápido. Não foi um casamento feliz. Eu casei, um mês depois engravidei e seis ou sete meses depois do casamento levei a primeira porrada, simplesmente. Nunca correu bem. E quando o despejei a minha mãe dizia-me: “então, já viste, grávida, vais estar no hospital à espera do bebé e vais estar sozinha. Deixa-o voltar, eu aturei a vida toda e tens que fazer o mesmo”. E fiz o mesmo, tanto que arrependo-me de ouvir a minha mãe.

Na mesma altura ingressou no ensino superior, com o objectivo de se tornar professora de língua ucraniana. Irina sempre gostou da escola e do processo de aprendizagem e foi inclusive incentivada pela mãe a prosseguir estudos.

Faltar à escola para mim era castigo, eu ia doente para a escola. Dizia à minha mãe que estava bem e cheguei a ir doente para a escola. Eu gostava de estudar, era boa aluna, gostava de ir mesmo. Tinha bom relacionamento com os professores, excelente mesmo, com os colegas também.

Estudou durante três anos nesse curso, período durante o qual trabalhou como auxiliar numa escola primária.

Face ao papel que a mãe assumiu no seu casamento, Irina revela também algum ressentimento, pelo facto de não ter sentido apoio para sair daquele contexto de violência, sendo inclusive encorajada a permanecer nessas circunstâncias: “O meu ex-marido batia-me e a minha mãe dizia-me muitas vezes: ‘tens de aguentar porque eu também aguentei a vida toda’. Logo, não sentia aquela defesa, aquele colo”.

Quatro anos após o casamento, o marido foi para Portugal trabalhar, à procura de melhores condições de vida. Irina acabou por segui-lo, algum tempo mais tarde, abandonando os estudos, deixando a filha com os pais na Ucrânia e esperando que a relação conjugal melhorasse num contexto de vida diferente.

Eu pensei que pudesse ser diferente. Porque viver com os pais é tudo muito bonito, mas quando há discussões eles metem-se, às vezes para ajudar, mas noutras vezes nem sempre dá certo. Se calhar essa parte também não ajudou muito e pensei que aqui podia ser melhor. Mas aqui ficou pior ainda porque aqui não tinha protecção nenhuma.

Contrariamente às suas expectativas, a situação agravou-se. Irina estava sozinha com o ex-marido, sem qualquer tipo de apoio. Viveu dois anos nestas condições, até tomar a decisão de deixá-lo e pedir o divórcio. Irina desejava há muito separar-se, mas o medo que sentia relativamente à reacção do ex-marido e por estar sem redes de apoio impediam-na de concretizar a sua vontade. O factor decisivo no processo de separação foi o suporte prestado pelas colegas de trabalho. Foram elas quem se apercebeu da situação de violência, devido às marcas físicas que Irina apresentava, e quem a incentivou e apoiou na tomada de decisão. Irina saiu de casa e foi viver, durante um mês com uma colega de trabalho, até conseguir reestabelecer a sua vida, num novo contexto profissional e numa nova residência.

Elas diziam-me: “isso não está certo”. (...) E decidi que não valia a pena. Tive medo, tive muito medo, tive ameaças. Porque no último ano, por exemplo, mantive só porque ele me ameaçava que agarrava na minha filha e desaparecia. Portanto, tive medo. (...) Estava mesmo farta (...) não queria ter a vida como a minha mãe. (...) Só que eu tinha medo, era

praticamente no início: “qualquer dia se tenho problemas quem me vai ajudar?” Eu não tive coragem de, por exemplo, denunciar. Agarrei nas minhas coisas e fui-me embora. A minha amiga deixou-me ficar uns dias lá em casa até eu procurar um quatinho. Consegui e levantei-me.

Esta decisão acarretou novos problemas familiares. Irina separou-se do marido sem qualquer tipo de apoio por parte da família, que discordava da sua opção, que a recriminava pelo que fez e que cortou contacto durante algum tempo.

Fui rejeitada pela minha família. (...) A minha mãe não me falou durante meses, fui rejeitada completamente. Tive vergonha de ir à aldeia, na primeira vez quando fui. Já estávamos aqui separados, mas tive que meter os papéis do divórcio lá. Muita gente passava e olhava de lado. Passei isso na pele. (...) Estava triste, mas também estava segura, não ia voltar atrás. A partir daí eu já não voltava atrás, mas estava triste porque havia pessoas que mandavam bocas, falavam, criticavam. (...) Valeu a pena, mas não foi fácil o que passei.

Apesar das dificuldades por que passou pela distância emocional da família e pelas críticas de que foi alvo, Irina não se arrependeu da decisão que tomou e mostrou-se determinada para prosseguir com a sua vida em novos parâmetros. A relação com a mãe foi entretanto retomada, evoluindo de forma positiva: “Agora, provavelmente, ela já me percebe, até porque está muito feliz por mim e a minha vida mudou para muito melhor. Tem vindo a fortalecer, muito mais do que era”. Actualmente falam várias vezes por semana, via Skype. Este instrumento de comunicação é também utilizado para falar com outros familiares que vivem na Ucrânia, como sejam a irmã ou o tio materno, mas nunca com o pai.

Irina decidiu permanecer em Portugal, onde encontrava mais oportunidades de emancipação, e investir fortemente na esfera laboral, de modo a melhorar as suas condições de vida e, assim, trazer a filha da Ucrânia para junto de si. Desde que chegou a Portugal, tem vindo a trabalhar como empregada doméstica, cozeira e ajudante de cozinha. Imediatamente após a separação, e de modo a conseguir sustentar-se, chegou a trabalhar mais de 16 horas por dia em duas actividades profissionais paralelas. Procurando que a irmã desfrutasse das mesmas

oportunidades, Irina fez questão de trazê-la para Portugal. Contudo, a irmã, que completou o 11º ano, não se adaptou ao tipo de trabalho que encontrou no novo contexto de vida e regressou à Ucrânia, alguns meses depois, onde reside e trabalha como telefonista.

Dois anos depois do divórcio, Irina conheceu o seu actual marido. Apesar dos receios iniciais, encontrou nele compreensão relativamente à situação em que se encontrava e tudo aquilo que lhe faltava no anterior casamento.

Uma colega minha ensinou-me uma expressão portuguesa e que está certa: gato escaldado de água fria tem medo. Foi a primeira coisa que lhe disse e ele: “então já somos dois”. Foi assim. Tive receio, é óbvio. Até porque não foi logo, eu afastei-me, não quis acreditar e entreguei-me ao trabalho. (...) Tinha um certo medo. Sempre aquela coisa: “estou divorciada, tenho uma filha”. Tinha essas dúvidas: “tens a certeza que queres estar comigo?” Foi muito honesto comigo, isso é verdade. Quando começámos a namorar, no primeiro encontro, trouxe o papel do divórcio e das dívidas. Foi mesmo assim, foi honesto logo e disse: “um dia se quisermos comprar casa, eu nos próximos dois anos não posso comprar casa”. (...) Foi complicado, mas depois comecei a confiar nele até ao ponto de poder falar. Há certas coisas que não falei com ele, por exemplo, a parte do meu pai. Há certas coisas que não consigo ainda, porque temo que ele depois possa não querer ir lá e eu não quero. Mas sobre o ex-marido sim, sobre tudo, o mais grave e o menos grave, falei tudo. (...) De bom, foi encontrar o meu marido, porque sinto-me mulher, coisa que não sentia no passado, amada, acarinhada, com a atenção que acho que todas as mulheres gostam. Isso também é um ponto alto. E espero que seja para levar até ao fim.

O marido tem 44 anos, completou o 3º ciclo do ensino básico, trabalhou como caixa num supermercado, como técnico de manutenção num hospital e actualmente é motorista numa empresa de autocarros. É divorciado e tem dois filhos do anterior casamento, com 22 e 12 anos. Quando se refere às qualidades do marido, Irina reporta-se à proximidade face àquilo que mais admira no tio materno.

Devido às dificuldades financeiras por que ambos passavam, definiram metas que foram concretizando por etapas, à medida que a sua situação socioeconómica foi melhorando: foram

viver juntos, trouxeram a filha de Irina da Ucrânia, compraram casa, casaram e tiveram uma filha. Tudo isto foi conseguido com muito sacrifício e com uma dedicação intensa ao trabalho. Numa fase inicial da relação estiveram a viver numa garagem e tinham dificuldade em comprar alimentação: “Chegámos a estar mesmo apertados, porque não foi fácil depois do divórcio. (...) Para pôr comida na mesa, nem sempre chegou e já passámos dificuldades”.

As filhas de Irina têm hoje 15 e cinco anos. Procura activamente manter com elas uma relação muito diferente daquela que teve com a mãe na infância e adolescência.

Tento ser aberta, tento ter a relação que a minha mãe não teve comigo. Falar mais, falar de tudo. (...) Consegui ser um bocadinho diferente, por exemplo, do que eram os meus pais para mim naquela altura. Tento ser mais amiga, mais presente na vida das minhas filhas, dou mais carinho, afecto. Eu já me sinto diferente, não sou como eles, ou pelo menos tento não ser como eles.

Na articulação entre a mudança para Portugal, o divórcio e o segundo casamento Irina viu as suas condições de vida melhorarem. Embora sempre com dificuldades de gestão financeira, conseguiu alcançar alguma estabilidade profissional, comprar casa e sustentar uma família de quatro pessoas. O trajecto de imigração correspondeu também a um processo de autonomização e emancipação. Num novo contexto de vida, sem redes familiares de apoio, Irina teve de adaptar-se a novos parâmetros culturais, a uma nova língua, a actividades profissionais a que não estava habituada e a auto-sustentar-se. Apenas neste novo contexto de vida encontrou condições para concretizar o seu objectivo de se divorciar. Tudo isto lhe concedeu uma confiança em si mesma que nunca tinha tido. Exemplo disso foi o facto de ter tirado a carta.

Tirar a carta de condução era uma coisa que eu nunca pensei na vida. Para mim a velocidade de 50 km/h era muito. Hoje em dia vou a 120 km/h e nem noto. Até mesmo os meus familiares, a minha mãe e a minha irmã quando souberam disseram: “tens a certeza?” Porque lá nem pensava nisso e há aquela regra de que carro é só para o homem, a mulher não pode. Hoje em dia, devagarinho, já se vai desenvolvendo isso. Lá está, foi bom conhecer essa parte aqui. Ao início eu estranhava muito ver as mulheres a conduzirem.

Apesar de ter protagonizado um trajecto de relativa mobilidade social, Irina encontra-se actualmente numa situação mais complicada do que aquela que enfrentou em anos anteriores. Neste momento trabalha como empregada doméstica em várias casas particulares e o marido mantém a actividade de motorista. Contudo, sem que os seus rendimentos familiares tenham aumentado, os custos de vida subiram, bem como as despesas, sobretudo com as filhas e com as prestações do crédito da casa e do carro. Face ao clima socioeconómico do país, Irina tem receio que tanto ela, como o marido percam o emprego, o que colocaria em causa o sustento familiar e as condições de vida conquistadas.

Pela situação em que se está é melhor não se mexer em lado nenhum. Estou bem assim, para mim é suficiente. (...) Se calhar vou ficar por aqui. Há por aí tanta gente desempregada que até tenho medo de mudar e depois pode não correr bem. E com os trabalhos que eu tenho agora eu sinto estabilidade, pelo menos até agora. (...) Gostaria de ter um trabalho um bocadinho melhor, mas estou contente com este que tenho. Se for preciso trabalhar mais 10 anos assim, eu trabalho porque não há muitas opções. (...) Prioridade, prioridade é não deixar de trabalhar. (...) Que nunca falte para pagar a casa e o carro, é essencial, pagar a escolinha, o ATL.

Irina gostaria de ser cozinheira e de fazer formação nesse âmbito. Contudo, contenta-se com o trabalho que conseguiu arranjar, pelo medo de perder o que alcançou. Para além disso, o trabalho, em termos gerais, é, para além de fonte de sustento económico, uma dimensão central da sua identidade, independentemente do tipo de actividade que desenvolva. Se há aspecto que valoriza em si mesma é precisamente a sua capacidade de trabalhar e de se dedicar a qualquer emprego.

Tendo consciência de que não pode melhorar as suas condições de vida actuais, o seu objectivo principal é manter aquilo que alcançou. Portanto, se numa fase inicial da sua vida, a sua reflexividade se orientava para a procura de superação dos problemas que enfrentava no seio da família, neste momento centra-se na continuidade contextual. As suas competências reflexivas são exercidas sobretudo na gestão quotidiana do agregado doméstico, através da organização das rotinas familiares, das tarefas domésticas e do

cálculo e controlo das despesas e gastos. As preocupações financeiras tendem a sobrepor-se a tudo o resto e a orientar as vivências e escolhas familiares.

Por exemplo, hoje vou às compras, primeiro faço a lista. Prefiro ir com lista porque sem lista vêm coisas a mais. (...) Se calhar é triste, mas é verdade, calculo mesmo. Por exemplo, eu sei que tenho x na conta e preciso comprar pão, leite e iogurtes. Já cheguei ir com uma calculadora e somar para não ultrapassar o valor porque me bastou acontecer isso uma vez. Por exemplo, as facturas, tenho sempre isso em ordem, somar o que tenho para pagar e depois o que se pode usar mais ou menos.

Os contextos de carência económica contribuíram acentuadamente para que Irina desenvolvesse disposições para a poupança, como forma de gestão quotidiana dos recursos e de precaução face ao futuro.

É preciso poupar porque é preocupante. Quando começou isto tudo eu enchi a despensa com coisas que davam para dois anos. Enchi com massas, arroz... Fome a gente não pode passar. É essencial. Principalmente a poupar e tentar pôr de parte alguma coisa para elas [*filhas*], nem que seja só um bocadinho porque não sabemos que ordenados vamos receber para o ano ou daqui a dois anos e se isso vai parar em 2013 como eles pensam.

As suas competências reflexivas são também direccionadas para o passado. Apesar de Irina afirmar que não pensa muito em etapas prévias do seu percurso de vida (“não penso muito, o passado já pertence ao passado, já foi, já passou, já foi vivido”), denota, ao longo de toda a entrevista, ressentimento e arrependimento relativamente às suas circunstâncias e opções. Gostaria de ter tido uma infância e adolescência diferentes, de ter continuado a estudar, de não ter casado com o ex-marido, de ter sido mãe mais tarde e de se ter autonomizado da família mais cedo.

Não casava logo aos 18 anos, de certeza absoluta. Ia estudar e saía de casa o mais depressa possível, ser independente. É isso que mudava completamente. Tenho muita pena. A única coisa boa que tenho é uma filha do casamento porque de resto não. Posso dizer que me arrependo de ter casado, de ter deixado estudar. Não tenho pena nenhuma de ter arriscado a vir para cá, porque foi bom, muito bom. Fez-me mudar, pelo lado positivo. (...)

Confiava demasiado na minha mãe e achava que a vida era assim e tinha que ser assim. A minha mãe dizia que também já vivia assim, que toda a gente levava porrada, tinha que baixar a cabeça. E na minha ideia era assim, como não conhecia muitos exemplos de vida um bocadinho melhor, com diálogo, com conversa.

O passado é relatado com alguma tristeza, mas Irina não assume uma postura de vitimização, na medida em que conseguiu superar inúmeras dificuldades e procura hoje, activamente, proporcionar à família aquilo a que não teve acesso na infância e adolescência. Irina teve um percurso inicial de submissão e conformação às suas condições sociais e familiares. Com a mudança de contexto de vida, com o contacto com outros meios de existência e formas de pensar e com o acesso a outro tipo de recursos culturais e económicos, Irina consolidou e viu reforçadas as suas percepções sobre o cariz problemático daquilo por que estava a passar, nomeadamente no que diz respeito à situação de violência doméstica, por parte do pai e do ex-marido. Inserida em novos enquadramentos sociais e culturais, viu as suas reflexões, que mantinha para si mesma e que lhe provocavam angústia e mal-estar, validadas exteriormente, junto das suas novas redes de sociabilidade. Deixando de se entregar ao que a família considerava ser inevitável, Irina agiu sobre as suas circunstâncias e iniciou uma nova etapa de vida, na qual assume um papel mais activo e autónomo. Os seus contextos socioeconómicos e familiares de vida actuais são entendidos como conquistas e Irina luta para que sejam irreversíveis.

A mudança da Ucrânia para cá mudou-me completamente. Engolia muitos sapos. Consigo mais defender-me. Lá era diferente, era muito fechada. Consigo ir à luta, ganhei mais defesas. (...) Porque aqui tive que sobreviver, tive que saber agarrar o que aparecia, no caso do trabalho. Uma vez ou outra tive que baixar a cabeça. Ou melhor, gosto de uma expressão portuguesa: “temos que dançar a música que toca”. Tive que me adaptar. (...) Não quero ser dependente de alguém, isso já não, está fora de questão.

Portanto, a reflexividade só originou acção transformadora e activou a agência individual quando encontrou condições favoráveis. As vivências familiares de Irina eram experienciadas como constrangimento, mas os seus

contextos levavam-na a reprimir esse sentimento e conformar-se às suas circunstâncias. Foi necessário mudar bruscamente de contexto de vida, e ter acesso a outro tipo de recursos, para que as suas conversas internas fossem validadas exteriormente e, assim, transpostas para capacidade de agência.

A reflexividade de Irina é sobretudo orientada para o passado e para o presente. O futuro não é alvo habitual das suas reflexões. Apesar de ter receio quanto à sustentabilidade da sua vida familiar e à permanência do seu emprego, bem como o do marido, não tem por hábito pensar muito no futuro e elaborar planos a longo prazo. Planifica sobretudo o quotidiano familiar. Tem desejos que gostaria de realizar, mas não os encara como projectos, pela incerteza que o futuro acarreta e pela escassez de recursos para concretizá-los.

Não sou muito de planear. Não planeio muito para a frente. Gostava muito que as minhas filhas estudassem e que tivessem um futuro, que fossem para a universidade, que tivessem as suas opções. É mais para elas. Gostava de não viver aqui neste sítio, com tanta gente às vezes é complicado. Ter uma casinha só para a gente era bom, mas a prioridade é para elas, que elas estudem e tentar ajudar sempre que puder.

Irina é actualmente uma pessoa ponderada, embora não o tenha sido no passado: “Eu penso e avalio. Tento medir sete vezes e cortar só uma. Se calhar mais para não errar em certas coisas, como já passei no passado”. Considera-se autónoma a tomar decisões, embora, em determinadas circunstâncias, sinta necessidade de recorrer ao aconselhamento da família e amigos

Na maior parte penso só eu, falo eu comigo. Mas uma vez ou outra falo, por exemplo, com o meu marido. Também depende da situação. Às vezes peço conselhos aqui a uma amiga. Não quer dizer que vou optar pelo conselho dela, às vezes é o oposto. Ou então peço vários conselhos para tirar uma média.

Apesar de continuar a enfrentar algumas dificuldades, Irina gosta da pessoa em que se tornou e da vida que tem actualmente: “Estou bem assim como estou, não sou muito de refilar da vida”. Define-se, acima de tudo, como uma pessoa trabalhadora, com uma vida simples, muito dedicada à família.

Sou trabalhadora, muito agarrada à família, 100%. (...) Primeiro são os miúdos, primeiro é

a família. Se vou comprar qualquer coisa, primeiro compro para a família, depois para mim. Eu estou em último lugar.

Esta postura de se atribuir um estatuto inferior na hierarquia familiar reflecte-se sobretudo na gestão de prioridades. Irina não dedica habitualmente nenhuma parte dos seus dias a actividades dirigidas a si mesma, como sejam idas ao ginásio ou passeios com amigas, ou, quando o faz, é sob condição. Os seus tempos livres são dedicados à família e às actividades que as filhas quiserem fazer. Apenas quando ambas vão dormir, Irina se permite ir a casa de uma vizinha conversar ou jogar jogos no Facebook. O lugar secundário que atribui às suas necessidades pessoais fica bem expresso no facto de, por exemplo, prescindir de tempo de férias e de descanso, de modo a aumentar o rendimento familiar e, assim, proporcionar melhores condições de vida às filhas. No ano passado fez, pela primeira vez, férias em família, com o apoio monetário da mãe.

Ainda assim, valoriza-se mais hoje como pessoa do que o fazia no passado, o que a deixa orgulhosa da mudança por que passou. Considera que teria precisado de fazer terapia profissional para olhar para si mesma de outra forma e ganhar confiança pessoal no passado. Tendo consciência de que não pode alterar as opções que tomou e os contextos sociais em que nasceu, gostaria, pelo menos, de ter tido outro acompanhamento para aprender a lidar de outra forma como os problemas e dificuldades que enfrentou.

Hoje em dia digo que me fez falta, principalmente no passado. No passado, na altura da infância e depois quando fui casada. Principalmente na infância precisei mesmo. Eu ouço falar, vejo filmes e acho que faz falta, pelo menos para conversar. Porque podemos gostar muito de uma pessoa, contar tudo, mas existem sempre certas coisas que nem com amigos conseguimos. Há coisas que precisamos de alguém que não seja ninguém para nós, pelo menos para aliviar.

Actualmente conta com a presença do marido e de algumas amigas, sobretudo duas vizinhas, com quem desabafa e com quem partilha as suas preocupações. Mas no passado, a sua reflexividade cingia-se ao exercício de conversas internas. Aos 12 anos começou a escrever um diário, mas com receio que alguém lesse o que escrevia, nunca o entendeu como instrumento catártico, de reflexão pessoal e desabafo: “Assim

um mundo cor de rosa, nada assim de problemas. Até porque éramos muitos lá em casa, qualquer pessoa podia pegar no livro”. Nunca desenvolveu práticas de escrita auto-biográfica ou literária porque nunca sentiu necessidade de fazê-lo e, para além disso, viveu grande parte da sua vida em contextos em que as suas acções eram minuciosamente controladas e monitorizadas por outras pessoas. A escrita cinge-se à elaboração de listas de compras e a bilhetes de amor ocasionais trocados com o marido.

Palmira: “Consegui mudar a minha vida, mas agora está difícil”

O caso de Palmira enquadra-se também no perfil resistente, pelo facto de as suas competências reflexivas se orientarem, principalmente, para a preservação das condições de vida alcançadas. Tal como as outras duas entrevistadas que integram este grupo, o percurso de Palmira é trifaseado: viveu em contextos de carência no seio da família de origem, melhorou as suas circunstâncias após o casamento e enfrenta actualmente dificuldades económicas decorrentes do aumento, conjuntural, das despesas e custo de vida.

Palmira tem 62 anos, nasceu e viveu sempre em Moura. É uma das mais velhas de sete irmãos e provém de uma família particularmente carenciada do ponto de vista do acesso a recursos materiais e culturais. O pai, que não frequentou a escola, era pescador. A mãe, também sem escolaridade, trabalhou sempre como assalariada agrícola. Com os avós, que não tinham grau de instrução escolar e eram trabalhadores agrícolas, Palmira não teve muito contacto, pelo facto de terem falecido quando era ainda criança. Inserida numa família numerosa e com rendimentos parcos, Palmira viveu em situação de privação material, em termos de alimentação, habitação e vestuário.

Muito pobrezinhos, muita miséria. (...) Eu lembro-me de andar descalça. Já tinha alguns quatro ou cinco anos quando eu vi uns sapatos nos meus pés. (...) Lembro-me que passei muita fome. (...) Éramos muitos. O meu pai trabalhava, era pescador, mas uns dias apanhava, outros dias não apanhava, uns dias deixava dinheiro à minha mãe, outros dias não deixava. Nós comíamos fiado, tanto o pão como a mercearia comia-se fiado. A minha mãe, coitadinha, quando arranjava dinheiro pagava. (...) A gente íamos a semana inteira

buscar o pão e depois a minha mãe, quando recebia ao fim-de-semana, pagava. Só que às vezes eu chegava lá e dizia: “vinha buscar o pão”. E ela dizia: “mas olha, filha, se a tua mãe não vier pagar o pão que aqui está, para a semana já não podes levar”. E eu vinha de lá chorando (...) Era aquele pão partido além ao meio e era um bocadinho assim para cada um, o dia inteiro, para a gente comer.

Estas condições eram ainda agravadas pelo facto de o pai ser alcoólico e gastar parte do rendimento familiar nas constantes deslocações à taberna local.

Ele dava muito pouquinho à minha mãe, era mais o que gastava na bebida. (...) Ora, a minha mãe, coitadinha, quando vinha à tarde do trabalho dizia-me assim: “ai filha, o que é que eu faço com este dinheiro? Nem dá para nada, nem para pagar a quem devo”. Coitadinha, deitava lágrimas e eu chorava a par dela.

Ao relatar as suas vivências de infância e adolescência, Palmira comove-se frequentemente, classificando essas fases da sua vida como tristes e desprovidas de qualquer tipo de satisfação: “A minha vida com os meus pais foi sempre triste, não tive alegria na casa da minha mãe”.

Face às dificuldades financeiras da família, tanto Palmira, como os irmãos começaram a trabalhar muito novos. Palmira frequentou a 1ª classe durante alguns dias, mas viu-se forçada a abandonar a escola para apoiar a mãe no sustento da família. Aos 10 anos foi trabalhar para o campo como assalariada agrícola, actividade que manteve até aos 17 anos de idade.

Naquela altura a miséria era muita e eu como via a minha mãe com tanta miséria, saí da escola. Não cheguei a aprender a ler. Saí da escola e fui pedir trabalho. (...) Estive lá a trabalhar no campo até aos 17 anos, do nascer ao pôr-do-sol.

Os irmãos tiveram percursos similares. Apenas os mais novos conseguiram concluir o 1º ciclo do ensino básico. Têm trabalhado em profissões pouco qualificadas no campo, na indústria, bem como na área dos serviços. Três deles vivem actualmente nos subúrbios de Lisboa. Os restantes mantiveram-se em Moura.

Aos 15 anos Palmira começou a namorar com o marido, aos 17 anos casou-se e dois meses depois foi mãe. O marido, sete anos mais velho,

concluiu o 1º ciclo do ensino básico e trabalhou sempre como camionista. Está presentemente reformado, mas trabalha ainda algumas horas por dia numa quinta, onde ajuda a cuidar dos animais e das colheitas. Foi a partir do casamento que Palmira começou a ver a sua vida melhorar progressivamente, através de um forte investimento do casal na esfera do trabalho. Depois do nascimento da filha, Palmira foi trabalhar para uma fábrica no recheio de azeitonas, onde permaneceu durante 32 anos.

Não querendo reproduzir a situação da sua família de origem, Palmira não quis ter mais do que dois filhos, de modo a garantir melhores condições de vida a todo o agregado doméstico.

Não sei se foi porque vi muita miséria na casa dos meus pais, mas tinha muito medo de ter filhos (...) Eu comecei-lhe a dizer: “mais de dois filhos não”. Hoje já há muita coisa para a gente os evitar, a vida é muito má.

As disposições que incorporou para a poupança, em articulação com um quotidiano familiar orientado para o trabalho e ainda com o objectivo comum do casal de melhorar as suas condições de vida, contribuíram para que a médio-longo prazo Palmira melhorasse substancialmente as suas circunstâncias materiais e emocionais.

Feliz foi quando eu casei com o meu marido. (...) Nunca mais tive fome nem nada destas coisas. (...) A gente começámos por ter uma vida mais ou menos orientada porque ele era orientado e eu também era. Porque se não, não chegava a juntar, naquela altura, para um carro. Mas a gente comprou logo e ao fim de pouco tempo comprámos uma casinha. (...) Eu juntava dinheiro, era muito bem governada. Se eu tivesse 10, tinha cinco guardado.

Deixou de passar privações materiais, comprou carro e casa e conseguiu construir um ambiente familiar que contrastava muito com a tristeza que marcava as vivências na sua família de origem. O relacionamento com o marido foi sempre equilibrado e vivido com muita satisfação: “Toda a vida nos demos bem, não temos problemas. (...) Graças a Deus, tenho um marido impecável”. Considera-o muito trabalhador, orientado e conversador: “Ele conversa muito, é conversador. Eu às vezes até nem dou resposta para ver se ele se cala. Falamos muito assim um com o outro”. A única fonte recorrente de conflito foi a vida sexual do casal. Palmira nem sempre

correspondia aos desejos do marido por se sentir demasiado cansada ao final do dia.

A melhoria das condições de vida da família foi conseguida com muito esforço, particularmente pela articulação que Palmira tinha de fazer entre a sua actividade profissional e o cuidado que prestava aos familiares. Oito anos depois do nascimento da filha, voltou a ser mãe. A filha, hoje com 45 anos, fez o ensino secundário, trabalha como administrativa na autarquia de Moura e tem duas filhas, de 25 e seis anos de idade. O filho mais novo tem 37 anos, concluiu também o ensino secundário, é cabo na Guarda Nacional Republicana, vive em Serpa e tem uma filha com nove anos.

Numa primeira fase, Palmira conciliava o seu trabalho com o cuidado dos filhos, bem como dos pais e, por vezes, dos sogros. Mais tarde assumiu também o cuidado dos netos. Quando a filha emigrou para a Suíça, foi com ela que a neta, hoje com 25 anos e educadora de infância, ficou a viver durante alguns anos. Actualmente é ela quem vai buscar o neto mais novo à escola e quem fica com ele até a mãe regressar do trabalho. Neste sentido, mantém com os netos uma relação de grande proximidade: “eu desconfio que quero tanto aos meus filhos como quero às minhas netas”.

Aos 49 anos, e na sequência da falência da fábrica onde trabalhava, Palmira ficou desempregada e voltou a trabalhar como assalariada agrícola. Porque já não tinha a mesma resistência física para esse tipo de actividade optou por transitar para outra profissão, trabalhando como empregada doméstica durante 14 anos, até se reformar, há dois anos atrás.

A decisão de se reformar decorreu de problemas de saúde num braço que a impediam de continuar a realizar esforços físicos. Por ter sido uma situação imposta, e por ir contra o seu objectivo de trabalhar até à idade formal limite, Palmira viveu a decisão da reforma com muita angústia. O desempenho de uma actividade profissional não só representava um melhor rendimento, como constituía também uma dimensão identitária central na sua vida.

Já me adaptei, mas ao princípio custou-me muito. (...) Nunca tive dó do meu corpo. Agora é que eu vejo o descanso, que às vezes até me aborrece. Porque eu estava habituada àquele ritmo e, quando eu parei, eu fiquei muito mal da minha cabeça.

Actualmente, para além da realização das tarefas domésticas e do apoio que presta à filha no cuidado da neta, Palmira ocupa o seu tempo a ver televisão (sobretudo novelas e programas nacionais de entretenimento) e na rua em conversa com vizinhas: “chega a pontos que a gente se aborrece assim de estar sozinha. Eu vou até aí à porta, falo com uma vizinha, falo com outra. Dou-me bem aqui com toda a gente”. Mais recentemente, e por recomendação médica, frequenta duas vezes por semana aulas de hidroginástica. Ocasionalmente vai a bailes em sociedades recreativas com as irmãs ou vizinhas.

Palmira conformou-se às suas circunstâncias sociais, tendo incorporado os limites objectivos das suas práticas, mas mantém ainda desejos, tal como as restantes entrevistadas que integram o perfil reflexivo resistente, que não pode concretizar. Ao longo da entrevista, e mesmo em conversas mais informais, manifestou vontade em passear e sair mais vezes de Moura, mas os recursos económicos familiares não lhe permitem concretizar este desejo: “eu quero ver coisas mais bonitas. Eu não saio daqui a lado nenhum, tenho levado uma vida inteira só aqui”.

Palmira olha para o passado com bastante tristeza e angústia. Gostaria de ter vivido em condições diferentes e de ter tido mais oportunidades na vida, nomeadamente de estudar.

Por acaso penso, sou muito pensativa, lembro-me muito do atrasado. Conforme agora estou bem, não me esqueço do que penei, do que passei com os meus pais, coitadinhos.

Contudo, reconhece que nem os pais, nem ela poderiam ter feito algo que alterasse substancialmente os contextos socioeconómicos familiares. Para além disso, revela orgulho na vida que construiu mais tarde e nas condições de vida que conquistou para a sua família. Assume responsabilidade por essa melhoria, que, na sua perspectiva, foi conseguida, em grande medida, pelo seu esforço e determinação. A compra de casa era o seu principal objectivo, em termos de incremento das condições de vida da família.

Pensava ter uma casa, pensava ter uma vida melhor porque eu lá estava a viver muito mal. (...) Eu é que estava sempre com o sentido: “e tenho que arranjar uma casa maior e tenho que conseguir, tenho que conseguir, tenho que conseguir”. E consegui.

Para além do projecto de comprar uma habitação, não elaborou planos a longo prazo para além do desejo mais abstracto de melhorar a sua vida. Nunca desenvolveu, aliás, esse hábito de planificação do futuro.

Palmira estava consciente das suas limitações objectivas, mas não se entregou às dificuldades inerentes aos seus contextos e acreditou que seria possível viver melhor do que os seus pais, mesmo que a mudança não fosse muito acentuada. As suas competências reflexivas eram exercidas sobretudo para a análise das circunstâncias e práticas familiares, de modo a não cometer os mesmos erros que considera que os pais cometeram. Tinha por objectivo geral melhorar as suas condições de vida e percebeu que, para tal, não poderia ter muitos filhos, precisava de investir seriamente na esfera laboral e era fulcral poupar. Esta gestão era marcada por uma forte componente de auto-disciplina na organização dos tempos quotidianos e no controlo dos gastos e despesas.

As preocupações financeiras têm, aliás, sido constantes ao longo de todo o seu percurso, sobretudo depois do casamento, quando sentiu que o controlo que podia exercer sobre os rendimentos familiares era decisivo para garantir as condições de vida materiais que ambicionava.

Se posso gastar agora 10, vou deixar 20 de lado, não haja um azar qualquer, para ter o meu. (...) O meu marido é mais amigo ainda de trazer para casa do que eu. Há três ou quatro semanas foi ao supermercado e trouxe um bacalhau que é uma grossura de quatro dedos. Eu não trazia aquele bacalhau, é muito caro. (...) Comemos do baratinho que é bom. Eu só vivi das coisas baratas e da miséria, mas não tivemos problemas nenhuns. (...) Preocupava-me muito com o dinheiro porque tinha-os a eles em casa e já se sabia que o dinheiro era puxadinho. (...) Temos tido sempre muito pouquinho para o dia de amanhã. (...) Ainda ponho ali a minha reformazinha e depois vejo se consigo ainda juntar algum para depois dar aos meus netos.

Esta gestão financeira foi fulcral ao longo do seu trajecto, mas assume ainda centralidade no presente, em particular num contexto em que tem de fazer face a um aumento das despesas, sem que os seus rendimentos se tenham alterado substancialmente. Apesar de já estar reformada, tal como o marido, e de não enfrentar o receio de ficar sem rendimento laboral, como no caso das duas outras entrevistadas inseridas neste perfil, Palmira

sente agora uma necessidade maior de contenção do que sentia há alguns anos atrás. Face ao enquadramento de crise do país assume uma postura de precaução porque tem medo de, a médio prazo, não conseguir fazer face a todas as suas despesas. Neste sentido, e sabendo que não pode melhorar as suas condições de vida actuais, o seu objectivo principal é manter aquilo que alcançou. É sobretudo nestes termos, de prudência financeira, que pensa no futuro.

A sua reflexividade é exercida interiormente, através de diálogos que estabelece consigo mesma, na sua mente, mediante os quais organiza mentalmente, no quotidiano, as tarefas que tem de realizar, os compromissos que tem de cumprir e as despesas que tem de pagar. Valoriza bastante a sua memória, na qual se apoia para se lembrar de acontecimentos e daquilo que tem de fazer. Ocasionalmente pede ao marido, porque não tem competências de escrita, que faça a lista de compras, que actua como instrumento de auto-contenção na selecção dos produtos a comprar no supermercado.

No que diz respeito a estas questões de gestão diária do agregado doméstico, Palmira é bastante autónoma no processo de tomada de

decisão, sem necessitar de exteriorizar os seus pensamentos e argumentos. Já no que concerne outro tipo de assuntos, mais relacionados com a sua intimidade, preocupações de vida e experiências passadas, sente necessidade de conversar com as pessoas que lhe são mais próximas, como sejam o marido, as irmãs e algumas vizinhas. Desabafa, pede opinião e procura aconselhamento.

Para além do apoio destas pessoas, Palmira teve já de recorrer a terapia profissional, por mais do que uma vez, para superar situações de depressão. Após a morte da mãe passou por uma fase muito complicada: “meti-me na cama, não comia, nem bebia. Levantei-me dali e parecia um pau. E nem sabia dizer o que tinha”. Mais recentemente, depois de ter assistido a uma cena de violência doméstica do cunhado face à irmã, e na qual sofreu também alguns ferimentos, voltou a entrar num estado depressivo e retomou as consultas de psicologia e a medicação. O recurso a terapia resultou de recomendação médica, bem como da insistência dos filhos. Com este tipo de apoio, Palmira tem conseguido superar os seus problemas emocionais.

Anexo F: Retrato sociológico do perfil de reflexividade resiliente

Luís: “Não há outra solução a não ser andar para a frente”

O caso de Luís ilustra também o modo de reflexividade resiliente. Luís tem 60 anos de idade, vive em Carnaxide, é casado e tem um filho. Aos 55 anos teve um acidente de trabalho que resultou em queimaduras numa parte significativa do corpo. O facto de o acidente ter ocorrido numa fase mais tardia do percurso biográfico e pelo seu estado de saúde não ter ficado tão comprometido, o impacto deste acontecimento marcante não foi tão grande como no caso de Cláudio. Ainda assim, teve efeitos decisivos no modo como hoje se pensa a si mesmo e às suas circunstâncias, como se verá.

Luís nasceu em Beja e viveu até aos 14 anos no Alentejo; em Alcáçovas até aos 10 e posteriormente em Cuba. A família materna é oriunda de Alcoutim. O avô era feitor e a avó doméstica. Do lado do pai, provêm da zona da Régua. A avó era costureira e o avô ferroviário. Nenhum deles frequentou a escola. Com os avós teve pouco contacto, já que faleceram quando Luís era ainda criança.

O pai, que completou a 4ª classe, embora já em adulto, seguiu as pisadas do avô e trabalhou sempre como ferroviário, na montagem das composições dos comboios. A mãe não frequentou a escola e foi grande parte da sua vida doméstica. Apenas mais tarde, já depois dos 50 anos, começou a trabalhar como guarda de passagem de nível.

Luís considera que teve uma infância feliz: “Tive uma infância feliz. (...) A minha mãe e o meu pai sempre me deram liberdade. (...) Sempre tive uma boa relação com a minha mãe e com o meu pai.” Apesar de considerar hoje que eram pessoas pouco afectuosas, não sentiu essa falta, na altura: “Nem eles sabiam de outro mundo melhor. Eles não tinham essa noção. Não lhes posso levar isso a mal porque isso era assim”.

O tipo de actividade profissional desenvolvida pelo pai permitia uma mobilidade à família ajustada aos seus objectivos de vida. Porque pretendia que o filho prosseguisse os estudos para além do ensino primário e que tivesse mais oportunidades na vida do que ele próprio teve, o pai pediu transferência para Beja, de modo a que Luís pudesse ingressar na escola industrial na mesma cidade. Foram viver para Cuba, tinha Luís 10 anos.

A vontade de Luís era, contudo, distinta da do pai. Nos quatro anos que frequentou a escola em Beja, teve um trajecto irregular, marcado por faltas, um chumbo e pouco aproveitamento escolar. Quanto tinha 14 anos, o pai foi promovido e transferido para Vila Franca de Xira, onde viveram durante um ano. Nessa altura, Luís, que já alimentava esse desejo há algum tempo, manifestou vontade de iniciar uma actividade profissional.

Não fui um bom estudante, nada que se pareça. Ainda chumbei um ano e tal. Não gostava. (...) Não me apetecia muito estudar, não gostava. Invejava aqueles rapazes que trabalhavam e que tinham o seu dinheiro para gastar. (...) Eu tinha inveja daquela malta que trabalhava e que tinha dinheiro para a imperial e para o tabaco e não sei quê. Eu queria era trabalhar.

Esta vontade é indissociável daqueles que eram os seus grupos de referência na altura. Luís convivia ou com pessoas mais velhas, já inseridas profissionalmente, ou com jovens da sua idade, com poder económico para sustentar um estilo de vida que permitia gastos pessoais em lazer.

Tinha sempre a tendência de andar com pessoas mais velhas que eu. Então aí, já comecei a ter outro tipo de vida, comecei a frequentar sociedades onde havia bailaricos. (...) Em Cuba havia rapazes que viviam mal, mas eu dava-me mais com a classe média. Embora eu fosse de uma classe média-baixa, ou mais abaixo da média-baixa porque o meu pai era um simples ferroviário. Mas naquela altura as pessoas que tinham uma mensalidade certa, que tinham um salário certo por mês, já estavam quase incorporados na classe média. (...) Portanto, eu tinha ali um painel muito rico em amizades e conhecimentos. Foi uma fase da minha vida em que eu tive muitos conhecimentos e era muito rico em convívio e amigos.

Aos 14 anos Luís ingressou numa empresa de ascensores, onde trabalhou grande parte da sua vida profissional, na montagem de elevadores. A partir desta altura, a vida financeira da família melhorou substancialmente, já que Luís entregava o seu rendimento aos pais, reservando apenas uma pequena parcela para as suas despesas. Essa melhoria foi ainda reforçada pelo facto de,

um ano depois de terem chegado a Vila Franca de Xira, o pai ter ido trabalhar para Lisboa e a família ter ficado alojada numa casa da empresa onde o mesmo trabalhava, o que não exigia o pagamento de renda mensal.

Se durante o seu percurso escolar, Luís era desinteressado e desleixado, quando começou a trabalhar empenhou-se e investiu seriamente na sua actividade, por ser precisamente aquilo que projectava vir a fazer.

É que o meu pai também não ganhava muito. Não vou dizer que passava fome ou que tínhamos grandes dificuldades, mas também não havia muito dinheiro. Aquilo era mesmo à tangente. (...) A verdade é que ele também precisava de alguém que o ajudasse. Se calhar foi isso também que pesou. Quando comecei a trabalhar ajudei muito o meu pai. Eu era um fraco estudante, mas quando comecei a trabalhar eu levava aquilo muito a sério. Eu mudei totalmente. O trabalho para mim era tudo. (...) Ao contrário do que era na escola, que era muito indisciplinado, no trabalho não. (...) Então aí comecei a ajudar o meu pai e a verdade é que a vida começou a melhorar. Recorda-me que a primeira televisão que eles tiveram fui eu que lhes comprei. (...) Eu entregava o dinheiro e recebia uma mesada, que chegava perfeitamente.

No fundo, por ter uma profissão sentia-se útil (pelo apoio prestado aos pais), autónomo (porque se auto-sustentava) e maduro (traço que procurava desenvolver à imagem dos seus grupos de referência).

Trabalhou até aos 20 anos, idade com que foi para a tropa. No decorrer de um ano esteve em Beja, Paço de Arcos, Vendas Novas, Coimbra, antes de seguir para a Guiné, onde permaneceu por dois anos. Luís guarda boas recordações das suas vivências nesse período. Pela especialização que tinha em electromecânica, não foi para combate e ficou responsável pela manutenção eléctrica de um hospital militar. Não foi uma experiência traumática, embora recorde o choque que sentiu quando chegou à Guiné e a dificuldade em lidar com o ambiente de guerra, nomeadamente os ferimentos que viu no hospital.

Nunca fiquei assim traumatizado de ir para o Ultramar. (...) O choque que eu apanhei, que fiquei assim um bocado chocado, atacou-me bastante, foi quando cheguei à Guiné. A viagem foi porreira, na brincadeira e tal. (...) Mas quando lá cheguei... Está a ver quando está na cozinha e abre a porta do forno? Assim

parecia aquilo. Disse assim: “epá, para onde a gente se veio meter...” (...) No outro dia, quando acordei, os pés eram só uma bolha pegada, dos mosquitos. Depois aquele ambiente todo, só gente negra. E mesmo os brancos que lá estão já estavam negros. O cheiro, o cheiro. São pessoas que têm pouca higiene, aquilo cheira. (...) E epá, começámos a chorar. Digo: “Epá, fogo, onde a gente se veio meter. Estamos feitos”. Mas pronto. Depois aquilo vai passando. (...) A seguir, o que me veio a custar foi de facto aquele ambiente de hospital. Os helicópteros começavam a chegar às 7h, acabavam às 20h ou 21h porque não podiam voar de noite. Às vezes vinham assim camionetes tipo quem traz carne para o talho. Uns sem pernas, outros sem braços. Eu cheguei a ver lá pessoas sem braços e sem pernas. Aquilo custou-me bastante. E eu tinha que entrar nas enfermarias. (...) Um indivíduo deitava-se aos sons das bombas. Depois no outro dia de manhã vinham as consequências. Começava a ver chegar ou os helicópteros, ou as camionetes com feridos e mortos.

A sua maior preocupação durante este período era retomar a sua vida profissional quando regressasse. A interrupção que lhe foi imposta gerou alguma insegurança quanto ao seu futuro na empresa onde trabalhava.

Só que a tropa o que tinha de mau é que partia as pernas a um indivíduo em termos profissionais. Eram três anos que a gente ficava ali amarrado e perdia-se um pouco toda aquela prática que tínhamos de ter no trabalho. (...) Na tropa aquilo é uma fase da vida que está ali estagnada. Uma pessoa também não pode ter grandes projectos.

Em 1972 regressou da Guiné e retomou a sua actividade profissional na mesma empresa, a desempenhar a mesma função. Começou entretanto a namorar, casou em 1974 e teve um filho no ano seguinte. A sua mulher, que concluiu o 3º ciclo do ensino básico, trabalhou durante alguns anos como administrativa numa empresa privada, mas encontra-se desempregada há 15 anos. O filho, com 35 anos, é casado, é licenciado em engenharia pela Escola Superior Náutica Infante D. Henrique, frequenta a licenciatura de física e trabalha como informático. Luís gostaria de ter tido mais um filho, mas este desejo não era partilhado com a sua mulher. Ainda assim, está satisfeito com a relação

conjugal, reconhecendo que assume um papel mais activo e interventivo na orientação da vida familiar.

A minha mulher adapta-se muito bem a mim. E eu também lhe dou o espaço dela, também lhe dou o espaço todo do mundo que ela quer. Também a compreendo muito bem. Não sou ditador. Acho que nos respeitamos um ao outro. Ela compreende-me e confia em mim. Se calhar as minhas ideias prevalecem sempre mais do que as dela porque se calhar as minhas também às vezes são mais positivas.

Em 1980 foi promovido a encarregado e sentiu necessidade de regressar à escola para terminar o curso industrial que tinha iniciado em Beja: “Encarregado? Eu se calhar preciso de ter mais alguns conhecimentos. Eu vou aprender mais qualquer coisa porque eu tenho capacidade para aprender.” Contrariamente ao que tinha sido a sua experiência escolar até então, Luís adoptou uma atitude diferente e investiu seriamente no curso que frequentava, obtendo, pela primeira vez, classificações elevadas.

Levava aquilo a sério porque já não me dava jeito brincar com as coisas. Desde que eu comecei a trabalhar nunca mais brinquei com nada. Achei que as coisas eram para cumprir a 100%.

Em Fevereiro de 1983, quando lhe faltava concluir apenas duas disciplinas, Luís emigrou para a Venezuela. Não o tendo feito por necessidade, porque o seu rendimento permitia fazer face a todas as despesas que tinha, ambicionava melhorar o seu padrão económico de vida. Foi uma decisão pensada, tendo por base a experiência de colegas que tinham tomado a mesma opção alguns anos antes. Apesar de a sua mulher não estar inicialmente de acordo, a sua decisão prevaleceu e a família acompanhou-o.

Comecei a fazer contas à vida. Porque na altura a malta dos elevadores tinha uma saída louca para fora. E um dos países que estava em ebulição era a Venezuela. Eu às vezes via aquela malta que aqui eram, sei lá, puros ajudantes, aprendizes, iam para lá e passado seis meses estavam cá a comprar uma casa. E disse: “Epá, o que é que eu estou aqui a fazer?” Embora eu não estivesse mal. Eu na altura não estava assim com a corda na garganta e o meu ordenado era mais ou menos. Então em 1983 decidi ir para a Venezuela.

Foi trabalhar para a mesma empresa, com o mesmo tipo de funções, mas com um salário superior.

Poucos meses depois de ter chegado à Venezuela, a mãe, com 57 anos, faleceu de cancro da mama. Foi um momento particularmente difícil na sua vida, ainda mais estando longe e sem hipótese de se deslocar a Portugal: “Com a morte da minha mãe, recebi a notícia e agarrei-me ao volante a chorar e tive que aguentar. Estava fora e tive que aguentar, não tive hipótese”.

Luís esteve sete anos emigrado e regressou a Portugal com as expectativas um pouco frustradas. Mudanças no câmbio tornaram pouco rentáveis os montantes que recebeu durante esse período. Para além disso, colocavam-se questões de segurança pessoal e tanto a mulher, como o filho manifestavam vontade em regressar. Ainda assim, não se arrepende de ter ido para a Venezuela, já que se revelou mais rentável do que se tivesse ficado em Portugal. Depois de voltar comprou um apartamento em Carnaxide e, mais tarde, outro no Algarve.

As coisas não me correram bem, mas não foi culpa de ninguém, foi culpa do câmbio. Porque a seguir houve lá um problema e o câmbio caiu a pique. Mas mesmo assim eu orientei a minha vida. (...) Não estou arrependido de ter ido, mas as coisas podiam ter corrido melhor. Deu, de facto, para dar um empurrão na vida. (...) A minha mulher nunca gostou de lá estar. (...) O miúdo tinha 14 anos e estava-me sempre a dizer: “Então pai? A gente vai ou fica?” (...) Aquilo também já se tornava perigoso. (...) Porque eu é que dava a cara ao cliente. Houve lá um que eu disse: “Olhe, se o senhor não me pagar eu vou ter que lhe desligar o elevador”. O gajo abre a gaveta, puxa da pistola e disse: “De quem é o elevador? É teu ou é meu?” (...) E então comecei a ter medo. E depois, acima de tudo, não compensava, já não compensava porque ganhava muito dinheiro, mas deixava-o todo no banco.

Quando regressou, em 1989, voltou a desempenhar as mesmas funções na mesma empresa, como encarregado de manutenção. Em 2000, mantendo ainda a ambição de melhorar as suas condições de vida e ser mais autónomo profissionalmente, e tendo em conta também a insatisfação que tinha relativamente à sua actividade na empresa, demitiu-se e criou a sua

própria empresa na mesma área de manutenção de elevadores.

Por outro lado, ainda tinha assim um bocadinho de ambição de querer mais alguma coisa. Porque a gente na vida temos que ter sempre um bocadinho de ambição. E qual era a minha ambição? Eu ganhava ali bem, estava bem pago. A ambição que eu tinha é que eu via os contratistas, que eram pessoas que não tinham conhecimentos e a maior parte das vezes eu é que tinha que lhes fazer o trabalho. E via-os a ganhar, à vontade, o dobro do que eu ganhava. Quer dizer, trabalhava alguns dias 12 horas, tinha montes de problemas, aquilo estava a seguir um caminho que eu não gostava, achava que aquilo não era o caminho certo, o trabalho não me satisfazia. Eram muitas contrariedades para mim. E eu tinha uma boa alternativa. Então eu escolhi-a: despedi-me e fui trabalhar por minha conta. Foi o melhor que eu fiz.

Essa altura coincidiu com a morte do pai, que faleceu de cancro no pulmão. Apesar de ter sido um momento difícil na sua vida, Luís considera que a morte da mãe foi mais penosa, já que o relacionamento que tinha com o pai, que entretanto voltou a estar numa relação conjugal, era complicado.

Com o meu pai lidei melhor. O meu pai não me chocou tanto porque, para já, ele foi culpado da morte porque fumava muito. (...) Também porque já era outra idade. (...) Também a relação que eu tive com ele nos últimos anos também não foi muito boa. E quando morreu estávamos zangados. Porque eu convidava-o para vir aqui e ele não vinha. Ele em cinco anos só cá veio uma vez.

A experiência de empreendedorismo não correu, contudo, como gostaria, enfrentando dificuldades financeiras e lidando com níveis mais elevados de cansaço.

Só que, pronto, não correu bem porque começou a assentar-se a crise económica, começaram a diminuir os preços das empreitadas e comecei a atravessar alguns problemas. (...) O dinheiro que eu ganhava era para lhes pagar os ordenados a eles. Eu não ganhava ordenado, eu não tinha ordenado. Eu estive mais de dois anos sem tirar ordenado para mim. Eles trabalhavam nove horas, entravam às 21h e saíam no outro dia às 6h. E eu entrava às 15h. Portanto, quando eles lá chegavam já eu tinha seis horas de trabalho.

Em 2005, e face à fadiga e inúmeros problemas com que tinha de lidar quotidianamente no funcionamento da empresa, Luís sofreu um acidente de trabalho, ficando com uma parte substancial do corpo queimada.

Foi numa torre das Amoreiras. Eu tinha que tirar um quadro velho e pôr um quadro novo. E foi para já o cansaço e depois um bocado excesso de confiança. (...) Então a ideia que eu pensei foi: “Bom, eu desligo isto, ligo aqui uns cabos, depois ligo o elevador e assim sucessivamente”. Pá, com o cansaço e não sei quê, às tantas pensei que tinha aquilo desligado. Pensava que tinha aquilo desligado e tinha aquilo ligado. (...) Em vez de ligar aqui fui ligar num que já lá estava. Pá, fez um arco eléctrico assim desta largura, um metro de diâmetro e abraçou-me todo. E então queimou-me todo. Às 3h de 3 para 4 de Setembro. Queimou-me todo. A camisa ardeu, fiquei todo queimado. Parece impossível como é que uma coisa ali, com décimos de segundo, consegue fazer o estrago que aquilo fez. Claro, fui para o hospital. Ainda consegui descer as escadas da torre das Amoreiras. Depois chamaram o INEM. A malta estava a trabalhar cá em baixo. Eu comecei aos gritos, vieram a correr, eu já vinha a meio da escada. Ainda me aguentei um bocado, quando chegou o INEM. Tinha o corpo todo a arder, sentia um calor, uma coisa incrível. Nem me quero lembrar. Depois chegou o INEM, deram-me uma injeção, não me lembro de mais nada.

Luís acordou dois dias depois entubado nos cuidados intensivos da unidade de queimados num hospital de Lisboa. Esteve internado um mês e meio, antes de regressar a casa. Iniciou um programa intensivo de tratamentos, que envolvia fisioterapia e múltiplas cirurgias plásticas. Só lhe foi dada alta dois anos depois. Apesar de uma recuperação bem-sucedida, Luís ainda hoje enfrenta dificuldades decorrentes do acidente, nomeadamente em actividades quotidianas, como dormir, sentar-se ou tomar banho, pelo facto de ter ainda pele danificada.

O período inicial, logo após a saída do hospital, foi o mais complicado para Luís. Não só teve de adaptar-se à sua nova condição de saúde, como se viu também forçado a repensar os seus projectos de vida, sobretudo em termos profissionais.

Custou-me mais quando saí do hospital e cheguei a casa. Quando estava lá no meio daquela gente toda não me custava tanto

porque alguns até estavam piores que eu. Mas quando cheguei a casa e me vi nesta situação... Ainda hoje não consigo dormir de costas por causa das queimaduras. E já passaram cinco anos. (...) As coisas não têm sido fáceis.

Sem ter noção dos efeitos do acidente no seu estado de saúde, planeava regressar em breve ao trabalho. Mas por lhe ter sido identificada uma incapacidade de 45%, e por ter ainda um longo processo de tratamento pela frente, viu-se forçado a fechar a empresa e a reformar-se, contra aquilo que eram os seus desejos e projectos profissionais.

Nunca imaginei a gravidade do problema. Isto aconteceu-me em Setembro e eu pensava, o mais tardar, em Novembro estar a trabalhar já. Mas depois é que eu comecei a ver a gravidade da situação porque eu não conseguia mexer as mãos. A pele saiu toda. (...) Pensava, acima de tudo, na minha profissão, qual era o meu futuro profissional. Depois a pouco e pouco comecei a ver que aquilo que eu idealizava, aquilo que eu queria era capaz de não conseguir. Comecei a pôr de parte e comecei a pensar qual eram as soluções. Comecei logo a dizer: “Bom, isto não vale a pena estares a pensar assim porque não vais conseguir. Então quais são as opções que tens? As tuas opções, uma delas é a reforma”. Comecei a fazer contas e cheguei à melhor solução para a minha vida. E foi esta que eu tomei.

Apesar de ver os seus planos comprometidos, ajustou-se rapidamente à sua nova situação. É, aliás, esta atitude de resiliência e capacidade de superação de dificuldades que caracteriza o seu modo reflexivo. Face a uma adversidade, e mesmo assumindo alguma responsabilidade naquilo que lhe aconteceu, não se culpabiliza, nem vitimiza, procurando encontrar a melhor solução para ultrapassar esses obstáculos e definir novos projectos. Não podendo alterar as suas circunstâncias, nomeadamente em termos de saúde, sente que tem poder para controlar o modo como encara e vive dificuldades e problemas. Não se acomoda aos cenários mais negativos e procura fazer o que está ao seu alcance para protagonizar um trajecto bem-sucedido, seja em termos de saúde, seja no que diz respeito a outras dimensões da sua vida.

Só que eu vou-lhe dizer, eu sou uma pessoa optimista por natureza. Quer dizer, eu não me deixo abalar por estas situações. Eu sigo sempre em frente. Eu sou uma pessoa muito optimista. Ao princípio custou-me um bocado

e tal, fiquei chateado e tal, mas depois não vale a pena ficarmos agarrados às coisas a chorar, é preciso avançar e andar para a frente. (...) Eu, quando meto uma coisa na cabeça, tenho que a fazer. (...) Eu estive há volta de um mês deitado, sem me levantar. Uma pessoa se estiver deitada, um mês depois não consegue andar. (...) E então sentaram-me numa cadeira de rodas. E a ideia era eu de facto andar com a cadeira de rodas para todo o lado. (...) Eu sentia-me, de facto, muito fraco. Mas comecei a pensar: “Epá, não pode ser. Então eu vou andar numa cadeira de rodas? Não pode ser. Isso comigo não vai acontecer”. (...) Comecei a pensar: “Tenho que arranjar uma solução para isto”. A cadeira tinha aqui umas coisas para se pôr as mãos, para as pessoas guiarem. E então o que é que eu fiz? Levantei-me, assim, mal conseguia andar, consegui chegar aqui e então em vez de a cadeira me empurrar a mim, era eu que empurrava a cadeira. Ou seja, dois dias depois eu já andava porque mentalizei-me que não podia andar numa cadeira de rodas. (...) Também é preciso ter força porque as operações plásticas são operações muito difíceis, operações de cinco e seis horas no bloco operatório. Cheguei a ter aqui 200 pontos na mão, neste bocadinho. Isto era pontos quase de milímetro a milímetro. Cortaram-me isto tudo. A verdade é que eu também fui forte, fui resistente. (...) Não digo: “Ai, agora estou tão doente, já não posso, não sei quê”. Não passo cartão a isso. Portanto, nas operações que fiz, de certa maneira, também tive essa atitude. Segurei-me bem e as coisas não correram mal. De qualquer maneira não me livre de estar dois anos de volta disto, não pude fazer nada. (...) Havia lá indivíduos que iam para o bloco operatório e quando saíam do bloco eram capazes de estar um dia na cama sem se mexerem. Eu vinha lá do bloco operatório, já vinha reanimado e vinha cheio de pontos, cheio de ligaduras. Eu chegava à cama já não me deitava. Não sei, mas eu não conseguia. Não sei se era do sistema nervoso, não sei do que era. A verdade é que eu não conseguia estar tanto tempo parado. Não me acomodo com nada.

Luís manifesta orgulho na sua postura e no trajecto de recuperação que protagonizou. Considera que a sua atitude optimista, determinada e resistente foi fundamental para aquilo que conseguiu fazer entretanto e para a pessoa em que se tornou.

Este processo de recuperação não resultou, contudo, apenas de perseverança individual. Luís

foi acompanhado ao longo de todo este tempo por familiares, amigos e colegas. A mulher e o filho foram o seu apoio central, sobretudo nos primeiros meses após o acidente. O suporte emocional e logístico que lhe prestavam motivavam-no a melhorar para poder continuar a fazer parte das suas vidas sem grandes limitações, mantendo a sua autonomia pessoal. A sua resiliência era também fomentada junto do seu grupo de colegas e amigos, que elogiavam a sua atitude e capacidade de resistência.

Para além disso, o processo de recuperação foi ainda suportado por uma situação económica favorável. O acidente foi assumido pelo seguro e Luís ficou com uma pensão vitalícia, a acumular com a sua reforma. Mas mesmo antes de ter conhecimento da aprovação do seguro, Luís, incerto quanto ao seu futuro profissional e à sua fonte de rendimento, precaveu-se e colocou a sua casa do Algarve à venda.

Comecei foi a ponderar os prós e os contras. Disse à minha mulher: “Olha, uma das coisas que nós temos que fazer é pôr a casa do Algarve à venda”. (...) Porque comecei a fazer contas e não dava. E eu não podia cair em erros de estar depois com problemas de dinheiro. (...) Isso foi logo a primeira coisa que fizemos para prevenir. (...) Só que depois não se concretizou a venda da casa porque eu desisti. Desisti porque depois comecei a melhorar e a coisa também começou a desanuviar em termos financeiros. (...) Mas fiz logo aí algumas prevenções para a situação não se agravar. (...) Depois do seguro assumir o acidente eu comecei a ver que não estava numa situação dramática, não dramatizei.

É neste sentido que, ultrapassadas as principais dificuldades físicas, avalia a situação por que passou de forma positiva. Atendendo ao facto de que a empresa que tinha criado há cinco anos estava a enfrentar graves problemas financeiros, considera que a sua situação económica melhorou substancialmente depois do acidente.

Quando isto me aconteceu as coisas não estavam a correr bem, estavam a correr mal. Eu tinha que dar uma volta à minha vida. (...) Até lhe digo, tirando este problema, não foi nada mau o que me aconteceu. Porque neste momento eu tenho uma vida financeira melhor do que aquela que tinha quando trabalhava, mas muito melhor. Mas ninguém faz uma coisa desta porque quer, não é? Mas eu neste momento tenho uma vida melhor porque tenho uma pensão e uma reforma e não faço nada.

Vivo agora melhor em termos financeiros do que vivia antes quando trabalhava.

Luís passou por momentos complicados, mas, excluindo as sequelas físicas, considera que não ficou muito afectado, a longo prazo, em termos psicológicos.

Não fiquei traumatizado, mas digo-lhe, não consigo ir bem à torre dois das Amoreiras. Quando passo por lá fico sempre nervoso e não sei quê. Traumatizado não fiquei, mas fiquei um bocado chocado. Quer dizer, se tivesse que ir trabalhar, ia trabalhar.

Para além da recuperação física, Luís desenvolveu também estratégias para se concentrar em actividades e projectos que o ocupassem mentalmente e que, de alguma forma, suprissem o vazio deixado pela interrupção do percurso profissional. O investimento na esfera do trabalho era, aliás, até ao acidente, o pilar central dos seus planos de vida e teve, nesse sentido, de ser substituído por outras preocupações e tarefas para que se sentisse realizado.

Consigo manter a mente ocupada. Porque houve aí uma altura em que eu dizia: “mas o que é que eu vou fazer agora? O que é que eu faço? Estive a almoçar e agora o que é que vou fazer?” Pá, era só comer e dormir. (...) Tive de arranjar meios, tive que arranjar alternativas. Uma das alternativas foi começar a ajudar a minha mulher. Eu sou o responsável aqui pela cozinha. Eu é que faço as compras, eu é que faço o comer. Portanto, essa parte já é uma parte que eu me ocupo. E pronto, não me dá que pensar, mas dá para me entreter. Então de manhã saio um bocadinho, faço as compras e tal. Mas foi preciso aprender a trabalhar, a estar com essas coisas. E, como lhe digo, também me meti no inglês para um escape disso porque sentia a falta do trabalho, da ocupação. (...) Eu lido com a cozinha como uma técnica. Primeiro vou comprar os ingredientes, tentar comprar os ingredientes que se adaptem àquilo que eu quero fazer. Eu encaro isso como uma técnica. Eu gosto de desafios, gosto de ter alguma coisa que puxa por mim. (...) Gosto de ter coisas para pensar e para planificar. E a cozinha é uma delas. Eu planifico, vejo o que é que faço, penso logo para três ou quatro dias. Faço logo o esquema: “vou comprar isto, vou comprar aquilo”.

Luís procurou, assim, actividades onde pudesse exercer algumas das competências exigidas pela sua profissão, nomeadamente o

planeamento e a gestão. Para além da cozinha e das aulas de inglês, comprou um computador e, com o apoio do filho, passou a fazer uma utilização diária do mesmo. Utiliza o Facebook para comunicar com amigos, usa o Messenger para falar com filho, vê vídeos no Youtube, vê notícias e joga no computador. Gosta também de ouvir rádio e de se exercitar numa bicicleta fixa. Mensalmente desloca-se até à sua casa no Algarve, onde passa uma duas semanas com a mulher. Lamenta apenas não ocupar maior parte do seu tempo em convívio com amigos. Luís valoriza, desde muito novo, as suas sociabilidades, pelas experiências de convívio que teve na infância e adolescência no Alentejo.

Eu fico um bocado triste. Isso a mim toca-me muito mais do que ter deixado de trabalhar e não sei quê. Porque tenho esta idade e tenho muito poucos amigos, gostava de ter mais. Eu sou uma pessoa que gosto muito de conviver. (...) É uma espinha que eu tenho atravessada na garganta, é que tenho poucos amigos. E agora fazem-me mais falta porque agora tenho mais tempo livre. (...) gostava de ter mais gente para comunicar e para falar. (...) A minha mulher para ela basta-me a mim, se me tiver a mim tem a casa cheia. Mas eu não, eu gosto de mais gente.

A este nível não encontra a compreensão que gostaria por parte da mulher, que é mais reservada e manifesta pouco interesse em conviver.

Em termos gerais, Luís está muito satisfeito com a sua vida e com tudo aquilo que alcançou através da sua dedicação ao trabalho, do seu espírito de sacrifício e da sua atitude empreendedora.

Hoje em dia temos um nível de vida, não se pode dizer que é um nível de vida muito bom, mas é um nível muito aceitável para uma classe média baixa ou classe média. A gente tem uma vida mais ou menos. (...) Também tive uma vida de trabalho. Porque as coisas conseguem-se é com trabalho, isto não cai do céu.

O acidente que sofreu, e o conseqüente desenvolvimento de um modo de reflexividade resiliente, levou-o a reavaliar o seu percurso e as suas escolhas à luz dos seus novos esquemas mentais. Gostaria de ter arriscado mais, nomeadamente ao nível escolar, voltando a estudar e prosseguindo estudos para o ensino superior, e em termos profissionais, tendo emigrado mais cedo, iniciando actividade por conta própria mais

precocemente, ou voltando a emigrar para outro país. E apesar de já não ter as mesmas condições físicas e psicológicas para trabalhar, mantém ainda ambições de melhorar o seu padrão de vida. Recentemente foi convidado, pela empresa onde trabalhou por conta de outrem, para dar formação no Dubai. Estando receptivo à proposta, inscreveu-se em aulas de inglês, por ser a língua em que as sessões tinham lugar. Percebeu, entretanto, que o seu domínio da língua inglesa não era suficiente para ser formador e desistiu. Manteve, contudo, as aulas como actividade de tempos livres.

Estou sempre a querer subir mais alguma coisa. Quer dizer, nunca me sinto bem, quero ter sempre mais qualquer coisa. Eu não sou muito ambicioso, mas também não gosto de me ficar.

Apesar desta reavaliação e da procura de novos desafios, Luís não se arrepende das opções que tomou, precisamente porque está satisfeito com o que alcançou, mesmo enfrentando adversidades que transformaram a sua vida.

Também é preciso às vezes arriscar um bocadinho. Eu gosto de arriscar um bocadinho. Não muito, mas gosto de arriscar. (...) Não consegui construir assim um grande império. Mas temos esta casa, está paga, temos aquela casa do Algarve, praticamente está paga. E temos as nossas coisas. Temos uma vida limpa, não devemos nada a ninguém. Portanto, tem dado resultado esta tática. Agora há que arriscar, mas não há que parar, há que continuar a lutar. Há que arriscar ao mesmo tempo para se ir conseguindo alguma coisa na vida. Por isso é que eu digo, se fosse agora talvez ainda arriscasse mais.

Esta orientação para a assunção de riscos, já presente em fases prévias do seu percurso, foi exponenciada após o acidente e passou a estender-se às diferentes dimensões e situações da sua vida. Sempre que enfrenta algum momento mais difícil assume uma atitude optimista orientada para a superação individual do problema, considerando aquilo que está ao seu alcance para melhorar a situação. O facto de adoptar esta perspectiva face à vida leva-o a comparar-se com as pessoas que lhe estão mais próximas, revelando insatisfação por não identificar na mulher, mas sobretudo no filho a mesma capacidade de resiliência, determinação e de assunção de riscos.

A minha mulher e o meu filho não gostam de arriscar nada. (...) E eu acho que sou mais para a frentex que a minha mulher e que o meu

filho. O meu filho pode ter vontade de fazer as coisas, mas falta-lhe depois aquele impulso para as fazer. Falta-lhe aquele impulso final. Na altura tem medo. É como a minha mulher.

Em relação ao filho, gostaria que ele se sentisse mais realizado profissionalmente e considera que o receio de correr riscos pode estar na origem da sua insatisfação. A este nível gostaria de ter gerido de forma diferente a educação do filho relativamente aos estudos, nomeadamente na escolha de área profissional.

O desejo de arriscar não significa, contudo, para Luís, abdicar de ponderação e planificação. Ele balança, aliás, entre a importância de projectar, porque foi isso que lhe permitiu enfrentar em boas condições a contingência do acidente, e a necessidade de aproveitar, o melhor possível, a vida e os recursos que tem à sua disposição de modo mais espontâneo. Luís considera-se uma pessoa ponderada e prevenida, que reflecte demoradamente, de forma autónoma e por vezes em diálogo com a família e amigos, sobre as suas opções e condições, e que antecipa cenários e procura agir de acordo com a melhor solução que encontra.

Uma pessoa tem sempre que arriscar. Mas também não dou passos em falso. Quer dizer, eu quando faço uma coisa meço as distâncias e vejo. (...) Eu pondero não só os prós e os contras, mas qual é a maneira melhor de fazer as coisas sem também prejudicar, que eu também penso nos outros, sem prejudicar os outros. (...) São coisas que eu analiso e vejo o que é que pode acontecer. (...) Tudo o que faço não tento fazer assim à louca. Posso até não tomar a melhor atitude ou ser a melhor solução, mas foi ponderada. Às vezes pode não correr bem, mas tudo o que faço é planificado.

No seu contexto profissional por conta de outrem, mas sobretudo por conta própria, desenvolveu competências de planificação, que tende a mobilizar para todas as dimensões da sua vida, tanto para questões com maiores implicações no seu percurso biográfico, como para tarefas quotidianas. Actualmente, utiliza-as para organizar refeições, compras, gestão doméstica, compromissos familiares e com amigos, bem como questões relacionadas com a saúde.

Quando estava na empresa, tinha uma série de pessoas a meu cargo. E tinha que planificar, tinha que tentar pôr as coisas em ordem. Depois quando trabalhei por minha conta,

tinha as pessoas que trabalhavam para mim. Eu não só tinha que planificar o trabalho delas, como tinha que planificar o meu. E depois tinha que planificar também a empresa, a facturação e não sei quê. Portanto, eu sempre encaixei isso tudo muito bem. (...) Gosto de planificar. Talvez fosse uma falta, um buraco que ficou no meu trabalho, na minha vida profissional. Sempre me habituei de muito novo a planificar. Foi, de facto, um buraco que ficou aí, ficou-me isso aí. Mas agora só dá para planificar o almoço e o jantar. (...) Nós planificamos sempre as coisas. A minha mulher nesse ponto de vista é como eu, gostamos muito de planificar, não gostamos de ir nada assim à louca. Fazemos tudo planificado.

Esta planificação é feita sobretudo mentalmente, mas Luís tem também recorrido à escrita para se organizar e lembrar de tarefas, actividades e compras.

Antigamente eu fazia listas para tudo, listas dos trabalhos que tinha que efectuar, listas dos trabalhos em acabamentos, listas do que é que me faltava para aqui, listas de materiais. Utilizava listas para tudo. Mas agora utilizo só listas para aquilo que necessito, que é as coisas para a casa. Isso faço uma lista porque tenho tendência às vezes a esquecer-me.

Desenvolveu o hábito de elaborar listas, mas não recorre à escrita como forma de reflexão sobre si mesmo. Nunca escreveu diários ou qualquer tipo de escrita auto-biográfica. Quando estava na Guiné escreveu algumas cartas a familiares e amigos, onde relatava alguns episódios, mas não deu continuidade a essa prática depois de regressar a Portugal. É através de conversas internas que Luís tende a pensar sobre si, a planificar e clarificar. Considera, aliás, ter uma vida interna muito intensa, tendo até dificuldade em dormir por estar sempre a pensar naquilo que tem de fazer ou gostaria de concretizar: “Tenho sempre a minha mente preenchida. (...) Falo muito para mim mesmo”. Mesmo para se recordar de compromissos, familiares ou de outra ordem, não sente necessidade de recorrer a anotações escritas.

Consigo lembrar-me porque eu estou sempre a remoer, estou sempre a dar volta, estou sempre a fazer *reset* às coisas. Se tenho que fazer uma coisa amanhã ou daqui por dois ou três dias, eu todos os dias me lembro dela um bocadinho. Então nunca se apaga.

A planificação é encarada por Luís como meio de organização pessoal, mas também como forma de prevenção de acontecimentos negativos. Mais uma vez se evidencia aqui a sua capacidade agencial de não se conformar a circunstâncias negativas e procurar fazer o que estiver ao seu alcance para alterá-las, quer prevenindo-as, quer solucionando-as.

Eu acho que se a pessoa for muito bem organizada, pelo menos tem tendência a ter menos coisas negativas. (...) Quer dizer, se eu planificar bem a minha vida, se não deixar que elas apareçam, se à nascença eu queimá-las logo, então eu estou menos sujeito a ter coisas negativas. (...) Se planificar bem a vida familiar, se planificar bem a vida financeira, planificar o nosso dia-a-dia, a gente consegue encontrar o mínimo de coisas negativas. E é isso que eu tento fazer. Portanto, na minha vida nunca tive assim muitas coisas negativas porque eu não lhes dou grande chance.

É neste sentido que considera que não tem momentos negativos marcantes na sua vida porque mesmo quando surgem situações difíceis, Luís avalia-as de acordo com os efeitos positivos que daí decorreram, tal como fez com o acidente que sofreu.

Mas a minha mente, de facto, não aceita muito coisas negativas. Eu recebo as coisas negativas, mas, de certa maneira, não as armazeno. Tento expulsá-las e começo logo a arranjar solução. (...) É preciso ter força psíquica para se acabar com as coisas negativas. Ou seja, primeiro não deixar que elas apareçam, pelo menos algumas. Não digo todas porque há coisas que a gente não pode evitar. E quando elas aparecem a gente temos que ter força. Eu acho que tenho a suficiente para vencer as minhas forças negativas. (...) Eu tento planificar a minha vida para não ter coisas negativas. Antes que elas aconteçam, antes que alguma coisa aconteça que eu veja que as coisas estão mal, eu tento

dar a volta, nunca deixo que as coisas se agravem ao ponto de entrar em ruptura. (...) Ou as transformo em coisas positivas ou menos negativas de maneira a poder tolerá-las, menos amargas. Encaro-as, se calhar, como coisas positivas ou não as encaro como coisas negativas. Ou então tento solucioná-las o mais rápido possível

A força interior que considera fundamental para ultrapassar momentos difíceis, ou para evitá-los, decorre da capacidade de cada pessoa assumir uma atitude optimista e resiliente. Dependendo da vontade e esforço individuais, Luís não encontra sentido no recurso a terapia profissional para resolver problemas pessoais.

Eu, da minha parte, não conseguia ir a um psiquiatra ou psicólogo. Porque se eu tenho algum problema acho que a minha mente tem que ter força suficiente para eu resolver o problema. Porque se eu não o resolver, não acredito que os outros resolvam. Depende da força interior de cada um.

Actualmente planifica as tarefas e actividades quotidianas, relacionadas com a gestão doméstica, como já referido, e tende a direccionar menos esforço e atenção à planificação do seu futuro. Desde o acidente, e da proposta de trabalho que teve posteriormente para dar formação noutra país, deixou de elaborar projectos a longo prazo, como fazia até essa altura.

Levo um dia de cada vez. Na idade que eu estou levo uma semana de cada vez. Não estou preocupado. (...) No futuro não penso muito porque acho que os dados estão lançados. (...) Projectos também não tenho assim muitos. Posso coordenar a minha vida, às vezes penso como é que hei-de coordenar a minha vida. As poucas coisas que se fazem aqui em casa, as decisões sou eu que as tomo. (...) Agora dá impressão que, mais ou menos, já cheguei ao fim da linha.